

1	30/04/13	Consolidação a pedido do Ibama	DACA	MJJG	MJJG
00	14/08/09	Emissão final	JDB	FAR	OBdS/ FAR
REV.	DATA	NATUREZA DA REVISÃO	ELAB.	VERIF.	APROV.



ODEBRECHT
Engenharia e Construção

DESENVIX

ENGEVIX

EMPREENDIMENTO:

USINA HIDRELÉTRICA RIACHO SECO – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

ÁREA:

MEIO AMBIENTE

TÍTULO:

**CAPÍTULO IX – DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA –
MEIO ANTRÓPICO - TEXTOS**

ELAB. JDB	VERIF. FAR	APROV. OBdS/FAR	R. TEC.: SBN	CREA NO 26.954-D
CÓDIGO DOS DESCRITORES -- --		DATA 14/08/2009	Folha: 1	de 416
Nº DO DOCUMENTO: 8810/00-60-RL-1000			REVISÃO 1	

APRESENTAÇÃO

Neste Capítulo IX são abordados os aspectos socioeconômicos e culturais que compõem o diagnóstico do meio antrópico na área de influência direta – AID da UHE Riacho Seco, e atende ao item II.5.3.3 do Termo de Referência – TR do Ibama.

O diagnóstico ambiental do meio antrópico referente à AID envolveu a realização de estudos pela equipe multidisciplinar, os quais se desenvolveram em duas etapas: a primeira etapa foi realizada no período de dezembro/2007 a março/2008 e complementada, em uma segunda etapa, no período de setembro/2008 a janeiro/2009.

É importante destacar que no TR aborda apenas a temática referente aos aspectos de Uso e Ocupação do Solo (item II.5.3.3.1) e Caracterização Socioeconômica das Comunidades Afetadas (item II.5.3.3.2). De acordo com o TR, a temática cultural e de patrimônio seria abordada apenas na área de influência indireta – AII (item II.5.2.3.3).

No entanto, diante dos resultados obtidos pela equipe multidisciplinar nos estudos relacionados com a temática do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paleontológico, foi decidida a inclusão destes estudos também no diagnóstico ambiental da AID, o que se justifica diante da importância do patrimônio existente, principalmente pelo fato de que parte dele será diretamente atingido com a formação do reservatório da UHE Riacho Seco.

Da mesma forma, também foram incluídos neste diagnóstico ambiental da AID, os estudos referentes aos conflitos sociais, apesar do TR exigí-los apenas no Diagnóstico da AII (item II.5.2.3.2). Esta inclusão se justifica diante dos conflitos ocorridos durante a realização dos estudos, demonstrando a necessidade de se identificar e descrever os atores sociais envolvidos e os conflitos potenciais, retratando os anseios e reivindicações da população diretamente atingida.

Com relação aos aspectos e fatores ambientais socioeconômicos, a partir dos resultados da coleta e sistematização dos dados primários relativos aos trabalhos de levantamentos diretos realizados através de pesquisa censitária, entrevistas qualificadas e observações de campo, este diagnóstico enfatiza, especificamente, as variáveis relativas ao ordenamento territorial, aos padrões de ocupação e principais usos do solo, consubstanciando uma descrição da paisagem socioeconômica, das características e modos de vida da população residente e das comunidades afetadas.

As análises estão embasadas em indicadores socioeconômicos no que se refere à dinâmica populacional, à estrutura fundiária e às infraestruturas que estão à disposição da sociedade, de modo a se apreender a tendência de crescimento das áreas urbanas e rurais, e quanto o empreendimento interferirá nessa dinâmica dentro da percepção da pluralidade de situações manifestas dentro de um contexto de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais – decorrentes de intervenções planejadas da política pública, nos contextos local e regional.

Com relação aos aspectos culturais e de patrimônio, este diagnóstico procurou identificar e descrever o patrimônio histórico, cultural e paisagístico, arqueológico e paleontológico existente na AID, com ênfase e aprofundamento sobre o conhecimento das estruturas

inseridas na área diretamente atingida pela cota de inundação do reservatório da UHE Riacho Seco, sobretudo aqueles existentes nos municípios de maior representatividade histórico-cultural, como Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Curaçá, na Bahia.

O primeiro item deste capítulo apresenta o Uso e Ocupação do Solo que aborda os usos do solo e da paisagem, incluindo: os aspectos que envolvam áreas urbanas atingidas e nas áreas rurais, a ocupação com culturas e outras tipologias de vegetação natural; as práticas de conservação do solo; a infraestrutura existente quanto ao sistema viário, pontos de travessias, unidades de conservação; a estrutura fundiária indicada segundo o módulo fiscal local; as áreas de colonização ou ocupadas sem titulação, bem como áreas ocupadas por populações tradicionais e movimentos de sem terra.

Posteriormente é apresentada a caracterização socioeconômica da AID envolvendo:

- a abrangência da AID e sua interferência na paisagem socioeconômica – apresenta a UHE e sua interferência no espaço territorial e na paisagem socioeconômica, na qual se destacam os padrões de ocupação da Área de Influência Direta;
- a caracterização socioeconômica das comunidades afetadas - envolve os aspectos de: condições de habitação; dimensão (tamanho) das propriedades; regime de posse e uso; nível tecnológico da produção; construções, benfeitorias e equipamentos; principais atividades desenvolvidas; resultados da exploração econômica; preço das terras e das benfeitorias; participação das comunidades em atividades comunitárias e de associativismo; condições de saúde e educação; existência de não proprietários não residentes, que dependam economicamente do cultivo das roças que serão afetadas pelo reservatório.

Considerando as peculiaridades das comunidades existentes na área da AID situada a jusante do reservatório, sua caracterização socioeconômica e como estas comunidades serão afetadas pela construção e operação da UHE Riacho Seco é apresentada em item a parte.

Os Patrimônios Histórico, Cultural e Paisagístico, Arqueológico e Paleontológico estão apresentados, respectivamente, nos itens 6, 7 e 8 deste diagnóstico. As Populações Tradicionais, bem como os Conflitos Sociais, são tratados, respectivamente, nos itens 9 e 10, contemplando assim, de forma ampliada, toda a temática apresentada pelo Ibama em seu Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE Riacho Seco.

Os anexos encontram-se em volume à parte.

Lista de figuras

Figura 1.1 Mapa de uso e ocupação do solo.....	31
Figura 1.2 A, B e C Aspectos de solos preparados para plantios de lavouras temporárias, classificados como solos exposto no Mapa de Uso e Ocupação do Solo	33
Figura 1.3 Trecho de ortofotocarta mostrando áreas cultivadas na Ilha Pequena – Santa Maria da Boa Vista - PE	34
Figura 1.4 A, B e C Caatinga densa aberta e Caatinga rala em Santa Maria da Boa Vista (PE)	35
Figura 1.5 A e B Vegetação da Mata Ciliar	36
Figura 1.6 Classes de Uso e Ocupação do Solo que serão atingidas pela formação do reservatório dentro da AID.....	38
Figura 1.7 Vista da cidade de Santa Maria da Boa Vista (PE)	45
Figura 1.8 Área urbana da cidade de Santa Maria da Boa Vista com a delimitação do futuro reservatório e da APP.....	46
Figura 1.9 A e B Santa Maria da Boa Vista: setores de expansão de médio padrão e vilas populares ocupam as duas margens da BR-428 na entrada da cidade	47
Figura 1.10 Setorização da cidade de Santa Maria da Boa Vista (PE)	49
Figura 1.11 Vista da área de lazer com a quadra poliesportiva ao fundo.....	50
Figura 1.12 Vista da Feira Livre.....	50
Figura 1.13 Vista do galpão da feira.....	50
Figura 1.14 Vista do pátio da feira.....	50
Figura 1.15 Vista da área do <i>Pier</i> em dia de feira	51
Figura 1.16 Vista do <i>Pier</i> de atracação da balsa.....	51
Figura 1.17 Vista do cais / Pátio de eventos e do Museu Coripós.....	51
Figura 1.18 Vista da Praça Principal	52
Figura 1.19 Vista da Rua 07 de Setembro	52
Figura 1.20 Vista do Eixo de Comércio e Serviços, na Avenida Nilo Coelho	52
Figura 1.21 Vista do trecho do riacho Teixeira, ao longo do qual deverão ser implantados a Avenida e o Parque Linear	52
Figura 1.22 Vista da Rua Professor Raimundo Coimbra, no Setor 4	53
Figura 1.23 Vista do Setor 4, com edificações de 2 pavimentos	53
Figura 1.24 A e B Vista da área de expansão do Setor 4.....	53
Figura 1.25 A e B Vista de uma rua do Setor 5	54
Figura 1.26 Vista dos Conjuntos Habitacionais do Setor 5.....	54

Figura 1.27 Vista das bordas do Setor 5	54
Figura 1.28 Área urbana da cidade de Curaçá e a delimitação do futuro reservatório e APP	56
Figura 1.29 A e B Área de Expansão de Curaçá – Vilas populares	57
Figura 1.30 Teatro Raul Coelho e Praça de Eventos em frente ao teatro	57
Figura 1.31 Setorização da cidade de Curaçá (BA)	58
Figura 1.32 Vista do cais disposto em patamares	59
Figura 1.33 Local de encontro na orla ribeirinha	59
Figura 1.34 Vista do <i>pier</i> e balneário.....	59
Figura 1.35 Secretaria Municipal de Educação, nas proximidades da orla ribeirinha.....	59
Figura 1.36 Área de lazer na orla ribeirinha	60
Figura 1.37 Vista da praça e o museu.....	60
Figura 1.38 Vista do casario histórico.....	60
Figura 1.39 Prédio da Prefeitura.....	61
Figura 1.40 A e B Vista do Setor de Comércio e Serviços	61
Figura 1.41 Vista da entrada do mercado.....	62
Figura 1.42 Vista do pátio da feira ao lado do mercado	62
Figura 1.43 Vista da Escola Municipal.....	62
Figura 1.44 A e B Vista de área residencial.....	63
Figura 1.45 Vista da área de expansão padrão médio	63
Figura 1.46 Estrutura fundiária na AID da UHE Riacho Seco, segundo o Módulo Fiscal	68
Figura 1.47 Distribuição quantitativa das propriedades da AID da UHE Riacho Seco na margem pernambucana por número	69
Figura 1.48 Distribuição por área das propriedades da AID de acordo com o Módulo Fiscal - margem pernambucana	70
Figura 1.49 Distribuição quantitativa das propriedades da AID de acordo com o Módulo Fiscal - Margem baiana.....	71
Figura 1.50 Distribuição por área das propriedades da AID de acordo com o Módulo Fiscal - Margem baiana	72
Figura 1.51 A, B e C Acampamento Conquista localizado na margem direita da BR-428, na área externa da fazenda Planalto em Santa Maria da Boa Vista (PE)	74
Figura 1.52 A, B e C Acampamento Eldorado – Santa Maria da Boa Vista (PE)	75
Figura 1.53 A e B Acampamento Eldorado – Santa Maria da Boa Vista (PE).....	75
Figura 1.54 Entrevista com lideranças do Acampamento Eldorado	76

Figura 1.55 Utensílios dos acampados	76
Figura 1.56 A, B e C Acampamento Estrela Guia – Pequenos plantios na margem do rio e barracos ocupados por mulheres e crianças	76
Figura 1.57 Comunidade indígena do Grupo Atikum – Bahia (em destaque, em azul), que ocupa a Fazenda Altamira - Curaçá (BA)	78
Figura 1.58 comunidade indígena Atikum – Bahia, Ilha de Bonsucesso (em destaque, em azul), município de Santa Maria da Boa Vista (PE)	79
Figura 1.59 Trecho da ortofotocarta mostrando a comunidade quilombola de Inhanhum, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista (PE), apresentando em amarelo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em azul a área ser inundada.....	80
Figura 1.60 Trecho da ortofotocarta mostrando a comunidade quilombola de Cupira de Cima e de Baixo, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista (PE), apresentando em amarelo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em azul a área ser inundada.....	81
Figura 1.61 Trecho do mapa das propriedades cadastradas mostrando a comunidade quilombola de Cupira de Cima e de Baixo, localizada no município de Curaçá (BA), apresentando em roxo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em verde a área ser impactada pelo empreendimento. Os pontos amarelos indicam a localização das vilas de Rompedor, Jatobá, Favela e Sobra Quixaba.....	82
Figura 1.62 BR-428 - Trecho Santa Maria da Boa Vista – Lagoa Grande (PE).....	83
Figura 1.63 PE-574 – Centro de Enologia.....	84
Figura 1.64 PE-574 – Aspectos de conservação.....	84
Figura 1.65 Estrada municipal que interliga os povoados de Cupira e Inhanhum ao município de Santa Maria da Boa Vista - Ao fundo vista do Povoado de Cupira – Santa Maria da Boa Vista (PE)	84
Figura 1.66 A e B BA-210 - Saída da cidade de Curaçá e passagem sobre o canal de irrigação do Projeto Curaçá (BA)	85
Figura 1.67 Estrada ribeirinha entre Curaçá e Barra Grande	86
Figura 1.68 Variantes de acesso às fazendas e sítios	86
Figura 1.69 Vista da estrada na entrada em Impueira –Dantas Curaçá (BA).....	86
Figura 1.70 A e B Embarcações no porto de Barro Alto	87
Figura 1.71 Ponto de travessia em Barro Alto	87
Figura 1.72 Ponto de travessia em Passagem.....	87
Figura 1.73 Porto secundário na margem baiana - Curaçá (BA).....	88

Figura 1.74 Margem pernambucana - animais aproveitam as sobras de culturas desembarcadas no local.....	88
Figura 1.75 A e B Pontos de atracação estão fartamente distribuídos por ilhas e margens em todo o percurso da AID.....	88
Figura 1.76 Ponte na BA-120 sobre o Riacho Barra do Ananias, no município de Curaçá (BA).....	90
Figura 1.77 Trecho da PE-574 Estrada da Uva, sobre o Riacho Curral Novo, no município Lagoa Grande (PE).....	90
Figura 1.78 Ponte sobre o leito seco do Riacho Curral Novo na PE - 574.....	91
Figura 1.79 Trechos de interferência da cota de inundação na estrada não pavimentada que interliga as comunidades quilombolas de Cupira e Inhanhum ao município de Santa Maria da Boa Vista (PE).....	91
Figura 1.80 Limites do reservatório e da APP na área urbana de Santa Maria da Boa Vista.....	92
Figura 1.81 Pontos de travessia de balsa em Santa Maria da Boa Vista (PE) e pontos de atracação de barcos em Curaçá (BA).....	93
Figura 1.82 Pontos de travessia de balsa de Curaçá (BA) e Barro Alto (PE).....	94
Figura 2.1 Zoneamento da AID.....	99
Figura 2.2 Visão panorâmica da paisagem socioeconômica da AID.....	100
Figura 2.3 Área urbana diretamente atingida em Santa Maria da Boa Vista (PE).....	111
Figura 2.4 Vista da orla fluvial.....	114
Figura 2.5 Pátio da feira.....	114
Figura 2.6 A e B Captação para abastecimento público (Compesa) no município de Santa Maria da Boa Vista (PE).....	115
Figura 2.7 Museu de Coripós.....	116
Figura 2.8 Casa nº 207 “Casarão do Saber”.....	116
Figura 2.9 Escola de música Mestre Ênio.....	116
Figura 2.10 Casario nº 36/49.....	116
Figura 2.11 Casa nº 100 – atual Casa Paroquial.....	117
Figura 2.12 Casa nº 108.....	117
Figura 2.13 Casa nº 130.....	117
Figura 2.14 Casa nº 267.....	117
Figura 2.15 Casa nº 272.....	117
Figura 2.16 Vista dos casarios da Fazenda Volta.....	118
Figura 2.17 Área urbana diretamente atingida em Curaçá (BA).....	119
Figura 2.18 Marujada.....	121

Figura 2.19 A e B Orla fluvial - Cais urbanizado em diferentes níveis, de forma a superar a diferença de altura entre o rio e a cidade	122
Figura 2.20 Aspectos urbano-paisagísticos nas proximidades do rio.....	122
Figura 2.21 Secretaria Municipal de Educação	122
Figura 2.22 A e B Captação para abastecimento público no município de Curaçá (BA)	123
Figura 2.23 Prefeitura Municipal.....	123
Figura 2.24 Teatro Raul Coelho	123
Figura 2.25 Área próxima ao Povoado Jardineira com solo aluvional, utilizando irrigação por inundação na cultura de arroz. Santa Maria Boa Vista (PE)	127
Figura 2.26 Aspecto de área com irrigação por sulcos em solo aluvional – na localidade de Cupira, em Santa Maria da Boa Vista (PE)	128
Figura 2.27 A, B, C, D, E e F Irrigação por sulcos em diversas propriedades da AID	128
Figura 2.28 Área irrigada com elevado nível tecnológico – Curaçá (BA)	129
Figura 2.29 PA Aquárius - Santa Maria da Boa Vista (PE).....	130
Figura 2.30 A, B e C Canal de drenagem em propriedade rural localizada em Curaçá (BA).....	131
Figura 2.31 Áreas plantadas por tipo de cultura na área rural.....	132
Figura 2.32 Áreas plantadas por tipo de cultura na área urbana.....	133
Figura 2.33 A e B Cultura da banana em fazenda situada na divisa entre Curaçá e Juazeiro(BA).....	136
Figura 2.34 A e B Cultivo de banana à margem da Estrada da Uva na comunidade de Curral Novo - Santa Maria da Boa Vista (PE).....	136
Figura 2.35 Plantio de Mamão na comunidade Passagem – Curaçá (BA).....	137
Figura 2.36 A e B Sítio Por do Sol - Casa da sede e plantação de manga	137
Figura 2.37 A e B Carregamento de manga para o mercado interno (à esquerda) e colheita da cultura de manga (à direita) na Comunidade Passagem – Curaçá (BA).....	138
Figura 2.38 A e B Cultivo de maracujá e casa do proprietário em Curaçá (BA)	138
Figura 2.39 A, B e C Fazenda Gabriela cultivo de uva (à esq.), casa sede (centro) e vila da fazenda (esquerda) - Santa Maria da Boa Vista (PE)	139
Figura 2.40 A e B Plantio de arrendatário e meeiros na fazenda Oiteiro (Curaçá) - Melão colhido, selecionado, lavado, selado, embalado e vendido na roça ...	140
Figura 2.41 A, B e C Pimenta industrial - pequenos plantios em sistemas de meação com a Seifun Com. Ind. Ltda. na Fazenda Vila Cruz (à esquerda), roça no Quilombo de Inhanhum - PE (no centro), e roça de meeiro na Comunidade Rompedor – BA (à direta).....	140

Figura 2.42 A e B Cultura de cebola (à esquerda); em propriedade as margens do rio Curaçá (Barra Grande) que limita Curaçá e Juazeiro (BA).....	141
Figura 2.43 A e B Cultivo de melancia consorciado com feijão (à esquerda) em Santa Maria da Boa Vista (PE), e propriedade localizada em Barra Grande (Curaçá – BA) com cultura de feijão (à direita)	142
Figura 2.44 A e B Vista parcial do povoado (à esquerda) Campo de produção de melancia (à direita) na vista parcial do povoado (à esquerda) e Comunidade de Lagoa 1 (Curaçá – BA).....	142
Figura 2.45 A e B Propriedade em Curaçá (BA) - cultura de melão que é exportada para São Paulo (SP).....	143
Figura 2.46 Cultivo de milho consorciado com feijão, já colhidos na comunidade de Passagem - Curaçá (BA).....	143
Figura 2.47 Cultivo de pimenta em Barra Grande - Curaçá (BA)	144
Figura 2.48 A e B Caprinos confinados em terreiros junto das casas - Curaçá (BA)	145
Figura 2.49 Distribuição dos rebanhos da AID por município.....	146
Figura 2.50 Colmeia de Mandaçaia em Barra Grande – Curaçá (BA).....	148
Figura 2.51 Comunidade Tamaquiús	150
Figura 2.52 Estação de Bombeamento – EB1 do Projeto de Assentamento Curaçá (BA)	151
Figura 2.53 Rua Capitão Luiz Barros, Santa Maria da Boa Vista (PE).....	152
Figura 2.54 Principais atividades econômicas da AID.....	156
Figura 2.55 A e B Local de preparo de alimentação grupo de diaristas, em uma propriedade de Santa Maria da Boa Vista (PE).....	157
Figura 2.56 Mulher ocupada na colheita, lavagem embalagem de melão -Curaçá – BA.....	158
Figura 2.57 Oleiro fazendo tijolos	159
Figura 2.58 Ceramistas - Atividade em extinção	159
Figura 2.59 Tipo de construção das moradias na AID da UHE Riacho Seco.....	163
Figura 2.60 Tipo de cobertura das moradias da AID da UHE Riacho Seco	163
Figura 2.61 Tipo de piso das moradias da AID da UHE Riacho Seco.....	164
Figura 2.62 Estado de conservação das moradias da AID da UHE Riacho Seco.....	165
Figura 2.63 A, B e C Vista da comunidade Currealinho em Curaçá –BA (à esquerda), exemplo de morada beneficiada com ação de combate ao barbeiro, e casas de assentamentos da Funtepe em Santa Maria da Boa Vista – PE (no centro), e em Lagoa Grande – PE (à direita), apresentando modelo padrão de habitação desse tipo de assentamento	165
Figura 2.64 A, B e C Residência de taipa sem banheiro e com a cozinha fora de casa: povoados Lagoa em Curaçá – BA (à esquerda), na Comunidade Tamaquiús e em Santa Maria da Boa Vista	166

Figura 2.65 Número de moradias com banheiro na AID da UHE Riacho Seco.....	167
Figura 2.66 Banheiro improvisado em moradia da Fazenda Coroa, em Curaçá-BA	167
Figura 2.67 A e B Roupas penduradas para secar nas moradias do assentamento Catalunha em Santa Maria da Boa Vista-PE,(à esquerda), e margem ribeirinha da localidade de Cerca de Pedra em Curaçá (BA)	168
Figura 2.68 Tratamento de água na AID	169
Figura 2.69 Fonte de captação de água pelas comunidades da AID	169
Figura 2.70 Abastecimento de água nos domicílios da AID	170
Figura 2.71 A e B Carroça transportando água no assentamento Catalunha (à esquerda), e mulheres lavando roupa as margens do rio no assentamento Vitória (à direita), em Santa Maria da Boa Vista-PE.....	171
Figura 2.72 Destino do lixo na AID	172
Figura 2.73 A e B Vasilhames de agrotóxico próximo às áreas de plantio em Barra Grande – Curaçá (BA)	172
Figura 2.74 Destino dos dejetos e águas servidas na AID	173
Figura 2.75 A e B Hospital de Santa Maria da Boa Vista - vista do pátio, à esquerda, e da cozinha, à direita.....	174
Figura 2.76 A e B Hospital de Santa Maria da Boa Vista: sala de parto, à esquerda, e sala de aleitamento materno, à direita.....	175
Figura 2.77 A e B Recepção do posto de saúde da Fazenda Milano, à esquerda, e posto de saúde do PA Catalunha em péssimas condições, à direita	176
Figura 2.78 A e B Hospital de Curaçá: área de circulação, à direita, e enfermaria, à esquerda.....	177
Figura 2.79 Qualidade do atendimento - Posto de Saúde	177
Figura 2.80 Qualidade do atendimento – Hospital.....	178
Figura 2.81 Qualidade do atendimento dos ACS na AID	179
Figura 2.82 Doenças mais frequentes nas famílias da AID	180
Figura 2.83 Mercado Municipal de Santa Maria da Boa Vista (PE).....	181
Figura 2.84 Feira em Curaçá com barracas de bebidas.....	181
Figura 2.85 Alimentos mais consumidos	182
Figura 2.86 A, B e C Escolas localizadas ao longo da Estrada da Uva - escola do PA Malhada Real em Lagoa Grande (a esquerda), sala de aula da escola do PA Brilhante (ao centro) e escola da Fazenda Milano (a direita), ambas em Santa Maria da Boa Vista	187
Figura 2.87 A, B e C Escolas de comunidades de Curaçá (BA): escola de Ferrete (à esquerda), sala de aula da escola de Curralinho (no centro), e escola de Rompedor (à direita).....	187

Figura 2.88 A e B Escola da comunidade Fazenda Roçado, (à esquerda), e escolas da Fazenda Lagoa, (à direita) em Curaçá (BA)	188
Figura 2.89 Residência do PA Nossa Senhora da Conceição - Registro de erros de grafia.....	189
Figura 2.90 Escolaridade dos filhos nas famílias da AID.....	191
Figura 2.91 Escolaridade do chefe das famílias da AID	192
Figura 2.92 A e B Escola Municipal Prefeito Barrinho em Santa Maria da Boa Vista (PE)	193
Figura 2.93 A e B Escola Municipal Maria Gorete em Cerca de Pedra – Curaçá (BA) ...	193
Figura 2.94 A e B Escola Municipal Ilha do Saco: perfil do prédio (à esquerda) e vista das instalações sanitárias (à direita)	194
Figura 2.95 A e B Escola Nossa Senhora do Pilar, localizada na ilha da Missão.....	194
Figura 2.96 Acesso à água, esgotos e coleta de lixo (%), nos domicílios urbanos da UHE Riacho Seco - 2008.....	195
Figura 2.97 Número de leitos hospitalares na AID da UHE Riacho Seco	199
Figura 2.98 Número de médicos na AID da UHE Riacho Seco.....	200
Figura 2.99 Participação em organização de trabalho ou produtor – Total	204
Figura 2.100 Participação em atividades comunitárias – Total.....	205
Figura 3.1 Comunidade quilombola de Inhanhum localizada a jusante do eixo da barragem da UHE Riacho Seco - Santa Maria da Boa Vista (PE).....	209
Figura 3.2 A e B Equipamentos para captações de água em Inhanhum (PE)	211
Figura 3.3 Vista das ruas de Inhanhum (PE).....	212
Figura 3.4 Vista das ruas de Inhanhum.....	212
Figura 3.5 Equipamento comunitário(quadra de esporte, Igreja e caixa d'água – Inhanhum (PE).....	212
Figura 3.6 Clube de Inhanhum (PE).....	212
Figura 3.7 Escola Municipal Cassimiro Lucas em Inhanhum (PE)	215
Figura 3.8 Posto de Saúde de Inhanhum	215
Figura 3.9 Local do canteiro de obras da UHE Riacho Seco no Distrito de Riacho Seco - Município de Curaçá (BA)	216
Figura 3.10 Povoado de Sítio Poços – Localização em relação ao canteiro de obras	217
Figura 3.11 Povoado de Riacho Seco e parte da área rural do Distrito – Município de Curaçá (BA)	218
Figura 3.12 A e B Vista do cruzeiro construído por Antônio Conselheiro em 1898 e a Igreja de Riacho Seco – Distrito de Curaçá (BA).....	218
Figura 3.13 Estrutura do SAAE que abastece o povoado de Riacho Seco (BA)	219
Figura 3.14 e o matadouro do povoado de Riacho Seco (BA)	219

Figura 3.15 Mercado da vila de Riacho Seco (BA).....	219
Figura 3.16 Vista de Rua da vila sem calçamento no povoado de Riacho Seco (BA)....	219
Figura 3.17 Escola Estadual Ananias Carlos Nascimento.....	221
Figura 3.18 Escola Municipal Luiz da Costa Mendonça	221
Figura 3.19 Creche Maria Josenita Ambrósia dos Santos.....	221
Figura 3.20 Escola Municipal José Carlos.....	221
Figura 3.21 Quadra poliesportiva da Escola Estadual – Distrito Riacho Seco (BA)	222
Figura 4.1 A e B Cupira – casa de farinha e terraços fluviais cultivados, Santa Maria da Boa Vista (PE)	224
Figura 4.2 A, B e C Áreas de plantio no PA Caraíbas II Santa Maria da Boa Vista (PE)	225
Figura 4.3 Caraíbas II – Criação de abelhas Mandaçaias, Santa Maria da Boa Vista (PE)	226
Figura 4.4 PA Caraíbas II – Criatório de ovinos e caprinos, Santa Maria da Boa Vista (PE)	226
Figura 4.5 A, B e C PA Caraíbas II – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)	227
Figura 4.6 A, B e C PA Caraíbas II – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)	227
Figura 4.7 Coripós - Cultivo de arroz, Santa Maria da Boa Vista (PE)	228
Figura 4.8 Coripós - Floresta de algaroba, Santa Maria da Boa Vista (PE)	228
Figura 4.9 PA APA – Entrada do assentamento - Santa Maria da Boa Vista (PE).....	230
Figura 4.10 Vila do PA APA - Santa Maria da Boa Vista (PE).....	230
Figura 4.11 PA Nossa Senhora da Conceição - Vista panorâmica parcial da vila I, Santa Maria da Boa Vista (PE).....	231
Figura 4.12 PA Nossa Senhora da Conceição - Vista panorâmica parcial da vila II integrada à comunidade Nova Olinda, Santa Maria da Boa Vista (PE)	231
Figura 4.13 A e B PA Nossa Senhora da Conceição - Formas de abastecimento d'água do assentamento durante os cortes de energia - Santa Maria da Boa Vista (PE)	231
Figura 4.14 A, B e C PA Boqueirão – Vila do assentamento e os quintais produtivos das casas, Santa Maria da Boa Vista (PE)	233
Figura 4.15 PA Boqueirão – Igreja evangélica, Santa Maria da Boa Vista (PE).....	233
Figura 4.16 PA José Ivaldo - Terras da margem do rio, destinadas aos plantios em lotes de 3,0 hectares, Santa Maria da Boa Vista (PE).....	234
Figura 4.17 PA José Ivaldo - Casa de antigo morador, isolada no assentamento, Santa Maria da Boa Vista (PE).....	234

Figura 4.18 A e B PA José Ivaldo - terras desocupadas, plantios desativados, Santa Maria da Boa Vista (PE)	235
Figura 4.19 A, B e C PA José Ivaldo – Vila do assentamento, Santa Maria da Boa Vista (PE)	235
Figura 4.20 A, B e C PA José Ivaldo I – benfeitorias da fazenda desapropriada, destruídas e ou depredadas, Santa Maria da Boa Vista (PE)	236
Figura 4.21 A, B e C PA José Ivaldo I – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)	236
Figura 4.22 Comunidade Tamaquiús, Santa Maria da Boa Vista (PE)	237
Figura 4.23 A e B Comunidade Tamaquiús, Santa Maria da Boa Vista (PE)	237
Figura 4.24 A, B e C Comunidade Tamaquiús - situação de pobreza – Santa Maria da Boa Vista (PE)	238
Figura 4.25 A, B e C PA Aquarius - Vasta extensão de lagoa e áreas sem plantios, Santa Maria da Boa Vista (PE)	238
Figura 4.26 A, B e C PA Aquarius - Aspectos da vila do assentamento, Santa Maria da Boa Vista (PE)	239
Figura 4.27 A, B e C PA Bom Sossego – Vista da vila. Instalação de energia elétrica paralisada por motivo de roubos da fiação, Santa Maria da Boa Vista (PE)	240
Figura 4.28 PA Bom Sossego – casas de taipa ocupadas na beira rio, Santa Maria da Boa Vista (PE)	240
Figura 4.29 A, B e C PA Nossa Senhora do Carmo. Vista da Vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)	241
Figura 4.30 PA Nova Esperança – vila em construção, Santa Maria da Boa Vista (PE)	242
Figura 4.31 A e B PA Nova Esperança – Vila em construção e assentado entrevistado, Santa Maria da Boa Vista (PE)	243
Figura 4.32 A, B, C e D PA Brilhante – Vista Parcial, Santa Maria da Boa Vista (PE)	243
Figura 4.33 A, B e C PA Brilhante – aspectos de área de plantio com maracujá e de criatório de bovinos - Santa Maria da Boa Vista (PE)	244
Figura 4.34 A, B e C PA Vitória - aspectos da beira rio da Vila I - espaço de convivência, de banho, lavagem de roupa e louças, pesca etc. - Santa Maria da Boa Vista (PE)	244
Figura 4.35 A, B e C PA Vitória - Vila II, Santa Maria da Boa Vista (PE)	245
Figura 4.36 A, B e C PA Vitória - Vista de áreas de plantio e de adutora - Santa Maria da Boa Vista (PE)	245
Figura 4.37 A e B PA Safra - vista parcial do Assentamento - Santa Maria da Boa Vista (PE)	247
Figura 4.38 A, B e C PA Safra - vista da vila - Santa Maria da Boa Vista (PE)	247

Figura 4.39 A e B PA Catalunha – detalhes da vila próxima ao rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)	248
Figura 4.40 A, B, C, D, E e F PA Catalunha – aspectos das vilas altas, Santa Maria da Boa Vista (PE)	248
Figura 4.41 PA Catalunha – Forma de abastecimento d'água familiar - Santa Maria da Boa Vista (PE)	249
Figura 4.42 A, B e C PA Catalunha – benfeitorias da antiga fazenda localizadas na área mais afastada do rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)	249
Figura 4.43 A, B, C, D, E e F PA Catalunha – infraestrutura de captação e bombeamento d'água - Santa Maria da Boa Vista (PE)	250
Figura 4.44 A, B e C PA Catalunha – aspectos dos pequenos plantios encontrados nas proximidades do rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)	250
Figura 4.45 PA Catalunha – plantio isolado de manga e coco - Santa Maria da Boa Vista (PE)	251
Figura 4.46 A, B e C PA Catalunha – áreas de plantio abandonadas - Santa Maria da Boa Vista (PE)	251
Figura 4.47 A, B e C Pedras no meio do rio, nas corredeiras ou próximas às margens.....	253
Figura 4.48 A, B e C Ilhotas desertas sem uso aparente, localizadas no trecho entre as ilhas da Missão e Inhanhum	253
Figura 4.49 A, B e C Ilhotas localizadas no entorno da ilha da Missão e Caraputé	253
Figura 4.50 Trecho da AID da UHE Riacho Seco que apresenta grande concentração de ilhas e ilhotas nas proximidades do eixo do reservatório ...	254
Figura 4.51 Ilha da Coroa que é pernambucana mas é usada como lazer pela população de Curaçá(PE)	258
Figura 4.52 A e B Cultura de coco e de manga na Ilha da Missão.....	259
Figura 4.53 A, B e C Solo aluvial preparado para cultivos em sulco (à esq.), cultivos de manga (ao centro) e de banana (à dir.) na Ilha da Missão	259
Figura 4.54 A, B e C Núcleo habitacional com 16 famílias (à esq.), e vista parcial de propriedade que possui plantios de banana, manga e goiaba na Ilha da Missão	259
Figura 4.55 Casas utilizadas pelo proprietário e pelo meeiro na Ilha Pequena	260
Figura 4.56 A, B e C Cultivo com mandioca (à esquerda e no centro) e cebola (à dir.) na Ilha de Pananá	261
Figura 4.57 A e B Vista de Ilhotas, ao lado da ilha Pananá.....	261
Figura 4.58 A e B Canoa (à esq.) e casa de morada (à dir.) na Ilha Barreiros	262
Figura 4.59 A, B e C Culturas de banana e maracujá na Ilha Barreiros	262
Figura 4.60 A, B e C Vista panorâmica da Ilha de Mato Grosso	262

Figura 4.61 A, B e C Casa de taipa (à esq.), criação de bois (centro) e cultivo de banana (à dir.) na Ilha de Mato Grosso	263
Figura 4.62 A, B e C Mata ciliar (à esq.), casa de taipa (ao centro) e cavalo pertencente ao morador (à dir.) na Ilha Tem-Tem	263
Figura 4.63 A, B e C cultivado com feijão (à esq.) e milho (no centro e à dir.) na Ilha do Feijão	264
Figura 4.64 A e B Captação com bomba a óleo diesel (a esq.) e cultivo de maracujá (à dir.) na Ilha de Itapicuru	264
Figura 4.65 A, B e C Solo aluvial com textura arenosa e média, cultivado com feijão (centro e à esq.) e casa de taipa (à dir.) na Ilha de Itapicuru.....	265
Figura 4.66 A, B e C Ocupação de médio padrão Ilha dos Mortos.....	265
Figura 4.67 A, B e C Solo aluvial com textura média e arenosa, mostrando campos de cultivo na Ilha dos Mortos	265
Figura 4.68 A, B e C Chegada na Ilha do Veado de canoa (à esq.) e cultivo de feijão (no centro e à dir.)	266
Figura 4.69 A e B Vista panorâmica da Ilhota do Adolfo, vendo-se a criação extensiva de bois de bois	269
Figura 4.70 A e B Vista panorâmica da Ilhota Barbosa (ou de Zé de Roque) (à esq.) e detalhe do Solo Aluvial arenoso (à dir.)	270
Figura 4.71 A, B e C Solo aluvial com textura média, mostrando processos de erosão nos sulcos (à esq.) e cultivo de cebola (no centro e à direita) na Ilha de Pananá.....	270
Figura 4.72 A e B Bombeamento da água - roubos frequentes em ambas as margens e ilhas	271
Figura 4.73 A, B e C Ilha de Pananá: casas de taipa (centro e à esq.) e criação de galinhas e perus (à dir.)	271
Figura 4.74 A, B e C Casas de moradores de ilhas: Ilha Pequena (à esquerda e no centro) e Ilha de Mato Grosso à direita.....	272
Figura 4.75 A, B e C Casas na Ilha de Tem-Tem a direita e esquerda	272
Figura 4.76 Ilha do veado: Criação de porcos	272
Figura 4.77 Ilha da Missão: Jirau em casa de morador	272
Figura 4.78 A e B Escola Municipal Ilha do Saco: perfil do prédio (à esquerda) e vista das instalações sanitárias (à direita)	273
Figura 4.79 A e B Escola Nossa Senhora do Pilar localizada na ilha da Missão.....	273
Figura 4.80 A, B e C Povoado Cerca de Pedra - Curaçá (BA)	276
Figura 4.81 A, B e C Fazenda do Meio: Terraço Fluvial com agricultura irrigada (à direita) e local da agrovila no Cristalino (à esquerda).....	277
Figura 4.82 A, B e C Comunidade Barroca	277
Figura 4.83 A, B e C Povoado Ferrete - Curaçá (BA).....	279

Figura 4.84 Povoado Ferrete - Curaçá (BA)	279
Figura 4.85 A, B e C Povoado Curralinho - Curaçá (BA).....	279
Figura 4.86 Fazenda Oiteiro - Curaçá (BA)	280
Figura 4.87 A e B Passagem.....	280
Figura 4.88 A e B Coletividade Lagoa I - Curaçá (BA)	281
Figura 4.89 A e B Coletividade Lagoa II - Curaçá (BA)	281
Figura 4.90 A e B Campo de produção de melancia e banana na coletividade Lagoa II - Curaçá (BA).....	282
Figura 4.91 A e B Sulcos com adubo e cultura na margem do rio na coletividade Lagoa II - Curaçá (BA).....	282
Figura 4.92 A, B e C Fazenda Mãe Maria	283
Figura 4.93 A e B Fazenda Roçado	283
Figura 4.94 A e B Fazenda Pedra Branca.....	283
Figura 4.95 A e B Agrovila e área cultivada no PA Novo Horizonte - Curaçá (BA)	284
Figura 4.96 A, B e C Comunidade Jatobá - Curaçá (BA)	285
Figura 4.97 A e B Comunidade Rompedor - Curaçá (BA).....	285
Figura 4.98 A, B e C Comunidade Caraíbas - Curaçá (BA).....	286
Figura 4.99 A, B, C, D, E e F Fazenda Gapiúna e áreas de plantio - Curaçá (BA)	288
Figura 4.100 Olarias na área do riacho Belmonte – Curaçá (BA).....	288
Figura 4.101 A e B Impueira Dantas e Barra Grande - Curaçá (BA).....	289
Figura 5.1 A, B, C, D e E PA Jatobá - aspectos das áreas de plantios de lavouras permanentes - Lagoa Grande (PE).....	291
Figura 5.2 A, B e C PA Jatobá - aspectos das áreas de plantios de lavouras temporárias - Lagoa Grande (PE).....	291
Figura 5.3 A e B PA Jatobá - Estação de captação e bombeamento - Lagoa Grande (PE)	292
Figura 5.4 A, B e C PA Jatobá - Vista dos apriscos e da vila - Lagoa Grande (PE).....	292
Figura 5.5 A, B e C Áreas plantadas e cultivos com a instalação de parreiras no PA Malhada Real – Município de Lagoa Grande (PE)	293
Figura 5.6 A e B e C Captação e Casa de Bombas do PA Malhada Real – Município de Lagoa Grande (PE).....	293
Figura 5.7 A e B e C Comunidade Fazenda Coroa – Município de Juazeiro (BA)	294
Figura 5.8 A e B e C Comunidade Periquita - Município de Juazeiro (BA).....	294
Figura 6.1 Antiga cadeia pública e atualmente parte do Museu Coripós em Santa Maria da Boa Vista - PE	299
Figura 6.2 A e B Parte da área urbana ribeirinha do município de Santa Maria da Boa Vista que será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco	299

Figura 6.3 A e B Parte da estrutura (ruínas) da capela da antiga Aldeia de Nossa Senhora da Piedade, Ilha de Inhanhum – Santa Maria da Boa Vista – PE ...	300
Figura 6.4 A e B Parte da estrutura (ruínas) do sítio histórico situado na Ilha da Missão, em Santa Maria da Boa Vista – PE	300
Figura 6.5 Parte da área ribeirinha do sítio histórico de Curaçá que será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco – Obras de urbanização/requalificação recentes	301
Figura 6.6 Vista da fachada principal do Museu de Curaçá que não será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco	301
Figura 6.7 Cena cotidiana na região da AID do empreendimento - O transporte feito por pequenos barcos	305
Figura 6.8 Ponto de travessia e de atracação de barcos, próximo à Ceasa, em S ^{ta} M ^a da Boa Vista - PE	306
Figura 6.9 Ponto de travessia e de atracação de barcos, próximo, na localidade de Vermelhos, em Lagoa Grande - PE.....	306
Figura 6.10 Ponto da balsa em Curaçá, na travessia para S ^{ta} M ^a da Boa Vista - PE	307
Figura 6.11 Ponto de travessia na localidade de Inhanhum, em S ^{ta} M ^a da Boa Vista - PE.....	307
Figura 6.12 O banho como lazer ou mesmo como higiene pessoal - Área ribeirinha do Distrito de Vermelhos, com a Ilha do Pontal ao fundo.....	309
Figura 6.13 Mãe e filha exercem o ofício de lavadeiras, próximo à ribeira de Curaçá (BA)	310
Figura 6.14 A e B Devota pagando promessa com a Roda de São Gonçalo, Fazenda do Meio – Curaçá – BA.....	313
Figura 6.15 A e B Almoço para servir aos convidados na Roda de São Gonçalo, Fazenda do Meio – Curaçá - BA.....	314
Figura 6.16 Pôr do sol visto de um dos mirantes existentes no núcleo histórico de Curaçá - Bahia.....	316
Figura 6.17 As ilhas vistas da Pedra de Monte Carmelo, situadas perto da comunidade Serrote –Santa Maria da Boa Vista - PE	317
Figura 6.18 da Pedra da Maçãzeira – Local muito frequentado pela população local e por turistas para contemplação do pôr do sol sobre o rio São Francisco ...	317
Figura 6.19 A, B, C, D, E, F, G, H, I e J Fotograma do centro histórico de Curaçá	319
Figura 6.20 A, B, C, D, E, F, G, H e I Fotograma do Cais da Ribeira, município de Santa Maria da Boa Vista - PE	322
Figura 6.21 A, B, C, D, E e F Fotograma da Rua Capitão Luiz Barros, município de Santa Maria da Boa Vista - PE	323
Figura 6.22 A, B, C, D, E, F, G, I e J Fotograma da Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, município de Santa Maria da Boa Vista - PE.....	325

Figura 6.23 A, B, C, D, E e F Fotograma do entorno da Praça da Matriz, município de S ^{ta} Maria da Boa Vista - PE	326
Figura 6.24 A, B, C, D, E e F Fotograma da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, município de Santa Maria da Boa Vista - PE	327
Figura 6.25 A, B, C e D Fotograma do Antigo Mercado Público, município de Santa Maria da Boa Vista - PE	328
Figura 7.1 Fachada frontal da Fazenda da Volta localizada na área urbana de Santa Maria da Boa Vista – PE	332
Figura 7.2 Material arqueológico fotografado no local da ocorrência - Santa Maria da Boa Vista – PE.....	333
Figura 7.3 Muro de pedra na localidade de Inhanhum - Santa Maria da Boa Vista.....	333
Figura 7.4 Possível local de urna funerária, em plantação de cebola na Ilha da Missão Velha - Santa Maria da Boa Vista – PE.....	334
Figura 7.5 Ruína de igreja, em tijolo e apresentando resto de reboco, localizada na Ilha de Inhanhum em Santa Maria da Boa Vista – PE.....	335
Figura 7.6 Detalhe do arco em tijolo e parte do reboco ainda preservado no interior Igreja da Ilha da Missão em Santa Maria da Boa Vista - PE	336
Figura 7.7 Panorâmica da área próxima ao sítio - Em segundo plano se vê a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande – PE.....	337
Figura 7.8 Área onde o Sr. Antônio Rufino informou ter encontrado uma urna funerária em Curaçá - BA	338
Figura 7.9 Material arqueológico registrado em campo durante prospecção de superfície em Curaçá – BA.....	339
Figura 7.10 Antiga entrada do cemitério de Riacho Seco mandado construir por Antônio Conselheiro em Curaçá – BA	340
Figura 8.1 Riacho da Barra de Cima, Curaçá (BA) - Local onde foram encontrados ossos com aspecto de “pedra de um animal muito maior do que gado”.....	341
Figura 8.2 Riacho da Barra de Cima, Curaçá (BA) - Costela e outros ossos bastante fragmentados (Eremotherium?) - Escala 15 cm	342
Figura 8.3 Costela e outros ossos fragmentados encontrados junto à Serra da Cana Brava - Tamanho do martelo é 30 cm	342
Figura 9.1 Mapa cognitivo de comunidades do rio – Margem baiana	347
Figura 9.2 Mapa cognitivo de comunidades do rio São Francisco – Margem pernambucana.....	349
Figura 9.3 A, B e C Comunidade Coripós Santa Maria da Boa Vista (PE)	365
Figura 9.4 Comunidade de Inhanhum, em Santa Maria da Boa Vista (PE).....	367
Figura 9.5 Comunidade Cupira em Santa Maria da Boa Vista (PE)	367
Figura 9.6 Comunidade Jatobá	368

Figura 9.7 Comunidade Rompedor	368
Figura 9.8 Colônia de Pescadores Z- 19, em Santa Maria da Boa Vista/PE	371
Figura 9.9 Colônia de Pescadores Z – 60, Juazeiro	371
Figura 9.10 Colônia de Pescadores Z – 79, em Curaçá/BA	371
Figura 9.11 Jovens pescando no porto de Santa Maria	372
Figura 9.12 Pescadores no rio São Francisco.....	372
Figura 9.13 Balsa utilizada para a travessia, em Santa Maria da Boa Vista (PE)	376
Figura 9.14 Porto de atracação dos barqueiros em Santa Maria da Boa Vista (PE)	376
Figura 9.15 Lavagem de roupa, em Curaçá (BA)	377
Figura 9.16 Lavadeiras em Curaçá (BA)	377
Figura 9.17 Lavagem de vísceras pelas “Fateiras”, em Curaçá (BA)	378
Figura 9.18 Casa de Martinha	379
Figura 9.19 Centro de Umbanda de Oxossi	379
Figura 9.20 Cemitério particular da família de Dona Martinha.....	380
Figura 9.21 Cemitério particular da família de Dona Martinha.....	380

Lista de quadros

Quadro 1.1 Fonte de dados para elaboração do Mapa de Uso e Ocupação do Solo da AID.....	29
Quadro 1.2 Análise da população temporária	42
Quadro 1.3 Classificação de propriedades da AID, segundo Módulo Fiscal	68
Quadro 1.4 Principais pontos de travessia no trecho ribeirinho da AID.....	87
Quadro 1.5 Pontos de travessia impactados pelo reservatório da UHE Riacho Seco.....	93
Quadro 2.1 Paisagem socioeconômica da AID – margem pernambucana	101
Quadro 2.2 Paisagem socioeconômica da AID – margem baiana	103
Quadro 2.3 Relação das escolas na área urbana de Santa Maria da Boa Vista – (PE)	184
Quadro 2.4 Relação das escolas na área rural de Santa Maria da Boa Vista – (PE).....	184
Quadro 2.5 Relação das escolas na área urbana de Curaçá – (BA).....	185
Quadro 2.6 Relação das escolas na área rural de Curaçá – (BA).....	186
Quadro 2.7 Relação das escolas em Lagoa Grande.....	186
Quadro 2.8 Relação das escolas na área de Juazeiro	187
Quadro 3.1 Propriedades existentes nas ilhas da Zona de Jusante - ZJ	207
Quadro 4.1 PA Caraíbas: Plantios localizados em terraço fluvial.....	225

Quadro 6.1 Relação das coordenadas UTM do Patrimônio Histórico Identificado inserido na AID da UHE Riacho Seco	302
Quadro 6.2 Expressões culturais dos municípios da AID	303
Quadro 6.3 Relação das coordenadas UTM dos principais pontos de travessia na AID da UHE Riacho Seco	307
Quadro 6.4 Relação das coordenadas UTM dos principais bens que compõem o Patrimônio Paisagístico da AID da UHE Riacho Seco	318
Quadro 6.5 Descrição do Patrimônio Histórico do município de Curaçá (BA)	318
Quadro 6.6 Descrição do Patrimônio Histórico e Paisagístico do município de Lagoa Grande (PE)	320
Quadro 6.7 Descrição do Patrimônio Histórico e Paisagístico do município de Santa Maria da Boa Vista - PE	320
Quadro 8.1 Localização dos achados paleontológicos – Curaçá (BA)	343
Quadro 8.2 Fóssil identificado no município de Curaçá (BA)	343
Quadro 9.1 As populações tradicionais na AID	351
Quadro 9.2 Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares na AID	363

Lista de tabelas

Tabela 1.1 Distribuição das classes de uso do solo na AID, por município	32
Tabela 1.2 Interferências da formação do reservatório, nas classes de uso e ocupação do solo na AID	37
Tabela 1.3 Distribuição das classes de uso do solo considerando-se apenas as terras inundáveis	38
Tabela 1.4 População dos municípios da AID – 2007	39
Tabela 1.5 Média de trabalhadores ocupada na construção da UHE Riacho Seco	42
Tabela 1.6 Número e área das propriedades rurais cadastradas na AID de acordo com o Módulo Fiscal - margem pernambucana	69
Tabela 1.7 Número e área das propriedades rurais cadastradas na AID – margem baiana	71
Tabela 1.8 Projetos de Assentamento existentes na AID	73
Tabela 1.9 Interferências da UHE Riacho Seco no sistema viário da AID	89
Tabela 2.1 Classificação dos imóveis rurais na AID por município	105
Tabela 2.2 Condições de ocupação nas propriedades da AID	106
Tabela 2.3 Condição de ocupação nos Projetos de Assentamentos da AID	107
Tabela 2.4 Quantitativo de imóveis atingidos na área urbana de Santa Maria da Boa Vista (PE) por endereço	112

Tabela 2.5 Imóveis diretamente atingidos pelo em Santa Maria da Boa Vista (PE) por categoria de uso	113
Tabela 2.6 Quantitativa de imóveis atingidos na área urbana de Curaçá(BA) por endereço.....	120
Tabela 2.7 Imóveis diretamente atingidos em Curaçá (BA), por categoria de uso	120
Tabela 2.8 Tipo de uso das propriedades localizada nas ilhas da AID	124
Tabela 2.9 Regime de posse e uso das terras na Subzona de Ilhas – ZMP5 da AID	125
Tabela 2.10 Áreas das principais culturas plantadas, na área rural, por município na AID.....	133
Tabela 2.11 Áreas das principais culturas plantadas por município na AID	135
Tabela 2.12 Diversidades dos rebanhos na área diretamente atingida.....	145
Tabela 2.13 Benfeitoria existente na Zona Rural da AID da UHE Riacho Seco	150
Tabela 2.14 Benfeitorias existente na área urbana da AID da UHE Riacho Seco.....	152
Tabela 2.15 Benfeitorias e equipamentos existente na Subzona de Ilhas – ZMP5 da AID da UHE Riacho Seco.....	153
Tabela 2.16 Renda familiar – Área Rural dos municípios da AID da UHE Riacho Seco	154
Tabela 2.17 Estrutura da Renda Familiar na Subzona de Ilhas da AID	155
Tabela 2.18 Principais atividades desenvolvidas na AID da UHE Riacho Seco.....	156
Tabela 2.19 Valores de referências de benfeitorias	160
Tabela 2.20 Valores de referências de benfeitorias	161
Tabela 2.21 Valores de referências de benfeitorias	162
Tabela 2.22 Preço médio/ha de terra nua na AID	162
Tabela 2.23 Destino dos dejetos e água servidas (%)	173
Tabela 2.24 Número de parteiras por municípios da AID	180
Tabela 2.25 Número de rezadeiras por municípios da AID	181
Tabela 2.26 Percentual por Município - Escolaridade dos filhos	191
Tabela 2.27 Percentual por município - Escolaridade do chefe de família	192
Tabela 2.28 Saneamento básico, percentual sobre o nº de domicílios na AID – 2008 ...	195
Tabela 2.29 Rede de Serviços de saúde segundo os municípios da AID – 2008	197
Tabela 2.30 Saúde pública nos municípios da AID do UHE Riacho Seco- 2008	197
Tabela 2.31 Programas de Saúde Básica nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008	198
Tabela 2.32 Saúde pública nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008.....	199
Tabela 2.33 Programas de Saúde Básica nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008	201

Tabela 3.1 Condição de ocupação das propriedades no Quilombo de Inhanhum (PE)	210
Tabela 3.2 Benfeitorias existente no quilombo de Inhanhum (PE)	211
Tabela 3.3 Estrutura da renda familiar em Inhanhum (PE)	213
Tabela 3.4 Áreas cultivadas em Inhanhum.....	213
Tabela 3.5 Pecuária em Inhanhum.....	214
Tabela 3.6 Quantitativo de imóveis por categoria de uso - povoado Riacho Seco (BA)	220
Tabela 4.1 Ilhas da AID (ZMP5)	255
Tabela 4.2 Principais culturas nas propriedades da subzona de ilhas da AID	268
Tabela 4.3 Número de animais criados na Subzona de Ilhas da AID.....	269

SUMÁRIO

CAPÍTULO IX - DIAGNÓSTICO DA AID – MEIO ANTRÓPICO.....	28
1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	28
1.1 Procedimentos metodológicos específicos.....	28
1.1.1 Área urbana.....	28
1.1.2 Área rural.....	28
1.2 Mapeamento do uso e ocupação do solo.....	29
1.2.1 Classes de uso e ocupação do solo	30
1.2.2 Descrição das classes de uso e ocupação do solo	33
1.2.3 Interferências do empreendimento no uso e ocupação do solo	36
1.2.4 Interferências do empreendimento na dinâmica demográfica da área urbana x área rural	39
1.3 Área urbana.....	44
1.3.1 Santa Maria da Boa Vista (PE).....	44
1.3.2 Curaçá (BA).....	55
1.4 Área rural.....	64
1.4.1 Estrutura fundiária segundo o módulo fiscal	64
1.4.2 Áreas de colonização ou ocupadas sem titulação.....	72
1.4.3 Áreas ocupadas por Movimentos de Sem Terra - MST.....	73
1.5 Áreas legalmente protegidas.....	77
1.5.1 Unidades de conservação ambiental.....	77
1.5.2 Terras indígenas.....	77
1.5.3 Quilombos	79
1.6 Infraestrutura local e regional	83
1.6.1 Sistema viário	83
1.6.2 Pontos de travessias	86
1.6.3 Pontos de atracação.....	88
1.6.4 Interferências do empreendimento na infraestrutura	89
2 PAISAGEM SOCIOECONÔMICA.....	94
2.1 Zoneamento da paisagem.....	95
2.1.1 Zona de jusante do reservatório - ZJ.....	95
2.1.2 Zona de montante do reservatório - ZM	95
2.1.3 Zona de remanso do reservatório – ZR	97
2.2 Visão panorâmica da paisagem	99
2.2.1 Margem pernambucana.....	100
2.2.2 Margem baiana.....	102

2.3 Regime de posse	104
2.3.1 Área rural.....	104
2.3.2 Área urbana.....	111
2.3.3 Ilhas.....	124
2.4 Nível tecnológico da exploração	126
2.4.1 Irrigação.....	126
2.4.2 Agricultura de sequeiro.....	129
2.4.3 Práticas de conservação do solo.....	130
2.5 Principais atividades desenvolvidas, áreas envolvidas e resultados da exploração econômica	131
2.5.1 Agricultura	131
2.5.2 Pecuária	144
2.5.3 Extrativismo	146
2.5.4 Pesca.....	148
2.6 Benfeitorias e equipamentos.....	149
2.6.1 Zona rural	149
2.6.2 Zona Urbana.....	151
2.6.3 Ilhas	152
2.7 Estrutura da renda familiar	153
2.7.1 Área rural.....	153
2.7.2 Ilhas	155
2.7.3 Principais atividades desenvolvidas	155
2.8 Preço de terras e benfeitorias	159
2.8.1 Procedimentos metodológicos específicos.....	159
2.8.2 Valores de referência.....	160
2.9 Modos de vida.....	163
2.9.1 Condições de habitação	163
2.9.2 Saneamento básico	168
2.9.3 Saúde pública.....	173
2.9.4 Educação.....	183
2.9.5 Análise do impacto do empreendimento nos serviços públicos de saúde e educação.....	195
2.10 Atividades comunitárias e associativismo.....	203
3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE JUSANTE - ZJ.....	206
3.1 Margem pernambucana - ZJP.....	206
3.1.1 Ilha de Inhanhum.....	207
3.1.2 Ilha da Missão Velha	207

3.1.3 Quilombo e povoado de Inhanhum.....	209
3.2 Margem baiana - ZJB.....	215
3.2.1 Canteiro de obras	215
3.2.2 O povoado de Sítio Poços	216
3.2.3 Distrito de Riacho Seco	217
4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE MONTANTE – ZM	223
4.1 Margem pernambucana	223
4.1.1 Subzona Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMP1	223
4.1.2 Subzona de Influência Urbana – ZMP2.....	228
4.1.3 Subzona de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais – ZMP3.....	228
4.1.4 Subzona de Agricultura Empresarial e Agronegócios – ZMP4	246
4.1.5 Subzona de Ilhas – ZMP5	252
4.2 Margem baiana	274
4.2.1 Subzona de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMB1	274
4.2.2 Subzona de Agricultura Familiar e Agronegócios – ZMB2	284
4.2.3 Subzona de Influência Urbana – ZMB3.....	288
4.2.4 Subzona de Agronegócios – ZMB4	289
5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE REMANSO DO RESERVATÓRIO – ZR	290
5.1 Margem pernambucana - ZRP	290
5.1.1 PA Jatobá	290
5.1.2 PA Malhada Real/Ascamar.....	292
5.2 Margem baiana - ZRB.....	293
5.2.1 Fazenda Coroa.....	294
5.2.2 Fazenda Pedras	294
5.2.3 Comunidade Periquita	294
6 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO	295
6.1 Procedimentos metodológicos específicos.....	295
6.2 O Patrimônio inserido na AID	296
6.2.1 O Patrimônio histórico	296
6.2.2 O patrimônio cultural.....	302
6.2.3 O Patrimônio paisagístico.....	315
6.3 O Patrimônio histórico e paisagístico dos municípios da AID - Quadro síntese.....	318
6.3.1 Município de Curaçá (BA).....	318
6.3.2 Município de Lagoa Grande (PE)	320

6.3.3 Município de Santa Maria da Boa Vista (PE).....	320
7 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ESPELEOLÓGICO.....	328
7.1 Procedimentos metodológicos específicos.....	328
7.1.1 Etapa de gabinete	329
7.1.2 Etapa de campo	329
7.2 Estado atual do conhecimento acerca dos bens arqueológicos existentes na AID.....	331
7.3 Resultados da prospecção arqueológica de superfície na Área de Influência Direta	331
7.3.1 Margem pernambucana.....	332
7.3.2 Margem baiana.....	338
8 PALEONTOLOGIA	340
8.1 Considerações gerais	340
8.2 Resultado dos levantamentos.....	341
8.2.1 Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande (PE)	341
8.2.2 Petrolina (PE)	341
8.2.3 Curaçá e Juazeiro (BA)	341
9 POPULAÇÕES TRADICIONAIS.....	343
9.1 Procedimentos metodológico específicos.....	343
9.2 Comunidades na AID.....	344
9.2.1 Discussão conceitual.....	344
9.2.2 As comunidades no espaço geográfico da AID	346
9.3 Populações indígenas na AID	356
9.3.1 Os Atikum de Curaçá.....	358
9.4 Comunidades quilombolas na AID	361
9.4.1 Etnogênese na AID	362
9.4.2 As comunidades quilombolas na margem pernambucana	365
9.4.3 As comunidades quilombolas na margem baiana	367
9.5 Populações ribeirinhas	368
9.5.1 Sobre a pesca	371
9.5.2 Sobre a agricultura dos ribeirinhos	373
9.5.3 Sobre outras atividades produtivas/econômicas das populações ribeirinhas.....	376
9.5.4 Sobre outras atividades culturais e religiosas das populações ribeirinhas	378
10 CONFLITOS SOCIAIS	382
10.1 Procedimentos metodológicos específicos.....	382
10.2 Configurações e reconfigurações da região do Submédio São Francisco....	384

10.3 Modos de vida dos beiradeiros e dos ribeirinhos do rio São Francisco	389
10.4 Considerações sobre as coletividades visitadas - Margem pernambucana.....	391
10.4.1 Contexto do município de Santa Maria da Boa Vista	391
10.4.2 Comunidades recentes / Projetos de Assentamentos - PA	392
10.4.3 Comunidades étnicas	393
10.4.4 Comunidades tradicionais	397
10.4.5 Comunidades políticas	399
10.5 Considerações sobre as coletividades visitadas – Margem baiana	401
10.5.1 Contexto do município de Curaçá	404
10.5.2 Comunidades de beiradeiros e ribeirinhos	405
10.5.3 Comunidades étnicas	409
10.5.4 Comunidades políticas	412
10.5.5 Considerações sobre conflitos na Área de Caatinga.....	413
10.6 Considerações finais.....	414
10.6.1 Conflitos na AID – Margem pernambucana.....	414
10.6.2 Conflitos na AID – Margem baiana.....	414

CAPÍTULO IX - DIAGNÓSTICO DA AID – MEIO ANTRÓPICO

1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

1.1 Procedimentos metodológicos específicos

1.1.1 Área urbana

A área urbana é caracterizada pela existência de um conglomerado de edificações de diversas dimensões, dotado de infraestrutura física e de serviços públicos, onde se concentram, além do uso residencial, atividades públicas e privadas complementares às atividades econômicas desenvolvidas na região, tais como comércio e serviços, entre outros. As áreas urbanas de cidades podem, em suas periferias, agregar zonas onde são exercidas atividades agrícolas, assim como também são encontrados núcleos urbanos em zonas rurais, nos quais estão concentradas atividades de características urbanas, complementares às atividades agrícolas desenvolvidas na região.

Obras de implantação de grandes projetos, no caso, a Usina Hidrelétrica Riacho Seco (UHE), resultam em impactos significativos que causarão mudanças no padrão estrutural dos grupos sociais, refletindo sobre a estrutura urbana que estes grupos habitam.

Embora a delimitação da AID da UHE Riacho Seco não contemple a totalidade das áreas urbanas e seus entornos das sedes municipais de Santa Maria da Boa Vista (PE) e Curaçá (BA), pelo fato de se localizarem dentro da Área de Abrangência dos estudos da AID (Cap. V – Áreas de Influência) e por serem referência local para a demanda por serviços públicos, elas serão abordadas neste item.

1.1.2 Área rural

Os dados utilizados nos diversos itens de análise de Uso e Ocupação do Solo tiveram como base o Banco de Dados estruturado pela pesquisa censitária cadastral realizada no período de outubro a dezembro de 2008 e foram complementados com informações obtidas na pesquisa qualitativa realizada por técnicos e consultores, diretamente nas comunidades rurais, propriedades urbanas e rurais, e ilhas do São Francisco, bem como nas unidades empresariais e na base institucional pública instalada na região.

A pesquisa qualitativa envolveu observações de campo, visitas, entrevistas, reuniões, etc., com foco nas unidades produtivas existentes desde o entorno do remanso até a jusante do reservatório, incluindo ainda as ilhas existentes, excetuando-se apenas algumas ilhotas no entorno da Ilha dos Mortos e Inhanhum, cuja suspeita de ocorrência de plantios de *Cannabis sativa* (maconha) criou uma situação de risco e insegurança entre pesquisadores e barqueiros.

O Mapa de Uso e Ocupação do Solo da Área de Influência Direta – AID da UHE Riacho Seco foi elaborado utilizando-se técnicas de sensoriamento remoto e sobreposição de dados vetoriais obtidos em diversos órgãos institucionais.

Foram utilizadas as ortofotocartas digitais da Restituição Aerofotogramétrica (abril/2005), complementadas com as imagens utilizadas na elaboração do mapa de uso do solo da All, nos trechos que não foram cobertos com as imagens do sobrevoo.

A metodologia utilizada para a elaboração do mapa pode ser resumida nas seguintes etapas:

- ativação do *layer* com os limites da AID que, de acordo com o TR, foi definida como a poligonal formada pelas propriedades rurais diretamente atingidas que foram identificadas nos levantamentos de campo;
- criação de um *layer* com o mosaico das ortofotos digitais;
- criação dos polígonos das classes temáticas de uso do solo, através da análise visual das ortofotos, levando-se em consideração alguns elementos dos alvos, tais como forma, textura, tonalidade, aspecto, posicionamento geográfico e complementadas, nas situações em que as ortofotos existentes não cobriam toda a área da AID, por informação utilizada na elaboração do mapa de uso do solo da AII;
- exportação dos dados para o formato *shapefile*, para a geração da versão final do mapa e criação do *layout*.

As bases e imagens utilizadas estão listadas no Quadro 1.1, apresentado a seguir.

Quadro 1.1
Fonte de dados para elaboração do Mapa de Uso e Ocupação do Solo da AID

Base cartográfica	Fonte	Escala compatível
Ortofotocartas (digital)	Restituição Aerofotogramétrica. Escala de Voo 1:15.000. Data do Voo: Abril / 2005 (Chesf)	1:10.000
Ortofotocartas (digital)	Restituição Aerofotogramétrica. Escala de Voo 1:8.000. Data do Voo: Abril / 2005 (Chesf)	1:2.000
Ortofotos (digital) georreferenciado e ortorretificado	Vôo Aerofotogramétrico. Escala de Vôo 1:15.000. Data do Vôo: Abril / 2005. (Chesf)	1:10.000
Ortofotos (digital) georreferenciado e ortorretificado	Vôo Aerofotogramétrico. Escala de Vôo 1:8.000. Data do Vôo: Abril / 2005. (Chesf)	1:2.000
Dados de Campo	Receptor GPS de navegação.	1:100.000
Dados de campo digitalizados	Levantamento de campo utilizando as ortofotocartas.	1:10.000
Cartas Topográficas (digital)	Mapeamento Sistemático Brasileiro (Sudene)	1:100.000
Assentamentos (2004)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	1:100.000.

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

1.2 Mapeamento do uso e ocupação do solo

O contexto espacial de interesse de implementação da Usina Hidrelétrica Riacho Seco está no domínio de municípios com vastas extensões territoriais e com históricos de ocupação e uso pautados na atividade pecuária em áreas mais afastadas do rio. Embora a ocupação da faixa ribeirinha demonstre certa intensidade nos dias atuais, ela se revela como fruto de processos mais recentes, principalmente de promoção de investimentos na agricultura irrigada, dentro do qual as terras mais próximas do rio são mais disputadas.

Esta área tem como base ocupacional o desenvolvimento da pecuária em fazendas de amplas extensões que, embora situadas a certa distância do rio, compreendem também as suas margens que, não sendo, no geral, utilizadas pelo gado, eram deixadas no abandono, sendo então ocupadas por populações excluídas (índios, negros, foragidos da justiça, pobres), constituindo uma população de beiradeiros que viviam e praticavam agricultura de subsistência, inclusive nas ilhas.

Como reflexo desse histórico, as propriedades ribeirinhas de hoje têm como característica apresentarem área medida em metros na margem do rio e apresentar muitos quilômetros de extensão no sentido oposto, sendo também sucessivamente repartidas, dentro de processos de venda e heranças. Essa característica é visível até na conformação das sedes urbanas das cidades de Santa Maria da Boa Vista, Curaçá e na Vila de Riacho Seco, as quais têm crescimento em suas plantas urbanas no sentido oposto ao rio e quase não se expandem no sentido paralelo às margens.

1.2.1 Classes de uso e ocupação do solo

Foram identificadas as seguintes classes de uso e ocupação do solo na AID:

- Açude;
- Afloramento rochoso associado com vegetação;
- Alagado;
- Área urbana;
- Caatinga aberta;
- Caatinga aberta degradada;
- Caatinga densa;
- Caatinga densa degradada;
- Corpo d' água;
- Lagoa;
- Leito seco de rios;
- Rio;
- Solo aluvial exposto / praia;
- Uso intensivo da caatinga;
- Uso intensivo de áreas aluviais;
- Usos antrópicos diversos;
- Vegetação ciliar / aluvial;
- Vegetação Ciliar associada à pequena irrigação.

A Figura 1.1, apresentada a seguir, mostra os Usos e Ocupação do Solo da Área de Influência Direta – AID da UHE Riacho Seco. Estas informações estão apresentadas no Mapa Uso e Ocupação do Solo 881000–60–DE–5001, deste Diagnóstico Ambiental.

A Tabela 1.1, apresentada a seguir, mostra as áreas correspondentes às Classes de Uso e Ocupação do Solo identificadas na AID.

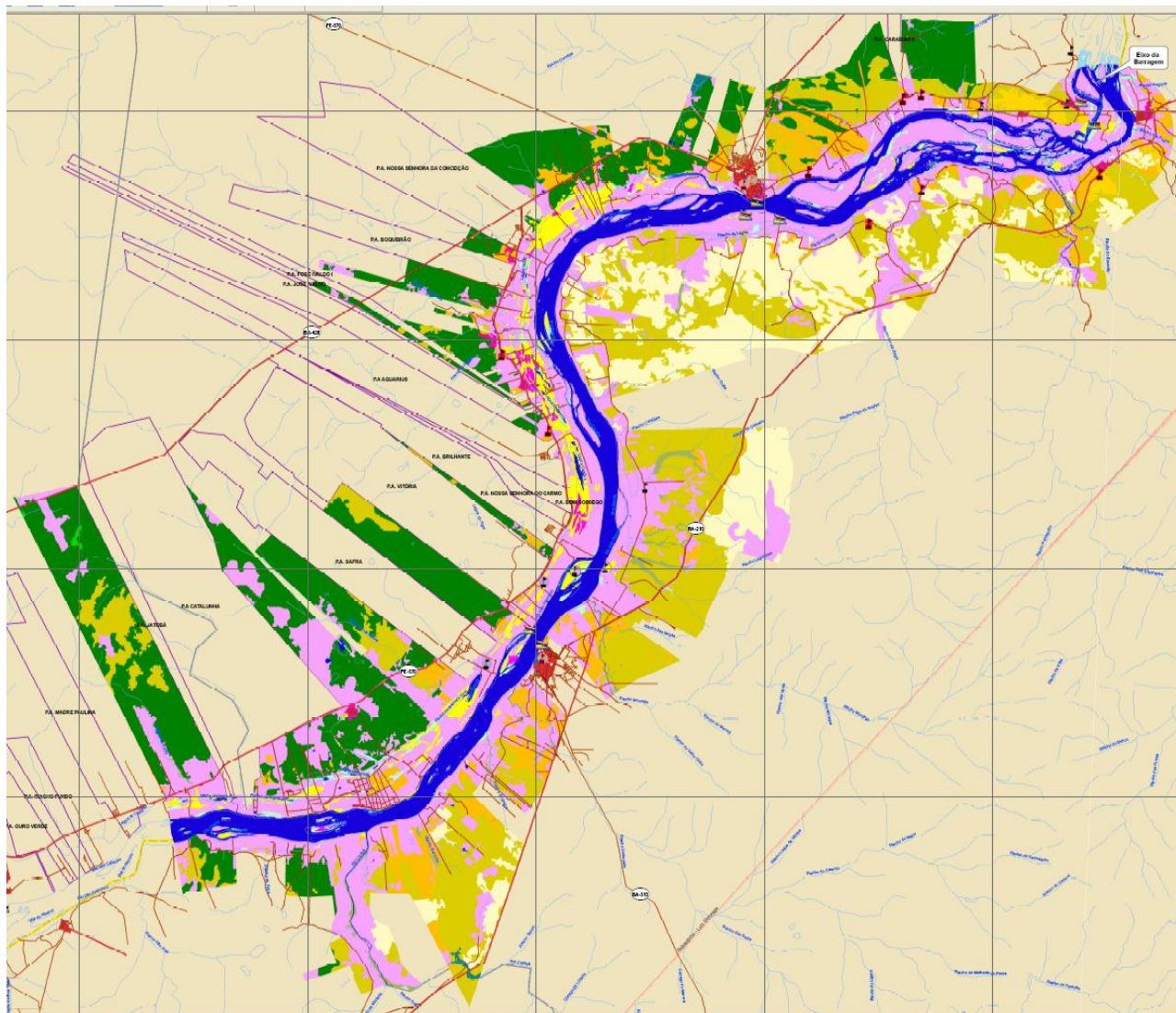


Figura 1.1
Mapa de uso e ocupação do solo

Tabela 1.1
Distribuição das classes de uso do solo na AID, por município

Classes de uso	Área (ha)													
	Juazeiro	%	Curaçá	%	BA	%	Santa Maria da Boa Vista	%	Lagoa Grande	%	PE	%	AID	%
Açude	0	0,00	4	0,01	4	0,01	14	0,05	0	0,00	14	0,04	18	0,03
Afloramento rochoso associado com vegetação	0	0,00	142	0,50	142	0,47	232	0,79	0	0,00	232	0,69	375	0,59
Alagado	0	0,01	43	0,15	43	0,14	174	0,59	14	0,32	187	0,56	231	0,36
área urbana	0	0,00	71	0,25	71	0,23	148	0,50	0	0,00	148	0,44	218	0,34
Caatinga aberta	0	0,00	7758	27,47	7758	25,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7758	12,12
Caatinga aberta degradada	370	16,87	9640	34,13	10010	32,88	2091	7,13	617	14,58	2708	8,07	12718	19,87
Caatinga densa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	23	0,08	4	0,09	27	0,08	27	0,04
Caatinga densa degradada	573	26,14	9	0,03	582	1,91	9376	31,96	2204	52,08	11580	34,50	12162	19,00
corpo d' água	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	0,05	0	0,00	14	0,04	14	0,02
Lagoa	0	0,00	6	0,02	6	0,02	96	0,33	10	0,23	105	0,31	112	0,17
Leito seco de rios	59	2,67	3	0,01	62	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	62	0,10
Rio	88	4,00	859	3,04	947	3,11	4643	15,83	313	7,40	4957	14,77	5904	9,22
Solo aluvial exposto / praia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	183	0,62	0	0,00	183	0,55	183	0,29
Uso intensivo da caatinga	38	1,74	1989	7,04	2027	6,66	1400	4,77	3	0,07	1403	4,18	3430	5,36
Uso intensivo de áreas aluviais	5	0,25	33	0,12	38	0,13	1451	4,95	74	1,75	1525	4,54	1563	2,44
Usos antrópicos diversos	1027	46,84	7173	25,40	8200	26,94	8867	30,23	964	22,78	9831	29,29	18031	28,17
Vegetação ciliar / aluvial	8	0,39	110	0,39	118	0,39	569	1,94	20	0,47	589	1,76	707	1,11
Vegetação Ciliar associada à pequena irrigação	7	0,31	32	0,11	39	0,13	43	0,15	0	0,00	43	0,13	82	0,13
Vegetação marginal associada aos riachos temporários	17	0,78	375	1,33	392	1,29	11	0,04	9	0,22	21	0,06	412	0,64
Total	2194	100,00	28245	100,00	30439	100,00	29336	100,00	4232	100,00	33568	100,00	64007	100,00

Com base nos dados apresentados, pode-se constatar a dependência do rio para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Embora a área considerada esteja situada ao longo do rio São Francisco e seja beneficiada com diversos projetos de irrigação, a existência de atividades agrícolas ainda é relativamente incipiente, representando uma ocupação de aproximadamente 36% do território da AID.

As diversas tipologias vegetais da caatinga ainda são predominantes na área, representando aproximadamente 51% da AID.

1.2.2 Descrição das classes de uso e ocupação do solo

De um modo geral, as classes de uso podem ser agrupadas em cinco grandes grupos:

a) Áreas cultivadas

As áreas cultivadas são representadas pelas seguintes classes de uso: usos antrópicos diversos, uso intensivo de áreas aluviais e uso intensivo da caatinga, ocupando uma área de 23.107 ha, ou 36,10% da AID.

Estas áreas localizam-se preferencialmente ao longo do rio São Francisco, nas margens e nas ilhas, evidenciando o baixo nível tecnológico usado na produção agrícola e a dependência do rio, principalmente, as dificuldades de desenvolvimento de uma agricultura em áreas mais afastadas, que, decerto, exigiria dos proprietários (de minifúndios, na maioria) altos investimentos em sistemas de irrigação.

Correspondem, em sua maioria, à culturas permanentes, temporárias, pastagens, áreas desmatadas, solos expostos para plantio, dentre outros.

Os solos expostos, em sua maior parte, correspondem às áreas preparadas para o cultivo ou que tiveram a colheita realizada há pouco tempo. Estas áreas estão localizadas ao longo das margens do rio São Francisco e nas ilhas.



Figura 1.2 A, B e C
Aspectos de solos preparados para plantios de lavouras temporárias,
classificados como solos exposto no Mapa de Uso e Ocupação do Solo

A maior concentração desta classe de uso foi observada no trecho situado entre a cidade de Santa Maria da Boa Vista e o eixo da barragem, onde estão localizadas as ilhas de

maior tamanho e também as áreas com maior disponibilidade de infraestrutura, como por exemplo, de rede para o abastecimento de energia elétrica.

A classe de uso “uso intensivo da caatinga” envolve também as pastagens implantadas para dar suporte à criação de bovinos, caprinos e ovinos.

Nessa área de clima semiárido acentuado, a manutenção de campos de pastagem torna-se altamente comprometida, devido ao longo período de estiagem, somente sendo possível o uso de capins muito tolerantes, tais como o capim Bufell e o capim Corrente, assim mesmo, em solos favoráveis, que não sejam rasos nem mal drenados.

A Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.3, apresenta um recorte da Ilha Pequena, destacando as áreas ocupadas com plantios.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.3
Trecho de ortofotocarta mostrando áreas cultivadas
na Ilha Pequena – Santa Maria da Boa Vista - PE

b) Vegetação natural - Caatinga

A vegetação nativa ocorrente na área é representada pelas classes caatinga densa, caatinga densa degradada, caatinga aberta e caatinga aberta degradada, totalizando 32.644 ha, ou 51,03% da área total da AID.

Nessas áreas, com predomínio de terras altas, a vegetação natural é representada pela caatinga hiperxerófila (LIMA, 1970), de caráter arbóreo-arbustivo denso ou pouco denso/ralo com destaque das espécies adaptadas à seca, como Catingueira, Pereiro,

Faveleira, Baraúna, Umburana, Jurema; e com maior número de cactáceas, onde se destacam o Mandacaru, o Xique-xique, o Facheiro e o Quipá.

Uma exuberante vegetação de floresta somente ocorre nos Terraços Fluviais, com espécies como: Caraibeira, Quixabeira, Ipê, Acácia, Jatobá, Ingazeiro e Marizeiro.

Nas depressões e lagoas ocorrem: Marizeiro, Taboa, Canafístula e Carnaúba (indicativa de condições de salinidade).

Entre as espécies exóticas arbóreas mais comuns plantadas nesses ambientes com maior umidade de solo são: Algaroba, Mangueira e Cajueiro.

As áreas de caatinga estão localizadas no entorno dos plantios, nas áreas mais distantes do rio, indicando potencialidades de ocupação agrícola futura, com a formação do reservatório. Confirma-se a observação deste comportamento já verificado na AII, onde, mesmo numa região que vem sendo atendida pela irrigação em larga escala, as áreas mais distantes do rio São Francisco continuam não sendo exploradas pelas atividades agrícolas, apesar de serem áreas com boa aptidão para o uso agrícola.



Figura 1.4 A, B e C
Caatinga densa aberta e Caatinga rala em Santa Maria da Boa Vista (PE)

A vegetação densa ou rala da Caatinga chega a ocupar áreas muito próximas às margens do rio.

c) Mata Ciliar

As áreas de mata ciliar correspondem a apenas 1.202 ha ou 1,88% da AID, e encontram-se localizadas ao longo de interflúvios e ilhas, conforme apresentado na figura, a seguir. Esta vegetação ficará totalmente submersa quando da formação do reservatório da UHE Riacho Seco.

Considerando a ocupação humana e as atividades agrícolas concentradas nas margens do rio e ilhas, a área correspondente à Mata Ciliar é bastante reduzida.

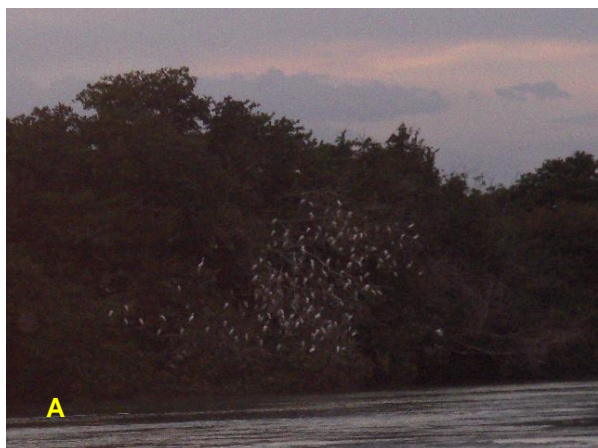


Figura 1.5 A e B
Vegetação da Mata Ciliar

d) Corpos d'água

Não são observadas grande ocorrências de corpos d'água na AID. Os valores apresentados no Mapa de Uso e Ocupação do Solo correspondem, quase na sua totalidade, ao rio São Francisco, e pequenos açudes e áreas alagadas, que ocupam uma área de 6.110 ha, ou 9,52% da AID da UHE Riacho Seco.

e) Áreas urbanas

A classe “áreas urbanas” ocupa 218 ha ou 0,34% da AID do meio antrópico e envolve apenas o trecho das sedes municipais diretamente afetado pelo reservatório e a respectiva faixa de APP, que no caso da área urbana, apresenta uma largura de 30 metros.

A área urbana das sedes municipais de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá será tratada em toda a sua extensão no item 1.3 – Área Urbana deste diagnóstico.

As demais classes de uso identificadas nesse estudo são pouco expressivas em termos de área de ocorrência.

1.2.3 Interferências do empreendimento no uso e ocupação do solo

A Tabela 1.2, apresentada a seguir, mostra a distribuição das classes de uso e ocupação do solo na AID e a área das mesmas que será inundada pela formação do futuro reservatório. São consideradas apenas as terras inundáveis, descartando-se os dados referentes à classe de uso “rio”, representada predominantemente pelo rio São Francisco.

Tabela 1.2
Interferências da formação do reservatório, nas
classes de uso e ocupação do solo na AID

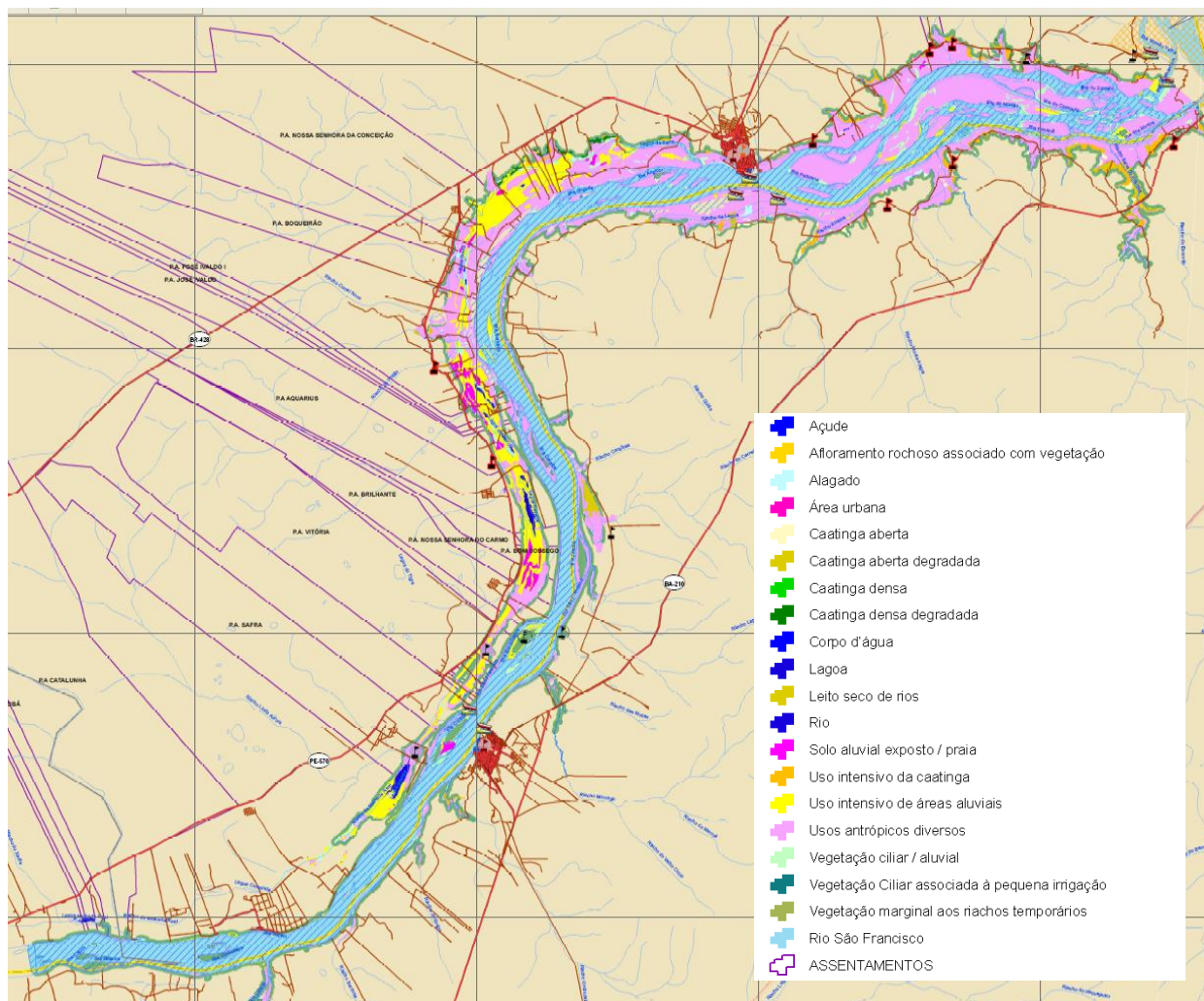
Classes de Uso	Área por classe de uso AID (ha)	Área inundada por classe de uso (ha)	% em relação ao total da AID
Açude	18	6	33
Afloramento rochoso associado com vegetação	375	2	1
Alagado	231	133	58
Área urbana	218	34	16
Caatinga aberta	7758	59	1
Caatinga aberta degradada	12.718	156	1
Caatinga densa degradada	12.162	38	0
Lagoa	112	83	74
Solo aluvial exposto / praia	183	161	88
Uso intensivo da caatinga	3.430	214	6
Uso intensivo de áreas aluviais	1.563	1.146	73
Usos antrópicos diversos	18.031	5.129	28
Vegetação ciliar / aluvial	707	476	67
Vegetação marginal associada aos riachos temporários	412	42	10

Fonte: SIG (2008).

Verifica-se que a classes de “usos antrópicos diversos” é a que terá, quantitativamente, as maiores áreas inundadas pelo reservatório. No entanto, ao compará-la com a área total desta classe na AID, verifica-se que esta perda será de apenas 28% (Figura 1.6).

Na Tabela 1.3, apresentada a seguir, verifica-se que, do total das terras que serão inundadas pelo futuro reservatório, quase 82% são representadas pelas atividades de agricultura, representada pelas classes “usos antrópicos diversos (66,79%) e uso intensivo de áreas aluviais (14,92%)”. Em termos de vegetação, a mata ciliar será a mais afetada, representando 6,2% da área inundada.

Ressalta-se que a formação do lago implicará em uma nova dinâmica ocupacional, que irá refletir substancialmente na distribuição das classes de uso no entorno do futuro reservatório, gerando mais um processo de reordenamento que se expandirá por toda a Área de Influência da UHE Riacho Seco.



Fonte: SIG (2008)

Figura 1.6
Classes de Uso e Ocupação do Solo que serão atingidas pela formação do reservatório dentro da AID

Tabela 1.3
Distribuição das classes de uso do solo considerando-se apenas as terras inundáveis

Classe de Uso	Área inundada por classe de uso (ha)	% do total de área inundada
Açude	6	0,08
Afloramento rochoso associado com vegetação	2	0,03
Alagado	133	1,73
Área urbana	34	0,44
Caatinga aberta	59	0,77
Caatinga aberta degradada	156	2,03
Caatinga densa degradada	38	0,49

Classe de Uso	Área inundada por classe de uso (ha)	% do total de área inundada
Lagoa	83	1,08
Solo aluvial exposto / praia	161	2,10
Uso intensivo da caatinga	214	2,79
Uso intensivo de áreas aluviais	1.146	14,92
Usos antrópicos diversos	5.129	66,79
Vegetação ciliar / aluvial	476	6,20
Vegetação marginal associada aos riachos temporários	42	0,55
Total	7.679	100,00

Fonte: SIG (2008)

1.2.4 Interferências do empreendimento na dinâmica demográfica da área urbana x área rural

a) Situação atual

A AID concentrava uma população total de 72.075 habitantes em 2007, segundo o IBGE, sendo a população rural (44.797 habitantes) superior em 55% à população urbana (28.778 habitantes), conforme Tabela apresentada a seguir. Esta situação é justificada pelos projetos de irrigação existentes na região, dentre eles os assentamentos da CHESF. O município de Santa Maria da Boa Vista se destaca, tanto no quantitativo populacional urbano, quanto no rural.

Tabela 1.4
População dos municípios da AID – 2007

Municípios	População residente por situação de domicílio		
	Urbana	Rural	Total
Santa Maria da Boa Vista	14.231	25.395	39.626
Curaçá	13.047	19.402	32.449
Total da AID	28.778	44.797	72.075

Fonte: IBGE. 2007.

De acordo com os censos de 1991 e 2000 e a contagem de população de 2007 do IBGE, a população residente total no Município de Curaçá era de 24.895 habitantes, sendo 7.749 (31,1%) na zona urbana e 17.143 (68,8%) na zona rural. De uma forma geral, a situação se manteve em 2007, com crescimento total de 12,51% e um predomínio da população rural sobre a urbana, expressa em 37% no indicador urbanização. Ainda nesse período, observa-se um crescimento anual em torno de 1,4%. Como o município apresenta uma área extensa de aproximadamente 6.442,19 km², resulta uma baixa densidade demográfica representada por 5,03 hab/km².

Santa Maria da Boa Vista teve, nos últimos anos, um forte crescimento demográfico. De acordo com o censos 1991, do IBGE, a população residente total era de 42.006 habitantes, sendo 75,8% na área rural. No período seguinte (2000), o crescimento da população total foi negativo (-12,12%), devido ao desmembramento do município de Lagoa Grande em 16 de junho de 1995. Este fato, por sua vez, refletiu naturalmente numa queda significativa da extensão territorial e da população rural de -28,01%.

A população de Santa Maria da Boa Vista é desigualmente distribuída no território, pois ocorre uma maior concentração na área rural ao longo do período, apresentando 64% da população total do município em 2007. No que se refere ao indicador urbanização, mantém a tendência de baixa com cerca de apenas 35%.

Diante dos números, na AID, o quantitativo populacional urbano é inferior e será a área a receber mais migrantes. A preocupação está ligada à infraestrutura básica ser relativamente deficiente. Embora os indicadores não revelem, o que se observa em pesquisa de campo é a quase totalidade dos domicílios possuírem a ligação de abastecimento de água, mas não tem água na torneira e, mesmo com elevado número de atendimento no quesito esgotamento sanitário, observa-se esgoto a céu aberto nas ruas.

Na AID estão instalados 17 Projetos de Assentamentos de reforma agrária, sendo onze federais e seis estaduais, dos quais quatorze projetos estão situados no município de Santa Maria da Boa Vista. Durante os levantamentos de campo, a situação encontrada nos projetos de reforma agrária foi de penúria, endividamentos e abandono de plantios por falta de equipamentos de irrigação ou por corte de energia elétrica.

b) Interferências do empreendimento

Dentre os impactos negativos que ocorrem na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos estão a atração populacional em busca de trabalho ou visando desenvolver alguma atividade que resulte em ganho econômico. Durante a fase de construção da UHE Riacho Seco, que envolve a mobilização, construção de ensecadeiras, desvio do rio e implantação do canteiro de obras, haverá um aumento populacional em função da dinâmica econômica da obra, estimada em cerca de 9.100 pessoas no auge da construção.

A mão de obra necessária à construção do AHE Riacho Seco varia ao longo dos 52 meses. Um maior número de trabalhadores será necessário entre o 10º e 19º mês de construção, sendo um pico de 1.923 trabalhadores diretos previsto para o 12º mês. Isso equivale a 35% do total de empregos previstos, uma vez que a tendência aponta para 3.500 postos indiretos.

A população deverá se instalar nas sedes urbanas de Santa Maria da Boa Vista, Curaçá e do Distrito de Riacho Seco que, segundo dados do IBGE, registravam, respectivamente, em 2007, uma população urbana de 14.231, 13.047 e 1.500 habitantes.

Considerando não apenas o incremento na oferta de emprego e na renda familiar, mas também um incremento temporário nas atividades comerciais e de serviços, os municípios que compõem a AID – Santa Maria da Boa Vista, Curaçá e o Distrito de Riacho Seco – serão aqueles mais afetados durante a construção do empreendimento da UHE Riacho Seco, embora seja também esperado algum impacto dessa natureza nos polos de Petrolina e Juazeiro.

Haverá, portanto, uma dinâmica demográfica representativa na AID, principalmente nas áreas urbanas a partir do empreendimento e, em menor escala, na área rural. Apesar disso, estimam-se que muitos trabalhadores rurais sejam aproveitados na construção, como mão de obra sem qualificação profissional, uma vez que estarão parcialmente

disponíveis pela própria dificuldade inerente à área de sequeiro (sujeita a chuvas). Acredita-se, ainda, que o deslocamento seja na própria All.

Por outro lado, para melhor entendimento da interferência do empreendimento no crescimento da área urbana, a análise será desenvolvida sob duas perspectivas. A primeira observa a distribuição do pessoal por categoria profissional e as oscilações no número de empregos diretos e, a segunda, analisa a origem dos trabalhadores e o seu percentual nos empregos diretos e indiretos ao longo da obra.

Quanto à primeira perspectiva, o cronograma de obras prevê um período de construção de 52 meses, a partir do início da mobilização do empreiteiro civil e implantação do canteiro de obras até a geração comercial da 8ª unidade geradora.

O canteiro de obras da UHE Riacho Seco será instalado na margem baiana, próximo à sede distrital de Riacho Seco, situada no município de Curaçá.

Quanto à distribuição do pessoal por categoria profissional podemos construir um cenário considerando que, do total dos novos postos de trabalho direto, 70% da mão de obra será preenchida pelo pessoal sem qualificação profissional (trabalhadores braçais) e 30% será de nível médio.

No que se refere à origem da mão de obra sem qualificação profissional, esta poderá ser aproveitada das cidades próximas ao canteiro de obra. Sendo considerada mão de obra local, não haverá, portanto, necessidade de ampliação e de grandes melhorias da infraestrutura dessa região, acima do déficit já existente, tendo em vista que não ocorrerá um acréscimo da população desse segmento. Nesse sentido, o impacto promovido por essa categoria de trabalhadores será mínimo, uma vez que já residem e usam os serviços da área.

Quanto à mão de obra de nível médio (considerada uma previsão de 30% do total de pessoas contratadas), provavelmente será selecionada em polos próximos, onde essas pessoas podem, durante a semana, se ausentar de suas cidades (ex.: Petrolina e Juazeiro) para trabalhar no empreendimento e nos fins de semana voltar para suas famílias. Seria improvável pensar que potenciais trabalhadores de nível médio moveriam toda a sua família estabilizada em outras cidades visando um trabalho temporário, sem auxílio-moradia, para um município com infraestrutura muitas vezes inferior.

Em contrapartida, em menor número, cerca de 30 trabalhadores especializados - nível superior – entre engenharia e administração, estarão permanentemente no canteiro, segundo informações da empresa. Desse montante, cerca de 20% poderá ser contratado na região. Essa categoria de profissionais de nível universitário tem a possibilidade de transferir suas famílias (mulher e filhos) para um dos municípios em questão, principalmente se forem profissionais jovens e com filhos pequenos. Entretanto, sendo profissionais com muitos anos de experiência, a possibilidade seria bastante reduzida, estando os filhos na universidade ou no mercado de trabalho. Na futura seleção, cabe à empresa de engenharia decidir qual cenário deverá ser adotado. Esses números não terão tanta representatividade perante o quantitativo total de profissionais contratados. Sendo assim, o impacto sobre os serviços urbanos será pequeno.

No que se refere à ocupação dos postos de trabalho no empreendimento, segundo dados da Engevix, o número de empregados não será constante ao longo dos 52 meses, sendo observada uma média de 739 trabalhadores no primeiro ano, e 1.222 trabalhadores no segundo, caindo bruscamente nos anos seguintes. Com a desaceleração da obra, fica prevista uma redução na oferta de empregos, com uma liberação inicial de aproximadamente 600 empregados em torno do 20º mês e outros 600 até o 23º mês, reduzindo a 200 empregados na fase final da obra, conforme apresentado na tabela, a seguir.

Tabela 1.5
Média de trabalhadores ocupada na construção da UHE Riacho Seco

Ano	Média mensal
I	739
II	1.222
III	386
IV	28
V	24

Fonte: Engevix

Sendo assim, quando houver a redução parcial dos trabalhadores braçais e de nível médio, se verificará uma repercussão na área, sobretudo em relação à renda disponível, por se tratar de moradores locais e de lugares próximos. No que se refere aos trabalhadores de nível superior, o impacto será mínimo.

Quanto à segunda perspectiva – da origem dos trabalhadores e o seu percentual nos empregos diretos e indiretos ao longo da obra –, se considerarmos que toda a mão de obra envolvida com a construção seja originária de outras localidades (não é o planejamento da empresa), de fato seria observado uma maior pressão sobre os serviços.

Diante do fato de que o empreendimento não prevê a construção de vilas para atender aos técnicos e operários da obra, mas alojamentos que deverão abrigar a mão de obra não especializada durante a construção, tais profissionais (aproximadamente 30%, ou seja, 523 pessoas em empregos diretos no auge da obra) deverão buscar moradia nas sedes urbanas da AID, no sistema de república (quatro a seis pessoas por casa), uma vez que poucos trarão suas famílias por motivos anteriormente expostos.

Quadro 1.2
Análise da população temporária

População Urbana AID		Empregos Diretos		Empregos Indiretos	
Atual	Temporária (*)	Fonte AID (70%)	All (30%)	Fonte AID (30%)	All (70%)
28.778	8.000	1.400	523	1.050	2.450

Fonte: - Engevix - Histograma de mão de obra. Elaboração própria.

Nota: (*) 80% dos empregos indiretos provindos da All multiplicado por um número médio de 3,5 membros por família, somado com os 20% restantes, além dos 30% (All) dos empregos diretos.

Além disso, está previsto um fluxo de 3.500 trabalhadores para ocupar empregos indiretos. Nessa conjuntura, supondo que 70% desses trabalhadores (2.450 empregos) viriam de cidades circunvizinhas, a pressão é inevitável, não apenas por moradias, mas também agravando a realidade socioeconômica local, pois faltaria habitação,

esgotamento sanitário, água encanada, coleta de lixo e atendimento médico, o que poderá levar a um processo de favelização da periferia das cidades.

Podemos ir além com o raciocínio e estimar que boa parte destes trarão suas famílias, então haverá necessidade de uma oferta de aproximadamente 2.000 casas populares para que não haja favelas nos centros urbanos. Chama-se a atenção para o fato de que uma parcela significativa desse montante será de baixa renda, sem muita ou alguma escolaridade, agravando a situação de possível inserção no mercado de trabalho formal.

Ainda no contexto de pressão sobre a moradia nas sedes urbanas, se faz necessário acrescentar algo em torno de 100 casas para uso dos 30% dos trabalhadores formais do empreendimento que permaneceriam durante a semana na obra (sistema de república) retornando nos finais de semana para suas cidades. Há, então, a necessidade de construir, aproximadamente, 2.100 casas nos três centros urbanos. Tratando-se do número elevado, é imprescindível a articulação do empreendedor com os governos e com o setor privado no sentido de garantir tal serviço.

A futura sobrecarga pode ser entendida por dois aspectos. O primeiro, relacionado a um impacto na dinâmica econômica, especificamente no setor de construção civil, com o estímulo ao capital privado local para construções de moradias visando atender tal demanda por aluguel. O outro aspecto volta-se para as ações governamentais na construção de conjuntos habitacionais que posteriormente seriam destinados à população local. Neste caso, a interferência torna-se positiva e a população local seria beneficiada.

De qualquer forma, surgirão repercussões no aumento dos aluguéis, na expansão de empreendimentos formais e informais (principalmente no setor comercial), no aumento do número de desocupados, e também da demanda por serviços públicos, na quebra dos padrões locais de sociabilidade e desajustes nas relações familiares, na elevação da taxa de violência e na ocupação desordenada do espaço urbano.

Lembramos que, apesar da pressão ser descontínua e ocorrer nos dois primeiros anos, durante cerca de sete meses desse período quando a obra está na sua capacidade máxima de construção civil, não invalida a necessidade de uma oferta de moradia capaz de atender tal demanda, com infraestrutura e atendimento de saúde para esse contingente populacional.

No segundo momento, com a desaceleração da obra, a sobrecarga diminui quando se refere aos trabalhadores formais do empreendimento, pois voltarão à suas cidades. Entretanto, experiências anteriores de construções de empreendimentos levam a preocupações para o contingente daqueles trabalhadores indiretos, uma vez que formam bairros ou cidades desprovidas de infraestrutura. Então, a questão está posta. Onde trabalhar? Aqui novamente entra, de forma indispensável, a necessidade de decisões e ações governamentais efetivas.

Embora a área rural possua um quantitativo populacional elevado na AID, entende-se que a interferência do empreendimento será menor por não estar prevista a inundação de grandes áreas.

Como já é uma prática historicamente importante nestas populações migrar para outras regiões do país, algumas delas retornam para sua coletividade diante da perspectiva de encontrar uma melhor oportunidade de sobrevivência em um ambiente rural remodelado pelo advento do empreendimento.

É importante salientar que o quadro de falência diagnosticado nos Projetos de Assentamento Federais faz com que a perspectiva do pagamento das indenizações se constitua na única oportunidade de salvação, podendo propiciar o êxodo de muitas famílias que tenderão a voltar para seus estados e municípios de origem. No entanto, o pagamento das indenizações e o remanejamento das famílias atingidas também levarão os pequenos proprietários da AID, que convivem com a falta de recursos financeiros, a investirem nas terras que receberão, ampliando a agricultura irrigada e a produção rural.

Conclui-se, portanto, que há necessidade prévia de ampliação da infraestrutura local, independentemente da obra, e que a pressão sobre alguns serviços (saneamento, saúde e educação) acontecerá, embora não seja tão intensa e radical como no passado, já que no planejamento da obra está previsto o aproveitamento de um maior percentual de trabalhadores locais.

1.3 Área urbana

1.3.1 Santa Maria da Boa Vista (PE)

a) A malha urbana

De acordo com a contagem da população realizada pelo IBGE em 2007 Santa Maria da Boa Vista tem um população urbana de 4.231 habitantes que corresponde a uma taxa de urbanização de 35,91%.

A área urbana de Santa Maria da Boa Vista está localizada às margens do rio São Francisco e se caracteriza por possuir o maior número de infraestrutura disponível para a população entre as cidades dos quatro municípios que compõem a AID (Figura 1.7).

A cidade de Santa Maria da Boa Vista tem como característica particular o fato de que a maioria das edificações está assentada sobre terras pertencentes à Diocese da Igreja Católica por ato, antigo, de doação da família Jácome de Carvalho.

Apesar da faixa que margeia o rio ser menor, ela apresenta em suas laterais áreas situadas em cotas mais baixas, favorecendo as inundações decorrentes das cheias no rio São Francisco. Ainda nesta faixa marginal ao rio, os espaços adjacentes aos equipamentos e mobiliário urbanos são ocupados por olarias e chácaras.

As zonas centrais da cidade podem ser caracterizadas pelo uso misto, onde além de residências, estão concentrados os demais usos urbanos, em especial o comércio, os serviços públicos e privados.

O padrão construtivo apresenta, em sua maioria, edificações térreas, localizadas ao longo de vias principais largas, com fluxo de trânsito bem definido, marcadas por canteiros centrais e passeios públicos.

A Figura 1.8, apresentada a seguir, mostra o traçado da malha urbana da cidade, e a delimitação do futuro reservatório (em vermelho) e da Área de Preservação Permanente (APP) que compõem a área considerada diretamente atingida com a formação do reservatório.



Figura 1.7
Vista da cidade de Santa Maria da Boa Vista (PE)



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.8
Área urbana da cidade de Santa Maria da Boa Vista com a delimitação do futuro reservatório e da APP

Conforme se observa na Figura 1.8, a planta urbana tem uma conformação que se assemelha à lógica da divisão das propriedades existentes na faixa ribeirinha, ou seja, ocupa pouca faixa da margem do rio e se expande no sentido oposto.

A área urbana encontra-se em fase de expansão, observando-se que parte das edificações implantadas ocupa terrenos além do atual perímetro urbano. A Figura 1.9 A e B, mostra setores de expansão onde mais se destacam vilas com habitações para a população de baixa renda.



Figura 1.9 A e B
Santa Maria da Boa Vista: setores de expansão de médio padrão e vilas populares ocupam as duas margens da BR-428 na entrada da cidade

b) Zoneamento urbano

Segundo o Plano Diretor Participativo (elaborado em 2006), a sede urbana de Santa Maria da Boa Vista,

“atualmente encontra-se em fase de expansão territorial, na qual é possível observar que parte das edificações desse distrito já começa a ocupar terrenos além do atual perímetro urbano. Dentro dessa realidade e perspectiva de crescimento foi projetado um novo limite urbano tendo sido observada a taxa e proporção de crescimento anual.”

O referido instrumento orientador do desenvolvimento municipal define, em suas diretrizes, a zona especial de proteção ambiental tendo já, como pressuposto, a implantação da hidrelétrica conforme se transcreve a seguir.

“ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - Consiste em áreas de interesse ambiental e paisagístico, localizadas em especial às margens do Rio São Francisco, elemento de significado destaque para a paisagem local. Também estão incluídas nessa zona as possíveis áreas a serem alagadas quando da implantação do projeto da hidrelétrica da CHESF. Em virtude da falta de definição quanto à realização do projeto e da cota exata de inundação, demarcando o perímetro a ser inundado, essa zona deverá ser revista assim que a CHESF tiver se posicionado em definitivo.

Estas áreas deverão ser preservadas no objetivo de garantir o equilíbrio ambiental, a adequada ambiência ao cenário urbano de Santa Maria da Boa Vista, a sustentabilidade da paisagem histórica e assegurar a população a segurança física e financeira caso seja implantado o projeto da hidroelétrica.

Nessas áreas a ocupação será bastante restritiva, não sendo possível o adensamento do solo nem a construção verticalizada, podendo ser permitida a instalação de equipamentos voltados para as atividades de lazer e prática de esportes, desde que não poluam o meio ambiente. Poderá também ser permitida

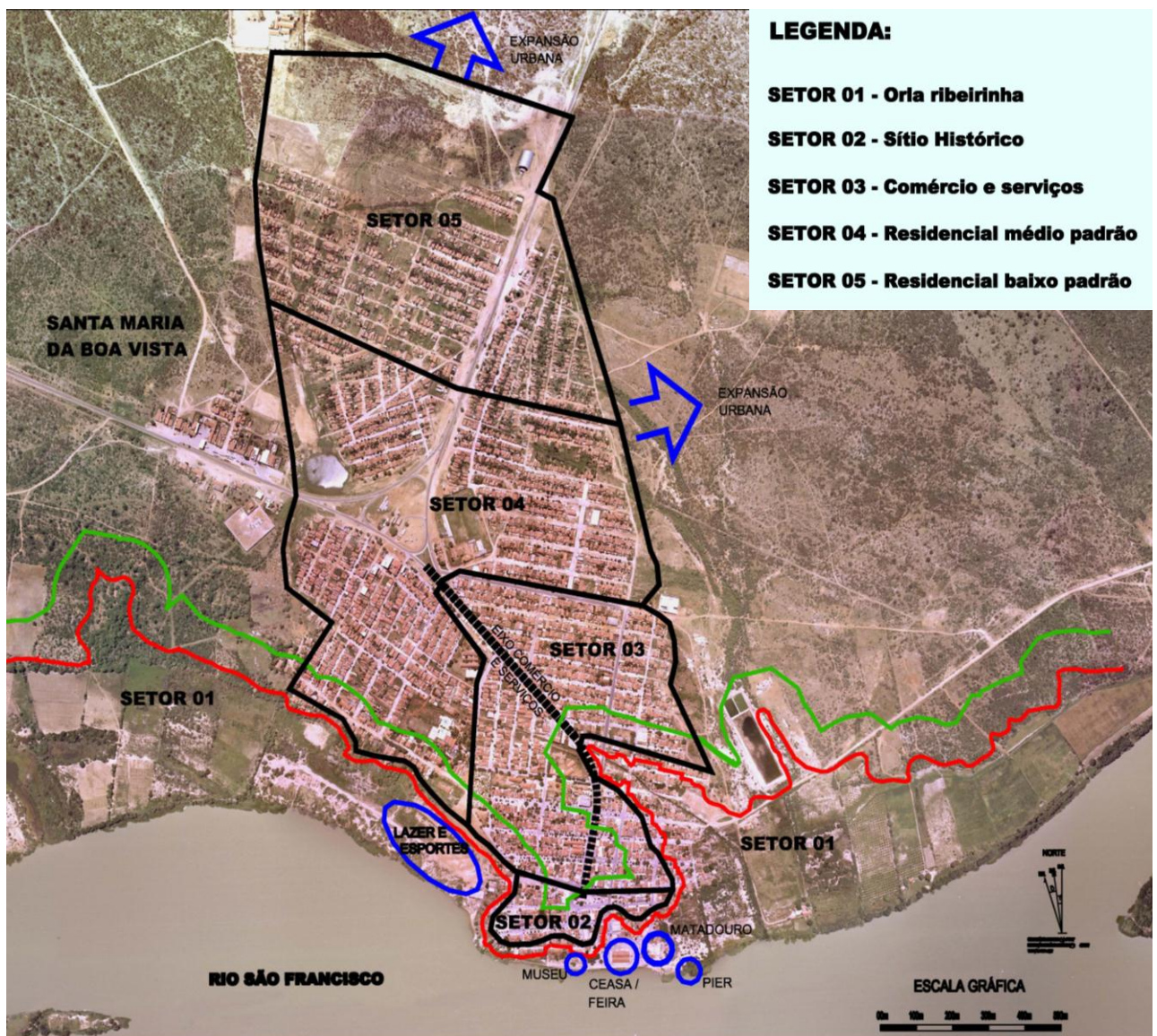
a instalação de equipamentos de apoio ao desenvolvimento das atividades locais e de interesse turístico.

Os referidos equipamentos, quando da sua aprovação deverão ser submetidos a análise especial pelo órgão competente municipal e núcleo gestor, devendo ser avaliado dentre outras coisas o impacto da ocupação e o valor do investimento a ser implantado. Esta zona se subdivide no setor de Área de Preservação Permanente – APP.

A APP está caracterizada como a faixa de preservação permanente definida a partir dos corpos d'água de acordo com o que define o Código Florestal. De caráter bastante restritivo não será permitida ocupação nessa faixa. Para o referido zoneamento foi considerado a provável cota de inundação, mas este setor deverá ser revisto quando da definição da CHESF.

Nas zonas urbanas edificadas e/ou consolidadas, a exemplo da ZPH; da ZC e da ZCU, caso seja implantada a hidroelétrica ou definida com precisão a cota de inundação, essas zonas terão numa faixa de 100 m a partir da cota de inundação o seu potencial construtivo congelado, não sendo permitido edificar além do de já se encontra construído.”

O Plano Diretor divide a cidade em cinco setores com características específicas, conforme Figura 1.10, apresentada a seguir.



Fonte: Plano Diretor de Santa Maria da Boa Vista

Figura 1.10
Setorização da cidade de Santa Maria da Boa Vista (PE)

Setor 1 – Orla ribeirinha

Definido pelas características da passagem natural e equipamentos urbanos vinculados ao rio como via de circulação, tais como, píer de atração da balsa e barcos, bem como estabelecimentos comerciais e pátio da feira.

Recentemente, a Prefeitura promoveu a requalificação da orla em torno do Sítio Histórico (Setor 2), relocando pequenas olarias para a implantação de equipamentos destinados às atividades de lazer e esportes da população (quiosques em apoio ao balneário, quadras de futebol e poliesportivas, e arena de vaquejada).

O cais, localizado a leste do Sítio Histórico, onde se encontram o pátio de eventos, a feira livre, galpão coberto e o matadouro, também foram urbanizados, restando apenas a necessidade de intervenções no píer de atração da balsa e de barcos, que ainda funciona de forma bastante improvisada (Figura 1.11 a Figura 1.16)



Figura 1.11
Vista da área de lazer com a quadra poliesportiva ao fundo



Figura 1.12
Vista da Feira Livre



Figura 1.13
Vista do galpão da feira



Figura 1.14
Vista do pátio da feira



Figura 1.15
Vista da área
do Píer em dia de feira



Figura 1.16
Vista do Píer de atracação da balsa

Setor 2 – Sítio histórico

Caracteriza-se como uma área predominantemente ocupada por edificações históricas, em sua maioria de uso residencial. Em alguns imóveis estão alocados órgãos públicos vinculados à Prefeitura Municipal. A Figura 1.17, mostra o cais recentemente requalificado, utilizado para realização de eventos culturais, tais como o Festival da Seresta, bem como uma das edificações, que faz parte do Museu Histórico.



Figura 1.17
Vista do cais / Pátio de eventos e do Museu Coripós

A descrição do Sítio Histórico está apresentada no item 6 - Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, deste Diagnóstico.

Setor 3 – Comércio e serviços

Corresponde ao setor onde está localizada a maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços da área urbana do município. A expansão desse setor está ocorrendo ao longo da via principal, em direção à BR – Eixo do Comércio e Serviços. Ao longo desse Eixo encontram-se os estabelecimentos, destinados ao entendimento de modernas demandas da população, tais como *lan-houses*, lanchonetes e restaurantes, bem como diversos estabelecimentos de materiais de construção.

O Plano Diretor prevê a implantação da Avenida Beira-Canal ao longo do canal que fica entre a Avenida Nilo Coelho e o riacho Teixeira que corta a cidade. Ao longo dessa avenida está prevista a implantação de um Parque Linear que valorizará a ambiência do setor (Figura 1.18 a Figura 1.21)



Figura 1.18
Vista da Praça Principal



Figura 1.19
Vista da Rua 07 de Setembro



Figura 1.20
**Vista do Eixo de Comércio e Serviços,
na Avenida Nilo Coelho**



Figura 1.21
**Vista do trecho do riacho Teixeira, ao
longo do qual deverão ser implantados
a Avenida e o Parque Linear**

Setor 4 – Residencial de médio padrão

Corresponde ao setor da cidade com uso predominantemente residencial, com edificações de médio padrão construtivo, na maioria térreas e alguns sobrados. Nesse setor, ao longo da Rua Professor Raimundo Coimbra Filho, com vista para o rio, também estão localizadas duas pousadas, bem como, alguns órgãos da administração municipal. Parte das vias desse setor são largas, pavimentadas e arborizadas. Neste setor encontra-se uma área de expansão situada à margem da BR-428 (Figura 1.22 a Figura 1.24 A e B)



Figura 1.22
Vista da Rua Professor Raimundo Coimbra, no Setor 4



Figura 1.23
Vista do Setor 4, com edificações de 2 pavimentos



Figura 1.24 A e B
Vista da área de expansão do Setor 4

Setor 5 – Residencial de baixo padrão

Corresponde ao setor predominante residencial da cidade, com baixo padrão construtivo, englobando os bairros com maior precariedade nos serviços de infraestrutura da área urbana, além de áreas onde estão sendo construídos novos conjuntos habitacionais,

reforçando a tendência do aumento de residências das camadas sociais de baixo poder aquisitivo, que migram para cidade na busca dos empregos gerados na área rural.

A expansão mais recente da cidade ocorreu em direção à BR-428 e o Setor 5 está totalmente situado nesta área de expansão. O deslocamento que os moradores deste Setor fazem para ter acesso os demais Setores da cidade, os força a atravessar cotidianamente a rodovia, constituindo-se em um problema de segurança. No Plano Diretor de Santa Maria da Boa Vista está prevista a derivação da referida BR, que passará a cortar o município fora da zona urbana, como forma de garantir a segurança dos moradores locais (Figura 1.25 A e B à Figura 1.27)



Figura 1.25 A e B
Vista de uma rua do Setor 5



Figura 1.26
Vista dos Conjuntos Habitacionais do Setor 5



Figura 1.27
Vista das bordas do Setor 5

1.3.2 Curaçá (BA)

a) A malha urbana

De acordo com contagem da população realizada pelo IBGE em 2007, Curaçá apresenta uma população urbana com 13.047 habitantes, que corresponde a uma taxa de urbanização de 37%.

A cidade de Curaçá, que embora apresente uma maior extensão de ocupação urbana paralela ao rio, também tem seus limites urbanos ocupados com chácaras e sítios e direciona sua expansão no sentido sul da cidade, ocupando as margens da BA-210 tendo, a expansão direcionada paralelamente ao rio, porém em áreas adjacentes, no sentido Sul, às chácaras e pequenas propriedades instaladas às margens do rio (Figura 1.28).

Assim como a cidade de Santa Maria da Boa Vista, a malha urbana de Curaçá é caracterizada pela existência de um Núcleo Histórico às margens do rio São Francisco, expandindo-se posteriormente em direção ao interior da cidade e oposta ao rio. Apresenta traçado regular com quadras e lotes bem definidos, apresentando larguras expressivas e utilizados como espaço de convívio, dotados de pequena infraestrutura e mobiliário urbano.

Embora com foco em habitações populares (Figura 1.29 A e B) a expansão da cidade apresenta um traçado que privilegia os aspectos de planificação urbana.

A área urbana de Curaçá está localizada às margens do rio São Francisco e é formada predominantemente, por edificações unifamiliares térreas, muitas vezes geminadas. A existência de um teatro bem conservado e de um palco a céu aberto implantados na praça, em frente ao teatro, demonstra o interesse cultural da população de Curaçá (Figura 1.30).

As vias principais são pavimentadas, largas e com fluxo de trânsito bem definido, marcadas por canteiros centrais e passeios públicos. Diferentemente de Santa Maria da Boa Vista, que tem seu núcleo central em relação direta com o rio, Curaçá apresenta um núcleo de comércio e serviços centralizados em relação aos demais setores que compõem a malha urbana, sendo estes formados prioritariamente por áreas residenciais com diversas características. As quadras que separam o centro comercial do rio são ocupadas predominantemente pelo uso habitacional e correspondem ao Núcleo Histórico que deu origem à cidade.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.28
Área urbana da cidade de Curaçá e a
delimitação do futuro reservatório e APP



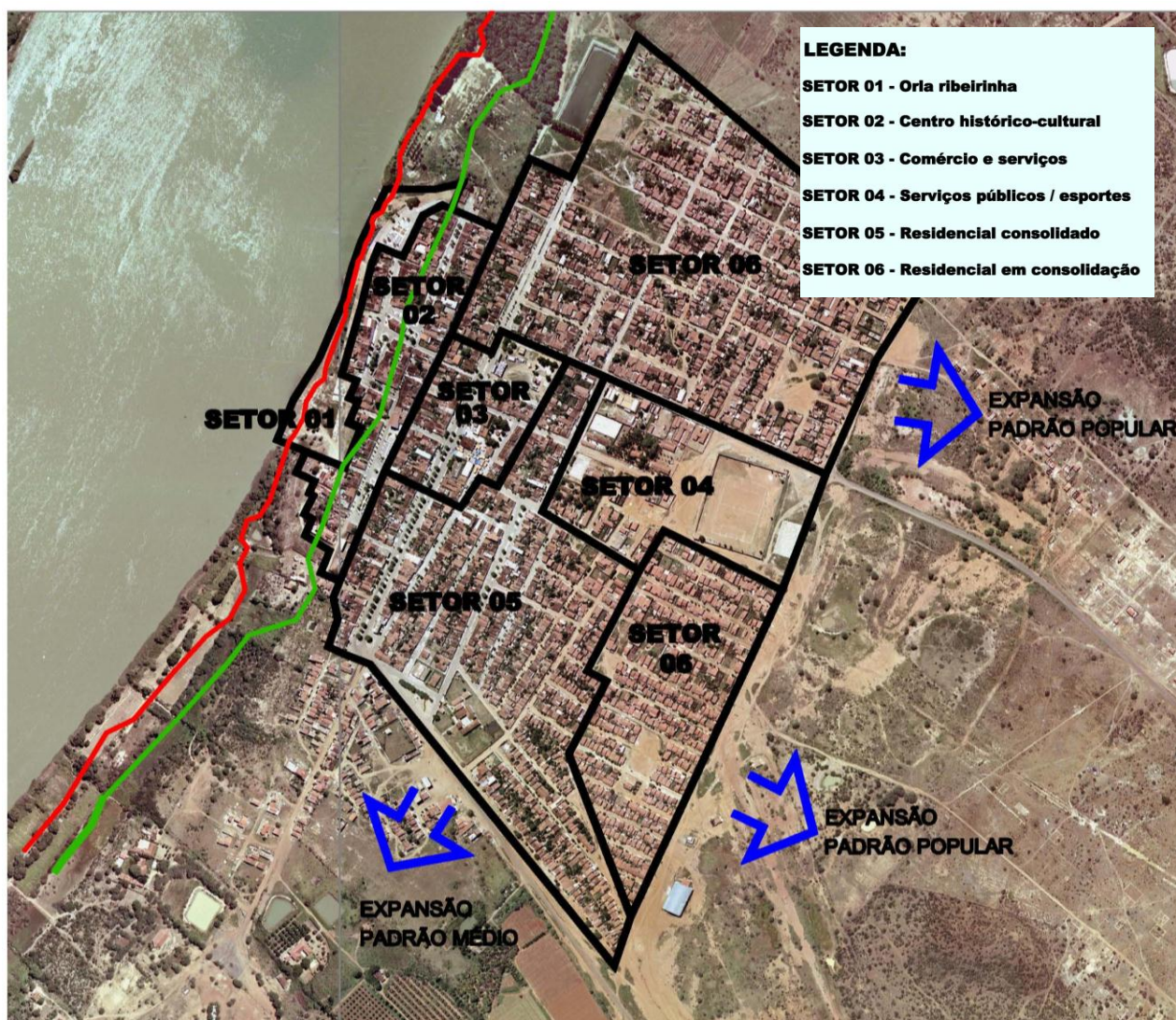
Figura 1.29 A e B
Área de Expansão de Curaçá – Vilas populares



Figura 1.30
Teatro Raul Coelho e Praça de
Eventos em frente ao teatro

b) Zoneamento urbano

A Figura 1.31, apresentada a seguir, mostra a divisão da malha urbana do município em seis setores com características específicas, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Curaçá.



Fonte: Plano Diretor de Curaçá

Figura 1.31
Setorização da cidade de Curaçá (BA)

A caracterização de cada uma das zonas componentes da malha urbana de Curaçá está apresentada, a seguir:

Setor 1 – Orla ribeirinha

Este setor é definido pelas características da paisagem natural, com um cais urbanizado em diferentes níveis, de forma a superar a diferença de nível entre o rio e a cidade. Destina-se ao lazer da população como balneário local de encontro e convivência (Figura 1.32 à Figura 1.36).



Figura 1.32
Vista do cais disposto em patamares



Figura 1.33
Local de encontro na orla ribeirinha



Figura 1.34
Vista do *pier* e balneário



Figura 1.35
Secretaria Municipal de Educação,
nas proximidades da orla ribeirinha



Figura 1.36
Área de lazer na orla ribeirinha

Setor 2 – Centro histórico-cultural

Caracteriza-se como uma área ocupada por edificações históricas bem preservadas, predominantemente de uso habitacional. Alguns imóveis estão destinados à administração municipal, como é o caso da Prefeitura, do Museu e do Teatro Raul Coelho (Figura 1.37 a Figura 1.39).



Figura 1.37
Vista da praça e o museu



Figura 1.38
Vista do casario histórico



Figura 1.39
Prédio da Prefeitura

A descrição do Centro Histórico – Cultural está apresentada no item 6 – Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico deste Diagnóstico.

Setor 3 – Comércio e serviços

Corresponde ao setor onde está localizada a maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços da área urbana do município. Observa-se que é um setor proporcionalmente pequeno, indicando que para o atendimento da demanda por serviços especializados, a população de Curaçá depende de centros mais dinâmicos, como Juazeiro, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina (Figura 1.40 A e B à Figura 1.42).



Figura 1.40 A e B
Vista do Setor de Comércio e Serviços



Figura 1.41
Vista da entrada do mercado



Figura 1.42
Vista do pátio da feira ao lado do mercado

Setor 4 – Serviços públicos / esportes

Neste setor estão localizados o Hospital Público, a Escola (Figura 1.43) e o Estádio de Futebol. O Hospital, que é um equipamento público de dimensão significativa, atende à demanda local com serviços especializados de saúde.



Figura 1.43
Vista da Escola Municipal

Setor 5 – Residencial padrão médio

Corresponde ao setor predominantemente residencial, com edificações na sua maioria térreas e alguns poucos sobrados, de médio padrão construtivo. As vias são largas e arborizadas, sendo algumas pavimentadas. É possível observar a expansão deste setor em área paralela à Orla ribeirinha (Figura 1.44 A e B e Figura 1.45).



Figura 1.44 A e B
Vista de área residencial



Figura 1.45
Vista da área de expansão padrão médio

Setor 6 – Residencial padrão baixo

Corresponde ao Setor predominantemente residencial, com baixo padrão construtivo e precariedade nos serviços de infraestrutura urbana. Conforme demonstram as informações do IBGE, a população da cidade vem apresentando um grande crescimento, sendo que é possível observar uma expressiva expansão das áreas residenciais de população de baixo padrão aquisitivo.

1.4 Área rural

1.4.1 Estrutura fundiária segundo o módulo fiscal

a) Processo histórico da ocupação

A configuração da AID da Usina Hidrelétrica Riacho Seco apresenta um processo histórico de ocupação e traz na realidade dos dias atuais os traços e retraços característicos de um ordenamento territorial submetido ciclicamente a fatores diversos de interferência.

Para a compreensão da estrutura fundiária encontrada na AID da UHE Riacho Seco, além das observações de campo, dos dados colhidos com a pesquisa censitária cadastral realizada no período de outubro-dezembro/2008, recorre-se aos estudos desenvolvidos, em 2005, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para a região do Vale do São Francisco Pernambucano (Projeto SDT / MDA: Dinamização das Economias Territoriais) e às análises contidas no item 10 – Conflitos Sociais – deste Diagnóstico Ambiental, para a composição da síntese apresentada, a seguir.

A história recente do sistema agrário aponta a entrada do século XX dentro de um cenário regional de grande fragmentação fundiária, incluindo as terras situadas nas margens do rio São Francisco. Até o final da década de trinta do século passado, a região estava submetida a um ostracismo e isolamento que perdurava por quase dois séculos, crescendo no ritmo da expansão declinante da pecuária extensiva desenvolvida em grandes fazendas e apresentando um acelerado processo de fragmentação de terras, decorrentes de divisão por herança e por venda de parcelas.

Embora já se manifestassem algumas iniciativas de projetos de irrigação, entre os quais, experiências de cultivos de cebola irrigados (com bombeamento através de cata-ventos e rodas d'água), os impactos, por demais localizados, não se mostravam capazes de produzir transformações no setor agrário moldado por oligarquias dominantes, particularmente, pelos “coronéis”.

As duas décadas seguintes podem ser caracterizadas pela efervescência de movimentos sociais questionando a desigualdade social e a injustiça e pela criação de grandes estruturas institucionais que materializaram a formulação e implementação de Políticas Públicas na região, tais como a abertura de rodovias pelo Departamento Nacional de Obras contra as secas – DNOCS – e a criação, pelo Governo Federal, de uma grande estrutura institucional:

- Comissão do Vale do São Francisco (transformada em Suvale nos anos sessenta e hoje, Codevasf);
- Chesf, dando início à construção de usinas hidrelétricas;
- Banco do Nordeste;
- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN);

- Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) antecedendo à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) criada em 1959;
- Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (Geida), criado em 1967; Sistema de extensão rural (inicialmente como Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – Ancar);
- Departamento de Produção Vegetal – DPV e Departamento de Produção Animal - DPA e, depois como Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; e
- Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido – CPATSA, pertencente à esta última.

Na segunda metade do século XX, a região teve um forte impulso de infraestruturas. A introdução da energia elétrica tornou a irrigação mais acessível aos pequenos produtores instalados nos perímetros públicos de irrigação (não sendo, no entanto, disseminada para o conjunto da área rural) e a implantação de rodovias integrou a Região ao Centro e Sul do país, facilitando a ocupação da região e a retirada dos produtos das áreas irrigadas.

Um forte aparato institucional priorizava a implantação de uma infraestrutura capaz de reorganizar e dinamizar a economia regional, ampliando a oferta de terras e racionalizando o uso da água e do solo, dentro de objetivos que visavam a redução das desigualdades e a superação dos conflitos sociais criados pelo acesso desigual aos recursos produtivos, em particular a terra. Foram implementados programas especiais de colonização e modernização das técnicas de produção, com ênfase no fortalecimento da irrigação pública em áreas selecionadas das bacias dos açudes públicos e nas margens de rios e riachos, dando, assim, surgimento aos primeiros perímetros irrigados e, por consequência, uma nova feição à propriedade da terra que, adquire uma outra base de diferenciação entre os produtores, incluindo, então, aqueles afetados por desapropriações e por ações de compra e venda.

A valorização da água como principal riqueza para irrigação e para geração de energia elétrica, através de projetos hidrelétricos com reservatórios de grande extensão ao longo do rio São Francisco, dá origem a conflitos de uso dos recursos hídricos, desencadeando um novo reordenamento territorial, com o parcelamento de grandes imóveis em unidades de produção com áreas de 4 a 10 ha, criando os chamados minifúndios, tanto nos perímetros irrigados, quanto na zona ribeirinha tradicional que a partir de então, absorve sub-zoneamentos.

Os fortes atrativos provocados pelos investimentos públicos incluíram o incentivo maior à irrigação favorecendo a introdução dos cultivos temporários e permanentes de fruticultura, como melão, melancia, uva, goiaba, manga e coco, proporcionando um grande aumento das áreas irrigadas, especialmente nas margens do rio São Francisco. Nesse ambiente, grandes grupos econômicos brasileiros foram incentivados para que, com recursos subsidiados pelo Governo, implantassem grandes projetos de fruticultura irrigada com

tecnologia de pivô central, sendo toda a produção voltada para mercados internacionais, através do polo Petrolina - Juazeiro.

Todavia, a indexação das dívidas ao dólar, determinada pelos planos econômicos do Governo Federal, fazia com que os recursos obtidos, mesmo subsidiados, representassem um custo real muito grande dentro do sistema produtivo. Este fato, associado ao surgimento de alguns problemas técnicos ocorridos na produção, como o ataque de mosca branca ao tomate e a perda de plantios ocasionadas por inundações, representavam uma contramão nos interesses empresariais de racionalidade econômica baseada na reprodução do capital através da especulação fundiária e financeira, levando estes empresários ao abandono das atividades. Assim, as terras antes ocupadas pelos grandes grupos empresariais deram sentido, a partir da última metade da década de noventa, a uma nova reorganização fundiária dentro de formatos de projetos de reforma agrária implantados pelo Incra, principalmente na faixa ribeirinha dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, os quais inserem-se dentro do espaço da AID da Usina Hidrelétrica Riacho Seco.

As transformações fundiárias ocorridas nas últimas décadas mudaram, significativamente, o cenário de ocupação da faixa ribeirinha, a qual, agora, tem uma população residente que comporta, também, assentados da reforma agrária, empresários agrícolas (nacionais e estrangeiros) e trabalhadores migrados de outras regiões.

“Para os beiradeiros tradicionais, o que mudou para uma fração destes, foi a relação com a terra, pois vários deles, dentro do processo de fragmentação da propriedade das terras das margens do Rio, por herança ou por compra, conseguiram transformar-se em proprietários de algumas braças. Note-se que a aquisição de um pedaço de terra, por menor que fosse, fixava o seu proprietário definitivamente no lugar e ao mesmo tempo, conferia-lhe segurança e algum grau de dignidade, além de lhe oferecer a condição de situar ou desenvolver qualquer atividade caatinga adentro, na linha imaginária dos limites de sua propriedade.” (Ver item 10 - Conflitos Sociais deste Diagnóstico)”

b) Situação atual

No momento atual, a Área de Influência Direta do empreendimento absorve um novo encaminhamento de reformatação na estrutura fundiária como decorrência do reconhecimento formal de identidades étnicas, já consolidado com referência às comunidades quilombolas de Cupira e Inhanhum em Santa Maria da Boa Vista, no lado pernambucano e a comunidade quilombola de Nova Jatobá localizada no município de Curaçá na margem baiana.

Conforme já referido em itens anteriores deste Diagnóstico, as observações de campo e a pesquisa qualitativa detectaram propriedades fechadas, abandonadas ou à venda (principalmente no município de Curaçá), bem como uma grande dificuldade por parte dos agricultores (excetuando os médios e grandes) em expressar o tamanho real de suas propriedades. Os proprietários de minifúndios e pequenos estabelecimentos são, em sua maioria, herdeiros de frações mínimas de terra que nem sabem dizer o tamanho da propriedade, já herdadas em repartições sucessivas. Todavia, sabem, apenas, a largura (que em alguns casos é de apenas cinco metros de margem do rio), não tendo consciência do comprimento que, em muitos casos, se alonga por quilômetros partindo da

beira do rio, caatinga adentro. Tal fato tem explicação na perspectiva histórica, conforme se coloca no recorte retirado do item 10 - Conflitos Sociais:

“Entre meados do século XVII e final do século XIX, a situação dos beiradeiros e de apropriação das terras das margens do rio permaneceu estável. Na entrada do século XX, após a acentuação da decadência das grandes fazendas, decorrente da desvalorização do gado vacum produzido na região e incrementada pela partilha das terras por herança, dá-se grande fragmentação, também, das terras situadas nas margens do rio São Francisco. Entre várias causas que justificam o acelerado processo de fragmentação dessas terras, como divisão por herança e venda de parcelas, pode ser encontrada na estrutura fundiária inaugurada no período colonial. Nesses períodos, muitas sesmarias foram concedidas, no formato de uma légua de frente por três de fundo (COSTA, 1983, p190 e 192, Volume 7). Em face disso, persistiu a crença de que aquele que obtivesse uma posse de terra em uma das margens do rio, teria, automaticamente, direito a três léguas de fundo. Mas isso não era só crença. Tanto assim, que é comum encontrar escrito nas escrituras lavradas em cartório, na primeira metade do século XX, a expressão: “... adquiriu uma posse de terra de 25 braças na margem direita do rio São Francisco, nas terras da fazenda..., e fundo”.

A ausência de proprietários (residentes fora ou já falecidos e cujos herdeiros residem em outros lugares) em muitos estabelecimentos rurais e a presença, muito grande, de não proprietários ocupantes (moradores, parceiros, arrendatários, meeiros, comodatários) que moram ou exploram roças, geraram, em vários casos, informação de área que, na verdade, representava apenas uma fração da propriedade. Em outros casos, multiplicavam a área do estabelecimento apontando dimensões irreais.

Com referência às propriedades de tamanho médio, constatou-se vários casos de superestimação de área, redundando em acréscimos significativos no tamanho real das propriedades.

c) Classificação das propriedades segundo o Módulo Fiscal

Diante das dificuldades expressas na apuração dos dados da pesquisa censitária, optou-se pelo auxílio de contagem e medição das áreas de propriedades através de geoprocessamento. O enquadramento de propriedades segundo o Módulo Fiscal, na forma da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, obedeceu à classificação apresentada no Quadro 1.3, apresentado a seguir. Os resultados são visualizados na Figura 1.46, que apresenta a distribuição das propriedades rurais em margens e ilhas do rio São Francisco de acordo com os Módulos Fiscais estabelecidos em:

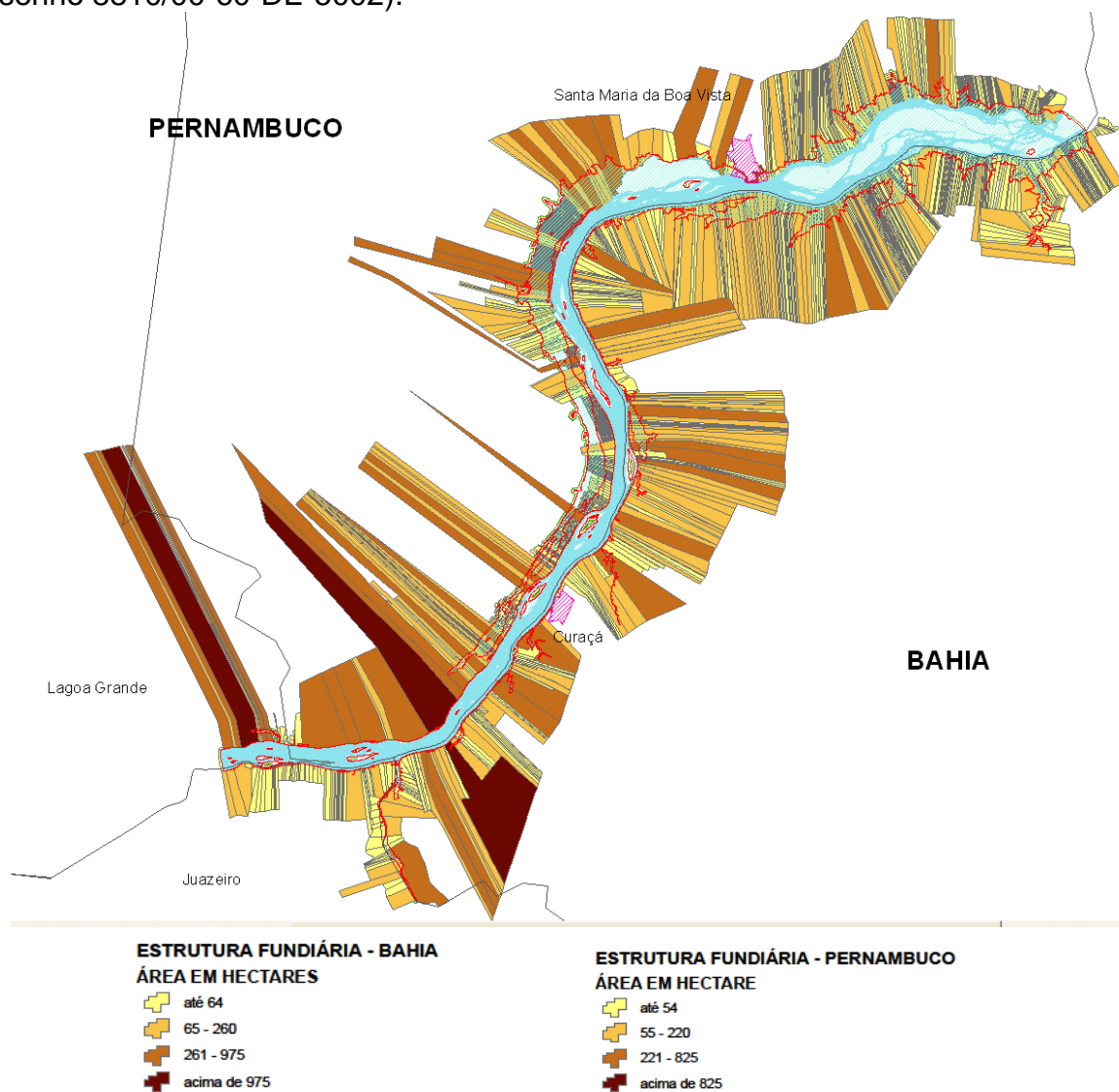
- municípios baianos de Curaçá e Juazeiro = 65 ha;
- municípios pernambucanos de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista = 55 ha.

Quadro 1.3
Classificação de propriedades da AID, segundo Módulo Fiscal

Categoria de propriedade	Classificação por estrato de área	Municípios Pernambucanos	Municípios Baianos
		Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista	Curaçá e Juazeiro
	Módulo Fiscal - MF	55 ha	65 ha
Minifúndio	Menos de 1 MF	Até 54 ha	Até 64 ha
Pequena propriedade	1 a 4 MF	55 a 220 ha	65 a 260 ha
Média propriedade	>4 a 15 MF	221 a 825 ha	261 a 975 ha
Grande propriedade	> 15 MF	Maior que 825 ha	Maior que 975 ha

Fonte: Incra.

O detalhamento da distribuição espacial das propriedades e sua classificação de acordo com o Módulo Fiscal estão apresentados no Mapa de Propriedades Cadastradas (Desenho 8810/00-60-DE-5002).



Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)

Figura 1.46
Estrutura fundiária na AID da UHE Riacho Seco, segundo o Módulo Fiscal

Margem pernambucana

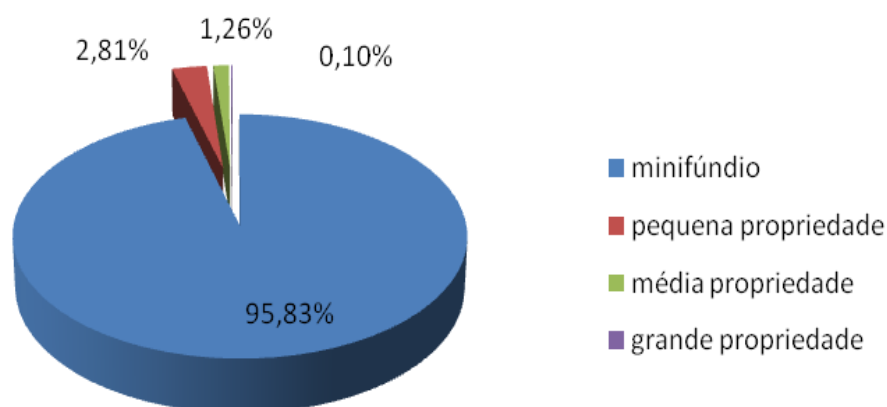
A Tabela 1.6, a Figura 1.47 e a Figura 1.48, apresentadas a seguir, mostram a situação fundiária das propriedades diretamente atingidas pela UHE Riacho Seco na margem pernambucana.

É importante informar que nesta tabela não foram consideradas as propriedades localizadas nas ilhas, que serão tratadas nos itens correspondentes deste capítulo.

Tabela 1.6
Número e área das propriedades rurais cadastradas na AID de acordo com o Módulo Fiscal - margem pernambucana

Classificação	Número de propriedades	Área das propriedades (ha)
Até 54 hectares (minifúndio)	1.977	6.406,051
De 55 – 220 (Pequena propriedade)	58	6.320,244
De 221 – 825 (Média propriedade)	26	9.373,204
Acima de 825 (Grandes propriedades)	2	2.911,508
Total	2.063	25.011,007

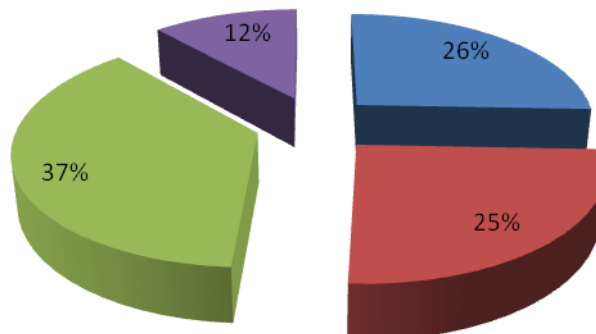
Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)



Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)

Figura 1.47
Distribuição quantitativa das propriedades da AID da UHE Riacho Seco na margem pernambucana por número

■ minifúndio ■ pequena propriedade
■ média propriedade ■ grande propriedade



Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)

Figura 1.48
Distribuição por área das propriedades da AID de acordo com o Módulo Fiscal - margem pernambucana

De acordo com os dados apurados no território da AID, aproximadamente 96% das propriedades estão abaixo do Módulo Fiscal (55 ha) adotado para os municípios pernambucanos da região do São Francisco e conferem uma realidade de alta complexidade quando se constata que ocupam apenas 33% de toda a área das propriedades rurais existentes significando uma área média de apenas 3,4 hectares. Esta discrepância pode ser melhor observada quando se compara com as áreas médias das propriedades dos municípios da AII que, no caso de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, são de 20,0 e 16,4 ha, respectivamente.

Para o contexto territorial pernambucano da AID, as pequenas roças instaladas em ilhas e margens, bem como a alta densidade de lotes nos projetos de assentamento de reforma agrária, representam as principais características da situação fundiária encontrada.

Estes dados permitem inferir que o universo da AID da UHE Riacho Seco, apresenta alta complexidade para o desenvolvimento do processo de estruturação das unidades familiares de produção rural, revelando características de ocupação por minifúndios de áreas mínimas, em muitas situações, e por pequenas propriedades exploradas por agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários.

Os minifúndios e as pequenas propriedades que, juntos, correspondem a aproximadamente 99%, refletem a fortíssima fragmentação das propriedades ribeirinhas, decorrentes dos sucessivos processos de organização e reorganização fundiária que ocorreram historicamente nesta região. As grandes e médias propriedades compõem um universo de número restrito, no entanto, ocupam 49% das terras ribeirinhas delimitadas como AID, compondo assim as maiores fatias das áreas remanescentes da interferência do reservatório da UHE Riacho Seco.

Margem baiana

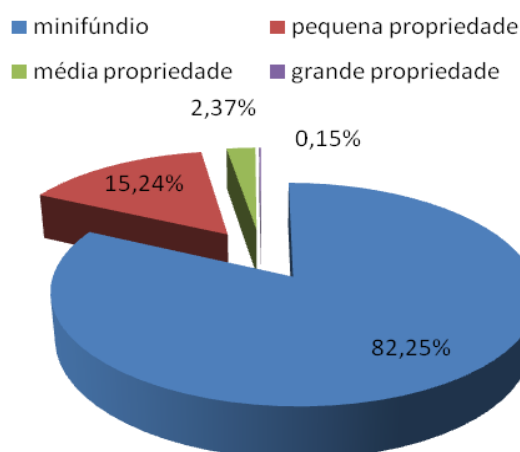
Os dados apresentados na Tabela 1.7 e na Figura 1.49, apontam que um total de 676 propriedades serão atingidas pela UHE Riacho Seco no território baiano incluído na faixa ribeirinha de Juazeiro e Curaçá. Nesse conjunto, 82,25% das propriedades estão classificadas abaixo do Módulo Fiscal, e, portanto, significando a fatia correspondente à classificação de minifúndios. Encontram-se no intervalo de um a quatro MF, caracterizando as pequenas propriedades, 15,24% das propriedades identificadas. Esse universo diferencia-se da situação encontrada na margem pernambucana da AID, em termos de tamanho médio das propriedades, topografia, ocupação de margens, tipo de solos e modelo exploratório que, em maior amplitude, inclui a criação de animais. Essas constatações, apoiadas nas observações de campo e entrevistas com produtores, indicam uma mais nítida e uniforme distribuição fundiária entre as menores propriedades.

É importante esclarecer que nesta tabela não foram consideradas as propriedades localizadas em ilhas, que serão tratadas a parte nos itens correspondentes deste capítulo.

Tabela 1.7
Número e área das propriedades rurais
cadastradas na AID – margem baiana

Classificação	Número de propriedades	Área das propriedades (ha)
Até 64 hectares (Minifúndios)	556	10.340,447
De 65 – 260 (Pequena Propriedade)	103	12.518,091
De 261 – 975 (Média Propriedade)	16	5.477,121
Acima de 975 (Grandes Propriedades)	1	1.256,752
Total	676	29.592,411

Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)



Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)

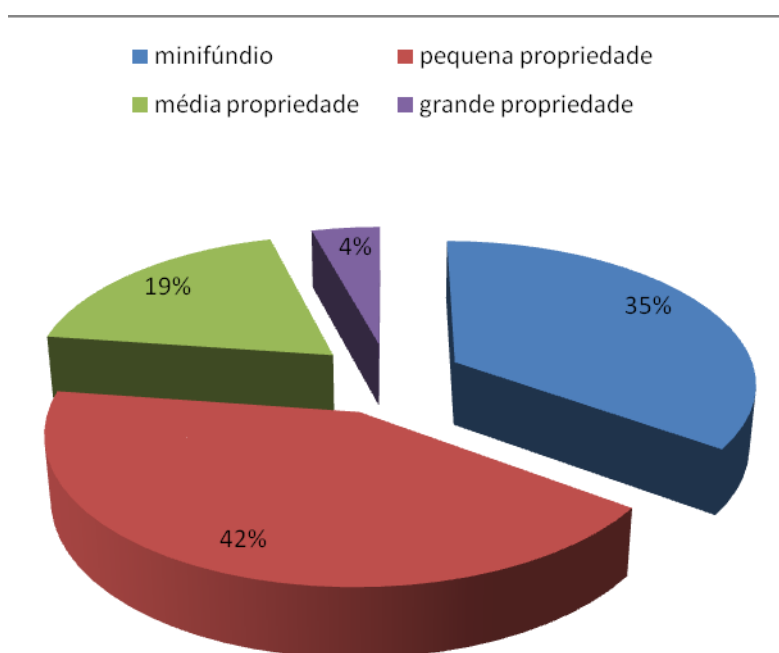
Figura 1.49
Distribuição quantitativa das propriedades da AID
de acordo com o Módulo Fiscal - Margem baiana

A área média das propriedades classificadas como minifúndios é de 18,6 hectares, ficando, assim, acima da área média da mesma categoria dentro do espaço geográfico da

All, que corresponde a 14,8 ha em Juazeiro e 17,0 ha em Curaçá. Essa situação difere frontalmente da realidade encontrada no município pernambucano de Santa Maria da Boa Vista, cuja altíssima densidade de minifúndios é, primordialmente, o resultado direto da política de reforma agrária implementada no seu espaço ribeirinho.

Entre as pequenas e médias propriedades da margem baiana encontram-se várias delas abandonadas, fechadas, aos cuidados de moradores e à venda. As observações de campo constataram que também é nesse espaço onde mais se encontram roças em sistemas de arrendamento, parceria e meação.

A Figura 1.50 ilustra os dados apresentados, acrescentando-se que os minifúndios ocupam 35% das terras da AID enquanto as pequenas propriedades representam 42 %, envolvendo áreas médias de 121,5 hectares.



Fonte: Banco de Dados / SIG (2008)

Figura 1.50
Distribuição por área das propriedades da AID
de acordo com o Módulo Fiscal - Margem baiana

1.4.2 Áreas de colonização ou ocupadas sem titulação

Na AID da UHE Riacho Seco estão localizados 17 Projetos de Assentamento – PA – e de colonização, sendo onze federais e seis estaduais. Todos os onze PA implantados pelo Governo Federal e cinco dos PA estaduais estão localizados na margem pernambucana do rio São Francisco. Apenas um PA estadual está situado em Curaçá (BA).

Considerando a metodologia utilizada para a delimitação da Área de Influência Direta, apenas parte destes assentamentos encontra-se dentro da AID. A Tabela 1.8, a seguir,

apresentada os assentamentos existentes na Área de Abrangência do Estudo e as respectivas áreas inseridas na AID.

Tabela 1.8
Projetos de Assentamento existentes na AID

Nome	Gestor	Área total (ha) (*)	Área atingida na AID (ha)	Área remanescente	Percentual atingido (%)
PA Federais					
P.A Bouqueirão	Incra	1.641,34	153,34	1.488,00	9,34
P.A José Ivaldo I	Incra	780,84	73,65	707,19	9,43
P.A José Ivaldo	Incra	354,08	21,11	332,97	5,96
P.A Aquarius	Incra	3.268,90	285,74	2.983,16	8,74
P.A Brilhante	Incra	1.752,97	153,70	1.599,27	8,77
P.A Vitória	Incra	4.702,44	197,94	4.504,40	4,21
P.A Safra	Incra	3.388,29	159,93	3.228,36	4,72
P.A Catalunha	Incra	6.695,50	1,93	6.693,57	0,03
P.A Jatobá	Incra	690,32	16,46	673,86	2,38
P.A Caraibas II	Incra	393,73	91,55	302,18	23,25
P.A N. S. da Conceição	Incra	3.468,43	304,99	3.163,44	8,79
PA Estaduais					
PA Novo Horizonte	Car	424,00	11,31	441,69	2,66
PA Nova Esperança	Funtepe	60,00	49,08	10,92	81,80
P.A Malhada Real	Funtepe	180,08	180,08	0,00	100,00
PA APA	Funtepe	96,13	32,60	63,53	34,00
P.A Bom Sossego	Funtepe	495,13	137,72	357,41	27,81
P.A N. S. do Carmo	Funtepe	440,91	118,36	322,55	26,84

Nota: (*) O cálculo das áreas foi realizado através do arquivo vetorial fornecido pelo INCRA, FUNTEPE, CAR e Banco de Dados / SIG (2008)

O detalhamento e a caracterização destes projetos estão apresentados no item 5 deste capítulo.

É importante esclarecer que existem discrepâncias entre as informações oficiais fornecidas pelo Incra, Funtepe e pela CAR (BA) em seus relatórios, quanto às áreas dos Projetos de Assentamentos e as áreas obtidas nos arquivos vetoriais oficiais, também fornecidos por estes órgãos.

Neste estudo foram utilizadas as áreas obtidas nos arquivos vetoriais oficiais ou no Banco de Dados resultante do levantamento censitário e cadastral das propriedades, realizado durante os estudos socioeconômicos da AID.

1.4.3 Áreas ocupadas por Movimentos de Sem Terra - MST

Durante as pesquisas de campo, desenvolvidas no trimestre outubro/dezembro de 2008, foram encontrados três acampamentos de Movimentos de Sem Terra na AID dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá. Considerando o seu caráter dinâmico e nômade, os pontos foram plotados no mapa apenas para identificação. Foram

identificados, neste período, três acampamentos do MST, sendo dois localizados no município de Santa Maria da Boa Vista (PE) e dois, no município de Curaçá (BA), totalizando, segundo pesquisas de campo, 218 famílias acampadas.

Acampamento Conquista

Este acampamento está localizado à margem da BR-428, no espaço urbano da cidade de Santa Maria da Boa Vista, onde ocupa, desde 06 de abril de 2008, a entrada da fazenda Planalto. O acampamento é formado por 38 famílias, totalizando 150 pessoas. É articulado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Sintraf de Santa Maria da Boa Vista e vem pleiteando junto ao Incra as fazendas Planalto (400 ha) e Poço do Icó (660 ha).



Figura 1.51 A, B e C
Acampamento Conquista localizado na margem direita da BR-428, na área externa da fazenda Planalto em Santa Maria da Boa Vista (PE)

Segundo entrevista com o coordenador do movimento, Sr. Edmilson dos Santos, o grupo acampado foi selecionado incluindo pais de famílias agricultoras familiares, todas do município de Santa Maria da Boa Vista. Essas famílias aguardam, no local, a conclusão do processo de aquisição das terras, tendo-se a expectativa de ocupação formal das propriedades até março de 2009.

No período de acampamento, as famílias receberam por duas vezes, cestas básicas do Incra e se abastecem de água através de carros-pipa. Os barracos de madeira cobertos de plásticos e lonas intensificam o insuportável calor durante o dia. A maioria tem ajuda do Programa Bolsa Família e três famílias contam com a renda de aposentadorias.

A fazenda Planalto dista aproximadamente um quilômetro do rio São Francisco e é sequenciada, na direção dos tabuleiros, pela fazenda Poço do Icó. Além de cercada, dispõe de dois barreiros, três casas de médio padrão construtivo, captação d'água no rio e uma adutora. Observou-se a ocupação com 2 ha de coco e algumas culturas de ciclo curto. É ocupada por duas famílias de moradores, as quais recebem um salário mínimo mensal.

Acampamento Eldorado (Fazendas Oiteiro e Mariela)

Localizado em terras da fazenda Oiteiro à margem esquerda da BR-428 entre a cidade de Santa Maria da Boa Vista e PE-574, que dá acesso ao Distrito de Vermelhos, e na vizinhança de um antigo Posto de Combustíveis. A propriedade fazenda Oiteiro,

pertencente a Jorge Garziera, tem 429 hectares, é estreita (300 m de margem de rio) e muito comprida, sendo cortada pela BR-428 e, também, pelo campo de pouso de Santa Maria da Boa Vista, conforme a figura apresentada, a seguir.



Figura 1.52 A, B e C
Acampamento Eldorado – Santa Maria da Boa Vista (PE)

Trata-se de uma ocupação articulada pelo MST e Incra. O acampamento formado inicialmente por 165 famílias está sendo acrescido de mais 20 famílias (em processo de cadastramento), sendo a maioria delas proveniente de Santa Maria da Boa Vista. Entre os acampados há muitas crianças e adolescentes, conforme figura, a seguir.



Figura 1.53 A e B
Acampamento Eldorado – Santa Maria da Boa Vista (PE)

Segundo entrevistas realizadas com os Senhores Vantuil Gregório e Antônio Soares, respectivamente coordenador e tesoureiro do movimento de ocupação, as fazendas Oiteiro e Mariella, que também são alvos dos acampados, pertencem a Jorge Garziera e foram penhoradas ao Banco do Brasil. A proposta do proprietário para o Incra e MST é a de que o Incra adquira as referidas fazendas (endividadas no BB) para reforma agrária. Todavia, o MST pleiteia a fazenda Adam, localizada no município de Petrolina, com 2.500 ha, sem endividamentos e com infraestrutura completa de irrigação. A fase atual do processo de ocupação é a de cadastramento e vistoria das terras.



Figura 1.54
Entrevista com lideranças do
Acampamento Eldorado



Figura 1.55
Utensílios dos acampados

As fazendas Mariella e Oiteiro são dotadas de infraestrutura e equipamentos de irrigação. Na propriedade Oiteiro, onde se encontra o acampamento do MST, estão implantados 10 ha de coco em área cercada, uma casa, quatro reservatórios (barreiros) para irrigação por gravidade, ponto de captação d'água no rio e adutora até os dois primeiros reservatórios, distribuindo, a partir destes, por gravidade, para os demais reservatórios.

Acampamento Estrela Guia

Este acampamento está localizado no município de Curaçá, à margem do rio São Francisco, na propriedade denominada Sítio Lagoa do Canudos e na abrangência da Fazenda Cachoeira. O acampamento Estrela Guia promovido pelo MST, conta com mulheres e crianças de quinze famílias instaladas precariamente em barracos de taipa cobertos por plásticos e lonas. Segundo entrevista com as mulheres acampadas, a ocupação teve a anuência da proprietária do sítio, conhecida apenas pelo nome de Vanda, na expectativa da aquisição do terreno, pelo Incra, para efeito de assentamento de reforma agrária.



Figura 1.56 A, B e C
Acampamento Estrela Guia – Pequenos plantios na margem
do rio e barracos ocupados por mulheres e crianças

1.5 Áreas legalmente protegidas

1.5.1 Unidades de conservação ambiental

No espaço delimitado de AID da Usina Hidrelétrica Riacho Seco, não estão localizadas Unidades de Conservação Ambiental federais, estaduais e municipais.

1.5.2 Terras indígenas

Dentro dos limites da AID não existem Terras Indígenas oficialmente instituídas pela Funai, existindo apenas dois grupos da etnia Atikum – um em Curaçá (BA), na Fazenda Altamira, e outro, na Ilha de Bonsucesso (PE). Existem também várias famílias dispersas na AID, oriundas das diversas etnias que foram atingidas pelo empreendimento de Itaparica, como Truká e Tumbalalá.

O estudo destas comunidades está apresentado no item 9 - Populações Tradicionais, deste Diagnóstico Ambiental e sua localização está apresentada no Mapa Populações Tracionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

➤ **Interferências do empreendimentos nas comunidades indígenas**

Grupo Atikum da Fazenda Altamira

A fazenda Altamira, situada no município de Curaçá, até o momento não teve seu processo de desapropriação concluído pela Funai.

Esta fazenda tem uma área de 321,53 ha, da qual será inundada apenas 0,74 ha e terá uma APP que ocupará 6,6 ha, totalizando uma Área Diretamente Atingida – ADA de 7,34 ha que corresponde a 2,3 % da propriedade, conforme apresentado na figura, a seguir.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.57
Comunidade indígena do Grupo Atikum – Bahia (em destaque, em azul), que ocupa a Fazenda Altamira - Curaçá (BA)

Grupo Atikum da Ilha de Bonsucesso

Este grupo é discidente daquele que ocupa a fazenda Altamira em Curaçá.

A Ilha de Bonsucesso pertence ao município de Santa Maria da Boa Vista, sendo formada por mais três ilhotas, com 30 propriedades cadastradas e ocupando uma área total de 84,70 ha. As propriedades possuem 48 benfeitorias e são ocupadas por 83 pessoas de 21 famílias.

Todas as propriedades serão inundadas com a formação do reservatório.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.58
comunidade indígena Atikum – Bahia, Ilha de Bonsucesso (em destaque, em azul), município de Santa Maria da Boa Vista (PE)

1.5.3 Quilombos

Na delimitação territorial da Área de Influência Direta – AID são encontradas comunidades quilombolas residentes tanto na área rural quanto nas sedes urbanas dos municípios.

Na margem pernambucana da AID existem dois quilombos oficialmente reconhecidos: as comunidades de Cupira e de Inhanhum, que inclui também, territórios em ilhas destacando-se as de Missão Velha, das Cabras, Punan e Estreito (ou Cupira).

Na margem baiana, no município de Curaçá, o Quilombo Nova Jatobá também é oficialmente reconhecido, sendo formado pelo conjunto das comunidades Jatobá, Rompedor, Favela e Sombra Quixaba.

É importante esclarecer que estes quilombos não têm seus territórios demarcados pelo Incra. Por sua vez, tanto na margem baiana como na pernambucana, existem comunidades de remanescentes quilombolas que se encontram em processo de reconhecimento de sua identidade.

O estudo destas comunidades está apresentado no item 9 – Populações Tradicionais e sua localização está apresentada no Mapa Populações Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

➤ **Interferência do empreendimento nos quilombos**

Quilombo de Inhanhum (PE)

No território quilombola de Inhanhum foram identificadas 74 propriedades rurais utilizadas como área de cultivo. Juntas estas propriedades tem 288,83 hectares, dos quais 91,36 serão atingidos pela cota do futuro reservatório ou pela APP do empreendimento, o que representa 31,63 da área cadastrada como território quilombola de Inhanhum.

Nestas propriedades doze famílias possuem moradias, totalizando 48 pessoas. Também foi identificada a presença de 87 benfeitorias, mas apenas cinco impactadas pelo empreendimento.

Dentro da AID do empreendimento também foram identificados 150 imóveis que compõem a vila de Inhanhum. Apesar de não estarem na área a ser atingida (reservatório ou APP), a vila fica muito próxima ao eixo da barragem.



Figura 1.59

Trecho da ortofotocarta mostrando a comunidade quilombola de Inhanhum, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista (PE), apresentando em amarelo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em azul a área ser inundada

Quilombo de Cupira (PE)

Na área do quilombo de Cupira foram identificadas 88 propriedades rurais utilizadas principalmente como área de cultivo, nelas residem 104 pessoas, agrupadas em 23 famílias. Entre as 154 benfeitorias registradas, apenas 51 estão na área da cota do reservatório ou na faixa de APP do empreendimento. A área total destas propriedades é 772,01 hectares, dos quais 234,11 hectares são impactados, o que representa 30,32%.

Também foram identificados 160 imóveis localizados na vila de Cupira de Cima e de Cupira de Baixo, que serão atingidas pelo empreendimento.

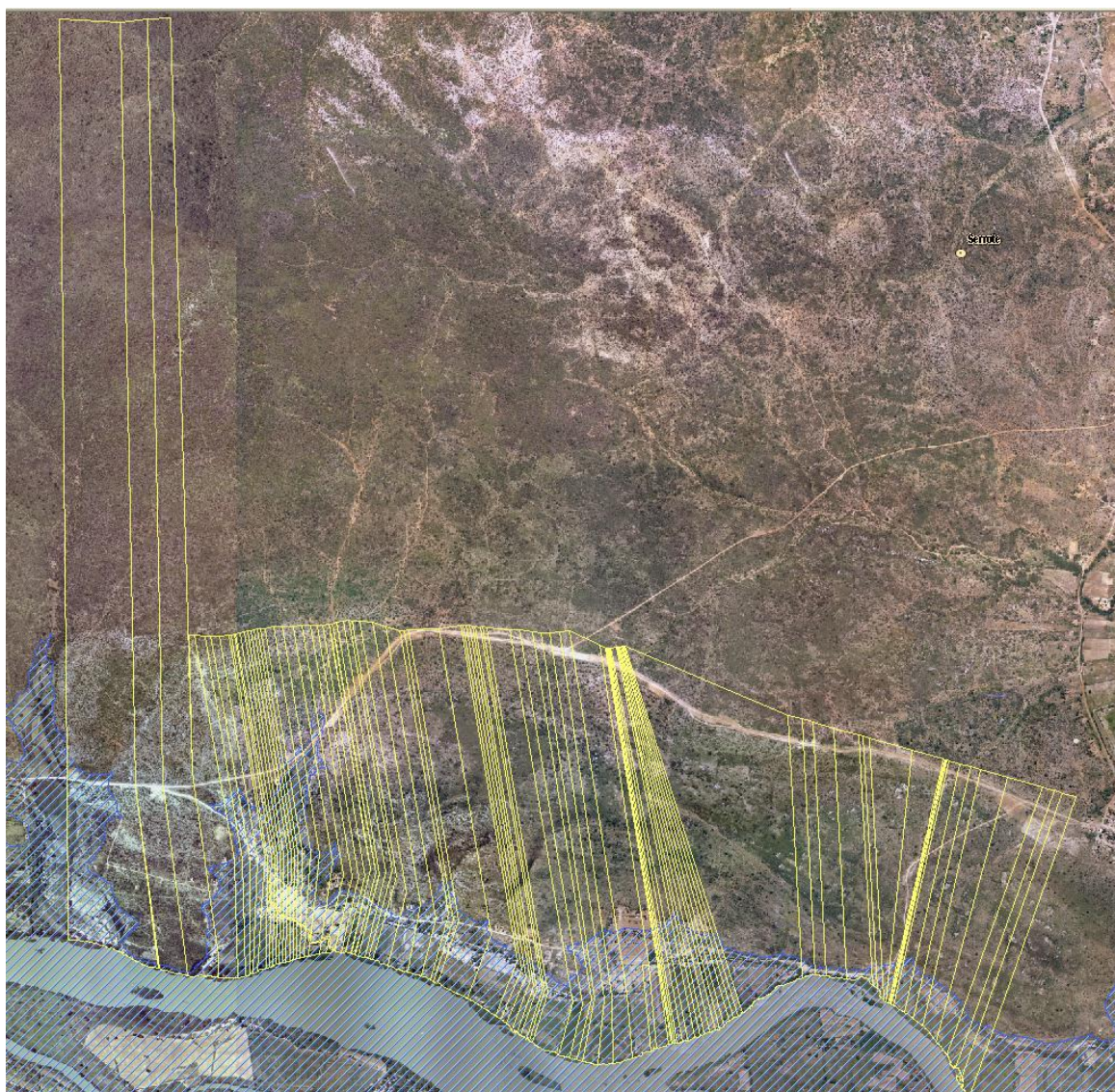


Figura 1.60

Trecho da ortofotocarta mostrando a comunidade quilombola de Cupira de Cima e de Baixo, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista (PE), apresentando em amarelo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em azul a área ser inundada

Quilombo Nova Jatobá (BA)

Durante a realização do cadastro censitário de propriedades da AID, foram identificadas quatorze propriedades localizadas no espaço territorial do Quilombo Nova Jatobá. Estas propriedades juntas possuem 1.826,90 hectares, sendo que apenas 120,26 hectares são impactados pelo empreendimento, representando 6,58% do total destas propriedades.

Nas propriedades foram registradas 106 benfeitorias, mas apenas 17 serão impactadas. Também foi registrada a presença de uma família (duas pessoas) residente na área impactada.

As vilas de Rompedor, Jatobá, Favela e Sobra Quixaba, onde mora a comunidade que constitui o quilombo de Nova Jatobá, estão fora da área impactada pelo empreendimento.

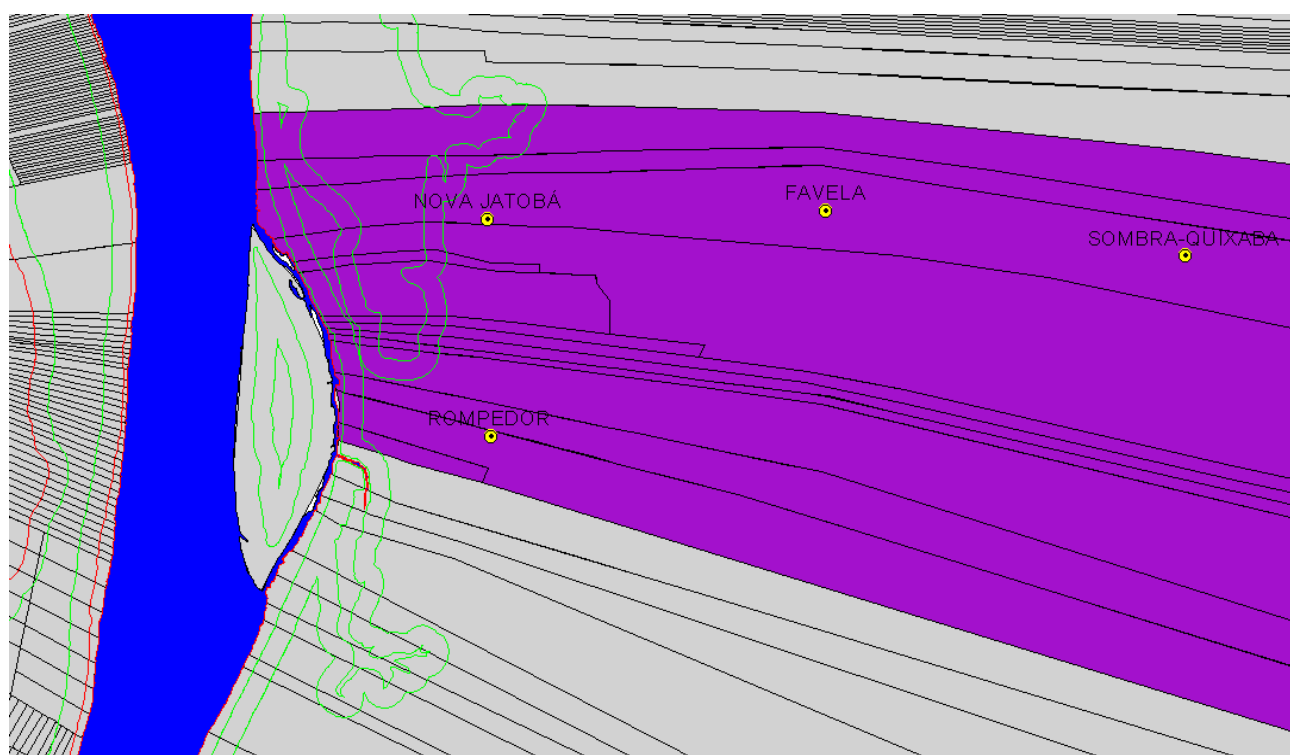


Figura 1.61

Trecho do mapa das propriedades cadastradas mostrando a comunidade quilombola de Cupira de Cima e de Baixo, localizada no município de Curaçá (BA), apresentando em roxo o delineamento das propriedades rurais deste território que compõem a AID da UHE Riacho Seco, e em verde a área ser impactada pelo empreendimento. Os pontos amarelos indicam a localização das vilas de Rompedor, Jatobá, Favela e Sobra Quixaba

1.6 Infraestrutura local e regional

1.6.1 Sistema viário

A Área de Influência Direta – AID é bem servida de acessos viários do sistema rodoviário, conforme apresentado no Mapa Impacto na Infraestrutura (Desenho 8810/00-60-DE-5004).

Na margem pernambucana, a BR-428 segue paralela ao rio, permitindo acessos do polo Petrolina a todos os municípios ribeirinhos, enquanto a PE-574, numa extensão de 62,63 km, interliga a principal área produtiva – de fruticultura irrigada e vitivinicultura – ribeirinha, de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, às BR-428 e BR-122. A malha viária dos municípios pernambucanos, de um modo geral, apresenta boa qualidade construtiva e de manutenção/conservação conforme pode ser visualizado na Figura 1.62, na Figura 1.63 e na Figura 1.64, apresentadas a seguir.



Figura 1.62
BR-428 - Trecho Santa Maria da Boa Vista –
Lagoa Grande (PE)



Figura 1.63
PE-574 – Centro de Enologia



Figura 1.64
PE-574 – Aspectos de conservação

Além dessa malha rodoviária, estradas municipais (vicinais) de terra, porém, bem conservadas, interligam as áreas de produção e as comunidades ribeirinhas, permitindo acessos nos sentidos Leste e Oeste, além de ligações com a BR-428 em vários pontos. As propriedades rurais são servidas por variantes que facilitam o acesso às principais rodovias, como é o caso da estrada que interliga os povoados de Cupira e Inhanhum ao município de Santa Maria da Boa Vista, conforme apresentado a seguir, na Figura 1.65.



Figura 1.65
**Estrada municipal que interliga os povoados de Cupira e Inhanhum
ao município de Santa Maria da Boa Vista - Ao fundo vista do
Povoado de Cupira – Santa Maria da Boa Vista (PE)**

Na margem baiana, a BA-210, com 586,6 km, também segue margeando o rio São Francisco. Parte do município de Sento Sé - BA e se estende até Piranhas – AL, formando a linha central de uma rede que interliga todos os municípios do médio e submédio São Francisco baiano. É a principal via de articulação do município de Curaçá com os demais municípios. Através dessa rodovia se acessa também a BR-116 a partir de Ibó. Outra rodovia é a BA-120 implantada, porém não asfaltada, que liga a cidade de Curaçá aos distritos de Barro Vermelho e Poço de Fora, conectando-se, a partir desta localidade, com a BR-235 que permite o acesso, em distâncias maiores, ao Leste para Jeremoabo e a Oeste, para Juazeiro.

As condições de tráfego pela BA-210 são precaríssimas, com os buracos dominando a maior parte do trecho da estrada, cujo asfalto se transforma em trilhas, dificultando o tráfego de veículos e facilitando sucessivos assaltos. Para os exportadores da região, a rodovia se transformou num grande vetor de prejuízos, uma vez que nas condições precárias em que se encontra, impede o escoamento da produção pelo porto de Salvador. Isto pode ser exemplificado no caso das uvas transportadas em *containers* de câmara frigorífica que, mesmo com uma autonomia de 12 horas de refrigeração, ocorrem perdas no transporte da produção, apesar da média de tempo gasto para se percorrer 150 km que seria 10 horas. Durante o período (outubro/dezembro - 2008) em que foram realizadas as pesquisas de campo, foram observadas obras de recuperação, no trecho Curaçá – Juazeiro, da referida rodovia estadual.



Figura 1.66 A e B
BA-210 - Saída da cidade de Curaçá e passagem sobre o canal de irrigação do Projeto Curaçá (BA)

A margem ribeirinha baiana também é favorecida com estradas (vicinais) municipais de terra e bem conservadas, que interligam as áreas de produção e as comunidades ribeirinhas, permitindo acessos nos sentidos Leste e Oeste, e o fácil acesso à BA-210 em vários pontos.

Em Curaçá localiza-se a estrada vicinal denominada Estrada da Beira do Rio, ligando a sede de Curaçá a Riacho Seco, interligando as localidades de Angico, Ferrete e Cerca de Pedra.

As propriedades rurais dispõem de bons acessos de variantes, conforme pode ser visualizado nas Figura 1.67, Figura 1.68 e Figura 1.69.



Figura 1.67
Estrada ribeirinha entre
Curaçá e Barra Grande



Figura 1.68
Variantes de acesso às
fazendas e sítios



Figura 1.69
Vista da estrada na
entrada em Impueira –
Dantas Curaçá (BA)

1.6.2 Pontos de travessias

A área ribeirinha apresenta diversos pontos de travessia ao longo do rio, que são utilizados pela população. No entanto, no trecho da Área de Influência Direta – AID da UHE Riacho Seco existem dois pontos de travessia por meio de balsas, consolidados pela população, conforme apresentado nas figuras, a seguir:

- Cidade de Curaçá (BA) para a localidade de Barro Alto, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE (Figura 1.70 A e B e Figura 1.71);
- Porto no largo do CEASA em Cidade de Santa Maria da Boa Vista (PE) para a localidade de Passagem, no município de Curaçá – BA (Figura 1.72).

A localização desses pontos de travessia é estratégica no que se refere ao escoamento da produção agropecuária e nas demais relações produtivas, principalmente de comércio de bens e serviços e sociais (serviços públicos, festas etc.). Entretanto, são bastante precários, não dispendo de qualquer melhoramento e por isso as balsas têm períodos de paralisação, seja para a manutenção das mesmas ou porque as condições do porto não permitem a saída das embarcações nas épocas de seca. Por outro lado, na época do inverno, qualquer pequena chuva provoca sérios atoleiros nas áreas de portos, principalmente em Barro Alto e Curaçá, impedindo ou dificultando o transporte de cargas.



Figura 1.70 A e B
Embarcações no porto de Barro Alto



Figura 1.71
Ponto de travessia em Barro Alto



Figura 1.72
Ponto de travessia em Passagem

Existem outros pontos de travessia de barcos e canoas bastante utilizados pela população. Os principais pontos de travessia estão apresentados no quadro, a seguir.

Quadro 1.4
Principais pontos de travessia no trecho ribeirinho da AID

Município	Descrição	Coordenadas UTM	
		E	N
Santa Maria da Boa Vista/PE	Porto de barcos no largo do Ceasa	409660	9026067
	Porto da Ilha Inhanhum	424462	9029481
	Porto de Inhanhum	423879	9030486
	Porto da balsa em Barro Alto	399755	9007383
Curaçá/BA	Porto da balsa em Curaça	400274	9006723
	Porto de barco Zé Valério	410699	9025353
	Porto de barco Mário Preto	409202	9025519

Nota: Coordenadas em Projeção Cartográfica UTM – Fuso 24 e Sistema de Referência Geodésico: WGS-84.

1.6.3 Pontos de atracação

Vários outros pontos de atracação de balsas são encontrados na AID, a exemplo dos portos localizados em ilhas e margens, todavia o movimento nesses portos é pontual, atendendo exclusivamente necessidades de transporte de animais bovinos e produção agrícola, conforme pode ser visualizado nas Figura 1.73 e Figura 1.74, a seguir.



Figura 1.73
Porto secundário na margem baiana - Curaçá (BA)



Figura 1.74
Margem pernambucana - animais aproveitam as sobras de culturas desembarcadas no local

Os portos de embarcações menores estão presentes ao longo das margens direita e esquerda do rio São Francisco, bem como em todas as ilhas, permitindo a rápida locomoção para qualquer parte ao longo do rio. Pode-se afirmar que a maioria das propriedades localizadas nas margens e nas ilhas dispõem de embarcações, sendo muito expressiva a quantidade de barcos com motor a diesel, embora as canoas a remo e vela sejam muito utilizadas também, conforme mostra a Figura 1.75 A e B, a seguir.

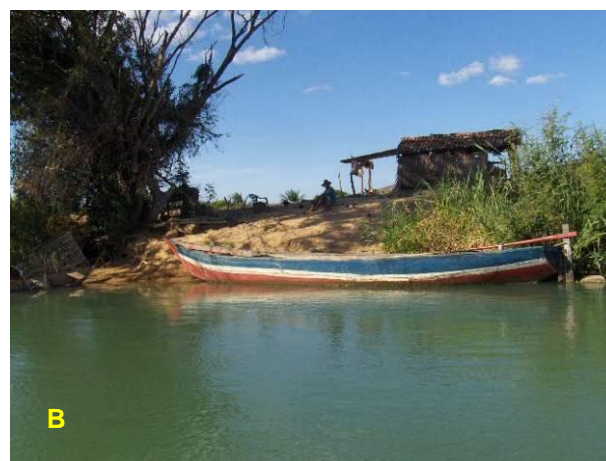


Figura 1.75 A e B
Pontos de atracação estão fartamente distribuídos por ilhas e margens em todo o percurso da AID

Todos os pontos de travessia estão apresentados no Mapa Impacto na Infraestrutura (Desenho 8810/00-60-DE-5004).

1.6.4 Interferências do empreendimento na infraestrutura

No sistema viário

A formação do reservatório da UHE Riacho Seco acarretará desativação no sistema viário local em 85,5 km. A interferência será maior nos trechos localizados próximos ao eixo do reservatório.

A Tabela 1.9, apresentada a seguir, mostra os trechos onde ocorrerão as principais interferências do reservatório no sistema viário na AID do empreendimento.

Tabela 1.9
Interferências da UHE Riacho Seco no sistema viário da AID

Estrada / via	Tipo	Trechos interceptados pelo reservatório	Existência de pontes/ (nº)	Extensão total (m)
BA-210	pavimentada	3	sim (02)	904
Estrada Beira do Rio (Curaçá - Riacho Seco)	não pavimentada	38	não	14.297
PE-574 (Santa Maria da Boa Vista)	não pavimentada	5	sim (01)	322
Estrada municipal de Santa Maria da Boa Vista - Inhanhum	não pavimentada	13	não	6628
Sistema viário urbano	pavimentada	10	não	883
Outras estradas vicinais	não pavimentada	206	não	62.505

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Na margem baiana, a BA-210, que é a principal via de circulação entre os municípios baianos da AID, é uma estrada pavimentada e será atingida em três trechos, totalizando 904 m. Nesta estrada serão atingidas duas pontes, sendo uma delas sobre o riacho Barra do Ananias, entre os povoados de Ferrete e Fazenda do Meio, conforme mostra a Figura 1.76. Além dessa ponte, será também atingida a que está localizada sobre o rio Morcego, próximo à cidade de Curaçá.

Dentro do município de Curaçá, a estrada vicinal denominada Estrada da Beira do Rio está dentro da Área de Influência Direta, ligando a sede de Curaçá a Riacho Seco, antes passando pelas localidades de Angico, Cerca de Pedra e Ferrete, sendo atingida em 38 trechos, totalizando 14.297m.

Na margem pernambucana, a PE-574, também conhecida como Estrada da Uva, que liga povoados de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, tem o seu traçado margeando o rio São Francisco e terá cinco trechos interceptados pela área de APP, incluindo um trecho com uma ponte, conforme apresentado nas Figura 1.77 e Figura 1.78, a seguir.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.76
Ponte na BA-120 sobre o Riacho Barra do Ananias,
no município de Curaçá (BA)



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.77
Trecho da PE-574 Estrada da Uva, sobre o Riacho
Curral Novo, no município Lagoa Grande (PE)



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.78
Ponte sobre o leito seco do Riacho Curral Novo na PE - 574

Em Santa Maria da Boa Vista serão atingidos 6.628 m, em treze trechos da estrada que liga a sede do município às localidades de Marreca, Jardineira, Assentamento Caraíbas II, Cupira de Cima e Cupira de Baixo, conforme apresentado na Figura 1.79. Esses trechos da estrada serão inundados pelo reservatório, devendo ser relocados para fora da área do reservatório.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.79
Trechos de interferência da cota de inundação na estrada não pavimentada que interliga as comunidades quilombolas de Cupira e Inhanhum ao município de Santa Maria da Boa Vista (PE)

As vias urbanas de Santa Maria da Boa Vista serão impactadas pela cota de inundação do reservatório e pela APP. Serão dez trechos impactados, totalizando 883 metros. A Figura 1.80 mostra o trecho urbano que terá suas ruas atingidas pelo reservatório e da APP da UHE Riacho Seco na área urbana de Santa Maria da Boa Vista.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 1.80
Limites do reservatório e da APP
na área urbana de Santa Maria da Boa Vista

Além desses trechos já descritos, existem 206 trechos de estradas carroçáveis que interligam as propriedades, que também serão impactados pela formação do reservatório, totalizando 62.505 m, sendo 4.212 m no município de Curaçá e 58.293 m no município de Santa Maria da Boa Vista.

Nos pontos de travessia

Todos os pontos de travessia de balsa de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá serão diretamente impactados pela formação do reservatório, bem como pontos de atracação

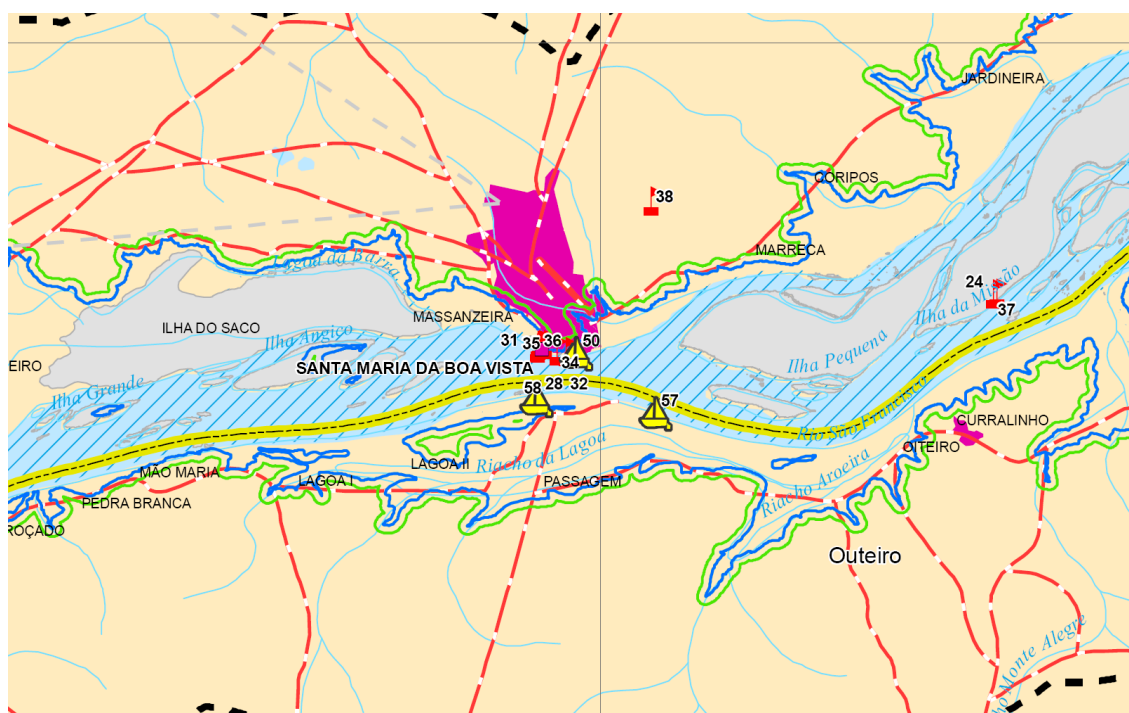
menores identificados ao longo da AID. O Quadro 1.5, apresentado a seguir, e o mapa 8810/00-60-RL-5004, mostram os pontos que serão diretamente afetados pela formação do lago da UHE Riacho Seco.

Quadro 1.5
Pontos de travessia impactados pelo reservatório da UHE Riacho Seco

Código de referência	Município	Coordenada E	Coordenada N	Ponto de travessia
50	Santa Maria da Boa Vista (PE)	409660	9026067	Porto de Barcos Largo da Ceasa
51	Santa Maria da Boa Vista (PE)	424462	9029481	Porto Ilha Inhanhum
53	Santa Maria da Boa Vista (PE)	399755	9007383	Porto da Balsa em Barro Alto
56	Curaçá (BA)	400274	9006723	Porto Balsa em Curaçá
57	Curaçá (BA)	410699	9025353	Porto de Barco Zé Valério
58	Curaçá (BA)	409202	9025519	Porto de Barco Mário Preto

Fonte: SIG (2008)

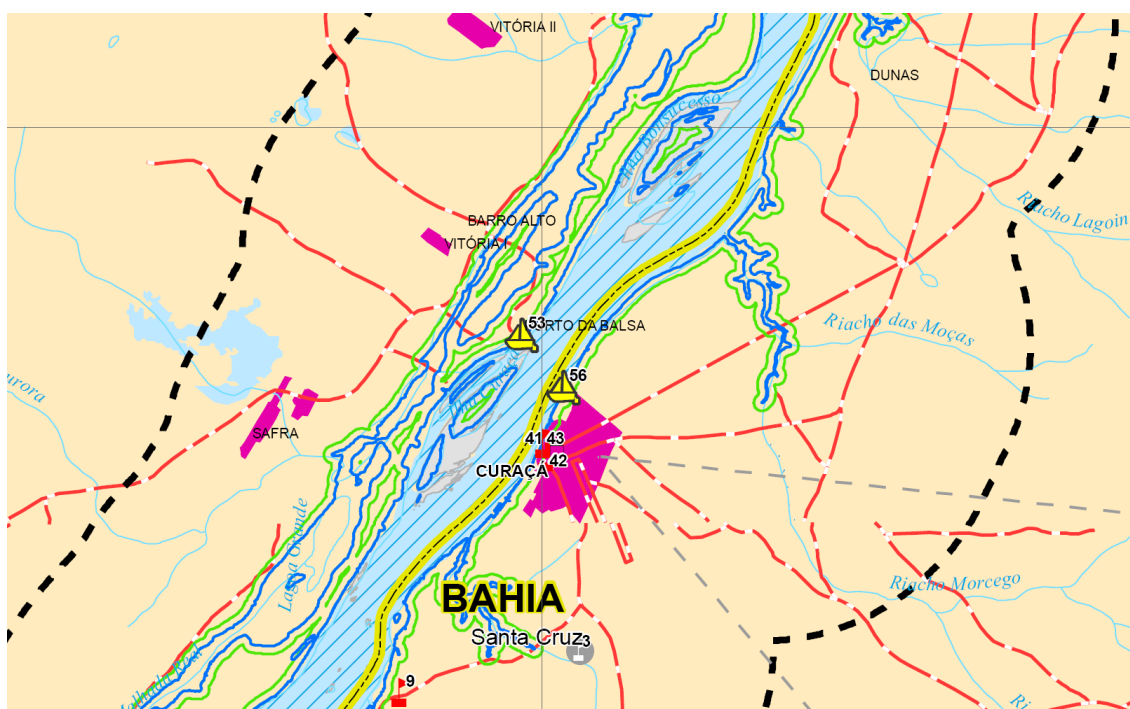
O Município de Santa Maria da Boa Vista possui um ponto de travessia de balsa localizado próximo ao atual Ceasa que será inundado. Essa passagem é o ponto de travessia mais importante por interligar a cidade ao município de Curaçá e vice-versa. Uma balsa realiza a travessia e conduz passageiros e veículos. Existem outros pontos no município, porém, com funcionamento esporádico, inseguro e para barcos pequenos.



Fonte: SIG (2008)

Figura 1.81
Pontos de travessia de balsa em Santa Maria da Boa Vista (PE) e pontos de atracação de barcos em Curaçá (BA)

Também existe uma travessia de menor importância, que liga a sede do município baiano ao povoado de Barro Alto, em Santa Maria da Boa Vista. (Figura 1.82)



Fonte: SIG (2008)

Figura 1.82
Pontos de travessia de balsa de Curaçá (BA) e Barro Alto (PE)

2 PAISAGEM SOCIOECONÔMICA

A Área de Abrangência dos estudos do meio antrópico na AID é formada por uma faixa no entorno do reservatório, com uma largura de 3 km em cada margem, totalizando 69.877,31 ha. Dentro desse espaço, a Área de Influência Direta da UHE Riacho Seco ocupará ilhas e a faixa beiradeira das margens do rio São Francisco e de afluentes (rios e riachos) que drenam suas águas para o futuro reservatório, constituindo assim, uma área total com 63.321,40 ha.

Embora envolvendo apenas uma pequena fração de terras (3,5%), comparativamente à dimensão territorial dos municípios de Juazeiro, Curaçá, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, a AID reúne uma miscelânea de situações distintas de ocupação, retratando uma paisagem onde figuram, além das sedes urbanas de Curaçá e Santa Maria da Boa Vista, localizadas às margens do rio, a ocupação territorial por povoados, vilarejos, quilombos e agrovilas; projetos de irrigação públicos e de assentamentos de reforma agrária; grandes e médias fazendas/empresas de fruticultura irrigada integradas à cadeia exportadora de frutas; estabelecimentos agroindustriais do polo vitivinícola; e um grande número de pequenos estabelecimentos agropecuários e minifúndios de agricultura familiar.

Nesse universo, a ocupação antrópica envolve populações tradicionais (beiradeiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas) e uma população com formação mais recente, envolvendo assentados pelos Projetos de Reforma Agrária, empresários do agronegócio e trabalhadores da agricultura que, ao longo do tempo, foram definindo a atual organização territorial da AID.

A análise do processo de uso e ocupação dos solos encontrado na AID e a diversidade de suas características socioeconômicas e culturais permitem sua espacialização, demarcando-a em zonas e subzonas, de acordo com o contexto de maior adensamento de determinado tipo de ocupação.

Neste sentido, a Área de Influência Direta - AID da UHE Riacho Seco deve ser entendida como um território contendo espaços, dentro dos quais se busca identificar e caracterizar os principais elementos de composição da ocupação atual, que define cada zona e as respectivas subzonas encontradas na faixa ribeirinha.

2.1 Zoneamento da paisagem

Desta forma, objetivando um melhor entendimento de sua organização territorial, a AID pode ser dividida nas seguintes zonas:

2.1.1 Zona de jusante do reservatório - ZJ

Esta zona compreende a área ribeirinha e as ilhas situadas no espaço delimitado por uma faixa com 3 km de largura, a partir do eixo da barragem da UHE Riacho Seco.

a) Margem pernambucana - ZJP

Envolve a comunidade de Inhanhum, parte do Quilombo de Inhanhum e da Ilha de Inhanhum situados no município de Santa Maria da Boa Vista.

b) Margem baiana - ZJB

Compreende as terras onde serão instalados o canteiro de obra e os acessos, e localidades próximas, englobando neste entorno o povoado de Sítio Poços e a sede do distrito de Riacho Seco. A ZJB está totalmente localizada no município de Curaçá-BA.

2.1.2 Zona de montante do reservatório - ZM

a) Margem pernambucana

Envolve toda a área compreendida entre o eixo da barragem, situado dentro do Quilombo de Inhanhum, e o limite municipal de Santa Maria da Boa Vista com Lagoa Grande, incluindo toda a faixa ribeirinha do município de Santa Maria da Boa Vista.

De acordo com suas características socioeconômicas e culturais, esta zona apresenta-se subdividida em:

- **Subzona de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMP1:** compreende o eixo da barragem situado dentro do Quilombo de Inhanhum até a

comunidade de Marrecas. Tem como ocupação os quilombos de Inhanhum e Cupira; o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades; e as comunidades rurais de Caraíbas/Ambrósios, Jardineira, Coripós e Marrecas;

- **Subzona de Influência Urbana – ZMP2:** compreende a cidade de Santa Maria da Boa Vista e a área de seu entorno, onde as propriedades e as comunidades existentes mantêm um maior relacionamento e um maior grau de dependência que influencia no seu modo de vida. Tem como ocupações, além da cidade em si, a lagoa de estabilização, indústrias cerâmicas, chácaras, pequenas olarias artesanais e a Ilha do Saco;
- **Subzona de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais – ZPM3:** compreende o trecho situado entre o final da Ilha do Saco e a comunidade de Barro Alto. Esta subzona tem as seguintes ocupações: os Projetos de Assentamentos - PA Renascer, Nossa Senhora da Conceição, Boqueirão, Caraíbas II, José Ivaldo, José Ivaldo I, Aquarius, APA, Bom Sossego, Nova Esperança, Nossa Senhora do Carmo e Brilhante; médias e pequenas propriedades privadas, a exemplo da Fazenda Umbuzeiro e da Fazenda Goiás; e comunidades tradicionais em processo de etnogênese, tais como Curral Novo, Tamaquiús, Nova Olinda e Barro Alto;
- **Subzona de Agricultura Empresarial e Agronegócio – ZMP4:** compreende o trecho situado entre a comunidade de Barro Alto e o limite municipal de Santa Maria da Boa Vista com Lagoa Grande. Apresenta as seguintes ocupações: os Projetos de Assentamentos - PA Vitória, Safra, Catalunha e pequena parte do PA Jatobá; fazendas/empresas agrícolas, tais como São Paulo S/A, Milano S/A, Gabriella S/A, Miranda, Jenipapo, Caraíbas, Agropart, Pérsico S/A, Mariella, Linda Aurora; Vinícolas, a exemplo do Vale do São Francisco; e Comunidades/Aglomerados de algumas fazendas, tais como Poço da Baraúna, Vila Milano e Gabriella;
- **Subzona das Ilhas – ZMP5:** compreende as 240 ilhas e ilhotas localizadas no percurso do rio, entre o remanso e o limite do eixo da barragem. Destas ilhas, apenas 115 apresentam plantios, benfeitorias e/ou população residente. É importante esclarecer que politicamente e administrativamente, todas as ilhas do São Francisco situados neste trecho da AID, pertencem ao Estado de Pernambuco.

b) Margem baiana

Na Bahia, a ZM abrange todo o trecho ribeirinho que inicia no eixo da barragem, próximo à comunidade de Cerca de Pedra (integrante do Distrito de Riacho Seco) e se estende até a divisa do município de Curaçá com Juazeiro, formada pelo rio Curaçá.

A Zona de Montante baiana tem uma configuração bastante diferenciada desta mesma zona na margem pernambucana, revelando, em toda sua extensão ribeirinha, um universo onde predominam pequenas propriedades e minifúndios de agricultura familiar pontuados com propriedades maiores e o predomínio de aglomerados rurais dentro de grandes e antigas fazendas que foram divididas ao longo do tempo. Entre as propriedades rurais maiores, várias delas, além de integrarem o eixo da fruticultura

irrigada, são fazendas de fruticultura para exportação que constituem a base empresarial agrícola de Curaçá.

Nesta margem, o conceito de ocupação se revela mais uniforme e com forte referência ao próprio histórico de ocupação. Mesmo assim, esta zona encontra-se subdividida em:

- **Subzona de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMB1:** inicia no eixo da barragem e se estende até o limite da comunidade da Fazenda Roçado. Apresenta como ocupações: o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades agropecuárias de exploração familiar; comunidades tradicionais em processo de etnogênese, tais como Cerca de Pedra, Logradouro, Fazenda do Meio, Barroca, Ferrete, Curralinho e Oiteiro; aglomerados de casas das fazendas Mãe Maria e Pedra Branca; e as comunidades de Passagem, Lagoa II, Lagoa I e Fazenda Roçado;
- **Subzona de Agricultura Familiar e Agronegócio – ZMB2:** inicia nas proximidades da Fazenda Roçado e se estende até o riacho Morcego. Apresenta como ocupações: médias e pequenas propriedades associadas à fruticultura para exportação (Dunas Carraro, Sossego, entre outras); Quilombo Nova Jatobá, formado pelas comunidades Favela, Jatobá, Rompedor e Sombra-Quixaba e a comunidade Caraíbas; Projetos de Assentamento de Reforma Agrária - PA Novo Horizonte e Gapiúna; a comunidade indígena Atikum, da Fazenda Altamira; minifúndios e comunidades de várias fazendas como Surubim;
- **Subzona de Influência urbana – ZMB3:** compreende o trecho situado entre o riacho Morcego e o riacho Belmonte, logo após as olarias de Curaçá. Tem como ocupações, além da própria cidade de Curaçá, agricultura urbana situadas em roças, chácaras e pequenas olarias;
- **Subzona de Agronegócio – ZMB4:** compreende o trecho situado entre o riacho Belmonte e a divisa dos municípios de Curaçá e Juazeiro, no rio Curaçá. Tem como ocupações: empresas agrícolas de fruticultura para exportação, a exemplo da Fazenda Santa Cruz, Acauã Agropecuária Ltda., Fazenda Asa Branca, Cachoeira Agropecuária, Vila Cruz, Logos Butiá e Fazenda Genipapo; propriedades médias, pequenas e minifúndios com atividades agropecuárias; aglomerados de casas e comunidades localizadas em fazendas, a exemplo de Redenção e Barra Grande, e a comunidade de Impueira Dantas.

2.1.3 Zona de remanso do reservatório – ZR

a) Margem pernambucana - ZRP

É formada pelo espaço situado entre o limite municipal de Santa Maria da Boa Vista com Lagoa Grande e o trecho final do reservatório. Esta zona encontra-se ocupada por fazendas e empresas agrícolas como a Bela Fruta do Vale, Garibaldina, Passarinho, Thanino, Labrunier, Planaltina e Sereníssima – VDS e pelo polo vinicultor, com destaque para as seguintes vinícolas: Lagoa Grande Ltda., Ducos, Santa Maria, Vinibrasil S/A, Adega Bianchetti & Tedesco e Cave do Sol. Também encontram-se nesta zona a

Comunidade Malhada Real, o PA de mesmo nome, o PA Jatobá e uma pequena parte do PA Catalunha.

Apresenta características homogêneas, não sendo dividida em subzonas.

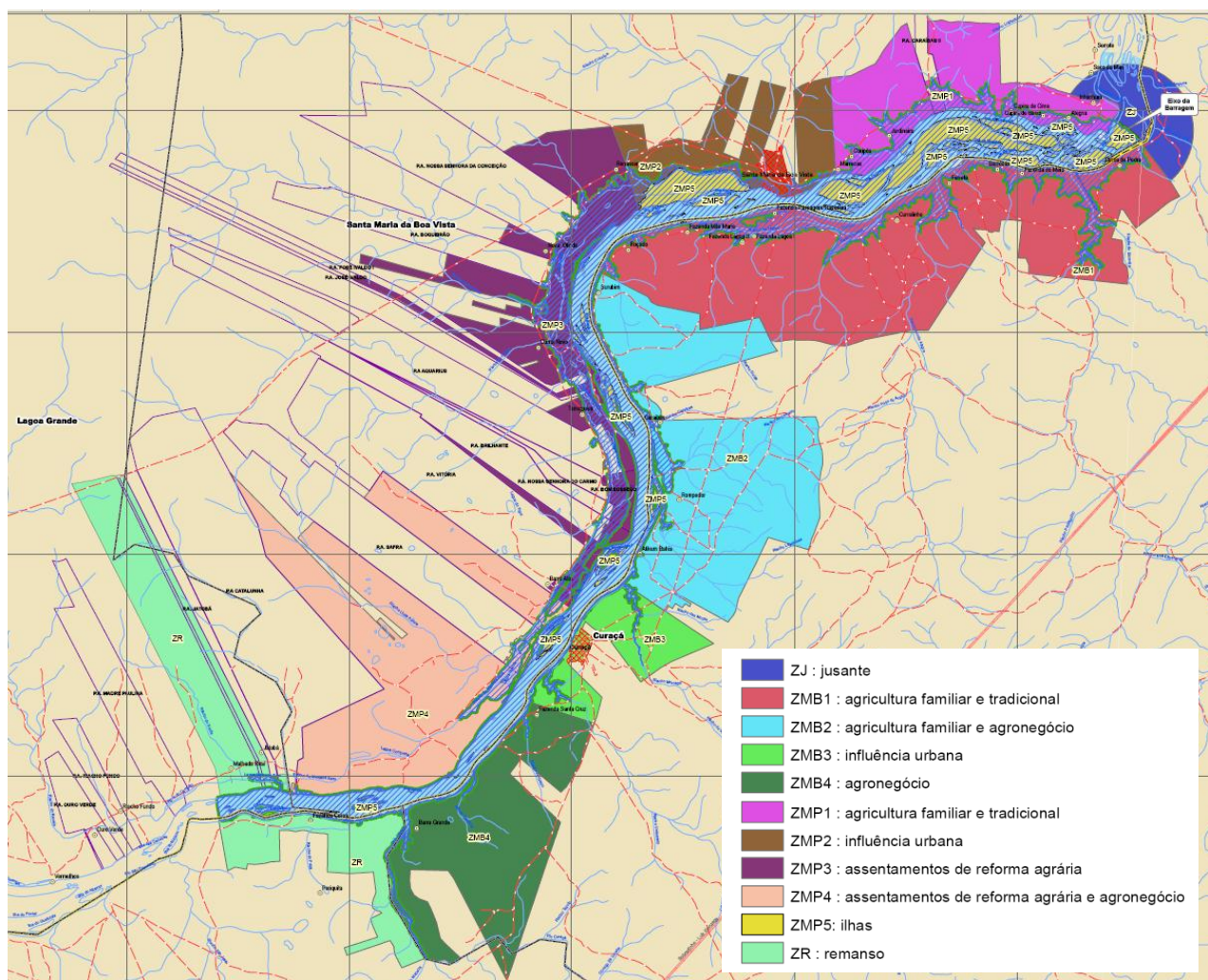
b) Margem baiana - ZRB

Corresponde ao trecho do município de Juazeiro, situado entre a divisa deste município com Curaçá e o final do reservatório. A ocupação territorial desta zona tem como característica importante a proximidade com o Projeto de Irrigação Curaçá que, apesar de estar situado fora da AID, gera uma dinâmica de polarização das áreas vizinhas. Esta zona se caracteriza pelo predomínio de minifúndios e pequenas propriedades (Curaçá Pequeno, Maravilha, Xique-Xique, Calabaço, Coroa Santa, Juaí, Molicão, São João, Pedras e o sítio Jaborandi, resultantes de divisões sucessivas das grandes fazendas e aglomerados de fazendas), contando também com comunidades formadas por moradores e ocupantes de comunidades tradicionais em etnogênese (Fazenda Coroa, Periquita e Pedras).

Por este motivo, esta zona tem características socioeconômicas e culturais homogêneas, não sendo assim, subdividida em subzonas.

A figura, a seguir apresenta a espacialização das zonas e subzonas da AID.

A Organização Territorial da AID, os limites e a localização das comunidades, assentamentos, propriedades e áreas urbanas situadas em cada zona e subzona da paisagem socioeconômica da AID podem ser observados no Mapa Organização Territorial (Desenho 8810/00-60-DE-5005).



Fonte: SIG (2008)

Figura 2.1
Zoneamento da AID

2.2 Visão panorâmica da paisagem

Objetivando propiciar uma visão geral da área que será ocupada pelo futuro reservatório da UHE Riacho Seco, foi elaborado o Mapa Visão Panorâmica da Paisagem Socioeconômica da AID (Desenho 8810/00-60-DE-5006), no qual estão localizados 107 pontos georreferenciados, que permitem visualizar a área urbana e rural em todo o trecho ribeirinho da AID, onde estão situadas as comunidades, assentamentos e propriedades (Figura 2.2).

As fotos dos 107 pontos que compõem a paisagem socioeconômica, estão apresentadas no Anexo IX - II – Arquivo Fotográfico, permitindo uma visualização completa da área do reservatório, de acordo com o zoneamento anteriormente apresentado para a AID.

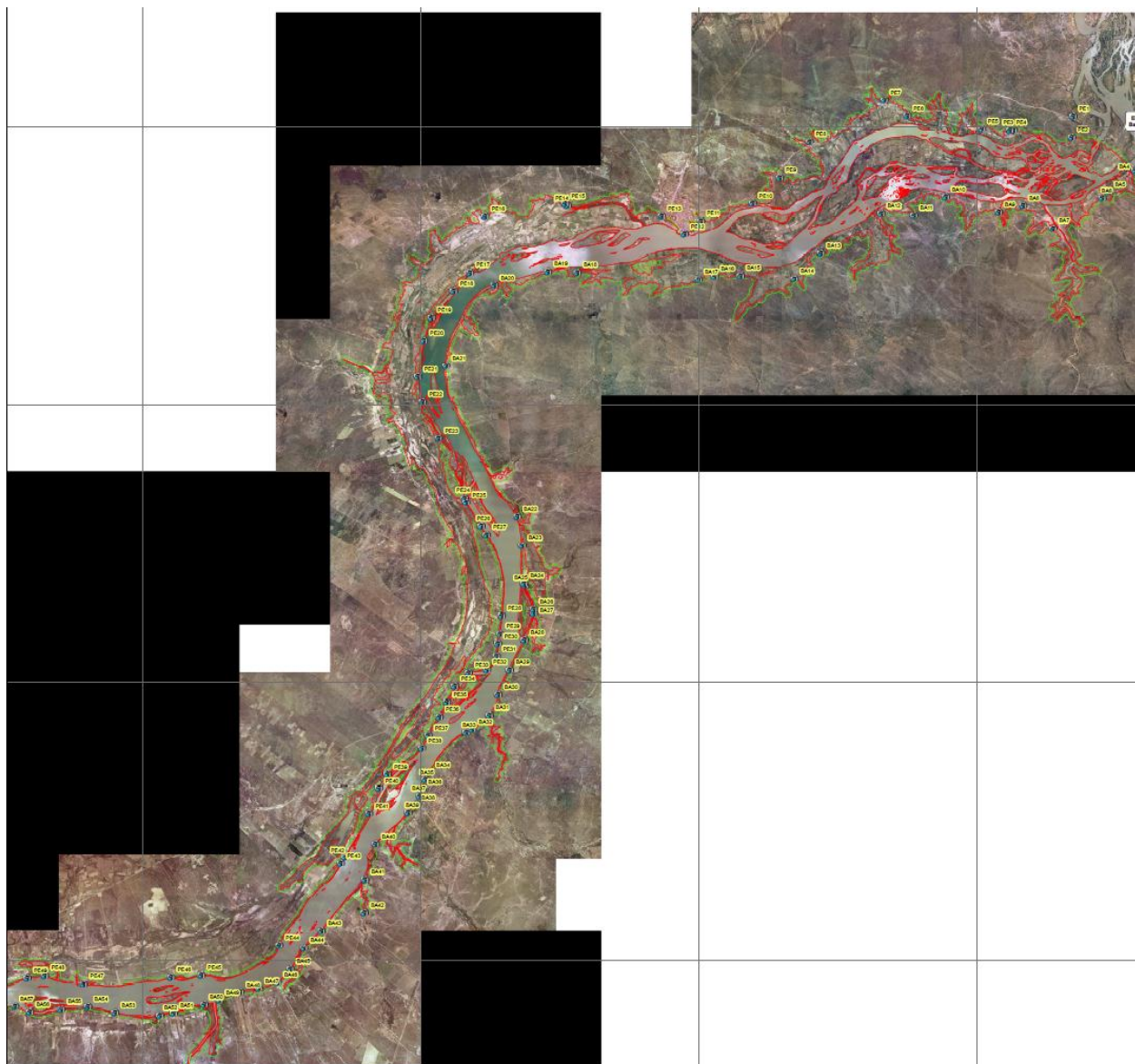


Figura 2.2
Visão panorâmica da paisagem socioeconômica da AID

2.2.1 Margem pernambucana

No trecho ribeirinho da margem pernambucana da AID podem ser visualizados 50 pontos correspondentes à localização de comunidades, quilombos, área urbana de Santa Maria da Boa Vista, propriedades diretamente atingidas e os Projetos de Assentamento Federais e Estaduais.

De acordo com o zoneamento da AID anteriormente apresentado, os 50 pontos estão distribuídos nas seguintes zonas:

- Zona de Jusante do Reservatório – ZJ - 01 ponto;

- Zona de Montante do Reservatório – ZM - 45 pontos; e
- Zona de Remanso do Reservatório – ZR - 04 pontos.

Os 50 pontos que podem ser visualizados na margem pernambucana estão relacionados no Quadro 2.1, apresentado a seguir.

Quadro 2.1
Paisagem socioeconômica da AID – margem pernambucana

Zona	Subzona	Nº da Foto no mapa	Descrição	Município
ZJ	--	PE 01	Comunidade de Inhanhum	Santa Maria da Boa Vista
ZM	ZMP1	PE 02	Área do Quilombo Inhanhum	
		PE 03	Área do Quilombo Cupira - (Cupira de Baixo)	
		PE 04	Área do Quilombo Cupira – Comunidade de Cupira de Baixo	
		PE 05	Área do Quilombo Cupira – Comunidade de Cupira de Cima	
		PE 06	Comunidade Ambrósio	
		PE 07	PA Caraíbas II	
		PE 08	Área da comunidade de Jardineira	
		PE 09	Comunidade de Coripós	
		PE 10	Área da comunidade Marrecas	
	ZMP2	PE 11	Santa Maria da Boa Vista – Sede municipal	
		PE 12	Santa Maria da Boa Vista – Sede municipal	
		PE 13	Santa Maria da Boa Vista – Sede municipal	
		PE 14	Ilha do Saco	
		PE 15	Ilha do Saco	
	ZMP3	PE 16	Fazenda Ubuzeiro	
		PE 17	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Fazenda ARPA	
		PE 18	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Vilas I e II do PA Conceição	
		PE 19	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Nova Olinda	
		PE 20	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Vila do PA Boqueirão	
		PE 21	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Curral Novo	
		PE 22	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – Vila do PA José Ivaldo I	
		PE 23	Zona rural de Santa Maria da Boa Vista – PA José Ivaldo	
		PE 24	Área da comunidade de Tamaquius	
		PE 25	Comunidade de Tamaquius	
		PE 26	Vila do PA Aquarius	
		PE 27	Área do PA Aquarius	

Zona	Subzona	Nº da Foto no mapa	Descrição	Município
	ZMP3	PE28	Área do PA Bom Sossego	
		PE29	Área do PA Nova Esperança	
		PE30	Área do PA Nossa Senhora do Carmo	
		PE31	Área do PA Nova Esperança	
		PE32	Área do PA Brilhante – casa de bomba	
		PE33	PA Brilhante – Vila e sede	
		PE34	PA Vitória II – casa de bomba e vila	
		PE35	PA Vitória – Vila e sede	
		PE36	PA Vitória e Barro Alto	
	ZMP4	PE37	PA Vitória I – Vila I	Santa Maria da Boa Vista
		PE38	Porto Barro Alto e PA Vitória	
		PE39	Área do PA Safra	
		PE40	PA Safra – casa de bomba	
		PE41	PA Safra – Porto Safra e casa de bomba	
		PE42	Propriedade privada Nova Olinda	
		PE43	Propriedade privada Nova Olinda e Linda Aurora	
		PE44	Fazenda Milano – Casa de bomba	
		PE45	Fazenda Pérsico– Casa de bomba	
		PE46	Fazenda Gabriela– Sede	
ZR	---	PE47	PA Catalunha	Lagoa Grande
		PE48	Malhada Real e PA Jatobá	
		PE49	Malhada Real	
		PE50	Fazenda Biancheti	

2.2.2 Margem baiana

O mesmo procedimento adotado na margem pernambucana também foi aplicado à margem baiana, sendo selecionados 57 pontos, com a seguinte distribuição:

- Zona de Jusante do Reservatório – ZJ - 4 pontos;
- Zona de Montante do Reservatório – ZM - 44 pontos; e
- Zona de Remanso do Reservatório – ZR - 9 pontos.

O Quadro 2.2, a seguir, apresenta os 57 pontos que podem ser visualizados na margem baiana.

Quadro 2.2
Paisagem socioeconômica da AID – margem baiana

Zona	Subzona	Nº da foto no mapa	Descrição	Município	
ZJ		01	Vila de Riacho Seco	Curaçá	
		02	Vila de Riacho Seco		
		03	Futuro canteiro de obras		
		04	Eixo da barragem		
ZM	ZMB1	05	Comunidade Cerca de Pedra		
		06	Ilha dos Mortos ou Nossa Senhora da Conceição		
		07	Riacho Lougradouro		
		08	Ilha do Gato		
		09	Ilha Pananá e Comunidade Fazenda do Meio		
		10	Comunidade Barroca		
		11	Comunidade Ferrete		
		12	Comunidade Ferrete e Riacho Monte Alegre		
		13	Comunidade Curralinho		
		14	Porto (antigo)		
	ZMB1	15	Ilhota Grande		
		16	Porto		
		17	Comunidade Fazenda Passagem (ao fundo)		
		18	Fazenda Mãe Maria		
		19	Fazenda Pedra Branca		
		20	Comunidade Fazenda Roçado		
		ZMB2	21		Comunidade Fazenda Surubim
			22		Comunidade Caraibas
			23		Comunidade Favela
			24		Jatobá
25	Comunidade Jatobá				
26	Comunidade Rompedor				
27	Ilha Jatobá				
28	Zona Rural – Curaçá				
29	Fazenda Altamira – Atikum BA				
30	Fazenda Sossego				
ZMB3	31	Riacho Morcego			
	32	Zona Rural – Curaçá			
	33	Zona Rural – Curaçá			
	34	Curaçá Cemitério			
	35	Curaçá			
	36	Curaçá			
	37	Curaçá			
	38	Curaçá			
	39	Riacho Belmonte			
	40	Fazenda Santa Cruz			
ZMB4	41	Riacho Jenipapo	Curaçá		

Zona	Subzona	Nº da foto no mapa	Descrição	Município
ZR	—	42	Fazenda Asa Branca	
		43	Fazenda Genipapo	
		44	Riacho Barrinha	
		45	Fazenda Porteira e Fazenda Dois Irmãos	
		46	Impueira Dantas	
		47	Comunidade Impueira	
		48	Barra Grande	
		49	Rio Curaçá	
	50	Fazenda Curaçá Pequena		
	51	Fazenda Calabaço		
	52	Sítio Tropical		
	53	Fazenda Coroa		
	54	Fazenda Pedras		
	55	Comunidade Periquita		
	56	Ilha Camaleão		
57	Estação de Bombeamento Codevasf			

2.3 Regime de posse

2.3.1 Área rural

As comunidades rurais da AID são originadas, quase sempre, de grandes posses ou propriedades, comumente denominadas de fazendas, localizadas próximas ao rio São Francisco ou outros riachos tributários. A atual configuração fundiária das propriedades é o resultado de dois fenômenos:

- o crescimento demográfico e a partilha incessante da terra entre gerações sucessivas;
- a aquisição de terras por empresas do agronegócio ou para a implantação de Projetos de Assentamentos de reforma agrária promovidos pelos Governos Federal e Estaduais.

A população concentrada hoje nas imediações do São Francisco no trecho da AID, desenvolver, basicamente, atividades agrícolas na condição de pequenos e médios proprietários, trabalhadores diaristas, e um pequeno número de trabalhadores assalariados com vínculo empregatício formal.

A posse da terra nessas comunidades é caracterizada por um enorme fragmentação. Desse modo, a pressão demográfica sobre a terra pode ser constatada pelo tamanho das glebas familiares e pelo estado de desmatamento e degradação dos solos submetidos a uso contínuo.

A tabela, abaixo, apresenta os imóveis rurais classificados conforme o tipo de uso. Na análise percebe-se que o uso agrícola é preponderante sobre os demais (55,01%), o que

é natural visto que a área ribeirinha é historicamente utilizada pela população local para cultivar suas lavouras. Em seguida, tem-se o uso residência e agrícola com 31,06%, e o unicamente residencial com 12,79%.

Tabela 2.1
Classificação dos imóveis rurais na AID por município

Tipo de uso - Área Rural	Bahia		Pernambuco		Total	Participação relativa (%)
	Juazeiro	Curaçá	Santa Maria da B. Vista	Lagoa Grande		
Residencial	4	210	110		324	12,79
Industrial		1			1	0,04
Comercial		1	5		6	0,24
Serviços	1				1	0,04
Institucional					0	0,00
Religioso		1			1	0,04
Sócio-recreativo					0	0,00
Agrícola	12	224	1.134	24	1.394	55,01
Educacional		2			2	0,08
Residencial/Agrícola	41	240	501	5	787	31,06
Residencial/Comercial		10	5		15	0,59
Residencial/Serviços			2		2	0,08
Residencial/Industrial			1		1	0,04
Total	58	689	1.758	29	2.534	

Quanto ao regime de posse e uso das terras, com poucas exceções, a maioria das propriedades situadas na AID da UHE Riacho Seco não dispõe de documentação formalizada dentro dos parâmetros exigidos pela legislação vigente. Formal de partilha, Escrituras de posse e guia comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR, constituem em regra, a documentação que os proprietários dispõem. Em verdade, aqueles que se auto-definem como proprietários, em quase sua totalidade são apenas posseiros, e mesmo sendo posseiros, como as terras provêm, em muitos casos, de herança, pertencem a vários herdeiros. Acresce-se a esta situação, o fato dos limites com os vizinhos serem difusos, principalmente no estado da Bahia.

Muitos conflitos eclodirão entre os membros das comunidades e até mesmo, ou principalmente, entre familiares que habitam ou não as propriedades durante os levantamentos para identificação das propriedades, seus proprietários e ocupantes, no processo de indenização que será realizado na fase de construção da UHE Riacho Seco. Durante o levantamento censitário das propriedades foi possível constatar que, por terem propriedades pequenas, com benfeitorias precárias e, em geral, de baixo valor associado com, a informalidade que predomina nas relações de apropriação do solo, grande parte da população da AID, por insegurança, se declarou como Proprietários (30,69 %) ou Ocupantes (15,02%), conforme descrito na tabela, a seguir.

Tabela 2.2
Condições de ocupação nas propriedades da AID

Condição da ocupação	Pernambuco			Bahia			Total Geral	Participação Relativa (%)
	Lagoa Grande	Santa Maria da Boa Vista	Total	Juazeiro	Curaçá	Total		
Proprietário	09	1.133	1.142	72	1.494	1.566	2.708	30,69
Posseiro	09	44	53	-	286	286	339	3,84
Ocupante	28	550	578	92	655	747	1.325	15,02
Assentado	-	11	11	03	71	74	85	0,96
Quilombola	-	1.500	1.500	-	-	-	1.500	17,00
Não quilombola	-	47	47	-	-	-	47	0,53
Arrendatário	-	48	48	06	20	26	74	0,84
Comodatário	-	797	797	12	138	150	947	10,73
Meeiro / Diaristas	21	105	126	01	207	208	334	3,79
Não informado	27	1.109	1.136	29	299	328	1.464	16,59
Total	94	5.344	5.438	215	3.170	3.385	8.823	

Fonte- Banco de dados, Chesf (2008)

Um dado que chama a atenção é o alto índice de Comodatários (10,73%) obtido na pesquisa censitária, principalmente quando se observa que 62% desses contratos de comodato estão ligados a opinar duas grandes empresas do Agronegócio situadas em Santa Maria da Boa Vista.

Com relação ao uso e ocupação pela comunidades tradicionais, pesquisa censitária também revelou que é forte o processo de etnogênese presente na região da AID. A informação sobre a condição de “Quilombola” e “Não Quilombola” foi pesquisa da apenas nas comunidades de Inhanhum e Cupira, que são quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares, em atendimento às tratativas feitas com as comunidades quilombolas que representam estas comunidades. No entanto, o resultado da pesquisa mostrou que 17,53 % das pessoas a serem impactadas pelo empreendimento.

O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e a emissão do Decreto nº 4.887/2003, deram um novo contexto legal, à questão quilombola no país e o termo quilombo assumiu um novo significado ligado à territorialidade.

De acordo com este Decreto, que regulamenta o procedimento de regularização fundiária: “Cabe ao Incra a responsabilidade pelo processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos”. No caso das comunidades quilombolas da AID da UHE Riacho Seco, até o presente momento não existe demarcação de suas terras. Este fato gera conflitos entre os ocupantes das propriedades que não se reconhecem como quilombolas e aqueles que lutam pela demarcação do território. Entre os que não se reconhecem como quilombolas, estão as pessoas que adquiriram terras nestas localidades, mas não têm vínculo de parentesco com as famílias das comunidades, e também aqueles que apesar de pertencerem à comunidade, assim se declaram por temerem perder o controle individual de suas terras, uma vez que a demarcação do território torna coletivos a posse e uso da terra dentro do quilombo.

Apenas 85 pessoas cadastrados se declaram como “assentados” na ocasião pesquisa censitária, sendo que 06 desses indivíduos não residem nem cultivam em lotes de PA. Acredita-se que eles assim se declararam por serem beneficiários destes lotes, mas abandonaram os seus respectivos PA.

Também Chama a atenção o fato de haver registrado 1.050 propriedades atingidos pela UHE Riacho Seco situadas em Projetos de Assentamentos, sendo que três destas propriedades correspondem à área total dos PA Estaduais Malhada Real localizado em Lagoa Grande-PE, e o Novo Horizonte e o Grapiuna, localizados em Curaçá-BA. As demais propriedades, correspondem aos são lotes de terras integrantes dos PA Federais e Estaduais.

O levantamento censitário das propriedades, realizado nos Projetos de Assentamentos deixou bem evidente a questão do interesse das pessoas em garantir seus direitos na fase de indenização das terras.

O cadastro dos 1.739 indivíduos que possuem residência ou cultivam nestas propriedades, revela que apenas 79 deles se declaram “assentados” (0,45%). A maioria desses indivíduos (48,07%), não foi localizada na ocasião da pesquisa censitária, e seus nomes foram identificados e registrados através da Relação de Beneficiados - RB, do Incra. Este fato evidencia a situação de abandono e de repasse da maioria dos lotes. Entre os indivíduos que foram localizados pelos cadastradores, a maioria se declarou proprietário (35,37%), as demais categorias só alcançaram a marca de 12,02%, conforme apresentado a seguir.

Tabela 2.3
Condição de ocupação nos Projetos de Assentamentos da AID

Projeto de assentamento	Condição da ocupação								Total
	Proprietário	Arrendatário	Comodatário	Posseiro	Meeiro	Ocupante	Assentado	Não Informado / desocupado	
Santa Maria da Boa Vista	615	03	03	25	10	35	08	816	1.515
APA (FUNTEPE)	05	-	-	-	-	-	-	-	05
Aquários (INCRA)	05	-	-	-	-	06	08	138	157
Bom Sossego (FUNTEPE)	87	-	03	-	02	01	-	04	97
Bouqueirão (INCRA)	217	-	-	-	-	-	-	48	265
Brilhante (INCRA)	03	-	-	-	-	-	-	100	103
Caraíbas II (INCRA)	138	03	-	12	08	20	-	14	195
Catalunha (INCRA)	-	-	-	07	-	-	-	02	09
José Ivaldo I (INCRA)	40	-	-	-	-	-	-	01	41
José Ivaldo (INCRA)	34	-	-	-	-	-	-	-	34
N. Srª da Conceição (INCRA)	24	-	-	06	-	01	-	136	167
N. Srª do Carmo (FUNTEPE)	01	-	-	-	-	-	-	15	16
Nova Esperança (FUNTEPE)	35	-	-	-	-	-	-	03	38

Projeto de assentamento	Condição da ocupação								Total
	Proprietário	Arrendatário	Comodatário	Posseiro	Meeiro	Ocupante	Assentado	Não Informado / desocupado	
Safra (INCRA)	02	-	-	-	-	-	-	88	90
Vitória (INCRA)	24	-	-	-	-	07	-	267	298
Lagoa Grande	-	-	-	-	-	04	-	20	24
Catalunha (INCRA)	-	-	-	-	-	-	-	05	05
Jatobá (INCRA)	-	-	-	-	-	04	-	14	18
Malhada Real (FUNTEPE)	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Curaçá	-	-	-	-	-	129	71	-	200
Grapiuna (emancipado)	-	-	-	-	-	-	71	-	71
Novo Horizonte (CAR)	-	-	-	-	-	129	-	-	129
Total	615	03	03	25	10	168	79	836	1.739

Fonte – Banco de dados, Chesf (2008)

A condição de posse e ocupação das terras destes PA deve ser entendida partindo do princípio estabelecido na Constituição Federal, que em seu Artigo 189 diz que “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. No caso dos PA Federais localizados na AID e administrados pelo Incra, a única documentação que existe é a Relação de Beneficiários – RB, ou seja, este órgão federal detém o domínio e a posse indireta do imóvel, transferindo aos contemplados na RB a posse direta para que explorem a terra até que seja realizada a titulação definitiva de cada lote.

Os PA estaduais têm uma realidade diferenciada por estarem associados a outros programas do Governo Federal, como o “Credito Fundiário”, que atuam como ação complementar aos programas tradicionais de reforma agrária e apoio à agricultura familiar, cabendo aos Estados da Federação coordenar estes PA, orientar o público beneficiário sobre os critérios de participação nos projetos de assentamentos e os programas de investimento comunitário, a exemplo da implantação de poços, sistemas de abastecimento de água, energia elétrica, casas, sistema de irrigação, além de acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos, e capacitar os usuários na operação e gestão dos empreendimentos. Esta Política Pública promove o acesso a terra e combate a pobreza, através do financiamento para a compra de propriedades rurais para trabalhadores organizados em associações. Dessa forma, uma vez emancipado o PA, ou seja, quitada a dívida do financiamento rural, a associação passa a ser legalmente proprietária do imóvel rural.

Os trabalhadores rurais da AID, na sua maioria, exercem suas atividades como meeiros ou como diaristas, em contratos temporários. O cadastro censitário registrou 334 indivíduos nestas condições que residem nas propriedades da AID, mas existe um universo maior que ou reside em áreas fora da AID, ou fazem parte de famílias que tem

ocupações na AID, mas trabalham em terras de terceiros, como é o caso de muitos assentados dos Projetos de Assentamentos - PA Catalunha e Vitória e de comunidades tradicionais como Tamaquius e Barro Alto que constituem exemplos da realidade da margem pernambucana, onde esse fato é mais e expressivo.

Os meeiros trabalham em terras alheias, diretamente com os proprietários ou como arrendatários. Basicamente, os meeiros entram com a mão de obra, obedecendo a dois sistema de meação: ou recebem toda a ajuda financeira do “patrão”, inclusive ajuda de custo durante os cultivos, ou pagam todas as despesas de plantio, adubação, controle de pragas e doenças, e a colheita da safra. Neste último caso, apenas o custo com a energia é responsabilidade do proprietário. Em alguns casos registrados, após a venda, o meeiro dá 20% do resultado bruto ao “patrão” e, após pagar vários insumos, o lucro é dividido entre ambos, caracterizando mais um processo de “exploração do homem pelo homem”, tão evidente nos estudos realizados, na AID.

➤ **Interferências do empreendimento nas propriedades rurais**

Santa Maria da Boa Vista (PE)

O município de Santa Maria da Boa Vista (PE) tem a maior área inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco, comparativamente aos outros três municípios que formam a AID, são 3.779 hectares contabilizando apenas as terras ribeirinhas, o que corresponde a 28,52% da área total do futuro reservatório.

A área que constituirá a APP do empreendimento, nas terras ribeirinhas deste município terá 1.567 hectares na sua área rural.

A AID do município envolve 1.840 propriedades na zona rural deste município, ocupadas por 935 famílias, totalizando 4.180 pessoas. No entanto, a ADA deste município envolve apenas 1.991 pessoas de 457 famílias que serão remanejadas.

A área rural da AID do município de está totalmente inserida nas Subzonas de Montante Pernambuco – ZMP 1, 2, 3 e 4, Subzona de Jusante da Margem Pernambucana – ZJP.

A relação nominal dos proprietários e respectivos ocupantes das moradias existentes no trecho da AID deste município está apresentada no Anexo IX - III, deste Diagnóstico.

Lagoa Grande (PE)

Considerando-se apenas as propriedades ribeirinhas que terão parte de suas terras inundadas com a formação do reservatório, a AID abrangerá uma área total de 5.073,58 ha, dentro da qual a área inundada pelo reservatório no município de Lagoa Grande, corresponde a apenas 0,4 %.

Esta área envolverá 31 propriedades na zona rural deste município ocupadas com 16 famílias que correspondem a 67 pessoas ocupantes de 19 moradias. No entanto, a ADA deste município envolve apenas duas pessoas de uma família que será remanejada.

A Área Diretamente Atingida - ADA que será objeto de indenização das terras e benfeitorias e, e de remanejamento da população atingida, é formada pela Área de

Inundação - AI e pela faixa ocupada pela Área de Preservação Permanente – APP, que na zona rural tem uma largura de 100 m, conforme a legislação ambiental vigente.

Desta forma, no município de Lagoa Grande a ADA corresponde a 2,0% de sua AID.

Durante o cadastramento censitário das propriedades situadas na ADA de Lagoa Grande foram registradas cinco tomadas de água e três casas ocupadas temporariamente por trabalhadores de campo que atuam em serviços sazonais.

A relação nominal dos proprietários e respectivos ocupantes das moradias existentes no trecho da AID do município de Lagoa Grande está apresentada no Anexo IX - IV, deste Diagnóstico.

Curaçá (BA)

O município de Curaçá (BA) tem a segunda maior área inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco, entre os quatro municípios que formam a AID, são 1.915 hectares que correspondem a 14,45% do futuro reservatório. E a APP do empreendimento contará com 1.457 hectares da área rural do município, o que representa 40,22% do total da APP do empreendimento.

A AID de Curaçá envolverá 742 propriedades na zona rural deste município, ocupadas por 580 famílias, totalizando 2.886 pessoas. No entanto, a ADA deste município envolve apenas 1.350 pessoas de 287 famílias que serão remanejadas.

A área rural da AID de Curaçá está totalmente inserida na Subzonas de Montante Baiana – ZMB 1, 2, 3 e 4, e Subzona de Jusante da Margem Baiana – ZJB.

A relação nominal dos proprietários e respectivos ocupantes das moradias existentes no trecho da AID do município de Curaçá está apresentada no Anexo IX - V, deste Diagnóstico.

Juazeiro (BA)

O município de Juazeiro (BA) tem uma das menores áreas inundadas pelo reservatório da UHE Riacho Seco, entre os quatro municípios que formam a AID.

Considerando-se apenas as propriedades ribeirinhas que terão parte de suas terras inundadas com a formação do reservatório, a AID deste município abrangerá uma área total de 1.905,43 ha, dentro da qual a área inundada corresponde a apenas 1,8 %.

Esta área envolverá 68 propriedades na zona rural deste município, ocupadas por 50 famílias, totalizando 187 pessoas, ocupantes de 59 moradias. No entanto, a ADA deste município envolve apenas 80 pessoas de 20 famílias que serão remanejadas.

A margem baiana apresenta cotas mais altas em relação ao rio São Francisco, fazendo com que a área inundada seja bem menor do que a margem pernambucana. A área rural da AID do município de Juazeiro está totalmente inserida na Zona de Remanso do Reservatório – ZR, Subzona da margem Baiana – ZRB.

A relação nominal dos proprietários e respectivos ocupantes das moradias existentes no trecho da AID do município de Juazeiro está apresentada no Anexo IX - VI, deste Diagnóstico.

2.3.2 Área urbana

a) Interferências do empreendimento em Santa Maria da Boa Vista (PE)

Descrição da Área Diretamente Atingida - ADA

A sede do município de Santa Maria da Boa Vista será diretamente atingida pelo nível do reservatório na cota 351m e pela Área de Preservação Permanente, que nesta área terá uma largura de 30m. Na faixa ribeirinha deste município, existem vários espaços onde a topografia é plana e acompanha a cota da margem do rio, formando a área de inundação, onde se encontra o cais, o Mercado Público, parte do Sítio Histórico, tomada d'água da Compesa, olarias e algumas chácaras. (Figura 2.3)



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 2.3
Área urbana diretamente atingida em Santa Maria da Boa Vista (PE)

Os detalhes desta área poderão ser melhor visualizados no Mapa Área Urbana de Santa Maria da Boa Vista (PE) (Desenho 8810/00-60-DE-5007).

Conforme observado neste mapa, a cidade de Santa Maria da Boa Vista terá uma área atingida de 48,6 ha, sendo 37,8 ha de área inundada e 10,8 ha correspondente à faixa da APP.

O levantamento cadastral realizado no período de outubro a dezembro de 2008 registrou que serão atingidos um total de 322 lotes urbanos/imóveis. Nestes imóveis foram cadastradas 397 benfeitorias, dentre as quais 354 serão atingidas pela cota de inundação e pela APP do futuro reservatório, e 43 estão situadas na área remanescente dos lotes urbanos / imóveis atingidos. A Tabela 2.4, apresenta o número de imóveis atingidos por endereço.

Tabela 2.4
Quantitativo de imóveis atingidos na área urbana
de Santa Maria da Boa Vista (PE) por endereço

Endereços	Nº de lotes urbanos/imóveis atingidas
Largo do Ceasa	31
Rua Capitão Luis Barros	30
Rua Coronel Manoel Jácome de Carvalho	30
Rua Dióscoro de Sá Gonzaga	29
Rua da Floresta	25
Rua Prof. Raimundo Coimbra Filho	23
Rua das Olarias	19
Av. Monsenhor Ângelo Sampaio	18
Rua Marquês de Olinda	15
Rua Dr. Marbak	13
Rua 7 de Setembro	12
Rua Dr. Souza Filho	9
Rua Coripós	7
Rua João Barros de Araújo	6
Rua Manoel Barbosa	6
Rua Nunes Machado	5
Rua Odilon José de Souza	5
Rua Getúlio Vargas	4
Rua Dr. Joaquim Nabuco	6
Rua Coronel Luiz de Carvalho	3
Rua Dr Araújo Jorge	3
Rua Dr. Oscar Sampaio	2
Fazenda Jardineira	2
Maçanzeira	2
Maria Batista	2
Boa Vista	1
Rua Cel. Araújo Bedor	1
Chácara São José	1
Rua Cel dos Santos	1
Fazenda Oiteiro Fronteira com a Ilha do Jacó	1
Lagoa Grande	1
Outros endereços	9
Total	322

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

A Tabela 2.5, apresenta os imóveis que serão diretamente atingidos pela implantação da UHE Riacho Seco, por categorias de uso, em Santa Maria da Boa Vista.

Tabela 2.5
Imóveis diretamente atingidos pelo em Santa Maria da Boa Vista (PE) por categoria de uso

Categorias de uso	Nº de Imóveis atingidos	Porcentagem por categoria atingida (%)
Residencial	204	63,4
Industrial	1	0,3
Comercial	20	6,2
Serviços	2	0,6
Institucional	1	0,3
Religioso	1	0,3
Sócio-recreativo	1	0,3
Agrícola	-	-
Educacional	3	0,9
Terreno baldio/Área improdutiva	25	7,8
Misto		
Residencial/agrícola	6	1,9
Residencial/comercial	22	6,8
Residencial/serviços	1	0,3
Residencial/industrial	-	-
Residencial/outros usos	28	8,7
Outros usos	7	2,2
Total	322	100,0

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

A interferência do reservatório sobre a estrutura urbana deverá afetar diretamente 189 famílias, totalizando 886 pessoas cadastradas e os locais de sua moradia, correspondendo a cerca de 6,2% da população urbana residente (14.231 pessoas de acordo com o IBGE, 2007). A categoria de uso de imóveis mais afetada pela formação do reservatório é a Residencial – Misto/residencial, representando cerca de 81,0% dos imóveis atingidos na área urbana de Santa Maria da Boa Vista.

A relação nominal dos proprietários e ocupantes dos lotes urbanos está apresentada no Anexo IX - VII, deste Diagnóstico.

Na orla ribeirinha, a cota de inundação do reservatório atingirá olarias e a área de lazer da cidade composta por quadra de esportes e balneário com quiosques e bares (Figura 2.4). Alguns imóveis da rua Professor Raimundo Coimbra Filhos terão apenas seus quintais inundados. No Cais da Ribeira será inundada a instalação da antiga Cadeia Pública situada nos fundos do Museu Coripós, que faz parte do Sítio Histórico da cidade, além do pátio do Ceasa (Figura 2.5), do matadouro municipal e várias residências. Duas áreas agrícolas, localizadas dentro dos limites urbanos da cidade e na margem do rio, serão parcialmente inundadas, além de imóveis residenciais localizados na rua 7 de Setembro, Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, rua Marquês de Olinda, rua Dr. Souza Filho, rua Dr. Marbak, rua Dióscoro de S. Gonzaga e rua da Floresta, entre outras.



Figura 2.4
Vista da orla fluvial



Figura 2.5
Pátio da feira

Com a formação do reservatório, a área da APP atingirá parte dos imóveis localizados nas ruas Prof. Raimundo Coimbra Filho, Dr. Souza Filho, Dr. Joaquim Nabuco, entre outras. No final da Av. Monsenhor Ângelo Sampaio encontra-se a Estação de Tratamento de Água – ETA da Compesa que será atingida tanto pela cota de inundação, quanto pela APP. O ponto de captação da ETA (Figura 2.6 A e B), por ser flutuante, não sofrerá impacto significativo porém, parte das instalações, como o muro e a guarita localizados próximos ao rio, deverão ser atingidos pela cota de inundação do reservatório. As instalações de tratamento de água não serão inundadas, mas estarão localizadas dentro da Área de Preservação Permanente a ser formada com o reservatório.

A APP também atingirá parte do Sítio Histórico da cidade e diversos imóveis localizados nas ruas 7 de Setembro, Marquês de Olinda, João Barros de Araújo, Dr. Souza Filho Dr., Marbak, Dióscoro de S. Gonzaga, da Floresta e Cel. Manoel Jácome de Carvalho. A Escola Prefeito Barrinho, localizada na rua João Barros de Araújo, terá parte de seu terreno situada dentro da área de APP ficando a maior parte, como área remanescente atingida. Da mesma forma, também ficará situada dentro da faixa da APP parte do 7º Comando da Polícia Militar que está localizado entre as ruas Oscar Sampaio e 7 de Setembro. A APP também atingirá parte da lagoa de estabilização do Sistema de Saneamento da cidade que atualmente está em vias de substituição por outra instalação que se encontra em processo de construção, fora da área a ser inundada.



Fonte: www.ana.gov.br/SalaImprensa/AcmpmntSF/Anexo01_Fotosda2ªcampanha.pdf

Figura 2.6 A e B
Captação para abastecimento público (Compesa)
no município de Santa Maria da Boa Vista (PE)

Interferências do empreendimento no Sítio Histórico

Entre as edificações que compõem o Sítio Histórico, apenas aquelas que ficam mais próximas da margem do rio serão atingidas, tanto pela cota de inundação, quanto pela Área de Preservação Permanente – APP. Dentro da cota de inundação ficará apenas parte dos fundos do Museu Coripós, (formado pela antiga Cadeia Pública que foi reformada e passou a integrar as instalações do museu), as ruínas da primeira padaria construída na região no início do Século XX e os fundos dos quintais dos imóveis situados na rua Capitão Luiz Barros.

A parte do Sítio Histórico situada no Cais da Ribeira que será diretamente atingido pela APP, inclui a escadaria principal do antigo ancoradouro da cidade, o poste de ferro do antigo sistema de telégrafos e os seguintes imóveis situados na rua Capitão Luis de Barros:

- imóvel nº. 250 que corresponde ao Museu Coripós;
- casa de nº 227 que se encontra desmembrada em dois imóveis, sendo que um deles só possui a fachada frontal;
- casa de nº 207 que é conhecida como o “Casarão do Saber”, e foi a residência do casal Coronel Ângelo Vieira Sampaio e Maria Vieira de Freitas Sampaio, um dos patriarcas da cidade de Santa Maria da Boa Vista;
- Escola de Música do município, situado na esquina com a Travessa Nunes Machado;

- casario nº 36/49 construído pelo Cel. Florêncio Alves de Barros, que possui oito janelas laterais e cinco na frente, situado na esquina com a Travessa Nunes Machado;
- Prefeitura Municipal localizada entre as ruas Nunes Machado e Manoel Barbosa terá parte de sua estrutura situada na faixa de APP, ficando a maior parte como área atingida remanescente.



Figura 2.7
Museu de Coripós



Figura 2.8
Casa nº 207 "Casarão do Saber"



Figura 2.9
Escola de música Mestre Ênio



Figura 2.10
Casario nº 36/49

Na Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, alguns imóveis também estarão parcialmente localizados na faixa da APP, ficando a maior parte na área atingida remanescente, como é o caso dos seguintes imóveis:

- casa de nº 100 que é a atual Casa Paroquial, construída em 1919, por ocasião do casamento de Perminio de Araújo Lima Filho e Custódia Rodrigues Coelho;

- casa de nº 108 construída em 1924 pelo Sr. Dióscoro de Sá Gonzaga. Seu desenho é único na cidade e, sua platibanda reproduz detalhes de torres de castelo;
- casa de nº 130, localizada na esquina com o Beco Maria Batista ainda apresenta elementos arquitetônicos originais e atualmente, está dividida em duas casas;
- casa de nº 267 que também guarda elementos arquitetônicos originais;
- a casa nº 272 que foi construída em 1923 e se destaca pela originalidade do seu desenho e estilo.



Figura 2.11
Casa nº 100 – atual
Casa Paroquial



Figura 2.12
Casa nº 108



Figura 2.13
Casa nº 130



Figura 2.14
Casa nº 267



Figura 2.15
Casa nº 272

Na rua do Pátio da Igreja encontra-se o conjunto de casas da antiga sede da Fazenda Volta que deu origem à cidade. Até a década de 80 funcionava como depósito de peles e alhos, atualmente encontra-se em processo de arruinamento. Este conjunto formado pelas fachadas das casas também ficará dentro da faixa da APP.



Figura 2.16
Vista dos casarios da Fazenda Volta

A Praça da Matriz e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição estão localizadas no Sítio Histórico, mas estão situados fora da APP. Outra construção de interesse arquitetônico e urbano que não será atingida pela APP é o Antigo Mercado Público, localizado na Av. Monsenhor Ângelo Sampaio que hoje funciona como Centro Cultural.

b) Interferências do empreendimento em Curaçá (BA)

Descrição da Área Diretamente Atingida - ADA

A cidade de Curaçá, apesar de apresentar uma população urbana de 13.047 habitantes e uma população total no município com 32.449 habitantes (IBGE 2007), não apresenta uma dinâmica de comércio e serviços semelhante à Santa Maria da Boa Vista.

Na área urbana de Curaçá haverá interferência direta com a inundação, de uma pequena faixa da área ribeirinha, conforme pode ser visualizado na Figura 2.17.

Segundo o traçado formado pela linha do reservatório na cota 351 m, a água não ultrapassará o cais urbanizado da orla fluvial, implantado para a proteção do Sítio Histórico - Cultural, abrangendo apenas parte da paisagem natural e do píer de atracação de barcos. No entanto, os imóveis situados na rua da faixa ribeirinha ficarão dentro da APP, onde se destaca parte do conjunto arquitetônico do Sítio Histórico-Cultural, onde estão localizados os prédios que remontam à criação da cidade e o Museu da Cidade.



Fonte: Chesf/restituição - 2005

Figura 2.17
Área urbana diretamente atingida em Curaçá (BA)

Curaçá terá uma área totalizando 10,3 ha, sendo 3,5 ha área inundada e 6,8 ha correspondente à APP. A área urbana de Curaçá está apresentada no Mapa da Área Urbana de Curaçá (BA) (Desenho 8810/00-60-DE-5008).

Neste mapa, observa-se que as ruas e avenidas da faixa ribeirinha da cidade, com seus imóveis e benfeitorias, serão inundados parcialmente. O levantamento cadastral realizado no período de outubro a dezembro de 2008 registrou na AID da área urbana de Curaçá 34 lotes urbanos/imóveis e 84 benfeitorias, dentre as quais 41 serão atingidas pela cota de inundação e pela APP do futuro reservatório, e 43 estão situados na área atingida remanescente. A Tabela 2.6, apresenta o quantitativo de imóveis atingidos pela UHE Riacho Seco.

Tabela 2.6
Quantitativa de imóveis atingidos na área urbana de Curaçá(BA) por endereço

Endereços	Nº de lotes urbanos/imóveis atingidos
Marujo Chico Coelho	19
Roça da Vila	4
Margem do rio São Francisco	3
Fazenda Volta Redonda	1
Sítio Nova Esperança	1
Sítio Bernardo	1
Outros endereços	5
Total	34

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

A Tabela 2.7, apresenta os imóveis, que serão diretamente afetados pela implantação da UHE, por categorias de uso em Curaçá.

Tabela 2.7
Imóveis diretamente atingidos em Curaçá (BA), por categoria de uso

Categoria de uso	Nº de Imóveis atingidos	Porcentagem por categoria atingida (%)
Residencial	13	38,2
Industrial	1	2,9
Comercial	1	2,9
Serviços	1	2,9
Institucional	-	-
Religioso	1	2,9
Sócio-recreativo	-	-
Agrícola	5	14,8
Educacional	-	-
Terreno baldio/Área improdutiva	1	2,9
Misto	-	-
Residencial/agrícola	3	8,9
Residencial/comercial	4	11,8
Residencial/serviços	-	-
Residencial/industrial	-	-
Residencial/Outros usos	4	11,8
Total	34	100,0

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Das informações apresentadas na tabela anterior, é possível afirmar que a maioria dos imóveis atingidos pertence à categoria residencial. Deverão ser diretamente atingidos 24 imóveis com uso residencial ou misto/ residencial, representando 70,6% dos imóveis atingidos na área urbana.

A ADA de Curaçá envolve 62 pessoas de quatorze famílias. A relação nominal dos proprietários e ocupantes dos lotes urbanos está apresentada no Anexo IX - VIII, deste Diagnóstico.

A principal via urbana atingida é a Avenida Marujo Chico Coelho, com 19 propriedades (55,9 % dos imóveis atingidos). Nesta avenida ocorre a Festa dos Marujos, também conhecida como Marujada (Figura 2.18) manifestação popular local ligada à escravidão e que também homenageia São Benedito. Além do caráter folclórico, a marujada tem ainda toda uma simbologia relacionada à aspiração de liberdade, e até mesmo insinua a sua conquista (ESMERALDO LOPES, 1997).



Fonte: <http://www.curacafm.org.br/curacafm?curacafm=marujos>

Figura 2.18
Marujada

A orla fluvial de Curaçá (Figura 2.19 A e B) e seus equipamentos comunitários de lazer também serão atingidos pela cota de inundação e pela APP.

Também serão atingidas pela cota do reservatório e pela APP as roças comunitárias presentes nas áreas ribeirinhas, situadas dentro dos limites territoriais da área urbana da sede municipal, viabilizadas pela Prefeitura Municipal para atender aos pequenos produtores que residem na cidade. Nesse conjunto de propriedades com uso agropecuários deverão ser atingidas 06 unidades.



Figura 2.19 A e B
Orla fluvial - Cais urbanizado em diferentes níveis, de forma a superar a diferença de altura entre o rio e a cidade

A Secretaria Municipal de Educação (Figura 2.20 e Figura 2.21) terá parte de sua estrutura atingida pela APP, ficando a maior parte do imóvel situada na área atingida remanescente.



Figura 2.20
Aspectos urbano-paisagísticos nas proximidades do rio



Figura 2.21
Secretaria Municipal de Educação

A cota de inundação atingirá a Estação de Tratamento de Água (ETA) Ponciano Rêgo, localizada na Rua Beira do Rio e operada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. Esta ETA é responsável pelo tratamento e abastecimento de água potável de toda a cidade de Curaçá a captação é feita por uma moto-bomba (Figura 2.22 A e B). Por dia são tratados e distribuídos, em média, 1 milhão e seiscentos mil litros de água.



Fonte: www.ana.gov.br/SalaImprensa/AcmpmntSF/Anexo01_Fotosda2ªcampanha.pdf

Figura 2.22 A e B
Captação para abastecimento público no município de Curaçá (BA)

Interferências no Sítio Histórico - Cultural

Entre as edificações deste sítio destacam-se: a Igreja do Bom Jesus da Boa Morte e o casario, onde se inclui o edifício sede da Prefeitura Municipal (Figura 2.23) que juntamente com o Teatro Raul Coelho (Figura 2.24), são construções do século XVIII. As casas mais antigas, de um modo geral, ficam de costas para o rio e com a frente voltada para a igreja do Bom Jesus da Boa Morte.

É importante esclarecer que nenhuma destas edificações será inundada. O Sítio Histórico – Cultural de Curaçá terá uma pequena parte de área atingida pela faixa de APP. Apenas o Museu de Curaçá e parte do casório situado na Avenida Marujo Chico Coelho ficarão dentro da faixa da APP.



Figura 2.23
Prefeitura Municipal



Figura 2.24
Teatro Raul Coelho

2.3.3 Ilhas

A propriedade das terras situadas em ilhas na AID do empreendimento Riacho Seco é alvo de muita polêmica na região. Conforme a Constituição Federal/88, são bens públicos de domínio do Estado em que estão localizadas, as ilhas fluviais e lacustres que não pertencentes à União (Artigo 26, Inciso III - Bens dos Estados), ou seja, aquelas que não ficam na divisa de nosso território com o território estrangeiro (Art. 20, Inciso IV – Bens públicos da União). Desta forma, as ilhas integram o patrimônio dos Estados como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração Pública do Estado exerce “poderes de propriedade, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativo”, na expressão de Clóvis Beviláqua, citado por Hely Lopes Meireles em Direito Administrativo Brasileiro, página 431.

No entanto, na AID o uso das terras das ilhas para moradia e agropecuária, tem sido uma prática comum pelas gerações, ao longo do tempo. Assim como, é comum que alguns indivíduos se auto-intitulem como proprietários destas ilhas como resultado de uma situação em que não existe uma atuação do Poder Público do Estado de Pernambuco, disciplinando e regularizando o uso e a posse de suas terras. Por este motivo, predominam as ocupações irregulares, considerando que toda ilha tem “dono”, que cobra dos meeiros e ocupantes pelo uso das terras.

Apesar das campanhas realizadas pela Pastoral da Terra na defesa da Reforma Agrária, a Igreja Católica é uma grande proprietária de terras na AID, inclusive das terras da Ilha do Saco, onde realiza a cobrança de foro anual pelo uso destas terras às famílias que ocupam esta área ao longo de anos, além do laudêmio.

Esta situação cria um sentimento de insegurança para estas famílias que realizam investimentos em benfeitorias como a construção de casa, casas de bombas, currais, equipamentos de irrigação etc., e que passam a não ter garantias pelo fato de não terem a posse destas terras.

Conforme a tabela abaixo apresenta as propriedades localizadas nas ilhas no trecho da AID, segundo o tipo de uso. Percebe-se que o uso agrícola isolado (64,88%) ou associado ao residencial (31,9%) é bem superior aos demais.

Tabela 2.8
Tipo de uso das propriedades localizada nas ilhas da AID

Tipo de uso - Ilhas	Quantitativo de imóveis	Participação relativa (%)
Residencial	8	2,14
Sócio-recreativo	2	0,54
Agrícola	242	64,88
Residencial/Agrícola	119	31,90
Residencial/Comercial	2	0,54
Total	373	

Conforme tabela, a seguir, a maioria dos indivíduos que possui moradia ou cultiva nas terras dessas ilhas se declarou como proprietários (29,02%), seguido pelos que se declaram simplesmente ocupantes (22,79%). Os posseiros são apenas 1,81%. No levantamento censitário realizado, este universo constituído por proprietários, ocupantes e posseiros, é formado pelos que se colocam como “donos” das terras nas ilhas.

Tabela 2.9
Regime de posse e uso das terras na Subzona de Ilhas – ZMP5 da AID

Condição da ocupação	N.º Pessoas	Participação Relativa (%)
Proprietário	289	29,02
Arrendatário	57	5,72
Comodatário	21	2,11
Posseiro	18	1,81
Meeiro	98	9,84
Ocupante	227	22,79
Assentado	10	1,00
Quilombola	-	-
Não quilombola	-	-
Não informado	276	27,71
Total	996	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Existe ainda o universo daqueles que usam as terras de terceiros, ou seja, do grupo autointitulado como “donos”. Neste contexto, os arrendatários e comodatários caracterizam-se por utilizar as terras mediante contrato formal de arrendamento ou com cessão de uso sem ônus, e até por acordos verbais. Estes grupos somados chegam a 7,83 %.

No universo da pesquisa, 98 indivíduos se declararam meeiros, o que representa 9,84 % do total de indivíduos pesquisados, confirmando assim que a meação é uma das formas mais recorrente de exploração dessas terras.

Os dez indivíduos que se declararam assentados ocupam terras na Ilha Pequena e Ilha da Missão, e são beneficiários de lotes no Projeto de Assentamento Caraíbas II.

Contrariando o fato de algumas ilhas serem declaradas como pertencentes ao território quilombola por aqueles que estão à frente da luta pelo reconhecimento e demarcação das terras ribeirinhas e de ilhas próximas às comunidades de Cupira e Inhanhum (a exemplo da Ilha Estreito e Inhanhum), o cadastramento censitário não registrou nenhuma declaração sobre a condição de quilombola nestas ilhas. Este fato é explicado pela ocupação recente e irregular destas ilhas por pessoas estranhas a essas comunidades, desrespeitando os direitos estabelecidos historicamente pelas famílias quilombolas e ribeirinhas que usavam estas ilhas desde tempos imemoriais.

Interferências do empreendimento nas ilhas

As ilhas situadas na Zona de Ilhas – ZMP5 totalizam uma área de 2.709,89 ha com 430 propriedades que fazem parte da AID deste empreendimento. Com a formação do reservatório 99,4% de sua área total será inundada, restando apenas 14,1 ha de área remanescente das ilhas.

Do ponto de vista administrativo e político–geográfico, todas as ilhas deste trecho do rio São Francisco pertencem ao estado de Pernambuco e no caso da AID da UHE Riacho Seco, elas estão situadas na área ribeirinha dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande.

A relação nominal dos proprietários e ocupantes das ilhas está apresentada nos Anexos IX – IX e IX – X, deste Diagnóstico.

2.4 Nível tecnológico da exploração

De um modo geral, as áreas irrigadas com sua produção direcionada para o mercado externo, aplicam técnicas de produção agrícola associadas com uso maciço de fertilizantes e agrotóxicos. No caso da AID da UHE Riacho seco, a maioria dos produtores não recebem assistência técnica e os Serviços de Extensão Rural não atuam de forma satisfatória.

Os levantamentos de campo permitiram identificar a ocorrência das seguintes práticas agrícolas.

2.4.1 Irrigação

Considerando as condições climáticas da zona semiárida do Nordeste, o uso agrícola dos solos só pode alcançar êxito efetivo através do emprego das técnicas de irrigação. No entanto, este processo requer aplicação de tecnologias especiais e recursos onerosos. Dentre os usos múltiplos consuntivos da água, a agricultura responde, em média, por cerca de 70%, enquanto 20% se destinam ao uso industrial e 10% ao abastecimento (ANEEL/ANA, 2001). Daí a especial atenção que merece a irrigação e o uso dos recursos hídricos e o dever de se utilizar a água com racionalidade e responsabilidade.

Nas propriedades localizadas na AID da UHE Riacho Seco são adotados três sistemas clássicos:

- irrigação por superfície (sulco, faixa ou inundação);
- irrigação por aspersão (convencional, canhão, ou pivô central);
- e o sistema localizado (microaspersão ou gotejamento).

Na área dos solos aluvionais configuram-se como os de melhor potencial para a irrigação e por essa razão são intensivamente utilizados pelos ribeirinhos, constituindo-se na base para a produção de alimentos e, por conseguinte, para a sobrevivência de inúmeras famílias que residem no semiárido. Estes solos apresentam média elevada de fertilidade

natural, na maioria das vezes situados à margem do rio, aumentando seu potencial para a exploração agrícola com o uso da irrigação. (Figura 2.25)



Figura 2.25
Área próxima ao Povoado Jardineira com solo aluvional, utilizando irrigação por inundação na cultura de arroz. Santa Maria Boa Vista (PE)

Inversamente ao montante dos recursos a serem aplicados, o sistema de irrigação, em termos de uso efetivo da água para aproveitamento pelas plantas, apresenta os seguintes percentuais de eficiência:

- 60% para irrigação por sulco;
- 75% para irrigação convencional; e
- 90% para irrigação localizada.

Por conta dos custos, a técnica mais utilizada entre os pequenos produtores de assentamentos e comunidades é a irrigação por sulco (Figura 2.26 e Figura 2.27 A, B, C, D, E e F). Isso porque se trata de um sistema bastante simples e de custo muito baixo, menor que R\$ 1.000,00/ha. Já os sistemas pressurizados, de maior eficiência, o custo de sua instalação é da ordem de R\$ 5.000,00/ha.

Por este motivo, a irrigação por sulcos é generalizada nos plantios existentes nos Projetos de Assentamento de reforma agrária dentro das grandes propriedades nas pequenas propriedades e minifúndios de exploração familiar, e até nas roças arrendadas e exploradas por parceiros e meeiros.



Figura 2.26
Aspecto de área com irrigação por sulcos em solo aluvional – na localidade de Cupira, em Santa Maria da Boa Vista (PE)

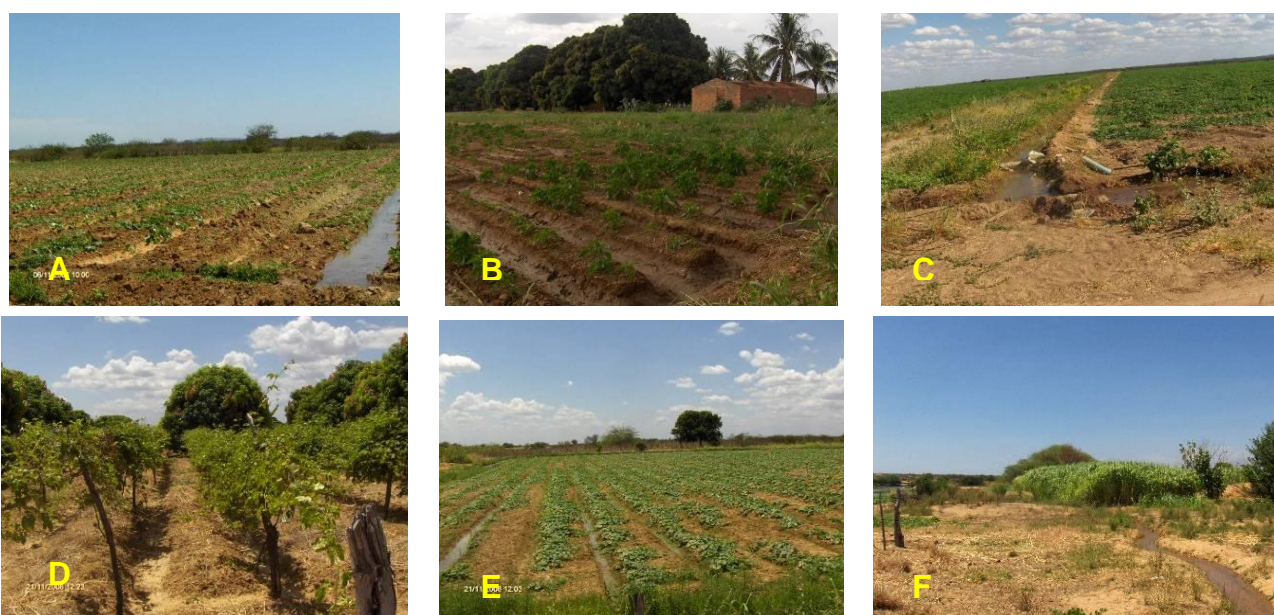


Figura 2.27 A, B, C, D, E e F
Irrigação por sulcos em diversas propriedades da AID

Entre as médias e grandes propriedades a irrigação por aspersão convencional ou pivô central bem como o sistema de irrigação localizado - microaspersão ou gotejamento – são práticas mais comuns, considerando que em grande medida, os plantios estão instalados em áreas de tabuleiros ou chapadas, servidas por adutoras (Figura 2.28). Os reservatórios de acumulação d'água para uso por gravidade também são encontrados nas maiores propriedades.



Figura 2.28
Área irrigada com elevado nível tecnológico – Curaçá (BA)

2.4.2 Agricultura de sequeiro

Nas condições climáticas mais severas da região do semiárido, a agricultura dependente de chuva (considerada lavoura de sequeiro), que poderia ser desenvolvida na época de expectativa de chuva no sertão nordestino (dezembro a abril), representa uma agricultura de altíssimo risco, representando cerca de 80% de probabilidade de perda da safra.

O maior responsável por isso é a frequente ocorrência de veranicos (dias sem chuva) nesse período. Como grande vilão da irregularidade e incerteza das chuvas, os veranicos quando ocorrem, deixam a área com quinze dias ou mais, sem chover provocando geralmente a perda da lavoura nessas áreas, apesar da precipitação ser boa, com uma média de 400 mm anuais.

Para a prática da agricultura de sequeiro seria necessário a aplicação de técnicas de convivência com a seca. Entre essas técnicas, tem-se como exemplo: captação de água de chuva *in situ*, irrigação de salvação, e barragem subterrânea.

Nas visitas realizadas, foi verificado que alguns pequenos produtores da região se aventuram em plantar nessa dependência das chuvas, correndo o grande risco de perda da safra, não sendo constatada a aplicação de nenhuma das práticas citadas. Destinam 2,0 a 8,0 ha para essas atividades, cultivando principalmente milho, feijão e melancia. De acordo com a prática adotada na região, parece mais recomendável se plantar na primeira chuva de janeiro para colher 75 a 80 dias depois.

Os Projetos de Assentamento do Incra, de forma geral, dispõem de expressiva área comunitária para agricultura de sequeiro, utilizada para a criação de bois, ovinos e caprinos, e ao mesmo tempo, cultivam pequenas áreas junto ao rio.



Figura 2.29
PA Aquários - Santa Maria da Boa Vista (PE)

2.4.3 Práticas de conservação do solo

Os solos das margens pernambucana e baiana no trecho da AID da UHE Riacho Seco que ocupam áreas de relevo plano ou plano abaciado, constituídos de solos aluvionais de textura variada, são considerados solos da classe especial com referência a erodibilidade. Por estarem numa zona com dinâmica muito intensa de erosão e transporte, e deposição de materiais, os riscos de erosão ficam na dependência direta da intensidade das práticas conservacionistas adotadas. Em virtude dos sistemas de irrigação serem adotados sem a devida drenagem, na maioria das propriedades localizadas na AID, pode ocorrer saturação por sódio, causando a salinização do solo.

A predisposição à erosão das margens do futuro reservatório apresentam as seguintes características de erodibilidade:

- margens constituídas por Solos Podzólicos em relevo plano e suavemente ondulado, é previsível um baixo a moderado;
- nas margens formadas por Solos Bruno Não Cálcico, Planosolo e Vertissolo em relevo plano ou suave ondulado com problema de drenagem lenta ou impedida, existem fortes riscos de erosão;
- nas margens formadas por Solos Litólicos, em relevo ondulado a montanhoso pode ser calculado um risco muito forte de erosão;
- nas margens onde predominam os Cambissolos, os riscos podem ser previstos como moderados a forte.

Desta forma, constata-se que uma significativa porção da área do entorno do futuro reservatório apresenta riscos de erosão que variam de moderados a muito fortes, fato que

aponta para a necessidade de desenvolver programas específicos para sensibilização da população rural para adoção de práticas que objetivem a prevenção e controle dos processos erosivos.

As práticas de conservação de solos ainda representam desafios culturais e de difusão tecnológica por parte das instituições, sejam públicas ou privadas, de apoio à produção para maioria dos pequenos e mini produtores. A prática indiscriminada de fertilizantes e herbicidas associado aos sistemas de irrigação por sulcos, bem como a presença de nematóides e salinidade dos solos é visível em amplas faixas de plantios, e comum, dentro dos Projetos de Assentamentos - PA de reforma agrária. No contexto da AID o uso da técnicas de drenagem das águas superficiais (Figura 2.30 A, B e C) quase não é utilizada, até mesmo nas rodovias e estradas das propriedades rurais.



Figura 2.30 A, B e C
Canal de drenagem em propriedade rural localizada em Curaçá (BA)

2.5 Principais atividades desenvolvidas, áreas envolvidas e resultados da exploração econômica

2.5.1 Agricultura

A AID da UHE Riacho Seco está inserida na região do Submédio São Francisco e apesar do senso comum definir a região Nordeste como um espaço único e com características homogêneas, ela apresenta características diversas que lhes são peculiares.

A AID apresenta solos aluviais de boa qualidade e uma grande quantidade de ilhas, propiciando o desenvolvimento da agricultura na faixa ribeirinha do São Francisco com o uso de suas águas para a irrigação das lavouras.

A atividade agrícola em áreas longe do rio enfrenta o problema da falta da água e o alto custo dos sistemas de irrigação. Outro fator relevante para análise das atividades desenvolvidas na região, é o fato dos produtores estarem cada vez mais envolvidos no mercado da fruticultura irrigada, em função da proximidade com o Polo Juazeiro - Petrolina.

a) Culturas permanentes

a.1) Áreas cultivadas

Os municípios que compõem a AID se caracterizam por uma grande produção frutícola, resultante da forte participação das culturas permanentes na produção agrícola local.

No contexto das principais atividades desenvolvidas e os resultados da exploração econômica obtidos pelos agricultores pôde-se estabelecer um cenário das principais culturas, produção, modos e custos de produção, e questões de mercado na AID da UHE de Riacho Seco. As informações e análises foram obtidas através dos contatos diretos mantidos com os produtores, especialmente nos assentamentos, comunidades e pequenas propriedades.

A Figura 2.31 demonstra a importância das culturas permanentes sobre a temporária, considerando as áreas plantadas na área rural da AID. E a Figura 2.32, que apresenta as culturas plantadas na zona urbana da AID do empreendimento, percebe-se uma realidade bem diferente em Santa Maria da Boa Vista (PE) e Curaçá (BA). O fato de Curaçá apresentar em sua área urbana lotes onde a prefeitura incentiva pequenos produtores, explica esse resultado.

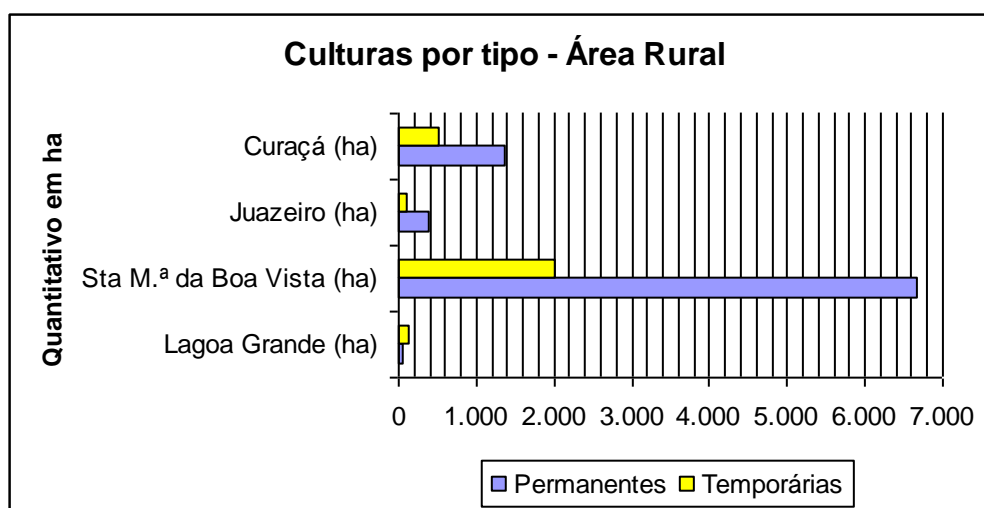


Figura 2.31
Áreas plantadas por tipo de cultura na área rural

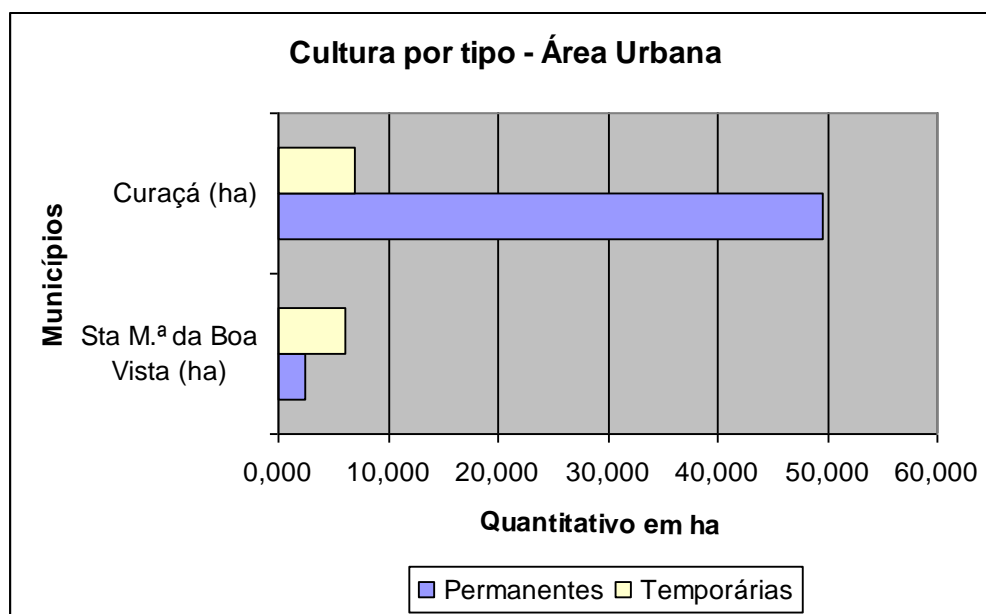


Figura 2.32
Áreas plantadas por tipo de cultura na área urbana

Conforme se pode observar na Tabela 2.10, entre as lavouras permanentes plantadas na área rural da AID, a cultura da banana (61,80%) ocupa a liderança na área plantada fato que, aliás, reforça o perfil produtivo comparativamente à condição da maioria dos produtores, formada por proprietários de minifúndios e de pequenas unidades e dos não proprietários – arrendatários, posseiros, parceiros e meeiros – que de modo geral, integram-se ao mercado da fruticultura irrigada através do cultivo da banana, cujo custo de produção é acessível para esse estrato de agricultores. Dessa forma, em plantios isolados ou consorciados com maracujá, pimenta, mamão etc., a banana é a principal cultura permanente de minifúndios explorados por proprietários e não proprietários da AID, principalmente o município de Santa Maria da Boa Vista que se destaca nesta cultura dentro do Polo Petrolina – Juazeiro.

Tabela 2.10
Áreas das principais culturas plantadas, na área rural, por município na AID

Culturas - Área Rural	Pernambuco			Bahia			Total (ha)	Participação relativa (%)
	Lagoa Grande (ha)	Sta M.ª da Boa Vista (ha)	Total (ha)	Juazeiro (ha)	Curaçá (ha)	Total (ha)		
Permanentes	55,72	6.660,78	6.716,50	397,41	1.373,34	1.770,75	8.487,24	100
Banana	2,66	5.170,80	5.173,46	5,30	65,96	71,26	5.244,73	61,80
Coco	1,11	70,49	71,61	27,31	36,92	64,24	135,84	1,60
Goiaba	1,18	182,36	183,54	9,34	24,35	33,70	217,24	2,56
Limão	1,29	57,07	58,36	129,52	6,89	136,40	194,76	2,29
Mamão	4,04	33,46	37,50	2,03	16,72	18,75	56,25	0,66
Manga	8,06	307,14	315,20	87,93	465,53	553,46	868,67	10,23

Culturas - Área Rural	Pernambuco			Bahia			Total (ha)	Participação relativa (%)
	Lagoa Grande (ha)	Sta M. ^a da Boa Vista (ha)	Total (ha)	Juazeiro (ha)	Curaçá (ha)	Total (ha)		
Maracujá	10,68	214,11	224,79	38,94	81,56	120,49	345,29	4,07
Uva	14,18	388,28	402,46	15,09	91,80	106,89	509,36	6,00
Outras permanentes	12,50	237,06	249,57	81,94	583,60	665,54	915,11	10,78
Temporárias	121,20	2.012,62	2.133,82	98,55	505,39	603,93	2.737,75	100,00
Amendoim		3,50	3,50		1,00	1,00	4,50	0,16
Arroz		8,90	8,90		20,00	20,00	28,90	1,06
Cebola	14,90	109,00	123,90	32,60	97,55	130,15	254,05	9,28
Feijão	40,90	167,12	208,02	10,20	84,91	95,11	303,13	11,07
Mandioca	0,50	40,54	41,04	11,03	13,38	24,41	65,45	2,39
Melancia	60,00	287,16	347,16	9,35	54,06	63,41	410,56	15,00
Melão	1,50	112,20	113,70	14,75	59,15	73,90	187,60	6,85
Milho	0,50	21,71	22,21	6,51	29,17	35,68	57,89	2,11
Pimenta		1.004,30	1.004,30		0,50	0,50	1.004,80	36,70
Outras temporárias	2,90	258,20	261,10	14,10	145,67	159,77	420,87	15,37
Total	176,92	8.673,39	8.850,31	495,96	1.878,72	2.374,68	11.224,99	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

As culturas de manga e uva são as principais culturas do mercado regional e exportador nas economias locais da Área de Abrangência dos Estudos Antrópicos, no universo da AID ocupam, respectivamente, 10,23% e 6% das áreas plantadas com culturas permanentes. Embora, também sejam cultivadas nas pequenas propriedades às margens do rio, estas culturas estão fortemente concentradas nas médias e grandes propriedades em áreas mais afastadas das margens, o que explica o fato destes tipos de cultura serem pouco atingidos tanto pelo reservatório, quanto pela APP do empreendimento.

O universo das lavouras permanentes na AID mostra uma expressiva variedade de cultivos, explorando áreas pequenas comparativamente às culturas principais. A fruticultura instalada nas margens do São Francisco inclui cultivos de mamão, coco, maracujá, limão, goiaba, pinha, graviola, acerola, etc. em plantios ordenados e em grandes quintais produtivos.

Entre as culturas temporárias destacam-se a pimenta, a melancia, e o feijão (com 36,7 %, 15 % e 11,07% respectivamente).

A Tabela 2.11, apresenta as culturas plantadas na área urbana da AID, onde também se destacam as culturas, sobretudo a uva, o maracujá e a manga (26,88%, 16,9% e 10,83 % respectivamente). Entre as culturas temporárias o destaque é para o arroz (38,4%) e o feijão (11,52%).

Tabela 2.11
Áreas das principais culturas plantadas por município na AID

Culturas - Área Urbana	Sta M.^a da Boa Vista (ha)	Curaçá (ha)	Total (ha)	Participação relativa (%)
Permanentes	2,518	49,567	52,085	100
Banana	0,566	2,536	3,102	5,96
Coco	0,649	0,145	0,794	1,52
Goiaba	0,017	1,175	1,192	2,29
Limão	0,100	1,020	1,120	2,15
Mamão	0,004	4,000	4,004	7,69
Manga	0,164	5,476	5,640	10,83
Maracujá		8,800	8,800	16,90
Uva		14,000	14,000	26,88
Outras permanentes	1,018	12,415	13,433	25,79
Temporárias	6,022	7,000	13,022	100,00
Amendoim				
Arroz	5,000		5,000	38,40
Cebola	0,500		0,500	3,84
Feijão	0,500	1,000	1,500	11,52
Mandioca	0,020		0,020	0,15
Melancia				
Melão				
Milho		1,000	1,000	7,68
Pimenta				0,00
Outras temporárias	0,002	5,000	5,002	38,41
Total	8,54	56,57	65,11	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Os quantitativos e a análise das culturas levantadas nas Ilhas serão tratadas no item 4.1.5 Subzona de Ilhas – ZMP5, deste Diagnóstico.

a.2) Resultado da exploração econômica

Os dados das principais culturas irrigadas relacionadas a seguir, com seus critérios de produção, representam um termo médio dos valores apresentados pelos produtores, nos levantamentos de campo.

Cultura da banana

As variedades de bananas mais cultivadas na AID é a Pacovan e Prata. A área média plantada por produtor fica entre 3,0 a 5,0 ha, e a produção média (por hectare), após um ano do plantio tem como resultado duas a quatro colheitas por mês, alcançando 50.000 a 100.000 frutos por mês durante dez anos.

A banana maçã também é cultivada com uma produção média de 130 bananas por cacho e com um custo de produção de R\$ 3.000,00 por ha. O valor de venda (variável) fica entre R\$ 5,00 a R\$ 6,00 o cento. A banana se constitui como uma “moeda de troca”, sendo bem aceita no mercado. Para colheita, os produtores utilizam mais de duas pessoas que são contratadas, gerando empregos temporários na região.



Figura 2.33 A e B
Cultura da banana em fazenda situada na divisa entre Curaçá e Juazeiro(BA)



Figura 2.34 A e B
Cultivo de banana à margem da Estrada da Uva na comunidade de Curral Novo - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Cultura do mamão

Com uma área média plantada por produtor entre 0,5 a 2,0 ha, a cultura do mamão leva de 06 a 08 meses para começar a produzir, sendo que a produção se estabiliza a partir do 18º mês, decaindo drasticamente a partir do 3º ano. Na 1ª colheita a produção varia de 30 a 50 caixas de 25 kg/semana, podendo chegar a uma produtividade de 6.000 kg/ha/mês. O Custo de produção é de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00/ha. O valor de venda (variável) fica entre R\$ 7,00 a R\$ 15,00 por caixa.



Figura 2.35
Plantio de Mamão na comunidade
Passagem – Curaçá (BA)

Cultura da manga

A área média plantada por produtor varia entre 5,0 ha a 30,0 ha, com uma produção média (por hectare) de 25,0 a 45,0 toneladas. O custo de produção: R\$ 0,40 a R\$ 0,50 por cada kg de fruta. O valor de venda é muito variável. Em setembro de 2008 era R\$ 1,10 por kg de fruta para exportação, e R\$ 0,80 para o mercado interno. Já em novembro daquele ano, este valor caiu para R\$ 0,40 por kg de fruta para exportação, e R\$ 0,20 para o mercado interno.

No Sítio Por do Sol, foi registrada uma produção de 30 toneladas por ha (plantas mais robustas), com cultivos em áreas de Argissolos profundos, e uma produção reduzida a quinze toneladas por ha nos plantios realizados em solos precários em profundidade e drenagem, do tipo Planossolos. No entanto, o produtor comenta que o tamanho menor da planta facilita a colheita (ele usa uma variedade de porte mais baixo). Ele usa energia da Tarifa Verde, projeto do Governo Federal de incentivo a irrigação noturna, e com isso obtém um desconto de 73% no período das 21h às 6 horas.



Figura 2.36 A e B
Sítio Por do Sol - Casa da sede e plantação de manga

No Projeto de Assentamento Catalunha, dois produtores irrigaram com carro-pipa 420 pés (2 ha) de manga e 1ha de coco. Eles chegam a utilizar até doze carros-pipa (8.000 por semana), percorrendo 8 km de ida e volta. Também informaram que têm uma parceria com a Fazenda Millano.

Outro produtor informou que em 30 ha de manga, usando o espaçamento 10m x 5m produz 45 toneladas por ha e usando 7m x 5m produz 60 toneladas por ha.



Figura 2.37 A e B
Carregamento de manga para o mercado interno (à esquerda) e colheita da cultura de manga (à direita) na Comunidade Passagem – Curaçá (BA)

Cultura do maracujá

A área média plantada por produtor é de 1,0 ha a 5,0 ha. A colheita se inicia a partir do 6º mês após o plantio e se estende durante 1,5 a dois anos, produzindo entre 60 a 120 sacos de 20 kg de maracujá por semana. O custo de produção oscila entre R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00 ha, para implantação (aquisição de madeira e arame) e mais R\$ 400,00 por mês, para manutenção. O valor de venda (variável) fica entre R\$ 15,00 a R\$ 30,00 o saco de 20 kg. Esta cultura utiliza 04 pessoas contratadas para a colheita, gerando empregos temporários na região. Os produtores adotam um espaçamento de 4m x 5m para um plantio de 2.200 pés.

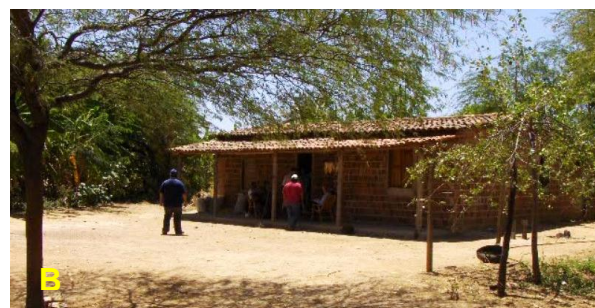


Figura 2.38 A e B
Cultivo de maracujá e casa do proprietário em Curaçá (BA)

Cultura da uva

Essa é uma cultura que tem custo de produção elevada e requer bastante recurso para sua instalação e manejo, e seu produto tem como objetivo principal, a exportação. Portanto, é utilizada por Empresas Agrícolas especializadas e por comunidades de assentamentos, a exemplo dos Projetos de Assentamentos Jatobá e Malhada Real. São poucos os pequenos produtores que se aventuram nesse mercado. Por este motivo é pouco cultivada dentro da AID.

Esta cultura utiliza uma área média de 4 ha para latada ou espaldeira no caso uva para vinho. Geralmente os produtores participam do (PIF) Programa de Integração de Frutas e têm como Agentes de Exportação a Valexport, BGMA, Coama, e Copexvale.

A área média plantada por produtor fica entre 6,0 a 200 ha. A produção média/hectare está entre 20,0 a 30,0 toneladas por ha. Apresenta um custo de produção em torno de R\$ 12.000,00/ ha, sendo que a produção é comercializada por R\$ 2,10/kg. O custo de instalação varia entre R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00. O preço de venda é muito instável. A uva sem semente é comercializada a R\$ 6,50/kg enquanto a uva com semente a R\$ 2,50/kg.



Figura 2.39 A, B e C
Fazenda Gabriela cultivo de uva (à esq.), casa sede (centro)
e vila da fazenda (esquerda) - Santa Maria da Boa Vista (PE)

b) Culturas temporárias

b.1) Áreas cultivadas

As culturas temporárias, de mercado e subsistência, ocupam cerca de 7% das áreas plantadas na AID com uma grande diversidade de culturas de ciclo curto que permitem, pelo menos três safras por ano. Os cultivos de melancia, melão e cebola, representam 52 % das lavouras temporárias, sendo amplamente difundidos e praticados, a maioria, em sistemas de arrendamento e meação até nas grandes propriedades, a exemplo das fazendas Mariella S/A, Pérsico S/A e Caraíbas, entre outras.



Figura 2.40 A e B
Plantio de arrendatário e meeiros na fazenda Oiteiro (Curaçá) - Melão colhido, selecionado, lavado, selado, embalado e vendido na roça

Segundo os dados apurados, no levantamento censitário cadastral, a cultura da pimenta (industrial) apresenta uma ocupação equivalente a 0,6%, ou seja, 2,7 hectares das áreas plantadas com lavouras temporárias que serão atingidas. Na região existem vários plantios de pimenta, variando de 1,0 a 5,0 hectares, desenvolvidos em sistemas de meação através de contratos realizados com a Seifun Comércio e Indústria Ltda., fabricante e exportadora de ração para aves, localizada no município de Juazeiro. De acordo com as observações e entrevistas realizadas em campo, esses pequenos plantios nas margens baiana e pernambucana, têm maior concentração nas áreas localizadas à jusante do eixo no reservatório, no município de Santa Maria da Boa Vista.



Figura 2.41 A, B e C
Pimenta industrial - pequenos plantios em sistemas de meação com a Seifun Com. Ind. Ltda. na Fazenda Vila Cruz (à esquerda), roça no Quilombo de Inhanhum - PE (no centro), e roça de meeiro na Comunidade Rompedor – BA (à direita)

As culturas de subsistência representadas pelas lavouras de milho, feijão, mandioca e hortícolas figuram ocupando 45,8% das áreas plantadas com lavouras temporárias, gerando vários plantios e colheitas anuais. Também, é comum a prática de plantios consorciados com as culturas permanentes. O custo de irrigação de áreas maiores também representa um peso significativo no bolso do agricultor e essa é uma das razões de cultivos em áreas menores, porém, com uma rotatividade de plantios de até quatro safras anuais dentro da mesma área em que a cebola, melão e melancia figuram como

principais produtos de mercado. Dentre as culturas de subsistência, o feijão e a mandioca são as mais plantadas.

A Tabela 2.11, anteriormente apresentada contem as áreas cultivadas na AID com principais culturas temporárias.

b.2) Resultados da exploração econômica

Os dados das principais culturas irrigadas relacionadas a seguir, com seus critérios de produção representam um termo médio dos valores apresentados pelos produtores, nos levantamentos de campo.

Cultura da cebola

É a segunda maior cultura temporária da AID com uma área média plantada por produtor é de 2,0 a 3,0 ha e a quantidade de sementes utilizada (por hectare) varia de 1,5 a 2,0 kg. A colheita ocorre 04 meses após o plantio, sendo possível obter até 02 safras por ano, com produção entre 1.000 a 2.000 sacos de 20kg/ha que corresponde à produtividade de 20,0 a 40,0 toneladas/ha.

O custo de produção varia de R\$ 4.000,00 a R\$ 6.000,00. O valor de venda (variável) fica entre R\$ 15,00 a R\$ 25,00 o saco de 20kg. Esta cultura apresenta mercado garantido em Juazeiro.



Figura 2.42 A e B
Cultura de cebola (à esquerda); em propriedade as margens do
rio Curaçá (Barra Grande) que limita Curaçá e Juazeiro (BA)

Cultura do feijão

É a principal cultura temporária da AID, com área média plantada por produtor entre 1,5 a 10,0 ha. São cultivadas dois tipos de feijão: o mulatinho e o de corda, também chamado de macassar.

Utilizando-se no plantio 90kg semente/ha, o feijão mulatinho tem produção média entre quinze a 30 sacos de 60kg/ha, sendo possível produzir até duas safras por ano. O custo de produção fica entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por ha, e o valor de venda (variável) oscila entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00 o saco.

O feijão de corda apresenta uma produção média/hectare de 30 a 40 sacos de 60 kg que corresponde a uma produtividade média situada entre 1.800 a 2.400 kg/ha, sendo possível plantar duas safras/ano. O custo de produção fica entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 por ha, e o valor de venda (variável) entre R\$ 80,00 a R\$ 100,00 por saco.



Figura 2.43 A e B
Cultivo de melancia consorciado com feijão (à esquerda) em Santa Maria da Boa Vista (PE), e propriedade localizada em Barra Grande (Curaçá – BA) com cultura de feijão (à direita)

Cultura da melancia

É a segunda maior cultura temporária da AID e apresenta uma área média plantada por produtor de 2,5 a 10,0 ha. São possíveis duas safras por ano e a colheita se dá dois meses após o plantio, podendo chegar a três meses no período mais frio. A produtividade situa-se entre 15,0 a 50 toneladas por ha e o custo de produção fica entre R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 por ha. O valor de venda varia entre R\$ 0,15 a R\$ 0,30 o fruto com mais de 6,0 kg. Esta é uma cultura que tem mercado garantido em Juazeiro.



Figura 2.44 A e B
Vista parcial do povoado (à esquerda) Campo de produção de melancia (à direita) na vista parcial do povoado (à esquerda) e Comunidade de Lagoa 1 (Curaçá – BA)

Cultura do melão (amarelo)

A área média plantada por produtor é de 2,0 a 18,0 ha, e utilizando-se entre 1,5 a 2,0 kg de semente/ha, são possíveis produzir de duas a três safras anuais, sendo que a colheita

se dá a partir de 65 dias após o plantio. A produtividade por hectare situa-se entre quinze a 20 toneladas/ha (mínimo de doze e máximo de 25 t/ha). É vendido em caixas de papelão contendo entre 12 a 14 kg.

O custo de produção fica entre R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00 por ha, e o valor de venda varia entre R\$ 0,30 a R\$ 0,50 o kg do fruto com mais de 1,0kg. Outras variedades de melão obtêm melhor preço: o *orange* oscila entre R\$ 0,60 a R\$ 0,80 por kg e o sapo entre R\$ 0,80 a R\$ 1,00. Este produto tem mercado garantido em Juazeiro.



Figura 2.45 A e B
Propriedade em Curaçá (BA) - cultura de melão
que é exportada para São Paulo (SP)

Cultura do milho

Com uma área média plantada por produtor entre 1,5 a 10,0 ha, o milho cultivado na área da AID apresenta uma produção média (por hectare) de 20 a 40 sacos de 60kg/ha que corresponde a uma produtividade entre 1.200 a 2.400kg por ha, sendo possíveis produzir duas safras/ano. O custo de produção fica entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por ha, e o valor de venda varia entre R\$ 30,00 a R\$ 60,00 por saco. Devido ao preço baixo para venda, os produtores preferem usar o milho para consumo interno dos animais, associado com as forrageiras usadas na região: capim elefante, sorgo, cana-de-açúcar e algaroba.



Figura 2.46
Cultivo de milho consorciado com feijão, já colhidos
na comunidade de Passagem - Curaçá (BA)

Cultura da pimenta

A colheita da pimenta se inicia após o 4º mês de plantio e na região sua produtividade pode variar de 6.000 até 20.000 kg/ha.

Apresenta uma área média plantada por produtor: 2,0 a 6,0 ha, e o custo de produção fica entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por ha. O valor de venda varia entre R\$ 0,40 a R\$ 0,50/kg.

Para esta cultura utilizam-se dez pessoas contratadas para colheita. Os produtores têm um contrato com a empresa privada Seifun para uso na produção de ração para a avicultura.



Figura 2.47
Cultivo de pimenta em Barra Grande - Curaçá (BA)

2.5.2 Pecuária

Historicamente a ocupação do sertão nordestino se deu, em grande parte, através das águas do rio São Francisco. A pecuária, com a criação de gado, começou a ocupar as margens do rio no final do século XVI e se tornou tão forte que o São Francisco chegou a ser chamado de rio dos Currais. Ainda hoje, a prática da criação animal é uma habilidade vital para muitos beiradeiros e catingueiros daquela região.

Atualmente, a realidade apresenta um cenário diferente quanto à pecuária da área a ser impactada pela UHE Riacho Seco, onde ela ocupa um papel secundário entre as atividades produtivas. No entanto, nas comunidades localizadas nas áreas um pouco mais afastadas do rio, onde a vegetação de caatinga é dominante, é comum pequenos e médios produtores possuírem algumas cabeças de animais, que se configuram como uma reserva de poupança, da qual lançam mão em caso de necessidade, sobretudo nas épocas de grandes estiagens.

A literatura que aborda a cultura e os modos de vida dos catingueiros da região descreve o cuidado dispensado aos animais, de certa forma afetuosa, independente da significação monetária que um criatório pode oferecer. Não é a toa que eles são batizados por nomes

carinhosos e quando soltos na Caatinga durante os prolongados períodos de seca, é a água o fator aglutinador dos rebanhos, em especial ovinos e caprinos.

A Tabela 2.12, apresenta a diversidade dos rebanhos da área diretamente atingida.

Tabela 2.12
Diversidades dos rebanhos na área diretamente atingida

Animais/ Rebanhos	Pernambuco			Bahia			Total (por unidade)	Participação relativa (%)
	Lagoa Grande (Por unidade)	Sta M. ^a da Boa Vista (Por unidade)	Total (por unidade)	Juazeiro (por unidade)	Curaçá (por unidade)	Total (por unidade)		
Animais de carga (jegue, jumento)	8,00	376,00	384,00	40,00	75,00	115,00	499,00	11,4
Animais de transporte (cavalo, mula, mua)	15,00	334,00	349,00	50,00	77,00	127,00	476,00	10,8
Aves	9,00	628,00	637,00	92,00	135,00	227,00	864,00	19,7
Bovinos	15,00	389,00	404,00	111,00	130,00	241,00	645,00	14,7
Caprinos	10,00	429,00	439,00	88,00	164,00	252,00	691,00	15,7
Ovinos	5,00	297,00	302,00	103,00	137,00	240,00	542,00	12,3
Suínos	7,00	493,00	500,00	65,00	84,00	149,00	649,00	14,8
Outros		4,00	4,00	4,00	18,00	22,00	26,00	0,6
Total							4.392	100

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

Como pode ser observado nesta tabela, a avicultura (19,70%), é a criação principal da AID com uma contribuição significativa de Santa Maria da Boa Vista.

Considerando o caráter semiárido da região a caprinocultura e a ovinocultura passam a ter destaque, correspondendo a 28,22% da criação de animais na AID e superando o rebanho bovino (14,52%).

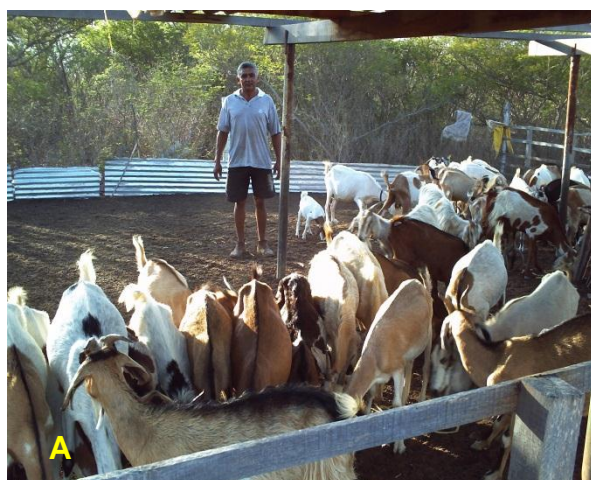
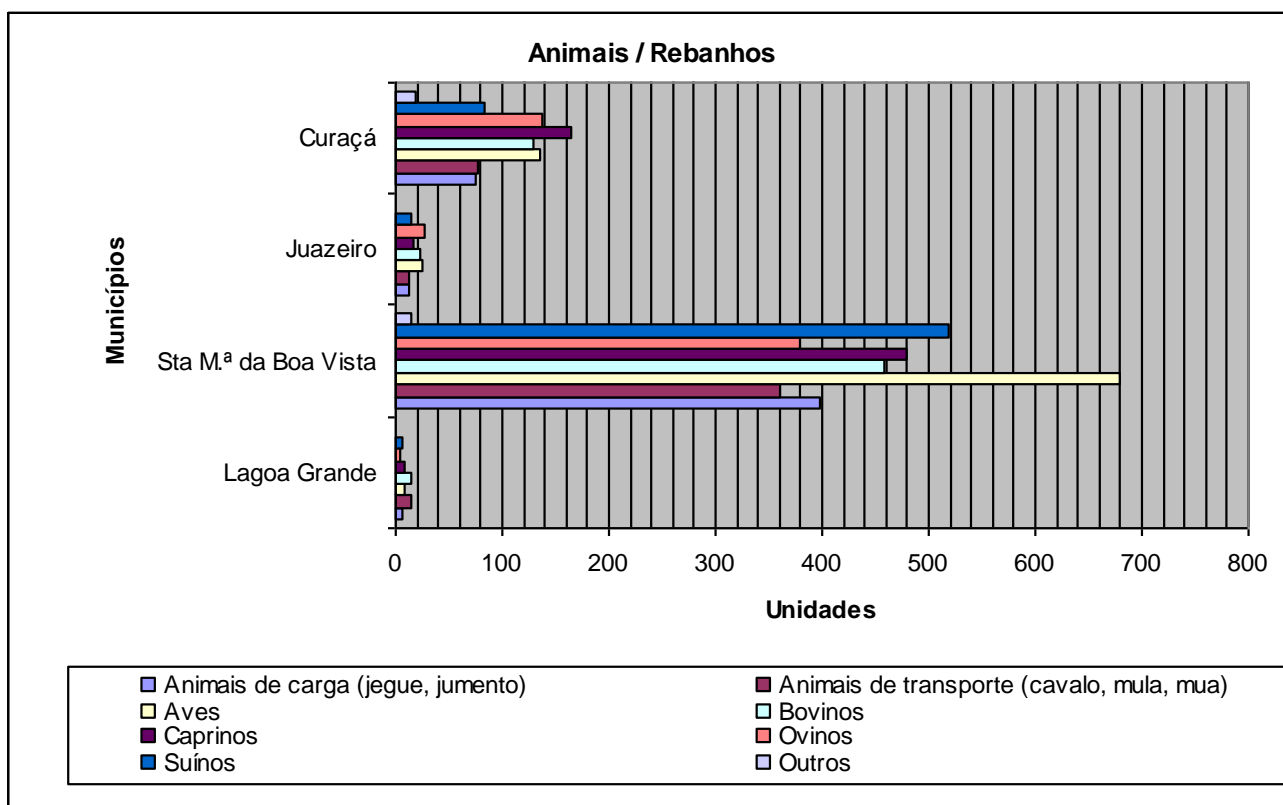


Figura 2.48 A e B
Caprinos confinados em terreiros junto das casas - Curaçá (BA)

Da mesma forma, com o predomínio das pequenas propriedades na AID, o uso dos animais de carga e transporte ainda é muito grande (22%).

A suinocultura (14,8%), assim como a avicultura, também deve seu desempenho na AID em função do rebanho localizado em Santa Maria da Boa Vista.

A Figura 2.49, apresenta a distribuição dos rebanhos localizados na AID por município. Nele percebe-se a significativa participação dos rebanhos de Santa Maria da Boa Vista (76,40 %) em relação aos dos demais municípios (Curaçá tem 19,05% do total do rebanho; Juazeiro tem 3,07% e Lagoa Grande apenas 1,49%). O que pode ser atribuído ao fato deste município ter uma área alagada maior que os demais 24%.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.49
Distribuição dos rebanhos da AID por município

2.5.3 Extrativismo

Apesar do agronegócio, com base na fruticultura para exportação, ter uma forte participação na economia da AID, o extrativismo ainda é uma atividade usada como complemento da renda familiar.

a) Uso forrageiro da Algaroba

Durante as entrevistas de campo foi observado que em algumas propriedades ocorria o armazenamento de sacos com a vagem de Algaroba. A população lança mão desse recurso para alimentar os animais durante a época da estiagem ou como complemento da renda familiar vendendo este produto para os criadores da região. Muitos desses sacos saem das propriedades via rio, embarcam em pequenos caminhões e são vendidos aos fazendeiros que possuem maiores plantéis de ovinos e caprinos da região. A introdução da Algaroba ocorreu através de programas de incentivo direcionados a esse plantio patrocinados pelo Governo em décadas passadas, com o objetivo de garantir a sobrevivência dos animais e conter o assoreamento.

No entanto, esta planta exótica se adaptou muito bem à região e se propagou sem controle, formando bosques densos e ocupando a Caatinga e as margens dos rios. Hoje é considerada uma planta invasora, mas seu fruto é muito usado na alimentação dos rebanhos.

b) Uso forrageiro do capim Zozó

O capim Zozó, outro alimento também muito importante para a caprinocultura, na AID, é nativo e existia em grande escala nas margens do rio. Atualmente, está desaparecendo, mas ainda é extraído, principalmente durante a estiagem.

c) Meliponicultura predatória

O sertão nordestino apresenta a ocorrência de várias espécies de abelha sem ferrão. Apesar da meliponicultura está se tornando uma realidade em Pernambuco, através de programas específicos de incentivo e apoio técnico, na AID ainda predomina o extrativismo predatório.

A extração de mel da abelha Mandaçaia - espécie encontrada com maior abundância na Caatinga de Curaçá, utilizado para uso doméstico e para venda na região, deve ser registrada, principalmente pelos métodos rudimentares utilizados. A população faz uso do fogo para retirar as colmeias, destruindo a vegetação e prejudicando a reprodução das abelhas, podendo causar a extinção da espécie.



Figura 2.50
Colmeia de Mandaia em Barra Grande – Curaçá (BA)

2.5.4 Pesca

As informações colhidas nas entrevistas realizadas com os pescadores que praticam esta atividade na calha do rio na AID da UHE Riacho Seco, apontam para a diminuição crescente de várias espécies de pescado, nos últimos tempos. O Surubim e o Dourado, por exemplo, antes abundantes e principal alvo da pesca profissional ou amadora, quase não são mais capturados, neste trecho do rio São Francisco.

Por este motivo e conforme foi observado durante os trabalhos de campo, na área do empreendimento, poucas comunidades ribeirinhas têm na atividade pesqueira, sobretudo na pesca artesanal, um meio complementar de renda e de sua alimentação. A escassez do pescado tem contribuído para o engajamento dos pescadores da região na cultura de irrigação como mão de obra. Esse fato contribui para agravar a situação de pobreza, riscos sociais e ambientais da região.

Conforme Censo realizado pelo Ibama, Curaçá apresenta 108 indivíduos ligados à pesca. Quanto à organização, o município apresenta uma participação e mobilização mais efetiva por parte dos pescadores. A maioria deles reside na sede do município e na localidade de Ferrete.

Em Curaçá foram registrados pelo Ibama, 80 barcos, sendo 72 a remo e sete a motor. O censo aponta ainda a existência de um barco de pesca comercial. Os barcos de pesca existentes em ambas as margens do rio são artesanais, construídos por artesãos da região, cujo ofício está desaparecendo. Os barcos a remo têm de cinco a oito metros de comprimento, e os movidos a motor de centro chegam até a onze metros. A manutenção é geralmente feita pelo pescador e sua família. Utilizam porto próprio para o desembarque do pescado, que de um modo geral, não tem produção significativa.

Quanto a Santa Maria da Boa Vista, o censo tem registrados 428 pescadores e, como em Curaçá, não pescam apenas na área da AID da UHE Riacho Seco. Estão reunidos na

Colônia Z-21 e segundo comentários feitos pelos moradores de ambas as margens, a grande maioria deles está cadastrada como pescador para garantir o salário pago durante os seis meses do defeso que ocorre na época da piracema, mas não exerce a profissão. Estão registrados neste município, segundo o censo do Ibama, 73 barcos sendo apenas um a motor. A área ribeirinha de Barro Alto é um dos principais pontos de pesca, mas de um modo geral, a pesca ocorre em toda a calha do rio.

A pesca em ambas as margens do rio é realizada com vários tipos de apetrechos, com destaque para a tarrafa, rede de caceio, caniço, linhada (espinhel) e covo. Geralmente a pesca é realizada por dois pescadores que se revezam nas tarefas de jogar os apetrechos e recolher o produto da pesca.

As espécies mais capturadas na região da AID são a Curimatá ou Curimatã, Piranha, Piau, Traíra, Pirambeba e Tucunaré. O Cari ou Acari, que não aparece no censo por ser um pescado com valor baixo de mercado, tem tido grande aceitação pela população local e vem apresentando uma produção crescente como resultado da adaptação desta espécie às condições do rio, após a construção da barragem de Sobradinho. Devido às diferentes formas de preparo, bares e restaurantes incorporaram este peixe em pratos típicos que já assumiram destaque no cardápio da região.

2.6 Benefitorias e equipamentos

2.6.1 Zona rural

Os números relativos às benfeitorias localizadas na AID (9.251) do empreendimento quando comparados com a quantitativo das benfeitorias que estão na situadas dentro da área que será objeto de indenização, (2.003) refletem o conhecimento da população ribeirinha sobre a dinâmica natural do rio São Francisco em relação às áreas que são inundadas nos períodos de cheia.

A tabela, a seguir, apresenta as benfeitorias existente na Zona Rural.

É importante destacar que a Área Diretamente Atingida – ADA corresponde ao somatório da Área Inundada – AI mais a Área de Preservação Permanente – APP. Esta área e as benfeitorias nela existentes serão passíveis de indenização.

O respeito e o conhecimento sobre o rio levam a população a ocupar e investir em áreas mais afastadas das margens, principalmente na margem pernambucana que é mais plana e com maior área inundada. A ocupação das áreas inundáveis só ocorre pela necessidade e facilidade do acesso ao recurso hídrico.

Tabela 2.13
Benfeitoria existente na Zona Rural da AID da UHE Riacho Seco

Benfeitorias	Pernambuco				Bahia				AID		ADA	
	Lagoa Grande		Santa Maria da Boa Vista		Juazeiro		Curaçá		Total	%	Total	%
	AID	ADA	AID	ADA	AID	ADA	AID	ADA				
Casa de moradia	22	04	1.430	706	72	34	974	538	2.498	27,00	1.282	64,00
Casa abandonada												
Plantio com cultura permanente	62		2.586	14	152		929	01	3.729	40,31	15	0,75
Plantio com cultura temporária	22		649		50		264		985	10,65		
Pastagem	03		447		13		213		676	7,31		
Extrativismo mineral			1				2		3	0,03		
Extrativismo vegetal			10				67		77	0,83		
Tomadas d'água	05	04	151	89	25	22	122	101	303	3,28	216	10,78
Cacimba ou poço	01		7	4	1		23	6	32	0,35	10	0,50
Curral	04		248	98	15	2	207	117	474	5,12	217	10,83
Estábulo			11	9	1		17	8	29	0,31	17	0,85
Galpão	07		61	19	15	1	59	25	142	1,53	45	2,25
Outro			142	116	7	4	154	81	303	3,28	201	10,03
Total	126	08	5.743	1.055	351	63	3.031	877	9.251		2.003	

Fonte – Banco de dados, Chesf (2008)

Entre as benfeitorias que serão indenizadas por serem atingidas pelo reservatório ou pela APP, a maioria é formada por moradias (64%), e em geral, pertencem às comunidades tradicionais. Estas moradias tem uma estrutura rudimentar de taipa, como as que são observadas na comunidade quilombola de Tamaquiús.



Figura 2.51
Comunidade Tamaquiús

Com 10,78% aparecem às tomadas d'água que em geral, são estruturas simples de captação com bombas flutuantes, utilizadas por pequenos e médios produtores. Da mesma forma, os sistemas de captação e abastecimento de água das vilas ou aglomerados rurais não possuem estações fixas de bombeamento. Esta, também é a realidade das captações dos Projetos de Assentamento estaduais e federais, seja para irrigação ou para abastecimento de suas vilas. Geralmente os pontos de captação são instalados sobre uma estrutura metálica com rodas e são movimentadas para acompanhar as diferenças de cota do rio durante o ano.

No entanto, existem casos de Projetos de Assentamentos que utilizam a estrutura de bombeamento das antigas fazendas que lhes deram origem, como é o caso do Safra, mas a pesquisa de campo mostrou que a maioria dos PA federais apresenta estruturas de captação desativadas e em condições precárias.

Em Juazeiro, uma das benfeitorias atingidas é uma das Estações de Bombeamento EB-1 do Projeto Curaçá, que tem uma estrutura semelhante às dos grandes propriedades ligados ao agronegócio. Nessas EB as captações de água são feitas através de estruturas de alvenaria construídas junto à margem do rio e são projetados para fazer a captação de acordo com o nível do rio. Este grupo está concentrado na parte final do reservatório e por este motivo não sofrerão interferências com o nível do reservatório, principalmente, aquelas situadas na margem baiana.



Figura 2.52
Estação de Bombeamento – EB1 do
Projeto de Assentamento Curaçá (BA)

2.6.2 Zona Urbana

A área urbana diretamente atingida pela formação do reservatório está situada na orla fluvial das cidades de Santa Maria da Boa Vista (PE) e Curaçá (BA). Nestas cidades 471 benfeitorias estão situadas na ADA, no entorno 395 são possíveis de indenizações,

ficando o restante na área remanescente da AID, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2.14
Benefitorias existente na área urbana da AID da UHE Riacho Seco

Benefitorias - Área Urbana	Pernambuco				AID		ADA	
	Santa Maria da Boa Vista - PE		Curaçá - BA		Total	%	Total	%
	AID	ADA	AID	ADA				
Casa de moradia	252	255	28	20	280	59,45	275	69,62
Casa abandonada								
Plantio com cultura permanente	15	05	22		37	7,86	5	1,27
Plantio com cultura temporária	11		02		13	2,76		
Pastagem	05		03		08	1,70		
Extrativismo mineral								
Extrativismo vegetal			01		01	0,21		
Tomadas d'água	03	04	03	04	06	1,27	08	2,03
Cacimba ou poço								
Curral	09	03	01		10	2,12	03	0,76
Estábulo	01	02			01	0,21	02	0,51
Galpão	04	04	04	03	08	1,70	07	1,77
Outro	89	81	18	14	107	22,72	95	24,05
Total	389	354	82	41	471		395	

Fonte- Banco de dados, Chesf (2008)



Figura 2.53
Rua Capitão Luiz Barros, Santa Maria da Boa Vista (PE)

2.6.3 Ilhas

As ilhas situadas na AID da UHE Riacho Seco são usadas como residência por muitas famílias, além de ser a área de cultivos agrícolas, criação de animais, e lazer para muitas famílias que residem nas cidades. Também representam, a presença viva do histórico de ocupação da região, sendo observadas em algumas delas a existência de, ruínas de antigas missões e de igrejas, pontos de mirante etc.

Conforme apresentado na tabela, a seguir, entre as benfeitorias registradas no cadastramento censitário das propriedades localizadas nestas ilhas, destacam-se as áreas com plantios com culturas permanentes (52,43%) e com culturas temporárias (14,87 %).

Tabela 2.15
Benfeitorias e equipamentos existente na Subzona
de Ilhas – ZMP5 da AID da UHE Riacho Seco

Benfeitorias - Ilhas	Lagoa Grande	Santa Maria da Boa Vista	Total	Participação Relativa (%)
Casa de moradia		249	249	14,24
Casa abandonada			0	0,00
Plantio com cultura permanente	3	914	917	52,43
Plantio com cultura temporária		260	260	14,87
Pastagem		95	95	5,43
Extrativismo mineral		1	1	0,06
Extrativismo vegetal		14	14	0,80
Tomadas d'água		96	96	5,49
Cacimba ou poço			0	0,00
Curral		67	67	3,83
Estábulo		1	1	0,06
Galpão		16	16	0,91
Outro		33	33	1,89
Total	3	1.746	1749	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Também chama a atenção o número de casas habitadas (14,24%). As áreas de pastagem e as tomadas d'água correspondem juntas a 10,92% das benfeitorias existentes nas ilhas enquanto que as demais benfeitorias somadas, só representam 7,55 % do total.

2.7 Estrutura da renda familiar

A pesquisa de renda familiar não foi aplicada em todas as áreas rurais, sendo realizada por amostragem nos 5 Subzonas da Zona de Montante, - ZM e na Subzona de Jusante de Pernambuco - ZJP, que integram a AID do empreendimento, cujos resultados obtidos estão apresentados agrupados por "Área Rural" e "Ilhas".

2.7.1 Área rural

A tabela, a seguir, apresenta os resultados obtidos na pesquisa sobre a renda familiar nas propriedades rurais da AID do empreendimento. Analisando o perfil de cada município, percebe-se em todo eles que a maioria das famílias tem rendimentos de, no máximo, um salário mínimo. Esta situação corresponde a um percentual de 53% em Santa Maria da Boa Vista e 73% em Lagoa Grande, no Estado de Pernambuco, e 58% em Juazeiro e 47 % em Curaçá, no Estado da Bahia. E importante ressaltar que em Curaçá 39% dos pesquisados não informaram seus rendimentos.

Tabela 2.16
Renda familiar – Área Rural dos municípios da AID da UHE Riacho Seco

Renda Familiar - Área Rural	Pernambuco		Bahia		Total	Participação Relativa (%)
	Lagoa Grande	Santa Maria da Boa Vista	Juazeiro	Curaçá		
Sem renda familiar	07	59	08	108	182	8,98
Até 01 Salário Mínimo	07	554	26	259	846	41,76
Até 03 Salários Mínimos	03	193	08	93	297	14,66
Até 05 Salários Mínimos	-	14	02	05	21	1,04
Até 10 Salários Mínimos	-	03	02	06	11	0,54
Acima de 10 Salários Mínimos	-	10	01	03	14	0,69
Não Informado	02	324	12	317	655	32,33
Total	19	1.157	59	791	2.026	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Considerando todo o universo da pesquisa realizada na área rural 8,98% dos entrevistados que declarou não ter renda, está relacionado às comunidades tradicionais extremamente carentes, como é o caso de Tamaquiús, e os residentes nos assentamentos que estão falidos e não contam com os equipamentos necessários para a produção irrigada, e ainda são pessoas que não tem filhos em idade escolar ou se os tem, não recebem os benefícios já que a rede de transferência dos recursos do governo não alcança esta população da AID, apenas delas terem este direito. Compõem essa faixa, ainda, aqueles que não tem a idade requerida para receber aposentadoria. Esses afirmam sobreviver abaixo da linha pobreza realizando pequenas tarefas, como venda de água ou atuando como diaristas em dias de serviço esporádicos. A pesquisa realizada mostrou o caso de um assentado do PA Vitória que relatou trocar água por mantimentos.

Na faixa de renda familiar que recebe até um salário mínimo (41,76%), na maioria dos casos, esse rendimento é decorrente da transferência de recursos do Governo Federal, como Bolsa Família e aposentadoria por idade. O mesmo acontece com os que recebem até três salários mínimos (14,66%), considerando que em uma mesma família pode ter mais de uma pessoa aposentada.

Na faixa dos que recebem até 05 salários mínimos (1,04%) pertence, também, aquelas famílias onde um dos cônjuges tem emprego público e o outro se ocupa na agricultura, e na criação de pequenos animais.

Do total entrevistados, 1,23% diz ter ganhos acima de cinco salários mínimos. Comprovadamente essa renda está atrelada ao plantio de roça irrigada e condicionada à flutuação do mercado. Considerando que a pesquisa foi realizada na época da colheita da produção irrigada, o resultado obtido com a atividade pode ter influenciado o índice para cima. Em alguns casos, foi somada a renda de familiares que trabalham e vivem em Juazeiro e Petrolina, mas que contribuem para o sustento da família, ainda que de forma irregular, já que muitas vezes ou são solteiros ou tem filhos sob a guarda dos avós.

2.7.2 Ilhas

As 222 famílias que possuem ocupações (moradias ou área cultivada) nas ilhas situadas na AID da UHE Riacho Seco, em sua maioria, encontram-se na situação que vai da “ausência de rendimentos” até a faixa de três salários mínimos (82,43%).

Tabela 2.17
Estrutura da Renda Familiar na Subzona de Ilhas da AID

Faixa de renda	Quantidade de famílias	Participação relativa %
Sem renda	65	29,28
Até 01 Salário Mínimo	89	40,09
Até 03 Salários Mínimos	29	13,06
Até 05 Salários Mínimos	04	1,80
Até 10 Salários Mínimos	01	0,45
Acima de 10 Salários Mínimos	01	0,45
Não Informado	33	14,86
Total	222	

Aqueles que declaram receber até um salário mínimo (40%) e os que dizem não ter renda (29 %) são, em sua maioria, ocupantes irregulares que sobrevivem da agricultura, podendo ou não contar com um familiar que trabalha como diarista. As famílias que recebem até três salários mínimos por mês, em geral, são aquelas que contam com um membro da família que recebe aposentadoria ou tem um emprego no qual ganha um salário mínimo. Deve-se também registrar que 15% entrevistados não quiseram declarar seus rendimentos. Entre estas pessoas estão incluídas aquelas que obtêm resultados produtivos melhores ou tem nas ilhas apenas seu espaço de lazer.

2.7.3 Principais atividades desenvolvidas

Para tratar das principais atividades econômicas geradoras de renda desenvolvidas, pelas comunidades, também foi realizada pesquisa amostral qualitativa em toda AID da UHE Riacho Seco.

Considerando-se o gráfico a seguir, observa-se que a atividade econômica principal dos municípios da AID é a agropecuária. No entanto, como é possível perceber na pesquisa sobre renda, as famílias em geral não tem obtido bons resultados econômicos. Nos últimos anos, a pecuária entrou num processo de decadência e, a partir do advento da irrigação, a agricultura que antes se pautava na garantia a sobrevivência das famílias e a produção de um pequeno excedente financeiras, passou a gerar falências e frustrações.

Tabela 2.18
Principais atividades desenvolvidas na AID da UHE Riacho Seco

Atividade	Lagoa Grande - PE	Santa Maria - PE	Curaçá - BA	Juazeiro - BA	Total
Emprego Público	6	8	10	0	24
Agricultura Irrigada	8	54	21	1	84
Agricultura Sequeiro	3	6	12	0	21
Criador ovino / caprino	10	41	21	1	73
Criador bovino	8	24	13	2	47
Criador aves	3	21	9	2	35
Barqueiro	0	6	1	0	7
Meeiro	0	8	5	0	13
Diarista Rural	11	24	5	0	40
Pesca	3	28	5	2	38
Extratativismo	0	5	0	0	5
Comércio	0	3	3	1	7
Outro	1	2	3	0	6
Total	53	230	108	9	400

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

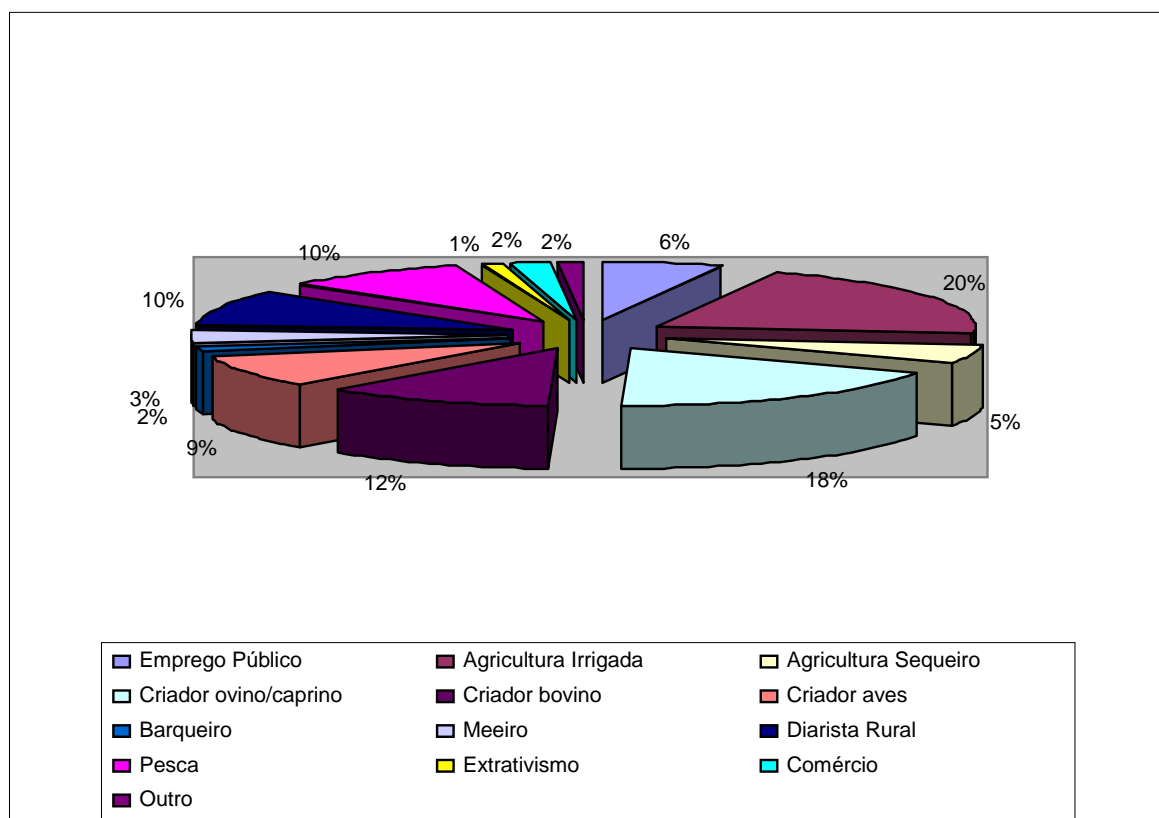


Figura 2.54
Principais atividades econômicas da AID

Atualmente, as principais fontes de renda das famílias da AID são a aposentadoria rural e os recursos públicos, ou seja, salários de funcionários das Prefeituras, e benefícios como Bolsa Família e Vale-gás. Nas entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo, pode-se notar que o dinheiro dos aposentados é uma garantia de sustento mínimo para essas pessoas, e que a aposentadoria rural torna-se uma expectativa e uma garantia de sobrevivência. Para os mais velhos e para a família.

Verifica-se que a vida nas roças próprias e alheias, onde atuam como meeiros e diaristas, representa a rotina de quase a totalidade das populações rurais ribeirinhas e das ilhas da área da AID entorno da UHE Riacho Seco. Esse contingente é formado em sua maioria por desempregados de Projetos de Assentamento falidos.

Durante a jornada de trabalho os diaristas preparam a alimentação no próprio terreno onde é realizada a tarefa, e o custo é de responsabilidade do grupo. Eles se juntam, levam os viveres e preparam o almoço debaixo de árvores, sem nenhum cuidado com a higiene. Os vasilhames de adubo, agrotóxicos, roupas e material de trabalho, ficam próximos do local onde é preparada e consumida a refeição.



Figura 2.55 A e B
Local de preparo de alimentação grupo de diaristas,
em uma propriedade de Santa Maria da Boa Vista (PE)

O emprego público e o comércio também são fontes de rendimento para as famílias da AID. No conjunto das famílias que afirmaram ter, pelo menos um membro com emprego público, estão principalmente as categorias de professores, agentes comunitários de saúde e outros servidores municipais. Em relação ao comércio é importante registrar que em todas as localidades rurais existem bares, quitandas, mercadinhos e outros estabelecimentos comerciais.

O uso da mão de obra feminina tem sido ampliado no trabalho na roça, principalmente nos períodos de transplante das mudas de cebolas e limpeza dos canteiros, nas médias e grandes propriedades rurais. É importante lembrar que, a exemplo do que acontece no país, muitas das mulheres entrevistadas, são responsáveis pelo suprimento da família, quer sejam separadas ou mães solteiras. Para garantir a sua sobrevivência e a de seus filhos, elas são recrutadas como diaristas e o pagamento que recebem é sempre menor

(de treze a quinze reais) do que o estabelecido para aos homens (de 17 a 20 reais). Apesar da discordância das mulheres alegando, os homens, que geralmente são os contratadores, garantem que o trabalho que executam é mais pesado e portanto, é justo receber mais.

O trabalho feminino está integrado, também, ao cotidiano das atividades produtivas de um modo geral, seja como assalariadas permanentes ou temporárias nas empresas agrícolas, ou, seja como meeiras arrendatárias ou diaristas nos plantios de margens e ilhas dentro da sazonalidade e informalidade própria das relações de trabalho presentes nesse espaço.



Figura 2.56
Mulher ocupada na colheita, lavagem
embalagem de melão -Curaçá – BA

Para garantir a sobrevivência, a família soma os esforços de todos na lida da roça. Durante a pesquisa de campo foram registradas a participação de crianças no trabalho na roça e quando foram entrevistadas responderam que vão à escola e que fazem pequenos serviços nas horas de folga. Mas, nos municípios pesquisados, ainda são encontradas nas áreas da caatinga, crianças que nunca foram à escola, tanto pela distância da escola para o local onde reside, quanto pela necessidade de, desde cedo, integrar a força de trabalho familiar.

Outras atividades consideradas como fonte da renda familiar que não surgiu como registros na pesquisa são as fateiras, os oleiros que trabalham como empregados nas cerâmicas existentes na margem do rio, no perímetro urbano de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá, e as ceramistas que produzem artefatos de barro em algumas ilhas e vendem seus produtos na feira de Santa Maria da Boa Vista, que ainda é o espaço mais importante do comércio na AID da UHE Riacho Seco.



Figura 2.57
Oleiro fazendo tijolos



Figura 2.58
Ceramistas - Atividade em extinção

Em Santa Maria da Boa Vista, verifica-se outra atividade onde a presença feminina é muito forte. Fateiras são as mulheres que realizam esse trabalho como única forma de renda, embora já se veja homens engajados nessa atividade. Elas utilizam as margens do cais e as águas do rio, limpando e cozinhando em latas reaproveitadas, as vísceras dos animais abatidos no matadouro municipal e que usam para consumo, mas sobretudo, para venda no mercado público, que depois são consumidas nos bares da cidade e pela população de baixa renda.

2.8 Preço de terras e benfeitorias

A implantação de grandes empreendimentos de um modo geral, implica na necessidade de desapropriar terras e benfeitorias. No caso da UHE Riacho Seco, deverão ser indenizados os proprietários das terras localizadas na cota de inundação do reservatório e na Área de Preservação Permanente – APP, de acordo com a legislação vigente.

Os estudos antrópicos da UHE Riacho Seco foram realizados em duas etapas, sendo a primeira entre 2005 e 2006, e a segunda entre 2008 e 2009. Durante a segunda etapa dos estudos, foram realizados levantamentos de campo para identificar as propriedades que serão atingidas.

2.8.1 Procedimentos metodológicos específicos

O levantamento de preços de terras e benfeitorias levou em consideração o cenário apresentado, a seguir.

De acordo com a legislação vigente, o empreendimento da UHE Riacho Seco, só terá sua construção iniciada após o processo de análise e aprovação do seu estudo de Impacto Ambiental – EIA, emissão da licença Prévia – LP pelo Ibama como órgão licenciado ambiental, conclusão do processo de licitação a ser conduzido pela Aneel para definição do empreendedor que será responsável pela implantação e gestão da hidrelétrica, e finalmente, a aprovação do Plano Básico Ambiental – PBA que resultará na emissão da Licença Ambiental de Instalação – LI.

A execução desta sucessão de procedimentos e atendimento às exigências legais resultarão em um período de vários anos decorridos entre a conclusão do EIA e o início

efetivo do processo indenizatório para desocupação da área e enchimento do reservatório.

Neste cenário, considerando a flutuação de preços de mercado que ocorre naturalmente, influenciada pela realidade local e principalmente pela especulação imobiliária gerada na região, como impacto direto da UHE Riacho Seco, a equipe técnica decidiu utilizar dados de levantamentos desenvolvidos pela Codevasf na área de influência do empreendimento, cuja apresentação terá como objetivo apenas oferecer uma referência de preços das terras e benfeitorias, considerando que estes valores não serão utilizados no processo de indenização, na fase de construção.

É importante considerar que na época da construção, será indispensável a realização de levantamentos específicos de preços pelo empreendedor, diante da realidade local que irá definir os preços de mercado que irão embasar o processo de negociação e indenização.

Dessa forma, a equipe técnica considerou desnecessária a realização de levantamentos detalhados de preços de terras e benfeitorias nesta etapa dos estudos, uma vez que os referidos valores são definidos em função de diversas variáveis que serão modificadas ao longo dos próximos anos e que não poderão ser usados para indenização das terras e benfeitorias, na fase de construção por estarem defasados. Por este motivo neste estudo serão utilizados valores de referência praticados pela Codevasf, na Área de Influência da UHE Riacho Seco, que na sua elaboração utilizou como metodologia o Método Combinado de Ross – Heidecke.

2.8.2 Valores de referência

a) Edificações

Tabela 2.19
Valores de referências de benfeitorias

Tipo de edificação	Unidade	Valor (R\$)
Tipo A – taipa, sem reboco, sem forro, piso terra		
Bom estado	m ²	18,24
Regular	m ²	12,76
Fraco	m ²	5,46
Tipo B – taipa sem reboco, piso cimentado		
Bom estado	m ²	22,80
Regular	m ²	15,96
Fraco	m ²	6,84
Tipo C – adobe, sem reboco, sem forro, piso terra		
Bom estado	m ²	60,80
Regular	m ²	42,56
Fraco	m ²	18,26
Tipo D – adobe, sem reboco, piso cimentado		
Bom estado	m ²	76,00
Regular	m ²	53,00
Fraco	m ²	22,80
Tipo E – adobe, com reboco, piso cimentado		
Bom estado	m ²	91,20
Regular	m ²	63,84
Fraco	m ²	27,39
Tipo F – alvenaria, s/reboco, s/forro, piso cimentado		

Tipo de edificação	Unidade	Valor (R\$)
Bom estado	m ²	91,20
Regular	m ²	63,84
Fraco	m ²	27,39
Tipo G – alvenaria com reboco, s/forro, piso cimentado		
Bom estado	m ²	106,40
Regular	m ²	74,48
Fraco	m ²	31,95
Tipo H – alvenaria com reboco, c/forro, piso cimentado		
Bom estado	m ²	121,60
Regular	m ²	85,12
Fraco	m ²	36,52

Fonte: Codevasf (2009).

b) Cerca

Tabela 2.20
Valores de referências de benfeitorias

Tipo de Cerca	Unidade	Valor (R\$)
Cerca de faxina, sem arame		
Bom estado	m	1,52
Regular	m	1,06
Fraco	m	0,45
Cerca de faxina, com 2 fios		
Bom estado	m	2,43
Regular	m	1,59
Fraco	m	0,73
Cerca de faxina, com 3 fios		
Bom estado	m	2,73
Regular	m	1,85
Fraco	m	0,82
Cerca de arame farpado, com 4 e 5 fios		
Bom estado	m	3,34
Regular	m	2,39
Fraco	m	1,00
Cerca de arame farpado, com 6 e 7 fios		
Bom estado	m	4,56
Regular	m	3,19
Fraco	m	1,36
Cerca de arame farpado, com 8 e 9 fios		
Bom estado	m	5,00
Regular	m	3,45
Fraco	m	1,46
Cerca de arame farpado, com 10 e 11 fios		
Bom estado	m	5,32
Regular	m	3,72
Fraco	m	1,59
Cerca de arame farpado, com 12 e 13 fios		
Bom estado	m	5,77
Regular	m	3,99
Fraco	m	1,73

Fonte: Codevasf (2009).

c) Culturas

Tabela 2.21
Valores de referências de benfeitorias

Tipo de cultura	Unidade	Valor (R\$)
Bananeira	touc	9,50
Mangueira		
Até 2 anos de idade	pé	41,10
Até 3 anos de idade	pé	120,00
Goiabeira		
Até 2 anos de idade	pé	16,00
Até 3 anos de idade	pé	30,00
Acima de 3 anos	pé	40,00
Coqueiro		
Até 2 anos de idade	pé	28,50
Até 3 anos de idade	pé	48,00
Acima de 3 anos	pé	60,00

Fonte: Codevasf (2009).

d) Terra nua

Com base nos diversos tipos de solo identificados neste estudo e nas entrevistas realizadas com os produtores, pode-se estimar alguns valores mais específico da terra nua, em termos médios, reais, conforme apresentado na tabela, a seguir.

Tabela 2.22
Preço médio/ha de terra nua na AID

Terra nua	Valores (R\$)	
	Mínimo	Máximo
Terra de várzea (Terraços Fluviais e ilhas)	1.500,00	3.500,00
Terras dos Tabuleiros e Terras das Superfícies Cársticas	1.000,00	2.500,00
Terras das Pediplanos aptos	500,00	1.500,00
Terras dos Pediplanos inaptos	150,00	500,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

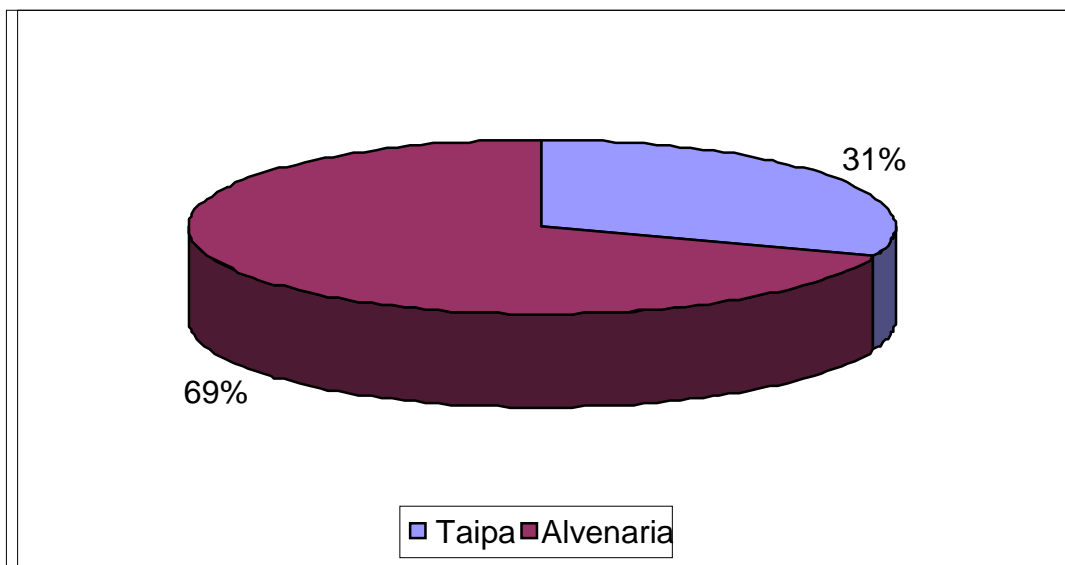
A implantação de grandes empreendimentos de um modo geral, implica na necessidade de desapropriar terras e benfeitorias. No caso da UHE Riacho Seco, deverão ser indenizados os proprietários das terras localizadas na cota de inundação do reservatório e na Área de Preservação Permanente – APP, de acordo com a legislação vigente.

Os estudos socioeconômicos da UHE Riacho Seco foram realizados em duas etapas, sendo a primeira entre 2005 e 2006, e a segunda entre 2008 e 2009. Durante a segunda etapa dos estudos, foram realizados levantamentos de campo para identificar as propriedades que serão atingidas.

2.9 Modos de vida

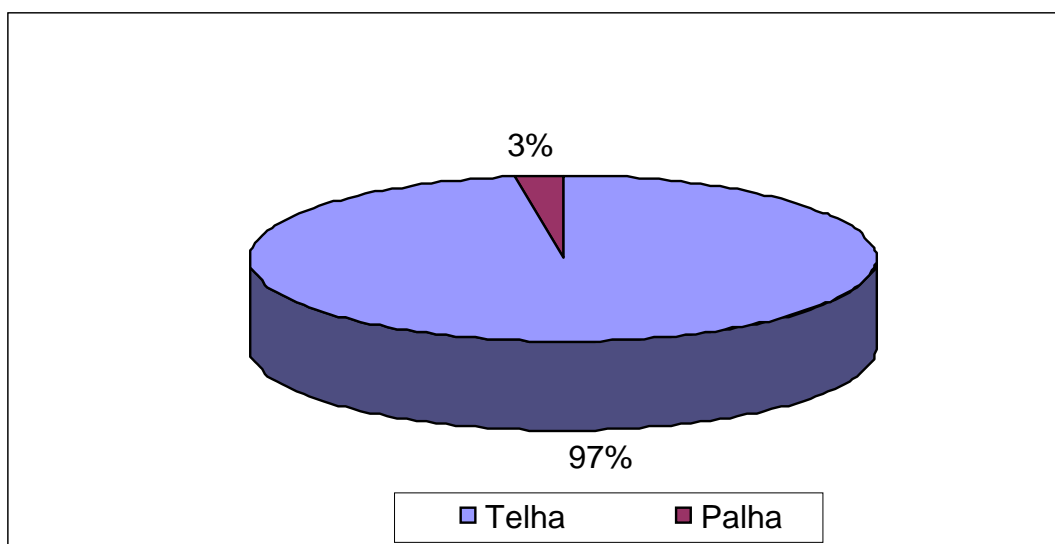
2.9.1 Condições de habitação

A maioria das habitações situadas na AID da UHE Riacho Seco, estão localizadas nas sedes municipais de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá, em pequenos aglomerados rurais que recebem diversas denominações, como fazenda, vila e comunidade e projetos de reforma agrária federais e estaduais. Essas habitações, em sua maioria, são de alvenaria (69,5%), cobertas de telha (97,0%) e com piso de cimento (70,70%), conforme apresentado nas figuras, a seguir.



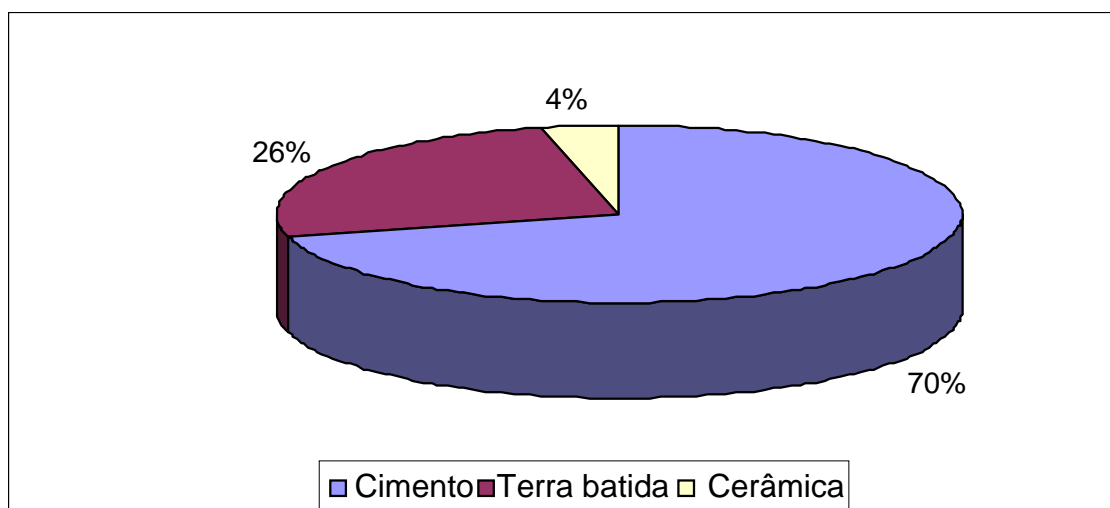
Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.59
Tipo de construção das moradias na AID da UHE Riacho Seco



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.60
Tipo de cobertura das moradias da AID da UHE Riacho Seco



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

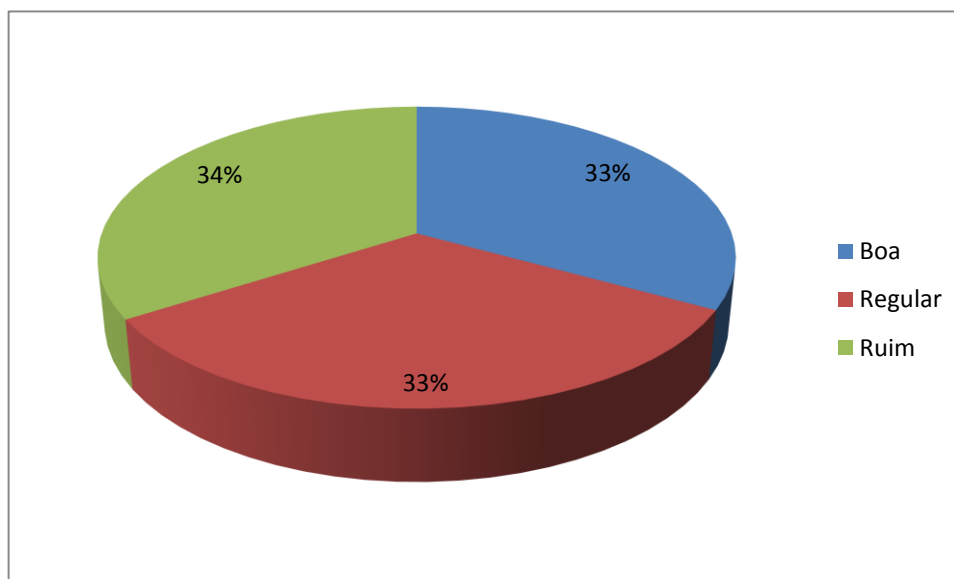
Figura 2.61
Tipo de piso das moradias da AID da UHE Riacho Seco

Este perfil é o resultado de vários programas governamentais de combate ao barbeiro e ainda da implantação dos assentamentos através do Incra, da CAR e da Funtepe. Cabe esclarecer que os programas habitacionais de casas populares, apesar de atender a um grande número de moradias, ainda não são suficiente para atender às necessidades locais. Este fato está evidenciado pelo expressivo número de habitações de taipa ainda existentes nas áreas rurais, a exemplo das localidades de Tamaquiús e Cupira, em Santa Maria da Boa Vista (PE), e Fazenda do Meio, Ferrete, Lagoa I e II, em Curaçá (BA). Na pesquisa qualitativa realizada, elas aparecem com uma frequência de até 31%.

Além da implantação dos programas Para que seja entendido o alto índice de habitações com cobertura de telha também pode ser explicado pelo fato de ocorrer uma escassez da palha na região, já que as palmeiras, inclusive a Carnaúba, foram dizimadas pelo plantio e pastagens extensivas. Também é comum encontrar amontoados, nos cantos dos terrenos das casas, material de construção como telhas e tijolos que serão usados na melhoria dessas habitações, á proporção que haja alguma sobre financeira no orçamento da família que permita fazer as obras.

O piso de terra batida que aparece em 26,0% das moradias visitadas, está relacionado ao costume da região, bem como à abundância deste material. O piso de cerâmica (4,0 %) aparece nas casas que passaram por reformas e pertencem àquelas famílias com melhores posses.

A maioria das casas é própria ou cedida, apenas nas áreas urbanas existem casas alugadas, ficando os cuidados com a conservação e melhoria, das moradias na dependência dos escassos recursos financeiros das famílias, que priorizam sempre alimentação e outras necessidades básicas. Dessa forma, neste quesito a maioria das moradias aparece entre “regular” e “ruim” sendo ambos com 32% (Figura 2.62).



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.62

Estado de conservação das moradias da AID da UHE Riacho Seco

As moradias que foram construídas através dos programas de governo têm o perfil próprio das chamadas “casas populares”, com a seguinte divisão de cômodos: uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro e quase sempre, um pequeno terraço (Figura 2.63 A, B e C). As condições de higiene não são ideais, mas são melhores que as encontradas nas casas de taipa.

É importante frisar que, nos assentamentos promovidos pelos Governos de Pernambuco (Funtepe) e Bahia (CAR), as casas são mais simples, menores e sem acabamento, com o reboco. Isso acontece porque todo o investimento é feito através de empréstimos onde os beneficiários pagam, de acordo com a política de cada financiamento. Como a construção sem acabamento fica mais barata, isso representa uma redução significativa no montante da dívida a ser assumida pelas famílias. Muitas vezes, a intenção desses assentados é, no futuro, ir agregando valor a essas moradias, inclusive aumentando o número de cômodos.



Figura 2.63 A, B e C

Vista da comunidade Curralinho em Curaçá –BA (à esquerda), exemplo de moradia beneficiada com ação de combate ao barbeiro, e casas de assentamentos da Funtepe em Santa Maria da Boa Vista – PE (no centro), e em Lagoa Grande – PE (à direita), apresentando modelo padrão de habitação desse tipo de assentamento

Ao longo da AID, são encontrados também algumas comunidades formadas por pequenos aglomerados de moradias, dentro de fazendas antigas que, por não terem sido alcançados pelos programas habitacionais do Governo, ainda vivem em casas de taipa em condições precaríssimas, sem acesso à água, e à energia, vivendo no conformismo do “Deus proverá”. Notadamente em Curaçá, as famílias se juntam ao redor de pequenas propriedades que receberam por herança, formando um conjunto de quatro a cinco casas. Algumas chegam a ter seu próprio cemitério comprovando o nível de isolamento em que viviam. Hoje, na maioria delas, apenas os mais velhos permanecem no local e, por temerem a violência crescente, sonham em ir morar em outro lugar, embora lamentem ter que deixar o pedaço de terra onde sempre depositaram suas esperanças e a busca pela sobrevivência, fazendo isso ainda mesmo que cercados pela pobreza, de forma harmoniosa e conformista.

As casas de taipa possuem um desenho de construção bem particular: pé direito muito baixo, uma única ou no máximo duas janelas, sem portas internas e sem reboco. Não há preocupação com a aparência e muito menos com o conforto. Os cômodos são pequenos, sem a circulação de ar necessária, e a cozinha é como um apêndice - muitas vezes é apenas um espaço no fundo da casa, sem paredes. Não existe qualquer tipo de instalação sanitária e a população parece não se incomodar com o desconforto que isso traz. Algumas delas têm água encanada trazida da beira do rio. através de motor próprio.

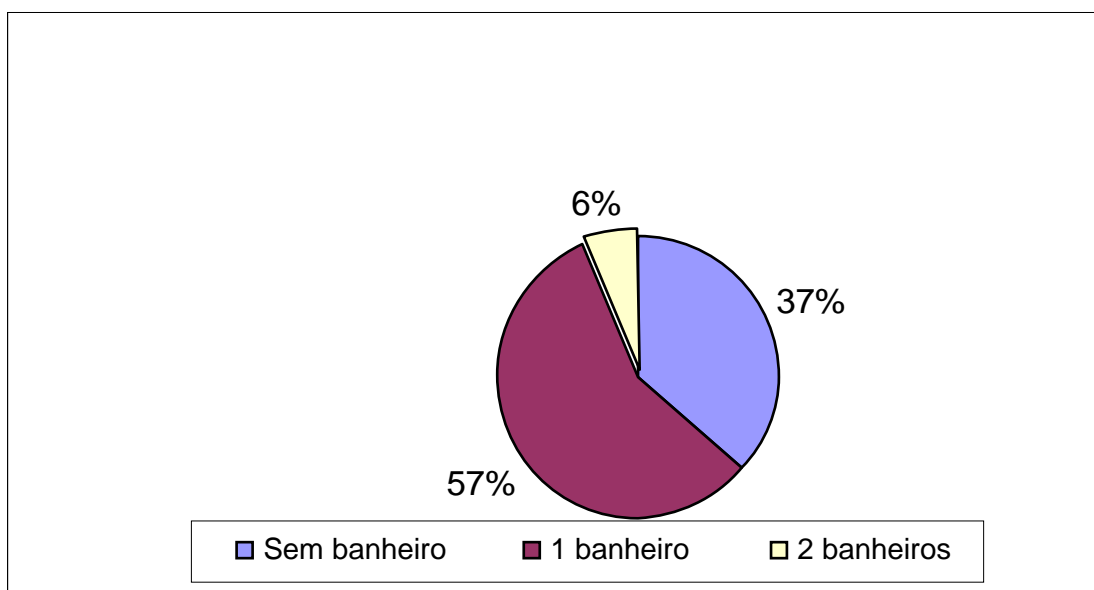


Figura 2.64 A, B e C

Residência de taipa sem banheiro e com a cozinha fora de casa: povoados Lagoa em Curaçá – BA (à esquerda), na Comunidade Tamaquiús e em Santa Maria da Boa Vista

Na AID do empreendimento, 63% das moradias têm banheiro (Figura 2.65). Este universo é representado, principalmente pelas sedes municipais e vilas dos assentamentos, cujos projetos residenciais contemplam as instalações sanitárias, e, em menor número, pelas localidades beneficiadas pelos programas de melhorias habitacionais. Contudo, a irregularidade do abastecimento d’água na região muitas vezes inviabiliza a utilização das instalações sanitárias existentes.

Outro ponto importante registrado na pesquisa qualitativa é o fato de que, fora dos assentamentos a realidade das casas da área rural é diferente: a maioria não tem nenhuma instalação sanitária. De acordo com a pesquisa realizada, esta situação ocorre em 37% de moradias da AID. Muito raramente, em algumas casas ribeirinhas, seus moradores fazem um cercado com a porta improvisada por uma cortina, que é usado para tomar banho. (Figura 2.66) Todas as necessidades fisiológicas são feitas no mato, nas proximidades da casa e do rio, o que é propício a contaminação.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.65
Número de moradias com banheiro
na AID da UHE Riacho Seco



Figura 2.66
Banheiro improvisado em moradia da
Fazenda Coroa, em Curaçá-BA

Nas localidades onde não existe água encanada, as roupas e utensílios doméstico são lavados no rio, dependurados nas cercas ou sobre pedras, compondo um tabuleiro de colorido vibrante. É comum que as pessoas que vivem mais próximas da caatinga, andem mais de 04 km para vir lavar roupas na beira do rio ou nos portos improvisados que existem nas ilhas. Trazem um farnel composto geralmente de feijão com farinha ou cuscuz, e ficam ali durante quase todo o dia, lavando e esperando que as roupas sequem para voltar para casa.



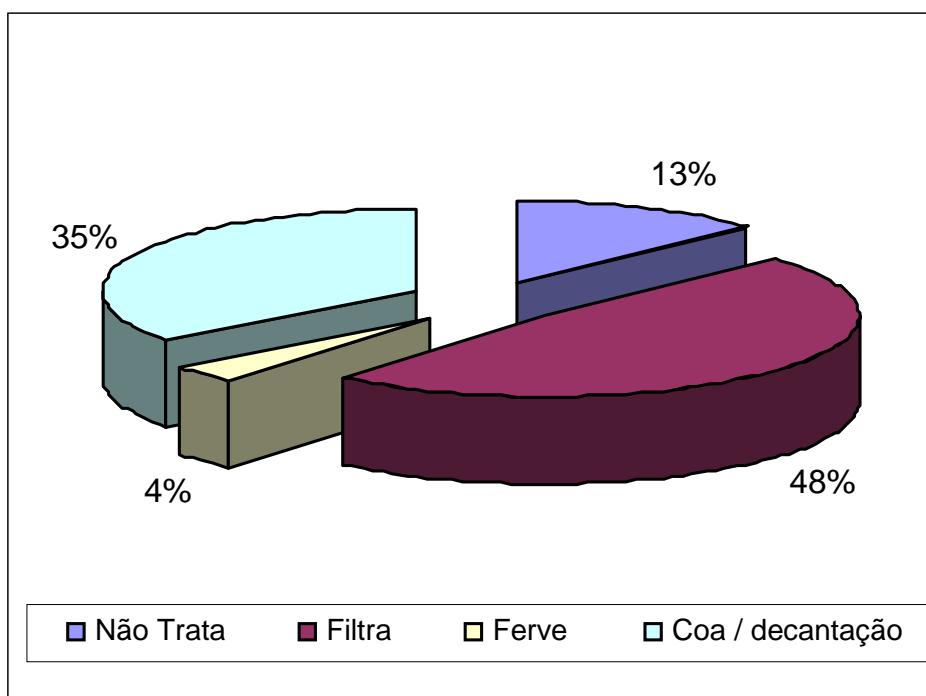
Figura 2.67 A e B
Roupas penduradas para secar nas moradias do assentamento Catalunha em Santa Maria da Boa Vista-PE,(à esquerda), e margem ribeirinha da localidade de Cerca de Pedra em Curaçá (BA)

2.9.2 Saneamento básico

As duas sedes municipais situadas na AID contam com sistemas de abastecimento d'água. Em Santa Maria da Boa Vista este serviço público está sob responsabilidade da Compesa, e Curaçá conta com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE ligado à Prefeitura. Os aglomerados rurais maiores, tanto na margem baiana quanto na pernambucana, têm seu próprio sistema de abastecimento de água, implementados pelas Prefeituras, cada uma com um arranjo particular. Entretanto, o tratamento d'água nem sempre é adequado. Para manter esse serviço, a comunidade paga uma taxa que varia entre R\$ 8,00 a R\$ 15,00 reais, incluindo o salário do responsável pelo abastecimento. Existem ainda situações onde, por conta da inadimplência das Prefeituras, a própria comunidade se cotizou para adquirir e manter os equipamentos, e arcar com os custos mensais necessários ao abastecimento, e ainda assim, a falta de pagamento inviabilizou a manutenção do serviço. É importante registrar que esse fato acirra os conflitos, prejudica as atividades produtivas e estimula a migração.

É imperioso ressaltar a inexistência de filtros em mais da metade das residências visitadas. O uso da água filtrada não é visto como um cuidado com a saúde. Quando se pergunta por que não usam filtros sequer nos estabelecimentos comerciais, a resposta é sempre a mesma: “a água já vem tratada”.

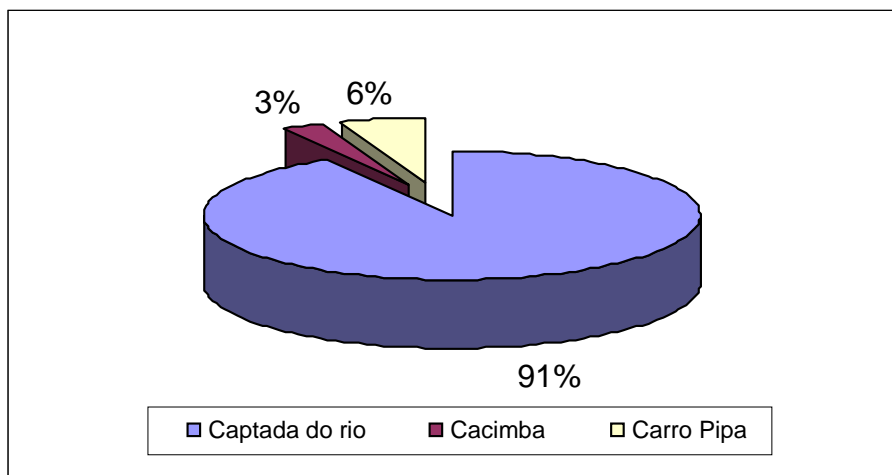
Na maioria das coletividades, os agentes comunitários de saúde fazem distribuição de cloro para que as famílias possam tratar a água para consumo, mas muitos reclamam do sabor e, portanto, não fazem disso um hábito. Por outro lado, a distribuição do cloro feita pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, é irregular. Também não se observa a prática de ferver a água, como prevenção das doenças de veiculação hídrica e, portanto as verminoses são recorrentes. Na figura, abaixo, se pode perceber que 48% dos entrevistados diz filtrar a água, 13% usa a água sem qualquer tratamento, 04% ferve antes de beber e 35% cõa ou deixa decantar nos potes ou nas garrafas, geralmente de PET, na geladeira.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.68
Tratamento de água na AID

Como demonstra a Figura 2.69, 91% da água consumida é captada diretamente do rio 6 % depende do carro pipa para seu abastecimento e 03% das famílias pesquisadas captam sua água em cacimba, e

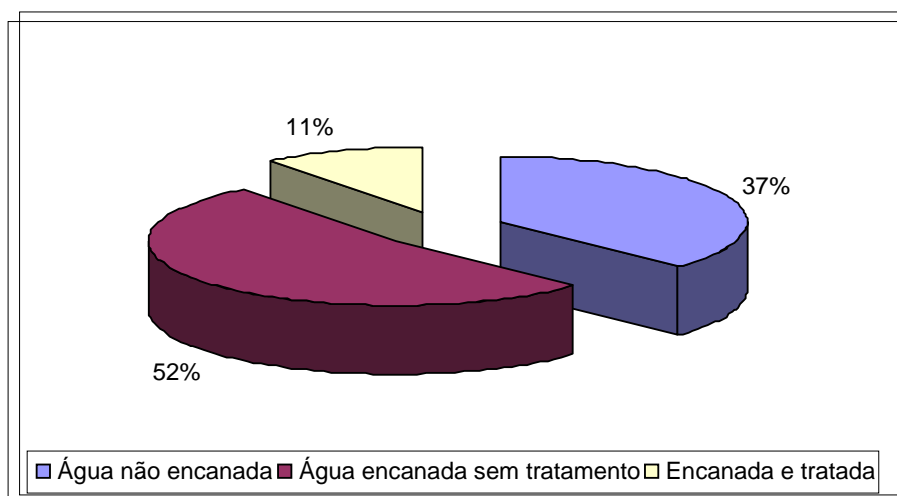


Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.69
Fonte de captação de água pelas comunidades da AID

Na Figura 2.70, constam as informações sobre as moradias situadas em localidades que captam água do rio. Da amostra entrevistada, 37% não têm acesso à água encanada. Geralmente, são casas que foram construídas após a implantação do sistema de captação e distribuição, fato que demonstra o quanto estes sistemas estão defasados em

relação à demanda e, necessitando de ampliação. Entre os que têm acesso a água encanada, 52% recebe água em seus domicílios sem tratamento e apenas 11% tem acesso a água tratada.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.70
Abastecimento de água nos domicílios da AID

Em relação aos resultados coletados nas entrevistas, é necessário ponderar sobre a situação o caso dos Projetos de Assentamento que estão falidos, como é o caso do Catalunha, Brilhante, e Vitória, e que não têm como produzir e, portanto, não possuem recursos para arcar com os custos de vários serviços comunitários. Desta forma, apesar das residências localizadas nestes assentamentos possuírem a infraestrutura necessária para o abastecimento com água encanada e tratada, as famílias não podem usufruir deste serviço. Para garantir o abastecimento doméstico, a população lança mão de carroças para buscar água no rio, muitas vezes distantes até mais de 03 km. Quem não possui uma carroça, paga R\$ 5,00 por 200 litros d'água. Durante a pesquisa de campo, foram vistas famílias transportando a água em vasilhames reutilizados de embalagens de agrotóxico.

Nas áreas onde o abastecimento d'água é feito através de carro pipa mantido pela Prefeitura, principalmente em Curaçá-BA, em função do atraso do pagamento deste serviço às empresas terceirizadas, a distribuição é suspensa por longos períodos, obrigando os moradores a pagar R\$ 120,00 reais por oito mil litros d'água de um carro pipa.

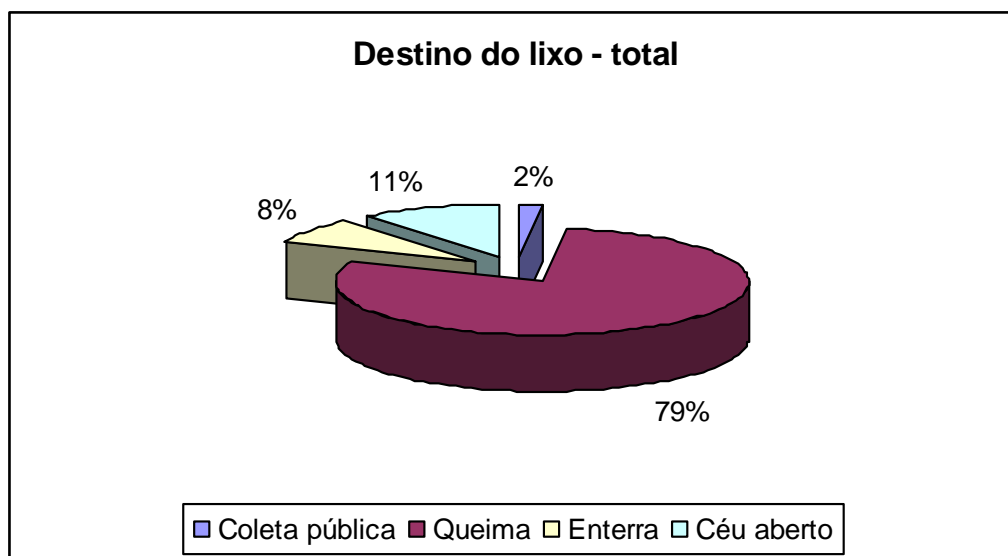
Deve-se registrar que o local onde a água é retirada para o abastecimento humano é o mesmo onde são lavados os utensílios e as roupas, e onde também se lavam as pessoas e os animais, como cavalos, jumentos e ainda, veículos. As margens também são utilizadas para depositar as fezes humanas e dos animais que por ali trafegam diariamente.



Figura 2.71 A e B
Carroça transportando água no assentamento Catalunha (à esquerda), e mulheres lavando roupa as margens do rio no assentamento Vitória (à direita), em Santa Maria da Boa Vista-PE

A pesquisa qualitativa também demonstrou que o lixo é um dos maiores problemas, quer do ponto de vista da saúde, quer do ponto de vista ambiental. Em toda a área da AID se vê lixo acumulado, principalmente na periferia das sedes municipais e das vilas rurais, nas margens das estradas e fazendas, e nos sítios na zona rural.

Nas sedes dos municípios da AID, a coleta é feita pelas Prefeituras duas vezes por semana. Na pesquisa realizada sobre a destinação do lixo (Figura 2.72) o que representa apenas 02% dos entrevistados cita a coleta do lixo pelo Serviço Público Municipal, pois o descarte do lixo a céu aberto e a queima é fato corriqueiro na área rural. A pesquisa mostrou que o hábito de queimar o lixo corresponde a 79% dos entrevistados. Aqueles que dizem enterrar o lixo (08%) não separam o orgânico e, portanto, não fazem uso da compostagem doméstica. É grande o número de famílias que declaram que jogam lixo doméstico a céu aberto (11%). O descarte de vasilhames e outras embalagens de agrotóxicos no terreno onde é feito o plantio é comum em toda a área rural (Figura 2.73 A e B). Não foi identificada, durante o período da pesquisa de campo, nenhuma ação de fiscalização quanto ao recolhimento desse material, como previsto na legislação vigente.



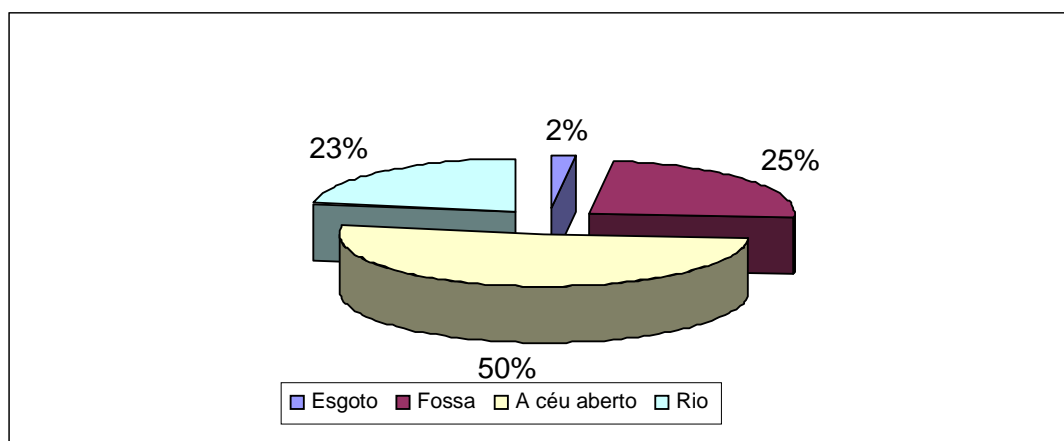
Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.72
Destino do lixo na AID



Figura 2.73 A e B
Vasilhames de agrotóxico próximo às áreas de plantio em Barra Grande – Curaçá (BA)

Na AID da UHE Riacho Seco, o destino dos dejetos humanos é também uma preocupação relegada a segundo plano pelo Serviço Público Municipal. Só existe rede de esgoto em parte da área urbana das sedes municipais. Como mostra a Figura 2.74, 50 % da população deposita as águas servidas e os excrementos, a céu aberto, sempre nas proximidades de suas casas e das roças, e 23% descartam diretamente no rio ou nas suas margens. O índice de 25% que possui fossa, mais uma vez está relacionado ao número de reassentados nos Projetos de Assentamentos do Incra e do Governo Estadual.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.74
Destino dos dejetos e águas servidas na AID

Na análise por município, conforme mostra a Tabela 2.23, Curaçá é o município que possui o maior percentual de famílias entrevistadas que afirmam lançar os dejetos e águas servidas nas águas do rio. Percebe-se também que, mesmo com a presença dos Projetos de Assentamentos e da atuação dos programas de melhoria de moradias, ainda é grande o número de residências que não contam com nenhuma estrutura de saneamento básico.

Tabela 2.23
Destino dos dejetos e água servidas (%)

Município	Destino dos dejetos e águas servidas (%)				Total
	Esgoto	Fossa	A céu aberto	Rio	
Lagoa Grande - PE	0,00	22,95	67,21	9,84	100,00
Santa Maria da Boa Vista - PE	2,43	32,04	53,40	12,14	100,00
Curaçá - BA	2,40	15,20	34,40	48,00	100,00
Juazeiro - BA	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

2.9.3 Saúde pública

Na área de Saúde Pública, os municípios da AID apresentam problemas em comuns, tais como:

- situação contratual inadequada dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família;
- locomoção dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS nas áreas de difícil acesso;
- dificuldades para atendimento às comunidades ribeirinhas;
- insegurança no uso de agrotóxicos, descarte das embalagens, contaminação do solo e do homem;
- violência nas áreas urbanas e rurais, em função do alcoolismo e das drogas, levando a um alto índice de homicídios;

- número alto de adolescentes gestantes.

Grande número de famílias por Unidade de Saúde da Família, o que dificulta a prestação da assistência de forma mais apropriada.

Deve-se registrar também o alto índice de anemia falciforme, cuja incidência pode estar diretamente relacionada às populações de étnicas dos quilombos. Os municípios da AID apresentam uma situação, que evidencia a necessidade de ampliação da cobertura assistencial, que envolve a aplicação de recursos públicos e precisa de estudos

Específicos para redefinição da localização dos equipamentos destinados à prestação da assistência à saúde local.

A carência de recursos e equipamentos, e a defasagem entre as necessidades da população e o número de profissionais disponíveis, desenham um perfil que não difere da situação atual da região Nordeste. Some-se a isso a ausência de ações focadas na educação e saúde ambiental, de saneamento básico e outras capazes de estruturar hábitos preventivos propulsores de qualidade de vida.

a) Estrutura de saúde pública nos municípios

Santa Maria da Boa Vista (PE)

A construção da UHE Riacho Seco deverá exercer significativa pressão sobre os serviços de saúde existentes nos municípios da AID. Eles estão habilitados na condição de Gestão Plena da Atenção Básica, de acordo com a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS/2002. Logo, são responsáveis pela gestão e execução da assistência ambulatorial básica (pediatria, clínica médica e ginecologia-obstetrícia), das ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Controle de Doenças.

É nas duas sedes municipais da AID que encontramos a maior oferta de serviços de saúde para a população da AID. A cidade de Santa Maria da Boa Vista conta com o Hospital Monsenhor Ângelo Sampaio, um Centro de Atenção Psicossocial, um Centro de Saúde da Mulher e o Centro de Saúde Raimundo Bedor (RX e imunobiológicos).



Figura 2.75 A e B
Hospital de Santa Maria da Boa Vista - vista do pátio, à esquerda, e da cozinha, à direita

O Hospital Municipal de Santa Maria da Boa Vista, conta com 99 leitos. Recentemente passou por reformas e inaugurou em meados de 2008, uma maternidade com quatro apartamentos onde a gestante, assistida em todo pré-natal, pode ter um acompanhante. O aleitamento materno é incentivado e existem salas apropriadas para a amamentação. O parto normal também é incentivado.

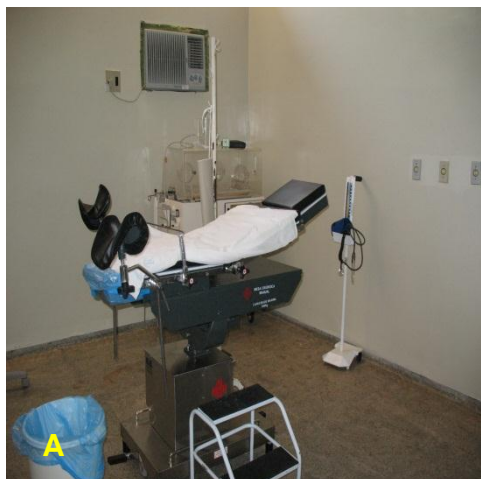


Figura 2.76 A e B
Hospital de Santa Maria da Boa Vista: sala de parto, à esquerda, e sala de aleitamento materno, à direita

A cobertura da atenção básica é precária em toda a AID. Em Santa Maria da Boa Vista só existe equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) na sede municipal, sendo uma equipe no Centro Raimundo Bedor, e outra no posto de saúde do bairro Santa Luzia e no posto da Fazenda Milano, que conta com uma unidade móvel que dá assistência aos postos de saúde dos Projetos de Assentamentos (PA) localizados ao longo da Estrada da Uva e às comunidades de Barro Alto, Tamaquiús, Nova Olinda e Curral Novo, mas o veículo que faz esse atendimento costuma apresentar defeitos de manutenção, acarretando a suspensão do benefício. As visitas, basicamente incluem consultas com clínico geral e um dentista que realiza exodontia. Os postos de saúde das localidades Cupira e PA Caraíbas II contam com um Agente de Saúde e uma enfermeira. As demais localidades só contam com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Os postos de saúde da sede apresentam melhor qualidade no atendimento e contam com maior número de médicos e de especialidades. O posto de saúde do PA Catalunha funciona precariamente principalmente quanto às instalações físicas e sanitárias. Não existe abastecimento d'água e parte do prédio foi invadida por algumas famílias que ali residem também precariamente, em péssimas condições de higiene. Os depoimentos recolhidos nas entrevistas realizadas nos levantamentos de campo informam que o atendimento é irregular e que a demanda reprimida é atendida no posto de saúde da Fazenda Milano. No momento da pesquisa o atendimento do Posto do PA Catalunha encontrava-se suspenso.



Figura 2.77 A e B

Recepção do posto de saúde da Fazenda Milano, à esquerda, e posto de saúde do PA Catalunha em péssimas condições, à direita

Lagoa Grande (PE)

Em Lagoa Grande, a população residente na AID conta com o posto de saúde de Malhada Real e com a atuação dos ACS, mas para fazer consultas médicas e ter acesso a outros serviços de saúde básicos, recorrem ao posto de saúde do Distrito de Vermelhos (localidade fora da AID), que conta com uma equipe do PSF.

Curaçá (BA)

E em Curaçá, existe Policlínica que dispõe de ginecologia, pediatria, ultrassonografia, fisioterapia, clínica médica, cardiologia, endocrinologia, nutrição, enfermagem e farmácia básica, um Centro de Atenção Psicossocial, e um Hospital Geral com 32 leitos.

Os hospitais realizam intervenções de relativa complexidade, mas não contam com médicos especializados nem com Unidade de Tratamento Intensivo - UTI. Os pacientes que não podem ser atendidos por falta de vagas ou de profissionais especializados, ou pela complexidade do diagnóstico, são encaminhados para Juazeiro e Petrolina, ou ainda para as capitais Recife e Salvador. Na margem baiana, muitas vezes a referência para deslocamentos é Salvador, que fica a 592 km de distância, pois Juazeiro, distante 90 km, não tem capacidade para atender nem a sua própria demanda.

Em Curaçá só existe equipe do PSF e postos de saúde na sede municipal e nas vilas dos distritos. Nenhuma dessas vilas está localizada no trecho a montante do futuro reservatório da UHE Riacho Seco. Dessa forma, as localidades ribeirinhas do entorno do reservatório só contam com a atuação dos ACS.



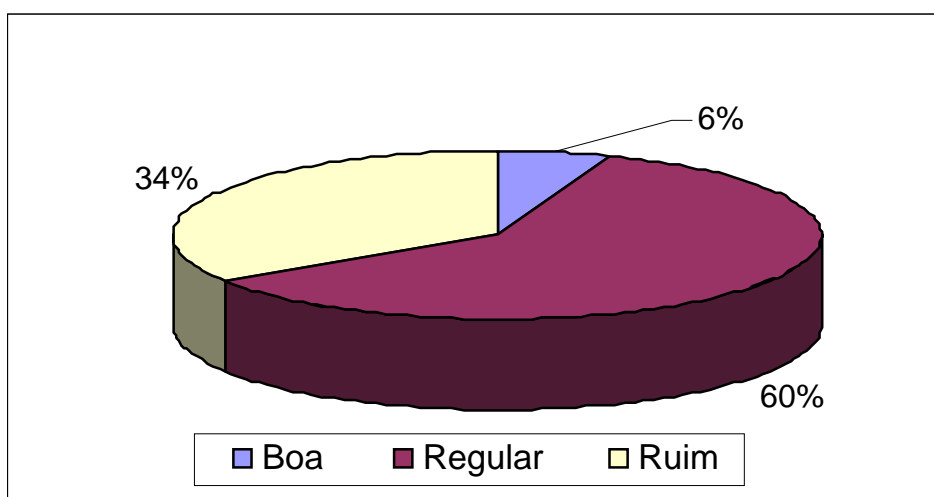
Figura 2.78 A e B
Hospital de Curaçá: área de circulação,
à direita, e enfermaria, à esquerda

Juazeiro (BA)

Em Juazeiro, as localidades situados no trecho da AID só contam com o trabalho dos ACS. Quando necessitam de consulta medica ou outros serviços de saúde básicos, recorrem ao postos de saúde da vila do Distrito de Itamotinga ou dos núcleos habitacionais do Projeto Curaçá, que estão fora da AID do empreendimento.

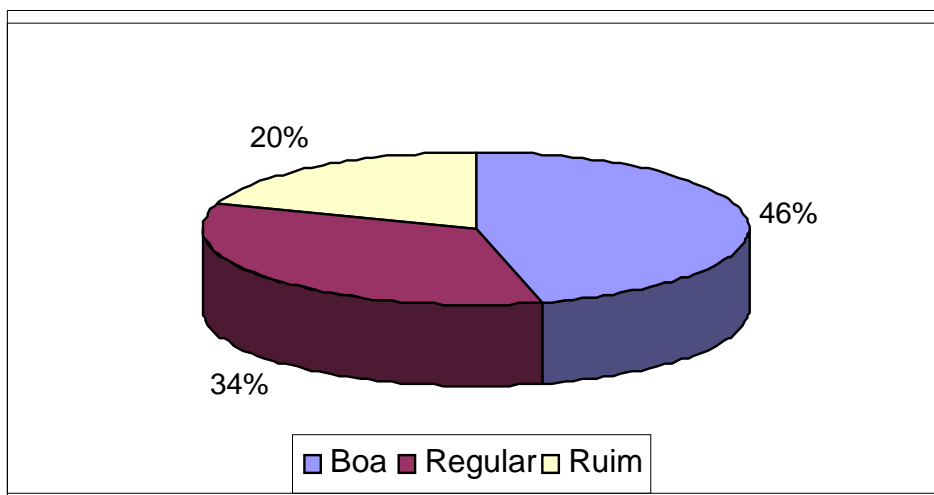
b) Situação da saúde pública na AID

A Figura 2.79 e Figura 2.80 demonstram as considerações feitas pela população pesquisada em relação ao atendimento nos hospitais e postos de saúde localizados na AID da UHE Riacho Seco. Fica claro que a percepção da população sobre a qualidade dos serviços prestados nos postos de saúde (ruim 34%) é considerada como mais deficiente do que aqueles realizados nos hospitais (ruim 20%).



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.79
Qualidade do atendimento - Posto de Saúde



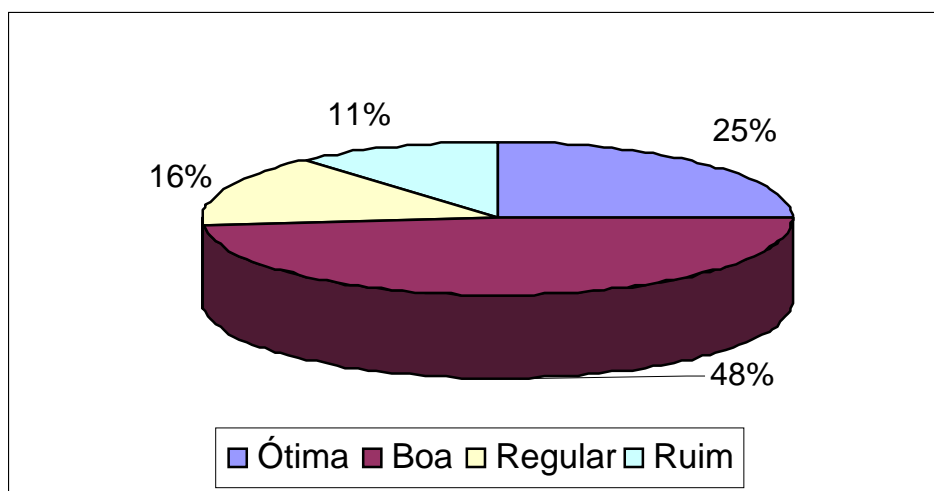
Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.80
Qualidade do atendimento – Hospital

O item distribuição de remédios mediante consulta médica, que todos os agentes e população entrevistada confirmam existir, justifica os índices de qualidade somados na pesquisa no que tange ao atendimento nos hospitais e postos de saúde de ambas as margens. Entretanto, pesquisa qualitativa onde o entrevistado discorre com mais detalhes sobre a natureza do atendimento de saúde de ambos os municípios, os índices de qualidade no atendimento tendem a cair, principalmente quando eles estão relacionados ao absenteísmo dos profissionais e à descontinuidade que alguns tipos de atendimento sofrem como, por exemplo, a Unidade Móvel de Santa Maria da Boa Vista.

A gravidez precoce vem diminuindo, conforme declarações de diretores de escolas e agentes de saúde da área pesquisada, mas a idade média da primeira gravidez, na área da AID, ainda se mantém igual ou menor de 16 anos. Entretanto, em alguns assentamentos onde os problemas sociais são exacerbados pela falta de ocupação e, conseqüentemente, de renda, existem casos de prostituição infantil e pedofilia, já denunciados ao Conselho Tutelar que segundo informações da população, não tem uma atuação pertinente.

Nas entrevistas com os ACS pode-se constatar a disparidade de conhecimento, experiência e qualidade do trabalho. Algumas relatam ter feito cursos de capacitação, mas consideram que existe a necessidade de atualização. Não existem programas ou ações estruturados e planejados para atuar com os problemas de cada localidade. A atuação da maioria delas é generalizada e se atêm aos problemas de hipertensão e orientação às gestantes. A realização de palestras educativas é muito esporádica e esta relacionada, também, à sensibilidade e desempenho dos professores, já que são nas escolas onde ocorrem as reuniões. Apesar disso, a população atendida considera que o desempenho dos agentes é ótimo (25%) ou bom (48%), conforme figura, abaixo.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.81
Qualidade do atendimento dos ACS na AID

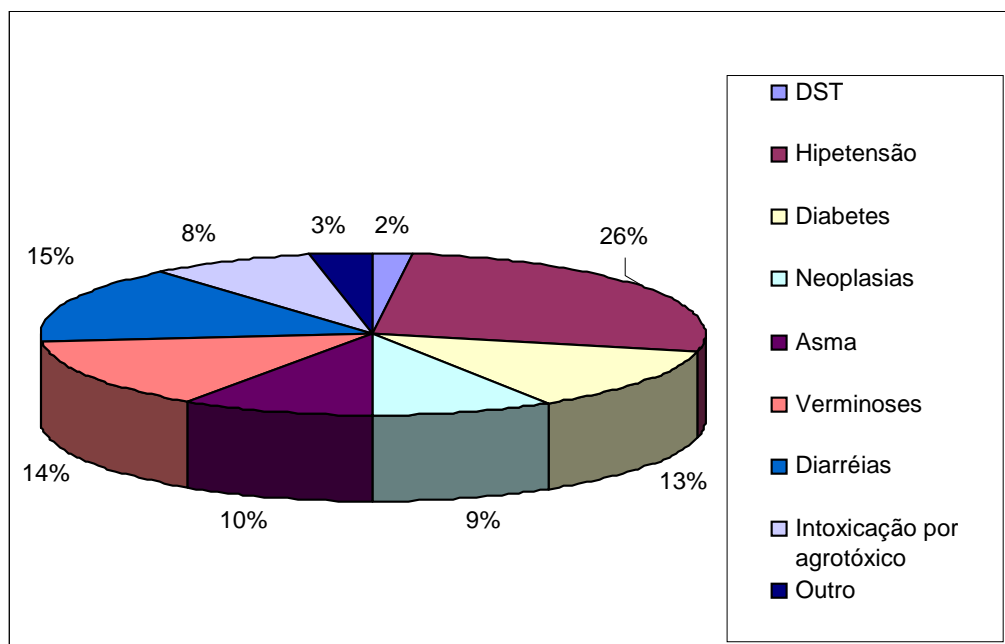
A subnutrição, principalmente em crianças, não é relevante na área da AID da UHE Riacho Seco. Em algumas comunidades alvo da pesquisa, a Pastoral da Terra iniciou um trabalho com a utilização da multimistura (suplemento alimentar de baixo custo preparado pelas agentes sob orientação das missionárias da Pastoral) para atender aos casos registrados e acompanhados pelos ACS.

Para pesquisar as doenças mais frequentes, além de registrar a livre manifestação dos entrevistados, foi solicitado que eles indicassem a existência de casos de determinadas doenças em suas famílias. A Figura 2.82, apresenta o resultado das colocações dos entrevistados.

Verifica-se que a hipertensão é a doença mais frequente (26%), que além de outros fatores, está associada ao elevado consumo de sal na alimentação. Em seguida vêm às diarreias (15%) e verminoses (14%), o que é compatível principalmente com a falta de hábitos de higiene e tratamento da água.

O índice de diabetes (13%), asma (10%) e de neoplasias (11%) também merece destaque. Também chama a atenção o índice de intoxicação por agrotóxico (08%), que confirma o uso sem os cuidados necessários. Há que se registrar que os casos de HIV na AID, (02%), são difíceis de serem contabilizados mesmo nas estatísticas oficiais, já que os casos identificados nos municípios são encaminhados e tratados em Juazeiro e Petrolina, quando não são dissimulados pelo preconceito ainda muito forte na região.

Todos os entrevistados dizem que usam remédios caseiros (fitoterapia) que aprenderam com os mais velhos, mas nada que possa demonstrar um conhecimento mais aprofundado das ervas. Os mais novos parecem ter vergonha de admitir que usam esse saber e de que lançam mão da rezadeira para a cura de seus males.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.82
Doenças mais frequentes nas famílias da AID

Nos quintais, em geral, não existem canteiros com ervas, nem cultivo de temperos. Os que afirmam utilizar, dizem que “pegam na roça” o que não significa que exista uma deliberação em manter essas ervas como uma farmácia natural. As plantas mais usadas são: erva cidreira, capim santo, malva, boldo, e camomila, conforme foram citados durante as entrevistas.

Outro dado relevante registrado na pesquisa foi à existência de parteiras e rezadeiras. Fato que está associado a presença marcante de comunidades tradicionais na AID, pelo forte traço de religiosidade e por guardar práticas culturais singulares, como pode ser observado nas tabelas, a seguir.

Tabela 2.24
Número de parteiras por municípios da AID

Municípios	Quantidades
Lagoa Grande – PE	01
Santa Maria da Boa Vista –PE	11
Curaçá – BA	04
Juazeiro - BA	00
Total	16

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Tabela 2.25
Número de rezadeiras por municípios da AID

Municípios	Quantidades
Lagoa Grande – PE	04
Santa Maria da Boa Vista –PE	12
Curaçá – BA	07
Juazeiro - BA	00
Total	23

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

A dieta da população da AID é pobre em nutriente. O consumo de frutas e verduras é reduzido, dando lugar, principalmente, ao consumo de produtos industrializados de segunda linha. O advento da irrigação na região vem eliminando o hábito do plantio de hortifrutigranjeiros e o cultivo das hortas domésticas, influenciando, também, na redução dos plantios de subsistência. Ainda que muitas vezes, sobre a égide da sorte da flutuação do mercado, as famílias se ocupam nos lotes irrigados onde plantam cebola, banana e melão entre outros, reservando para a macaxeira, o feijão e as hortaliças, a periferia dos lotes, resultando numa produção insignificante, mesmo para o consumo doméstico.

Essa realidade transfere o abastecimento desses itens para os mercadinhos das sedes, dos povoados e dos assentamentos. Segundo os entrevistados da área rural, mesmo sendo o dinheiro sempre escasso, os produtos industrializados como biscoitos, enlatados em geral e até frango congelado, são os preferidos na lista da feira, influenciados pelas novas formas de consumo das famílias estimulado pela propaganda veiculada pelo rádio e a televisão. Surpreendentemente, muitos dizem não gostar de consumir galinha de capoeira, “por que tem nojo”, já que os animais são criados soltos se alimentando principalmente de frutas na época das safras e das fezes de animais e humanos.



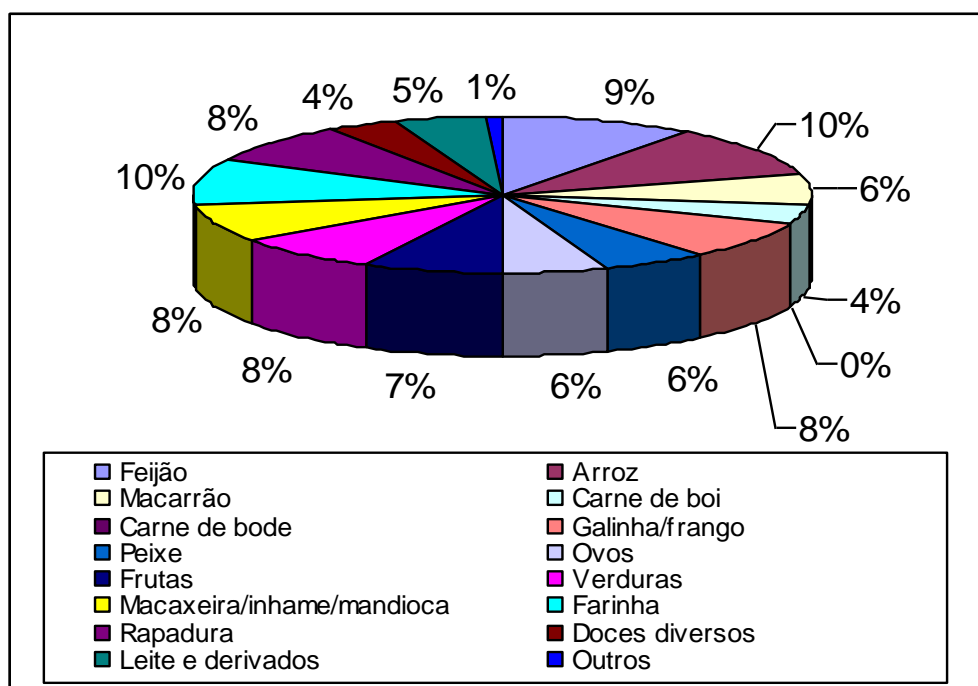
Figura 2.83
Mercado Municipal de Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 2.84
Feira em Curaçá com barracas de bebidas

A Figura 2.85, demonstra que a dieta da região é pobre em proteínas e as fontes de carboidratos como arroz, feijão, farinha e macarrão, continuam a ser os itens mais

consumidos. Apesar do desconhecimento do seu valor alimentar, as frutas e as verduras são consumidas em função da disponibilidade nas áreas rurais, durante as épocas de safra, ou adquiridas nas feiras das sedes municipais.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.85
Alimentos mais consumidos

Curiosamente, o peixe e o frango, são mais consumidos do que a carne de boi e de bode. Na verdade a criação de caprinos realizada na região, se constituem uma espécie de “poupança”, o que significa que o criatório não tem como função primeira, alimentar a família. Outro fato curioso observado no Mercado Público de Santa Maria da Boa Vista, é que os feirantes não vendem pequenas quantidades de carne de bode, chegando a refugar a venda se o comprador pedir menos de três quilos da carne. O comprador se vê praticamente, obrigado a adquirir pelo menos, um quarto do animal, cujo preço gira em torno de R\$ 9,00 reais o quilo. Diante disso ele dirige sua escolha para as carnes menos nobres para as vísceras, o que em última análise, acaba por contribuir para os índices de hipertensão registrado na pesquisa em função da gordura existente.

Nos quintais das casas existentes nas vilas, aglomerados isolados e sedes municipais, é comum ver frutas, como mamão e goiabas, apodrecerem por não serem consumidas. A grande maioria dos entrevistados disse não conhecer as formas caseiras de preparar doces e compotas, e que preferem os industrializados. Essa afirmação reforça a constatação da perda dos traços culturais que inclui o preparo de doces e compotas, como forma de aproveitar e conservar alimentos, principalmente na entressafra.

As casas de farinha também estão desaparecendo, apesar de ser um produto amplamente consumido na região. Hoje a farinha é adquirida nos mercados públicos e

mercadinhos locais, pela quase totalidade dos entrevistados. Sob as formas de apresentação mais variadas, como cor, textura e origem, a farinha industrializada concorre com o produto fabricado na região, que comprovadamente possui qualidade inferior.

É importante registrar que na sede do município de Santa Maria da Boa Vista, existe uma casa de farinha que é administrada pela Prefeitura (embora construída recentemente, está com os fornos rachados), que cobra 10% da produção beneficiada. Somados os custos de produção, transporte e do pessoal envolvido no processo da “desmancha”, é mais interessante adquirir o produto nas feiras, como foi relatado pelos entrevistados.

Dessa forma, os elos dessa cadeia se entrelaçam e pouco a pouco vão substituindo os costumes alimentares e as formas artesanais e culturais de produzi-los. O beiju já não faz parte da alimentação; foi substituído pelo cuscuz, cuja massa também é comprada nos mercadinhos. É importante registrar que nem mesmo entre as populações quilombolas, esse costume alimentar foi preservado.

2.9.4 Educação

a) Condições de educação nas localidades da AII

Entre os municípios que integram a Área de Influência Direta da UHE de Riacho Seco há o que se pode considerar uma fusão, quando se trata de educação e saúde. Diante da proximidade entre eles e a própria dificuldade de acesso a esses serviços por parte dos ilhéus, ribeirinhos e catingueiros que residem na Área de Abrangência deste diagnóstico, a população busca receber estes benefícios, independentemente de seu domicílio.

Os alunos que residem na área rural, quando necessitam cursar as séries finais do Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, precisam recorrer às sedes municipais ou às vilas dos distritos mais próximos. Em Santa Maria da Boa Vista, a sede do município conta com quinze escolas, sendo três estaduais, seis municipais e seis particulares. As comunidades rurais da AID deste município contam com doze escolas.

Em Curaçá, na sede municipal existem quatorze escolas, sendo oito municipais, quatro estaduais e duas particulares. Na área rural, as comunidades situadas na AID deste município também contam com quatorze escolas, todas municipais.

As comunidades do município de Lagoa Grande, que estão na AID do empreendimento, contam com duas escolas, sendo uma na localidade de Malhada Real e outra, na Fazenda Cambão, mas muitos se deslocam para o Distrito de Vermelhos, situado fora da AID. Em Juazeiro, a situação é semelhante. Existem duas escolas no Projeto Curaçá, que também fica fora da AID. Parte da população frequenta as escolas do Distrito de Itamotinga ou da sede municipal de Juazeiro.

A seguir são apresentadas, do Quadro 2.3 ao Quadro 2.8, a lista das escolas frequentadas pela população da AID, informando as modalidades de ensino que oferecem.

Quadro 2.3
Relação das escolas na área urbana de Santa Maria da Boa Vista – (PE)

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
Escola Prof Judith Gomes de Barros	Estadual	Vila da COHAB	Fundamenta/ Médio
Escola coronel Florêncio Alves de Barros	Estadual	Rua Dr Souza Filho, Centro.	Fundamenta
Escolas Reunidas Prof Agamenon Magalhães	Estadual	Rua Prefeito Elesdao Coelho Amorim, 144.	Fundamenta/ Educação de Jovens e Adultos
Escola madre Maria da Cruz Amariç	Municipal	Bairro Agamenon Magalhães	Creche/ Fundamental
Escola Afonso Alves da Silva	Municipal	Avenida Bela Vista, Mandacaru	Fundamental Educação de Jovens e Adultos
Espaço Educacional – DAP	Municipal	Rua Raimundo C Filho, Vale	Educação Especial
Escola Agrotécnica Profª Edith Sampaio	Municipal	Santa Luzia	Educação Infantil / Fundamental
Creche Mãe Quininha	Municipal	Rua Da Alegria, Santa Luzia.	Creche/ Educação Infantil
Escola Prefeito Barrinho	Municipal	R. Pref. Otacílio Barros Araújo	Educação Infantil / Fundamental
Colégio Fênix	Particular	Rua Dr. Marback, 253, Centro	Fundamental / Médio
Colégio Nobre	Particular	Rua Dióscoro de Sá Gonzaga, 68, Centro	Creche/ Educação Infantil / Fundamental
Escola Carlos Filho	Particular	Rua Dr Araújo Jorge, Centro	Creche/ Educação Infantil / Fundamental
Colégio Paraíso	Particular	Av. Dióscoro De Sa Gonzaga, 448	Creche/ Educação Infantil/ Fundamental
Escolinha Espaço Livre	Particular	Rua João Paulo II, 160, Senador Paulo Guerra	Creche/ Educação Infantil/ Fundamental
Escolinha Mundo da Criança	Particular	Rua Santa Rosa, 76, COHAB	Creche/ Educação Infantil/ Fundamental

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Quadro 2.4
Relação das escolas na área rural de Santa Maria da Boa Vista – (PE)

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
Escola Catalunha	Municipal	PA Catalunha	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Gabriela Pérsico	Municipal	Fazenda Milano	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Milano	Municipal	Fazenda Milano	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Francisco Mauro	Municipal	PA Safra	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Antônio Conselheiro	Municipal	PA Bouqueirão	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
Escola Castro Alves	Municipal	Barro Alto	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola 13 de Maio	Municipal	Curral Novo	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola São Benedito	Municipal	Tamaquius	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Senador Paulo Guerra	Municipal	Jardineira	Fundamental
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Municipal	Caraíbas II	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Estanislau Medrado	Municipal	Cupira	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola José Lustosa Cantarelle	Municipal	Cupira II	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Quadro 2.5
Relação das escolas na área urbana de Curaçá – (BA)

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
Colégio Municipal Prof. Ivo Braga	Municipal	Av. dos Marujos, Centro	Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Creche Municipal Mãe Sergia	Municipal	Rua Paraíba, Centro	Creche / Educação Infantil
Creche Municipal Prof. ^a Excelda Santos	Municipal	Praça Raul Coelho, Centro	Creche / Educação Infantil
Escola Municipal Caminho do Aprendiz	Municipal	Av. Dr. Pedro Santos Torres, Centro	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação Especial -Escola de Ensino regular com Classe Especial
Escola Municipal Caminho da Cidadania	Municipal	Av. Dos Marujos,586, Centro	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Ciranda do Saber	Municipal	Rua Mármore	Educação Infantil/ Fundamental
Escolinha Municipal Chapeuzinho Vermelho	Municipal	AV. Eduardo Aquino, Centro	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Ezilda Aquino de Carvalho	Municipal	Av. Euvaldo Aquino	Educação de Jovens e Adultos
Colégio Estadual Dr. Scipião Torres	Estadual	Av. Dr. Pedro Santos Torres, Centro	Fundamental/ Médio/ Educação de Jovens e Adultos/
Escola Estadual José Amâncio Filho	Estadual	Av. Dr. Pedro Santos Torres, Centro	Fundamental/ Médio/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Estadual Dr. Manoel Novaes	Estadual	Av. Doutor Euvaldo Torres de Aquino, 76, Centro	Fundamental/ Médio
Grupo Escolar João Matos	Estadual	Av. dos Vaqueiros, Centro	Ensino Fundamenta/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Fonte Nova	Particular	Av. Pedro Santos	Educação Infantil/ Fundamental

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
		Torres, Centro	
Recanto do Pequeno Aprendiz	Particular	Rua Leovigildo Martins de Almeida, Centro	Educação Infantil/ Fundamental

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Quadro 2.6
Relação das escolas na área rural de Curaçá – (BA)

Escolas	Dependência administrativa	Localização	Modalidade de ensino
Escola Municipal Maria Gorete	Municipal	Fazenda Cerca de Pedra	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Pinóquio	Municipal	Fazenda Logradouro	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Moisés Nunes dos Santos	Municipal	Fazenda do Meio	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Nossa Senhora Auxiliadora	Municipal	Fazenda Barroca	Educação Infantil/ Fundamenta
Escola Municipal Maria Júlia	Municipal	Fazenda Ferrete	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal São João Batista	Municipal	Fazenda Curralinho	Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Rui Barbosa	Municipal	Fazenda Curralinho	Educação Infantil/ Ensino Fundamental
Escola Municipal Candido Pereira da Silva	Municipal	Fazenda Lagoa	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Municipal	Fazenda Roçado	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Pingo de Gente	Municipal	Roçado	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Santa Rita	Municipal	Rompedor	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Aparecida do Norte	Municipal	Fazenda Jatobá	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Municipal Branca de Neve	Municipal	Fazenda Jatobá	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola Municipal Dr. Altamirando de Souza	Municipal	Barra Grande	Educação Infantil/ Fundamental

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Quadro 2.7
Relação das escolas em Lagoa Grande

Escola	Dependência administrativa	Endereço	Modalidade de ensino
Escola Duque de Caxias	Municipal	Fazenda Malhada Real	Educação Infantil/ Fundamental
Escola Jayme Coelho Bonfim	Municipal	Fazenda Cambão	Educação Infantil/ Fundamental

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Quadro 2.8
Relação das escolas na área de Juazeiro

Escola	Dependência administrativa	Endereço	Modalidade de ensino
Escola de 1º Grau Bom Jesus	Municipal	Perímetro Irrigado de Curaçá	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos
Escola de 1º Grau São Francisco de Assis	Municipal	Perímetro Irrigado de Curaçá	Educação Infantil/ Fundamental/ Educação de Jovens e Adultos

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Tanto na zona rural como nas sedes dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá, os prédios onde funcionam as escolas, em sua grande maioria, estão razoavelmente conservados. Em Pernambuco obedecem a um modelo padrão, com plantas de tamanhos adequados à população escolar local, e aqueles construídos recentemente estão mais bem aparelhados.



Figura 2.86 A, B e C

Escolas localizadas ao longo da Estrada da Uva - escola do PA Malhada Real em Lagoa Grande (a esquerda), sala de aula da escola do PA Brilhante (ao centro) e escola da Fazenda Milano (a direita), ambas em Santa Maria da Boa Vista



Figura 2.87 A, B e C

Escolas de comunidades de Curaçá (BA): escola de Ferrete (à esquerda), sala de aula da escola de Curralinho (no centro), e escola de Rompedor (à direita)

Na Bahia não existe similaridade quanto ao tipo de construção e a qualidade não apresenta hegemonia, podendo este item também estar relacionado ao tamanho da comunidade e, conseqüentemente, ao número de alunos. Entretanto, ambos evidenciam a carência de equipamentos de apoio pedagógico, falta de material escolar e didático, das bibliotecas, assim como de áreas de convívio comum, como pátios e quadras de esportes.

Nenhuma das escolas pesquisadas tem hortas escolares, à exceção da escola do PA Brilhante, cujo diretor afirmou estar organizando um plantio desta ordem e, como a escola tem muros e água encanada, é possível agregar esse aprendizado de educação coletiva e reforço alimentar à escola. Verifica-se, ainda, a falta de arborização interna e externa, o que aumenta o desconforto na época do verão. As escolas possuem filtros e a água é clorada, mas sujeita a períodos de falta do cloro. Falta água com frequência e os banheiros, sempre em número reduzido, ficam fora de uso.



Figura 2.88 A e B
Escola da comunidade Fazenda Roçado, (à esquerda),
e escolas da Fazenda Lagoa, (à direita) em Curaçá (BA)

Os prédios escolares mais novos e os que foram reformados recentemente, a exemplo dos PA Brilhante, em Pernambuco, e Currealinho, na Bahia, contam com muros de proteção e plantas mais amplas, com cantinas, despensas e até bibliotecas, ainda que muito pequenas. Estão mais bem equipadas, se comparadas com as mais antigas, quanto ao padrão de construção, móveis, recursos eletrônicos e pedagógicos. Em algumas entrevistas fica claro que os instrumentos de apoio pedagógico são utilizados mais como entretenimento, faltando a construção crítica da reflexão que filmes e documentários poderiam acrescentar.

Cada escola pesquisada, independente do município a que pertence, tem a marca de seu dirigente, do nível do compromisso assumido como educador e da visão que ele tem da complexidade do processo educativo. Numa área de tensão social e de muita pobreza quando isso acontece também pode ser percebido o acolhimento diferenciado dos gestores municipais, traduzido pela atenção dispensada às necessidades da escola e da comunidade. Em geral, esses dirigentes de escolas possuem, de alguma forma, uma liderança e são diferenciados pelo nível de instrução adquirido e, sem dúvida, por serem carreadores de votos. Recebem salários acima da média local, que chegam a atingir mais

de R\$ 2.000,00 reais. Isso explica as diferenças encontradas entre as escolas no que toca à conservação, projetos pedagógicos, material de apoio e até à merenda escolar.

Por outro lado, essa acolhida cria uma dependência político-partidária que se arrefece quando esses mesmos dirigentes que garantem um apoio mais amplo àquela escola e, portanto, àquela comunidade, deixam o Governo. A mudança dos gestores, fato comum quando acontece uma eleição e, conseqüentemente, mudança de partido e de prefeito, muda os diretores e até professores. Na sequência, muda também o tratamento dedicado àquela comunidade, sedimentando um processo de frustração entre os dirigentes e até os professores, auxiliares e alunos, que se corporifica no arrefecimento do entusiasmo, na perda da qualidade do ensino e, em última análise, no prejuízo de uma geração de estudantes.

Nesta região, a força das injunções políticas muitas vezes não privilegia o envolvimento do professor e o respeito que a comunidade tem por ele, transferindo uns e alocando outros não residentes, cuja relação com o espaço social tem menor consistência e legitimidade de liderança. Tal prática contribui, em última análise, para o absentismo e o não cumprimento do calendário escolar. Sem falar no desestímulo do profissional que, muitas vezes, sofre represálias quando não se envolve na campanha do dirigente municipal eleito.

Em todas as entrevistas realizadas com professores e dirigentes das escolas foi relatado o uso de drogas nas localidades da AID do empreendimento Riacho Seco. Vários depoimentos, inclusive nas sedes dos dois municípios, denunciaram a existência de cocaína e até craque, também na área rural. Note-se que em nenhum dos municípios existe um serviço de apoio psicológico ou educativo com vistas à cidadania que mereça destaque, embora existam Conselhos Municipais com esta finalidade.

Na margem pernambucana, todas as escolas afirmam trabalhar em projetos pedagógicos e os professores passam por reciclagem continuada, mas diante do nível de aprendizado constatado nas observações in loco, fica claro que o nível educacional apresenta muitas deficiências.



Figura 2.89
Residência do PA Nossa Senhora da
Conceição - Registro de erros de grafia

Ainda no lado pernambucano, o Movimento dos Sem Terra – MST mantém um calendário regular de treinamento com os professores, sem que a prefeitura coloque algum obstáculo. Em alguns assentamentos, existem os “Sem Terrinha” que realizam treinamentos envolvendo as crianças. Entretanto, não fica claro nos depoimentos recolhidos nas escolas se a atuação do MST junto a professores e crianças está pautada nas questões afetas à consolidação do próprio movimento ou àquelas pertinentes à complementação das práticas pedagógicas, ou ambas, e com que foco.

É importante ressaltar o distanciamento da realidade do educando com o material didático distribuído pelas prefeituras e que é utilizado em sala de aula. Esse material inclui também mochilas escolares e fardamento, mas que não vem em quantidade suficiente para cumprir o ano letivo.

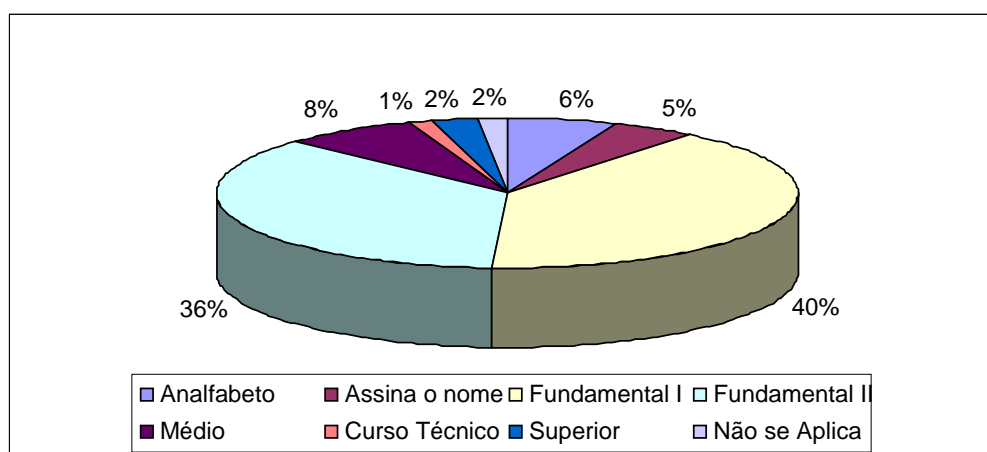
Apesar da disseminação das notícias que tratam da poluição, de toda a polêmica que envolve o rio São Francisco quanto ao seu uso e à importância dele na vida da população da bacia, não se vê, de forma sistemática, programas e projetos nas escolas, ou mesmo nas associações e demais órgãos de classe da região, que tratem do meio ambiente.

Algumas escolas que dizem terem desenvolvido ações nessa área, se ativeram a movimentos pontuais. O uso indiscriminado de agrotóxico e o desperdício de água nos canteiros de irrigação são fortes componentes de degradação presentes nas atividades produtivas, mas não são fruto de atenção nas temáticas escolares, dentro de uma visão de conservação e segurança para as gerações presentes e futuras.

A Figura 2.90 que trata do nível de escolaridade dos filhos na faixa etária de cinco a 26 anos, encontrada na área da AID demonstra que 06% dos entrevistados são analfabetos e 05 % assina o nome, ou seja, são os considerados analfabetos funcionais. Como a coleta desses dados é bastante subjetiva e causa um certo constrangimento ao entrevistado, se considerarmos também os que afirmaram que “leem e escrevem pouco” ou estão matriculados nas primeiras etapas do EJA, a estimativa de 11% somada como analfabetos, é bastante tímida.

Nas famílias pesquisadas foi identificada a presença de grande número de crianças e adolescentes na faixa de até quatorze anos. Por outro lado, o índice de 40% de escolaridade no Fundamental I e 36% no Fundamental II, demonstra que as políticas de educação do Governo Federal, aliadas aos incentivos como Bolsa Família, Bolsa Escola e o PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), além dos cursos de EJA, têm contribuído para melhorar os níveis de escolaridade, sobretudo na zona rural, considerando as gerações mais jovens.

Vale a pena chamar atenção para os índices de 08% para curso médio e 01% para curso técnico, além de 02% de curso superior, encontrados na pesquisa. Vale questionar a qualidade desse ensino, diante das observações feitas ao longo deste Diagnóstico.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.90
Escolaridade dos filhos nas famílias da AID

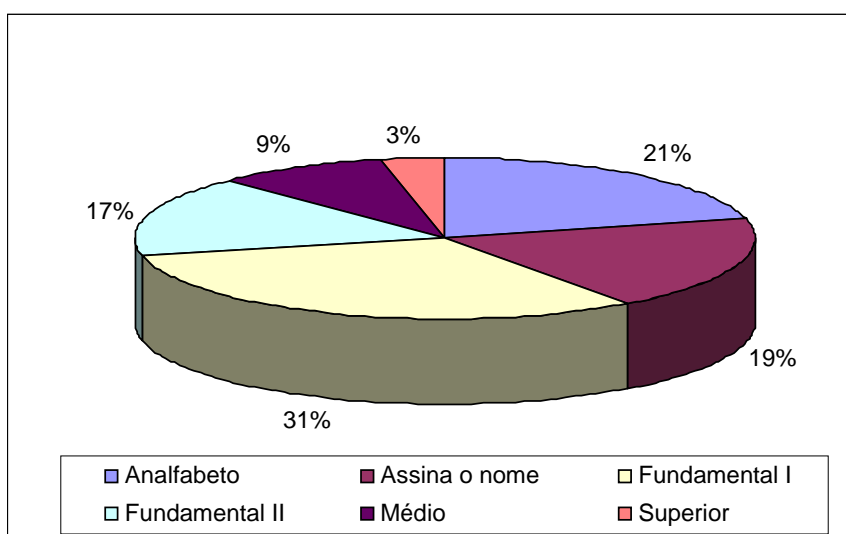
Na Tabela 2.26 esses dados são apresentados por município. Percebe-se que, considerando a representatividade da população de cada município na AID, proporcionalmente, os dados são similares, com a ressalva do registro de curso técnico que só aparece em Santa Maria da Boa Vista. Durante a realização dos levantamentos do campo se observou um número significativo de jovens com formação em Técnico Agrícola neste município.

Tabela 2.26
Percentual por Município - Escolaridade dos filhos

Escolaridade dos filhos	Percentual por município			
	Santa M. ^a da Boa Vista	Lagoa Grande	Curaçá	Juazeiro
Analfabeto	8,36	6,38	1,80	0,00
Assina o nome	4,46	11,70	2,40	0,00
Fundamental I	35,38	32,98	52,10	55,00
Fundamental II	39,83	37,23	26,35	45,00
Médio	7,24	11,70	6,59	0,00
Curso Técnico	2,51	0,00	0,00	0,00
Superior	1,67	0,00	5,39	0,00
Não se Aplica	0,56	0,00	5,39	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

Observando a Figura 2.91, fica clara a mudança, mesmo que lenta, por que tem passado a população, em especial do Nordeste, no quesito escolaridade. Dos chefes de família, que em sua grande maioria estão na faixa etária de 40 a 65 anos, 21% são analfabetos e 19% assinam o nome. Especial atenção deve ser dada ao fato de que os 03% que já concluíram ou estão cursando o nível superior e 9% no curso médio, pertencem à faixa etária menor que 40 anos.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.91
Escolaridade do chefe das famílias da AID

Na análise dos números por município, na Tabela 2.27, Juazeiro apresenta um dado diferenciado. Neste caso é fato que todos os chefes de famílias pesquisadas são analfabetos. Deve-se lembrar que neste trecho da AID há um grande número de pequenas propriedades rurais que juntas formam coletividades tradicionais eminentemente beradeiras e catingueiras.

Tabela 2.27
Percentual por município - Escolaridade do chefe de família

Escolaridade do chefe da família	Percentual por município			
	Santa M. ^a da Boa Vista	Lagoa Grande	Curaçá	Juazeiro
Analfabeto	24,54	7,69	18,42	100,00
Assina o nome	21,30	26,15	11,40	0,00
Fundamental I	36,57	23,08	27,19	0,00
Fundamental II	10,65	20,00	26,32	0,00
Médio	4,63	15,38	14,04	0,00
Superior	2,31	7,69	2,63	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

b) Interferência do empreendimento

No trecho da AID do empreendimento, nas áreas urbanas e rurais, só existem duas escolas: a Escola Municipal Prefeito Barrinho, localizada na sede municipal de Santa Maria, e a Escola Municipal Maria Gorete, situada na localidade de Cerca de Pedra, em Curaçá.



Figura 2.92 A e B
Escola Municipal Prefeito Barrinho em Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 2.93 A e B
Escola Municipal Maria Gorete em Cerca de Pedra – Curaçá (BA)

Em todas as ilhas registradas nesta subzona da AID da UHE Riacho Seco só existem duas escolas: a Escola Municipal Ilha do Saco e a Escola Nossa Senhora do Pilar. A primeira fica localizada em terreno de uma propriedade particular na Ilha do Saco e está desativada. A segunda, localizada na Ilha da Missão, oferece as séries iniciais do Ensino Fundamental em sistema multiseriado. Esta escola só conta com uma professora, que é responsável por todas as tarefas, inclusive as de limpeza do prédio. A merenda, quando existe, é preparada pela professora, na escola, em sua casa ou na casa de algum morador que tem filhos matriculados.

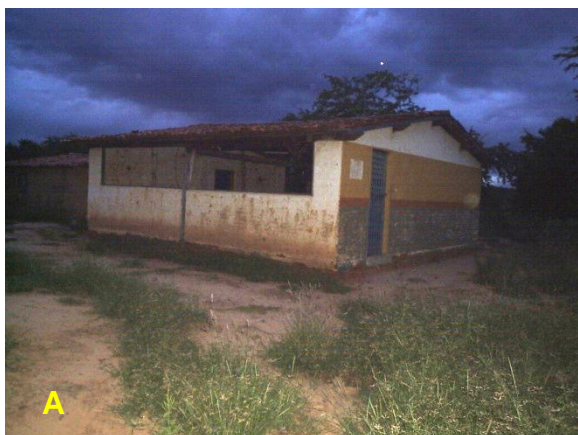


Figura 2.94 A e B
Escola Municipal Ilha do Saco: perfil do prédio (à esquerda)
e vista das instalações sanitárias (à direita)



Figura 2.95 A e B
Escola Nossa Senhora do Pilar, localizada na ilha da Missão

A prática geral das famílias residentes em ilhas é matricular seus filhos nas escolas de Curaçá e de Santa Maria da Boa Vista, sendo estas mais procuradas em função da proximidade de sua sede com as ilhas habitadas. Nas ilhas, o transporte escolar é feito através de barco a motor, que recolhe os alunos nos três turnos. A população estudantil se desloca sem coletes salva-vidas, o que também é prática geral por todos os usuários do transporte fluvial. Entretanto, não há registro de acidentes ocorridos com barcos na região.

As demais escolas frequentadas pela população urbana e rural estão localizadas fora dos limites da AID, ou seja, não são atingidas, nem pela cota de inundação, nem pela faixa da APP.

2.9.5 Análise do impacto do empreendimento nos serviços públicos de saúde e educação

a) Serviços públicos – Saneamento

Para efeito de estimativa da demanda pelos serviços de saneamento básico, considera-se que todos os domicílios urbanos devem ter acesso à rede pública de água, à rede de esgotos e à coleta de lixo.

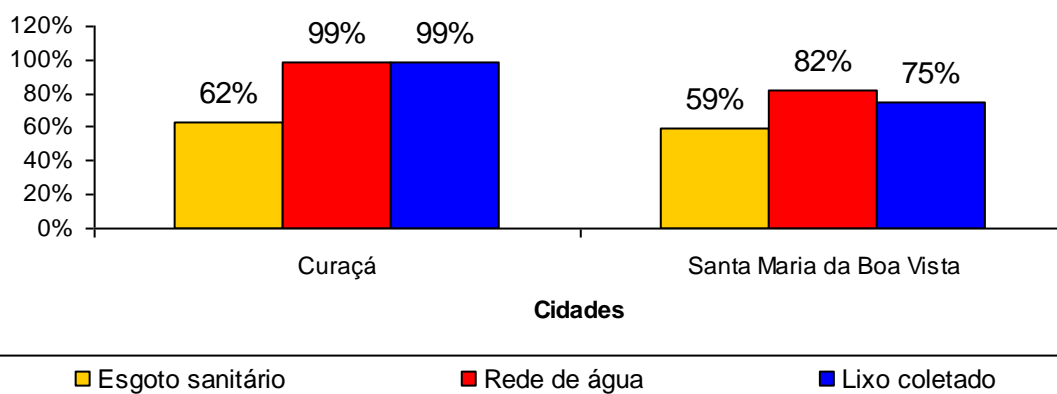
No tocante ao abastecimento de água, é possível constatar que esse tipo de serviço atende praticamente a todos os domicílios da AID da UHE Riacho Seco, como indicam os resultados do Datasus – 2008, conforme a tabela e a figura apresentadas a seguir:

Tabela 2.28
Saneamento básico, percentual sobre o nº de domicílios na AID – 2008

Municípios	População 2008	Total de domicílios	Infraestrutura domiciliar			
			Rede de água (%)	Energia elétrica (%)	Esgoto sanitário (%)	Lixo coletado (%)
Curaçá	33.929	6.509	99,16	70,15	43,80	98,60
Sta Maria da Boa Vista	41.329	9.719	81,52	94,05	70,65	39,43
Total/média da AID	75.258	16.228	90,34	82,10	57,22	69,00

Fonte: Datasus – 2008. Acesso em 28/jan/2009. Elaboração própria.

Nota: Considerados os domicílios atendidos por rede geral ou por fossas sépticas.



Fonte: Datasus – 2008. Acesso em 28/jan/2009. Elaboração própria.

Nota: Considerados os domicílios atendidos por rede geral ou por fossas sépticas.

Figura 2.96
**Acesso à água, esgotos e coleta de lixo (%),
 nos domicílios urbanos da UHE Riacho Seco - 2008**

Situação semelhante encontra-se nas informações do sistema de coleta dos resíduos sólidos. O indicador relativamente elevado desse serviço não parece ser efetivo, visto que em pesquisa de campo observou-se frequentemente a intermitência no atendimento.

Entre os serviços públicos a insuficiência e a deficiência de saneamento básico e de educação sanitária são visíveis em todo o contexto da AID, submetendo o rio São Francisco a todo o tipo de agressão. Os centros urbanos convivem com uma carência de serviços de esgotos sanitários, os quais apresentam indicadores de cobertura em torno de 60 % da população urbana.

Proporcionalmente à população de 28.778 habitantes urbanos verificada em 2007 na AID, torna-se necessário a expansão desses serviços, tanto para suprir o déficit existente, como para atender uma demanda futura.

O reservatório da UHE Riacho Seco deverá interferir na infraestrutura de saneamento dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá – AID. A interferência negativa e direta deverá ocorrer nas fases de construção e enchimento do reservatório, apesar das instalações de tratamento de água não serem inundadas, mas estarão localizadas dentro da Área de Preservação Permanente a ser formada pelo reservatório.

Ao mesmo tempo, podem-se considerar alguns pontos favoráveis como as ações públicas de construções de infraestruturas de abastecimento e saneamento e a melhoria dos sistemas das captações e das estações de bombeamento existentes nas zonas urbanas. Além desse aspecto, a cidade baiana será beneficiada com a melhoria do sistema de captação e tratamento, hoje deficiente.

Na orla ribeirinha da área urbana de Santa Maria da Boa Vista, a faixa da APP atingirá a lagoa de estabilização da cidade, entretanto, esta já se encontra em processo de substituição pela Prefeitura Municipal.

Para o melhor atendimento, será preciso, ao menos, solucionar o déficit do sistema já existente. Tais serviços são de competência dos poderes públicos, sendo necessário apoiar parcerias que se transformem em ações efetivas de expansão dos serviços em pauta.

b) Serviços públicos – saúde pública

A questão da saúde é a mais importante em termos de atendimento à demanda futura. Os investimentos em políticas públicas sociais e nos serviços de saúde na AID da UHE Riacho Seco ainda se contrapõem à persistência de pontos críticos no atendimento e, sobretudo, em relação à qualidade dos serviços oferecidos. Embora estejam fora da AID, os municípios de Petrolina e Juazeiro registram a maior disponibilidade, uma vez que funcionam como referência para as respectivas macrorregiões.

Mais especificamente no sistema de saúde da área, as limitações são claras na oferta de serviços públicos de saúde, tanto em termos de unidades hospitalares como de atendimento de leitos e consultas médicas, apesar do destaque do Programa de Saúde da Família (PSF).

No tocante à rede de serviços médicos, os municípios da AID dispõem de apenas 28 unidades distribuídas da seguinte forma: dois hospitais (geral), treze centros de saúde, dez postos de saúde e o restante de unidades móveis.

Os dados de infraestrutura de saúde apontam para uma melhor situação em Santa Maria da Boa Vista com 19 unidades de saúde, sendo oito postos de saúde e sete centros de saúde (unidade básica de saúde). Entretanto, em Curaçá a situação é mais delicada com apenas nove unidades médicas, sendo seis centros de saúde.

Tabela 2.29
Rede de Serviços de saúde segundo os municípios da AID – 2008

Tipo de Unidade	Municípios	
	Curaçá	Santa Maria da Boa vista
Hospital Geral	1	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	6	7
Clinica especializada/ambulatório especializado		
Consultório isolado		
Cooperativa		
Posto de saúde	2	8
Unidade de vigilância em saúde		1
Unidade mista		1
Unidade móvel terrestre		1
Total	9	19

Fonte: CNES – <http://cnes.datasus.gov.br>. Acesso em 19/11/2008

Com relação à rede hospitalar nos municípios da AID, os dois hospitais apresentam bom estado de manutenção, embora sejam restritos quanto às especialidades médicas. Tal serviço dispõe de apenas 59 leitos (DATASUS, 2008) para atender 72.075 habitantes, aproximadamente. Segundo parâmetros do Ministério da Saúde, seriam necessários 180 leitos naquele ano para o atendimento da comunidade local. Neste caso, o déficit existente em Curaçá e Santa Maria da Boa Vista era da ordem de 121 leitos hospitalares, de acordo com a tabela a seguir .

Tabela 2.30
Saúde pública nos municípios da AID do UHE Riacho Seco- 2008

Municípios/áreas	População 2007	Nº. Unidades	Nº. de leitos			Nº. de médicos		
		Hospital Geral	Existentes	Necessários ⁽¹⁾	Déficit	Existentes	Necessários ⁽²⁾	Déficit
Curaçá	32.449	1	26	81	55	16	32	16
Santa Maria da Boa Vista	39.626	1	33	99	66	18	40	22
Total da AID hoje	72.075	2	59	180	121	34	72	38

Fonte: Datasus. Acesso em 19/Nov/2008; CNES - <http://cnes.datasus.gov.br> Acessado em Data 12.01.2008

Notas: (1) De acordo com a Portaria 1101/GM de 12 de junho de 2002, estima-se a necessidade de leitos hospitalares total considerando o quantitativo de 2,5 a 3 leitos/1000 habitantes. O parâmetro utilizado foi de 2,5 leitos.

(2) A média preconizada como ideal pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico por mil habitantes.

Quanto aos Postos de Saúde, existem três em Santa Maria da Boa Vista – sendo um na Sede, um no PA Catalunha e outro na Fazenda Milano, sendo este último o melhor

equipado, apesar de estar fora dos limites da Área de Influência Direta da UHE Riacho Seco. Existem dois Postos de Saúde em Curaçá, sendo um na sede e outro em Riacho Seco, sendo de maior relevância os serviços prestados na margem pernambucana. Ambos não contam com material de consumo, nem pessoal suficiente para realizar procedimentos mais complexos.

Por sua vez, os hospitais do município, por não contar com recursos e pessoal especializado, transferem os pacientes para os Hospitais do Polo Petrolina /Juazeiro.

O Posto de Saúde de Riacho Seco tem um quadro de profissionais formado por um médico, uma enfermeira chefe, dois técnicos de enfermagem e um auxiliar administrativo, além de sete agentes de saúde que atuam em toda a área do Distrito. Os Postos de Saúde das sedes apresentam melhor qualidade no atendimento, uma vez que funcionam nas dependências dos hospitais e contam com maior número de médicos e de especialidades.

Em situações mais delicadas, a população recorre ao polo Petrolina-Juazeiro que, embora tenha uma situação mais confortável numericamente, reflete uma dificuldade na prestação dos serviços de saúde por atender à demanda de toda a região da AII.

Ainda nesse sentido, não se discute os avanços importantes no âmbito da saúde. Entretanto, os municípios da AID apresentam limitações também no número de profissionais médicos, uma vez que só havia 34 médicos para atender uma população 72.075. Para se ter uma ideia da fragilidade do setor, eram necessários 72 médicos, ou seja, mais que o dobro do quadro disponível naquele ano.

A situação de fragilidade persiste com a limitação de equipes de profissionais para o atendimento previsto no Programa de Saúde da Família, registrando déficit, não apenas na categoria de agentes comunitários da saúde, em torno de 30%, como também para equipes médicas de saúde da família, na ordem de 70%, conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 2.31
Programas de Saúde Básica nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008

Município	Teto de ACS	Nº de ACS implantados	Déficit (absoluto)	Déficit (%)	Teto de ESF	Nº de ESF implantados	Déficit (absoluto)	Déficit (%)
Curaçá	81	50	31	38,3	13	4	9	69,0
SMBV	118	89	29	25,0	20	6	14	70,0
Total AID hoje	199	139	60	30,1	33	10	23	70,0

Fonte: Ministério da Saúde -- CNES. Acesso em 05/fev/2009

Nota: Segundo o Ministério da Saúde cada agente atende cerca de 150 famílias ou 750 pessoas e cada ESF atende no máximo 4.000 pessoas.

Assim, conclui-se, preliminarmente, que o quadro de carência no atendimento de saúde já é visível, mesmo antes do empreendimento, sendo necessárias ações governamentais imediatas.

A realidade da saúde aponta a necessidade de expansão desses serviços, tanto para suprir o déficit existente, como para atender à demanda das pessoas atraídas pelo empreendimento.

Partindo do estudo desenvolvido anteriormente, o adicional à demanda dos serviços de saúde seria de 8.000 pessoas. Ponderando o quantitativo de 2,5 leitos/1.000 habitantes, determinado pelos setores da saúde, é indispensável, aproximadamente 20 leitos acima do déficit existente (180), com a obra da UHE Riacho Seco, de acordo com a tabela e a figura apresentadas a seguir.

Tabela 2.32
Saúde pública nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008

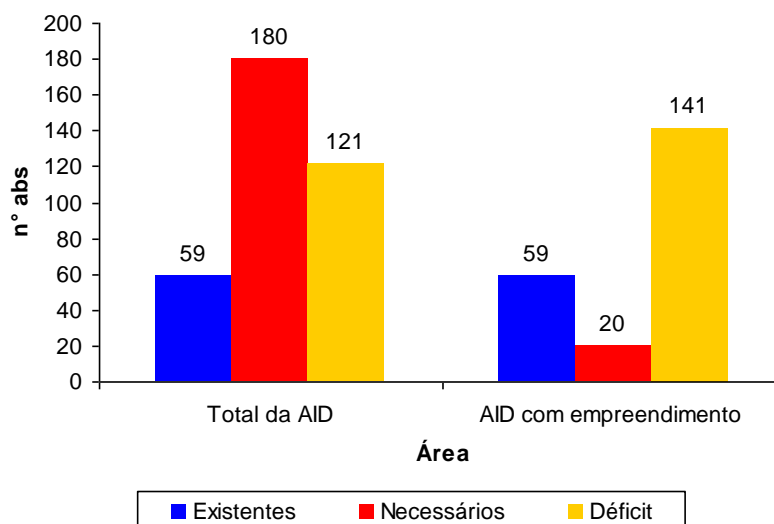
Municípios/áreas	População 2007	Nº Unidades	Nº. de leitos			Nº. de médicos		
		Hospital Geral	Existentes	Necessários ⁽¹⁾	Déficit	Existentes	Necessários ⁽²⁾	Déficit
Curaçá	32.449	1	26	81	55	16	32	16
Santa Maria da Boa Vista	39.626	1	33	99	66	18	40	22
Total da AID sem a UHE	72.075	2	59	180	121	34	72	38
Pop. atraída pelo empreendimento ⁽³⁾	8.000			20	141		8	46

Fonte: Datasus. Acesso em 19/Nov/2008; CNES - <http://cnes.datasus.gov.br> Acessado em Data 12.01.2008

Notas: (1) De acordo com a Portaria 1101/GM de 12 de junho de 2002, estima-se a necessidade de leitos hospitalares total considerando o quantitativo de 2,5 a 3 leitos/1000 habitantes. O parâmetro utilizado foi de 2,5 leitos.

(2) A média preconizada como ideal pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico por mil habitantes.

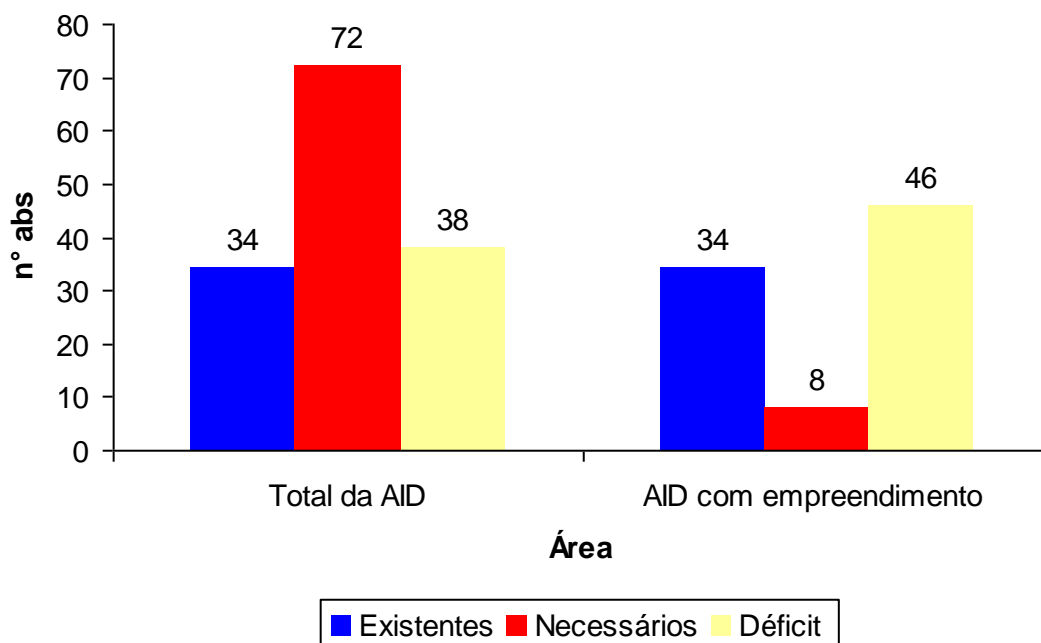
(3) Cenário de 9.080 pessoas.



Fonte: CNES. Acesso em 03/fev/2009. Elaboração própria.

Figura 2.97
Número de leitos hospitalares na AID da UHE Riacho Seco

Para efeito de estimativa da demanda de médicos e seguindo a média preconizada pela OMS, seria necessária a contratação de, aproximadamente, oito médicos acima do déficit (38) existente. A pressão é evidente nos serviços públicos de saúde nos centros urbanos de Santa Maria da Boa Vista, Curaçá e no Distrito de Riacho Seco.



Fonte: CNES. Acesso em 03/fev/2009. Elaboração própria

Figura 2.98
Número de médicos na AID da UHE Riacho Seco

No entanto, é preciso ressaltar que na análise da AII foi demonstrado que existe um número suficiente de médicos, inclusive além da média preconizada pela OMS. O problema indicado é que dos 1.154 médicos disponíveis nesta região, 1.096 médicos estão no polo Petrolina-Juazeiro, representando 95% do total.

A situação de fragilidade na saúde persiste, uma vez que os municípios que compõem a AID apresentam limitação de equipes de profissionais para o atendimento previsto no Programa de Saúde da Família, registrando déficit absoluto, não apenas na categoria de agentes comunitários da saúde (60 agentes), como também para equipes médicas de saúde da família (23 profissionais), conforme tabela, a seguir.

Considerado um total de aproximadamente 8.000 pessoas temporárias atraídas pelo empreendimento, haveria necessidade de contratação de mais doze agentes comunitários e duas equipes de saúde da família, além do déficit existente.

Tabela 2.33
Programas de Saúde Básica nos municípios da AID do UHE Riacho Seco – 2008

Município	Teto de ACS	Nº de ACS implantados	Déficit (absoluto)	Déficit (%)	Teto de ESF	Nº de ESF implantados	Déficit (absoluto)	Déficit (%)
Curaçá	81	50	31	38,3	13	4	9	69,0
SMBV	118	89	29	25,0	20	6	14	70,0
Total AID hoje	199	139	60	30,1	33	10	23	70,0
Pop atraída pelo empreendimento	8.000		10				2	

Fonte: Ministério da Saúde – CNES. Acesso em 05/fev/2009

Nota: Segundo o Ministério da Saúde cada agente atende cerca de 150 famílias ou 750 pessoas e cada ESF atende no máximo 4.000 pessoas.

Diante do déficit no atendimento à demanda local, haverá, indiscutivelmente, uma pressão radical sobre serviços de saúde com o adicional demográfico que virá com a obra. Assim, a meta é expandir, gradativamente, o número de médicos e leitos hospitalares e também o número de agentes comunitários e equipes médicas nos dois municípios, consolidando a rede básica de saúde.

c) Serviços públicos – Educação

Em 2008, no Município de Santa Maria da Boa Vista, eram 16.594 alunos matriculados, dos quais 3.319 estão nas escolas estaduais e 6.041 alunos na rede municipal. O restante encontra-se distribuído em unidades particulares.

Quando necessitam cursar as séries finais do Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, os alunos que residem na área rural precisam recorrer às sedes municipais ou às vilas dos distritos mais próximos. Em Santa Maria da Boa Vista, a sede do município conta com quinze escolas, sendo três estaduais, seis municipais e seis particulares. Por outro lado, as comunidades rurais da AID deste município contam com doze escolas.

Naquele período, o sistema de educação no município contava com um total de 67 escolas, sendo 62 da administração municipal e cinco da estadual. Segundo os resultados preliminares do censo escolar, permanece o mesmo número de escolas estaduais que operam no ensino médio, enquanto houve aumento de uma escola da rede municipal trabalhando com a educação infantil e fundamental.

No tocante à localização das escolas, 81% delas encontram-se na área rural, seguindo a lógica da distribuição da população, uma vez que o município detém 64,09% da população no campo. O destaque encontra-se no Projeto Fulgêncio, com 21 unidades (34%), absorvendo 33% do número de alunos. Cabe ressaltar que as maiores escolas fora da Sede se encontram na comunidade do MST, atendendo a uma demanda de 2.569 alunos (23%).

Quanto ao ensino especial, existe uma escola na Sede responsável pelo atendimento de um total de 55 alunos na pré-escola e 48 no ensino fundamental.

Seguindo a mesma tendência, o município de Curaçá é responsável pela oferta do ensino fundamental, prioritariamente na faixa de sete a quatorze anos. Sua população, em 2007,

nesse intervalo etário, era de 10.165 pessoas, entre crianças e jovens, o que equivale a 35 % da população total.

O sistema de educação desse município apresentava, em 2007, um total de 80 unidades de ensino, sendo 69 escolas municipais, sete escolas estaduais de ensino médio na Sede e quatro escolas particulares. No total da rede municipal, encontram-se 64 escolas rurais e 16 na Sede, segundo dados da Secretaria de Educação e do Imep.

De acordo com o Educacenso de 2008, existiam 12.068 alunos na educação básica, sendo 7.101 alunos em escolas rurais (59%) e 4.967 em escolas urbanas (41 %), atendidas por 462 professores. Tal distribuição segue a lógica da concentração da população, uma vez que o município detinha 59% da população no campo.

A implantação do empreendimento deverá alterar as condições de acesso à educação, considerando tanto a realocação de famílias que residem na AID, quanto a população atraída pela dinâmica econômica da obra.

Serão atingidas diretamente apenas três escolas: a da Ilha da Missão, com 23 alunos; a de Cerca de Pedra (BA); e a da Sede de Santa Maria da Boa Vista, com 917 alunos e melhor qualidade dos serviços.

Muitos alunos que residem nas ilhas onde não existem serviços públicos (com exceção da Ilha da Missão que tem uma escola recém reformada), frequentam escolas nas sedes dos municípios e nas localidades mais próximas. Esta situação também ocorre com alunos que moram nas propriedades rurais. Eles estudam nas escolas do assentamento Agroisa, da Fazenda Milano e até mesmo em escolas situadas fora da AID, no Distrito de Vermelhos. A escola de Riacho Seco conta com serviços educacionais diferenciados.

Entende-se, pois, que a partir da implantação do empreendimento será inevitável um reordenamento territorial de algumas escolas bem como a ampliação do número de salas de aula suficiente para atender à demanda de população atraída pela obra.

Os indicadores da distribuição por faixa etária revelam o número de jovens na AID, variando de 38,95% da população total, para 33% no período de 2000 a 2007. Pode-se afirmar que, apesar destes dados revelarem uma redução da fecundidade, se evidencia também uma necessidade de se investir em políticas voltadas para a educação e a formação de crianças e jovens.

Ainda nesse sentido, seguindo a tendência da AID num cenário de 8.000 pessoas atraídas para a obra e supondo que cerca de 33% delas estejam na faixa etária de zero a quatorze anos de idade, seriam necessárias a criação de 2.700 matrículas para atender à demanda futura dos municípios da AID. É necessário desenvolver ações para reestruturar e equipar as escolas existentes, capacitando-as para receber um grande número de alunos na fase de construção do empreendimento.

Para atingir o objetivo devem-se apoiar os municípios na construção de escolas que possam ser referência em educação rural e técnica, dotando-as de infraestrutura e equipamentos necessários. Lembramos que o número médio ideal de alunos por sala de

aula é de 30 pessoas na escola fundamental. Acompanhado dessas ações, virão benefícios diretos ao sistema educacional com implantação de escolas.

2.10 Atividades comunitárias e associativismo

Historicamente, o nordestino não tem em sua cultura, o hábito de se associar e atuar de forma coletiva com o objetivo de desenvolver projetos de produção econômica, apesar de ser um lutador em busca de sua sobrevivência.

De um modo geral, as associações quando ocorrem, têm curta duração e vão perdendo força por falta de confiança e de uma atuação coletiva e participativa, com o predomínio dos interesses individuais de dirigentes e lideranças que buscam tirar proveito da situação.

A situação da AID registrada neste diagnóstico é uma comprovação desta realidade.

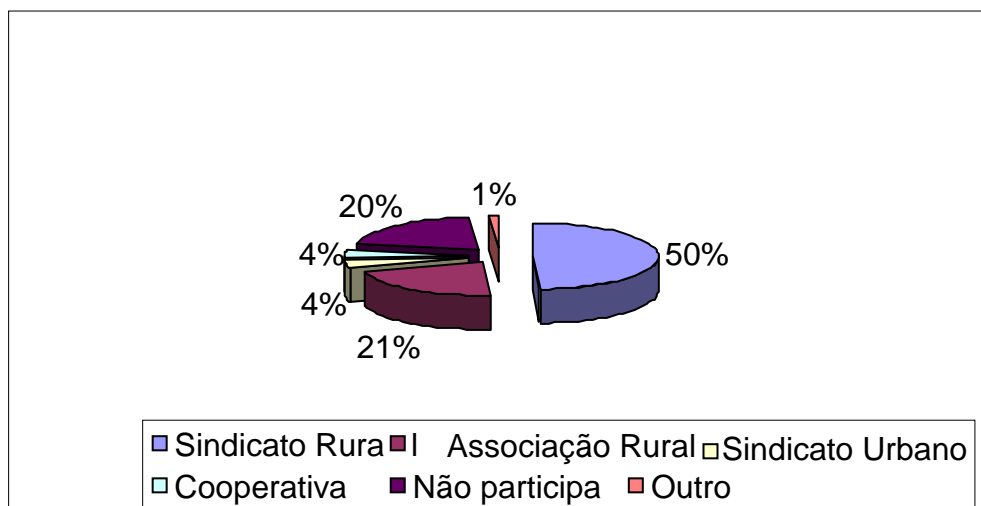
Apesar de existirem onze Projetos de Assentamentos Federais e seis Estaduais as famílias assentadas, estado de pobreza e miserabilidade é uma realidade na região.

De acordo com depoimento registrado nas entrevistas realizadas, após a implantação dos PA, é comum ocorrer a depredação do patrimônio existente nas propriedades e a falta de “espírito coletivo” e de associativismo dos assentamentos, gera situações que prejudicam a todos, como a inadimplência no pagamento da energia elétrica necessária ao processo produtivo.

Geralmente, as associações só têm força ou conseguido algum sucesso, quando têm como objetivo a defesa de interesses individuais e coletivos. É neste universo que se proliferam os Sindicatos Rurais e as Associações de Produtores que atuam muito mais na organização para luta e defesa dos interesses de seus filiados, do que na organização do processo produtivo ou na comercialização de seus produtos.

Em geral, a população da região costuma apresentar parte de suas reivindicações mediante organizações sociais locais como associações de moradores, associações rurais e outras. Este fato é comum entre as populações das áreas rurais em todo país, em virtude da atuação de programas e projetos públicos e privados, com base em estratégias participativas, que estimulam o associativismo e o cooperativismo. No momento em que as instituições públicas e privadas (notadamente por volta dos anos 70) passaram a exigir a intermediação de organizações sociais legalmente estruturadas (pessoa jurídica) para repasse de recursos, estas iniciativas foram fortalecidas. Cabe ressaltar que até então, este tipo de relação entre poder público e sociedade civil era pouco usual.

Entre a população pesquisada, a maior parte das famílias declara que pelo menos um membro participa de algum tipo de movimento social, principalmente no Sindicato de Trabalhadores Rurais (50%) e nas diversas Associações de Pequenos Produtores Rurais (21 %). É a condição de trabalho que os têm levado a buscar os direitos através da ação do sindicato. Contudo, é importante destacar que o sindicato não aparece como principal elemento de organização social.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.99
Participação em organização de trabalho ou produtor – Total

Na prática, os indivíduos se filiam ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, para terem direito a receber a aposentadoria e as Associações de Trabalhadores Rurais ou assemelhados, funcionam para legitimar a concessão dos benefícios oriundos do Governo Federal. É comum essas organizações destinarem a verba recebida para a compra de um trator. No entanto para ter direito a utilizar o trator em suas propriedades, os sócios pagam uma diária de R\$ 45,00 reais. Muitos não podem pagar e portanto, não usufruem deste benefício. Em outros casos, cabe ao presidente da entidade escolher quem e quando um sócio tem direito a usar o trator, o que em alguns casos chegou a ser motivo de conflitos, levando os sócios a comparecerem armados às reuniões, sendo necessário em muitas vezes, a participação da Polícia. Sem um controle efetivo da utilização do trator e a manutenção devida, ao final de pouco tempo ele quebra e a associação fica sem função e sem credibilidade.

A organização de grupos, com relativa articulação e capilaridade tem sido propícia na região em função de algum fato de ordem política social que venha interferir no seu destino. A melhoria dos níveis de escolaridade a que a população hoje tem acesso (apesar de sua qualidade), o acesso às informações via mídia local e nacional (radio e televisão) e a construção de grandes empreendimentos como Sobradinho e Itaparica têm contribuído para surgir movimentos sociais na região.

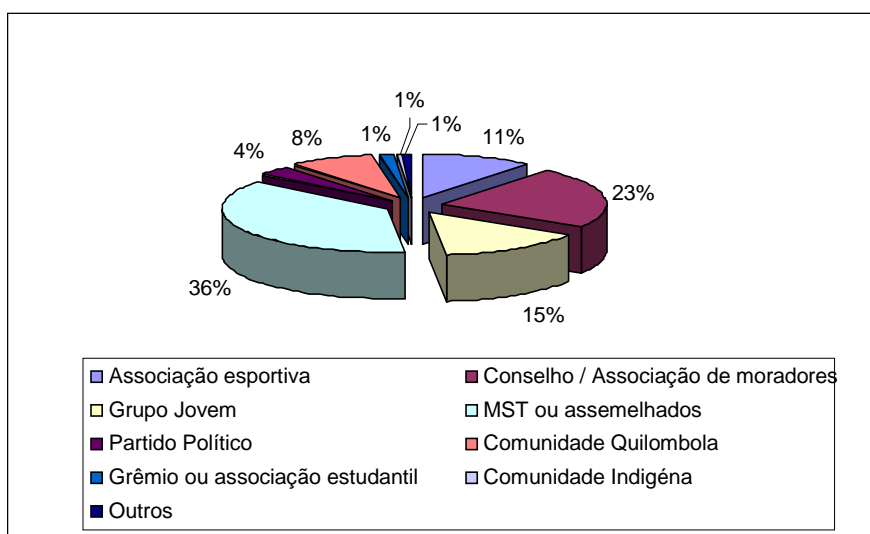
A emergência de movimentos sociais está fortemente ligada à realidade do momento, como é o caso dos processos de etnogênese presentes na AID do empreendimento. É importante ressaltar que em se tratando de negros e índios, existem movimentos destas populações que buscam sua mobilização, organização e conquista de direitos, como é o caso das Associações Quilombolas constituídas (Cupira e Inhanhum, em Pernambuco, e Nova Jatobá, na Bahia) e aquelas que ainda estão se consolidando sendo Tamaquiús a mais organizada. No caso indígena, os Atikum da Fazenda Altamira articulam-se com a FUNAI através da sede de Brasília e do Escritório Regional de Paulo Afonso, e os Atikum

da Ilha de Bom Sucesso, com o escritório regional da Funai em Recife e com os índios Truká, através da cacique Dona Lourdes.

Outro importante movimento social que atua na AID é o Movimento dos Sem Terra – MST. Sua influência ocorre principalmente sobre a área dos Projetos de Assentamentos do Incra, seja na articulação junto as órgãos públicos e privados para obtenção de recursos e benefícios, seja na política local.

De forma geral, são identificadas nos municípios da AID a existência de cooperativas, associações e sindicatos das mais diferentes abrangências. As associações, sejam para finalidades sociais ou econômicas, ainda são criadas de modo atrelado e sob inspiração de lideranças políticas locais. No entanto, é perceptível que a população local não se sente representada ou identificada com essas lideranças locais, nem com os movimentos sociais que atuam na região.

Entre as atividades comunitárias, como era de se esperar, destaca-se a associação ao MST (36%), seguido dos Conselhos e Associação de Moradores (23%). No contexto geral, os números demonstram que a população da AID tem como hábito a participação em grupos sociais, mesmo que sejam ligados aos espaços de convivência como escolas, Igrejas, times de futebol, entre outros, sendo comum à participação em mais de um grupo.



Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

Figura 2.100
Participação em atividades comunitárias – Total

Na análise da organização das comunidades da AID do empreendimento, é necessário ter atenção para com a questão da participação, pois ela se fortalece e ou perde força na medida em que os sujeitos se sentem mais ou menos afetados sobre determinado tema. Em relação ao empreendimento Riacho Seco, as questões de conflitos estão abordadas no item 10 deste Diagnóstico. A seguir estão apresentados os principais grupos que vem se articulando e promovendo encontros e eventos, cuja pauta principal é o empreendimento:

- Polo Sindical do Submédio São Francisco;
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios da AID;
- Associações e cooperativas de trabalhadores e produtores agrícolas ou agropecuaristas ligadas aos Projetos de Assentamentos;
- Associações quilombolas de Cupira, Inhanhum e Nova Jatobá;
- Comissão Pastoral da terra – CPT das Dioceses de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE);
- Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra – MST;
- Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB;
- Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE JUSANTE - ZJ

Neste item serão apresentadas as informações dos fatores ambientais relacionados aos aspectos sociais, econômicos e culturais obtidos pela equipe multidisciplinar nos levantamentos de campo.

É importante salientar que os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos e culturais foram objetos de pesquisas específicas e considerando a sua complexidade e a abrangência de sua análise, eles estão melhor detalhados nos itens específicos deste Diagnóstico Ambiental.

No zoneamento realizado na AID, a delimitação da ZJ levou em consideração a área situada no entorno do eixo da barragem que não será inundada, mas que sofrerá impactos significativos na fase de construção da UHE Riacho Seco, com a implantação do canteiro de obra, movimentação de máquinas, equipamentos e materiais de bota fora, além da circulação e interação com as pessoas que atuarão nas obras.

3.1 Margem pernambucana - ZJP

Na margem pernambucana, a ZJ abrangerá uma área com 103,7 ha, incluindo:

- parte da Ilha de Inhanhum e a Ilha da Missão Velha;
- parte do Quilombo de Inhanhum e o povoado de Inhanhum.

A barragem da UHE Riacho Seco será construída dentro da área da Ilha de Inhanhum, dividindo-a em duas partes. Desta forma, uma parte desta ilha ficará a montante da barragem, sendo inundada pelo reservatório e a sua maior parte ficará a jusante. Considerando-se o critério de espacialização adotado no zoneamento da AID, metodologicamente a área total da Ilha de Inhanhum foi considerada como situada na ZJ, juntamente com a Ilha da Missão Velha.

3.1.1 Ilha de Inhanhum

A Ilha de Inhanhum apesar de historicamente pertencer à comunidade quilombola de Inhanhum, hoje ela é dominada por posseiros que a ocupam com a agricultura, impedindo seu usufruto pelos agricultores do quilombo.

Esta ilha será totalmente impactada com as obras da UHE Riacho Seco, considerando que sobre ela serão construídas a barragem e o canal que fará a conexão dos dois braços do rio São Francisco, formados por essa ilha.

Nesta ilha estão cadastradas onze propriedades privadas que totalizam cerca de 220,7 ha, com 19 benfeitorias.

Não existem famílias habitando estas propriedades que são cultivadas usando a mão de obras de meeiros e diaristas que moram em outras comunidades ribeirinhas.

3.1.2 Ilha da Missão Velha

Quanto à Ilha da Missão Velha não está previsto nenhuma ação durante a fase de construção que venha causar impactos significativos ou que resulte na indenização das propriedades existentes. Nesta ilha foi cadastrada 59 propriedades, totalizando 70,7 ha com 144 benfeitorias.

O mesmo fato registrado da Ilha de Inhanhum, também ocorre na Ilha da Missão Velha. Durante os levantamentos de campo não foi registrada a ocorrência de nenhuma família residindo nesta ilha, considerando que as propriedades são cultivadas usando a mão de obras de meeiros e diaristas que moram em outras comunidades ribeirinhas.

Esta ilha tem uma área total de 67 ha, sendo utilizada para o plantio de culturas temporárias como cebola, feijão e mandioca pelas famílias dos quilombos de Inhanhum e Serrote (situado fora da AID).

As propriedades existentes nas duas ilhas estão apresentadas no quadro, a seguir.

Quadro 3.1
Propriedades existentes nas ilhas da Zona de Jusante - ZJ

CAD.	Ilha	Proprietários	Benfeitorias	Famílias	Pessoas	Área
32849	Ilha da Missão Velha	Raimundo Torquato dos Santos	9	0	0	0,82
32850	Ilha da Missão Velha	Raimundo Torquato dos Santos	0	0	0	1,24
32851	Ilha da Missão Velha	Maria do Carmo Genovez dos Santos	0	0	0	0,38
32852	Ilha da Missão Velha	Benedito Henrique Genovez	1	0	0	0,51
32853	Ilha da Missão Velha	Benedita Henrique Genovez	0	0	0	0,68
32854	Ilha da Missão Velha	Jose Maria Genovez SILVA	3	0	0	0,51
32855	Ilha da Missão Velha	Rafael Genovez de Souza	0	0	0	0,84
32856	Ilha da Missão Velha	Maria de Lourdes Genovez Santos	2	0	0	0,57
32857	Ilha da Missão Velha	Firmino Manoel Mateus	0	0	0	0,85
32858	Ilha da Missão Velha	Firmino Manoel Mateus	0	0	0	0,83
32859	Ilha da Missão Velha	João Henrique Genovez	12	0	0	4,07
32860	Ilha da Missão Velha	João Henrique Genovez	2	0	0	2,09

CAD.	Ilha	Proprietários	Beneficiários	Famílias	Pessoas	Área
32861	Ilha da Missão Velha	Severino Torquato dos Santos	13	0	0	1,05
32862	Ilha da Missão Velha	Celestiano Alves Genovez	1	0	0	0,30
32863	Ilha da Missão Velha	Maria Ferreira Caldas Santana	0	0	0	0,83
32864	Ilha da Missão Velha	Raimunda da Silva Genovez	0	0	0	0,60
32865	Ilha da Missão Velha	Sonia Genovez da Silva	1	0	0	0,57
32866	Ilha da Missão Velha	Camilo de Souza	0	0	0	0,95
32867	Ilha da Missão Velha	Maria do Socorro Genovez de Souza	1	0	0	0,41
32868	Ilha da Missão Velha	Paulo Torquato dos Santos	2	0	0	1,53
32869	Ilha da Missão Velha	Abdon Henrique Genovez	0	0	0	0,30
32870	Ilha da Missão Velha	Damião dos Santos Mateus	1	0	0	0,47
32871	Ilha da Missão Velha	Manoel André Torquato	1	0	0	2,28
32872	Ilha da Missão Velha	Benedita Ferreira da Silva	0	0	0	0,48
32873	Ilha da Missão Velha	Joana Maria Ferreira da Silva	6	0	0	0,27
32874	Ilha da Missão Velha	Pedro João de Souza	0	0	0	1,25
32875	Ilha da Missão Velha	Erasmus Genoves Barbosa	6	0	0	0,50
32876	Ilha da Missão Velha	Aprigio dos Santos Genovez	2	0	0	0,67
32878	Ilha da Missão Velha	Gercino Genovez Barbosa	1	0	0	0,26
32879	Ilha da Missão Velha	Manoel Henrique Genovez	9	0	0	1,52
32880	Ilha da Missão Velha		0	0	0	0,82
32881	Ilha da Missão Velha	Manoel Henrique Genovez	0	0	0	4,99
32882	Ilha da Missão Velha	Leonardo José Mateus	1	0	0	0,37
32883	Ilha da Missão Velha	Paulo dos Santos Mateus	6	0	0	1,78
32884	Ilha da Missão Velha	Leonardo José Mateus	3	0	0	1,27
32885	Ilha da Missão Velha	Manoel Henrique Genovez	0	0	0	0,67
32886	Ilha da Missão Velha	Grigório Henrique Genovez	6	0	0	0,65
32887	Ilha da Missão Velha	Pedro Pereira da Silva	0	0	0	0,40
32888	Ilha da Missão Velha	José Mateus	1	0	0	0,50
32889	Ilha da Missão Velha	Leoncio Jose Mateus	2	0	0	0,47
32890	Ilha da Missão Velha	Deugivan Henrique Genovez	2	0	0	0,67
32891	Ilha da Missão Velha	Grigório Henrique Genovez	0	0	0	0,93
32892	Ilha da Missão Velha	Djanira Gomes da Silva	8	0	0	1,24
32893	Ilha da Missão Velha	João Henrique Genovez	3	0	0	1,25
32894	Ilha da Missão Velha	Espedito José Torquato	2	0	0	1,82
32895	Ilha da Missão Velha	Tefanes Genovez Torquato	13	0	0	0,81
32896	Ilha da Missão Velha	Américo Ferreira Lima	7	0	0	1,24
32897	Ilha da Missão Velha	José Henrique Genoves	0	0	0	1,03
32898	Ilha da Missão Velha	José Henrique Genovez	1	0	0	0,30
32899	Ilha da Missão Velha	José Henrique Genovez	1	0	0	5,71
32900	Ilha da Missão Velha	José Henrique Genovez	10	0	0	0,87
32901	Ilha da Missão Velha	Antônio do Nascimento	2	0	0	0,77
32902	Ilha da Missão Velha	Aquida Rodrigues de Souza	1	0	0	1,50
32903	Ilha da Missão Velha	Teresa Rodrigues dos Santos	0	0	0	0,75
32904	Ilha da Missão Velha	Joana Rodrigues Lopes	0	0	0	0,39
32906	Ilha da Missão Velha	Pedro Torquato dos Santos	1	0	0	0,59
32907	Ilha da Missão Velha	Catarino Tertulio de Souza	0	0	0	4,99
32908	Ilha da Missão Velha	Domingo Torquato	0	0	0	1,26
34338	Ilha da Missão Velha	Pedro Torquato dos Santos	1	0	0	5,02
32835	Ilha do Inhanhum	Josenita Bernardo do Nascimento	1	0	0	43,13

CAD.	Ilha	Proprietários	Benfeitorias	Famílias	Pessoas	Área
32837	Ilha do Inhanhum	José Renato Gomes Cabral	2	0	0	17,28
32838	Ilha do Inhanhum	José Bernardes Sobrinho	6	0	0	21,47
32839	Ilha do Inhanhum	Maria Paz Gonzaga do Nascimento	6	0	0	17,55
32840	Ilha do Inhanhum	Jonas Felix de Souza	0	0	0	14,38
33562	Ilha do Inhanhum	Marina de Oliveira Tomáz	1	0	0	3,12
33563	Ilha do Inhanhum	Altina Alves Cavalcante	3	0	0	1,53
33565	Ilha do Inhanhum	Nestor Reis Cavalcante	0	0	0	4,73
33566	Ilha do Inhanhum	Guilherme Bernardo do Nascimento	0	0	0	24,30
34312	Ilha do Inhanhum	Jose Carlos do Nascimento	0	0	0	58,62
32566	Ilha do Inhanhum	Proprietário não informado	0	0	0	14,61

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

3.1.3 Quilombo e povoado de Inhanhum

O povoado de Inhanhum está politicamente e administrativamente localizado na zona rural do município de Santa Maria da Boa Vista (PE), na zona de Jusante do Reservatório – ZJ da UHE Riacho Seco. A comunidade de Inhanhum é a sede deste quilombo e tem como abrangência vila e a área rural de seu território que até o momento, não foi demarcado pelo Incra (Figura 3.1).

Inicialmente, é importante salientar que diante dos impactos ambientais que incidirão sobre o povoado de Inhanhum, apesar desta área não ser inundada com a formação do reservatório, a comunidade atingida poderá optar pela relocação do povoado.

Considerando esta possibilidade, a equipe multidisciplinar optou pela realização do cadastramento censitário em todas as propriedades ribeirinhas e nos imóveis deste povoado, incluindo assim, todas as famílias residentes.



Fonte: Chesf/restituição (2005)

Figura 3.1
Comunidade quilombola de Inhanhum localizada a jusante do eixo da barragem da UHE Riacho Seco - Santa Maria da Boa Vista (PE)

a) Regime de posse

De acordo com a pesquisa antropológica realizada neste estudo, na comunidade de Inhanhum ainda é possível encontrar reminiscências históricas do tempo do aldeamento indígena e da escravidão. Este fato levou ao desencadeamento do processo de etnogênese e à oficialização da identidade quilombola junto à Fundação Cultural Palmares – FCP, como pode ser visto com maiores detalhes no item 9 – Populações Tradicionais (item 9.4 – Comunidades quilombolas) deste Diagnóstico.

Nessa comunidade há expressiva população que se reconhece como quilombola, (cerca de 90,9 %), conforme mostra a Tabela 3.1. No entanto, 24 indivíduos que detêm lotes na área não se colocam nesta condição. Este fato traduz um dos conflitos que marca o processo de reconhecimento e fortalecimento da questão quilombola na região o conflito pela propriedade e uso das terras será um desafio a ser enfrentado pela comunidade quilombola, considerando, que uma vez demarcadas, constituirão propriedade coletiva do Quilombo de Inhanhum.

De acordo com a legislação vigente, esta demarcação será realizada pelo Incra e levará à desapropriação das terras daqueles que não se identificarem como parte da população quilombola.

Tabela 3.1
Condição de ocupação das propriedades no Quilombo de Inhanhum (PE)

Condição da ocupação	Nº de ocupações	Relação da ocupação
Quilombola	240	90,9
Não Quilombola	15	5,7
Proprietário	5	1,9
Ocupante	3	1,1
Arrendatário	1	0,4
Total	264	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

b) Benfeitoria e equipamentos

Inhanhum possui construções recentes, indicando o crescimento do povoado que conta com um sistema de abastecimento de água e uma lagoa de estabilização para tratamento do esgoto. As vias de acesso que fazem a ligação com outras comunidades e com Santa Maria da Boa Vista, permanecem sem pavimentação.

No quilombo de Inhanhum, 52,8% das benfeitorias correspondem às áreas plantadas com culturas permanentes. Outros 30,1% correspondem às moradias e o restante, são plantios com culturas temporárias, galpões, pastagens e sistemas de irrigação, entre outros, conforme mostra a Tabela 3.2.

Tabela 3.2
Benfeitorias existente no quilombo de Inhanhum (PE)

Tipo de benfeitoria	Nº de benfeitoria	Participação relativa (%)
Cultura permanente	363	52,8
Cultura temporária	09	1,3
Curral	31	4,6
Extrativismo mineral	01	0,1
Galpão	02	0,3
Moradia	207	30,1
Pastagem	22	3,3
Tomada de água	34	4,9
Outras	18	2,6
Total	687	100,0

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).



Figura 3.2 A e B
Equipamentos para captações de água em Inhanhum (PE)

Considerando-se apenas a sede do quilombo, o povoado de Inhanhum possui cerca de 178 imóveis. Entre eles, 158 imóveis são de uso residencial.

No núcleo central do povoado existem equipamentos de uso comunitário, como: igreja, posto de saúde, quadra de esportes, escola, prédio da associação comunitária (Figura 3.5 e Figura 3.6). A estrutura física do povoado se desenvolve ao longo da estrada que liga Santa Maria da Boa Vista a Orocó, margeando o São Francisco, conforme é possível observar na Figura 3.9.



Figura 3.3
Vista das ruas de Inhanhum (PE)



Figura 3.4
Vista das ruas de Inhanhum



Figura 3.5
Equipamento comunitário (quadra de esporte, Igreja e caixa d'água) - Inhanhum (PE)



Figura 3.6
Clube de Inhanhum (PE)

c) Estrutura da renda familiar

A renda familiar é baixa, com 72,3% da população declarando que tem até um salário mínimo como renda. Esta situação reflete um estado de pobreza observado tanto nas comunidades quilombolas, quanto naquelas que estão em processo de etnogênese. Entre as famílias pesquisadas 92,2%, afirmam que não ganham mais de três salários mínimos. Os que dizem não ter renda ou ganhar até um salário mínimo, em geral são aqueles que sobrevivem da agricultura e recebem benefícios dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Tabela 3.3
Estrutura da renda familiar em Inhanhum (PE)

Categoria da renda	Nº de famílias	Participação relativa (%)
Sem renda familiar	11	4,1
Até 01 Salário Mínimo	193	72,3
Até 03 Salários Mínimos	53	19,9
Até 05 Salários Mínimos	3	1,1
Até 10 Salários Mínimos	-	-
Acima de 10 Salários Mínimos	-	-
Não Informado	7	2,6
Total	267	100,0

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

d) Principais atividades desenvolvidas

A principal atividade econômica de Inhanhum é a agricultura, principalmente de sequeiro, existindo também lotes irrigados. Durante o levantamento cadastral realizado entre outubro e dezembro de 2008, foram declarados 56,34 ha de área cultivada, sendo 40,4 % (22,74 ha) de culturas permanentes e 29,7 % (16,75 ha) de culturas temporárias. O restante (29,9 %) corresponde a culturas diversas, conforme mostra a Tabela 3.4. Entre as culturas permanentes observa-se que a banana predomina (77,4 %), sendo seguido do maracujá (8,8 %) e da manga (4,8 %), mantendo assim o mesmo perfil observado no município de Santa Maria da Boa Vista e em toda a AID. Apenas 6,5 ha são cultivados com cebola, o que corresponde a 38,8 % das culturas temporárias.

Tabela 3.4
Áreas cultivadas em Inhanhum

Culturas Permanentes	Área cultivada (ha)	Participação relativa por cultura (%)
Banana	17,6	77,4
Coco	1,02	4,5
Goiaba	0,63	2,8
Limão	0,32	1,4
Mamão	0,04	0,2
Manga	1,10	4,8
Maracujá	2,01	8,8
Uva	0,02	0,1
Subtotal	22,74	40,4 (*)
Culturas Temporárias		
Melancia	0,50	3,0
Arroz	1,00	6,0
Cebola	6,50	38,8
Feijão	3,25	19,4
Mandioca	2,50	14,9
Pimenta	2,00	11,9
Melão	0,50	3,0

Culturas Permanentes	Área cultivada (ha)	Participação relativa por cultura (%)
Milho	0,50	3,0
Sub Total	16,75	29,7 (*)
Outras	16,85	29,9 (*)
Total	56,34	100

Fonte: Bancos de dados/2008.

Nota: (*) Participação relativa à área total cultivada.

As áreas de sequeiro dessa comunidade constituem-se, em boa parte, de solos do Cristalino, considerados como Pediplano apto, tendo de forma parcial, solos de relativa potencialidade agrícola da classe dos Luvisolos pouco profundos, associados com solos inferiores da classe Planossolo. As áreas irrigadas ocupam uma estreita franja de Terraço Fluvial (TF), que compõe solos de boa qualidade para a agricultura.

Com relação à pecuária, predomina a criação de aves (23,0%) e de suínos (22,8%) que corresponde, em geral, à criação para consumo doméstico. Conforme apresentado na Tabela 3.5, a comunidade também cria animais de carga e de transporte (7%), que constitui uma atividade típica de comunidades rurais. Da mesma forma que ocorre em toda a AID, o rebanho de caprinos e ovinos (31,5%) superam juntos o rebanho de bovinos (15,2%).

Tabela 3.5
Pecuária em Inhanhum

Criação	Nº de cabeças	Participação relativa (%)
Animais de carga (jegue, jumento).	06	1,6
Animais de transporte (cavalo, mula, muá).	20	5,4
Aves	85	23,0
Suínos	84	22,8
Bovinos	56	15,2
Caprinos	61	16,6
Ovinos	55	14,9
Outros	02	0,5
Total	369	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

e) Educação

A escola do povoado - Escola Professor Casimiro Lucas, é de Ensino Fundamental, possuindo 178 alunos e 10 professores. Esta escola possui salas de aula, instalações sanitárias e uma pequena cozinha para preparo da merenda (Figura 3.7).



Figura 3.7
Escola Municipal Cassimiro
Lucas em Inhanhum (PE)



Figura 3.8
Posto de Saúde de Inhanhum

f) Saúde

Com relação à saúde, o povoado tem um posto de saúde que é atendido pelo Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS, onde atuam uma enfermeira e uma agente de saúde (Figura 3.8).

3.2 Margem baiana - ZJB

Na, margem baiana, a ZJ abrangerá uma área com 678,6 ha, incluindo:

- A área do canteiro de obras;
- O povoado de Sítio Poços;
- A sede do distrito de Riacho Seco.

3.2.1 Canteiro de obras

O local do canteiro de obra é formado por quatorze propriedades que ocupam uma área total de 64 ha, com 34 benfeitorias, sendo quatorze delas atingidas pelo reservatório e pela faixa da APP. Uma das propriedades apresenta cinco famílias com 21 pessoas, mas nenhuma delas está situada na área atingida.

Esta situada na margem esquerda da BA-210 e fica bem próxima ao povoado de Riacho Seco (Figura 3.11) e do eixo da barragem.

Na Figura 3.9, pode ser observado o local do canteiro de obras, margeando um dos braços do rio São Francisco, formados pela Ilha de Inhanhum, onde serão construídas a barragem e o canal de interligação.



Figura 3.9
Local do canteiro de obras da UHE Riacho Seco no
Distrito de Riacho Seco - Município de Curaçá (BA)

3.2.2 O povoado de Sítio Poços

O povoado de Sítio Poços faz parte da área rural do Distrito de Riacho Seco (município de Curaçá-BA). A comunidade localiza-se à aproximadamente 1,5 km do distrito de Riacho Seco e 35 km da sede do município de Curaçá, seu principal acesso é pela BA-210.

Na localidade vivem aproximadamente 15 famílias que, em geral, tem como única atividade econômica a agricultura familiar e de subsistência, existindo ainda alguns poucos criadores de caprinos, ovinos, suínos, e bovinos, sendo que estes proprietários possuem poucas cabeças, geralmente para consumo familiar ou para formar uma pequena poupança para momentos de necessidades.

A comunidade é simples e humilde, suas casas são de alvenaria ou taipa (sendo algumas mistas) todas térreas, com poucos cômodos. Algumas possuem fossa séptica, e os esgotos são a céu aberto. Com relação à saúde pública, a localidade conta apenas com a atuação de Agentes Comunitários de Saúde. O Posto de Saúde mais próximo fica em Riacho Seco.

Em Sítio Poços existe um prédio escolar, que é uma extensão da Escola Municipal Maria Gorete localizada em Cerca de Pedra. Neste prédio é ofertado para as crianças locais o ensino das series iniciais do Ensino Fundamental (2^a, 3^a e 4^a série em classes multiseriadas) e Educação de Jovens e Adultos - EJA. Para ter acesso às series finais do Fundamental e ao Ensino Médio, os jovens desta localidade, em geral, recorrem ao Distrito de Riacho Seco, onde se encontram boas escolas públicas, ou a sede municipal.

Como é possível visualizar na Figura 3.10, o povoado de Sítio Poços é o mais próximo da área onde deverá se instalar o canteiro de obras e, conseqüentemente, será o que mais sentirá os impactos com esta convivência.

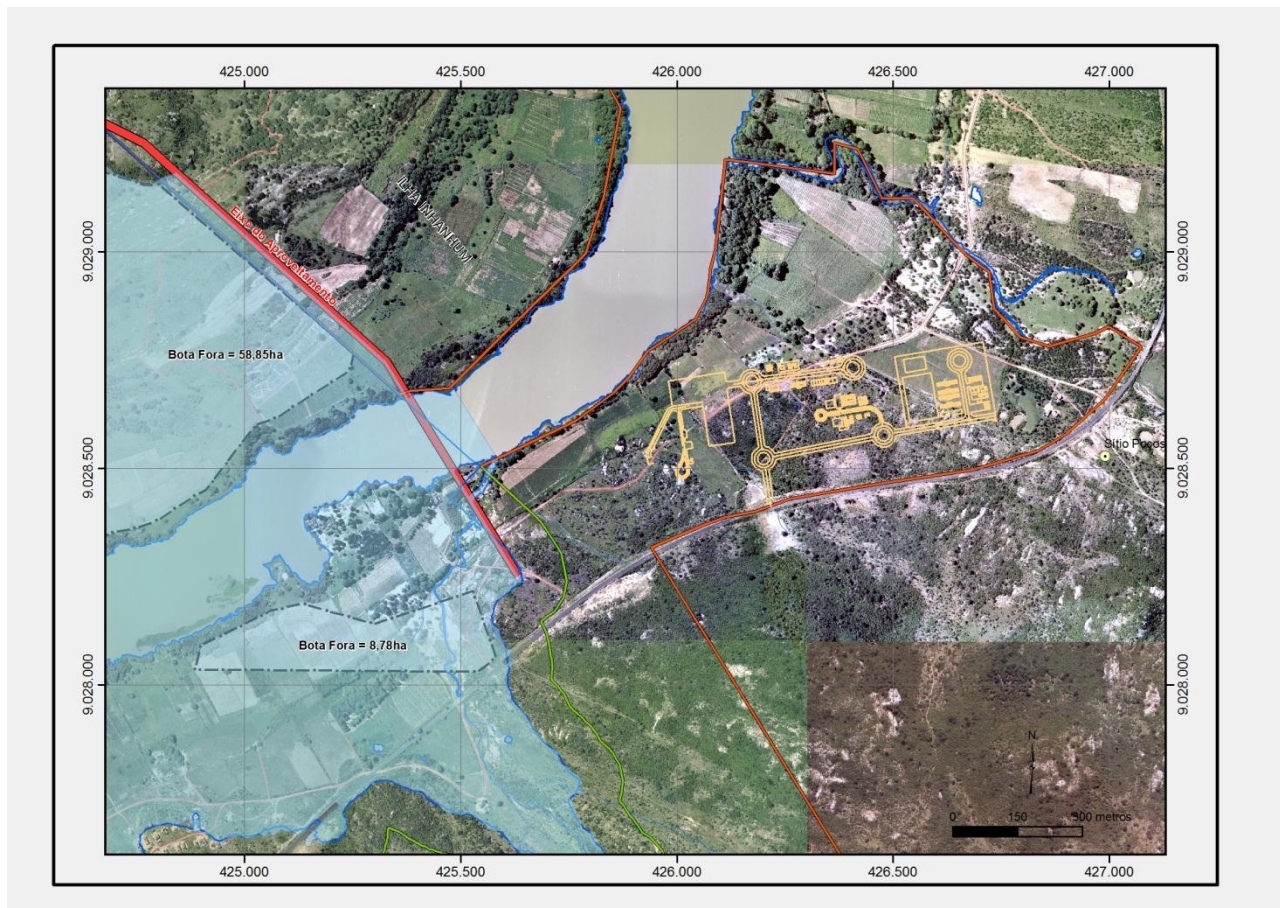


Figura 3.10
Povoado de Sítio Poços – Localização em relação ao canteiro de obras

3.2.3 Distrito de Riacho Seco

O Distrito de Riacho Seco está localizado no município de Curaçá, a jusante da futura barragem da UHE Riacho Seco e nas proximidades do local onde será implantado o canteiro de obras. O distrito tem como abrangência a vila que é a sede distrital e uma área rural, sendo que apenas a área situada na faixa de 3 km a parte do eixo da barragem é que está inserida na ZJ (Figura 3.11). Sua vila é referência para as localidades de seu entorno para acesso aos serviços de educação, saúde e comércio de primeiras necessidades.



Fonte: Chesf/restituição (2005)

Figura 3.11
Povoado de Riacho Seco e parte da área rural
do Distrito – Município de Curaçá (BA)

Não há unanimidade quando se fala da origem do lugar. Há quem defenda a tese de que Riacho Seco, reconhecida por sua tradição e força política, foi fundada em 1906, pelo fazendeiro Luiz Borges do Nascimento. No entanto, sabe-se que em 1898, Antônio Conselheiro esteve no local onde construiu o cruzeiro (Figura 3.12 A e B) e o cemitério, que atualmente se encontra em ruínas. Quanto à denominação, a população local informou que decorre da existência de um riacho situado perto da entrada para o Distrito que passou “quase 20 anos sem botar água”.



Figura 3.12 A e B
Vista do cruzeiro construído por Antônio Conselheiro em
1898 e a Igreja de Riacho Seco – Distrito de Curaçá (BA)

A igreja, bem cuidada e imponente, foi construída há 70 anos e reformada mais recentemente pelo Padre José Luna, pároco da região. A localidade, como é comum em muitos depoimentos recolhidos nas duas margens, já contou com grandes festas

religiosas, sendo a principal, dedicada ao padroeiro - São Luiz Gonzaga, que acontecia no dia 21 de junho. Como nessa época, os fazendeiros iam viver na caatinga para poder cuidar do gado, a festa foi mudada para o mês de agosto, quebrando a tradição e por este motivo, a festa nunca mais foi à mesma. Hoje a festa da agricultura é o maior evento do lugar, mas não tem o forte cunho religioso que tinha antes.

No povoado de Riacho Seco, a população conta com uma estrutura de serviços de boa qualidade, se considerarmos a realidade da região. Encontram-se também bares e lanchonetes que funcionam, principalmente nos fins de semana e feriados, contribuindo para o reforço da renda da população local.



Figura 3.13
Estrutura do SAAE que abastece o povoado de Riacho Seco (BA)



Figura 3.14
e o matadouro do povoado de Riacho Seco (BA)



Figura 3.15
Mercado da vila de Riacho Seco (BA)



Figura 3.16
Vista de Rua da vila sem calçamento no povoado de Riacho Seco (BA)

Diferentemente da situação do povoado de Inhanhum, no povoado de Riacho Seco não ocorre a possibilidade de sua relocação. Apesar dos impactos ambientais que incidirão em Riacho Seco, o seu contexto socioeconômico, político e cultural é bem diferente do cenário que ocorre no quilombo de Inhanhum e por este motivo, neste povoado foi

realizado apenas uma pesquisa qualitativa envolvendo os principais indicadores sociais e de qualidade de vida desta comunidade.

a) Beneficência e equipamentos

De acordo com a pesquisa qualitativa realizada, este povoado apresenta 517 imóveis, conforme apresentado na Tabela 3.6, a seguir.

Tabela 3.6
Quantitativo de imóveis por categoria de uso - povoado Riacho Seco (BA)

Categoria	Quantitativo	Participação relativa (%)
Residencial	432	83,56
Comercial	18	3,48
Serviços	26	5,03
Industrial	01	0,19
Misto (residencial e outro uso)	13	2,51
Educacional	03	0,58
Institucional	01	0,19
Agrícola	03	0,58
Outros	14	2,71
Não informado	06	1,16
Total	517	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

A grande maioria dos imóveis deste povoado (83,6%), refere-se ao uso exclusivamente residencial. Os bares e lanchonetes situados às margens do São Francisco foram cadastrados na categoria “serviços”. Esta categoria inclui também, o Cartório de Registro Civil, enquanto a categoria “institucional” refere-se ao Quartel do Primeiro Pelotão de Polícia de Riacho Seco.

b) Principais atividades desenvolvidas

A principal característica da área rural do Distrito de Riacho Seco é a agricultura de subsistência com culturas irrigadas em pequenos espaços disputados junto ao rio. Eventualmente, no período de janeiro a abril, plantam-se culturas de sequeiro como: milho, feijão vigna, melancia e pimentão. Em relação à pecuária, predominam os rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos, criados de forma extensiva (soltos na caatinga) em áreas de uso coletivo, sem controle sanitário eficiente. Toda produção local destina-se aos mercados locais, como as feiras livres, e ao mercado do produtor (Ceasa) de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

c) Saúde

Em relação aos serviços de saúde, o Distrito conta uma equipe do Programa Saúde da Família, que atua no Posto de Saúde de Riacho Seco e tem um quadro de profissionais formado por um médico, uma enfermeira chefe, dois técnicos de enfermagem e um auxiliar administrativo, além de sete Agentes Comunitários de Saúde – ACS, que atuam em toda a área do Distrito. Cada agente de saúde é responsável por 150 famílias. Os

cursos de capacitação são anuais e com uma carga horária de oito horas. No entanto, existem queixas sobre a eficácia desses cursos. Segundo os entrevistados, além da insuficiência das horas de aulas, os custos com alimentação e deslocamento são de responsabilidade de cada agente, o que gera insatisfação. É importante ressaltar, que o médico reside na cidade de Curaçá contribuindo para o seu absenteísmo, deixando a comunidade sem assistência médica nos dias em que não comparece ao Posto de Saúde.

d) Educação

O Distrito de Riacho Seco possui quatro escolas: Escola Estadual Ananias Carlos Nascimento, Escola Municipal José Carlos Aleluia, Creche Maria Josenita Ambrósia dos Santos e Escola Municipal Luiz da Costa Mendonça.



Figura 3.17
Escola Estadual Ananias Carlos Nascimento



Figura 3.18
Escola Municipal Luiz da Costa Mendonça



Figura 3.19
Creche Maria Josenita Ambrósia dos Santos



Figura 3.20
Escola Municipal José Carlos

A Escola Estadual Ananias Carlos Nascimento foi recentemente reformada, e atende alunos desde a creche até o segundo grau completo, além de oferecer turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Com boa infraestrutura, esta escola dispõe de salas bem dimensionadas, corredores e pequenos pátios de recreação, quadra de esportes construídas na praça pública, como um recurso de lazer disponível também para a comunidade.(Figura 3.21). A instituição tem 49 anos de fundação e recebeu esse nome porque o terreno onde foi construída foi doado pela família Nascimento, uma das

primeiras a se fixar na localidade. Possui laboratório de informática, conta com 19 professores, sendo 16 pós-graduados e não tem classe multiseriada.

Não há registro de violência e a repetência é baixa. Como recurso agregador, a escola tem ciclo de palestras sobre DST, gravidez precoce, cidadania e aulas de religião. Tem capacidade para 450 alunos e no ano de 2008, contava com 362 alunos matriculados.



Figura 3.21
Quadra poliesportiva da Escola Estadual –
Distrito Riacho Seco (BA)

A Escola Municipal José Carlos Aleluia, fundada em 1992, oferta o Ensino Fundamental e o EJA. Possui 32 professores e apenas dois não possuem graduação, sendo que a maioria é residente no povoado de Riacho Seco. Os professores graduados, em geral, estudaram na Universidade Federal de Pernambuco ou no campus de Curaçá que está ligado à Faculdade de Formação de Professores de Petrolina.

Esta escola possui seis salas de aula próprias e mais uma alugada, além de três banheiros, biblioteca, secretaria, pátio, cantina e sala de apoio ao professor. Como diferencial essa escola tem no currículo a disciplina de Técnicas Agrícolas, onde os alunos participam de aulas práticas em um canteiro experimental. A Escola recebeu o “Selo Unicef” pelo projeto “Educação no Sertão”. Em geral, os alunos do Distrito estudam pela manhã, enquanto que os alunos residentes nas fazendas estudam à tarde. Neste período, a escola oferece um curso, chamado de “Introdutório”, para adaptação dos alunos que fizeram as séries iniciais em escolas da área rural, já que elas são multiseriadas e seus alunos não conseguem acompanhar o ensino seriado. Não se observa violência, sendo a gravidez na adolescência o problema mais relevante.

A Escola Municipal Luiz da Costa Mendonça disponibiliza vagas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Este último funciona no turno da noite com alunos oriundos da área rural do distrito. O transporte é feito através de carros particulares. A escola tem onze professores, sendo três leigos (apenas um atua em sala de aula). Em geral, os professores dessa escola fizeram seus cursos de licenciatura na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Curaçá. A escola possui quatro salas próprias, além de três alugadas e uma cedida. Em função da defasagem de aprendizado, esta escola também conta com o “Introdutório” para preparar os alunos que iniciaram os estudos nas escolas rurais. Não se observa evasão escolar, nem violência. A escola tem uma mini biblioteca, os materiais

gerais são adquiridos através da Unidade Executora, enquanto que os livros são regularmente enviados pelo MEC.

A Creche Maria Josenita Ambrósia dos Santos, inaugurada em 2000, atende cerca de 60 crianças, chegando em algumas épocas do ano a 100 alunos. Quanto à estrutura física, possui um berçário, três salas, cozinha, refeitório e dois banheiros, sendo um deles com chuveiro. Na ocasião da pesquisa (novembro/2008), o berçário não estava funcionando devido à falta de pessoal. A creche possuía apenas 20 funcionários e só aceita crianças que já sabem andar.

4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE MONTANTE – ZM

4.1 Margem pernambucana

Neste item serão apresentadas as principais comunidades, povoados, área urbana e assentamentos situados em cada uma das zonas e subzonas definidas anteriormente no zoneamento da paisagem socioeconômica da AID, adotando-se o sentido de montante para jusante da barragem.

4.1.1 Subzona Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMP1

a) Quilombo/Comunidades quilombolas Cupira

Esta comunidade tradicional foi certificada como quilombola pela Fundação Palmares em 2008 e está em processo de regularização de seu território junto ao Incra. Está localizada no trecho próximo ao local de onde se pretende construir a barragem da UHE Riacho Seco.

A comunidade de Cupira (Figura 4.1 A e B) é formada por dois aglomerados de casas: Cupira de Baixo e Cupira de Cima, sendo que Cupira de Baixo será mais diretamente atingida, tendo grande parte de sua área inundada com a implantação do projeto.

Existem 150 famílias nesta comunidade, totalizando 646 pessoas, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Boa Vista (2008).

As comunidades quilombolas da AID têm acesso a serviços e políticas públicas dirigidas aos quilombolas, como o Projeto Produzir, o Bolsa Família Quilombola, recursos para melhoramento e construção de escola e postos de saúde, inclusive, verbas para a regularização do território. Cupira e Inhanhum mantêm relações sociopolíticas de aliança e parentesco, formando uma estreita rede de sociabilidade intercomunitária. Como seus territórios são limítrofes, se apresentando como uma área contínua é provável que esta formação coletiva seja mantida durante a delimitação das áreas a serem tituladas, respeitando assim seus históricos laços de parentesco, ocupação do território e organização sociopolítica. Pelo fato de já terem recebido o reconhecimento da Fundação Palmares como remanescentes de quilombos, possuem um grau de articulação e mobilização a partir do fator étnico, devendo se constituir em maior potencial de conflito contra o empreendimento. Algumas lideranças da comunidade possuem terceiro grau e outros têm pós-graduação em pedagogia.

O fato de estar situada nas proximidades da Sede de Santa Maria da Boa Vista facilita a mobilidade para o polo de Petrolina/Juazeiro e mesmo o acesso às capitais. Conseqüentemente, facilita a formação de rede de parcerias, que por sua vez, influencia na formação de lideranças nem sempre legitimadas pelo grupo, o que pode ser percebido em algumas reuniões realizadas na comunidade.

A comunidade possui Associações de Moradores assim como outras associações focadas na busca das origens étnicas, mesmo que ainda incipientes, principalmente no que se refere à história da origem do quilombo e às questões culturais como costumes, culinária e outros que tipificam as raízes de uma comunidade negra.

A comunidade de Cupira possui duas escolas, sendo uma Estadual (José Lustosa Cantarelli) e outra Municipal (Estanislau Medrado). Nesta comunidade verifica-se a criação de bovinos, caprinos e até alguns equinos de bom porte. A proximidade do rio facilita a pesca e alguns moradores utilizam barcos a remo e a motor, para locomoção. O transporte coletivo é regular e as vans cumprem seu papel como transporte alternativo.



Figura 4.1 A e B
Cupira – casa de farinha e terraços fluviais
cultivados, Santa Maria da Boa Vista (PE)

b) PA Caraíbas II

O PA Caraíbas II foi instalado pelo Incra em 24/10/2001 com 371,3 hectares de terras desapropriadas da Fazenda Caraíbas, localizada a jusante de Santa Maria da Boa Vista. Trata-se do único Projeto de Assentamento ribeirinho localizado nesta.

Nele estão assentadas 40 famílias, cabendo a cada uma um lote com 9,5 ha, sendo destinadas faixas de terra medindo 16m (frente) x 600m de extensão como lote irrigado, totalizando uma área de 9.600 m², o que equivale a menos de 1 ha, em terraço fluvial.

A área plantada (Figura 4.2 A, B e C) é de 40 hectares com prioridade na produção de culturas de mercado, conforme apresentado no Quadro 4.1. Utilizam pouca área com cultivos de subsistência.



Figura 4.2 A, B e C
Áreas de plantio no PA Caraíbas II
Santa Maria da Boa Vista (PE)

Além dos plantios, os assentados desenvolvem pequenos criatórios de caprinos, ovinos e bovinos em área comunitária.

No processo produtivo todos os insumos são adquiridos com recursos dos próprios assentados que só tiveram crédito para custeio da produção de arroz, através do Banco do Brasil, mas perderam a maior parte da produção e estão em dificuldades para pagar o empréstimo. Além disso, há inadimplência no pagamento da energia elétrica para a irrigação e os cortes de fornecimento são constantes.

Quadro 4.1
PA Caraíbas: Plantios localizados em terraço fluvial

Tipo de destino/ lavoura	Área Plantada (ha)	Culturas/área cultivada (ha)
Mercado		
- Permanentes	26,0	Banana (20), goiaba (4), maracujá (2), mangueiras nativas (10 pés)
- Temporárias	9,0	Arroz (5), cebola (2), melão (1), pimentinha e capim
Subsistência	5,0	Feijão, milho, batata doce, macaxeira e mandioca
Total	40,0	

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008).

Segundo entrevista com o presidente da Associação, as maiores dificuldades se referem a pouca terra para plantios, início de salinização do solo, nematóides na maior parte da área e desunião na hora de pagar a energia elétrica consumida.

O PA tem uma organização territorial bem definida. Entre o rio e a vila, há um terraço fluvial onde se destacam os plantios irrigados. Entre a vila e a BR-428, existem dois ambientes coletivos distintos: o primeiro, de solo muito pedregoso e caatinga densa, com forte concentração de cupins e Mandaçaias (*Melipona quadrifasciata*) (Figura 4.3) na vegetação e, o segundo, formado por um amplo bosque de Algarobas onde o gado bovino, caprino (Figura 4.4) e ovino se concentra.



Figura 4.3
Caraíbas II – Criação de abelhas
Mandaçaias, Santa Maria da
Boa Vista (PE)

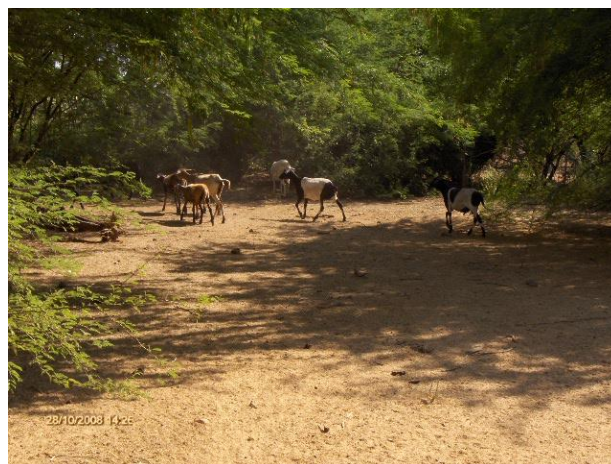


Figura 4.4
PA Caraíbas II – Criatório de ovinos e
caprinos, Santa Maria da Boa Vista (PE)

A propriedade do assentamento é conhecida pela forte presença de abelhas Mandaçaias e por este motivo, já houve a implantação de projetos de meliponicultura, antes da instalação do assentamento. Essas abelhas, sem ferrão, têm baixa produtividade na produção de mel, comparativamente a outras espécies de abelhas, a exemplo da Italiana. No entanto, elas produzem um mel de qualidade superior, reconhecido por suas propriedades medicinais, sendo por isso vendido a um preço bem superior ao mel produzido pelas abelhas Italianas. Segundo os assentados entrevistados durante as pesquisas de campo, não há assistência técnica para as famílias nessa atividade e, por isso, várias pessoas de fora vêm retirar colmeias na área de Caatinga do assentamento, sendo encontrados vários sinais de queima de enxames para a retirada de mel, o que caracteriza absoluta desinformação da própria comunidade quanto às características dessas abelhas (melíponas) nativas que são mansas, não têm ferrão e podem ser criadas nos quintais e varandas das casas.

A infraestrutura e equipamentos coletivos sob a responsabilidade da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Caraíbas II se resume a: Bombas de 2,5 e de 10 CV para atender às áreas de plantio e de 3 CV para o abastecimento d'água da vila; seis transformadores (dois trifásicos de 40 KVA e quatro monofásicos de 15 KVA); treze postes de alta tensão e 29 de baixa tensão (desses, sete pertenciam à antiga fazenda); fiação; 15.000 m de cercas (mourões e arame); 1.200 m de canos; duas forrageiras; três picadeiras de palma e uma forrageira com motor a diesel.

A vila do assentamento (Figura 4.5 A, B e C e Figura 4.6 A, B e C) está localizada na beira da estrada ribeirinha que liga a cidade de Santa Maria da Boa Vista ao povoado de Inhanhum, tendo à frente os plantios e como vizinhos, de um lado a comunidade Jardineira e do outro, Caraíbas II e Ambrósios.

A maioria dos assentados era moradora beiradeira das comunidades de CaraíbasII/Ambrósios e Cupira. Aproximadamente 20% das famílias contam com

aposentadoria de um salário mínimo. Durante a pesquisa de campo, realizada no trimestre outubro/dezembro de 2008, estava sendo instalada energia elétrica na vila do assentamento. O abastecimento d'água é feito por bombeamento para um pequeno reservatório, sendo então, distribuída para as casas.



Figura 4.5 A, B e C
PA Caraíbas II – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.6 A, B e C
PA Caraíbas II – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)

c) Coripós

Esta comunidade tradicional está em processo de etnogênese, podendo vir a solicitar a certificação de sua identidade quilombola à Fundação Palmares, em razão de se evidenciarem diversas ocorrências de endogamia intercomunitária e relações matrimoniais com outras comunidades tradicionais, inclusive com quilombolas já certificadas no município.

Esta comunidade, de quase duzentos anos, teve seu nome atribuído em homenagem a uma antiga aldeia indígena localizada nas proximidades. Reminiscências históricas como o muro de pedra feito pelos índios aldeados na então Missão dos Coripós e as árvores centenárias cultivadas por antigos moradores, atestam o tempo de fundação da comunidade.

Ela tem uma singular importância na manutenção da religiosidade de raiz afro e possui três terreiros localizados em suas terras. Pela sua importância histórica, seu nome foi dado ao museu de Santa Maria da Boa Vista, que resgata parte da história e das tradições étnico-religiosas do município.

A comunidade planta manga, cebola e arroz (Figura 4.7), e durante os levantamentos de campo, uma parte das terras dos aluviais estava sem utilização ou com plantação de algaroba (Figura 4.8).



Figura 4.7
Coripós - Cultivo de arroz, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.8
Coripós - Floresta de algaroba, Santa Maria da Boa Vista (PE)

4.1.2 Subzona de Influência Urbana – ZMP2

O destaque desta subzona é a própria cidade de Santa Maria da Boa Vista que polariza toda a área, influenciando na rotina e na comercialização pelos produtores. Neste trecho não existem comunidades estruturadas pelo fato de que tudo passa a ser resolvido na cidade, sendo que muitos dos produtores e trabalhadores atuam nas propriedades, mas moram na cidade.

a) Santa Maria da Boa Vista (PE)

O detalhamento da cidade de Santa Maria da Boa Vista é apresentado no item 1.3.1 deste Diagnóstico.

b) Umbuzeiros

A comunidade de umbuzeiro foi originalmente formada por antigos ocupantes da antiga Fazenda Umbuzeiro. Localizada na faixa ribeirinha a oeste da cidade de Santa Maria da Boa Vista, a comunidade possui 100 pessoas, agrupadas em 17 famílias residentes, que vivem, geralmente, em pequenas propriedades, voltadas principalmente para a agricultura. As terras são exploradas por proprietários, meeiros e arrendatários.

A proximidade da sede municipal e a falta de serviços de saúde e escola, faz com que as famílias morem na cidade e trabalha em seus sítios.

4.1.3 Subzona de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais – ZMP3

De um modo geral, os Projetos de Assentamento - PA se caracterizam por apresentarem um processo de pauperização das famílias assentadas. Observa-se ausência de laços sociais profundos com a região, evidenciando-se uma ligação predominantemente econômica com a terra. Por essa razão, possuem forte expectativa de melhores

condições de vida com a construção da UHE Riacho Seco, apesar do baixo grau de articulação e mobilização para reivindicarem melhores condições de vida.

A seguir, são apresentados os PA situados nesta subzona do reservatório.

a) PA Associação dos Produtores Agropecuaristas - APA de Santa Maria da Boa Vista

O assentamento, criado em 04/05/2005, é de iniciativa da Associação dos Produtores Agropecuaristas de Santa Maria da Boa Vista, com o apoio do Projeto Renascer (Figura 4.9) e com de crédito fundiário da Funtepe.

Localizado em terras adquiridas em 2005 da fazenda Umbuzeiro, a propriedade do assentamento conta com 294,0 ha, tendo 84 metros de margem de rio e cinco quilômetros de comprimento, cortados pela BR-428 ao lado da qual, no sentido oposto ao rio, está sendo construída a vila.

Os assentados têm uma característica diferente em relação aos dos outros projetos de assentamento: o grupo é composto por 20 famílias (72 pessoas) de filhos de reassentados pela Chesf no Projeto Caraíbas/Fulgêncio.

Apesar de oficializado em 04/05/2005, somente a partir do segundo semestre de 2008 foi dado início à construção da vila (Figura 4.10), à implantação da infraestrutura do sistema de irrigação e à preparação do terreno - 30 ha de terraços aluviais das margens do rio - para os plantios de banana, manga, uva, goiaba, mamão, maracujá, cebola, feijão e milho.

No período dos levantamentos de campo, o assentamento estava na fase de encaminhamento de projetos para construção de casas, implantação de abastecimento d'água e eletrificação e investimentos nas áreas de plantio com implantação dos sistemas de irrigação por aspersão, cabendo oito aspersores por cada família assentada.

A infraestrutura e equipamentos comunitários incluem: duas bombas de 2,5 CV; 2.500 m de cercas; 1.980 m de adutora em tubo PVC; casa de bomba; um transformador 45 KVA; dois postes (alta e baixa tensão); duas casas de alvenaria na beira rio; 3.000 m de canos de distribuição e 160 aspersores.



Figura 4.9
PA APA – Entrada do assentamento -
Santa Maria da Boa Vista (PE)

Figura 4.10
Vila do PA APA - Santa
Maria da Boa Vista (PE)

b) PA Nossa Senhora da Conceição

O PA Nossa Senhora da Conceição é um assentamento em fase de estruturação, criado em 13/08/1999, através de processo de desapropriação. Ocupa 3.443,4 ha distribuídos por 140 famílias, cabendo a cada uma 24,6 hectares sendo, no entanto, apenas 1,0 ha destinado a plantios irrigados.

Os lotes de plantios irrigados correspondem a tiras de terra com apenas onze metros de largura, de frente para a margem do rio, e são cortados pela Lagoa Goiás que se estende por vários quilômetros atingindo também o assentamento Boqueirão. Assim, os lotes individuais se dividem em 0,5 ha no espaço entre a lagoa e o rio e outro 0,5 ha entre a lagoa e a vila.

Dependentes da energia elétrica para a irrigação e com dívidas acumuladas, os assentados ocupam cada vez menos área com plantios, reduzindo a apenas meio hectare por família. A inadimplência que provocou o corte de energia elétrica empobrece cada vez mais a população que hoje sobrevive de benefícios do Governo, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Através de cotas, uns pouco assentados adquiriram um motor de modesta proporção, o que permite retirar uma produção muito pequena, ainda que diversificada, incluindo principalmente banana, maracujá, cebola, melão, feijão e macaxeira. Os criatórios de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) obtidos através de crédito do Pronaf, constituem prática da maioria das famílias.

As 140 famílias assentadas estão distribuídas em duas vilas (Figura 4.11 e Figura 4.12) integrando-se à comunidade de Nova Olinda. Entre os assentados incluem-se meeiros com tradição de produtores que moravam nessa comunidade e tinham roças nas terras da fazenda (Estreito) ocupada. Nova Olinda sobrevive sem ter acesso aos programas de crédito do Governo, já que não foi alvo de nenhum programa de assentamento, o que causa uma sensação de injustiça entre os moradores, assim como um desconforto por conviverem com a população do PA N. S. da Conceição, que não tem os mesmos hábitos nem identidade com o modo de vida das populações tradicionais, gerando conflitos sociais.

As vilas têm razoável infraestrutura, contando com escolas, quadra esportiva, energia elétrica e sistema de abastecimento d'água que, todavia, não funciona, em vista dos cortes sucessivos no fornecimento de energia por inadimplência de pagamento (Figura 4.13 A e B).



Figura 4.11
PA Nossa Senhora da Conceição - Vista panorâmica parcial da vila I, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.12
PA Nossa Senhora da Conceição - Vista panorâmica parcial da vila II integrada à comunidade Nova Olinda, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.13 A e B
PA Nossa Senhora da Conceição - Formas de abastecimento d'água do assentamento durante os cortes de energia - Santa Maria da Boa Vista (PE)

O PA possui uma escola em estado precário de conservação que atende do pré-escolar à 4ª série. Os alunos que ultrapassam o grau de escolaridade disponível no assentamento, frequentam escolas das comunidades vizinhas, inclusive a de Nova Olinda que apresenta um bom aspecto e tem corpo de professores atuante.

Conta com dois agentes de saúde que além do PA, atendem Nova Olinda e outras comunidades mais dispersas. No período do levantamento de campo, estava em

implantação o Programa da Pastoral da Criança, considerando a existência de casos de subnutrição na 1ª infância.

c) PA Boqueirão

O Assentamento Boqueirão (Figura 4.14 A, B e C), em fase de estruturação, foi criado em 30/06/1997 por processo de desapropriação de terras da Fazenda Timbaúba Agrícola, antes pertencentes ao Grupo Queiroz Galvão. Com área de 1.102,0 ha distribuídos entre 105 famílias, os lotes individuais são de 10,5 ha por família, distribuídos em 1,0 ha na margem do rio, 4,0 ha em terras de tabuleiro e o restante em área de sequeiro na Caatinga, situada além da BR-428. Hoje, segundo levantamento da Secretaria de Saúde do Município (2008), existem 95 famílias e 427 pessoas.

Segundo entrevistas com os assentados havia na beira do rio um belo casarão todo em madeira, janelas de vidro, cozinha e banheiros de luxo, piso de madeira e portas trabalhadas em madeira maciça. Logo que o PA foi criado, a própria coordenação da Associação tratou de mutilar o patrimônio existente, retirando janelas, portas, pias e vasos sanitários e instalando nas suas próprias casas. Por último, desmontaram a casa e venderam a madeira.

Na beira do rio, as áreas de plantio respeitam a faixa da Área de Preservação Ambiental. Cada lote tem 15 metros de margem, tendo ainda, a interferência da lagoa Goiás nas áreas de plantio. Assim, os lotes individuais são separados pela lagoa em duas parcelas, ou seja, 0,5 ha no espaço entre a lagoa e o rio, e 0,5 ha entre a lagoa e a vila.

Os plantios instalados incluem lavouras permanentes de manga, banana, uva, goiaba, pinha, coco da baía, caju, maracujá e acerola, bem como as culturas temporárias de melão, melancia, cebola, tomate, pimentão, feijão, milho e macaxeira. A maioria dos assentados tem criação de caprinos, ovinos, bovinos, porcos e aves.

A indisponibilidade de energia elétrica para o desenvolvimento do processo produtivo foi um problema enfrentado pelos assentados durante muito tempo, guardando semelhança com os desafios enfrentados pela maioria dos assentamentos. Segundo a presidente em exercício da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Boqueirão, Sra. Luzinete,

“o sistema inicial de fornecimento de energia elétrica era coletivo, a partir de um único relógio que era contabilizado o consumo, tanto das áreas de plantio quanto do abastecimento d’água da vila. Esse sistema se mostrou inoperante tendo em vista que não havia sido fomentada uma consciência coletiva capaz de honrar os compromissos assumidos perante a coletividade. O endividamento foi crescendo até que inviabilizou a produção. Em 2005, o governo, a título de ajuda e incentivo, enviou a todos, os parcelados recursos (R\$ 1.000 por família) do Programa Semiárido. Na oportunidade, foi quitada toda a dívida com a Celpe. Foram feitos investimentos na individualização do consumo de energia com a instalação de dois transformadores e quatro relógios, cada um atendendo o consumo de dois grupos de doze ou treze lotes. Outro relógio atende o consumo da vila em conta única cujo rateio é de R\$ 5,00/mês/família. Esse mesmo valor é cobrado pelo abastecimento d’água. A comunidade pressiona e ameaça de

expulsão o assentado que não pagar a conta de energia produtiva que oscila de R\$ 40,00 a R\$ 100,00 por lote/mês”.

Pelo que se pode observar a população ainda não atingiu o grau de maturidade necessário, pois os atrasos são constantes, segundo a presidente da Associação.



Figura 4.14 A, B e C
PA Boqueirão – Vila do assentamento e os quintais produtivos das casas, Santa Maria da Boa Vista (PE)

A Infraestrutura e equipamentos coletivos incluem: um galpão para uso da associação; quatorze bombas (oito de 15 CV, uma de 20 CV, duas de 10 CV, uma de 7,5 CV e duas de 3,5 CV); adutora; 1.250 m de canos de 6 pol.; 1.250 m de canos de 3 pol., 9.410 m de canos de 4 pol.; 400 m de rede elétrica de alta tensão; cinco postes; dois transformadores (75 KVA e 30 KVA, respectivamente); uma caixa d'água de 80 mil litros com dois reservatórios para tratamento da água distribuída para a vila; três apriscos; um viveiro de mudas; uma escola com ensino da 1ª à 8ª série e uma igreja evangélica (Figura 4.15).



Figura 4.15
PA Boqueirão – Igreja evangélica, Santa Maria da Boa Vista (PE)

d) PA José Ivaldo

O PA José Ivaldo foi criado pelo Incra em 13/07/2005, através de processo de desapropriação de terras. A propriedade tem 351,8 hectares distribuídos por 25 famílias com lotes de 14,1 ha cada, dos quais 3,0 ha destinam-se a plantios irrigados que ainda não estão instalados, embora todos os equipamentos (bombas, canos etc.) já tenham sido adquiridos.

As terras de plantio se localizam na beira do rio (Figura 4.16) onde se instalava o antigo acampamento, em casebres de taipa. Em tal local ainda há uma casa ocupada por uma família de moradores da antiga fazenda (Figura 4.17). Segundo eles, sofreram pressões dos acampados para que saíssem da propriedade - retiraram a bomba, deixaram cortar a luz e depredaram as benfeitorias. A terra tinha plantios de coco, acerola, feijão e mandioca e tudo foi destruído. Os herdeiros do proprietário conseguiram lotes no assentamento, porém toda a área do assentamento está sem plantio (Figura 4.18 A e B).

A vila (Figura 4.19 A, B e C), recém construída à margem da PE-574, ainda não tem acesso à energia elétrica. O abastecimento depende de carregamento d'água desde o rio.

Sem o processo produtivo, os assentados buscam trabalho como diaristas e/ou meeiros em plantios da redondeza. Os assentados, particularmente os jovens, conseguem, esporadicamente, trabalhos temporários na forma de diárias em atividades de arranca tocos, capina, carregamento de caminhões, aplicação de defensivos, auxiliar de pedreiro etc. Além disso, fazem coleta de algaroba para venda (R\$ 8,00/saco) nas feiras de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande.

Segundo declaração de jovens entrevistados no assentamento, os defensivos são aplicados sem nenhuma proteção e as embalagens são recolhidas em sacos comuns, aguardando-se, então, a vinda, de vez em quando, de um caminhão que recolhe o material.



Figura 4.16
PA José Ivaldo - Terras da margem do rio, destinadas aos plantios em lotes de 3,0 hectares, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.17
PA José Ivaldo - Casa de antigo morador, isolada no assentamento, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.18 A e B
PA José Ivaldo - terras desocupadas, plantios
desativados, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.19 A, B e C
PA José Ivaldo – Vila do assentamento,
Santa Maria da Boa Vista (PE)

e) PA José Ivaldo I

O assentamento PA José Ivaldo I foi criado em 23/08/2005 através de processo de compra e venda. Está separado do PA José Ivaldo por uma propriedade (Fazenda Carraro) produtora de uvas para exportação. A área total é de 775,8 hectares distribuídos por 50 famílias, às quais cabe, individualmente, 15,5 ha, sendo 12,5 no sequeiro e 3,0 destinados a plantios irrigados, o que na prática, varia de 0,5 a 1,0 ha.

A infraestrutura e equipamentos coletivos consistem em: duas casas de bomba; 5.000 m de cerca com mourões e doze fios de arame; três transformadores de 35 KVA; três postes de alta tensão; 10 postes de baixa tensão; quatro bombas (duas de 12,5 CV; uma de 5 CV e uma de 2,5 CV); dois reservatórios (2.000 litros); casa de farinha; escola de ensino fundamental; oito casas de bom padrão construtivo, da antiga fazenda, sendo que duas destas casas foram destruídas pelos assentados (Figura 4.20 A, B e C).



Figura 4.20 A, B e C
PA José Ivaldo I – benfeitorias da fazenda desapropriada, destruídas e ou depredadas, Santa Maria da Boa Vista (PE)

Segundo o presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento José Ivaldo I, há falta de assistência técnica e insuficiência de crédito. Os roubos de animais, fios e bombas são constantes.

“No inicio do assentamento tivemos que montar vigilância durante todas as noites. Tem que aparecer alternativa para acabar o problema de roubos. Só a coragem dos assentados para trabalhar e a riqueza da presença do rio é que dão a esperança ao assentado”.

Os plantios, embora em pequenas áreas, incluem de tudo um pouco. De lavouras permanentes há plantios em 01 ha de coco da baía; 0,5 ha de caju; 0,5 ha de manga; 0,5 ha de banana e 01 ha de mamão. No restante da área há plantios de melão, melancia, cebola, tomate, maracujá, mandioca, milho, feijão e hortaliças.

Os assentados têm pequenos projetos de criatórios de caprinos (50 cabeças por família).

A agrovila (Figura 4.21 A, B e C) embora não esteja totalmente concluída, dispõe de energia elétrica e abastecimento d’água (em parte das casas).



Figura 4.21 A, B e C
PA José Ivaldo I – Aspectos da vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)

f) Comunidade Tamaquiús

Esta comunidade tradicional se encontra em processo de reconhecimento de sua identidade quilombola junto à Fundação Palmares. A comunidade possui claramente traços culturais significativos que lhes demarcam socialmente, tais como o fenótipo, seus modos de produção, sistema de parentesco no qual boa parte dos casamentos se dá de forma endogâmica e as ligações com práticas religiosas históricas, onde ocorrem cultos marcadamente de influência indígena e africana.

Em termos de condições de vida (Figura 4.22, Figura 4.23 A e B e Figura 4.24 A, B e C) o que predomina é a produção agropecuária de subsistência, destacando-se o caráter de miserabilidade no qual se encontra sua população, sendo considerada, dentre as comunidades visitadas, a que se encontra em situação de maior fragilidade em decorrência da fragmentação de seu território, tanto pelos assentamentos como pela venda de terras por partes de alguns membros, devido às parcas condições de existência da comunidade.



Figura 4.22
Comunidade Tamaquiús, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.23 A e B
Comunidade Tamaquiús, Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.24 A, B e C
Comunidade Tamaquiús - situação de pobreza –
Santa Maria da Boa Vista (PE)

g) PA Aquarius

O PA Aquarius, em fase de estruturação, foi criado em 07/07/1999 por processo de desapropriação de terras. A propriedade conta com 2.667,1 hectares distribuídos por 150 famílias, significando 17,8 ha por família, com irrigação em 2,0 ha. As áreas de plantios são cortadas por extensa lagoa existente nesta área.

A maior parte dos lotes está sem plantios (Figura 4.25 A, B e C) devido ao corte no fornecimento de energia elétrica, impedindo o bombeamento d'água para irrigação. Os plantios existentes são concentrados em lavouras temporárias de melão, melancia, cebola, pimentão, mandioca, milho e feijão. Os assentados desenvolvem pequenos projetos de agropecuária com bovinos, ovinos e caprinos.

Segundo o presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Aquarius, Sr. João Bosco Ribeiro dos Santos,

“o assentamento vive entre crises de cortes no fornecimento de energia elétrica e já passou quatro anos sem produção agrícola. A maioria dos jovens está sem trabalho dependendo de raras oportunidades como diarista em alguma roça da redondeza.”



Figura 4.25 A, B e C
PA Aquarius - Vasta extensão de lagoa e áreas
sem plantios, Santa Maria da Boa Vista (PE)

A propriedade contava com uma vila (Figura 4.26 A, B e C), vários prédios e galpões, porém tudo foi destruído pelos acampados. Segundo alguns assentados entrevistados “é sempre um pequeno grupo que depreda as benfeitorias das propriedades ocupadas. Apenas o PA Vitória respeitou o patrimônio encontrado”. A infraestrutura e equipamentos comunitários se resumem a: nove bombas (duas de 20 CV e sete de 15 CV), 400 m de canos; três transformadores; 50 postes de baixa tensão; 2.000 m de cerca; escola de ensino fundamental e quadra esportiva.



Figura 4.26 A, B e C
PA Aquarius - Aspectos da vila do assentamento,
Santa Maria da Boa Vista (PE)

h) PA Bom Sossego

O PA Bom Sossego está localizado em propriedade de 363,0 hectares, adquirida em 16/12/2002 através de processo de compra e venda pelo Banco da Terra/Projeto Renascer, via Banco do Nordeste. A propriedade está dividida por 20 famílias, cabendo lotes individuais de 18,2 ha, sendo 3,0 ha destinados a plantios irrigados.

A divisão dos lotes de irrigação apresenta problemas, pois a área disponível é inferior à adquirida. Segundo entrevista com o presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda Bom Sossego, houve avanço da fazenda vizinha sobre as terras do PA. Por outro lado, um dos assentados tomou para si parte das áreas de sequeiro sob a alegação de que parte da fazenda pertencia à sua família. Os assentados aguardavam o Incra para realizar medição da terra e resolver, finalmente, os conflitos existentes.

A vila (Figura 4.27 A, B e C) ainda não dispõe de energia elétrica nas casas. A Celpe, através do Programa Luz para Todos, estava implantando a rede de distribuição. No entanto, houve roubo de 900 metros de fios, gerando a paralisação dos trabalhos. Quanto à energia produtiva, os cortes de fornecimento já ocorreram algumas vezes provocando perdas de plantio para a maioria dos assentados. “Alguns utilizam a água durante a produção e assim que colhem, desaparecem temporariamente e não pagam a energia.”



Figura 4.27 A, B e C
PA Bom Sossego – Vista da vila. Instalação de energia elétrica paralisada por motivo de roubos da fiação, Santa Maria da Boa Vista (PE)

A falta de energia na vila também significa falta de água e por este motivo, algumas famílias preferem viver nas casas de taipa (Figura 4.28) na margem do rio onde se localizava o acampamento.



Figura 4.28
PA Bom Sossego – casas de taipa ocupadas na beira rio, Santa Maria da Boa Vista (PE)

Os endividamentos se estendem também ao pagamento da terra comprada cujo contrato com o Banco do Nordeste determinava três anos de carência e vinte anos para pagar. Decorridos sete anos ainda não conseguiram efetivar o pagamento da primeira parcela, bloqueando créditos para os projetos produtivos. Segundo os assentados entrevistados as famílias estão sobrevivendo com muitas dificuldades e não têm ajuda nem do Programa Bolsa Família.

As culturas exploradas incluem banana, manga, goiaba, maracujá, mamão, acerola, melancia, melão, cebola, pimentão, feijão e milho. Também utilizam criatórios de caprinos, ovinos, bovinos e aves.

A infraestrutura existente consiste em: três bombas de 7,5 CV; dois transformadores; nove postes; 400 m de canos; 1.270 m de cercas; um pequeno açude e três reservatórios de 30 mil litros.

i) PA Nossa Senhora do Carmo

Instalado em terra da antiga fazenda Cajueiro, foi adquirida pela Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Nossa Sra. do Carmo, com apoio do Projeto Renascer/ Banco da Terra. Com área total de 973,6 ha, o assentamento foi projetado para atender 25 famílias. No entanto, apenas quinze famílias estão, de fato, instaladas em condições precárias numa vila sem abastecimento d'água e com a rede de energia em instalação, através do Programa Luz para Todos, porém, vem ocorrendo paralisações, devido a roubos da fiação. A vila (Figura 4.29 A, B e C), recém construída, conta com 25 casas e está localizada ao lado da PE-574, porém, em sentido oposto ao rio. As crianças estudam na escola do PA Vitória.

Entre benfeitorias e equipamentos, o assentamento dispõe de 2.000 metros de cercas; sistema de irrigação com uma bomba de 20 CV; 600 m de canos de 6 pol.; três transformadores de 45 KV; um trator 275 Massey Ferguson 2000 com arado, sulcador e grade leve.

Embora os lotes indiquem 8,0 ha destinados à produção irrigada, as áreas plantadas, correspondem a 2,0 ha por família e estão localizadas em solo aluvial com cultivos de cebola, feijão, melão, mamão, melancia e goiaba. Segundo relato da presidente da Associação, Sra. Maria Givaneide, há conflito de terras provocado por avanços do assentamento Brilhante nas áreas de plantio do N. S. do Carmo e, por essa razão, o Incri está providenciando a medição das terras.

Entre os assentados a pesca é uma atividade comum, com uma produção média 2 kg/dia, garantindo a “mistura” nas refeições das famílias.

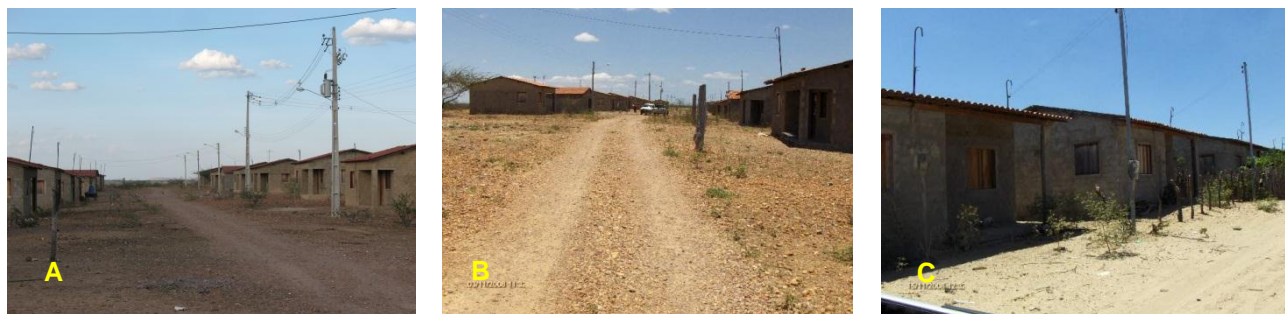


Figura 4.29 A, B e C
PA Nossa Senhora do Carmo. Vista
da Vila, Santa Maria da Boa Vista (PE)

j) PA Nova Esperança

Este assentamento envolve treze famílias em uma propriedade com 971,6 ha, adquirida em 10/07/2000, através de processo de compra e venda, pelo Banco da Terra/Projeto Renascer, via Banco do Nordeste.

Os lotes individuais correspondem a 74,7 ha caracterizando pequenas propriedades, comparativamente ao Módulo Fiscal municipal que é de 55 ha. Embora a área individual seja expressiva, no conjunto dos assentamentos instalados na região, somente 2,5 ha são destinados a plantios irrigados por cada família.

A vila do PA está em construção (Figura 4.30). As famílias ainda moram nas casas de taipa construídas na beira do rio, em condições miseráveis de vida (Figura 4.31 A e B).



Figura 4.30
PA Nova Esperança – vila em construção,
Santa Maria da Boa Vista (PE)

A infraestrutura produtiva instalada e equipamentos incluem: uma bomba de 15 CV; 150 m de canos de seis polegadas; isolador; transformador de 45 KVA; 170 postes de baixa tensão; oito postes de alta tensão; 700 m de cerca com mourões e nove fios de arame e um trator completo (arado, grade, sulcador etc.).

Os plantios são concentrados nas culturas de manga, goiaba, maracujá, cebola, milho e feijão. Os assentados desenvolvem pequenos projetos pecuários, com criatórios de bovinos, ovinos e caprinos.

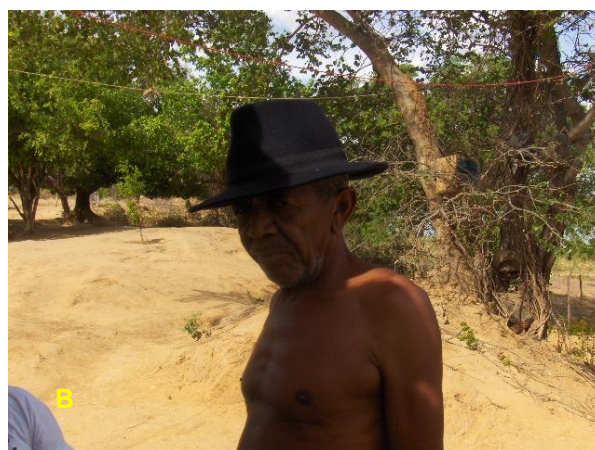


Figura 4.31 A e B
PA Nova Esperança – Vila em construção e assentado
entrevistado, Santa Maria da Boa Vista (PE)

k) PA Brilhante

O Assentamento Brilhante (Figura 4.32 A, B, C e D), em fase de estruturação, foi criado em 25/05/2000, localizando-se em uma área de 1.672,8 ha, adquirida pelo Incra através do processo de desapropriação. Conta com 100 famílias assentadas, cabendo a cada uma um lote de 16,7 ha, sendo 1,7 ha irrigado e 15,0 ha em uma área de sequeiro.



Figura 4.32 A, B, C e D
PA Brilhante – Vista Parcial, Santa Maria da Boa Vista (PE)

Entre as benfeitorias, equipamentos e mobiliários coletivos e localizados em áreas mais próximos do rio constam: um galpão; nove casas (da antiga fazenda); duas casas de bomba; 4.500 m de cerca com oito arames; sistema elétrico com dois transformadores; 26 postes de baixa tensão e nove de alta tensão; sistema de irrigação com duas bombas elétricas de 7,5 CV; quatro bombas elétricas de 25 CV; 2.000 m de canos, três caixas d'água (11.000, 13.000 e 8.000 litros, respectivamente) e uma cisterna subterrânea para armazenamento de 25.000 litros d'água.

Na agrovila e nas áreas de sequeiro, o patrimônio coletivo inclui: onze armazéns; onze silos; onze postes de alta tensão; onze transformadores de 25 KVA; escola; viveiro com capacidade de produção de 50.000 mudas de plantas nativas e fruteiras; uma casa de reuniões e apoio; doze barreiros e 28.000 metros de cerca de oito fios de arame. A infraestrutura e equipamentos coletivos constituem patrimônio da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Brilhante. Esse assentamento tem como vizinhos: de um lado, o PA federal Vitória e do outro, o PA estadual Nossa Senhora do Carmo, com o qual apresenta conflito de terra. Segundo alguns assentados, o Incra mediu as terras e o PA Brilhante deverá liberar cerca de 600 ha para o assentamento Nossa Senhora do Carmo.

Os plantios desenvolvidos destacam as culturas de banana, uva, manga, goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, cebola e feijão. A pecuária também é atividade dos assentados em pequenos criatórios de ovinos, caprinos e, principalmente, bovinos (Figura 4.33 A, B e C).



Figura 4.33 A, B e C
PA Brilhante – aspectos de área de plantio com maracujá e de criatório de bovinos - Santa Maria da Boa Vista (PE)

I) PA Vitória

Este Assentamento está em fase de estruturação e foi criado em 29/10/1997, ocupando 4.163,2 hectares de terras da fazenda antes pertencente à Varig S/A, obtidas pelo Incra, através de processo de desapropriação.

É o segundo maior assentamento da AID do empreendimento Riacho Seco, com 264 famílias assentadas ocupando duas vilas. A primeira vila está localizada à beira da rodovia PE-574 e conta com benfeitorias (casas, galpões etc.) da antiga fazenda. Destaca-se que este assentamento parece ser o único de toda a AID em que as infraestruturas e benfeitorias da antiga propriedade não foram depredadas, mantendo-se bem conservadas e em uso.

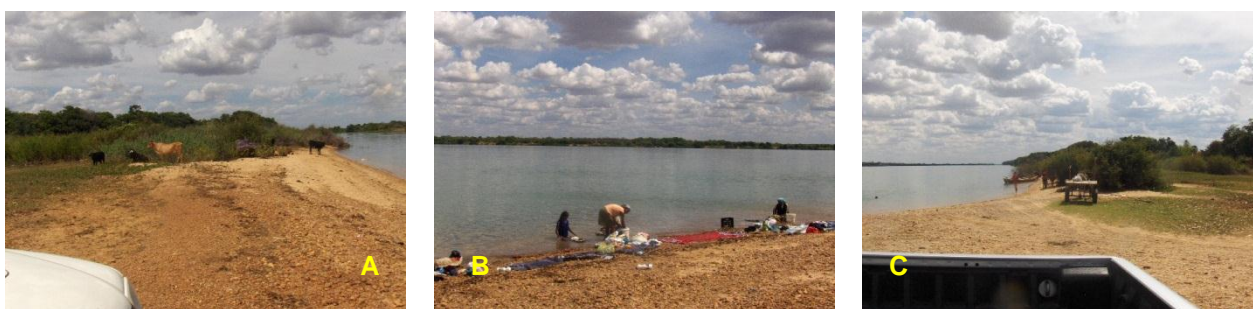


Figura 4.34 A, B e C
PA Vitória - aspectos da beira rio da Vila I - espaço de convivência, de banho, lavagem de roupa e louças, pesca etc. - Santa Maria da Boa Vista (PE)

A agrovila II (Figura 4.35 A, B e C) representa o núcleo do assentamento, sendo dotada de infraestrutura básica. Conta com escola, quadra esportiva de tamanho oficial, energia elétrica, abastecimento d'água, telefonia pública (quatro orelhões), transporte coletivo etc.



Figura 4.35 A, B e C
PA Vitória - Vila II, Santa Maria da Boa Vista (PE)

O assentamento é considerado como povoado (ainda não formalizado) do município de Santa Maria da Boa Vista. É favorecido pela centralidade de sua localização em referência aos assentamentos Nossa Senhora do Carmo, Bom Sossego, Nova Esperança, Brilhante e Aquários, comunidade Barro Alto e propriedades isoladas do seu entorno.

Os lotes individuais correspondem a 15,8 ha, cabendo 2,0 ha para plantio irrigado, todavia, na prática, significa apenas 1,0 ha por família. Os plantios (Figura 4.36 A, B e C) incluem banana, mamão, cebola, melão feijão e milho, com maior concentração nas culturas de banana e feijão. Os assentados desenvolvem pequenos projetos de criação de caprinos, ovinos e, principalmente, bovinos.



Figura 4.36 A, B e C
PA Vitória - Vista de áreas de plantio e de adutora - Santa Maria da Boa Vista (PE)

As áreas produtivas não têm divisão de parcelas. Alguns assentados venderam seus lotes, outros não sabem qual é sua área de plantio. As questões de cortes de energia elétrica foram solucionadas pela divisão, em grupos de assentados irrigantes, que gerenciam o consumo de energia. O modelo é idêntico ao adotado pelo PA Boqueirão.

A infraestrutura e equipamentos coletivos sob gestão da Associação dos Parceleiros do Assentamento Vitória incluem: casa de bomba; bomba de 5 CV; 2.900 m de cano de 60 mm; um transformador de 112,5 KVA; dois transformadores de 75 KVA; um transformador de 45 KVA; dois transformadores de 30 KVA; onze transformadores de 15 KVA; 1.925 m de adutora; um reservatório de 1.280 m³; um reservatório de 2.400 m³; 400 m de cano de dez polegadas; quatro casas de bomba (16 m cada); bomba elétrica de 100 CV; filtros de água; caixa d'água de 10.000 litros; um galpão (1.800 m²); uma caixa d'água em concreto armado; uma balança com capacidade para 60 ton.; prédio (85 m²) de escritório com instalação de torre de telefonia; onze casas (80 m²); 146 postes; edifício (100 m²) sede da associação; quadra esportiva; escola, telefones públicos (quatro orelhões) e dois ônibus que fazem transporte escolar.

4.1.4 Subzona de Agricultura Empresarial e Agronegócios – ZMP4

a) PA Safra

Primeiro assentamento instalado (com imissão de posse em 02/12/1996) na região de Santa Maria da Boa Vista a partir da desapropriação (em 07/08/1996) de 2.245,9 hectares de terra, onde estão efetivamente assentadas 220 famílias (1.009 pessoas, segundo o remapeamento 2008, do Sistema de Saúde), cabendo a cada uma delas 10,2 ha, dos quais 4,0 ha são irrigados e 6,2 ha de sequeiro. Na realidade, os plantios irrigados se restringem a 1,0 ha por família.

A Infraestrutura inicial do projeto incluía sistema de irrigação por sulco, com uma bomba e 3.780 m de adutora abastecendo 2.200 m de canal de terra e 415 m de canal de alvenaria. Esse sistema atendia à irrigação de 31,1 ha de manga da fazenda desapropriada.

O assentamento conta com benfeitorias e equipamentos correspondendo a: dois galpões, sendo um de uso da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Safra e o outro para criatório de animais; três reservatórios de água e um de tratamento, com capacidade de 80 mil litros, destinado ao abastecimento da vila; 6.600 metros de cercas; sistema de irrigação com 15 bombas de 20 CV, 3.000 m de canos de 6 pol., 2.000 m de canos de 3 pol., 2.200 m de canos com 10 pol.; rede elétrica com 20 postes de alta tensão, 78 postes de baixa tensão, seis transformadores de 45 KVA e um de 125 KVA e um trator.

Durante a pesquisa de campo constatou-se a execução (em vias de conclusão) de um projeto de irrigação com adutora subterrânea e sistema de micro aspersão para 660 ha, em áreas de tabuleiros, cujo investimento foi da ordem de 6,8 milhões de reais. Esse projeto permitirá a realização de plantios em 3,0 ha por família.

Entre as culturas permanentes exploradas destacam-se: banana, uva, manga, goiaba, maracujá, pinha, mamão e acerola. As temporárias incluem: melão, melancia, cebola,

tomate, pimentão, milho e feijão. Os assentados também desenvolvem projeto pecuário com pequenos rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos.

O Safra acumula uma série de problemas nas áreas de plantios irrigados, apresentando 82,0 ha salinizados e 52,0 ha com ocorrência de nematóides, o que inviabiliza a produção de muitos lotes. Em decorrência, as famílias não podem produzir e, então, dependem de meação e diárias em fazendas vizinhas ou em lotes produtivos no próprio assentamento. Além disso, enfrenta problemas de conflito de terra com as fazendas vizinhas.

A vila (Figura 4.38 A, B e C) do assentamento dispõe de energia elétrica, abastecimento d'água e escola e quadra esportiva.



Figura 4.37 A e B
PA Safra - vista parcial do Assentamento - Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 4.38 A, B e C
PA Safra - vista da vila - Santa Maria da Boa Vista (PE)

b) PA Catalunha

O assentamento Catalunha, em fase de consolidação, é o maior da região e está instalado em uma área de 6.825,0 hectares de uma fazenda, antes pertencente ao grupo econômico OAS, desapropriada pelo Incra. Criado em 16/12/1998, é acompanhado de um sistema de irrigação composto por adutora, canais de alvenaria e 21 pivôs. Contava com 42 ha de uva e 36 ha de manga em produção. Esse projeto assentou 600 famílias (aproximadamente 2.800 pessoas), cabendo a cada família um lote com 3,0 ha irrigados e 8,4 ha de sequeiro.

A vasta extensão do assentamento está no domínio territorial dos municípios de Lagoa Grande e de Santa Maria da Boa Vista, portanto a assistência em serviços básicos como saúde, educação, transporte etc. é obtida pelos assentados nos dois municípios.

As famílias assentadas estão distribuídas em várias vilas. Nas proximidades do rio (Figura 4.39 A e B) residem cerca de 100 famílias. As demais famílias ocupam oito vilas nas terras altas (pé da serra) num cenário absolutamente inóspito (Figura 4.40 A, B, C, D, E e F). Segundo o mapeamento 2008 do Sistema de Saúde, o assentamento tem 666 domicílios, mas 252 representavam casas fechadas. A população registrada para 414 domicílios ocupados era de 1.707 pessoas residentes.



Figura 4.39 A e B
PA Catalunha – detalhes da vila próxima ao rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)

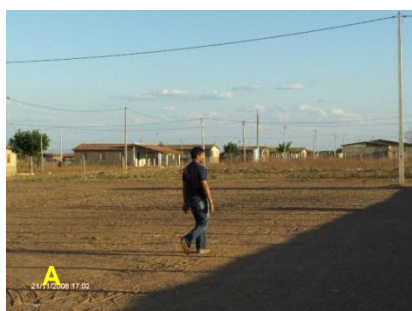


Figura 4.40 A, B, C, D, E e F
PA Catalunha – aspectos das vilas altas, Santa Maria da Boa Vista (PE)

As condições de vida desses assentados são as mais precárias, comparativamente aos demais assentamentos da AID. As vilas não dispõem de água, em vista dos cortes de energia elétrica e de roubos de motores e bombas, entre uma série de problemas. As famílias captam água na beira do rio e a transportam em distâncias de até 8 km para as vilas situadas em terra alta (Figura 4.41).



Figura 4.41
PA Catalunha – Forma de abastecimento d’água familiar - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Com as dificuldades em sobreviver no assentamento, muitas pessoas passam a semana trabalhando, principalmente como diaristas, meeiros, parceiros em propriedades vizinhas e retornam nos finais de semana.

Esse assentamento, segundo as observações de campo e entrevistas realizadas, é o retrato de um grande fracasso na Política de Reforma Agrária implementada pelo Governo Federal, através do Incra.

O conjunto de infraestrutura e de equipamentos do assentamento inclui: estação de Captação e Bombeamento – EB com respectivo canal de aproximação; 9 km de adutora; 13 km de canal; dez reservatórios de captação e distribuição de água para irrigação; nove conjuntos de motobomba (150 e 250 CV) na EB; seis conjuntos de motobombas sendo quatro de 175 CV, uma de 300 CV e uma de 50 CV; quatro transformadores de 750 KVA; escola de grande porte e conjunto de benfeitorias (casarão sede, vila, galpões, armazéns, guarita etc.) que constituía o núcleo da antiga fazenda, distante do rio (Figura 4.42 A, B e C).



Figura 4.42 A, B e C
PA Catalunha – benfeitorias da antiga fazenda localizadas na área mais afastada do rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)

A infraestrutura de captação e bombeamento d'água encontra-se saqueada e depredada. Não há bombas, o painel foi destruído e as estações de distribuição foram completamente desmontadas (Figura 4.43 A, B, C, D, E e F).



Figura 4.43 A, B, C, D, E e F
PA Catalunha – infraestrutura de captação e bombeamento d'água - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Em todo esse contexto, de extremo abandono, foram encontradas, durante a pesquisa realizada no último trimestre de 2008, algumas experiências produtivas desenvolvidas por assentados parceiros. Nas proximidades do rio há quatorze lotes com plantios de maracujá, cebola, feijão, banana, mamão, manga e limão (Figura 4.44 A, B e C). Esses plantios são de dois grupos de cinco assentados cada, trabalhando em parceria. A uma distância de aproximadamente 500 m do rio há 10 ha plantados, também em sistema de parceria em que o dono do lote fornece a terra, água, sementes, fertilizantes e defensivos e ao parceiro cabe as estacas e arames (maracujá) e o trabalho. A produção é dividida igualmente. Os parceiros são assentados cujo lote, distante do rio, não pode ser utilizado por falta de água. Nas proximidades do rio, eles utilizam motobombas a diesel e o sistema de gravidade.



Figura 4.44 A, B e C
PA Catalunha – aspectos dos pequenos plantios encontrados nas proximidades do rio - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Outra experiência com plantio foi encontrada em área da chapada distante do rio, onde dois assentados / parceiros, para não perder os plantios de 2,0 ha de manga e 01 ha de coco (Figura 4.45), se valem de carros pipa para a provisão de água necessária ao plantio. São quatorze carros pipa de 8.000 litros por semana.



Figura 4.45
PA Catalunha – plantio isolado de manga e coco - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Estas experiências são únicas no universo do Catalunha que apresenta vastas áreas de solos de primeira qualidade e infraestruturas de irrigação completamente abandonadas, como atestam os registros fotográficos a seguir (Figura 4.46 A, B e C).

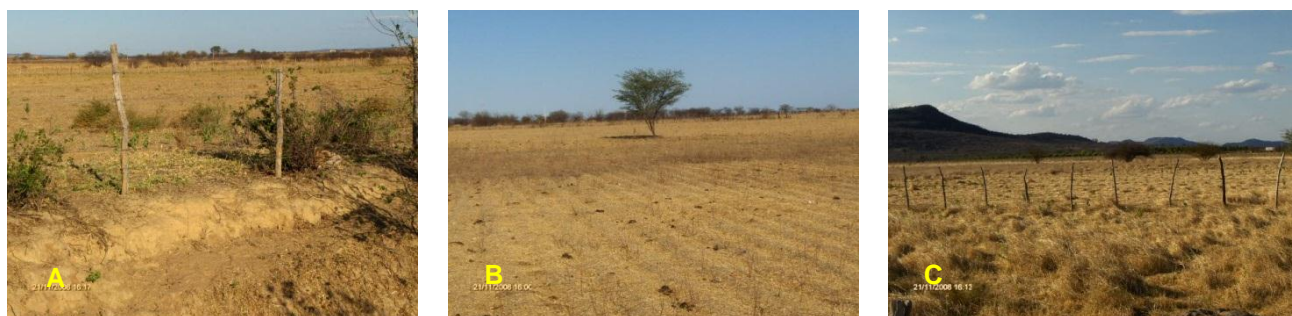


Figura 4.46 A, B e C
PA Catalunha – áreas de plantio abandonadas - Santa Maria da Boa Vista (PE)

Os endividamentos gerados pelo uso de energia elétrica (a dívida junto à Celpe ultrapassa a quantia de um milhão de reais) constituem o principal fator de insucesso dos assentados, convergindo para o abandono dos lotes e para a busca de ocupações em fazendas vizinhas. Foram encontrados assentados do Catalunha procurando registro na Colônia de Pescadores de Curaçá e, também, como arrendatários, meeiros, parceiros ou mesmo diaristas em plantios (melancia, melão, cebola) instalados em fazendas próximas à exemplo da Mariela, Pérsico, Caraíbas etc.

4.1.5 Subzona de Ilhas – ZMP5

a) Considerações iniciais

As ilhas situadas no trecho do rio São Francisco, compreendido entre o remanso do reservatório e a área de jusante, a partir do eixo da barragem da UHE Riacho Seco, totalizam uma área de 2.709,89 ha e fazem parte da AID deste empreendimento.

Com a formação do reservatório, restarão apenas 14,1 ha de área remanescente das ilhas, significando que 99,4% de sua área total será inundada.

Do ponto de vista administrativo e político–geográfico, todas as ilhas deste trecho do rio São Francisco pertencem ao estado de Pernambuco e no caso da AID da UHE Riacho Seco, elas estão situadas na área ribeirinha dos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fato de que algumas ilhas, em função da vazão do rio e de sua proximidade com outras ilhas, nos períodos em que o rio “está baixo” formam uma única ilha, permitindo a circulação via terrestre entre elas, e nos períodos de cheias do rio, voltam a se dividir em várias ilhotas, levando os ribeirinhos a darem denominações como se fossem ilhas diferentes. São vários os exemplos desta situação, dentre os quais podem ser citados os seguintes:

- Ilha Mato Grosso que reúne as ilhas Jiquitaia, Tem-tem, Feijão e Mato Grosso, sendo, ainda, colada à ilha dos Cavalos e Santo Antônio;
- Ilha Coroa (prainha de Curaçá) integrada à ilha Roça;
- Ilhas de Litinha e Cabeça do Gato, coladas à ilha do Saco.

Por este motivo, o levantamento cadastral levou em consideração apenas as ilhas com áreas cultivadas ou com outros usos pela população local, objetivando registrar a situação socioeconômica e cultural existentes e as respectivas informações que irão embasar o processo de AIA desta área.

De um modo geral, durante os levantamentos de campo foram identificadas cerca de 472 ilhas. No entanto, a maioria destas ilhas corresponde a afloramentos de rochas ao longo do rio, e ilhotas com pequena área, cobertas com vegetação rala, solos pedregosos, e de difícil acesso e sem função produtiva aparente (Figura 4.47 A, B e C). Outros pontos referem-se a bancos de areia temporários que se formam decorrentes do processo de assoreamento que ocorre em vários pontos do rio.



Figura 4.47 A, B e C
Pedras no meio do rio, nas corredeiras ou próximas às margens

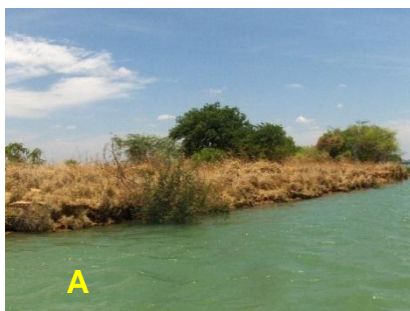


Figura 4.48 A, B e C
Ilhotas desertas sem uso aparente, localizadas no trecho entre as ilhas da Missão e Inhanhum

Considerando os critérios estabelecidos nos levantamentos de campo, estima-se a presença de aproximadamente 240 formações de ilhas e ilhotas, dentre as quais, apenas 107 apresentam alguma função integrada às atividades produtivas e sociais das comunidades, tais como áreas cultivadas, banho e lazer, pescaria e jogos de futebol, mesmo aquelas com tamanho menor que 01 hectare (Figura 4.49 A, B e C).

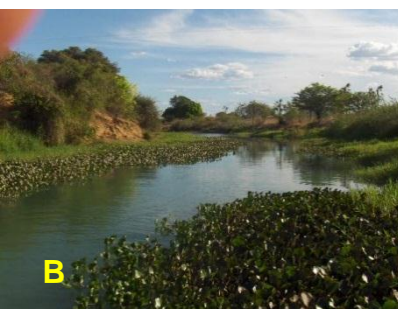


Figura 4.49 A, B e C
Ilhotas localizadas no entorno da ilha da Missão e Caraputé

No município de Santa Maria da Boa Vista o trecho do rio São Francisco situado nas proximidades da barragem, apresenta uma grande concentração de ilhas sendo este local o que apresenta as maiores ilhas com áreas cultivadas, conforme apresentado na figura a seguir.



Fonte: Chesf/restituição (2005)

Figura 4.50
Trecho da AID da UHE Riacho Seco que apresenta grande concentração de ilhas e ilhotas nas proximidades do eixo do reservatório

Entre as ilhas cadastradas no levantamento censitário, sete pertencem ao município de Lagoa Grande (46,56 ha) e 100 pertencem a Santa Maria da Boa Vista (2.663,33 ha).

Neste trecho, destacam-se as ilhas da Missão, Pequena e Inhanhum, em torno das quais existe uma concentração de ilhas e ilhotas dentro do espaço delimitado de montante.

Tabela 4.1
Ilhas da AID (ZMP5)

Classificação das Ilhas por tamanho	Área total (ha)	Nº de ilhas	Participação relativa (%)	Nº de propriedades	Nº de benfeitorias	Famílias residentes	População residente
Ilhas da Zona de Montante	2.418,465	105	89,25	360	1.446	138	572
a) Área total > 50 ha	1.734,383	9	64,00	187	1.153	127	518
Missão	498,860	1		38	338	48	180
Saco	429,135	1		69	510	30	134
Pequena	260,418	1		19	125	21	90
Caraputé	158,540	1		6	47	1	6
Dos Mortos (N.Sra de Fátima)	115,746	1		4	18	2	8
Bom Sucesso	84,696	1		30	48	21	83
Pananã ou Ilha Velha	68,300	1		9	21	0	0
Roça	67,899	1		11	46	4	17
Das Mangas 1	50,789	1		1	0	0	0
b) Área total entre 10 a 50 ha	455,27		16,80	75	162	8	35
Icó	49,266	1		6	49	3	16
Jatobá ou Capivara	49,222	1		23	5	0	0
Cupira (Estreito)	33,972	1		3	10	0	0
Umbuzeiro	30,394	1		3	12	1	2
Surubim	21,878	1		1	0	0	0
Grande (em Lagoa Grande)	21,435	1		1	0	0	0
Mato Grosso	20,684	1		8	13	0	0
Ilhota Grande	19,792	1		1	0	0	0
Coroa	18,739	1		1	11	1	8
Povo	18,342	1		1	1	0	0
Pedra	16,826	1		5	9	0	0
Do Jacaré	16,676	1		3	0	0	0
Das Cabras	16,591	1		2	3	0	0
Cajueiro	16,242	1		3	7	0	0
Itapicuru	16,241	1		1	10	0	0
Da Vaca	14,132	1		4	20	2	7
Grande (em Sta. M ^a da Boa Vista)	12,541	1		1	0	0	0
Do Bento	11,941	1		1	3	0	0
Fazenda	11,614	1		3	3	0	0
Veado	10,589	1		2	4	1	2
Sem identificação	15,347	1		1	0	0	0
Sem identificação	12,806	1		1	2	0	0
c) Área total < 10	228,811	74	8,45	98	131	3	19

Classificação das Ilhas por tamanho	Área total (ha)	Nº de ilhas	Participação relativa (%)	Nº de propriedades	Nº de benfeitorias	Famílias residentes	População residente
ha							
Amor	9,123	1		5	30	1	3
Casa	3,487	1		5	0	0	0
c) Área total < 10 ha	228,811	74	8,45	98	131	3	19
Mãe Maria	2,211	1		3	0	0	0
Milano	2,019	1		4	0	0	0
Cachoeirinha	0,911	1		1	0	0	0
Barbalha	7,658	1		1	1	0	0
Da Batata	0,625	1		1	0	0	0
Da Coroa 2	6,478	1		1	1	0	0
De Jason	7,641	1		1	0	0	0
De Raimundo	6,001	1		1	1	0	0
Do Feijão	0,431	1		1	1	0	0
Do Fuzil	8,532	1		1	8	0	0
Do Gato	1,016	1		1	1	0	0
Da Jornada	1,482	1		1	2	0	0
De Adilom	1,422	1		1	1	0	0
Do Besouro	1,760	1		1	1	0	0
Do Boi	0,406	1		1	1	0	0
Sobradinho	0,516	1		1	0	0	0
Da Vaquinha	1,592	1		1	0	0	0
Nonato	0,121	1		1	0	0	0
Espedito	2,086	1		1	6	1	7
Iraã	0,993	1		1	3	0	0
Leandro	2,678	1		1	2	0	0
Redonda	1,767	1		1	0	0	0
Tanque	1,447	1		1	0	0	0
Tentem	4,966	1		1	16	1	9
Gabriela	1,887	1		1	0	0	0
Santo Antônio	7,130	1		1	0	0	0
Das Garças	0,698	1		1	0	0	0
Do Doido	0,162	1		1	0	0	0
c) Área total < 10 ha	228,811	74	8,45	98	131	3	19
Da Marinha	8,410	1		1	0	0	0
Do Jiquitaia	1,041	1		1	0	0	0
Do Canal	2,623	1		1	2	0	0
Do Capim	3,331	1		1	3	0	0
De Seu Domingos	0,770	1		1	1	0	0
Do Bacamarte	0,923	1		1	0	0	0
De Tereza	0,747	1		1	0	0	0
Boa Esperança	3,488	1		1	0	0	0
Croa da Missão	1,957	1		1	0	0	0
De Jonas	3,488	1		1	0	0	0
Barbosa	0,858	1		1	7	0	0
Capião	4,424	1		1	7	0	0
Da Lompra	2,363	1		1	3	0	0
Do Estado	3,855	1		1	0	0	0
Do Camaleão	6,846	1		1	0	0	0
Do Capim (Lagoa Grande)	9,416	1		1	1	0	0

Classificação das Ilhas por tamanho	Área total (ha)	Nº de ilhas	Participação relativa (%)	Nº de propriedades	Nº de benfeitorias	Famílias residentes	População residente
Confrontação Mãe Maria	4,450	1		2	1	0	0
Mangue	4,893	1		2	4	0	0
Areias	2,336	1		4	0	0	0
Germano	4,314	1		3	3	0	0
Caná	6,182	1		3	1	0	0
Joá	9,654	1		2	6	0	0
Barreiros	4,325	1		2	15	0	0
Das Mangas 2	5,268	1		1	0	0	0
Ilhas sem identificação	45,603	20		20	2	0	0
Ilhas da Zona de Jusante	291,430			70	154	0	0
a) Área total > 50 ha	291,430	10,75					
Inhanhum	220,730			11	19	0	0
Missão Velha	70,700			59	135	0	0
Total	2.709,894	107	100,00	430	1.600	138	572

Fonte: Banco de dados / SIG (2008)

Com relação às propriedades localizadas nas ilhas, tem-se que 46,98% das terras de ilhas (1.273,109ha) estão concentradas nas ilhas da Missão, do Saco, Pequena, e Bom Sucesso. Esse conjunto de ilhas, segundo dados colhidos na pesquisa censitária, representa o principal espaço das atividades agrícolas e moradia de 85,14% das pessoas residentes em ilhas. Nessas quatro ilhas estão situadas 156 propriedades, nas quais são desenvolvidas atividades agropecuárias, tendo como principal atividade o plantio com culturas permanentes e temporárias de culturas de mercado e de subsistência. Trata-se ainda de áreas produtivas de alta absorção de mão de obra familiar e de sistemas de arrendamento, meação e parceria.

Entre as ilhas que possuem entre dez e 50 hectares de área estão a Ilha da Capivara, Ilha Umbuzeiro, Ilha do Surubim, Ilha do Estreito, entre outras, que juntas somam 455,27 ha, o que corresponde a 16,80% da área total das ilhas. As ilhas com áreas totais inferiores a 10 ha representam apenas 8,45% das terras em ilhas.

Quanto às ilhas cujos nomes não foram identificados durante a pesquisa cadastral censitária, representam apenas 2,83% (73,757ha).da área total das ilhas da AID

Considerando os limites estaduais oficiais pelo IBGE estabelecidos no trecho do rio São Francisco correspondente à AID do empreendimento Riacho Seco, a totalidade das ilhas está integrada ao Estado de Pernambuco, do ponto de vista político-administrativo. No entanto, algumas ilhas são consideradas, pela população local, como se pertencessem a Curaçá, tendo em vista a ocupação e seu uso socioeconômico pelos habitantes desse município. Como exemplo pode ser citada a ilha da Coroa que tem seu uso totalmente integrado ao lazer da população do município de Curaçá (Figura 4.80).



Figura 4.51
Ilha da Coroa que é pernambucana mas é usada como lazer pela população de Curaçá(PE)

A relação nominal dos proprietários e ocupantes das ilhas está apresentada nos Anexos IX – IX e IX - X deste Diagnóstico.

a) Caracterização socioeconômica

A seguir apresenta-se uma breve descrição das principais ilhas situadas nesta Subzona do futuro reservatório da UHE Riacho Seco, abordando seus usos pela comunidade, suas dimensões, sua dinâmica e seu papel socioeconômico.

Ilha da Missão

A Ilha da Missão possui 338 benfeitorias e 48 famílias residentes. A ilha reúne plantios com culturas permanentes e temporárias com culturas para o mercado externo e de subsistência. Entre as principais culturas estão: banana, coco da baia, manga, goiaba, maracujá, mamão, uva, melancia, melão, cebola, feijão, milho e mandioca. Com propriedades que variam de um a 69 hectares a produção agrícola da ilha é muito grande. Somente a cultura de banana gera uma produção de 100 toneladas por mês, saindo semanalmente 25 toneladas do produto para o estado do Piauí. Também possui produção pecuária, principalmente de rebanho, ovino, caprino e bovino. De modo geral, as condições de vida da população residente revelam a alta fragilidade da agricultura familiar que mesmo considerando vantagens como terras férteis e água em fartura, não possuem mecanismos de apoio à produção e à comercialização, não sendo capaz de gerar excedentes monetários que possam agregar melhoria nas condições de vida das famílias agricultoras. As condições de habitação e de acesso aos serviços básicos são precárias tanto para as famílias que são proprietárias quanto, e principalmente, para outros ocupantes como os meeiros, parceiros etc. As habitações são ainda predominantemente de

casas de taipa embora se observe em algumas propriedades, moradias simples, porém, de alvenaria.



Figura 4.52 A e B
Cultura de coco e de manga na Ilha da Missão



Figura 4.53 A, B e C
Solo aluvial preparado para cultivos em sulco (à esq.), cultivos de manga (ao centro) e de banana (à dir.) na Ilha da Missão



Figura 4.54 A, B e C
Núcleo habitacional com 16 famílias (à esq.), e vista parcial de propriedade que possui plantios de banana, manga e goiaba na Ilha da Missão

Ilha Pequena

Está dividida em propriedades que variam de cinco a 52 hectares, totalizando 260, quatro hectares, sendo a maioria pertencente a herdeiros de uma mesma família (Medrado). Nesta ilha residem 90 pessoas. Ocupada com plantios de culturas permanentes e temporárias, através dos sistemas de arrendamento e meação, o número de meeiros é muito grande e a forma de contratação é absolutamente exploratória, ou seja, vantajosa apenas para o proprietário. Segundo entrevista realizada em algumas propriedades, o meeiro é quem arca com todos os custos de produção e ainda paga ao proprietário 50 %

da receita obtida. A ilha conta com algumas boas e amplas residências e também com casebres (improvisações) ocupados por arrendatários e meeiros.



Figura 4.55
Casas utilizadas pelo proprietário
e pelo meeiro na Ilha Pequena

Ilha do Saco

Está localizada na faixa ribeirinha bem próximo à cidade de Santa Maria da Boa Vista, sendo ocupada por cerca de 30 famílias. Esta ilha pertence à Igreja Católica, sendo as terras cedidas por meio de pagamento anual de Foro no valor de R\$ 83,00 por hectare. Há uma alta densidade e diversificação produtiva, incluindo a apicultura e a pecuária. A pesquisa censitária registrou cerca de 60 unidades produtivas com propriedades que variam de 1,0 a 40 hectares, indicando a existência de meeiros, arrendatários e parceiros na exploração das terras. Entre os principais cultivos estão: banana, coco da baia, manga, goiaba, maracujá, mamão, uva, melancia, melão, cebola, feijão, milho e mandioca. Trata-se de uma ilha em que grande parte das famílias mora na cidade e trabalha nesta ilha.

Ilha Pananá

Também denominada de Ilha Velha, possui área de 68,30 ha. Apesar da proximidade com as Ilhas da Missão e Dos Mortos que dispõem de rede de eletrificação, a Ilha do Pananá não tem essa infraestrutura. Entre as atividades produtivas, estão as lavouras com culturas permanentes e temporárias e a criação de bovinos e caprinos. Entre os principais cultivos estão: feijão, melão, cana de açúcar, milho, manga e banana. Apresente baixa densidade produtiva comparada ao tamanho de sua área.



Figura 4.56 A, B e C
Cultivo com mandioca (à esquerda e no centro)
e cebola (à dir.) na Ilha de Pananá



Figura 4.57 A e B
Vista de Ilhotas, ao lado da ilha Pananá

Ilha Barreiros

É também conhecida como Ilha de Zé Martins, mas apesar de pequena, é atendida com o serviço de energia elétrica. É explorada principalmente através do sistema de meação, onde o meeiro paga todo o custo de produção (energia, preparo da terra, capinas, sementes, fertilizantes e defensivos), e o proprietário recebe 50% de toda a produção, e ainda exige a inclusão na partilha, de tudo que é produzido no quintal produtivo da casa do meeiro, como castanhas de caju, algaroba, manga, acerola etc. Na produção de mandioca fica para o proprietário 50% da renda bruta da farinha e da goma, enquanto que para o meeiro, ainda desconta-se de sua parte a comissão da casa de farinha além dos custos de produção da mandioca. O meeiro e sua família (06 pessoas, inclusive duas crianças) residem em uma casa de alvenaria, porém dentro de condições de acentuada pobreza e o único patrimônio se resume a duas pequenas canoas a remo. Não recebem ajuda nem do Programa Bolsa Família.



Figura 4.58 A e B
Canoa (à esq.) e casa de morada (à dir.) na Ilha Barreiros



Figura 4.59 A, B e C
Culturas de banana e maracujá na Ilha Barreiros

Ilha do Mato Grosso

É um conjunto de ilhas constituído por formações de três ilhotas (Jiquitaia, Tem-tem e Feijão) que em períodos de estiagem se interligam. Esta ilha tem proximidade com as Ilhas de Santo Antônio e dos Cavalos, são bastante produtivas. Nesta ilha residem seis famílias em casas de taipa, sendo a agropecuária a principal atividade econômica. A Ilha tem 22 proprietários de terras áreas variando entre 5,0 e 3,0 ha. O tipo de solo dessa ilha é aluvial, sendo muito arenoso em algumas partes. A exploração é feita pelo sistema de meação em todas as propriedades, sendo as principais culturas: cebola, tomate, feijão, mandioca, mamão e banana.



Figura 4.60 A, B e C
Vista panorâmica da Ilha de Mato Grosso



Figura 4.61 A, B e C
Casa de taipa (à esq.), criação de bois (centro) e cultivo de banana (à dir.) na Ilha de Mato Grosso

A ilhota da Jiquitaia, integra a Ilha do Mato Grosso e não possui energia elétrica. Possui cerca de 1,0 ha e pertence a cinco herdeiros, sendo explorada por apenas um que é pescador cadastrado na colônia e também agricultor (só na época do defeso). Os plantios são concentrados em lavouras temporárias (pimentão, tomate, feijão e mandioca) e os animais criados são porcos e galinhas.

A Ilha do Tem-tem, também integrada à Ilha do Mato Grosso. Possui cerca de 5,0 ha ocupado com expressiva diversidade produtiva (banana, manga, coco de baía, goiaba, acerola, mamão, laranja, macaxeira, mandioca, batata doce, milho, feijão, rúcula, quiabo, berinjela, erva doce, pimentão, jiló e cebola). Nesta ilha há a criação de bovinos, caprinos, porcos e aves. Observou-se um organizado modelo produtivo, permitindo uma renda mais constante para as famílias.



Figura 4.62 A, B e C
Mata ciliar (à esq.), casa de taipa (ao centro) e cavalo pertencente ao morador (à dir.) na Ilha Tem-Tem

A Ilha do Feijão, também integra o conjunto Ilha do Mato Grosso, é também conhecida como Ilha de Raimundão. Não possui energia elétrica nem moradias. Esta ilha é explorada por arrendatários que pagam aos proprietários 10% da produção de cebola, pimentão, mamão e melão.



Figura 4.63 A, B e C
cultivado com feijão (à esq.) e milho (no centro e à dir.) na Ilha do Feijão

Ilha da Vaca

Nesta ilha residem apenas duas famílias em casas de taipa que usam suas terras para desenvolverem uma produção agrícola. As terras desta ilha são divididas entre vários proprietários que plantam banana, manga, coco de baía, maracujá, mamão, cebola, melancia, melão, feijão, mandioca, batata doce, milho, macaxeira e hortaliças. Os proprietários além de explorar as roças com mão de obra familiar, também arrendam terras nas ilhas vizinhas para o cultivo de lavouras temporárias.

Ilha do Itapicuru

Esta ilha não possui energia elétrica, sendo utilizada para atividades agropecuárias. A exploração agrícola é feita através do sistema de meação, apresentando um bom exemplo de parceria que utiliza um acordo mais justo onde cabe ao proprietário a cessão da terra e do motor, e as despesas com o diesel. Ao meeiro cabe o trabalho, as despesas com sementes e preparo da terra. As receitas são divididas igualmente. Quanto à pecuária, observou-se criação de gado bovino.



Figura 4.64 A e B
Captação com bomba a óleo diesel (a esq.) e cultivo de maracujá (à dir.) na Ilha de Itapicuru



Figura 4.65 A, B e C
Solo aluvial com textura arenosa e média, cultivado com feijão (centro e à esq.) e casa de taipa (à dir.) na Ilha de Itapicuru

Ilha dos Mortos

Também chamada de Nossa Senhora de Fátima, é utilizada para moradia e atividades agrícolas. Esta ilha é atendida pelo serviço de energia elétrica e esta dividida em quatro propriedades que totalizam 115,7 hectares, possuindo cultivos irrigados de coco (20 ha) e manga (20 ha), além de goiaba, banana, cebola, feijão, milho e mandioca. A ilha possui boa infraestrutura, observando-se moradias de alvenaria para os trabalhadores, com bom padrão construtivo, piscina, jardins, píer e diversificado pomar.



Figura 4.66 A, B e C
Ocupação de médio padrão Ilha dos Mortos



Figura 4.67 A, B e C
Solo aluvial com textura média e arenosa, mostrando campos de cultivo na Ilha dos Mortos

Ilha do Canal

É utilizada para fins agrícolas. Não possui energia elétrica e é plenamente ocupada com plantios realizados através de arrendatários e meeiros, sendo as principais culturas:

banana, cebola, pimentão e mandioca. Os sucessivos roubos de motores constituem o maior problema dos agricultores dessa ilha que, também, foi, há algum tempo, espaço de plantios de maconha.

Ilha do Veado

Esta ilha é utilizada para agricultura e pesca, sendo é explorada por mão de obra familiar. Possui modelo produtivo diversificado e organizado, com o plantio principalmente de cebola, banana, melão *orange*, macaxeira, mamão, coco, manga, melancia e capim, entre outros. A pesca é uma atividade complementar onde as famílias desenvolvem aquicultura em tanque-rede com criação de caris em gaiolas e dispõem de bom barco e apetrechos de pesca.



Figura 4.68 A, B e C
Chegada na Ilha do Veado de canoa (à esq.)
e cultivo de feijão (no centro e à dir.)

Ilha do Bento

Está localizada entre as Ilhas da Missão e do Caraputé, num braço estreito do rio e é utilizada para fins agropecuários. Entre os principais cultivos, estão cebola, capim e banana, melancia, feijão, milho e melão, além da criação de bovinos.

Ilha da Roça

É utilizada para fins residencial e agropecuário, sendo anexa à Ilha Pequena. Está dividida em onze propriedades que totalizam 67,8 hectares, com quatro famílias residentes. A agricultura é explorada com mão de obra familiar, comportando trabalhadores diaristas nos plantios de cebola. Também são cultivados banana, melão, feijão e mandioca.

Ilha do Jatobá

Também é conhecida por ilha da Capivara e é utilizada para fins agrícolas. Apesar de ser pernambucana, essa ilha tem como característica a ocupação por roças da população do Quilombo Nova Jatobá, situada no município de Curaçá (BA). As propriedades são muito repartidas, incluindo unidades com área que variam de 0,4 a 10,9 hectares. Os plantios são predominantemente de lavouras temporárias, como cebola, mandioca, batata doce, feijão, milho e macaxeira.

Ilha Bom Sucesso e ilhotas anexas

São utilizadas para fins agrícola e residencial. Cerca de 21 famílias moram na ilha, que está ocupada por índios um Grupo de Atikum. As moradias são, predominantemente, de taipa. A terra está dividida em aproximadamente 30 propriedades que variam de 0,6 a 10,6 ha. Os plantios são predominantemente de subsistência (mandioca, feijão, milho, macaxeira e cebola).

Ilha da Coroa ou Ilha de Curaçá

É utilizada para fins residencial, agrícola e de lazer. Muito conhecida como espaço de lazer da população de Curaçá, esta ilha na verdade é anexa a uma ilha maior denominada de Ilha da Roça que representa a grande área verde no contorno da praia de areias finas que é usada pela população para banhos nos finais de semana e feriados. Os afogamentos ocorrem em número muito reduzido e na maioria das vezes estão ligados à prática do lazer, geralmente associada ao uso de álcool. Desde cedo os moradores desenvolvem uma relação de intimidade com o rio e se tornam exímios nadadores.

Ilha do Icó

É utilizada para fins residencial e agrícola. Essa ilha apresenta características de alguma forma ligadas ao processo histórico de ocupação, tendo casas em estilo tradicional com algumas peças antigas. Nesta ilha moram quatro famílias e apresenta densidade produtiva, tendo como principais cultivos: banana, cebola, coco de baia, manga, goiaba, melancia, feijão e mandioca.

Ilha da Cupira ou do Estreito

É utilizada para fins agrícolas e está integrada à dinâmica da comunidade do Quilombo de Cupira, sendo atendida com o serviço de energia elétrica. Esta ilha é dividida em propriedades com área que variam de 5,9 a 14,2 ha, onde são produzidos, principalmente, banana, manga, coco, macaxeira, cebola e capim. A dinâmica produtiva está integrada às propriedades da margem esquerda, pertencentes à população do Quilombo da Cupira.

Ilha do Inhanhum

É utilizada para agropecuária. É nesta ilha onde está situado o eixo da barragem da UHE Riacho Seco e o canal de interligação entre os dois braços do rio formado por esta ilha. Pela sua dimensão e pelas características de exploração de pequenas roças por posseiros, arrendatários e meeiros, apresenta expressiva densidade de ocupação produtiva agropecuária. Apesar de historicamente ser utilizada pelas famílias quilombolas de Inhanhum, atualmente esta ilha pertence a terceiros.

b) Principais atividades, áreas envolvidas e resultados da exploração econômica

Em todo o trecho do percurso do rio São Francisco no contexto territorial da AID da UHE Riacho Seco observa-se a presença de ilhas de diferentes tamanhos e variadas formas. Intensamente ocupadas por atividades humanas ou apenas sendo usada como refúgio de

pasto para pequenos animais, as ilhas compõem um cenário fundamental na dinâmica socioeconômica da região.

As ilhas existentes estão repartidas em unidades agrícolas integradas à base produtiva local, apresentando dinâmicas diferenciadas na ocupação, nos modelos produtivos e nas formas de exploração, consubstanciando uma agricultura familiar que, também, é geradora de ocupação para trabalhadores temporários (diaristas), meeiros, parceiros e arrendatários.

A Tabela 4.2, apresenta o universo das áreas cultivadas nas ilhas, onde se percebe que o plantio de culturas permanentes (44%) supera as culturas temporárias (28%), considerando-se aquelas de maior relevância seja para o mercado externo seja para o consumo familiar. Deve-se ressaltar que o item “Outras” também alcançou marca significativa (28%), demonstrando a diversidade dos produtos agrícolas cultivados nas ilhas.

Tabela 4.2
Principais culturas nas propriedades da subzona de ilhas da AID

Culturas	Quantitativo (ha)	Participação relativa (%)
Permanentes	467,12	44,44
Banana	180,40	17,15
Coco	70,01	6,66
Goiaba	31,90	3,04
Mamão	15,11	1,44
Manga	126,40	12,02
Maracujá	42,30	4,03
Uva	1,00	0,09
Temporárias	293,11	28,00
Amendoim	0,20	
Cebola	75,60	
Feijão	90,70	
Mandioca	63,00	
Melancia	23,00	
Melão	31,21	
Milho	9,40	
Outras	291,70	
Total	1.051,93	100,00

Fonte: Banco de dados, Chesf (2008)

As ilhas também são utilizadas como espaço para guarda e criação de animais domésticos. A Tabela 4.3, apresenta o quantitativo de animais que compõem a pecuária das ilhas no trecho da AID. Como é natural para a região, o rebanho de caprinos e ovinos (34,54 %) supera o de bovino (20,07%) (Figura 4.69 A e B). As aves (16,64%) ocupam o terceiro lugar, mas representam apenas o hábito de algumas famílias que criam para consumo próprio, assim como o pequeno rebanho de suínos (11,75%). Os animais de carga e de transporte também aparecem em pequeno número, com 90 cabeças que representam 16,27% do total de animais criados nas ilhas da AID.

Tabela 4.3
Número de animais criados na Subzona de Ilhas da AID

Animais (por unidade)	Quantidade	Participação relativa
Animais de carga (jegue, jumento).	40	7,31
Animais de transporte (cavalo, mula, muá).	50	9,14
Aves	91	16,64
Bovinos	108	19,74
Caprinos	86	15,72
Ovinos	103	18,83
Suínos	64	11,71
Outros	05	0,91
Total	547	100

Fonte: Banco de Dados, Chesf (2008).

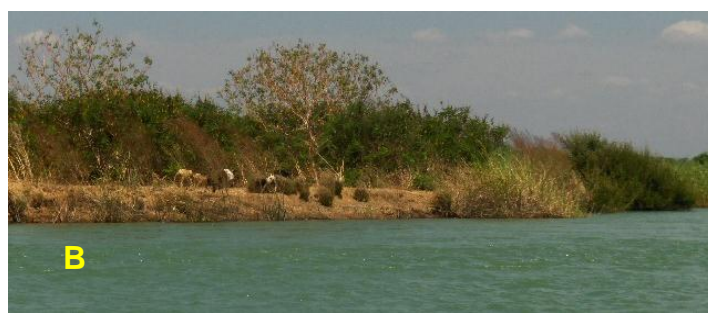


Figura 4.69 A e B
Vista panorâmica da Ilhota do Adolfo, vendo-se a criação extensiva de bois de bois

c) Nível tecnológico da exploração

As ilhas representam verdadeiros terraços fluviais recortados e são constituídos de solos da classe dos Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais), nos quais, nessa região, predominam a textura arenosa e média. As ilhas maiores se encontram cultivadas com agricultura irrigada, apresentando as mesmas condições de produção e restrições da maioria das terras das margens ribeirinhas, acrescidas da dificuldade relacionada com o escoamento da produção que depende do transporte fluvial.

Considerando-se o tipo de solo, as ilhas foram subdivididas em dois padrões:

- ilhas mais uniformes e contínuas, onde predominam solos bem drenados, especialmente Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais) Eutróficos, típicos e com textura média e arenosa; e
- ilhas complexas menos uniformes e mais recortadas, que possuem solos Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais) Eutróficos que possuem textura mais variável, podendo apresentar locais com problemas de drenagem e, inclusive, afloramentos de rocha.



Figura 4.70 A e B
Vista panorâmica da Ilhota Barbosa (ou de Zé de Roque)
(à esq.) e detalhe do Solo Aluvial arenoso (à dir.)

Assim como nas áreas ribeirinhas, o uso agrícola das terras de ilhas está amplamente associado à prática da irrigação por superfície (sulco ou inundação), adotado principalmente em função de seu baixo custo, já que as famílias de ilhéus não dispõem de recursos para investir e tem dificuldade para acessar créditos bancários ou governamentais, uma vez que a condição de ocupação das terras é considerada irregular. Nas áreas observadas durante o levantamento censitário não se registrou a execução de ações de proteção ao solo. Em algumas ilhas já se identificam processos de erosão associados a este tipo de irrigação.



Figura 4.71 A, B e C
Solo aluvial com textura média, mostrando processos de erosão nos sulcos
(à esq.) e cultivo de cebola (no centro e à direita) na Ilha de Pananá

d) Modo de vida da população

Habitação

Muitas famílias que têm sua dinâmica socioeconômica ligada às ilhas, com exceção daquelas que residem nas ilhas maiores, como da Missão e do Saco, por exemplo, não moram nas ilhas e sim nos núcleos e povoados ribeirinhos mais próximos. As famílias ou apenas os membros envolvidos nas atividades produtivas se locomovem diariamente de barco para as ilhas onde passam o dia na lida da roça, e de noite voltam para suas casas. Nos últimos meses, segundo afirmaram nas entrevistas realizadas, são obrigados a permanecer nos locais fazendo rodízio com familiares, vigiando os motores que usam para irrigar, temendo os roubos que têm sido frequentes. Alguns depoimentos afirmam que no ano de 2008, haviam sido roubados quarenta e dois motores de irrigação, na área das ilhas da AID do empreendimento.



Figura 4.72 A e B
Bombeamento da água - roubos frequentes
em ambas as margens e ilhas

As casas dos moradores das ilhas, em sua maioria, se compõem de um só vão ou no máximo dois. Em muitas casas não existe nenhuma estrutura que possibilite algum conforto, ainda que simples, como cadeiras, mesas, camas, cozinha, banheiros. Em alguns casos, os ilhéus se abrigam debaixo de lonas ou ainda sob as árvores, expostos ao sol e a chuva.

Apesar do número reduzido é importante registrar que existem casas de médio padrão que são utilizadas principalmente nos finais de semana, por moradores das sedes municipais.

As fotos a seguir, mostram o padrão da maioria das habitações existentes nas ilhas.



Figura 4.73 A, B e C
Ilha de Pananá: casas de taipa (centro e à esq.)
e criação de galinhas e perus (à dir.)



Figura 4.74 A, B e C
Casas de moradores de ilhas: Ilha Pequena (à esquerda e no centro) e Ilha de Mato Grosso à direita



Figura 4.75 A, B e C
Casas na Ilha de Tem-Tem a direita e esquerda

Nas ilhas a higiene dentro e fora da maioria das habitações é precária, os utensílios ficam pendurados sob os fogões, feitos de barro, de forma rudimentar, onde a lenha alimenta o fogo que cozinha uma dieta restrita quase sempre ao feijão e a farinha. Nos jiraus, as louças e panelas são lavadas e secam ao sol. A convivência com porcos, bodes e galinhas, criados soltos no terreiro junto com as crianças, se junta à falta de higiene com utensílios e roupas.



Figura 4.76
Ilha do veado: Criação de porcos



Figura 4.77
Ilha da Missão: Jirau em casa de morador

Educação

Em todas as ilhas registradas nesta subzona da AID da UHE Riacho Seco só existem duas escolas: a Escola Municipal Ilha do Saco e a Escola Nossa Senhora do Pilar. A primeira fica localizada em terreno de uma propriedade particular na Ilha do Saco e está desativada. A segunda, localizada na Ilha da Missão, oferece as séries iniciais do Ensino Fundamental em sistema multiseriado. Esta escola só conta com uma professora, que é responsável por todas as tarefas, inclusive as de limpeza do prédio. A merenda, quando existe, é preparada pela professora, na escola, em sua casa ou na casa de algum morador que tem filhos matriculados.

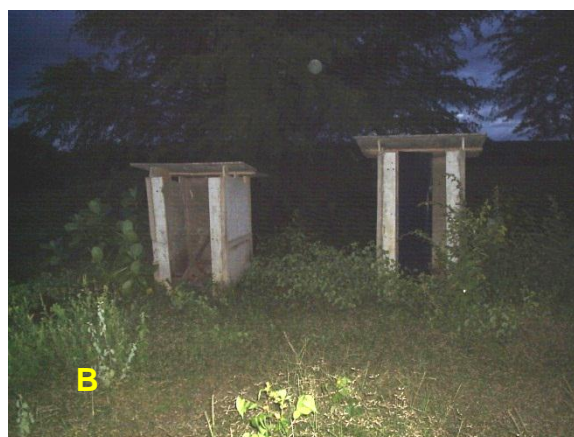
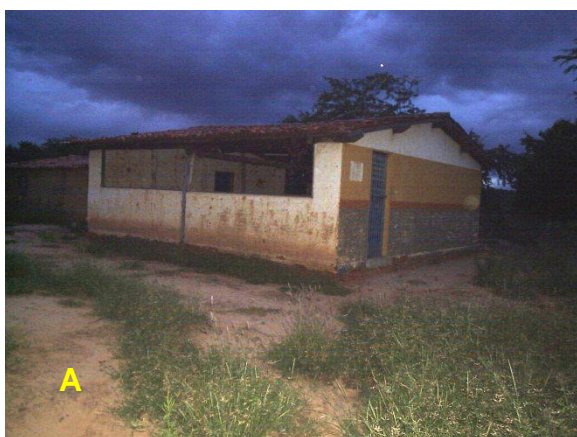


Figura 4.78 A e B
Escola Municipal Ilha do Saco: perfil do prédio (à esquerda)
e vista das instalações sanitárias (à direita)



Figura 4.79 A e B
Escola Nossa Senhora do Pilar localizada na ilha da Missão

A prática geral das famílias residentes em ilhas é matricular seus filhos nas escolas de Curaçá e de Santa Maria da Boa Vista, sendo estas mais procuradas, em função da proximidade de sua sede com as ilhas habitadas.

Nas ilhas, o transporte escolar é feito através de barco a motor, que recolhe os alunos nos três turnos. A população estudantil se desloca sem coletes salva-vidas, o que, também é

prática geral por todos os usuários do transporte fluvial. Entretanto, não há registro de acidentes ocorridos com barcos na região.

Saúde

A população residente nas ilhas é atendida pelo Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS, não existindo nenhum posto de saúde em funcionamento nas ilhas desta subzona. A cobertura de atenção básica é feita através de visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde. Para consultas e outros procedimentos, é necessário o deslocamento para o posto de saúde mais próximo, localizados nas comunidades ribeirinhas, ou para as sedes municipais de Curaçá e Santa Maria da Boa Vista. O maior deslocamento dos ilhéus acontece notadamente para a cidade de Santa Maria da Boa Vista, em virtude das ilhas estarem nas suas proximidades.

4.2 Margem baiana

4.2.1 Subzona de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais – ZMB1

a) Cerca de Pedra

Cerca de Pedra (Figura 4.80 A, B e C) está localizada na margem baiana do rio São Francisco, no município de Curaçá, a cerca de três quilômetros do Distrito de Riacho Seco e uns 400 metros da margem do rio, na altura das comunidades de Inhanhum e Cupira, situadas na margem oposta com as quais mantém relação de parentesco.

A denominação do lugar, segundo informações dos moradores, é devido a uma cerca de pedra que foi construída pela primeira família que chegou ao local.

No passado, Cerca de Pedra era um lugar isolado que tinha poucas casas, na beira do rio. Não havia motor nem bomba d'água. Plantavam mandioca, batata e feijão na vazante do rio. O roçado era feito à foice com cabo de Macela e Calumbi. A mata ciliar protegia o rio e o capim d'água, junto com o capim Zozó, servia de alimento para os bichos.

A farinhada era feita na força dos cavalos na bolandeira. Depois veio a moagem com roda. Todas as mulheres do lugar participavam da farinhada e a produção de uma roça chegava a 200 sacos. O pagamento era um prato de farinha por dia para as mulheres que ralavam a mandioca e para os homens, que a mexiam na beira do forno, recebiam um prato a cada dez que a casa produzia.

Havia fartura de peixes. Um Pirá chegava a alcançar 22 quilos. A base da alimentação era feijão, abóbora, batata, farinha, rapadura e muito peixe. Carne era difícil. A vida não era fácil, mas ninguém passava fome, embora não tivessem dinheiro.

A produção era vendida em Juazeiro. Iam de barco à vela, puxado na vara, carregado de batata e abóbora e levavam até quinze dias para chegar. A embarcação chegava a ter mais de quinze tripulantes para empurrar o barco na vara, caminhando pelas margens do rio. Apesar de terem um lucro de quase nada, sempre voltavam a Juazeiro para a venda de seus produtos, pois, a viagem, era também a oportunidade para algum divertimento.

Em 1960, a situação começou a mudar após a ocorrência de uma grande cheia. Mas, até 1965, muitos prosperavam no lugar plantando melão, melancia e cebola. Alguns, por não terem acesso aos equipamentos de irrigação, molhavam seu plantio com a cuia e conseguiam lucrar com a produção. Segundo os entrevistados, levavam a cebola para vender em Santa Maria da Boa Vista e o Governo também comprava a produção.

Entretanto, desde 1979, depois da construção de Sobradinho, segundo a população, houve uma cheia grande que carregou duas ilhas. A partir de então, os insumos foram encarecendo, os preços continuaram baixos e segundo depoimentos ouvidos não dava para tirar, nem o que foi aplicado.

Atualmente, Cerca de Pedra possui casas de alvenaria dispostas no formato de vila dotada de infraestrutura básica de energia elétrica, abastecimento d'água, saneamento básico e serviços de comunicação. Sua população, em torno de 400 pessoas, mantém suas características culturais, não existindo no povoado gente que não seja da ramificação dos antigos moradores, ou que através de seus descendentes tenha se agregado. Segundo alguns moradores e lideranças sindicais e políticas com atuação no município, a população é bastante coesa e bem estruturada nas relações de convivência. O povoado deverá ser relocado em sua totalidade.

Seus habitantes retiram o sustento da agricultura praticada nas ilhas e na terra da margem do rio, da pescaria para auto-provimento, de diárias e de trabalho em meação, sendo a sobrevivência da coletividade proveniente das pensões, aposentadorias e auxílios assistenciais do Governo Federal. Segundo os moradores, hoje a terra está cansada, pois quando o dono tira a produção, bota os animais para comer o restolho e não deixa a terra se recuperar. Segundo os moradores aqueles que não recebem aposentadoria vivem muito pior do que antigamente.

Apesar de apresentar características de comunidade tradicional, ainda não foi aberto nenhum processo de reconhecimento de sua identidade étnica junto à Fundação Palmares.

Quanto à construção da UHE Riacho Seco, verifica-se que a opinião da população diverge sobre a questão, apesar de a maioria expressar não querer a barragem. Os que são favoráveis ao empreendimento consideram que a barragem pode trazer benefícios como a indenização das terras cansadas e a possibilidade de construção de novos planos de vida. Os que são contra, temem a mudança, se espelhando na experiência de Itaparica e colocam como exigências, a indenização correta, terra boa e casa para morar. Não querem ser relocados separados nem ir para lugares onde existam pessoas que não conhecem, para não acontecer os desmandos que aconteceram com os assentamentos.



Figura 4.80 A, B e C
Povoado Cerca de Pedra - Curaçá (BA)

b) Fazenda Logradouro

A Fazenda Logradouro está situada nas terras que se iniciam na Barra do Ananias e adentra pelo riacho de mesmo nome, que adiante recebe a denominação (dos moradores locais) de riacho do Logradouro. A população que vive nessa fazenda tem como atividade econômica básica a agricultura de sequeiro - praticada nas vazantes do riacho e em algumas manchas de terra fértil do alto -, e a criação de pequenos rebanhos de caprinos e ovinos. No período em que as terras estão úmidas, gasta parte substancial de seu tempo nas atividades agrícolas voltadas para a auto-sustentação – e no período de seca, volta-se para o atendimento do criatório, utilizando-se para isso, dos restos dos cultivos e dos recursos da Caatinga (xiquexique, mandacaru e ramas). Possui identidade caatingueira, vivenciando as mesmas vicissitudes dos caatingueiros, tendo como diferencial que recorrem ao rio em busca de trabalho e dos recursos que ele proporciona quando a situação de seca se acentua além do esperado.

O terreno que a coletividade ocupa é bastante acidentado e, com a UHE Riacho Seco, não só as terras utilizadas nos moldes da agricultura que praticam serão inundadas, como também a água penetrará pelas depressões formadas por pequenos riachos, tornando a área não inundada em um tipo de labirinto que afetará a circulação do criatório na atividade pastoril. Deste modo, a continuidade da população no local tornar-se-á impossível e será forçada a sair do ambiente de trabalho e de vida.

Por outro lado, a perenização de um grande trecho do riacho Ananias irá beneficiar as propriedades desta área.

c) Fazenda do Meio

Esta comunidade está situada às margens do rio São Francisco e possui quase 200 habitantes. No ano de 2004, através de programa do Governo Federal em convênio com o município, foram construídas algumas casas dispostas no formato de vilas, com duas fileiras frontais, como substituição às casas de taipa. A fonte básica de trabalho provém das ilhas e dos recursos oriundos de aposentadoria, pensões e auxílios assistenciais do Governo. As relações sociais são bastante quebradas, havendo um grau acentuado de individualismo, não obstante quase todos os habitantes terem vínculos de parentesco e origem imemorial no lugar.

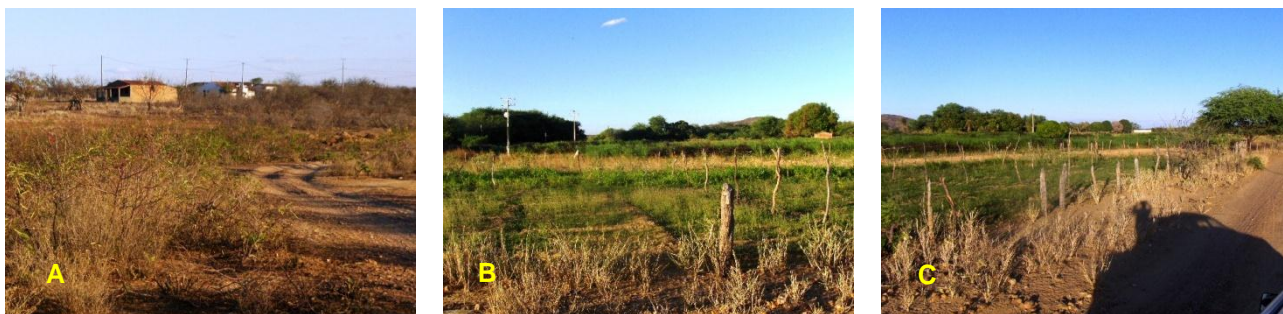


Figura 4.81 A, B e C
Fazenda do Meio: Terraço Fluvial com agricultura irrigada
(à direita) e local da agrovila no Cristalino (à esquerda)

d) Barroca

Barroca é uma coletividade integralmente ligada ao rio e seus membros desenvolvem suas atividades nas vazantes e nas ilhas, quer praticando pequenos cultivos irrigados, quer aproveitando a umidade deixada pelas águas. Também trabalham ocupando a mão de obra como meeiros e diaristas. Como as demais coletividades têm um passado imemorial. Com a UHE Riacho Seco perderá completamente o seu espaço de vida e de trabalho e terá a desarticulação de seus relacionamentos sociais.



Figura 4.82 A, B e C
Comunidade Barroca

e) Ferrete e Curralinho

O povoado de Ferrete (Figura 4.83 A, B e C) situa-se às margens do São Francisco e tem uma população estimada em 286 pessoas, distribuídas em cerca de 80 casas, agrupadas no formato de vila.

Segundo os entrevistados, a origem do nome Ferrete é muito antiga. Dizem que era um lugar onde havia muita briga por causa de terras, daí o nome “Infernete” que é a diminuição de inferno. A população se incomodou com a má fama do nome e o trocou para “Inferrete”. Com o tempo, as brigas foram diminuindo e o nome foi trocado mais uma vez para Ferrete.

Os primeiros moradores vieram de Chorroxó e outros do Riacho da Vargem. Depois, chegaram outros originários de Cachoeirinha. Até 20 anos atrás existiam poucas pessoas no local. As famílias foram aumentando, tendo filhos e permanecendo no lugar. Quase

todos são parentes por consanguinidade ou por afinidade e, quando vem alguém de fora, é porque tem parente no lugar. Muita gente veio da caatinga durante os períodos de seca para alimentar os animais perto do rio e foram ficando.

Há certa estrutura no povoado como comércio, palhoça, onde acontecem festas, igreja e casas com água encanada e banheiro. Algumas foram construídas através de Programa do Governo de combate ao barbeiro, entretanto ainda existem casas de taipa espalhadas ao longo da comunidade, principalmente as mais perto do rio. O padrão de convivência interna da população é bom.

A população de Ferrete e de Curralinho (Figura 4.85 A, B e C), por suas condições culturais, econômicas e históricas, têm como espaço exclusivo de trabalho as terras das ilhas, dispendo de faixas insignificantes de terreno característico de vazante, devido à topografia da área onde se situa. As terras altas são pedregosas e acidentadas, impróprias para a prática agrícola.

A tradição do lugar é o trabalho de meação que se conserva até hoje. Outro meio de produção é o arrendamento da terra, pois a grande maioria não é proprietária. Alguns moradores plantam nas ilhas que foram se formando depois da construção dos vários empreendimentos pela Chesf, enquanto as terras boas ficaram fora da área de inundação. As terras que existem não têm qualidade e a população não tem recursos para irrigar. No passado, sobreviviam plantando mandioca, batata, feijão e cana nas ilhas próximas do povoado. Também havia o fabrico do mel de cana. Hoje, alguns plantam cebola, melão e melancia nas ilhas, mas os preços de venda não compensam quando somados os custos. As técnicas de produção aprendidas com os mais velhos estão superadas o que diminui a produção e aumentam os custos com insumos que não são usados corretamente por falta de Assistência Técnica. Todos os entrevistados se queixam da falta de estrutura, de apoio técnico e da implantação de projetos no local.

A tradição pesqueira da comunidade de Ferrete também é outra fonte de sustento, sendo reconhecida historicamente.

Um dos orgulhos de Ferrete são as festas que promovem de vez em quando, com destaque para a Dança de São Gonçalo, sendo sua população reconhecida como “muito animada”. A prática de futebol e as festas religiosas proporcionam momentos de celebração e confraternização intercomunitária. As ilhas das imediações de Ferrete e Curralinho são espaços de encontro entre os habitantes destas coletividades e os habitantes de outras coletividades situadas nas margens do São Francisco.

Embora ainda não esteja certificada como quilombola, Ferrete é uma das comunidades tradicionais em processo de etnogênese mais referenciadas no município de Curaçá.

A comunidade hoje vem enfrentando uma série de problemas, com destaque para a quantidade de assaltos nas estradas e adjacências, a falta de emprego, o alto índice de evasão escolar e alcoolismo, motivados pela ociosidade.

Quanto à implantação da UHE Riacho Seco temem pela falta de titulação das terras e receiam serem relocadas para projetos de assentamento como o de Caraíbas, onde “existe muita violência”. Afirmam que só saem do local se já tiver pronto “casa, água para

trabalhar, com projeto de irrigação, escola melhor do que a que existe e posto médico.” Dizem ainda que gostariam de ficar perto do povoado de Curralinho, que também vai ser afetado pelo empreendimento.

A população, embora se mostre insegura diante das mudanças, é categórica em afirmar “que se as promessas forem cumpridas (direitos respeitados) a UHE Riacho Seco pode ser bom. O problema é se o governo não cumprir com sua obrigação”.



Figura 4.83 A, B e C
Povoado Ferrete - Curaçá (BA)



Figura 4.84
Povoado Ferrete - Curaçá (BA)



Figura 4.85 A, B e C
Povoado Curralinho - Curaçá (BA)

f) Fazenda Oiteiro

A coletividade de Oiteiro (Figura 4.86) situa-se às margens do rio e seus membros fazem a criação de pequenos rebanhos de caprinos e ovinos, ocupando sua mão de obra substancialmente na agricultura praticada nas ilhas, nas vazantes e em pequenas irrigações, na condição de trabalhadores diaristas ou como meeiros. A coletividade possui passado imemorial e seus membros desenvolvem intenso contato entre si e com as coletividades vizinhas.



Figura 4.86
Fazenda Oiteiro - Curaçá (BA)

g) Passagem

Coletividade eminentemente beiradeira. Seus membros ocupam-se em atividades na vazante do rio, nas ilhas e como meeiros e trabalhadores diaristas em pequenas irrigações de cultura de ciclo curto. Possui passado imemorial e, com a UHE Riacho Seco, terá todo o seu ambiente de vida e trabalho submerso e perderá a possibilidade de continuidade de seus relacionamentos sociais e estruturação de vida nos moldes atuais.



Figura 4.87 A e B
Passagem

h) Lagoa I e Lagoa II

Lagoa I e II (Figura 4.88 A e B e Figura 4.89 A e B) são consideradas coletividades eminentemente beiradeiras. Seus membros ocupam-se em atividades na vazante do rio e como meeiros e trabalhadores diaristas em pequenas irrigações de cultura de ciclo curto, possuindo passado imemorial. Em decorrência da insuficiência de terra para trabalho, parte de seus moradores adquiriram, através de financiamento do “crédito fundiário”, terra nas proximidades da Fazenda Caraíbas (Novo Horizonte), para onde se transferirão e onde já construíram casas. A UHE Riacho Seco fará submergir as terras onde estão assentadas as duas coletividades, eliminando seus espaços de vida, de trabalho e seus referenciais históricos e culturais.



Figura 4.88 A e B
Coletividade Lagoa I - Curaçá (BA)



Figura 4.89 A e B
Coletividade Lagoa II - Curaçá (BA)



Figura 4.90 A e B
Campo de produção de melancia e banana
na coletividade Lagoa II - Curaçá (BA)



Figura 4.91 A e B
Sulcos com adubo e cultura na margem do
rio na coletividade Lagoa II - Curaçá (BA)

i) Mãe Maria, Fazenda Roçado e Pedra Branca

Coletividades integralmente ligadas ao rio. Seus membros desenvolvem suas atividades nas vazantes e nas ilhas, quer praticando pequenos cultivos irrigados, quer aproveitando a umidade deixada pelas águas. Ocupam a mão de obra como meeiros e diaristas e como as demais coletividades, têm passado imemorial. Com a UHE Riacho Seco perderão completamente o seu espaço de vida e de trabalho, os referenciais culturais e terão desarticulado seus relacionamentos sociais.

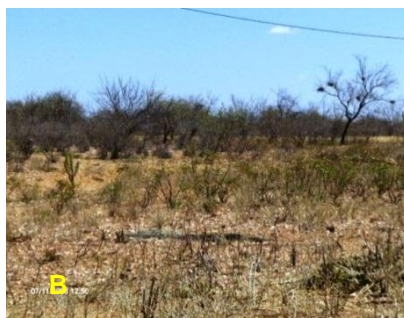


Figura 4.92 A, B e C
Fazenda Mãe Maria

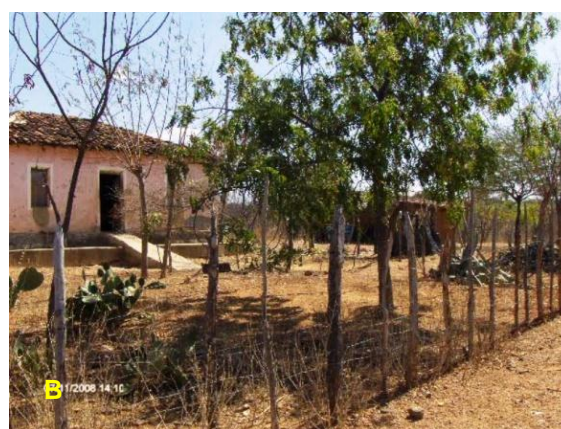


Figura 4.93 A e B
Fazenda Roçado



Figura 4.94 A e B
Fazenda Pedra Branca

4.2.2 Subzona de Agricultura Familiar e Agronegócios – ZMB2

a) PA Novo Horizonte

O assentamento PA Novo Horizonte (Figura 4.95 A e B) está em fase de implantação e é uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curaçá e FETAG. Está sendo instalado com o apoio do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural / PAPP (coordenado pela CAR) e Associação Agropastoril e Familiar do Assentamento Novo Horizonte (ADAFANIH). Está localizado em terra adquirida, na Fazenda Surubim (Curaçá), através de crédito fundiário e ocupa 424,0 hectares distribuídos por 33 famílias cabendo a estas, lotes de 12,8 ha.

As áreas de plantio irrigado estão próximas do rio e totalizam 40,0 ha cabendo, em média, 1,2 ha por família. A agrovila do assentamento está sendo construída a uma distância de 1.400 metros da margem do rio e, além das casas de alvenaria para as 33 famílias (aproximadamente 150 pessoas), contará com prédio destinado ao funcionamento da associação.



Figura 4.95 A e B
Agrovila e área cultivada no PA Novo Horizonte - Curaçá (BA)

b) Quilombo Nova Jatobá e Caraíbas

A comunidade do Quilombo Nova Jatobá é formada por quatro localidades: Favela, Jatobá (Figura 4.96 A, B e C), Rompedor (Figura 4.97 A e B) e Sombra-Quixaba. O reconhecimento da identidade quilombola foi feito pela Fundação Palmares em 2008, num único processo, mantendo, cada uma delas, suas individualidades respeitadas. A população estimada é de cerca de 310 pessoas distribuídas em 93 casas. Geograficamente fica localizada a poucos quilômetros da sede de Curaçá e suas terras têm princípio na margem do rio, subindo até a Serra do Icó. As atividades agrícolas são desenvolvidas em área de vazante do rio e na ilha Jatobá que é da comunidade, constituindo a base principal de suas atividades. Também criam caprinos e ovinos nas terras mais altas, como atividade secundária e complementam sua renda com recursos provenientes de aposentadoria e auxílios assistenciais do Governo Federal.

O povo de Jatobá, como denominado pela comunidade, apresenta características próprias, quais sejam: inter-relacionamentos conjugais; absorção das pessoas nascidas como resultado de inter-relacionamentos de membros da comunidade com gente de fora; maneiras de pescar; formas cooperativas de trabalho; elevado grau de solidariedade e de coesão de seus membros e modo compartilhado de uso da terra, mesmo esta tendo proprietários individuais. A comunidade apresenta profunda relação com a identidade negra, que incluiu as mais antigas práticas religiosas de matriz afro do município de Curaçá, estando lá localizado o terreiro mais antigo do município.



Figura 4.96 A, B e C
Comunidade Jatobá - Curaçá (BA)



Figura 4.97 A e B
Comunidade Rompedor - Curaçá (BA)

A comunidade de Caraíbas (Figura 4.98 A, B e C) não está inserida no Quilombo Nova Jatobá, entretanto sua população apresenta grande número de famílias oriundas das quatro comunidades que formam este quilombo.



Figura 4.98 A, B e C
Comunidade Caraíbas - Curaçá (BA)

c) Comunidade indígena Atikum (Fazenda Altamira)

O grupo Atikum, localizado em terras do município de Curaçá (BA), congrega mais de cinquenta famílias nucleares que se identificam como membros de uma única grande família denominada "família Rumana", tradicionalmente originária da Terra Indígena Atikum, situada no município de Carnaubeira da Penha, Pernambuco.

Após sua saída de Carnaubeira da Penha como índios, passaram por diversas condições, tendo sido agricultores, depois assentados e posteriormente reassentados. Depois de oito anos como reassentados no projeto Caraíbas, a cacique Djanira iniciou contatos com a Funai de Brasília, a partir do qual foi aberto um canal de diálogo e negociação, permitindo voltarem a lutar por seus direitos a terras, na condição de índios Atikum.

A luta deste grupo junto à Funai lhe rendeu, desde 2002, as terras da Fazenda Altamira, localizada na margem do rio São Francisco, distante cerca de oito quilômetros a jusante da sede do município de Curaçá, local onde estão até hoje, com direito à permanência e investimentos nas terras, enquanto aguardam a legalização por parte da Funai. Na visão do grupo Atikum, a opção de permanência em Curaçá se justifica pela proximidade com o rio São Francisco, se constituindo em local capaz de facilitar a reaglutinação dos diversos membros da família Rumana, muitos deles espalhados nos assentamentos da região como o Safra, Vitória e Boqueirão, na sede de Curaçá e na ilha de Bom Sucesso, localizada na frente da Fazenda Altamira e pertencente ao município de Santa Maria da Boa Vista (PE). Recentemente foi fundada a Associação Indígena dos Pequenos Produtores Rurais Atikum - BA para responder por seus projetos produtivos. Além disso, os Atikum de Curaçá receberam recursos para a construção de uma casa de farinha, banheiros, uma sala e uma sede para a associação.

Os Atikum – Bahia têm como base de produção a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, com a utilização de técnicas rústicas e de mão de obra familiar. No âmbito da mobilização política são organizados, possuindo cacique e pajé já instituídos.

d) Fazenda Grapiúna

A Fazenda Grapiúna (Figura 4.99 A, B, C, D, E e F) teve origem no assentamento Grapiúna que é o mais antigo encontrado na AID. Foi oficializado em 1985 com uma área de 120,0 ha (400 m de margem por 3 km de comprimento) e quinze famílias assentadas. O Incra comprou a propriedade desdobrada da Fazenda Sossego, no município de Curaçá, e passou para o Governo Estadual (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, administrado pela CAR) o qual oficializou o assentamento e a posse da terra.

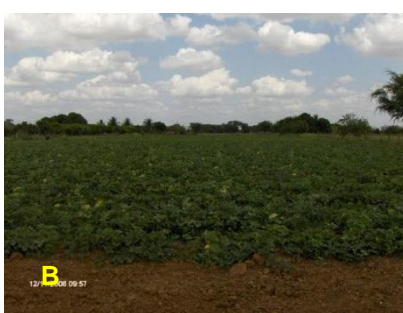
Atualmente as famílias estão emancipadas e sendo administrada por uma associação sem a participação da CAR e do Incra.

A vila do assentamento está localizada a pouca distância da margem (preservada) do rio onde se percebe um terraço aluvial sem plantio, só com vegetação nativa, algarobas e quintais produtivos. Na vila residem quatorze famílias (64 pessoas) entre as quais cinco contam com aposentadoria de um familiar e três recebem auxílio do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Estão sendo utilizados 80 hectares de área irrigada, dos quais doze são ocupados com culturas permanentes (manga, coco, maracujá, banana, pinha e graviola). No restante da área utilizam-se cultivos temporários, com maior ênfase nas culturas de melão, cebola, feijão, milho e melancia. Além dos plantios, os assentados desenvolvem uma pequena pecuária formada por ovinos (300), caprinos (50), bovinos (60), suínos e aves.

Segundo os produtores, o custo de produção é alto e não têm onde buscar mais crédito em vista de endividamentos com o Pronaf. A comercialização da produção é feita diretamente com o atravessador/comerciante que dita o preço de venda.

O assentamento conta com um sistema de irrigação com 2.250 m de adutora e duas bombas. O débito com energia elétrica alcança R\$ 11.000,00 e é derivado de um custo mensal de R\$ 3.000,00, divididos pelos assentados que usam a irrigação.





**Figura 4.99 A, B, C, D, E e F
Fazenda Grapiúna e áreas de plantio - Curaçá (BA)**

Mesmo diante desta situação a atual Fazenda Grapiúna é considerada como um exemplo de Projeto de Assentamento e Reforma Agrária que deu certo.

4.2.3 Subzona de Influência Urbana – ZMB3

a) Curaçá

O destaque desta subzona é a própria cidade de Curaçá que se caracteriza por polarizar toda a área, tanto como apoio às demais comunidades, como na comercialização de produtos. Neste trecho não existem outras comunidades estruturadas, uma vez que o foco é a própria cidade. O detalhamento da cidade de Curaçá é apresentado no item 1.3.2 deste diagnóstico.

b) Olarias

São doze olarias rústicas situadas na área do riacho Belmonte, nas proximidades da cidade de Curaçá, em áreas de calcário. Uma delas chega a produzir: 5.000 tijolos por semana, sendo o milheiro de tijolo vendido a R\$ 80,00 (Figura 4.100).



**Figura 4.100
Olarias na área do riacho Belmonte – Curaçá (BA)**

4.2.4 Subzona de Agronegócios – ZMB4

a) Impueira Dantas e Patos

A comunidade Impueira Dantas (Figura 4.101 A e B) situa-se em um recanto formado pelo rio São Francisco, rio Curaçá (Riacho Barra Grande) e empresas agrícolas, na divisa entre os municípios de Curaçá e Juazeiro. As terras das margens do rio possuem vazantes extensas e por isso, quando na época das cheias, as águas avançam no sentido da caatinga.

Impueira Dantas e Patos são duas coletividades *sui generis*, pela dupla identidade que construíram, pois, ao mesmo tempo, seus habitantes se consideram beiradeiros e caatingueiros. Beiradeiros por se situarem próximos ao rio e desenvolverem atividades de beiradeiros; caatingueiros porque criam animais nos moldes dos demais caatingueiros e com eles mantêm relacionamentos constantes. Em face desta característica, serão mais impactadas com a formação do lago da UHE Riacho Seco, uma vez que suas áreas serão afetadas não apenas pelas águas do reservatório, como também pelas turbulências provocadas pela corredeira do rio Curaçá, em épocas de chuva. Portanto não poderão permanecer no mesmo local, perdendo, por consequência, o ambiente onde construíram seus modos de vida e de trabalho e, com ele, suas formas de relacionamento com as coletividades circunvizinhas e o caráter *sui generis* que possuem.

A população de Impueira Dantas e de Patos, além de sua dupla identidade, possui uma rede de relacionamentos ampla, que inclui empresas situadas na vizinhança - que lhes possibilitam empregos e alguns préstimos -, contatos com a população caatingueira e beiradeira, contatos diários com a sede do município, de onde dista quinze quilômetros, aproximadamente. Possui rebanho significativo, tendo por base caprinos e ovinos. A UHE do Riacho Seco levará à quebra não apenas dos relacionamentos, como também dos modos de vida dos habitantes de Impueira Dantas e Patos e os arranjos sociais construídos ao longo dos últimos cem anos, levando à reconstruções de novas formas de trabalho, modos de vida e referenciais culturais.

A comunidade, incluindo aí os moradores de Patos e Salobra, possui cerca de 50 famílias e aproximadamente 500 pessoas, com um rebanho de mais ou menos, 7.000 cabeças.



Figura 4.101 A e B
Impueira Dantas e Barra Grande - Curaçá (BA)

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA DE REMANSO DO RESERVATÓRIO – ZR

No zoneamento da AID, a ZR tem como abrangência a área situada no final do reservatório e se restringe na margem pernambucana, à área diretamente atingida do município de Lagoa Grande e na margem baiana, à área diretamente atingida do município de Juazeiro.

5.1 Margem pernambucana - ZRP

Esta zona é ocupada por grandes fazendas privadas como Cambão, Carnaubeira e Vicente e empresas de agronegócios. Estas empresas fazem parte do polo vinicultor do vale do São Francisco, envolvendo vinícolas de destaque como a Adega Bianchetti & Tedesco e a Cave do Sol.

Com relação às comunidades situadas nesta zona, a principal é Malhada Real que está situada longe da margem do reservatório, nas proximidades da PE-574.

As áreas cultivadas com as cepas de uva nobre das grandes fazendas e vinícolas, não serão diretamente atingidas pela formação do reservatório. Serão atingidas apenas, as tomadas de água que estão situadas na margem do rio.

Nesta zona será atingida parte do PA Malhada Real, que apresenta as características descritas no item 5.1.2.

5.1.1 PA Jatobá

Este assentamento está em fase de estruturação e situado no trecho inicial desta subzona do reservatório, no município de Lagoa Grande (PE), tendo como vizinhança, de um lado, o PA Ascamar/Malhada Real (Estadual) e, do outro, o Assentamento Catalunha (Federal), na divisa com o município de Santa Maria da Boa Vista.

Criado em 29/10/1997, ocupa 806,0 hectares de terras obtidas pelo Incra, através de processo de desapropriação. Embora a capacidade de assentamento seja de 40 famílias, cabendo a cada uma 20,2 ha, encontram-se efetivamente instaladas apenas 26 famílias. As áreas de plantio, por família, se dividem em 4,5 ha em terra alta e 1,0 ha em terras de aluvião, nas quais estão cultivados 5,0 ha de uva, 06 ha de manga e 15 ha de banana e maracujá em consórcio, conforme Figura 5.1 A, B, C, D e E. Os assentados ocupam também, com cultivos de ciclo curto (Figura 5.2 A, B e C), os lotes sem famílias assentadas, de forma que a área irrigada no PA totaliza 40 hectares.

A situação encontrada revela cultivos permanentes e temporários de mercado e subsistência bem cuidados e áreas em preparo para instalação de novo parreiral realçando-se, também, o orgulho demonstrado pelos assentados visitados em relação às suas roças.

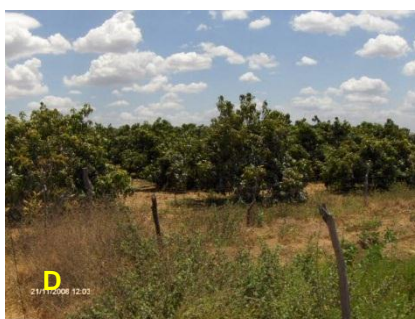


Figura 5.1 A, B, C, D e E
PA Jatobá - aspectos das áreas de plantios
de lavouras permanentes - Lagoa Grande (PE)



Figura 5.2 A, B e C
PA Jatobá - aspectos das áreas de plantios
de lavouras temporárias - Lagoa Grande (PE)

Segundo entrevistas realizadas com os produtores, no PA tudo é dividido e não há endividamentos, o que favorece a captação de recursos para projetos produtivos, os quais são encaminhados, através da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Jatobá, para as instâncias financiadoras.

A infraestrutura instalada inclui duas bombas (20 e 30 CV), três transformadores (45, 15 e 20 KVA), seis postes de alta e sete de baixa tensão; 25.000 de cercas e um barreiro para irrigação por gravidade (Figura 5.3 A e B).



Figura 5.3 A e B
PA Jatobá - Estação de captação e bombeamento - Lagoa Grande (PE)

As famílias assentadas também desenvolvem pequenos projetos pecuários com a criação de caprinos, ovinos e bovinos (Figura 5.4 A, B e C).



Figura 5.4 A, B e C
PA Jatobá - Vista dos apriscos e da vila - Lagoa Grande (PE)

5.1.2 PA Malhada Real/Ascamar

Este assentamento estadual é uma iniciativa da Associação Comunitária dos Agricultores de Malhada Real - Ascamar, com apoio do Projeto Renascer (Prorural) e Funtepe na obtenção do crédito fundiário e investimentos produtivos. Este projeto teve a sua terra adquirida em 27/12/2006 e encontra-se em fase de implantação com a instalação de doze hectares de uva em áreas próximas da grande lagoa que corta o assentamento.



Figura 5.5 A, B e C
Áreas plantadas e cultivadas com a instalação de parreiras
no PA Malhada Real – Município de Lagoa Grande (PE)

O Projeto não inclui implantação de agrovila uma vez que as quinze famílias beneficiadas, com a compra da terra, já são residentes na comunidade de Malhada Real.

A propriedade loteada foi adquirida por processo de compra e venda, tendo uma área de 170,3 hectares (130,3 metros de margem do rio por 14 km de extensão de comprimento em direção dos tabuleiros e caatinga). Com quinze famílias beneficiadas os lotes individuais são de 11,3 ha dos quais, 1,0 ha é destinado a plantios irrigados com maior concentração na cultura da uva.

A infraestrutura e equipamentos coletivos incluem: sistema de captação e bombeamento, canos, rede de alta e baixa tensão, posteamento e transformadores. A Associação recebeu um trator completo do Projeto Renascer.



Figura 5.6 A e B e C
Captação e Casa de Bombas do PA Malhada
Real – Município de Lagoa Grande (PE)

5.2 Margem baiana - ZRB

Na margem baiana esta zona abrange uma área onde predominam os minifúndios e pequenas propriedades privadas, resultantes da sucessiva divisão e partilha das grandes fazendas que existiam no passado.

Outra característica desta zona é a presença de comunidades que estão em processo de etnogênese.

5.2.1 Fazenda Coroa

Na fazenda Coroa há aproximadamente 40 casas sendo a maioria de taipa. Os habitantes (todos parentes) residem na propriedade há 26 anos e pagam, a título de arrendamento, um percentual da produção obtida.



Figura 5.7 A e B e C
Comunidade Fazenda Coroa – Município de Juazeiro (BA)

5.2.2 Fazenda Pedras

O aglomerado da Fazenda Pedras tem cerca de 20 casas sendo também formado por famílias moradoras e ocupantes.

5.2.3 Comunidade Periquita

A comunidade Periquita é mais estruturada no formato de vila tendo cerca de 70 domicílios estando mais distante da margem do rio.

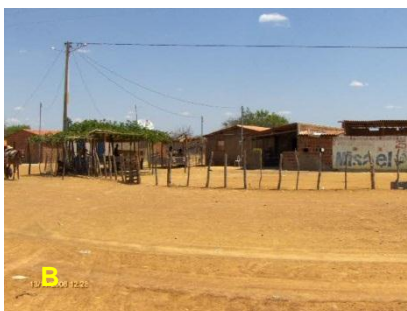


Figura 5.8 A e B e C
Comunidade Periquita - Município de Juazeiro (BA)

É importante salientar que apesar de está situado fora da AID, o Projeto de Assentamento Curaçá exerce grande influência na produção e no fluxo de mão de obra desta região, polarizando as comunidades situadas nesta zona.

O PA Curaçá terá apenas sua Estação de Bombeamento EB1 atingida pelo reservatório.

6 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

6.1 Procedimentos metodológicos específicos

Os estudos do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico na AID foram desenvolvidos adotando os mesmos procedimentos metodológicos específicos aplicados na AII, conforme descritos naquele capítulo.

É importante destacar que no TR emitido pelo Ibama, o item II.5.3 – Área de Influência Direta não inclui o tema do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico em seu subitem II.5.3.3 – Meio Antrópico. Da mesma forma, também não incluiu os temas sobre o Patrimônio Arqueológico, Espeleológico e Paleontológico para serem abordados na AID.

No entanto, considerando a importância deste patrimônio existente na AID e o significativo impacto que o atingirá com a formação do reservatório da UHE Riacho Seco, estes estudos foram realizados e seus resultados estão apresentados neste Diagnóstico Ambiental da AID.

Assim, este diagnóstico do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico procurou abranger, reconhecer e registrar os diversos suportes, estruturas e expressões culturais, tanto da AII quanto da AID do empreendimento, com ênfase e aprofundamento sobre o conhecimento daquelas estruturas inseridas na AID e que serão inundadas pelo reservatório da UHE de Riacho Seco. Sobretudo, aquelas existentes nos municípios de maior representatividade histórico-cultural na região como Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, cujo patrimônio histórico, cultural e paisagístico será fortemente afetado, e o de Curaçá, na Bahia, cujas estruturas histórico-culturais também serão afetadas, mas em menor proporção, em comparação a Santa Maria da Boa Vista (PE).

A etapa inicial do estudo teve como objetivo principal identificar e caracterizar a área de intervenção do empreendimento quanto aos aspectos relativos ao Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico conhecido, às disposições da legislação incidente na sua Área de Influência no que se refere ao tema deste estudo, ao contexto histórico, socioeconômico e cultural e, por fim, quanto à sua significação atual e ao longo do tempo (valoração do patrimônio cultural local identificado).

Nesta etapa, é importante destacar o recorte da delimitação físico-espacial definida para a AID no TR emitido pelo Ibama para a elaboração do EIA/RIMA da UHE Riacho Seco no que se refere ao segmento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico.

No caso da AID, o estudo foi realizado na área delimitada como de Abrangência da AID, apresentada no Capítulo V do EIA, que envolve a área de entorno, ampliando a área de pesquisa referente à AID. A estruturação dos estudos tomou como base as mesmas definições específicas contidas no referido TR sobre o Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico para a AII, no item II.5.2.3.3:

“Avaliar e identificar os saberes e fazeres da população e as manifestações de cunho artístico e cultural, bem como de caráter religioso; a evolução histórica dos municípios, os bens imóveis de interesse histórico-cultural, [...] e, mapear as áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológico,

conforme os procedimentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, descrevendo envolvimento de comunidades e prefeitura”.

Da mesma forma, considerando que é na AID onde são mais significativas as relações das comunidades com o rio, este estudo também abordará a “identificação e descrição das relações da comunidade com o recurso hídrico” citado no subitem B, do item II.5.2.3.3 do TR emitido pelo Ibama para a AII.

É importante destacar que na etapa de pesquisa de campo, realizada no mês de dezembro de 2007, foram realizadas entrevistas com atores locais relevantes no âmbito do estudo e foi identificado um conjunto de profissionais e moradores nos diversos municípios que compõem a AID, cuja visão e conhecimento sobre a história local extrapolam em muito o próprio limite territorial dos seus respectivos municípios, oportunizando a construção de um quadro situacional e uma percepção qualitativa atual de grande relevância para o presente estudo.

Nesta etapa também é importante assinalar a realização de um levantamento cadastral preliminar, através do preenchimento de fichas cadastrais específicas aplicadas, especialmente, na área diretamente atingida do município de Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco e de Curaçá, na Bahia, incluindo tanto imóveis isolados como os conjuntos arquitetônicos ou sítios históricos desses municípios, identificados como de interesse no âmbito deste estudo. Destaca-se que todos os pontos vistoriados no levantamento de campo estão apresentados no Mapa Patrimônio Histórico, Arqueológico e Paleontológico (Desenho 8810/00-60-DE-5009).

Em dezembro de 2008, foram realizadas algumas complementações, entre outras, referentes à localização (coordenadas UTM) do patrimônio estudado para sua inclusão no mapa temático específico. As coordenadas UTM, a localização do conjunto de monumentos e os sítios inseridos na AID também estão inseridos no mapa citado no parágrafo anterior.

6.2 O Patrimônio inserido na AID

6.2.1 O Patrimônio histórico

Tanto a AII como a AID da UHE Riacho Seco guardam valores históricos, artísticos, culturais e ambientais de natureza material e imaterial, que estão intrinsecamente vinculados ao processo de formação histórica, social e cultural do Sertão do São Francisco, em sentido estrito, e à formação da própria Região Nordeste como um todo.

Conforme pode ser constatado neste estudo, o Patrimônio Histórico concentra-se, em grande parte, dentro do perímetro urbano dos municípios da AID. No caso específico dos municípios de Santa Maria da Boa Vista (PE) e Curaçá (BA), parte significativa desse patrimônio se encontra inserida mais especificamente na área diretamente atingida pela cota de inundação do reservatório do empreendimento (351 metros) e pela sua Área de Preservação Permanente, conforme pode ser visualizado no Mapa Patrimônio Histórico, Arqueológico e Paleontológico.

Contudo, é nas ilhas existentes próximas aos municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, todas do lado pernambucano, que se observa a ocorrência dos sítios

históricos mais antigos, sendo os mesmos, em sua grande maioria, estruturas remanescentes das antigas missões religiosas ocorridas na região entre os séculos XVII e XVIII, visando, entre outros objetivos, promover a fixação em aldeamentos, a conversão e instrução dos gentios. Importante ressaltar que, com exceção das estruturas situadas na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande, praticamente, todas essas estruturas serão atingidas diretamente pelo empreendimento e, conseqüentemente, correrão o risco de desaparecer completamente com a implantação do reservatório, uma vez que a grande maioria dessas ilhas ficará submersa.

Segundo destaca a historiadora e professora da Universidade Federal de Pernambuco, Bartira Ferraz Barbosa, as missões religiosas jesuítas, capuchinhas, franciscanas e carmelitas fizeram parte da história colonial portuguesa no São Francisco. Implantadas no litoral brasileiro no século XVI, aos poucos foram se interiorizando. A missão de Santa Tereza dos Kariri de Canabrava, fundada pelo jesuíta Pe. João de Barros pode ser tomada como exemplo para se saber o que ocorreu com grande parte dessas missões no São Francisco. Segundo o relato do frei Martinho de Nantes, a missão de Canabrava foi destruída na segunda metade do século XVII por iniciativa de colonos. A população de nativos Kariri, que nela estava sendo catequizada, foi exterminada ou escravizada por caçadores de índios. Como os jesuítas, os frades capuchinhos franceses fundaram também missões no Médio São Francisco, a partir de 1670. Os que mais se destacaram no século XVII foram: Francisco Domfront, Martin de Nantes, Teodoro de Lucé e Bernardo de Nantes. Entre as ilhas e a margem pernambucana do rio São Francisco, muitas missões foram fundadas. Só no curso médio do Rio dezesseis missões foram fundadas no século XVII e nelas, os padres controlavam um grande número de nativos que prestavam serviços permanentemente, à Igreja ou aos colonos.

De um modo geral, os monumentos e sítios de maior relevância histórica identificados na AID formam o núcleo urbano principal dos municípios inseridos nesta área. Esses núcleos apresentam ainda grande unidade arquitetônica, preservando, de forma significativa, as características de sua configuração urbana original, como é o caso de Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Curaçá, na Bahia.

Além desses sítios, foi identificado um conjunto relevante de monumentos isolados de grande importância histórica enquanto testemunhos de seu tempo, constituído principalmente por antigas estruturas de arquitetura religiosa, como capelas e igreja, bem como edifícios singulares de arquitetura civil de uso público, como mercados, ou de uso privado, como a antiga sede da Fazenda Volta, em Santa Maria da Boa Vista (PE).

São inúmeros os exemplares significativos de arquitetura religiosa, assistencial ou funerária, bem como de arquitetura civil, tanto de função pública, como privada, inseridos na AID e que estão relacionados diretamente à formação histórica e social dos seus municípios. Importante ressaltar que, diante do valor histórico que representam, parte desses bens já se encontra inventariada ou cadastrada pelos respectivos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural da Bahia e de Pernambuco.

De modo resumido, o patrimônio identificado e avaliado na AID, corresponde a:

- **Núcleo Histórico de Santa Maria da Boa Vista (PE)** - fração ribeirinha mais antiga do núcleo histórico principal do município de Santa Maria da Boa Vista, Antiga

Cadeia Pública, hoje totalmente restaurada e requalificada como um dos principais equipamentos culturais do município – o Museu Coripós (Figura 6.1 e Figura 6.2 A e B);

- **Ilha de Inhanhum** - segundo o Pe. Francisco José P. Cavalcante, autor de uma pequena publicação intitulada Inhanhum – um pedaço esquecido da nossa história (2000), “o valor histórico destas ruínas somente pode ser corretamente avaliado dentro do quadro de conquista do sertão do interior nordestino, através do rio São Francisco”. Existem relatos que afirmam que, além da capela (Figura 6.3 A e B), havia também uma casa paroquial. Este sítio, como os demais sítios identificados nas ilhas, requer um estudo mais aprofundado quanto às suas estruturas históricas remanescentes;
- **Ilha da Missão** - estas estruturas são as de maior relevância histórica pelo seu valor de antiguidade, com destaque para o nicho ainda existente (Figura 6.4 A e B). Segundo Pereira da Costa, em 1702 existiam na região,

“as missões de N. S. do Pilar na ilha de Caripós (conhecida hoje como Ilha da Missão), de Tapuias Caripós;(…) de N. Sra. da Conceição da Ilha do Pambu (hoje, Assunção), de Tapuias Cariris; (...) em 1705 a de N. Sra. dos Remédios, na Ilha do Pontal, de Tapuias Tamaqueús”.

Ainda segundo este mesmo autor, estas missões se encontravam dirigidas pela Congregação de S. Filipe Néri, no ano de 1.725;

- **Núcleo histórico de Curaçá (BA)** – apenas parte da porção ribeirinha do núcleo histórico da sede será diretamente afetada. A maior parte do casario e seus principais monumentos (Figura 6.5 e Figura 6.6) - Como a igreja matriz e o museu de Curaçá serão preservados, ou seja, se encontram numa cota relativamente mais alta que aquela definida para o nível do reservatório (351 metros). Constitui-se hoje, num dos principais locais de lazer e convívio da população do município, especialmente dos jovens. Esta área encontra-se parcialmente requalificada e dotada de infraestrutura de lazer, como bancos e áreas para recreação.



Figura 6.1
Antiga cadeia pública e atualmente parte do Museu
Coripós em Santa Maria da Boa Vista - PE



Figura 6.2 A e B
Parte da área urbana ribeirinha do município de Santa Maria da Boa
Vista que será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco



Figura 6.3 A e B
Parte da estrutura (ruínas) da capela da antiga Aldeia de Nossa Senhora da Piedade, Ilha de Inhanhum – Santa Maria da Boa Vista – PE



Figura 6.4 A e B
Parte da estrutura (ruínas) do sítio histórico situado na Ilha da Missão, em Santa Maria da Boa Vista – PE



Figura 6.5
Parte da área ribeirinha do sítio histórico de Curaçá que será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco – Obras de urbanização/requalificação recentes



Figura 6.6
Vista da fachada principal do Museu de Curaçá que não será inundada pelo reservatório da UHE Riacho Seco


O Quadro 6.1, a seguir, apresenta a relação do patrimônio histórico identificado na AID do empreendimento com suas respectivas coordenadas UTM. O conjunto desse patrimônio mapeado conforme a legislação vigente é apresentado no Mapa Patrimônio Histórico, Arqueológico e Paleontológico (Desenho 8810/00-60-DE-5009).

Quadro 6.1
Relação das coordenadas UTM do Patrimônio Histórico
Identificado inserido na AID da UHE Riacho Seco

Município	Descrição	Coordenada UTM	
		E	N
Santa Maria da Boa Vista / PE	Ruínas da Igreja Antiga - Ilha Inhanhum	424626	9029464
	Mercado municipal	409579	9026086
	Museu Coripós (Antigo Prédio da Cadeia Pública)	409469	9026090
	Ruínas do Conjunto Arquitetônico Remanescente da Antiga Fazenda Volta (em frente Igreja Matriz / Marco inicial do município)	409218	9026172
	Ruínas Igreja / Ilha da Missão	414966	9026850
Lagoa Grande / PE	Capela de Nossa Senhora dos Remédios / Ilha do Pontal	376336	8994012
Curaçá / BA	Museu de Curaçá Auristela Torres	400030	9006023

Fonte: SIG (2008)

Nota: Observação: Coordenadas em Projeção Cartográfica UTM – Fuso 24 e Sistema de Referência Geodésico: WGS-84.

Legenda:  Parte da AID que será inundada.

Sobre estes sítios cabe ainda destacar que o IPAC/PE, publicado em 1987 pela Fundarpe, recomendou, inclusive, o tombamento, a nível municipal e a declaração de interesse para preservação, a nível estadual, de todo o sítio histórico de Santa Maria da Boa Vista, considerando a sua representatividade enquanto conjunto urbano antigo na região.

Conforme pode ser constatado durante a pesquisa de campo, o perímetro de proteção sugerido no referido inventário para esse sítio apresenta ainda um significativo grau de permanência, conservação e de unidade arquitetônica, sofrendo apenas ao longo dos anos, poucas e pontuais rupturas ou descaracterizações em seu conjunto. O mesmo ocorre em relação ao centro histórico de Curaçá, na Bahia.

Inseridos no centro urbano destas cidades, estes bens culturais, além de se constituírem marcos da história da ocupação e do desenvolvimento desses municípios, e mesmo da região, assumem também duas importantes funções urbanas: a primeira como referencial simbólico e material da paisagem construída enquanto elementos de estruturação da própria organização espacial do território, ou seja, marcos referenciais da própria identidade físico-espacial da cidade; a segunda, por abrigarem ainda funções urbanas, em sua grande maioria originais e de extremo significado para a população desses municípios, sendo este uso, por sua vez, o principal motivo da conservação desses bens ao longo de sua existência. O risco de perda desses bens culturais provocará rupturas significativas nas relações sociais de seus moradores.

6.2.2 O patrimônio cultural

Apesar da predominância na região do sistema dominante de rituais, cerimônias e crenças católico-romano, a presença de remanescentes afro-brasileiros, comunidades ribeirinhas e povos indígenas no território conferem à AID uma especificidade e diversidade cultural própria, singular.

Observa-se que as construções, as celebrações, as festas, os lugares, as expressões artísticas e os modos de fazer estão arraigados de tal forma ao lugar e à sua história que, aliada a toda diversidade cultural presente na região, conforma uma expressão própria desta cultura que é revelada no dia-a-dia dos seus grupos e indivíduos.

De acordo com os levantamentos e cadastros culturais mais recentes realizados pelos órgãos governamentais dos Estados de Pernambuco e Bahia - bem como, conforme levantado na pesquisa de campo, dentre as expressões culturais e artísticas conhecidas mais relevantes na AID destacam-se as festas e tradições religiosas e as manifestações relacionadas ao próprio rio ou ao modo de vida do “ribeirinho”.

Sobre essas expressões é importante ressaltar que quase todas elas estão intrinsecamente relacionadas a lugares ou bens culturais identificados como capelas, igrejas ou terreiros. O desaparecimento desses lugares e bens, em grande medida decorrente da implantação do empreendimento, implicará na ruptura e reconfiguração do elo de ligação entre essas tradições locais e sua “fonte” de origem. Lugares sagrados como cemitérios (ainda hoje utilizados pelas famílias) ficarão completamente submersos.

Entre as expressões artístico-culturais identificadas na região, ressaltam-se as apresentadas no Quadro 6.2.

Quadro 6.2
Expressões culturais dos municípios da AID

Município	Expressões artístico-culturais
Lagoa Grande / PE	<ul style="list-style-type: none"> - Banda de Pífano da Ilha do Pontal; - Congo de Manuel Bico de Galo; - Roda de São Gonçalo de Maria Preta; - Festa de Santa Bárbara (Na comunidade de Jutai, agosto); - Festa da Padroeira N. Sra. Auxiliadora (Na Sede do município, janeiro); - Festa de Santo Antônio (Distrito de Vermelho, junho); - Festa de N. Sra. do Rosário (Na Sede do município, outubro); - Festa de N. Sra. dos Remédios (Ilha do Pontal, agosto).
Santa Maria da Boa Vista / PE	<ul style="list-style-type: none"> - Capinelé (semelhante a “Capoeira”); - Reisado do Inhanhum (Ilha do Inhanhum); - Batuque do Serrote (Comunidade Quilombola); - Rodas de São Gonçalo; - Festa da Padroeira N. Sra. da Conceição (Na Sede do município, dezembro); - Romaria Serra do Cruzeiro (sexta-feira da Paixão); - Romaria Santuário de N. Sra. do Carmelo (julho); - Serenata da Recordação; - Festa consagrada ao Coração de Maria (Povoado de Cupira, maio); - Festa consagrada a São Francisco de Assis (Povoado Caraíbas, outubro); - Festa consagrada à N. Sra. Aparecida (Na comunidade de Barro Alto, outubro); - Festa consagrada à N. Sra. de Lourdes (Na comunidade de Urimamã, julho); - Festa consagrada a Dom Bosco (Na comunidade de Ponta da Serra, janeiro); - Festa consagrada a São José (Na comunidade de Marrecas, março); - Festa consagrada a São Sebastião (Na comunidade de Jardineira, janeiro); - Festa consagrada a São Rafael (Na comunidade de Inhanhum, setembro); - Festa consagrada a Santo Antônio (Fazenda Milano, limite com Lagoa Grande, junho); - Festa consagrada à Santa Maria Gorete (Na comunidade de Caiçara, junho); - Festa consagrada à Santa Cecília (Na comunidade de Lagoa do Barro, novembro); - Celebração dos Penitentes (Localidade de Fulgêncio); - Novenário de N. Sra. da Saúde (Localidade de Fulgêncio).
Curaçá / BA	<ul style="list-style-type: none"> - Reisado (Sede do município); - Roda de São Gonçalo (Sede e Distrito de Patamuté).

a) Relações das comunidades com os recursos hídricos

Ao longo da história, o uso do rio São Francisco seguiu as tendências econômicas e os modelos de desenvolvimento das diferentes épocas, sempre se afirmando como uma importante via de circulação e como um ambiente natural de singular contribuição para garantia da permanência e sobrevivência na região mais árida do território brasileiro.

As cidades que compõem a região do Submédio São Francisco, como de regra todas aquelas situadas em suas margens, mantêm uma estreita relação com o rio São Francisco. Muitas delas, inclusive, tiveram sua origem ligada ao uso de suas águas e, sobretudo, à ocupação de suas margens como eixo da interiorização da colonização do território brasileiro, desde o período colonial.

A histórica interação da população com esse ambiente natural fomentou – e fomentará enquanto persistir –, a construção de um sentimento de identidade cultural próprio, de saberes, fazeres, crenças, lendas e de todo um conjunto de formas de expressão e representação relacionadas a esse ambiente, sejam elas com maior ou menor relação com o rio São Francisco. Entre aquelas de maior relação com rio, destacam-se:

➤ na navegação

A história da navegação no rio São Francisco remonta ao período colonial, ou mesmo bem antes da chegada dos europeus ao País, pelos povos que já habitavam estas terras. Na historiografia conhecida, Thomé de Sousa trouxe Garcia d'Ávila em sua comitiva e iniciou, na primeira metade do Século XVI, a penetração pelo Sertão.

O gado trazido pelas caravelas multiplicou-se com rapidez e Garcia entreviu as vantagens de aproveitar várzeas, vazantes e carnaubais para desenvolver a pecuária no vale. Penetrando o São Francisco de norte para sul, escolheu locais apropriados para construir currais primitivos, onde deixava em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos, lançando, no dizer de Geraldo Rocha, a mais notável das riquezas nacionais.

No fim do Século XVI e por todo o Século XVII, espalharam-se currais pelas margens do São Francisco e seus afluentes propagando-se a partir daí pelos sertões do Nordeste.

Esta penetração pelas terras da região se fazia através de canoas, balsas e ajoujos. As canoas eram feitas, predominantemente, de cedro ou tamboril, que são madeiras de pouco peso específico, e os acessórios eram enxó e fogo. O ajoujo é a união de duas ou três canoas por um estrado de madeira sobre o qual se arrumava a carga, animais etc. As primeiras barcas só foram utilizadas depois da independência e em 1847 havia 54 barcas na bacia do São Francisco. O uso da vela coincide com o final do Império.

As barcas e ajoujos eram empurrados a varejões pesados e percorriam 24 a 30 km por dia em jornada de trabalho de quinze horas. Era, segundo os muitos relatos existentes, “uma luta árdua e extenuante que persistia apenas pelo desinteresse ou falta de ambição dos remeiros que trabalham mais pelas atrações proporcionadas pela profissão que pelo salário que recebiam”. Como relata ainda Rocha, mais uma vez, um rio de navegabilidade deficiente, que não permite acesso de embarcações de maior calado, com longos

percursos a executar, matérias-primas de grande peso e pequeno valor, pequena quantidade de cargas e diminuta distância percorrida por dia, não pode oferecer vantagens aos trabalhadores. Segundo ainda este mesmo autor, os vapores foram introduzidos no rio São Francisco a partir da segunda metade do século XIX e apresentavam, no máximo, 60 toneladas de arqueação.

De um modo geral, não suportaram a concorrência das barcas. Além disso, a diminuição sistemática da profundidade do rio, a cada ano, exigia uma estratégia cada vez mais complexa de baldeações, além de provocar encalhes e naufrágios que só pioravam as condições de navegabilidade dessas embarcações. Este processo se aprofundou ainda mais a partir da supressão das matas ciliares e do desmatamento, de forma indiscriminada e em larga escala, para a conquista de novos espaços para a agricultura na região.

Segundo dados levantados pela Comissão da Pastoral da Terra/CPT-NE, uma das principais organizações não governamentais (ONG) de âmbito regional/nacional atuantes na área do empreendimento, calcula-se hoje que a erosão decorrente desse processo carrega, anualmente, cerca de 18 milhões de toneladas de solos para a calha do São Francisco.

A navegação foi se esgotando. Os vapores maiores passaram a navegar apenas seis meses por ano, quando o calado permitia, durante o período chuvoso. Atualmente, no Submédio São Francisco só subsiste a pequena navegação, a exemplo de como é mostrado na Figura 6.7, a seguir.



Figura 6.7
Cena cotidiana na região da AID do empreendimento -
O transporte feito por pequenos barcos

Por fim, essa atividade “marinheira” moldou gerações vinculando as populações ribeirinhas à fauna aquática, mesmo que fosse apenas para a alegria de se reunir todo o

povoado para esperar a chegada da barca. Gerou-se uma multiplicidade de usos que pode ser bem definida nas palavras de um antigo morador de Belém do São Francisco: “a água é o ponto de convergência do trabalho, do lazer e do fuxico”.

Outros recursos se desenvolveram aumentando os usos do rio e diferentes formas de exploração, desde o abastecimento doméstico e dessedentação animal, até a irrigação, pesca, piscicultura em tanques-rede, geração de energia, regularização de vazão, recepção de esgotos domésticos e industriais sem tratamento etc. Cada uma destas atividades tem seus desdobramentos, originando outras como a construção de barcos, processamento de peixe, movimento do comércio e até o folclore impregnado de mitos, lendas e danças marinheiras a envolver toda a vida dos ribeirinhos.

Hoje, na Área de Influência Direta do empreendimento, entre as cenas cotidianas mais marcantes da relação do homem com o rio, no que se refere à sua navegação, é justamente o transporte de pessoas e cargas feito por pequenos barcos. Este tipo de transporte constitui-se no principal meio de deslocamento dos ribeirinhos entre as margens do rio e/ou entre as cidades.

➤ **pontos de travessia**

Apesar de ocorrerem travessia ao longo de toda a margem de modo informal e difuso (Figura 6.8, Figura 6.9, Figura 6.10 e Figura 6.11), essa travessia apresenta pontos consolidados que se caracterizam como “pequenos portos de atracação” de pequenas embarcações, sendo os principais relacionados no Quadro 6.3.



Figura 6.8
Ponto de travessia e de atracação de barcos, próximo à Ceasa, em S^{ta} M^a da Boa Vista - PE



Figura 6.9
Ponto de travessia e de atracação de barcos, próximo, na localidade de Vermelhos, em Lagoa Grande - PE



Figura 6.10
Ponto da balsa em Curaçá, na travessia
para S^{ta} M^a da Boa Vista - PE



Figura 6.11
Ponto de travessia na localidade de
Inhanhum, em S^{ta} M^a da Boa Vista - PE

Quadro 6.3
Relação das coordenadas UTM dos principais pontos
de travessia na AID da UHE Riacho Seco

Município	Descrição	Coordenadas UTM	
		E	N
Santa Maria da Boa Vista/PE	Porto de Barcos Largo Ceasa	409660	9026067
	Porto Ilha Inhanhum	424462	9029481
	Porto Inhanhum	423879	9030486
	Porto da Balsa Barro Alto	399755	9007383
Lagoa Grande/PE	Cais do Porto / Vermelhos	376666	8995214
	Porto da Balsa / Ilha do Pontal	376331	8994700
Curaçá/BA	Porto Balsa Curaçá	400274	9006723
	Porto de Barco Zé Valério	410699	9025353
	Porto de Barco Mário Preto	409202	9025519

Fonte: SIG (2008)

Nota: Coordenadas em Projeção Cartográfica UTM – Fuso 24 e Sistema de Referência Geodésico: WGS-84.

Estes pontos são apresentados Mapa Patrimônio Histórico, Arqueológico e Paleontológico (Desenho 8810/00-60-DE-5009).

➤ na pesca

A pesca artesanal, considerada fonte de alimento e sustento para as populações de pescadores da bacia do São Francisco, tem sofrido intenso declínio nas últimas décadas. Sendo de subsistência, é natural que envolvesse grande parcela da população ribeirinha, que pesca inclusive sem a necessidade de embarcar a partir das margens, com linha e anzol e em pequena profundidade, com tarrafas e armadilhas fixas. Contudo, várias e múltiplas são as pressões econômicas, ecológicas e culturais a que esta atividade está submetida, o que tem afetado enormemente a sua manutenção. Este tema é apresentado com mais detalhes no Diagnóstico Ambiental do Meio Biótico e no item 9.5 – Populações Ribeirinhas, neste Diagnóstico do Meio Antrópico.

➤ **na irrigação**

A irrigação, sozinha, solicita 87% da demanda total de água no Submédio São Francisco. Inclui-se o uso pelos pequenos irrigantes que constituem grande parcela da população ribeirinha, que cultiva milho, feijão, cebola, frutas, abóbora, melancia etc.

A antiga Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), a partir de estudos e da identificação dessa vocação do vale, implantou, em 1968, os primeiros projetos de irrigação em escala, que foram Bebedouro e Mandacaru.

Com a consolidação e ampliação dos projetos de irrigação na região, deu-se início a um novo tipo de relação entre o homem e o rio, cujo perfil ainda se encontra em construção.

A temática irrigação no Submédio São Francisco é apresentada com mais detalhes nos itens 3.1 - A Bacia Hidrográfica do São Francisco e 3.3 - Perfil Socioeconômico da AII, do Capítulo VI - Diagnóstico Ambiental da Área de Influência Indireta – AII.

➤ **no abastecimento**

As cidades, distritos e vilas agrícolas captam água de abastecimento diretamente do rio. Na maioria das vezes, a água é consumida sem tratamento adequado, pois, segundo a Agência Nacional de Águas, apenas 61,4% da população urbana é servida por redes de água. Constitui este o principal vetor de doenças, haja vista que a carga orgânica doméstica remanescente lançada no Submédio São Francisco é de 591 ton DBO5/dia (Projeto GEF São Francisco). De acordo com dados do último Censo (2000), apenas 25,8% da população urbana dispõe de coleta de esgoto e 17,4% de todo o esgoto era tratado.

Por este motivo, a qualidade da água consumida na região, sobretudo pela população ribeirinha mais pobre, é responsável, conforme dados obtidos junto ao Datasus (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde), pelo internamento de mais de 60% de crianças até onze anos de idade nos hospitais públicos da região. A água *in natura* é contaminada por coliformes fecais, sobretudo *Escherichia coli*, *Enterobacter sp*, *Klebsiella sp* e *Citrobacter sp*. Desse modo, a qualidade da água tem comprometido sobremaneira o incremento das atividades de lazer, principalmente a prática de esportes aquáticos de contato direto, e mesmo a própria saúde do ribeirinho quando do abastecimento d'água direto sem tratamento e higienizações adequadas.

Importante ressaltar que este tipo de processo – abastecimento humano e animal – está na base da relação entre o homem e o rio, na região.

➤ **na geração de energia**

Esta atividade suscitou a construção de grandes reservatórios no Submédio curso do rio. Hoje, além do empreendimento em fase de estudo (Riacho Seco), existem em funcionamento nove usinas hidrelétricas gerando quase 10.000 MW, conforme já descrito no item 3.1 - A Bacia Hidrográfica do São Francisco, do Capítulo VI - Diagnóstico Ambiental da Área de Influência Indireta – AII.

Em cada momento, a implantação destas usinas e seus correspondentes reservatórios interferiram na vida das populações ribeirinhas. Seja pela sua relocação e impactos decorrentes de sua interferência sobre os hábitos e costumes locais, seja pela alteração das relações simbólicas sobre o seu patrimônio cultural e ambiental, incluindo os mecanismos de pesca tradicionais, de lazer, entre outros, além de outros processos sociais decorrentes desta implantação, como o aumento do fluxo migratório e a respectiva inclusão de “forasteiros” nas cidades.

Por outro lado, contabilizou também impactos positivos e benéficos, como a injeção de recursos financeiros nas áreas dos empreendimentos, aumentando significativamente a receita de muitos municípios, até a regularização das vazões, contendo cheias que intranquilizavam grandes cidades polos, como Juazeiro e Petrolina. Além do próprio fornecimento de energia que é distribuída através de sistema interligado, beneficiando não só a região, mas todo o País, acionando as atividades produtivas e promovendo o bem-estar social.

➤ **no lazer**

Durante o período de estiagem, as praias de areias e as águas limpas e rasas estimulam as atividades de banho, náuticas e de pesca esportiva, sendo comuns competições de barcos a vela, campeonatos de pesca, entre outras.

Na localidade de Riacho Seco e na cidade de Curaçá, como via de regra, em todo o Submédio São Francisco, o movimento de banhistas assegura o funcionamento de bares e restaurantes nos fins de semana e feriados, ou mesmo durante os dias de semana, como o flagrante registrado na Figura 6.12, a seguir, na localidade de Vermelhos, próximo ao ponto de atracação dos barcos e da balsa.



Figura 6.12

O banho como lazer ou mesmo como higiene pessoal - Área ribeirinha do Distrito de Vermelhos, com a Ilha do Pontal ao fundo

É absolutamente comum observar ao longo das margens do rio, próximo às sedes municipais ou aos distritos, grupos de pessoas se banhando ao longo do dia.

➤ **no trabalho das lavadeiras**

É característica do São Francisco a ocorrência de mulheres nas suas margens, a lavar roupas. Nos centros urbanos maiores, reúnem-se em grandes grupos de trabalhadoras. Este quadro pode ser observado em municípios como Curaçá e Lagoa Grande, entre outras localidades ribeirinhas ao longo do rio São Francisco.

Considerando a qualidade da água “in natura”, conforme exposto anteriormente, pode-se antever as consequências do contato direto e frequente das pessoas com a água, sobretudo considerando o fato de que essas trabalhadoras, por não terem, na grande maioria das vezes, onde deixar seus filhos terminam por incluí-los na própria prática de seu ofício (Figura 6.13).



Figura 6.13
Mãe e filha exercem o ofício de lavadeiras,
próximo à ribeira de Curaçá (BA)

b) O Patrimônio imaterial a ser preservado na AID

Saberes e fazeres

O patrimônio imaterial é o resultado de um processo dinâmico de aquisição e integração de informações e experiências contemporâneas e, como um processo dinâmico, é representado por inovações e adaptações, a partir do qual novos elementos são incorporados, podendo ser recriados e adquirirem novos significados a cada geração. Desta forma, as mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais no ambiente agem sobre os saberes locais e sobre suas representações práticas.

A importância de levantar esses saberes e fazeres locais tem fundamento na necessidade de identificar as estratégias de sobrevivência criadas a partir do uso e manejo dos recursos naturais e na necessidade de compreender as implicações éticas, biológicas e culturais frente à questão da conservação de certos ambientes.

Cada um dos municípios que integram a AID - Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e o município de Curaçá, na Bahia – apresenta um conjunto de expressões culturais que, de um modo geral, se integram formando um tecido cultural quase que homogêneo – que se pode denominar de “cultura ribeirinha”.

Como já relatado no estudo da AII, na AID será utilizada a classificação dos bens imateriais adotada pelo Iphan no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC:

- Patrimônio Artístico e Cultural - Saberes e Modos de Fazer como traços que diferenciam os modos de vida dos grupos sociais ou de uma comunidade;
- celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
- linguagens musicais, iconográficas e performáticas; e
- espaços em que se produzem as práticas culturais.

Na AID, as expressões folclóricas, as celebrações, o artesanato e a culinária guardam a história do sertão, da caatinga, do rio São Francisco, do ciclo do gado, do algodão, do vaqueiro, do canoeiro, do cangaceiro, do capanga e donos das terras. Representam, sobretudo, a miscigenação entre os diversos povos que se instalaram neste território e que confere particularidade e diversidade à população aí residente.

Principais características culturais que ocorrem na AID

A seguir, são apresentadas as principais expressões do patrimônio cultural imaterial identificado na Área de Influência Direta do empreendimento.

➤ O Candomblé

Os terreiros representam uma forma específica de ocupação e uso do ambiente, regida pela preservação e valorização dos recursos naturais (terra, árvores, plantas, rios e lagoas) essenciais à sua crença e prática religiosa. Além de ser um espaço sagrado, o terreiro é também um lugar de congregação e formação de redes de solidariedade, mais ou menos extensas e formalizadas, dependendo do terreiro, número de participantes e antiguidade.

Embora este seja um campo religioso pequeno demograficamente, representa importante foco de resistência e afirmação da identidade negra, valendo o reconhecimento pelos órgãos oficiais de patrimônio histórico e cultural. Cabe destacar que o estado da Bahia, especialmente a capital, lidera iniciativas de tombamentos de terreiros.

Na pesquisa com a população sobre a existência de terreiros de Candomblé observou-se certa reticência em falar sobre o assunto, tendo esclarecido que eles hoje estão mesclados com outros simbolismos e religiões, pouco sobrando de suas raízes.

Foram identificados três terreiros na AID das áreas rurais de Santa Maria da Boa Vista, todos na comunidade de Coripós; dois em Curaçá, sendo ambos na Fazenda Santa Cruz e neste mesmo município, foram citadas ainda outras duas comunidades com presença histórica de terreiros, Ferrete e Jatobá.

➤ O Toré

O Toré pode revestir-se de significação religiosa quando dançado e cantado em cerimônias em que, presumivelmente, participam o espírito dos mortos. Noutros casos, pode não ter significação religiosa, como é o caso de quando dançado e cantado em honra de algum membro do grupo ou outra pessoa viva. Em ambos os casos, no religioso e no secular, montam-se variações características nos maneios e entonações. Essa tradição é mantida por remanescentes indígenas ou por comunidades de ascendência índia, havendo uma discriminação muito grande para participação no Toré daqueles que não têm esta ascendência.

Apesar de não existir Terra Indígena – TI na AID, em termos de comunidade indígena, pode-se dizer que existem: dois grupos Atikum, os da Ilha de Bonsucesso e os da Fazenda Altamira, além de algumas famílias indígenas dispersas nesta área.

Em Jatobá, numa comunidade oficialmente reconhecida como quilombola, foram relatadas as “brincadeiras” de Toré.

➤ Os Penitentes

Os penitentes existem desde muito tempo no São Francisco. A irmandade é muito forte na região de Sobradinho e Juazeiro, fora dos limites da AID e da Área de Abrangência da AID considerada neste estudo.

➤ As Encomendadeiras

A encomendação das almas é um ritual parecido com o dos penitentes que não envolve a flagelação. A encomendação é feita por pessoas pias, que percorrem uma via sacra também à meia-noite até o cemitério. Todo o rito é voltado para pedir misericórdia para as almas dos que morreram naquele lugar. Não há como nos penitentes o segredo da identidade dos participantes, que são acompanhados a certa distância pelos curiosos.

➤ As Benzadeiras e Rezadeiras

Como de resto em todo o Nordeste, no São Francisco há a figura da benzadeira ou rezadeira que segundo a tradição curam alguns males com rezas específicas, usando para as benzeduras ramos verdes de arruda, mastruz, crista de galo ou outro vegetal tenro, a depender da doença. Desde espinhela caída até mau olhado.

➤ As Rodas de São Gonçalo

A origem da Dança de São Gonçalo remonta de Portugal e chegou ao Brasil em princípios do Século XVIII. A história conta que São Gonçalo passou por um período de busca interior e encontrou na experiência popular a maneira de converter pecadores. Escolheu reabilitar as prostitutas e para isso se vestia de mulher e dançava e cantava com elas a noite toda. Ele entendia que as mulheres que participassem dessas danças aos sábados, não cairiam em tentação no domingo. Acreditava ainda, que com o tempo se converteriam e se casariam. Também passou a ser protetor dos violeiros e remédio contra as enchentes.

Esta manifestação, conhecida como a Roda de São Gonçalo, pode ser encontrada em quase todo o Brasil com variações coreográficas bastantes diversificadas. Ela toma diferentes formas de execução e hoje é organizada em pagamento de promessa devida ao Santo, sendo muito comum na AID da UHE Riacho Seco.

A Figura 6.14 A e B e Figura 6.15 A e B, apresentam uma Roda presenciada durante a pesquisa de campo, na Fazenda do Meio, em Curaçá, na Bahia, onde foi observado que existem dois tipos de pagamento de promessa: a dos vivos e a dos mortos.



Figura 6.14 A e B

Devota pagando promessa com a Roda de São Gonçalo, Fazenda do Meio – Curaçá – BA

Os fiéis vivos fazem a promessa quase sempre relacionada às questões de saúde e que inclui um tipo de sacrifício corporal, como ficar com a imagem do santo sobre o local do corpo que originou a promessa.

No caso dos mortos, se ficam devedores de uma promessa, uma pessoa que reconhecidamente é um tipo de emissário do além (como um pai de santo do candomblé) avisa ao descendente do morto que ele tem “aparecido pedindo para honrar seu compromisso”. A família é obrigada a cumprir a promessa sob pena do defunto não encontrar paz na outra vida. Quem assume a dívida fica responsável por convocar os dançantes da roda, por patrocinar e preparar a festa. Quanto mais pródiga é a festa, mais a agrada ao devedor e mais o pagamento é aceito pelo santo, assim como reforça o status do dono da casa, em toda a vizinhança.



Figura 6.15 A e B
Almoço para servir aos convidados na Roda de
São Gonçalo, Fazenda do Meio – Curaçá - BA

Em outras épocas, o dono da fazenda matava um boi e a festa ultrapassava as fronteiras das fazendas. O resquício da dominação que criou uma espécie de casta se repete na população local. É como se Deus reservasse um destino privilegiado para quem pode se diferenciar por poder bancar os custos de uma festa religiosa.

Os dançarinos se organizam em duas fileiras, uma de homens e outra de mulheres, voltadas para o altar. Cada fileira é encabeçada por dois violeiros, mestre e contramestre, que dirigem todo o rito. Como hoje a tradição está enfraquecida, nem sempre o promesseiro consegue arrebanhar dançarinos e tocadores em número suficiente e tem que improvisar, quebrando alguns dos passos do ritual.

O canto é acompanhado de rabeca, violão, pandeiro e, às vezes, zabumba. Em alguns lugares, os homens batem em pequenas cuias, enquanto dançam a Roda, sob a direção dos guias, Mestres e Contramestres.

A dança é dividida em partes chamadas “volta”, cujo número varia entre 5, 7, 9 e 21. Entre cada “volta” há interrupção e todos aproveitam para se servir das iguarias oferecidas pelo promesseiro. As “voltas” são desenvolvidas com os violeiros cantando, a duas vozes, loas a São Gonçalo, enquanto dançarinos, sapateando na fileira em ritmo sincopado, dirigem-se em dupla até o altar, beijam o santo, fazem genuflexão e saem sem dar as costas para o altar, ocupando os últimos lugares de suas fileiras. Cada volta pode durar de 40 minutos a duas ou três horas, dependendo do número de dançadores.

➤ Os personagens mitológicos

Como fenômeno social, a credence e a superstição nas regiões do São Francisco, sob o ponto de vista do processo de sua formação e permanência no imaginário popular, se assemelham a outras localidades.

Muitos são os personagens mitológicos, alguns de origem indígena, que lhes povoam a imaginação: Goijara, Anhangá, Angaí, Galo Preto, Capetinha, Cavalo d'Água, Cachorro d'Água e tantos outros. Dos mitos que habitam as águas do rio, os mais conhecidos são o Bicho d'Água, a Mãe d'Água e o Minhocão.

Entre eles destaca-se o “Nego d’Água” ou o “Caboclo d’Água”, personagem de cabeça grande e olho no meio da testa, que pode adquirir forma de animal ou de objeto. Habitante dos rochedos do rio e responsável pelos deslizamentos das suas margens e por espantar peixes. Para afastá-lo, os beiradeiros jogam-lhe cacos de vidro. Para agradecer-lo, os pescadores atiram fumo à água. Segundo a tradição local, costuma aparecer nas casas de farinha em noite de farinhada para roubar fumo ou beiju.

Outro personagem muito marcante na tradição ribeirinha é a lara, rainha das águas, e nesse caso, a voz é unânime em dizer que só existe uma. A Mãe d’Água, na figura de mulher muito atraente, atrai os homens e os leva para as profundezas do rio. Segundo essas histórias, muitos são os atraídos pela “Mãe d’Água” e que desapareceram misteriosamente quando pescavam à noite ou navegavam sozinhos pelo rio.

Além desses, existem ainda registros sobre o “Minhocão” ou Surubim Rei, o Romãozinho, o Mão Pelada e o Gritador.

➤ Os barqueiros e suas cantigas

Dentre as tradições do São Francisco, um dos principais elementos é o próprio barqueiro - aqui compreendido, genericamente, tanto o proprietário da embarcação, quanto o vareiro, mais conhecido na região como remeiro, por sua notável participação no intercâmbio entre as comunidades ribeirinhas.

Este assunto bem como todas as demais expressões culturais citadas também ocorrem na AII e estão mais detalhadas no Diagnóstico Ambiental da AII, item 3.4 - Populações Tradicionais.

6.2.3 O Patrimônio paisagístico

O patrimônio paisagístico identificado na AID do empreendimento tem o rio São Francisco como o seu principal eixo norteador. São inúmeros os mirantes e formações naturais eleitas ou reconhecidas pela população local como lugar de contemplação do próprio rio – seja ele enquanto ator principal da paisagem, ou como coadjuvante de fenômenos naturais consagrados na região pela população, como o espetáculo do “pôr do sol” (Figura 6.16).



Figura 6.16
Pôr do sol visto de um dos mirantes existentes
no núcleo histórico de Curaçá - Bahia

A presença de vários mirantes, corredeiras, ilhas, passeios de barcos, banhos e cachoeiras, lugares de significativo valor para a população local, expressam, assim, a permanente relação do homem da região com o meio natural, no processo de ocupação, exploração e transformação deste sítio.

Estes sítios naturais, por sua vez, complementam e se integram ao patrimônio histórico anteriormente destacado, formando um corpo único e indivisível que identifica a paisagem e o homem desta região do Submédio São Francisco.

Outro elemento de grande relevância no âmbito do Patrimônio Paisagístico da AID é o expressivo conjunto de ilhas situadas ao longo das margens do São Francisco, especialmente no lado pernambucano, entre os municípios de Orocó, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande e que, por sua vez, imprimem uma identidade própria e peculiar a esse trecho do rio.

Importante assinalar que o valor destas ilhas vai além de sua importância ambiental paisagística. Elas estão relacionadas, diretamente, ao modo de vida dos ribeirinhos e da própria população local em geral, seja na prática do lazer ou do trabalho, seja na realização de celebrações de cunho religioso ou não.

A implantação do empreendimento, em grande medida promoverá o rompimento dessa relação, uma vez que a quase totalidade dessas ilhas serão submersas com a formação do reservatório.

Dentre estas ilhas merecem destaque:

- a do Pontal (enquanto balneário) e a das Cabaças, no município de Lagoa Grande, que não serão inundadas por estarem situadas fora da AID; e

- o Arquipélago Fluvial formado por cerca de nove ilhas e ilhotas e a Pedra da Maçãzeira (Figura 6.17 e Figura 6.18), situadas próximas à área das antigas olarias instaladas nesta região, que serão inundados.

A partir dos dados levantados e trabalhados neste estudo, observa-se que a paisagem do Vale do São Francisco funciona como um “pano de fundo” fundamental e necessário para a expressão humana dos seus habitantes, como um traço indelével do homem sertanejo que habita esta região.

No Quadro 6.4, a seguir, estão relacionados os principais bens que compõem o patrimônio paisagístico reconhecido pela população local e pelo presente estudo e inserido na AID do empreendimento.



Figura 6.17
As ilhas vistas da Pedra de Monte Carmelo, situadas perto da comunidade Serrote –Santa Maria da Boa Vista - PE




Figura 6.18
da Pedra da Maçãzeira – Local muito frequentado pela população local e por turistas para contemplação do pôr do sol sobre o rio São Francisco

Quadro 6.4
Relação das coordenadas UTM dos principais bens que compõem
o Patrimônio Paisagístico da AID da UHE Riacho Seco

Município	Descrição	Coordenadas UTM	
		E	N
Santa Maria da Boa Vista/PE	Ilha Inhanhum	424626	9029464
	Pedra da Maçãzeira	409190	9026137
	Ilha da Missão	414966	9026850
Lagoa Grande/PE	Ilha do Pontal	376336	8994012
	Ilha das Cabaças	381170	8996765

Fonte: SIG (2008)

Nota: Coordenadas em Projeção Cartográfica UTM – Fuso 24 e Sistema de Referência Geodésico: WGS-84.

Legenda:  Parte da AID que será inundada.

6.3 O Patrimônio histórico e paisagístico dos municípios da AID - Quadro síntese

6.3.1 Município de Curaçá (BA)

O Quadro 6.5, apresenta uma descrição do patrimônio histórico e paisagístico do Município de Curaçá.

Quadro 6.5
Descrição do Patrimônio Histórico do município de Curaçá (BA)

Item	Descrição
Patrimônio histórico	A cidade de Curaçá segue o padrão urbanístico da região com topografia plana, ruas largas e retas, pontuadas por edifícios significativos e de valor histórico cultural. Dentre estes edifícios, destacam-se a Matriz do Bom Jesus da Boa Morte, na sede do município, construída por volta de 1819, e o Teatro Raul Coelho (fundado em 1895). Grande parte destes bens encontra-se registrada no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC e representam a forma de ocupação e povoamento do sertão, a partir das antigas missões jesuíticas e das rotas das boiadas e das fazendas de gado.

Do mesmo modo que Santa Maria da Boa Vista, na porção pernambucana do empreendimento, o sítio histórico principal de Curaçá será diretamente afetado, contudo, em escala bem menor, considerando que não terá suas estruturas inundadas, ficando apenas situadas na APP do empreendimento. Desse modo, destacam-se, a seguir, os principais monumentos e conjuntos arquitetônicos do referido sítio.

A Figura 6.19 A, B, C, D, E, F, G, H, I e J, apresenta um Fotograma do Centro Histórico de Curaçá, destacando seus principais marcos referenciais.



A
Igreja de Bom Jesus da Boa Morte



B
Museu da Cidade



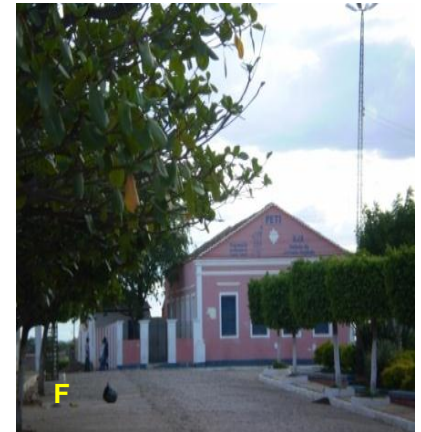
C
Vista do casario da Praça Bom Jesus, com destaque para o edifício da Prefeitura



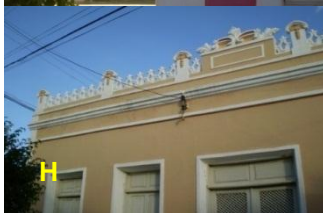
D
Teatro Raul Coelho, fundado em 1895



E
Casa da Praça do Bom Jesus, ao lado do rio. Destaque para as aberturas em arcos (de influência ou interpretação popular do arco ogival ou manuelino)



F
Casa situada na Praça Raul Coelho, em sentido oposto ao Teatro. De gosto e tradição classicista



G
H
Detalhe das cimalkhas e modenaturas encontradas nas edificações do sítio. Em grande medida, o repertório arquitetônico observado é similar àquele encontrado em Santa Maria da Boa Vista



I
Mobiliário, objetos e utensílios encontrados na região e colecionados pelo Sr. Aurino Araújo. Atestam, em grande parte, o modo de vida e a riqueza das famílias tradicionais da região



J

Figura 6.19 A, B, C, D, E, F, G, H, I e J
Fotograma do centro histórico de Curaçá

6.3.2 Município de Lagoa Grande (PE)

O Quadro 6.6, apresenta uma descrição do patrimônio histórico e paisagístico do município de Lagoa Grande, que não será inundado. Este patrimônio está situado na área de Abrangência dos estudos, mas está fora da AID.

Quadro 6.6
Descrição do Patrimônio Histórico e Paisagístico
do município de Lagoa Grande (PE)

Item	Descrição
Patrimônio histórico	Em Lagoa Grande, antigo distrito de Santa Maria da Boa Vista, na ilha do Pontal, encontra-se a capela de Nossa Senhora dos Remédios, remanescente das missões religiosas e aldeamentos indígenas, típica capela rural, constituída de coro, nave, altar-mor e sacristia. Pereira da Costa, em seus anais pernambucanos, em que diz “já existindo, em 1705, uma missão religiosa no aldeamento da Ilha do Pontal, dirigida pelos padres franciscanos do convento de Olinda”. Nesta capela, no dia 8 de setembro, ocorre a tradicional romaria. Esta capela não será inundada.
Patrimônio paisagístico	Como assinalado anteriormente, destacam-se neste segmento as Ilhas do Pontal e das Cabaças, além do próprio rio São Francisco e sua paisagem ribeirinha.

6.3.3 Município de Santa Maria da Boa Vista (PE)

O Quadro 6.7, apresenta uma descrição do patrimônio histórico e paisagístico do município de Santa Maria da Boa Vista.

Quadro 6.7
Descrição do Patrimônio Histórico e Paisagístico
do município de Santa Maria da Boa Vista - PE

Item	Descrição
Patrimônio histórico	Santa Maria da Boa Vista possui um dos conjuntos urbanos e arquitetônicos mais conservados entre os municípios da AID. O seu núcleo original, situado numa cota mais alta do restante da cidade e delimitado ao sul pela margem do rio São Francisco, apresenta uma estrutura físico-espacial íntegra e muito bem definida, tanto pela clareza de seus limites como pela relevância de seus marcos espaciais como a Igreja Matriz, o mercado e o seu casario. De um modo geral, a unidade paisagística deste núcleo expressa em sua tipologia e estilo arquitetônico e nas proporções dos espaços públicos, contribuem para a clareza desta leitura e conferem a este sítio uma relativa distinção na paisagem urbana da região. Seu núcleo histórico, por outro lado, não sofreu grandes intervenções ao longo das últimas décadas - com exceção da construção da caixa d'água da Compesa - e teve sua preservação favorecida pelo crescimento da cidade orientado para a única área disponível para sua expansão, situada ao norte deste núcleo em uma cota mais baixa. Diferentemente de outros municípios da região estudados pelo Inventário Cultural do Estado de Pernambuco (IPAC/PE), seu sítio urbano, considerando seu valor histórico e arquitetônico, foi considerado como de grande interesse histórico-cultural para sua preservação (e será justamente este sítio o mais comprometido com a implantação do empreendimento, especialmente no que se refere à implantação do reservatório). Neste sítio destaca-se: o edifício da Igreja Matriz do município – a Igreja de Nossa Senhora da Conceição - datado do século XIX; o casario situado no seu entorno, com exemplares singulares de interesse arquitetônico para a região, a exemplo do prédio do antigo mercado público (atual Centro Cultural), além de diversas residências de repertório eclético, com destaque para duas construções (hoje em processo de arruinamento) que remontam ao século XVIII, identificadas como a sede da antiga Fazenda Volta que deu origem à própria cidade de Santa Maria. A este acervo, registrado no referido Inventário, acrescentam-se ou se ratificam no Panorama Cultural do Estado de Pernambuco (2006) os seguintes bens, situados dentro da área

Item	Descrição
	diretamente atingida: Casa Nº 250 da Rua Capitão Luis Barros; Casa Nº 36 da Rua Nunes Machado; Casa Nº 49 da Rua Nunes Machado; Casa Nº 130 da Rua Mons. Ângelo Sampaio; Casa Nº 108 da Rua Mons. Ângelo Sampaio; Casa Nº 100 da Rua Mons. Ângelo Sampaio; Casa Nº 272 da Rua Mons. Ângelo Sampaio; Casa Nº 267 da Rua Mons. Ângelo Sampaio.
Patrimônio paisagístico	Segundo o Inventário dos Municípios da Empetur, em Santa Maria da Boa Vista destacam-se as paisagens naturais dos mirantes, como o do Vale, do Cruzeiro e do Carmelo - local onde está situado um pequeno santuário dedicado à Nossa Senhora do Carmelo, lugar de romarias e, sobretudo, de contemplação do espetáculo da natureza – onde o “Velho Chico”, com suas corredeiras, conjunto de ilhas fluviais de diferentes paisagens (várias das quais propícias ao banho, passeios de barco e o pôr do sol), reflete em suas águas tranquilas toda a luz dessas horas, e que inspirou o próprio nome do município - Santa Maria da “Boa Vista”. O arquipélago de ilhas de Santa Maria da Boa Vista é formado por cerca de 9 ilhas.

Pelo impacto direto que a formação do reservatório irá causar sobre o patrimônio urbano de Santa Maria da Boa Vista, apresenta-se a seguir, por ruas e logradouros públicos, os principais exemplares arquitetônicos e conjuntos urbanos do município que se encontram dentro da cota de inundação ou na Área de Preservação Permanente de 30 metros – considerada como Área Diretamente Atingida e aqueles que estão situados fora da AID, mas ainda dentro de sua Área de Abrangência.

Cabe destacar ainda, sobre este conjunto, que a maior parte dos imóveis se encontra relacionada diretamente à história das principais famílias de moradores da cidade, desde a sua fundação.

A Figura 6.20 A, B, C, D, E, F, G, H e I apresenta um fotograma do Cais da Ribeira, município de Santa Maria da Boa Vista, situado dentro da cota de inundação. Destaca-se que as fotografias foram tiradas no mês de dezembro de 2007.



Vistas do rio São Francisco em direção ao Cais da Ribeira de Santa Maria da Boa Vista. Destaque para a antiga escadaria (atracadouro) e para o poste em ferro do antigo sistema de telégrafos, instalado nesta região no final do século XIX, que não será inundado



D
Cais. Escadaria principal – antigo ancoradouro da cidade – ligação com a Travessa Nunes Machado



E
Um dos únicos remanescentes conhecidos do telégrafo instalado entre Pernambuco e Bahia. Correu risco de desaparecimento. Sua retirada foi impedida pela população. Situado no Cais. Escadaria com a Travessa Nunes Machado. Este trecho não será inundado



F
O antigo prédio onde funcionava a Cadeia Pública, até meados do Século XX, foi totalmente reformado no ano de 1998 e integra hoje o conjunto do Museu Coripós (fundos com o nº 250 da Rua Capitão Luis Barros). Sua estrutura foi preservada, ganhando jardim temático, uma escadaria de acesso, calçada de passeio e a porta central. Internamente, como testemunhos de uma época, podem ser vistos os antigos tijolos de adobe que formam as suas largas paredes



G
Cais. Vista parcial dos imóveis posteriores a Rua Capitão Luiz Barros



H
Cais. Casa s/n. No local, no início do século XX foi instalada a primeira panificadora da região que abastecia, inclusive, o atual município do Juazeiro, na Bahia



I
Cais. Fundos das casas localizadas à Rua Capitão Luiz Barros

Figura 6.20 A, B, C, D, E, F, G, H e I
Fotograma do Cais da Ribeira, município de Santa Maria da Boa Vista - PE

A Figura 6.21 A, B, C, D, E e F, apresenta um fotograma da Rua Capitão Luiz Barros, município de Santa Maria da Boa Vista, que não será inundada, mas ficará situada dentro da APP.



A
Casa nº 250, atual Museu da Cidade. Antiga residência da Profª. Maria Honória Sampaio Mattos. Sofreu modificação em sua fachada por ocasião da restauração/implantação do Museu Coripós, quando recebeu elementos “eccléticos” em sua platibanda, semelhante a outras edificações mais antigas existentes no núcleo histórico município



B
Vista interna do acervo / exposição permanente do Museu da Cidade



C
Casa de esquina com a Travessa Nunes Machado (situada ao lado do Museu da Cidade), atual sede da Escola de Música do Município



D
Casas nº 36/49 (numeração pela Travessa Nunes Machado). Esta casa possui a maior quantidade de janelas (oito laterais e cinco na frente). Está localizada da Rua Nunes Machado e foi construída pelo Cel. Florêncio Alves de Barros, casado em primeiras núpcias com Lucilla de Freitas Sampaio



E
Casa 227. Encontra-se hoje “desmembrada” em dois imóveis. A de cor amarela apresenta apenas a fachada frontal, como foi possível constatar no levantamento de campo



F
Casa 207. Conhecida como “Casarão do Saber”, foi a residência do casal Coronel Ângelo Vieira Sampaio e Maria Vieira de Freitas Sampaio, um dos patriarcas da cidade de Santa Maria da Boa Vista

Figura 6.21 A, B, C, D, E e F
Fotograma da Rua Capitão Luiz Barros,
município de Santa Maria da Boa Vista - PE

A Figura 6.22 A, B, C, D, E, F, G, I e J apresenta um fotograma da Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, município de Santa Maria da Boa Vista, que não será inundada e está situada fora da APP.



Casas 100 (azul) e 108 (verde). A Casa 108 foi construída em 1924 pelo Sr. Dióscoro de Sá Gonzaga, conforme placa na sua fachada. Seu desenho é único na cidade, pois sua platibanda reproduz detalhes de torres de castelo. Está situada ao lado da atual Casa Paroquial (Casa 100), que foi construída em 1919, por ocasião do casamento de Perminio de Araújo Lima Filho e Custódia Rodrigues Coelho. Em 1926 essa casa foi “selecionada para ser o quartel general das forças governamentais” (LIMA, 2001, p.23). Era a época do combate à Coluna Prestes. Por causa desse acontecimento, a família de Perminio Filho nesse ano foi para a Fazenda Paus Pretos, município de Curaçá/BA. Por volta de 1929, Perminio Filho vendeu essa casa a José Gomes da Cruz, Zeca Gomes, (LIMA, 2001, p. 107) casado com sua segunda esposa Maria Barros de Araújo, Lília. Posteriormente, D. Lília deixou em testamento a casa para o patrimônio da paróquia. Atualmente é a Casa Paroquial



Casa 130 – Esta casa está localizada na esquina da Av. Mons. Ângelo Sampaio com o Beco Maria Batista. Sua fachada ainda apresenta os elementos arquitetônicos originais. Foi no passado residência da família Bione. Depois foi da família de Dr. André Vieira Sampaio e Maria Adelaide Coimbra, que vendeu para o ex-prefeito Otacílio Barros de Araújo, casado com Sra. Maria Baptista de Freitas conhecida como Nazinha. Posteriormente, D. Nazinha instalou uma hospedaria, era o Hotel Boa Vista. Depois seu irmão José Tibúrcio de Freitas Filho, Zé Freitas, foi morar com sua filha Ivone Coelho de Freitas e a neta Tereza Freitas. A casa passou por algumas reformas. Hoje está dividida em duas casas. Na parte da frente moram Nadja Barros Leite, seu marido Pompeu Filho e as filhas Eduarda e Marcela. Na casa de trás, com acesso pelo Beco Maria Batista, residem Tereza Freitas, seu marido Adilson Rodrigues e as filhas Olga Maria e Yeda



Casa 267 (cor rósea) guarda ainda elementos arquitetônicos do seu desenho original. Foi o segundo lar do casal Manoel de Sá Gonzaga (Benzinho) e Maria Esther Sampaio Barros (Maroquinha). A beleza de sua singela simetria é coroada pela platibanda que destaca o centro de acesso à residência. O casal teve os filhos: Maria da Paz (Paizinha, professora e primeira Secretária de Educação de Petrolina, agraciada com a comenda Senador Nilo Coelho), Florêncio, João Bosco, Dióscoro, Maria Amayr e Maria Dolores. D. Maroquinha foi o protótipo da mulher abnegada, dedicada ao ensino da arte musical, era a mestra da iniciação musical e regente do coro da igreja. Tocava bandolim, violão, harmônio e flauta transversal. Catequista, preparava as crianças para a primeira comunhão realizada sempre no dia 08 de dezembro, dia da festa da padroeira. As crianças, em procissão, iam de sua casa até a Matriz. Compositora e poetisa, deixou importantes obras que tratam um passado culturalmente rico, como: “O Casamento Antigo”, “O Casarão”, “A Flauta”, “Era Nossa Aquela Casa”. Era zeladora do Apostolado da Oração e difundiu a devoção ao Coração de Jesus, hoje sua filha, Maria Amayr Gonzaga Rodrigues, é a presidenta do Apostolado



Casa 272 – Esta casa foi construída, em 1923, pelo ex-prefeito Raymundo Coimbra Filho, para ser seu segundo lar e de sua esposa Anna Sampaio Barros Coimbra (Anita), pois antes, eles moravam em um sobrado no local da atual casa da Sra. Iracema Medrado (próximo a prefeitura). Numa foto da década de 30 do séc. passado, época em que Raymundo Coimbra filho era prefeito, pode ser observado o início do processo de arborização da cidade. Voltando-se a atenção para a casa, a riqueza de ornatos ainda permanece intacta, havendo apenas algumas conversões de portas para janelas. Está situada na esquina da Rua Nunes Machado com a Avenida Mons. Ângelo Sampaio e se destaca pela originalidade do seu desenho e estilo. É conhecida como a “Casa Grande” da família Coimbra. Sua platibanda foi “copiada” por ocasião da implantação do Museu da Cidade, situada na casa nº 250 da Rua Capitão Luiz Barros. Importante destacar que tais ornamentos também são identificados na cidade de Curaçá, na Bahia, o que infere a existência de um corpo de mestres de obras que praticavam seu ofício na região como um todo



Casa 198 - Nesta casa, situada na esquina da Av. Mons. Ângelo Sampaio com o Beco Odilon de Souza, morou o próprio Sr. Odilon de Souza, casado com Elvira, pais de Rosália e Expedita. Destaca-se na sua fachada a composição da platibanda vazada, composta com uma balaustrada única. Seu oitão merece destaque por preservar uma expressiva cobertura em duas águas. Fotos do início do Século XX indicam que existiam inicialmente três aberturas, duas janelas e uma porta



Casa 139 - Esta casa está situada na Av. Mons. Ângelo Sampaio por trás da Matriz de N. Sra. da Conceição. A composição de sua fachada apresenta uma rígida simetria, composta de três janelas de cada lado de uma porta central. Foi construída por Dr. Permínio de Araújo Lima, filho do Pe. João José de Araújo Lima, nomeado para assumir a promotoria de Boa Vista em 6 de maio de 1878. Foi casado com Mariana, natural de Maceió e teve cinco filhos: Permínio Filho (Mino), Adolfo (Dega), Eduardo (Cumpadre), Eutália (Sundunga) e Eletelvina (Sundunguinha). Em 4 de julho de 1883, Dr. Permínio foi nomeado Juiz de Direito de Boa Vista. Segundo LIMA (2001, p. 4) no quintal dessa casa havia um quarto onde morava uma escrava, conhecida como a "velha Cosma" que viveu, possivelmente, mais de 100 anos. Ainda viveu nesta casa o sr. Tomazinho, filho adotivo de Eutália (Sundunga), pai de Teresinha, atual habitante dessa casa



Casa 175 - Pertenceu ao Sr. Clayton Teixeira Gonzaga, casado com Laura Sampaio Barros. Guarda estreita relação de composição com outras casas (pela rígida simetria) da Avenida, como a de número 139

Figura 6.22 A, B, C, D, E, F, G, I e J
Fotograma da Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio,
município de Santa Maria da Boa Vista - PE

A Figura 6.23 A, B, C, D, E e F apresenta um fotograma do entorno da Praça da Matriz, município de Santa Maria da Boa Vista, situada fora da área de inundação e da APP.





Conjunto arquitetônico remanescente (provavelmente) da Fazenda Volta, que deu origem a cidade de Santa Maria da Boa Vista. Quando da realização do IPAC/PE, no final da década de 80, encontravam-se ainda em funcionamento – como depósito de peles e alho. Atualmente, encontra-se em processo de arruinamento, necessitando urgente intervenção para consolidação das estruturas remanescentes. Em grande medida, o fato da implantação do empreendimento pode ter motivado seu “abandono” em relação ao seu valor funcional

Figura 6.23 A, B, C, D, E e F
Fotograma do entorno da Praça da Matriz,
município de S^{ta} Maria da Boa Vista - PE

A Figura 6.24 A, B, C, D, E e F apresenta um fotograma da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, município de Santa Maria da Boa Vista, situada fora da APP.





Figura 6.24 A, B, C, D, E e F
Fotograma da Matriz de Nossa Senhora da Conceição,
município de Santa Maria da Boa Vista - PE

A Figura 6.25 A, B, C e D apresenta um fotograma do Antigo Mercado Público, município de Santa Maria da Boa Vista, situado fora da APP.





Constitui-se edifício de interesse arquitetônico e urbano. Ocupa uma quadra inteira e situa-se no centro da cidade, em frente à Praça Getúlio Vargas. A ambiência do Mercado, cujo ponto de referencia é a praça, continua ainda homogêneo, conforme destacado quando da realização do IPAC/PE, tanto em termos de escala, como de volume e tratamento das edificações. Contudo, a praça descaracteriza a ambiência, pois tem um desenho absolutamente estranho ao núcleo histórico da cidade. Desse modo, constitui-se num limite visual entre o sítio urbano de valor histórico do município e a sua ocupação mais recente (expansão)

Figura 6.25 A, B, C e D
Fotograma do Antigo Mercado Público,
município de Santa Maria da Boa Vista - PE

7 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ESPELEOLÓGICO

7.1 Procedimentos metodológicos específicos

Considerando-se que a cota do reservatório da UHE Riacho Seco será de 351 metros, a área de inundação atingirá, primordialmente, as áreas ribeirinhas e ilhas do rio.

Do ponto de vista do patrimônio arqueológico, os estudos realizados na AID consideraram as margens do rio São Francisco nos seguintes municípios em Pernambuco:

- Santa Maria da Boa Vista;
- Lagoa Grande; e
- Ilha da Missão Velha, do Inhanhum.

E nos seguintes municípios na Bahia:

- Juazeiro; e
- Curaçá.

Assim, com base na legislação vigente, os estudos realizados na AID relativos aos impactos que incidirão sobre os sítios arqueológicos tiveram como objetivo realizar um levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo, envolvendo prospecção visual de superfície, não exigindo, neste caso, levantamentos prospectivos de subsuperfície, conforme definido pela Portaria Iphan nº 230/2002.

Levando-se em conta a iminência dos riscos de destruição/perda dos sítios com a formação do reservatório da UHE Riacho Seco, o Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico da AID levou em consideração os dados obtidos nos estudos desenvolvidos na Área de Abrangência e na AII, que foram elaborados com a utilização de metodologias distintas.

7.1.1 Etapa de gabinete

Na coleta de dados secundários indiretos, inicialmente o procedimento envolveu a análise e interpretação do Mapa Geológico do Estado da Bahia e de cartas topográficas dos municípios pernambucanos. Os dados apresentados resultaram da análise e interpretação de feições particulares observadas no mapa geológico e nas cartas topográficas, e têm um caráter preditivo. A análise do mapa geológico teve como objetivo identificar a presença de litologias com vocações para estruturas cavernícolas. Nas cartas topográficas os alvos potenciais são ditados por ressaltos morfológicos mediante configuração das curvas de nível (geometria, afastamento, contrastes com o entorno) e associações com a toponímia.

Os dados secundários indiretos estão restritos à AID, haja vista que esta metodologia se mostra particularmente útil na operacionalização dos trabalhos de campo levados a efeito nesta área.

7.1.2 Etapa de campo

Com base nos estudos documentais, foi realizado um levantamento de campo restrito a uma prospecção visual de superfície na Área de Influência Direta da UHE de Riacho Seco.

Buscou-se ainda, através de contatos com moradores locais, obter informações sobre os vestígios que pudessem conduzir à localização de sítios arqueológicos naquelas cercanias. A síntese destes contatos foi registrada em formulário especificamente dirigido à coleta de informações. Na ocasião, foi dado início a um Programa de Comunicação e Educação Patrimonial através de duas abordagens distintas:

- explicações concernentes à presença de pesquisadores na área e seus objetivos; e
- diálogo (entrevista informal) com moradores locais.

O levantamento de possíveis indicadores de registro arqueológico, através da inspeção visual de superfície em toda a Área de Influência Direta do empreendimento, contemplou todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral desta área, conforme preconiza o Art. 2º da Portaria Iphan nº 230, de 17 de dezembro de 2002, publicada no D. O. U. de 18/12/02.

A metodologia previu ainda que seriam georreferenciados os locais em que fossem observadas possíveis ocorrências de vestígios arqueológicos, de modo a serem incorporadas ao mapa temático apresentado neste Diagnóstico. Tais ocorrências seriam ainda registradas em ficha compatível com o Registro Preliminar de sítios arqueológicos, atendendo apenas àqueles itens que não demandem interferência no solo (prospecção de subsuperfície).

O levantamento da documentação primária compreendeu, assim, o resgate da história oral e história de superfície em toda a AID. O resgate dos dados secundários foi adquirido através de levantamentos bibliográficos, cadastros, registros e classificação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e paisagístico (Iphan, Fundarpe, Ipac, Condepe).

O trabalho de campo, em nível exploratório, desenvolveu-se a partir de duas abordagens distintas. A primeira buscou levantar informações relativas à ocorrência de sítios arqueológicos, junto às comunidades locais; a segunda baseou-se em um levantamento visual de superfície na Área de Influência Direta e parte da Indireta. A análise do conjunto das informações coletadas permitirá a identificação dos locais em que se faz necessário o salvamento em área de risco iminente e das áreas de maior interesse para uma escavação arqueológica mais detalhada, e que se constitui no terceiro nível da pesquisa.

Nesta etapa dos trabalhos de campo, os locais estudados e as áreas de ocorrência de remanescentes arqueológicos foram devidamente georreferenciados e documentados fotograficamente. Esta fase do estudo consistiu também no contato com a população local, buscando o resgate de ocorrência arqueológica, ao mesmo tempo em que se desenvolveu junto à população um trabalho de Educação Patrimonial sobre a importância do resgate e preservação de seu patrimônio cultural material e imaterial.

As coordenadas obtidas durante a prospecção de superfície na AID foram plotadas em um mapa temático, de forma a permitir uma visualização da área percorrida e distribuição das ocorrências arqueológicas identificadas. Neste mapa, as ocorrências arqueológicas localizadas durante a execução deste estudo, as informações orais coletadas na ocasião e os sítios que já haviam sido registrados, foram igualmente registrados. Vale ressaltar que muitos dos sítios que constam da bibliografia arqueológica, sobretudo aqueles referidos nas pesquisas mais antigas, não apresentam uma localização precisa, o que dificultou sua identificação em campo. A disponibilização de equipamentos de maior precisão colocou em evidência a fragilidade do mapeamento dos sítios registrados no passado em todo o mundo. Apesar da reconhecida dificuldade em localizar sítios registrados em uma época em que não se dispunha de uma tecnologia mais precisa, alguns destes sítios foram localizados e georreferenciados.

Em algumas propriedades privadas, os proprietários ou prepostos não permitem o acesso a estranhos, mesmo se tratando de equipes de pesquisa. Muitas destas propriedades são reconhecidamente inacessíveis pelos próprios moradores do entorno e guias das equipes. Tais problemas ocorreram em áreas de terra firme, mas com maior frequência em ilhas. Assim, é que algumas informações relativas à ocorrência de possíveis vestígios arqueológicos em determinadas ilhas foi apenas baseada em informações coletadas junto a membros da comunidade local. De modo análogo, outras ilhas não chegaram a ser visitadas, em face da informação enfática da inexistência de vestígios arqueológicos e, sobretudo, dos alertas de situações de risco que ameaçavam os pesquisadores, em função da violência local causada pelo plantio da maconha.

A resistência dos moradores em viabilizar o acesso a determinadas áreas, principalmente em ilhas, foi respeitada.

7.2 Estado atual do conhecimento acerca dos bens arqueológicos existentes na AID

Nos estudos arqueológicos desenvolvidos na AII, o levantamento de informações levou em consideração uma Área de Abrangência envolvendo a região do Submédio São Francisco. Nos estudos da AID, os levantamentos foram realizados na Área de Abrangência da AID envolvendo apenas, as áreas ribeirinhas dos municípios e nas suas ilhas.

As pesquisas arqueológicas realizadas nesta região do São Francisco revelaram basicamente dois tipos de assentamentos de caçadores-coletores:

- **em sítios a céu aberto** - localizados em terraços fluviais do vale arcaico, caracterizados por grandes concentrações de material lítico lascado, disposto na superfície ou subsuperfície, sugerindo acampamentos temporários; e
- **em abrigos-sob-rocha, perto do rio** - sugeriam ocupações mais longas, conforme revelaram as sequências estratigráficas.

Os grupos de agricultores-ceramistas, entretanto, concentraram-se mais nas ilhas do São Francisco. Foi, principalmente nas ilhas, que se fixaram também os missionários franciscanos e jesuítas nos séculos XVII e XVIII.

Considerando que as áreas ribeirinhas da AID estão situadas no trecho entre os municípios de Casa Nova e Belém do São Francisco, é importante salientar que estudos realizados nas margens e nas ilhas deste trecho identificaram a existência de vários sítios a céu aberto da fase cerâmica Cabrobó. Só dois sítios habitação haviam sido encontrados até 1973. No entanto, o número de sítios cemitério era maior. Cerâmica utilitária foi encontrada nos cemitérios, servindo de opérculo para as urnas. Além da cerâmica, peças líticas, polidas ou não, estavam presentes nos sítios.

Estes registros demonstram o potencial da AID quanto à possibilidade de ocorrências arqueológicas.

7.3 Resultados da prospecção arqueológica de superfície na Área de Influência Direta

Considerando o interesse em reunir os dados disponíveis em cada um dos municípios que integram a AID, optou-se por apresentar as informações coletadas para cada município em seu conjunto, deixando claro quais delas se encontram registradas no Iphan, quais informações resultam do levantamento de dados secundários e, por fim, quais decorrem da prospecção de campo realizada durante este estudo (numeração seguida de LA/UFPE).

Com base nas informações contidas nos registros do Iphan, não foram registrados, até o momento, sítios arqueológicos, quer históricos quer pré-históricos, nos municípios da margem pernambucana de Lagoa Grande e Sta. Maria da Boa Vista.

7.3.1 Margem pernambucana

Várias ocorrências arqueológicas foram registradas na área do município de Santa Maria da Boa Vista, quando, até então, só constava da bibliografia arqueológica o resgate de urnas funerárias localizadas e escavadas na Ilha da Missão Velha. Em sua maioria, são ocorrências históricas.

- Na sede do município, a casa da Fazenda da Volta foi registrada como PE 0515 LA/UFPE (Figura 7.1 e Figura 7.2).

Trata-se de uma estrutura de moradia em ruína, construída em pedra, tijolo e adobe, apresentando evidências de reformas. Observou-se, por exemplo, que em uma das reformas, a fachada frontal, em pedra, recebeu como acréscimo uma platibanda em tijolo batido. Esta fachada se mantém preservada, apresentando-se rebocada e com pintura relativamente recente. A fachada de trás já não mais se encontra erguida, tendo desabado também algumas paredes internas. Há vestígios de reboco internamente. Não apresenta mais telhado. A casa se localiza junto a um barraco que se estende até o rio. Neste barraco foram encontrados fragmentos de faiança portuguesa, Kraak porcelana, faiança fina inglesa (*transfer*, inclusive *Flow Blue*, *Shell Edeged* nas cores azul e verde, *Thin line*, Carimbo), vidro, cerâmica, moeda do Brasil Império, garrafa de grés de origem alemã, sec. XIX. A casa foi ocupada até o sec. XX.



Figura 7.1
Fachada frontal da Fazenda da Volta localizada na área urbana de Santa Maria da Boa Vista – PE



Figura 7.2
Material arqueológico fotografado no local da ocorrência - Santa Maria da Boa Vista - PE

- Em terras do município de Santa Maria da Boa Vista foi registrado um muro ou cerca de pedra como o PE 0385 LA/UFPE (Figura 7.3).

Esta cerca de pedra foi construída paralela ao rio em blocos alinhados, sobrepostos e não uniforme. Sua orientação é de 25° Az. Possui 0,8 metros de largura e aproximadamente 480 metros de comprimento, com trecho interrompido pela estrada. Neste ponto, há um outro alinhamento de pedras, ainda menos uniforme, 1,8 metro em direção ao rio, seguindo a mesma orientação por mais 10,8 metros de comprimento. Neste momento, os blocos se encontram desarrumados.



Figura 7.3
Muro de pedra na localidade de Inhanhum - Santa Maria da Boa Vista

- Na Ilha da Missão Velha, conforme informações orais que deverão ser confirmadas por escavações arqueológicas, registrou-se, sob a denominação PE 0375 LA/UFPE (Figura 7.4).

“Um pote de cerâmica, que parecia estar oco, pois fazia uma zoada diferente” e que estava a cerca de um metro de profundidade. O informante garantiu que não retirou o material do local e nem o abriu. Disponibilizou-se para desenterrá-lo para ser verificado, porém a equipe solicitou que mantivesse o local intacto até que se pudesse retornar com condições de escavação (com autorização do Iphan). É possível que se trate de um sepultamento em urna. Em área próxima, V. Calderón retirou urnas funerárias que se encontram atualmente no Museu de UFBA.



Figura 7.4
Possível local de urna funerária, em plantação de cebola
na Ilha da Missão Velha - Santa Maria da Boa Vista – PE

- Localizada na Ilha de Inhanhum, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, hoje em ruínas, foi registrada como PE 0376 LA/UFPE (Figura 7.5).

Era uma estrutura em alvenaria mista, predominando a pedra, com argamassa de cal, rebocada. Há vestígios de arco, possivelmente do Altar-mor. Por volta dos anos de 1930, as paredes desta estrutura, que ao que tudo indica seria uma Igreja de missão repassada para os franciscanos em 1705, ainda estavam em pé, segundo o informante local e teria sua porta voltada para o sul. A área se encontra cercada, com vestígios de criação e plantação de algaroba. Observa-se a vegetação tomando a estrutura e, do lado externo, a caatinga dificultando o acesso. Na área próxima há vestígios de pequena construção recente de tijolo e cimento. Fragmentos de faiança, faiança fina, porcelana chinesa (*Wan Lee*), vidro, pedra, tijolo de diferentes dimensões e formatos (há tijolos para acabamentos de canto e para colunas de diferentes diâmetros), telha e argamassa de cal.



Figura 7.5

Ruína de igreja, em tijolo e apresentando resto de reboco, localizada na Ilha de Inhanhum em Santa Maria da Boa Vista – PE

- Outra estrutura religiosa registrada em Ilha do São Francisco, pertencente ao município de Santa Maria da Boa Vista, foram as ruínas da Igreja de uma antiga missão que recebeu a denominação de PE 0391 LA/UFPE (Figura 7.6).

Além das ruínas e material de construção, não se encontrou qualquer outro material arqueológico. A estrutura, reminiscência de atividades missionárias na região, era constituída por, pelo menos, três dependências e apresentava um alinhamento de pedras que se supõe ser um muro. Ao que tudo indica, a Dependência 1 seria a nave da Igreja, estando o arco cruzeiro na Parede 4. Segundo o informante, Sr. André, o antigo proprietário, o Sr. Pedro Alves, costumava manter o local limpo e recolher todo e qualquer objeto que se encontrasse, mantendo segredo a respeito. Atualmente, o local se apresenta abandonado e as ruínas tomadas pela vegetação. Observaram-se trechos em que a terra cedeu no entorno das ruínas, principalmente do lado mais próximo à margem do rio, voltada para a Bahia. Estes abatimentos e aberturas do terreno seguem alinhamentos que coincidem com os canais de irrigação, porém levantou-se a possibilidade de se tratar de áreas onde há sepultamentos. A estrutura é de alvenaria mista, predominando a pedra. Observou-se a presença de tijolos de diferentes dimensões. Os tijolos aparecem em arcos dos nichos, acabamentos de passagens e entaipamentos. Há muita metralha, fruto dos desmoronamentos das paredes, tanto interna quanto externamente. Observou-se a presença de tijolos vitrificados por alta temperatura. Constatou-se que a Dependência 1 recebeu reboco interna e externamente. Há dois nichos nesta dependência. Um deles se apresenta vazado. Um terceiro nicho foi observado na Dependência 2. O muro de pedra segue perpendicular à Parede 5 desta dependência, em direção ao rio.



Figura 7.6
Detalhe do arco em tijolo e parte do reboco ainda preservado no interior Igreja da Ilha da Missão em Santa Maria da Boa Vista - PE

No município de Lagoa Grande, nenhuma informação referente à ocorrência de sítios arqueológicos foi encontrada na bibliografia arqueológica. Tampouco há registro divulgado no site do Iphan. No entanto, prospecções realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, proporcionaram a localização de ocorrência de material arqueológico pré-histórico e de material arqueológico histórico na Ilha do Pontal, informações essas que se encontram em via de encaminhamento para o Iphan. A ilha do Pontal está situada fora da AID e portanto não será inundada, mas encontra-se dentro da Área de Abrangência dos estudos da AID.

Em algumas áreas da Ilha foram localizados fragmentos de cerâmicas. Em alguns casos, o material é nitidamente pré-histórico; em outros, o material poderia ser neobrasileiro. Integrantes da população local, ao serem abordados e questionados quanto à notícia de algum material ou estrutura anterior a eles na área, contribuíram com alguma informação. Foi o caso de uma agricultora que informou já ter se deparado, ao trabalhar em sua plantação, com “cacos de cerâmicas muito duras”, e também um cachimbo de cerâmica (fornilho para tubo de encaixe, como orifício para pendurar).

Informações orais coletadas no local fazem referência ainda à louça branca com borda azul que, pela descrição, parece corresponder à faiança fina inglesa do século XIX (*Shell Edeged* azul). Este material não foi encontrado na prospecção de superfície realizada no local e o informante não tinha nenhum fragmento em seu poder.

Um monumento religioso existente na Ilha do Pontal (Figura 7.7), que já chamou a atenção da Fundarpe, foi avaliado do ponto de vista de seu potencial arqueológico pela Equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, por ocasião dos trabalhos de prospecção que vinha desenvolvendo na Ilha. Trata-se da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Sua estrutura já sofreu interferência a título de restauração, sem que se tivesse realizado o resgate arqueológico da estrutura inicial e suas alterações ao longo do tempo, para que a restauração fosse fiel a determinado momento da Igreja. A estrutura apresenta uma

porta principal e duas laterais. A pia de água benta se localiza próximo à porta lateral direita. Há um coro com balaustrada. O sino apresenta decoração não definida na parte externa pela sobreposição de pinturas e a seguinte inscrição: Pontal de Petrolina - Pernambuco 1923 e Imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Também se lê: Grande Fundação de Sino Ângelo A. Cali São Paulo. O púlpito em madeira, apoiado por troncos de carnaúba, revestido por tábuas, situado na parede esquerda da Igreja, apresenta escada de acesso pelo lado externo. No piso da nave e antes do Arco cruzeiro há um batente de madeira trabalhada onde se podem observar os orifícios do encaixe da grade de comunhão, atualmente não mais existente. O Altar em forma de “bolo de noiva” em três patamares foi nitidamente construído após a ampliação da Igreja. A Sacristia, em dependência anexa, à direita, já se encontra na área ampliada. O cemitério, localizado à direita, porém afastado da estrutura da Igreja, vem sendo utilizado pela população até os dias atuais. Há sepultamentos fora dos muros do cemitério. Há inclusive dois túmulos ao pé da escadaria que conduz ao Adro da Igreja, defronte do cruzeiro. No entorno da estrutura foram encontrados fragmentos de cerâmica modelada, escovada, indígena ou neobrasileira e garrafa de vidro.

Nas imediações e à esquerda da Igreja, existe uma construção de tijolo de adobe em ruína com paredes desmornadas e deterioradas pela ação das chuvas. Algumas apresentam rebocos interno e externo como a fachada que utiliza fragmentos de telhas como base. Presença de arco sobre porta entaipada com tijolo batido e cimento associado a estes em fragmentos foram encontrados nos desmornamentos. No trecho entre estas construções foram encontrados fragmentos de cerâmica, vidro recente e faiança fina destacando-se a presença de fragmento de Shell Edged verde. Muito cascalho nos arredores, como lixo recente e restos da comemoração da festa ocorrida no dia 08 de setembro. Registrou-se ainda a presença de uma construção recente que seria uma fábrica de suco que já não se encontra em funcionamento.



Figura 7.7

Panorâmica da área próxima ao sítio - Em segundo plano se vê a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande – PE

7.3.2 Margem baiana

O levantamento secundário de informações arqueológicas nas terras do município de Curaçá, na Bahia, revelou a existência de alguns sítios, principalmente mais recentemente registrados. O trabalho de campo realizado por ocasião deste estudo permitiu a identificação de sítios antigos, que precisavam ser localizados com precisão, considerando-se a precariedade tecnológica da época.

Conforme apresentado no item 3.6.4 do Diagnóstico da AII – Meio Antrópico, durante os trabalhos de prospecção arqueológica realizados na AII foram registradas treze ocorrências arqueológicas. No entanto, na AID foram registradas as seguintes ocorrências:

- o BA 0002 LA/ UFPE foi registrado a partir da informação da ocorrência de alguidar preto com ossos dentro (Figura 7.8), encontrado em roça, há aproximadamente 1,5 metros de profundidade. A terra teria cedido com a ação da água quando o informante trabalhava na área. Verificado do que se tratava, o local foi novamente fechado e a informação não divulgada pelo informante até o momento, segundo afirmou. Constatou-se a presença de fragmentos de cerâmica (Figura 7.9) (diferente das atualidades conhecidas), faiança fina, inclusive *Flow Blue* e *Shell Edged* azul e poucos fragmentos líticos;



Figura 7.8
Área onde o Sr. Antônio Rufino informou ter encontrado uma urna funerária em Curaçá - BA



Figura 7.9
Material arqueológico registrado em campo durante
prospecção de superfície em Curaçá – BA

- próximo ao barranco do rio, um informante afirmou ter encontrado dois sepultamentos primários diretamente no solo, juntos, estando um voltado para o rio e outro no sentido oposto, que foram mantidos no local. A informação foi registrada, embora não se tenha tido acesso à ocorrência. Na área foram encontradas duas peças líticas que o informante mantém consigo: um machado e um afiador. No local há uma casa de farinha e mais adiante, nas proximidades, há restos de pisos de seixos e cascalhos de duas casas do século XX, onde havia danças. Segundo o informante, esta era área de caboclo e se dançava Toré de Búzio;
- no distrito de Pedra Branca, um cemitério do século XX foi registrado como BA 0009 LA/UFPE (Figura 7.10), Dona Brígida, moradora de Pedra Branca, informou que, em Riacho Seco havia o Cemitério de Antônio Conselheiro. Sr. Guilherme B. do Nascimento repassou mais algumas informações sobre o cemitério que havia sido mandado construir por Antônio Conselheiro, em 1877, e que teria sido inaugurado em 1887, quando este retornou para sua inauguração e mandou construir a capela. O cemitério foi ampliado e continua em atividade até os dias atuais sem, no entanto, oferecer condições de espaço, revelando uma imagem caótica de sepultamentos. O trecho correspondente ao cemitério do período de Antônio Conselheiro se apresenta em ruínas. Ainda há vestígios do muro, em pedra, que o limitava em relação ao mais recente, da capela, com a porta entaipada e sem telhado, do cruzeiro com cruz em madeira, praticamente destruída. O acesso ao interior da capela encontra-se difícil devido a entaipamento, vegetação tomando conta do local e abelhas. Pode-se, no entanto, observar a decoração da fachada frontal e do pedestal do cruzeiro, em alvenaria.



Figura 7.10
Antiga entrada do cemitério de Riacho Seco mandado construir por Antônio Conselheiro em Curaçá – BA

8 PALEONTOLOGIA

8.1 Considerações gerais

O estudo para identificação e localização dos sítios paleontológicos foi realizado tanto na Área de Influência Indireta – AII, como na Área de Influência Direta – AID.

A metodologia utilizada na elaboração dos estudos, tanto da AII quanto da AID, está apresentada no item 3.7 – Paleontologia, do Capítulo VI, Diagnóstico da AII.

Os levantamentos desenvolvidos na AID envolveram pequenas áreas com depósitos sedimentares do neogênicos (épocas Pleistoceno e Holoceno) relacionados a ambientes aluviais, locustre e coluviais continentais. Embora com pouca representatividade nos mapas geológicos, esses depósitos são de interesse para os levantamentos de campo, por conterem litologias potencialmente capazes de preservar fósseis, principalmente de mamíferos pleistocênicos.

Os levantamentos de campo foram realizados nas áreas ribeirinhas dos municípios de Juazeiro e Curaçá, na Bahia, e nos municípios de Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina, em Pernambuco.

8.2 Resultado dos levantamentos

8.2.1 Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande (PE)

Apesar de haver citações na bibliografia pesquisada quanto a achados de restos de mastodontes e outros mamíferos no município de Santa Maria da Boa Vista (localidade de Caboclo), não foi possível georreferenciar esta ocorrência nos trabalhos de campo realizados. Os trabalhos de campo também envolveram visitas de reconhecimento nas comunidades rurais de Icó, Algodões e Tamaquiús.

8.2.2 Petrolina (PE)

Os sítios identificados na área deste município estão todos localizados na AII e estão descritos no item 3.7.3 - c do Capítulo VI, Diagnóstico da AII.

8.2.3 Curaçá e Juazeiro (BA)

Os levantamentos de campo nestes municípios foram realizados nas regiões de Barra de Cima e Serra da Cana Brava, onde foram constatadas duas ocorrências fossilíferas com ossos parcialmente exumados.

Em Curaçá (BA), no riacho da Barra de Cima, na área da olaria do Sr. Emílio dos Santos Gomes e outros, foi relatado que, durante os trabalhos de retirada da argila para fazer tijolos, foram encontradas ossadas de um grande animal, “bem maior do que gado”, que estavam inteiras, mas que pareciam “pedras”. Essa localidade situa-se a cerca de 600 metros da AID da UHE Riacho Seco e vale a pena mencionar que a cota medida em GPS Garmim foi de 346 metros. Considerando-se que a implantação da UHE Riacho Seco inundará até a cota de 351 metros, essa região carece de mais levantamentos de campo (Figura 8.1 e Figura 8.2), antes do enchimento do reservatório.



Figura 8.1
Riacho da Barra de Cima, Curaçá (BA) - Local onde foram encontrados ossos com aspecto de “pedra de um animal muito maior do que gado”



Figura 8.2
Riacho da Barra de Cima, Curaçá (BA) - Costela e outros ossos bastante fragmentados (Eremotherium?) - Escala 15 cm

Nas proximidades da Serra da Cana Brava, na Fazenda São José, propriedade do Sr. Antônio Cursino Martins, foi relatada a descoberta, segundo moradores, de dois animais que morreram próximo, apresentando ossos inteiros e articulados. Parte dos ossos ficou guardada com os moradores. Só foi possível fotografar fragmentos jogados no lixo por um morador (Figura 8.3).



Figura 8.3
Costela e outros ossos fragmentados encontrados junto à Serra da Cana Brava - Tamanho do martelo é 30 cm

O Quadro 8.1 e o Quadro 8.2, a seguir, apresentam a localização dos achados paleontológicos em Curaçá (BA).

Quadro 8.1
Localização dos achados paleontológicos – Curaçá (BA)

Sítio	Coordenadas UTM	Altitude	Observações
Serra da Natividade – Tanque (coordenada aproximada)	0421682 8992085		Área de Influência Direta
Riacho da Barra de Cima	0400479 9003404	346m	Área de Influência Direta
Serra da Cana Brava - Tanque	05428316 8985628	398m	Área de Incidência Direta

Fonte: SIG (2008)

Quadro 8.2
Fóssil identificado no município de Curaçá (BA)

Tipo	Família	Espécie
Preguiça	MEGATHERIIDAE	<i>Eremotherium laurillardi</i> (Lund)

Os locais onde foram realizadas as prospecções visuais de superfície estão identificados no Mapa Patrimônio Histórico, Arqueológico e Paleontológico (Desenho 8810/00-60-DE-5009).

9 POPULAÇÕES TRADICIONAIS

9.1 Procedimentos metodológico específicos

Os estudos das Populações Tradicionais na AID foram desenvolvidos adotando os mesmos procedimentos metodológicos específicos aplicados na AII, e descritos no item 3.4 – Populações Tradicionais do Diagnóstico da AII.

Neste item, as Populações que residem ou exercem atividades sustentadoras na área que será diretamente atingida pelo reservatório, foram detalhadas e complementadas com as informações necessárias á compreensão sobre os impactos esperados que incidirão mais diretamente sobre, as três categorias de populações identificadas na AID:

- **as populações indígenas** - os Atikum da Ilha de Bonsucesso e Fazenda Altamira, e as famílias indígenas dispersas na AID;
- **as populações quilombolas** - com realce especial para as comunidades reconhecidas e em processo de reconhecimento pela Fundação Palmares; e
- **as populações ribeirinhas** - por definição, todas as comunidades banhadas pelo Rio e que na sua relação com ele tiram alguma parte fundamental do seu sustento.

No que diz respeito a Área de Influência Direta, vale dizer que é imprescindível contextualizar qualquer informação da AID com informações da AII. Este enfoque restringe muito a quantidade das populações a serem discutidas, mas, ao mesmo tempo, realça grupos que serão intensivamente atingidos e que requerem atenção redobrada. Embora seja um recorte que fornece resultados práticos para visualização dos impactos, ainda se insiste que há populações no AII que sofrerão impactos cuja dimensão de influência na vida cotidiana não será significativamente menor, mas que, por não se enquadrar na categoria AID do referido Termo de Referência, não serão retomadas diretamente aqui.

A localização das comunidades ribeirinhas foram registradas formalmente no Mapa População Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003) e além disto se registra como tendo significado especial pela população local, segundo se verifica nas conversas com residentes, bem como nos mapas cognitivos elaborados por dois pequenos grupos diferentes, um do lado pernambucano e outro do lado baiano compostos de pescadores, barqueiros e conhecedores das comunidades na beira do rio.

Para o levantamento das informações sobre os pescadores foram realizadas entrevistas e reuniões em grupo, a seguir discriminadas:

- dois presidentes de colônias de pescadores (Santa Maria da Boa Vista e Juazeiro);
- discussão em grupo com cerca de 20 integrantes da colônia de pescadores de Santa Maria; e
- mais que meia dúzia de pescadores em Curaçá.

Muitos agricultores conversaram sobre as suas atividades de pesca em complementação à agricultura, que é a atividade predominante. Trata-se, sobretudo, de pesca artesanal.

Para o levantamento das informações sobre os agricultores foram entrevistados:

- agricultores, alguns individualmente, e alguns coletivamente, com muitas informações gravadas;
- lideranças e associados atuante de sindicatos e de associação de produtores e moradores; e
- funcionários de governo municipais, com bom conhecimento da área.

Todos estes dados foram complementados com comentários de observações de membros de diversas especialidades, envolvidos no levantamento de dados da própria equipe de estudo do meio ambiente.

9.2 Comunidades na AID

9.2.1 Discussão conceitual

Para fins de caracterização, são enfatizados os povos e comunidades tradicionais, pressupondo identidades coletivas e imprimindo significado ao conceito de território,

enquanto espaço essencial para manutenção e desenvolvimento das organizações econômicas, culturais e religiosas dos grupos. Desta forma, são compreendidos como grupos que se colocam enquanto coletividades, com organizações próprias e formas específicas de relações estabelecidas com o ambiente, fugindo à obrigatoriedade da busca por resquícios pré-colombianos ou ancestrais, dando maior importância ao modo de vida, do que ao tempo de sua existência.

A multiculturalidade expressa pelos povos e comunidades tradicionais foi reforçada pelo governo brasileiro, por meio do Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), dando legitimidade e visibilidade, antes restrita apenas aos quilombolas e indígenas, a grupos extrativistas, quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, jangadeiros, caçaras, ciganos, faxinais, pantaneiros, gerazeiros, comunidades de fundo de pasto, comunidades de terreiro, e outros. A PNPCT fundamenta suas orientações nas recomendações da Convenção 169 da OIT ao garantir o direito de auto identificação destes povos, assim como sua participação nas decisões referentes às questões que lhes dizem respeito, adotando as seguintes compreensões:

- i. **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- ii. **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
- iii. **Desenvolvimento Sustentável:** o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Considerando as exigências do Termo de Referência emitido pelo Ibama e a multiculturalidade nacional, a organização analítica e descritiva dos grupos abarca, dentro das categorias de populações indígenas e comunidades quilombolas, aqueles que assim se auto identificam, como garante a Convenção 169 da OIT, diferenciando estes grupos de outros tradicionais que, como eles, sustentam suas identidades na relação com o rio. A categoria ribeirinha, por sua vez, congregará os demais grupos tradicionais da área, que se reconhecem enquanto uma coletividade culturalmente diferenciada e (re)produzida em um território específico, a partir de uma intrínseca ligação com o rio, que sustenta e dá significado ao seu modo de vida. Diferentemente das duas categorias mencionadas anteriormente, nesta, a identidade étnica não é afirmada explicitamente como elemento, ou como elemento majoritário, da representação da coletividade:

- as populações urbanas que se dedicam a atividades não diretamente relacionadas com o cultivo agrícola, a extração (pesca, coleta), ou uso intensivo de serviços relacionados com a água do rio (barqueiros, lavadeiras);

- os fazendeiros, cujos cultivos agrícolas visam comercialização e lucro mais que segurança alimentar e permanência residencial;
- os participantes em projetos agrícolas integrados a perímetros de irrigação administrados em função de pautas de comercialização extra-local; e
- e integrantes de assentamentos de reforma agrária que se instalam por processos diversos.

Tem-se que ressaltar que em todos os casos citados de populações não tratadas, há contingentes populacionais conviventes incluídos, cujas atividades os identificam, próxima e historicamente, com as populações tradicionais mas nestes casos, a dispersão e a hegemonia da lógica organizacional em que se encontram são avançadas de tal forma que a coesão interna se subsume à lógica circundante, dificultando a sua expressão e organização, enquanto população tradicional. Nestes casos, houve menção da sua existência e localização, sem realce na descrição.

Antes de proceder à descrição separada e, quando aconselhável, individualizada das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, é preciso chamar atenção ao fato que, ao abordar os pressupostos básicos da organização social das populações tradicionais ribeirinhas no item específico sobre elas, estabelece-se um padrão que se aplica a populações indígenas e quilombolas, populações essas que acrescem outras questões específicas à sua construção identitária. Desta forma, apresenta-se, inicialmente, uma análise comum para os três grupos, baseada numa caracterização de áreas geográficas com predomínios variados de organização local.

9.2.2 As comunidades no espaço geográfico da AID

a) Mapas cognitivos das margens do rio

A Figura 9.1 e a Figura 9.2, a seguir, apresentam os mapas cognitivos elaborados por dois grupos de pescadores e barqueiros, contendo os conhecimentos e percepções dos ribeirinhos, respectivamente, nas margens baiana e pernambucana, ressaltando a importância e localização de povoadamentos, populações e atividades ao longo da beira do rio e nas ilhas.

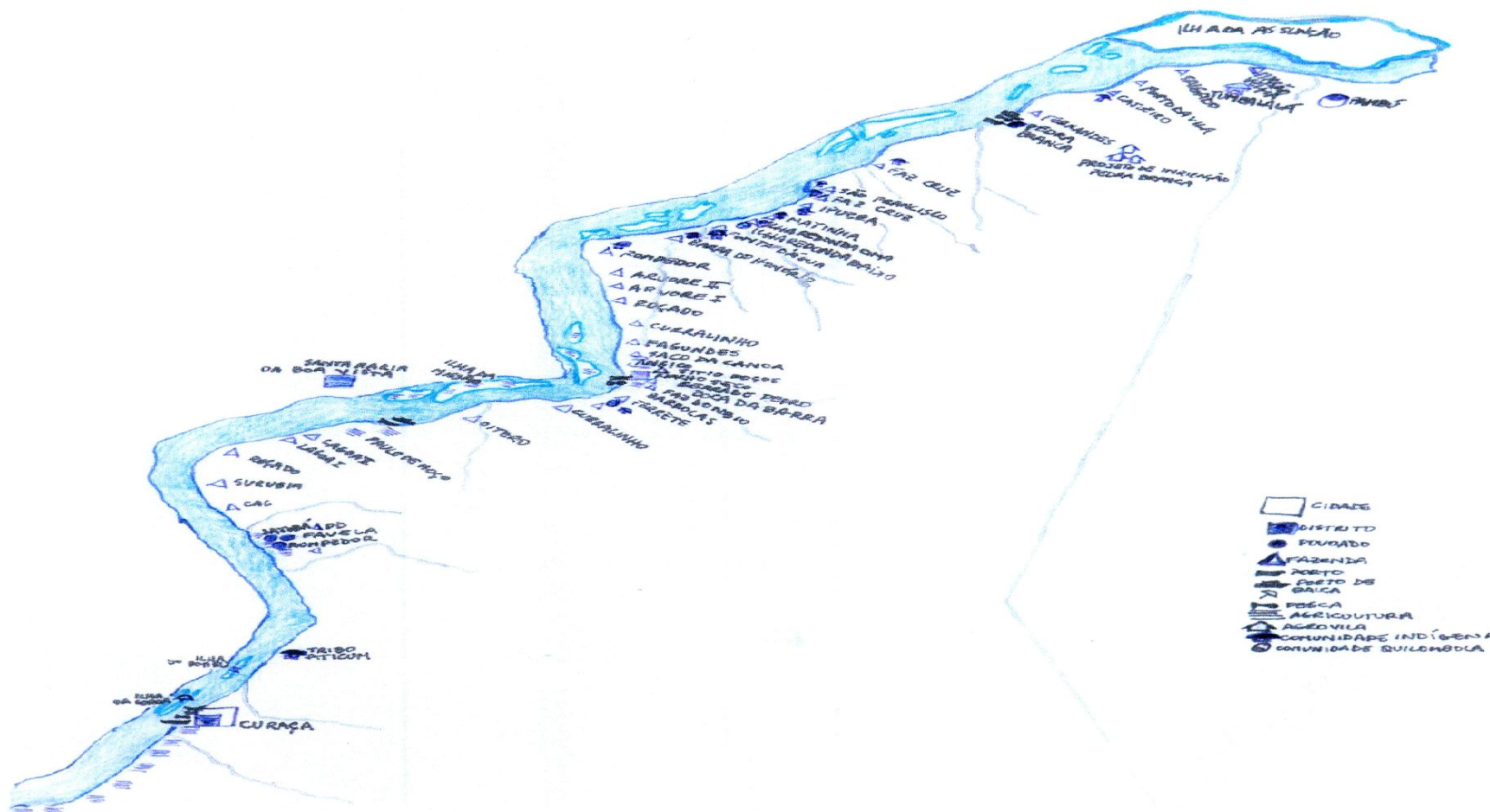


Figura 9.1
Mapa cognitivo de comunidades do rio – Margem baiana

É importante destacar que os mapas cognitivos elaborados pelas comunidades não apresentam o eixo da barragem e extrapolam os limites da AID, tanto a montante quanto a jusante, pois evidentemente o impacto social preliminar à obra pretendida ainda não reorganizou tão intensivamente as percepções espaço-cognitivas na região.

Na Figura 9.1, os limites da AID podem ser considerados como indo do Distrito de Itamotinga – (município de Juazeiro – BA) até as proximidades de Riacho Seco (Curaçá - BA). Pode-se observar, do lado da Bahia, uma supervalorização das comunidades a jusante da sede do Município de Curaçá, em detrimento das poucas informações sobre os locais a montante deste município, onde observa-se apenas a presença de agricultura. Em contrapartida, no trecho a jusante são detalhadas as fazendas e comunidades na direção de Riacho Seco, extrapolando o limite geopolítico do município físico e a própria AID, incluindo boa parte do município de Abaré, o que, na cognição dos fatores dos mapas revela uma proximidade social entre os locais. Se a agricultura é constante ao longo do rio, é mais vista como associada a comunidades e fazendas a jusante, enquanto os locais a montante são áreas irrigadas não nomeadas. Os locais onde a pesca teve um destaque são, sobretudo, onde ela é comercializada (mais que apenas consumida: a própria Sede de Curaçá, Riacho Seco e Pedra Branca). Na conversa com quem elaborou os mapas se entende que isto é um reconhecimento que a pesca é uma atividade comum a todos, e não restrita apenas às áreas de comercialização, onde ganha uma importância econômica mais explícita.

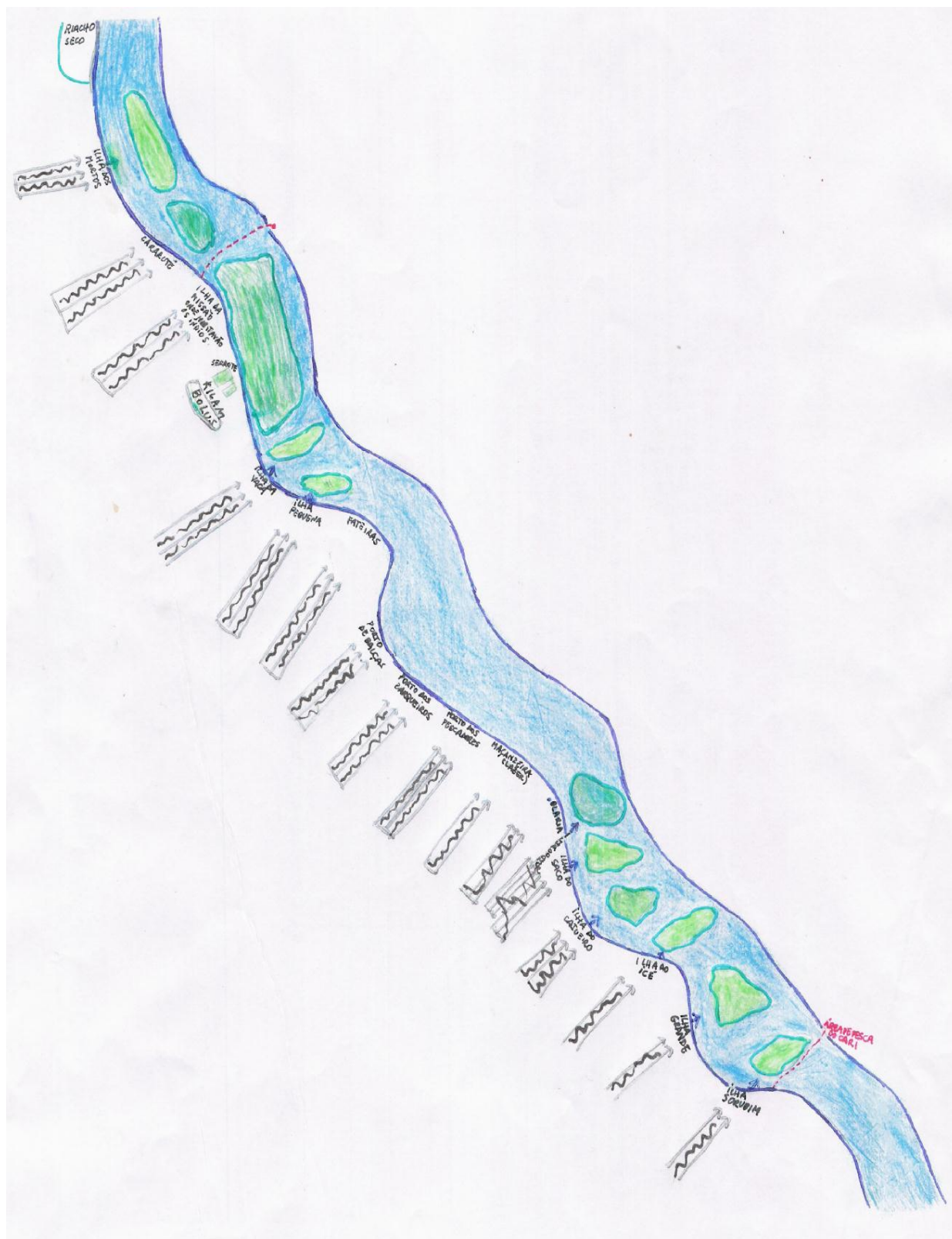


Figura 9.2
Mapa cognitivo de comunidades do rio
São Francisco – Margem pernambucana

Do lado de Pernambuco (Figura 9.2), o mapa tem muito menos detalhes, mas a força da sede do município de Santa Maria da Boa Vista aparece no desenho, destacando o emprego da beira do rio dentro do perímetro urbano, enquanto a agricultura novamente se estende por toda a extensão desenhada. As ilhas ganham um realce comparativo mais forte que as do desenho de Curaçá. Toda a área é reconhecida como sendo importante para a pesca do Carí. Serrote, comunidade localizada na All, a jusante da barragem e vizinha de Inhanhum e Cupira (da AID) é reconhecida como um local de quilombolas, e a Ilha da Missão, como um local “onde habitavam os índios”.

O tempo para pesquisa de campo, embora suficiente para um levantamento preliminar enfocando, sobretudo, as populações diretamente atingidas, deve ser considerado como um fator que, sistematicamente, reforça a necessidade de estudos mais aprofundados que possam desvendar a intensidade da vivência destas populações diretamente atingidas com o meio ambiente, vivência essa que é sujeita à grande complexidade da formação histórica de inter-relacionamento do homem com outros homens e com o meio físico e biótico.

Como se trata de uma área onde as transformações históricas e socioeconômicas criam um contexto de fluidez e historicidade, que resulta numa multiplicidade de manifestações de ocultação e ressurgimento de identidades que caracterizam as populações ditas “tradicionais” da região, ocorre um menor reconhecimento formal e informal de etnicidades específicas. Como se vê, na pesquisa documental e de campo o número potencial de comunidades de quilombos ultrapassa em muito o de comunidades indígenas, mas a incipiência desta etnogênese intensificada e a demanda de pesquisa mais apurada não permite um maior detalhamento. É importante notar que os processos de reconhecimento das populações quilombolas e indígenas, tanto solicitados quanto formalizados, continuam em processo aberto. Mesmo demorando, não é raro eles apresentarem resultados em maior velocidade que as próprias pesquisas para elaboração do EIA.

Como se afirmou no diagnóstico da All, apresentado no item 3.4 do Capítulo VI – Populações Tradicionais, a identificação da etnia se elabora num contexto que se organiza em torno de uma ideia hegemônica de mistura, o que dificulta que a população reconheça a indianidade ou negritude nas suas origens e atualidade. Já os ribeirinhos, independente do uso que fazem de serem ou não negros/afrodescendentes, índios, brancos, e quaisquer outros grupos, tem como referência básica o fato que a sua sustentação gira em torno do Rio, reforçado por uma história oral, ritualística e religiosa e, por vezes escrita, que envolve grupos relacionados por parentesco e identificação familiar que podem chegar a muitas gerações de ancestrais de profundidade e à identificação, inclusive, de datas exatas de chegada e relatos sobre figuras concretas. A dependência de todas estas populações no espaço ambiental que engloba convivência com o rio faz com que seja inteiramente adequado entendê-las como um todo, como Segmentos Sociais de Alta Vulnerabilidade.

Nesta parte, não se deixa de lado as questões anteriormente adotadas para a compreensão de populações atingidas: o auto reconhecimento para etnicidade e tradicionalidade; a polivalência de pertencimento, identidade e de práticas de sustento; e

a mobilidade histórica, que reconhece certos momentos temporais e espaciais de acionamento de agências e de reconfiguração de campos de negociação, entre os quais uma inclusão num grande projeto de engenharia certamente se configura como de importância marcante.

As populações ribeirinhas, indígenas e quilombos estão todas associadas com graus de intensidade e configurações diferenciadas de aproveitamento de recursos locais, numa organização social cuja lógica precisa ser respeitada. Um recorte seco, que rotula uma população de tradicional e outra de não tradicional, fere a complexidade das relações estabelecidas na região impactada. Mesmo assim, quatro populações não receberam atenção direta neste item.

b) Espacialização das comunidades

Com o objetivo de promover um maior entendimento da realidade local as populações tradicionais foram agrupadas nos trechos do São Francisco ao longo da AID, conforme apresentados e detalhados na Quadro 9.1, a seguir.

Quadro 9.1
As populações tradicionais na AID

Margem Baiana		
Trecho do rio	Localidades	Município
Compreendido entre o Distrito de Itamotinga e a sede do Município de Curaçá	Núcleos I, II e III do Projeto Grapiuna, EB1 (Codevasf) do Projeto Curaçá e São José, Itamotinga	Juazeiro
	Belmonte, Povoado Redenção, Fazenda Cachoeira. Agropecuária Aquauã Ltda., Fazendas Morcego, Mariela, Belverde, e Santa Cruz	Curaçá
Compreendido entre a Sede do Município de Curaçá e o local da barragem da UHE Riacho Seco	Fazendas Dunas/Carraro, Morcego, Rompedor, Favela, Sombra-Quixaba, Fazenda Umburana, Jatobá, Surubim, Lagos I e II, Roçado, Mãe Maria, Lagoa, Passagem, Povoado Oiteiro, Curralinho, Povoado Ferrete, Barroca, Fazenda do Meio e Povoado Cerca de Pedra	
Sede do Distrito de Riacho Seco	Riacho Seco	

Margem Pernambucana		
Trecho do rio	Localidades	Município
Sede do distrito de Riacho Seco	PA Jatobá	Lagoa Grande

Margem Pernambucana		
Trecho do rio	Localidades	Município
Da Ilha do Pontal (PA Jatobá, em Lagoa Grande) até a Sede do município de Santa Maria da Boa Vista.	Povoado Malhada Real, PA Catalunha, Fazenda Pérsico, Fazenda Milano, PA Safra, PA Vitória, PA Nossa Senhora do Carmo, PA Bom Sossego, PA Nova Esperança, PA Brilhante, PA Aquarius I, PA José Ivaldo, PA José Ivaldo I, Tamaquius, Curral Novo, PA Boqueirão, Nova Olinda, PA Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Linda Aurora e Ilha do Saco	Santa Maria da Boa Vista
Compreendido entre a sede do município de Santa Maria da Boa Vista até o local da barragem da UHE Riacho Seco	Marrecas, Jardineira, Povoado de Caraíbas I, Ambrósios, PA Caraíbas II, Coripós, Povoado Cupira de cima e de baixo e Inhanhum	

Estas comunidades estão no Mapa Populações Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

c) Descrição das populações tradicionais na AID

c.1) Margem baiana

- Trecho do rio compreendido entre o Distrito de Itamotinga - BA e a sede do Município de Curaçá

Na margem baiana do rio há um conjunto de comunidades que se caracterizam por terem sido influenciadas por projetos de irrigação associados ao Polo de Exportação Agrícola de Juazeiro e Petrolina, com intervenções organizativas mais recentes, decorrentes mais de investimentos governamentais que de particulares. Observa-se que, quanto mais próximas do polo mais intensa sua relação com ele. A divisa com o município de Curaçá marca uma certa diferenciação, onde se observa uma maior quantidade de fazendas estabelecidas historicamente na área de Curaçá, boa parte das quais já se encontram desmontadas enquanto entidades produtivas de administração única, formando comunidades de produtores aparentados e vizinhos, que organizam mais isoladamente a sua produção com estratégias polivalentes familiares, bombeando a água com eletrobombas (mais possantes) ou motores a diesel, fazendo um aproveitamento intersticial de criação de animais, plantio diversificado, e pesca eventual, pouco comercial, mas absolutamente fundamental para segurança alimentar. Em certa medida, estas fazendas relativamente desmontadas, se assemelham mais com as comunidades situadas a jusante da cidade de Curaçá da sede do município de Curaçá do que com os seus vizinhos a montante, em Juazeiro. As comunidades a jusante estão associadas a uma organização de bombeamento de água mais coletiva que homogeneiza parcialmente

a sua produção e custos e que disciplina o pertencimento de acordo como processos seletivos específicos (colonos, núcleos).

Na sede de Curaçá há vários pontos de trabalho de lavadeiras e de portos de barqueiros que atravessam pessoas e mercadorias de um lado do rio para o outro, trazendo produtos agrícolas e de pesca para a feira e algumas casas comerciais da cidade. Alguns dos fazendeiros locais residem na sede e outros, em Juazeiro/ Petrolina.

- Trecho do rio compreendido entre a Sede do Município de Curaçá o local da barragem da UHE Riacho Seco

Descendo o rio a partir da Sede de Curaçá, as comunidades locais são caracteristicamente de produtores familiares polivalentes que se assemelham aos descritos para as fazendas falidas situadas a montante da sede. Sofrem muito menos influência direta de organização das fazendas para exportação, embora em alguns locais negociem o acesso a alguma renda como diaristas com alguns poucos fazendeiros remediados que plantam manga, uva e outros produtos comerciais a uma distancia de muitos metros da beira do rio. Estas comunidades são muito tradicionalmente ribeirinhas e contam com ancestrais de gerações anteriores que se localizavam entre as mesmas comunidades. Há uso dos mesmos recursos descritos anteriormente (eletrobombas, motores a diesel, criatório, cultivo agrícola em terras, sobretudo próximas à beira do rio, apesar da limitada área restante de vazantes e, nas ilhas localizadas em frente às comunidades, ocorre a pesca para complementação alimentar e para limitado comércio), além de eventuais empregos em que alguns se envolvem, e no uso de transferências do estado (benefícios e aposentadorias).

Estes grupos reforçam a sua identidade com práticas culturais e religiosas (Dança de São Gonçalo e festas religiosas, além de dias cívicos, em alguns casos). Embora todas pratiquem a pesca como atividade lúdica e de complementação para segurança alimentar, a comunidade de Ferrete é reconhecida historicamente como tendo feito maior aproveitamento da pesca em geral e, em décadas mais recentes, do Acari, ou Cari um peixe que aproveita locais em águas rasas e que se proliferou em substituição às espécies de águas mais profundas que foram implantadas pela construção de barragens anteriores. Já as cinco comunidades fortemente aparentadas de Jatobá, Sombra-Quixaba, Favela, Rompedor e Fazenda Umburana com práticas produtivas semelhantes a outras, se organizam em torno de uma identidade negra reforçada, tanto pela profundidade das histórias de ancestrais, quanto por recentes promoções festivas realizadas em associação com intermediários da sede. Estas comunidades mantêm a sua particularidade, ao mesmo tempo em que se agregam em torno de um registro com um nome único de Quilombo (Jatobá). Neste conjunto de comunidades situadas neste trechos da beira do rio, estas cinco oferecem o processo mais avançado de etnogênese intensificada, sem que, com isso, haja qualquer implicação de outras comunidades não poderem se organizar mais intensivamente em torno de questões semelhantes, como é o caso de locais como Cerca de Pedra, relativamente próxima ao povoado do Riacho Seco e à Ilha Redonda, a jusante.

O conjunto de comunidades rurais está bem assessorado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Curaçá que procura assegurar a sua inserção positiva em

políticas públicas que possam beneficiar as populações, tanto de seguridade social, como de inclusão digital (Ferrete, Povoado do Riacho Seco) e de educação primária. A sua organização espacial evidencia uma história de integração com políticas públicas, tendo várias comunidades recebido casas de alvenaria em programas de combate à doença de chagas (Ferrete, Barroca e Fazenda do Meio), e outras (como o complexo de Jatobá) tendo recebido casas reconstruídas após os danos ocasionados por uma inundação, em 1979. Esta relação com a variação dos níveis de água do rio é o que mais caracteriza uma lamentação generalizada da perda de acesso a terras férteis que, apesar de seu uso ser incerto era sazonalmente confiável, e à pesca abundante, perdas essas associadas mais ao fluxo de águas decorrente da construção da barragem de Sobradinho que de Paulo Afonso-Moxotó e Itaparica. A antiga dependência na regularidade imprevisível da natureza do fluxo de águas é associada pela população a tempos mais seguros, quando comparada com a dependência na imprevisibilidade humana de fluxos que se reportam à capacidade técnica de responder à vontade de demandas quase totalmente fora do controle das comunidades locais, com cronogramas obedecidas a revelia de seus interesses.

➤ Sede do distrito de Riacho Seco

Na AID identificada pelo Termo de Referência ainda se inclui o distrito de Riacho Seco, centro comercial e residencial que dá apoio e fornece serviços a muitas das comunidades no seu entorno. Trata-se de pequenas lojas, serviços, oficinas, apoio de viajantes e transportadores, serviços religiosos diversificados, e outras atividades variadas.

As fazendas e comunidades localizadas a jusante da UHE Riacho Seco procedem com atividades agrícolas e de pesca comuns aos outros ribeirinhos, embora haja referência no que fala a população da região como tendo sofrido muito mais influência direta de plantios clandestinos, de outras atividades ilícitas, de plantio da maconha e de constrangimentos por grupos associados a redes extralocais de comercialização.

Vale ressaltar que no conjunto de população ribeirinha a jusante se identifica uma intensificação de processos de etnogênese indígena e quilombola, de impactos de outros projetos governamentais que ora reforçam, ora desarticulam e ora diversificam as atividades da população, e de associação com outras áreas de produção e comercialização de produtos agrícolas tanto lícitos quanto ilícitos.

c.2) Margem pernambucana

➤ Trecho do rio a jusante da Ilha do Pontal até a Sede do Município de Santa Maria da Boa Vista

No lado pernambucano do rio, partindo do PA Jatobá, em Lagoa Grande em direção à Sede do Município de Santa Maria, polo de atração urbana da AID, há algumas diferenças na organização de produção muito significativas. Esta região se configura por uma história que combina comunidades e fazendas mais antigas com empreendimentos agrícolas de donos únicos e consorciados que tem tentado se instalar na região. Mesmo que alguns empreendimentos tenham conseguido perdurar na região, enfrentam uma grande vulnerabilidade por serem voltados para a comercialização, nacional (predominante) ou

internacional (eventual), tendo alguns deles falido, principalmente aqueles com limitado capital disponível. Diferentemente do lado baiano, em anos mais recentes, o colapso destas fazendas e empresas tem atraído populações numerosas de agricultores e residentes urbanos e rurais sem terra, em busca de estabelecerem assentamentos de reforma agrária para ganharem acesso a essas terras com o reconhecimento e legitimação de seus pleitos pelo Governo. Assim, esta região, que se encontra “a meio caminho” para as grandes vinícolas e outros empreendimentos lucrativos, frequentemente servindo como pool de mão de obra para eles, é densamente povoado por uma população demandante de benefícios, ativa, mas fortemente estigmatizada pela população circundante como tendo sido estimulada por políticas governamentais de estimulação à invasão de terras.

Mais próximo ao rio, ainda se reproduzem algumas estratégias polivalentes descritas para outras áreas, inclusive com comunidades com histórias que remontam a ancestrais e que conseguiram resistir à apropriação das suas terras pelas fazendas (como, por exemplo, Malhado Real). Mas, inclusive estas comunidades se organizam em associações que desenvolvem estratégias de produção promovidas ora pelo Governo ora por organizações de produtores, onde almejam acesso às terras provenientes de fazendas em desmonte e racionalização da produção, que desempregaram e desamparam muitos trabalhadores.

No meio deste conjunto de processos, as comunidades que reconhecem um passado etnicamente diferenciado (como Tamaquiús) sofrem pressões de dispersão que limitam a intensificação da etnogênese, como se verá no item 9.4 – Comunidade Quilombolas na AID.

Os assentamentos são mais concentrados no trecho mais a montante, da cidade de Santa Maria da Boa Vista enquanto que à medida que se aproxima da sede há combinações de fazendas em operação fraca e pequenos agrupamentos de agricultores polivalentes. Já no trecho mais próximo à cidade, como na Ilha do Saco, há pequenas empresas organizadas que empregam meeiros e diaristas. A intensidade dos processos de transformação nesta beira do rio faz com que as populações tradicionalmente ribeirinhas se encontram muito mais em interstícios e em áreas mais restritas.

Na própria sede de Santa Maria da Boa Vista, semelhante à de Curaçá, há um bom número de balseiros e barqueiros de travessia; de transporte comercial e alguns pontos (em menor número) de lavadeiras. Alguns autodeclarados donos de fazenda, de ilhas, e de terras mais próximas à sede, também residem em Santa Maria e se envolvem em outras atividades comerciais e na política da região.

➤ Trecho a jusante da sede do município de Santa Maria até a área em frente em frente à futura barragem da UHE Riacho Seco

Neste trecho há povos ribeirinhos que, progressivamente, demonstram maior envolvimento com a etnogênese intensificada na região. A polivalência das suas práticas basicamente não se diferencia da que foi descrita para a população a jusante da sede de Curaçá, combinando produção na beira do rio e nas ilhas com criatório e pesca bem como eventuais empregos e transferências de recursos do Governo através dos Programas Sociais. Mesmo dispondo de uma fazenda com uma história de migração recente para

seu estabelecimento (Jardineira), mas com população tradicional residente nele, o que mais marca esta região é a etnogênese intensiva. O mesmo acontece com outras comunidades ribeirinhas como Ambrósios e Caraíbas. Além da notável presença de histórias de ancestrais e de práticas religiosas afro-brasileiras na comunidade de Marrecas, a área de Cupira I e Cupira II tem se associado aos vizinhos Inhanhum e Serrote (a única comunidade fora da AID), ambos reconhecidas como Quilombos pela Fundação Palmares, e em processos de titulação das terras quilombolas junto ao Incra/PE (SR-29). Separados no seu processo de reconhecimento, integram uma Comissão Municipal de Quilombos e agem em conjunto. Estas comunidades também apresentam construções beneficiadas por programas governamentais e são descritas com mais detalhe no item sobre populações quilombolas. Mesmo que Cupira I e II sejam populações geograficamente distintas, sua história de formação se associa proximamente às duas comunidades vizinhas. A unidade histórica do conjunto tem servido para que a formação de fazendas tenha sido efetivamente resistida por eles.

9.3 Populações indígenas na AID

Considerando a elaboração do contexto histórico e geográfico dos processos de etnogênese, conflito e ocultação, no qual as populações indígenas se inserem, vale insistir que a compreensão da indianidade local se constrói em torno da forte atuação e territorialidade das populações indígenas situadas a jusante da barragem - os Truká e os Tumbalalá -, fazendo com que esses grupos sejam citados quando se realiza qualquer conversa sobre “grupos indígenas” nesta região. Entre as populações residentes diretamente na AID, há muitas pessoas que traçam as suas relações de parentesco, originárias e atuais, a estes grupos. As missões e os aldeamentos que ocorreram nelas e nas proximidades em séculos passados, quando não são questões enfatizadas por pessoas comprometidas com a recuperação da importância das populações indígenas no contexto local e regional, pelo menos se incluem, com regularidade variada e com algum orgulho e alguma mistificação, nos relatos da história local. Com um realce sobre o trabalho dos Franciscanos (fonte de disputas sobre a valorização histórica local), se escuta nos municípios diretamente afetados referências ocasionais à Missão de Pambu; à Missão Velha; ao Monte Carmelo e Inhanhum; à Ilha da Missão mais próxima à área de construção da barragem; e mais distante, aos Caripós (inclusive assim se denomina o museu que resgata parte da história e das tradições étnico-religiosas da Santa Maria da Boa Vista); e, entre os mais ocultados Tamaquiús (cuja referência é a Ilha de Pontal) é a área de Jacobina, em Juazeiro. Mais restritamente na AID, as estratégias de investimento no reavivamento da memória, mitos e símbolos de recuperação de identidade indígena encontram maiores empecilhos pela inexistência de grupos com uma continuidade histórica visível de ocupação e ação afirmativa desta identidade étnica.

Em termos de comunidade indígena na AID, e considerando a delimitação estabelecida pelo Termo de Referência, concentram-se dois grupos Atikúm. Há, no entanto, indicações de existir índios Truká e confirmação de mais de 30 famílias de índios Tumbalalá espalhados por algumas comunidades e sedes dos municípios, dentro desses limites. A recente presença de alguns Atikúm, tradicionalmente ligados à Carnaubeira da Penha (PE), em uma área situada a cerca de oito quilômetros a jusante da cidade de Curaçá, suscita acaloradas discussões sobre a inserção de populações indígenas na área e

confirma a dependência das manifestações de etnicidade e territorialização, mais no contato entre os grupos em interação, do que no isolamento para estabelecer as suas fronteiras.

O processo de afirmação das identidades étnicas e a luta pela garantia dos direitos indígenas, em especial por terra, com a ameaça de um iminente deslocamento por ocasião da implantação da UHE de Riacho Seco e possivelmente, pela futura UHE Pedra Branca e o caso concreto da Transposição do rio São Francisco, após as negativas consequências deixadas na região pela construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, resultou em uma intensificação das relações já existentes entre os grupos indígenas da região. Tanto para os Tumbalalá ocorreu, ao formarem alianças com os Truká que, por sua vez construíram a sua luta por identidade em torno da relação com os Tuxá, diretamente atingidos pela barragem de Itaparica. Os Tumbalalá ainda perderam um amplo espaço de terra relativamente fértil para as agrovilas de reassentados não-indígenas de Itaparica. Já os Atikum de Curaçá, e os Atikum da Ilha de Bom Sucesso (separados deste grupo anterior há cerca de três anos) também foram diretamente atingidos pela barragem de Itaparica, mas com uma trajetória histórica diferente dos Tumbalalá e dos Truká. A aldeia no município de Curaçá é bastante recente e reproduz a história de migração do povo Atikum, em um contexto diferente. É necessário remeter-se a todos estes processos para entender o que informa a organização social e cultural atual dos indígenas que estão localizados na AID.

Tendo vivido um processo de deslocamento por ocasião da construção da barragem de Itaparica, a partir do qual vivenciaram as consequências negativas da desapropriação e a ausência das ações garantidoras e mantenedoras de seus direitos, conservando o sentimento de pertencimento à etnia, os Atikum de Curaçá conhecem os riscos que cercam situações como esta, e compartilham com os Tumbalalá e Truká o espírito de resistência e luta para garantir seus direitos.

É na relação com o outro que a indianidade desses grupos é legitimada, pois são grupos historicamente indissociáveis e necessários de serem compreendidos a partir de suas ligações. As relações de parentesco, aliança e o compartilhamento de elementos míticos e históricos perduram entre esses grupos, reforçando seus laços e a luta pela garantia de seus direitos, historicamente negados e ainda não restituídos devidamente.

Mesmo que haja a presença de famílias de origem indígena Truká e Tumbalalá, de uma forma bastante dispersa ao longo do rio, os seus contatos com a população da terra de origem são feitos entre famílias, e não ao nível de identidades coletivas consensuais dos seus locais de residência atual, A sua situação é suficientemente repetida na área para merecer consideração entre elementos significativos para a preservação da sociabilidade e respeito à indianidade da população, mas não são objetos de investigação direta neste estudo. Neste item será dado destaque ao grupo indígena que mais claramente apresenta uma etnicidade indígena explícita, conjugada a uma residência coletiva na AID, os Atikum, sabendo que se trata de dois grupos distintos de origem comum.

A localização das comunidades indígenas na AID pode ser verificada no Mapa População Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

9.3.1 Os Atikum de Curaçá

a) Grupo Atikum da Fazenda Altamira

O grupo Atikum, localizado em terras do município de Curaçá (BA), congrega mais de cinquenta famílias nucleares que se identificam como membros de uma única grande família extensa denominada "família Rumana", segundo a nota técnica de Sheila Brasileiro à Procuradoria da República, em 2008. Tradicionalmente, são originários da Terra Indígena Atikum situado no município de Carnaubeira da Penha, Pernambuco, cujo reconhecimento oficial pelo Estado-Nacional data de 1949.

Os constantes e intensos conflitos intra e interétnicos que ocorrem há décadas na Terra Indígena – TI Atikum, em Carnaubeira da Penha, tem sido responsável por recorrentes evasões de famílias indígenas. Em um desses episódios de violência, no ano de 1985, um grupo de quase sessenta índios de uma mesma família ocorrido deixou sua TI em Carnaubeira da Penha, achando abrigo na TI Truká.

É justamente neste cenário conflituoso, marcado por evasões e lutas pelo direito a terras para assentar os índios que deixaram sua TI, que é construída a história dos Atikum de Curaçá. Depois de tentativas mal sucedidas de regressar à Carnaubeira da Penha, uma das atuais lideranças do grupo, em Curaçá, a cacique Djanira, se desloca para um povoado à margem do cobijado rio São Francisco que, em períodos de seca era procurado, revelando como sua importância é sentida, mesmo entre os grupos cujas terras não alcançam sua margem.

“Lá (Carnaubeira da Penha) quando era o ano bom, eu não saía, mas quando era o tempo ruim... aí o lugar de escapar era na beira do rio. Por isso essa briga por nosso rio. É por isso. É onde a gente sobrevive”. (Pajé Zé Índio, dos Atikum de Curaçá)

Com o enchimento do lago de Itaparica o povoado foi alagado e Djanira reassentada no Projeto Caraíbas, onde permaneceu por oito anos, até a ocorrência de novo episódio de violência que resultou em sua saída, contribuindo para que, poucos anos mais tarde, iniciasse contato com a Funai de Brasília, a partir do qual foi aberto um canal de diálogo e negociação, permitindo que vislumbresse a aquisição de uma terra onde pudesse reunir toda a sua família e "levantar" uma aldeia.

Depois de sair da TI Atikum, em Carnaubeira da Penha, o Sr. José Manuel Diniz, o pajé Zé Índio, irmão da cacique Djanira, liderou o processo de luta pela reforma agrária e direito à terra na região, inclusive no município de Santa Maria da Boa Vista e adjacências, tendo sido um dos responsáveis, por exemplo, pela conquista dos assentamentos Safra e Vitória, onde também existem famílias Atikum. A condição de assentado lhe afigura como uma situação provisória. A negociação da irmã Djanira junto à Funai de Brasília reacende a esperança da família viver em terras próprias, na condição de “aldeados”. De índios, passando a agricultores, a assentados, a reassentados para, enfim, voltarem a lutar por seus direitos a terras na condição de índios Atikum. O grupo que viveu diversas condições reconhece os negativos impactos desses deslocamentos à manutenção da coletividade e identidade étnica.

Para os Atikum de Curaçá, a fixação da aldeia nas margens do rio São Francisco é condição essencial para garantir a permanência do grupo na área.

“Pois eu não volto para minha aldeia (...). Não acostumo mais. (...) eu fui para a Cachoeira do Pantanal, eu tive em Delfina ... Aí, não agradei de um terreno lá. Aí, eu arrumei outro em Caraíbinha. Aí, não me agradei também. Ai eu disse: - só quero um na beiro do rio. Aí, vim parar aqui agora.” (Pajé dos Atikum Bahia)

A luta deste grupo para garantir terras à margem do rio, com condições de garantir sua sobrevivência enquanto um grupo étnico e a negociação junto à Funai rendeu ao grupo o pleito, desde 2002, à fazenda Altamira, localizada no município de Curaçá, cuja ocupação se deu progressivamente, com a autorização do proprietário da fazenda, João Batista da Silva, interessado na venda do imóvel. Com permissão dada pelo fazendeiro, os Atikum se instalaram nas terras, onde passaram a viver com muitas dificuldades, em razão das restrições impostas.

Em 27 de março de 2003, atendendo à reivindicação deste grupo Atikum, a Funai editou uma portaria determinando a realização de um levantamento prévio da área pretendida pelos Atikum, em Curaçá (Portaria Presidencial nº 195, publicada no D. O. U. de 28 de março de 2003). O relatório foi elaborado em agosto do mesmo ano pela antropóloga Mércia Rejane Rangel Batista encarregada do levantamento,

Em 2007, a relação com o proprietário tencionou, deflagrando um conflito declarado onde os Atikum foram ameaçados de terem suas moradias e plantios queimados, caso não deixassem as terras. Resistindo às ameaças, essas famílias permaneceram na área, dando continuidade a projetos de agricultura até que, em 2008, o processo de compra da Fazenda avança, dando aos Atikum direitos à permanência e investimentos nas terras, não mais reivindicadas pelo então proprietário, que, segundo os indígenas, se encontra distanciado da fazenda. Há mais informação sobre esta relação na entrevista realizada durante os estudos sobre Conflitos Sociais (Anexo IX - XI).

Os indígenas e moradores do entorno da cidade de Curaçá estabelecem relações bastante conflituosas, com acusações mútuas frequentes. Estas relações, na perspectiva de conflitos Sociais, estão abordadas no Item 10 – Conflito Sociais, deste Diagnóstico.

A opção deste grupo Atikum por Curaçá se justifica pela proximidade com o rio São Francisco, na percepção que o grupo faz do município como "o lugar do diferente", sem "histórias de violência, conflitos familiares e disputas de terra etc." e no fato deste local se constituir em possibilidade de fixação em uma área com diversos projetos de assentamento de reforma agrária, onde se observa, em muitos deles, a presença de membros da família Rumano. Curaçá surge então como um lócus privilegiado de chegada, capaz de facilitar a reaglutinação dos diversos membros da família Rumana.

A instabilidade na garantia de terras próprias e a falta de uma assistência social efetiva resultaram na permanência de famílias Rumano nos assentamentos de reforma agrária da região.

“Quando fundei esse movimento (MST) a gente ainda não tinha fundado essa aldeia. Aí eles (famílias Rumana) ainda não vieram de lá porque eles têm... têm despesa lá. Não pode abandonar a casa lá, sem não saber como é que vai ficar. Eles têm outra casinha aqui também. (...) Aqui (na fazenda Altamira) é um direito para sempre. O direito aqui é indígena, é para sempre. (...) É para filhos e netos e ninguém toma mais os direito.” (Pajé dos Atikum Bahia)

O Sr. José Diniz reconhece a necessidade de um levantamento, capaz de revelar com maior precisão a quantidade de famílias que, pelas dificuldades impostas, não vivem na fazenda, reivindicando ainda o direito das famílias com terras na fazenda e fora dela serem indenizadas por ambas as perdas, no caso de deslocamento por construção da UHE de Riacho Seco, evitando assim prejuízos maiores. Cabe dizer que o pajé Zé Índio mencionou a existência de obrigações da Chesf não cumpridas junto ao grupo, tendo gerado reivindicações entre os Atikum de Curaçá, fazendo deste mais um motivo para que se posicionem contrários à construção de barragens em terras ocupadas pelo grupo.

A Fazenda Altamira, localizada na margem do rio São Francisco, fica distante cerca de oito quilômetros a jusante da sede do município de Curaçá e reúne parte da família Rumano. Como dito anteriormente, ainda há alguns da família espalhados nos assentamentos da região, como o Safra, Vitória e Boqueirão, na sede de Curaçá e na ilha do Bom Sucesso, que pertence ao município de Santa Maria da Boa Vista (PE) localizada na frente da Fazenda Altamira.

O avanço na regularização das terras para este grupo Atikum representa a busca da garantia de 1.300 hectares de terras (300 ha da Fazenda Altamira e 1.000 hectares de terras vizinhas) e a possibilidade de novos investimentos. Recentemente foi fundada a Associação Indígena dos Pequenos Produtores Rurais Atikum-BA para responder por seus projetos produtivos que somam a 1,5 hectares de mamão; 1,5 hectares de banana, e outros para produção de coco, manga, pimenta, tomate, cebola e melancia. Além disso, os Atikum de Curaçá receberam recursos para a construção de uma casa de farinha, banheiros, uma sala e uma sede para a associação.

b) Grupo Atikum da Ilha de Bonsucesso

Os Atikum de Curaçá se dividiram há em torno de três anos. A identificação já diferencia os dois grupos, aqui convencionado como os “Atikum de Curaçá” para manter consonância com a referência dada pela Funai e Procuradoria Pública da Bahia, ao mesmo tempo se referindo às famílias desta etnia que habitam a Fazenda Altamira e a Ilha do Bom Sucesso. No entanto, enquanto o grupo da Fazenda Altamira se organiza politicamente em torno das lideranças da cacique Djanira e do pajé Zé Índio, o grupo que ocupa a ilha identifica como liderança em processo de construção o Sr. Manuel Alvino dos Santos e o Sr. João Honório, mantendo estreito vínculo político com a cacique Truká Lourdes, da ilha da Tapera. O grupo mais novo, da Ilha Bom Sucesso, está registrado como Atikum do Bom Sossego e articula o seu pedido para um estudo mais detalhado das suas, aproximadamente, 24 famílias que moram na ilha em frente da área dos outros Atikum. No final de 2008 receberam visitas da Superintendência da Funai em Pernambuco, e continuam mantendo diálogo para provocar um estudo específico em relação à possibilidade do seu reconhecimento formal. Os dois grupos então, articulam as

suas reivindicações identitárias por Superintendências diferentes da Funai (Bahia – Paulo Affonso e Pernambuco – Recife).

O fato de serem recentes na região, com uma história marcada por muitos deslocamentos e envolvimento com movimentos sociais de luta pela terra, é usado pela população local para questionar a indianidade do grupo que, no entanto, é afirmada no discurso político dos Atikum de Curaçá na fazenda Altamira:

“(...) Aí, ele disse (um senhor de descendência indígena que não articula uma identidade étnica): O senhor é índio? - Eu sou, eu sou e me orgulho. Ele disse: - Mas, eu sou mais índio do que o senhor. Eu digo: - Por que você é mais índio, por causa do cabelo? Lhe desaprovo. O senhor pode ser mais índio do que eu, mas não é conhecido como eu sou. Eu sou índio e sou reconhecido. E o senhor pode ser mais índio assim... descendente, do que eu. Mas, não é reconhecido. E eu digo e provo que sou e que tenho raízes e tenho história pra contar da minha aldeia. (...) Eu tenho histórias pra contar da minha aldeia de origem e por isso que eu me orgulho da minha terra indígena e brigo por ela e sou índio e me orgulho do que sou.” (Pajé Zé Índio)

A antropóloga Mércia Batista conclui em seu relatório que, embora não seja possível atestar uma ocupação tradicional indígena na Fazenda Altamira, o que afasta a possibilidade de uma eventual caracterização como terra tradicional indígena, a sua aquisição pela Funai dará condição da família Rumano se reunir novamente e "levantar" uma nova aldeia, podendo nela exercitar a prática das tradições Atikum.

O grupo dos Atikum Bom Sossego ainda aguardam um estudo que a Funai pretende encomendar sobre o grupo.

A possibilidade de novo deslocamento é visto como um retrocesso ao grupo que após a contração de dívidas sociais por construção de barragens anteriores e décadas de lutas por terras para “levantar” sua aldeia enfim conseguiram as terras desejadas e recursos para iniciarem seu desenvolvimento.

Este grupo foi estudado por componentes não antropológicos da equipe quanto à ocorrência de conflitos e o resultado deste estudo está apresentado no item 10 – Conflitos Sociais, deste Diagnóstico.

9.4 Comunidades quilombolas na AID

Como se frisou anteriormente há ideologias e aparelhos de Estado distintos para as populações quilombolas e indígenas. No caso dos quilombolas, a Constituição Federal de 1988, em especial o Artigo 68 estabelece que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (art.68/ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988). Devido esta legislação ser muito recente, os processos de etnogênese quilombola se encontram mais incipientes do que os processos das comunidades negras no meio rural, sendo reforçados pelo Decreto nº 4.887/2003, sobretudo, embasados no auto- reconhecimento de sua identidade como remanescente de quilombo, requerendo a garantia a posse e uso do seu território.

Internacionalmente estes pleitos subscrevem à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais.

O conceito operacional de “quilombo” observa “características particulares, tais como:

- o processo de trabalho e de produção assume um caráter autônomo;
- a capacidade política do grupo, capaz de mobilizá-lo no sentido de evocar o seu reconhecimento étnico;
- a utilização dos recursos ambientais que, longe de afirmar uma perspectiva conservacionista, se caracteriza pelo manejo do seu meio e o controle desses recursos (no Nordeste essa relação passa significativamente pelas formas de controle dos recursos hídricos);
- as categorias utilizadas na auto-definição dos grupos que demarcam as fronteiras entre os que pertencem ou não ao seu grupo social;
- o grau de conflito assumido nas diversas situações, que explicita as disputas territoriais e de afirmação de uma identidade étnica diferenciada; e
- a forma de uso comum do território (ou a combinação entre uso individual e comum), que demarca a noção de “apropriação coletiva.”

Estes grupos enfrentam estratégias de deslegitimação por seus oponentes, tentando negar-lhes a possibilidade de acionar uma “plasticidade identitária”. A adesão à identidade pode até dividir membros de uma mesma família num contexto local, que favorece mais que uma possibilidade de evocar fragmentos distintos de uma realidade histórica e a formação de inter-relações complexas provenientes de histórias e parentescos proximamente intrincados.

Esses grupos precisam ser compreendidos a partir da reconstrução dos seus laços do passado, (re)criação da memória e traços culturais, e ressignificação de seus valores sociais, que caracteriza a etnogênese, com uma importância chave ao direito de posse e uso da terra, assim como para a autonomia de sua coletividade.

A história de comunidades quilombolas no Brasil, no Nordeste, em Pernambuco e na AID foi tratada no relatório sobre a AII. Neste item são apresentados os indícios dos processos de etnogênese quilombola em andamento na AID.

A localização das comunidades quilombolas na AID pode ser verificada no Mapa Populações Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

9.4.1 Etnogênese na AID

A região vivencia um momento de plena etnogênese da identidade quilombola avivado, por um lado, pela atual conjuntura governamental e legal, que reconhece os direitos das

populações quilombolas e, por outro, pela ameaça de sofrerem novas perdas territoriais e esbulho de seus direitos com a implementação de grandes obras implantadas pelo Governo, como a da UHE Riacho Seco.

Conforme anteriormente destacado, a região tem uma história marcada por forte presença indígena e negra e hoje congrega diversas comunidades tradicionais que se reconhecem e/ou são reconhecidas pela população adjacente como tendo organizações sociais, produtivas, religiosas e/ou culturais que lhes possibilitam a afirmação de uma identidade quilombola e poderão ou não, vir a oficializar uma identidade étnica.

É importante reforçar que a região do sertão do São Francisco é historicamente marcada pela presença de grupos étnicos, dos quais muitos permanecem na área, mesmo que sem articular uma identidade étnica, realidade que é fruto dos processos igualmente históricos de extermínio, domínio, discriminação e exclusão dessas populações.

Esta situação revela o potencial da região para o desencadeamento de processos de etnogêneses, podendo elevar consideravelmente o número de comunidades que se afirmam etnicamente e que têm seus direitos reconhecidos legalmente.

Essas comunidades tendem a manter uma estreita ligação com o rio São Francisco e suas ilhas, mesmo aquelas comunidades com terras fora de sua margem, sendo estes os espaços onde são garantidos os recursos para sua sobrevivência e afirmadas sua etnicidade.

Uma evidência do afluxo do processo de etnogênese na região é a confirmação da identificação oficial por meio da certificação, emitida pelo órgão federal responsável, Fundação Cultural Palmares, às comunidades quilombolas da AID. As comunidades de Serrote, Inhanhum e Cupira, em Santa Maria da Boa Vista (PE), e a comunidade de Jatobá, em Curaçá (BA), já estão de posse de seus certificados, conforme pode ser visualizado na Quadro 9.2. Os caminhos deste reconhecimento se montam por estratégias diferentes de individualização das comunidades: Cupira e Inhanhum (bem como Serrote, fora da AID, mas articulada estreitamente com comunidades vizinhas), optando por reconhecimento individual e trabalho político colaborativo, enquanto o Quilombo Jatobá, da Bahia, junta, num processo único, cinco comunidades vizinhas, todas tendo a sua individualidade respeitada.

Quadro 9.2
Comunidades quilombolas certificadas
pela Fundação Cultural Palmares na AID

Estado	Município	Localidade quilombola	Data da publicação no DOU (*)
Pernambuco	Santa Maria da Boa Vista	Inhanhum	10/04/2008
		Cupira	04/08/2008
		Serrote (**)	04/08/2008
Bahia	Curaçá	Nova Jatobá	05/03/2008

Fonte: Fundação Cultural Palmares, Janeiro de 2009. (A comunidade contígua de Serrote foi certificada em 10/04/2008)

Nota: (*) DOU – Diário Oficial da União.

(**) Situado fora da AID, mas política e culturalmente aliado às comunidades vizinhas aqui citadas.

a) Margem pernambucana

Os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, no entorno da estrada de Vermelhos e mais a montante, no lado pernambucano, têm como característica marcante a ocupação do território por assentamentos da reforma agrária e por grandes latifúndios para produção de fruteiras, especialmente manga, melancia e uva. Esta realidade impõe uma situação difícil para os grupos étnicos que sofrem perdas no território, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra e água, vulnerabilizando sua sobrevivência física e cultural. Alguns detalhes sobre esta relação são apresentados no relatório sobre a AII e redonda num esclarecimento para a AID. Toda a história de fragmentação merece um estudo específico e envolve as comunidades de Nova Olinda, Linda Aurora, Curral Novo Tamaquiús, todas em Santa Maria da Boa Vista.

Sabe-se que Curral Novo e Tamaquiús estão discutindo a questão da oficialização da identidade étnica e podem, nos próximos meses, vir a compor o grupo de comunidades quilombolas certificadas no município.

Em Santa Maria da Boa Vista, o número de comunidades que podem reivindicar a titulação como quilombola é significativo: na margem da estrada da Uva, tem-se Nova Olinda, Linda Aurora, Curral Novo e Tamaquiús, cujas terras cultivadas se estendem até a margem do rio e se misturam com os assentamentos na região. Deste conjunto de comunidades Tamaquiús apresenta-se como a mais fragmentada.

As outras comunidades que podem vir a solicitar a certificação de uma identidade quilombola, localizadas na margem pernambucana do rio, na mesma estrada de acesso a Inhanhum, são Marrecas, Assentamento Caraíbas 2, cujos assentados são de origem das diversas comunidades vizinhas, Vila dos Ambrósios e Coripós, onde se evidenciam diversas ocorrências pronunciadas de endogamia intercomunitária, ocorrendo relações matrimoniais entre elas e, inclusive entre estas e as comunidades quilombolas já certificadas no município.

A população da quase bicentenária Coripós (Figura 9.3 A, B e C) atribui a origem do nome da comunidade a uma antiga aldeia indígena localizada nas proximidades. Reminiscências históricas como o muro de pedra feito pelos índios aldeados na então Missão dos Coripós e as árvores centenárias cultivadas por antigos moradores, como a tamarineira plantada por Dona Ana Santana à margem do rio São Francisco, atestam o tempo de fundação da comunidade. Como mencionado no texto referente às comunidades de terreiro, Coripós tem uma singular importância na manutenção da religiosidade de matriz afro, estando três terreiros localizados em suas terras.



Figura 9.3 A, B e C
Comunidade Coripós Santa Maria da Boa Vista (PE)

b) Margem baiana

Em Curaçá a religiosidade se apresenta na AID como um elemento formador de relações intercomunitárias, sendo a festa de São Gonçalo, em Ferrete e em outras comunidades, um desses momentos de celebração e confraternização intercomunitária. Ferrete, embora ainda não esteja certificada como quilombola, é uma das comunidades mais referenciadas no município, e uma das áreas que mais tradição pesqueira tem na região. Outras duas comunidades referenciadas neste município foram Curralinho e Cerca de Pedra, esta localizada na margem baiana do rio São Francisco, na altura das comunidades de Inhanhum e Cupira, com as quais mantém relação de parentesco.

Em Juazeiro, ao longo do rio, dentro da AID, não se registra nenhuma comunidade com processo aberto na Fundação de Cultura Palmares ou em processo desencadeado de etnogênese da identidade quilombola.

A seguir, faz-se a caracterização das comunidades quilombolas da AID, com destaque para as questões mais propriamente étnicas, considerando que outras questões que comungam com o modo de vida ribeirinho, algumas nascidas de experiências históricas de beiradeiros, serão detalhadas no item 10.3 – Modos de vida dos beiradeiros e dos ribeirinhos do São Francisco – deste Diagnóstico.

9.4.2 As comunidades quilombolas na margem pernambucana

É imprescindível registrar o posicionamento das comunidades certificadas em Santa Maria da Boa Vista, diante do estudo antropológico. As comunidades de Inhanhum e Cupira, organizadas em uma Comissão Municipal de Comunidades Quilombolas, tiveram sua instância representativa procurada para comunicação acerca da complementação do estudo, tendo elas decidido não fornecer dados, por motivo justificado como sendo em oposição à construção da UHE Riacho Seco. Considerando que as comunidades quilombolas são coletividades amparadas por mecanismos jurídicos no plano federal, que as compreende como autônomas, não tuteladas e, portanto, capazes de opinar e decidir sobre seus posicionamentos diante de questões que incidem sobre seus modos de vida e território, o estudo restringiu-se à caracterização dessas comunidades quilombolas no

atual contexto de suas inserções no campo das políticas públicas, honrando a sua vontade e direito de realizar sua própria caracterização.

Por ocasião da realização do cadastro censitário das propriedades, a comunidade foi contatada e, mesmo inicialmente não admitindo que o levantamento fosse realizado por pessoas de fora, posteriormente concordaram em participar, considerando que o cadastro seria uma forma positiva de representar o quilombo com fidedignidade no estudo.

As comunidades quilombolas já certificadas nesses municípios, Serrote (situado fora da AID), Inhanhum e Cupira (de Baixo e de Cima) têm, como via de acesso, uma estrada de terra que as interliga com a cidade de Santa Maria da Boa Vista. As três comunidades estão localizadas na altura da onde se pretende construir a UHE Riacho Seco, sendo a comunidade de Cupira a que será mais diretamente atingida com a da implantação do projeto.

Essas são as comunidades mais avançadas em termos de acesso a serviços e políticas públicas dirigidas a quilombolas, como o Projeto Produzir, o Bolsa Família Quilombola, recursos para melhoramento e construção de escola e postos de saúde e, inclusive, regularização do território. As três comunidades abriram o processo de regularização de seus territórios no Incra, órgão responsável pela demarcação e titulação das terras, preservando internamente a discussão sobre a divisão. É importante esclarecer que durante o processo de cadastramento censitário das propriedades foi identificada a ocorrência de forte conflito de identidade e aceitação do território quilombola, por parte de proprietários situados dentro da área dos quilombos.

Inhanhum, (Figura 9.4) e Cupira (Figura 9.5) e a vizinha Serrote (fora da AID) mantêm relações sócio-políticas de aliança e parentesco, formando uma estreita rede de sociabilidade intercomunitária, fato que deve ser considerado no caso do deslocamento destes grupos. Seus territórios limítrofes se apresentam como uma área contínua, sendo provável que esta formação coletiva seja mantida durante a delimitação das áreas a serem tituladas. Desta forma, mesmo que tenham certificações individuais e aberturas individuais de processos no Incra, elas poderão solicitar um território contínuo respeitando seus históricos laços de parentesco, ocupação do território e organização sociopolítica. Depois da titulação das terras, a compreensão é de que os seus territórios são seus e se tornarão propriedade privada de suas associações, que têm autonomia para geri-los. No caso específico, as associações estão articuladas em uma Comissão Municipal.



Figura 9.4
Comunidade de Inhanhum, em
Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 9.5
Comunidade Cupira em Santa
Maria da Boa Vista (PE)

Na comunidade de Inhanhum é possível se ver reminiscências históricas do tempo do aldeamento indígena e da escravidão, fato que deu destaque a esta comunidade, colocando-a no alvo de universidades e centros de pesquisa. Algumas dessas reminiscências estão nas comunidades e outras nas Ilhas da Missão, de Inhanhum e Pequena, que fazem parte do território imemorial dessa comunidade, mas que no entanto, estão hoje sob posse de terceiros.

9.4.3 As comunidades quilombolas na margem baiana

Conforme anteriormente citado, no lado baiano, no município de Curaçá, se confirmou a certificação da identidade em nome dos quilombolas do Jatobá, compreendendo um conjunto de cinco comunidades em torno da Fazenda Carrarra, incluindo: Jatobá, Rompedor, Favela, Sombra-Quixaba e Caraíbas, ligadas sócio-politicamente, por religiosidade e parentesco. Estas comunidades já desencadearam um ciclo de celebração da identidade negra que, em aliança entre técnicos e residentes, projetou o auto-reconhecimento étnica negra para o nível regional, chamando, anualmente, pessoas de Curaçá, de Santa Maria da Boa Vista e outras localidades para atividades que reforçam a identidade negra, bem como elaborando projetos em torno desta mesma identidade.

Segundo informações de alguns moradores de Curaçá, Jatobá tem o terreiro mais antigo do município.

Assim como acontece nas comunidades étnicas do sertão são franciscano do lado pernambucano, essas comunidades compartilham referências indígenas e negras, observadas em suas práticas cotidianas e festivas.

Outra especificidade comum a estas comunidades é a festa de Zumbi, uma comemoração ao dia da consciência negra, que reúne apresentações culturais das três comunidades e participação de grupos de fora, em um movimento de valorização da cultura negra. A

feita ganhou destaque no município em anos recentes e hoje consta no calendário de festas da cidade.

Jatobá (Figura 9.6) Rompedor (Figura 9.7), Favela, Sombra Quixaba e Caraíbas mantêm relações de parentesco e aliança entre si, que deve ser respeitada qualquer que seja a ação em torno da sua localização após a construção da barragem.



Figura 9.6
Comunidade Jatobá



Figura 9.7
Comunidade Rompedor

Localizadas muito próximas umas das outras, na estrada que margeia o rio descendo da BA-210 em direção ao porto da balsa, encontram-se separadas apenas por uma propriedade particular, de instalação recente, cuja terra pertence a uma dessas comunidades quilombolas.

9.5 Populações ribeirinhas

Na caracterização histórica e socioeconômica da região do Submédio São Francisco, apresentada no Capítulo VI deste Diagnóstico Ambiental há amplas estatísticas e descrição de processos que afetam a vida dos que habitam a Área de Influência Direta (AID) da UHE do Riacho Seco. Os números resultantes aos questionários aplicados pela equipe do cadastro e do estudo socioeconômico abrangem estatisticamente, e identificam individualmente, esta população e quais os elementos dos seus patrimônios mais diretamente atingidos pelo reservatório resultante da construção da UHE Riacho Seco. Reconhecendo as grandes linhas diferenciadoras descritas no item 10.3, aqui se ressalta a identificação de conjuntos de organização social e cultural que informam as tradições desta população. Há significados importantes atribuídos a práticas e relações elaboradas durante longos períodos de convivência com o rio São Francisco e seus contornos, dependendo de seus recursos naturais para sua manutenção, por meio de atividades de baixo impacto ambiental, caracterizando-se como populações ribeirinhas tradicionais. Algumas diferenciações locais não retiram o seu *status* de tradicionais, mas merecem destaque.

Os ribeirinhos organizam a sua vida em torno da água que corre pelo rio. Não são grupos estanques ou imutáveis. Muito pelo contrário, eles têm uma resiliência que permite que se encontre maneiras de conviver com mudanças no seu acesso a recursos, especialmente quando a origem destas mudanças dista do seu controle imediato, geográfico e social. Desenvolvem uma polivalência que, ao conjugar uma diversidade de elementos, formam uma base que permite as suas adaptações, lançando mão a novas combinações de recursos. Historicamente, tanto isto tem resultado em ganhos quanto em perdas, permitindo que a população desenvolva uma sensibilidade particular para o que pode afetar as suas vidas e como pode afetá-las.

Uma prática nova, não representa, em si, um afastamento de tradições. É necessário entender o impacto que a mudança do acesso aos recursos tem sobre a maneira de articular a sua diversidade de práticas e assim, perceber melhor quais as reais quebras significativas de tradições estão associadas a estas novas práticas, antes de afirmar a hegemonia sobre o direcionamento da organização produtiva e a sua interferência na organização social e cultural.

Em décadas recentes (e não tão recentes) a construção de barragens ao longo do rio vem afetando a vida dessa população, inclusive excluindo-a do acesso ao rio ou modificando totalmente o tipo da sua dependência frente aos que controlam o acesso à água. Isto ocorre com intensidade variada em locais diferentes ao longo do rio, permitindo a visualização de conjuntos diferenciados de organização melhor descritos mais adiante.

Os estudos realizados na elaboração deste EIA revelam uma vida ribeirinha em plena transformação no Submédio São Francisco nas últimas seis décadas, desde o início das grandes construções. Algumas das principais transformações que ocorrem incluem:

- a modificação na regularidade do fluxo das águas, passando a depender de controle humano, mais de que de flutuações pluviométricas;
- a substituição do uso das terras da vazante por terras mais distantes da beira do rio, por medida de prevenção às cheias provocadas pelo controle das barragens que, sem aviso prévio, destroem as plantações, causando grandes prejuízos;
- em decorrência desses fatos, há necessidade e conseqüente ampliação da instalação de bombas propulsoras por tecnologias diversas ao longo do rio para distribuir as águas para os solos ribeirinhos que não estavam mais recebendo os depósitos aluviais decorrente da variação sazonal do nível do rio;
- uma hierarquização variada da população de acordo com o seu acesso, ou falta de acesso, a estes meios de controle da água e da propriedade na beira do rio (empresários, fazendeiros, arrendatários, meeiros, posseiros, pequenos proprietários, comodatários, colonos, diaristas, assentados e acampados);
- uma diminuição na biodiversidade aquática, reduzindo quantidades, tamanhos e variedades de espécies de peixe e fauna aquática disponíveis para a população que pesca, reduzindo significativamente os recursos desta atividade;

- uma elevação nos níveis de poluição e contaminação das águas, especialmente proveniente do plantio irrigado que emprega altas quantidades de defensivos agrícolas com efeitos tóxicos;
- uma transformação nas cadeias produtivas e comerciais favorecendo produtores de grande escala e mercados distantes, deixando apenas algumas cadeias intersticiais para aproveitamento de produtores de menor escala;
- uma generalização do endividamento da população que vive em torno do rio, poucos conseguindo fugir destas condições;
- uma intensificação da troca de informações e ampliado o envolvimento com mediadores que visam à inserção da população na elaboração de políticas públicas destinadas aos ribeirinhos.

Como se conclui destes pontos, a população ribeirinha não é uma população isolada. Muito ao contrário, ela vê a sua condição mudar junto com a história do rio. Ela situa modificações notórias de acordo com acontecimentos concretos, bem como anos do calendário (a cheia de 49, a construção de Sobradinho, a cheia de 79, o derramamento do vinhoto, a introdução do Tucunaré etc.).

São poucos que se restringem a uma única atividade para sustento, mas a preferência clara é quase sempre para aquelas que o rio tem a oferecer.

A sua organização social remete à intensidade de laços de parentesco e de vizinhança, valorizando uma história em comum e o sentimento de poder identificar a sua parte da população como sendo de “uma família só”, fazendo referência a ligações consanguíneas e finais ampliadas.

Esta relação faz um contraponto ao seu sentimento mais distanciado para com aqueles que apenas oferecem um emprego ou local de trabalhar, sem estender-se para a inclusão nas atividades cotidianas, organizativas e festivas que marcam as suas vidas.

A imbricação do poder local com este mundo socio-afetivo deixa espaço para cultivar relações de domínio patriarcal revestidas de paternalismo. Assim, o tecido das relações estabelecidas com a população ribeirinha é muito variado, e precisa ser realçado através da localização concreta de algumas comunidades que se encontram no caminho da UHE Riacho Seco.

A concepção da importância destas comunidades foi anteriormente evidenciada nos Mapas cognitivos apresentados nas Figura 9.1 e Figura 9.2, que abrangem tanto parte da AII quanto a AID inteira e aos quais reporta-se por revelarem a importância de conhecimentos e cognições locais.

9.5.1 Sobre a pesca

Na AID estão organizadas três colônias de pescadores, que reúnem cerca de 1.500 pescadores associados, de seus municípios e municípios vizinhos, quais sejam:

- Colônia Z-19, localizada em Santa Maria da Boa Vista (Figura 9.8);
- Colônia Z-60, em Juazeiro (Figura 9.9); e
- Colônia Z-79, em Curaçá (Figura 9.10).

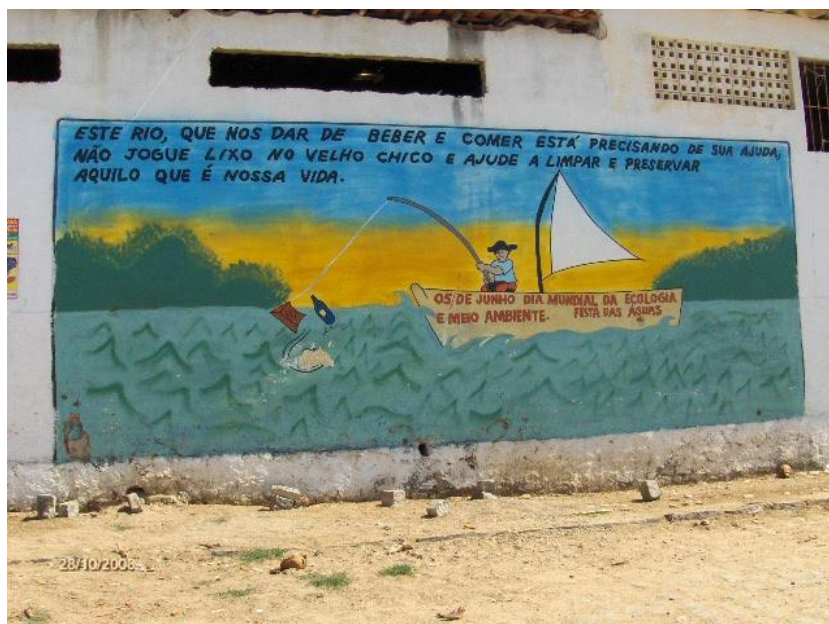


Figura 9.8
Colônia de Pescadores Z- 19, em Santa Maria da Boa Vista/PE



Figura 9.9
Colônia de Pescadores Z – 60, Juazeiro



Figura 9.10
Colônia de Pescadores Z – 79, em Curaçá/BA

A localização dessas colônias na AID pode ser verificada no Mapa Populações Tradicionais (Desenho 8810/00-60-DE-5003).

O Sr. Domingos presidente da colônia de pescadores Z-60, de Juazeiro, estima que haja de 800 a 1.000 pescadores filiados nesta colônia, distribuídos nos municípios circunvizinhos, estimando 150 em Curaçá, 50 no trecho entre Juazeiro e Lagoa Grande, e outros 15% a mais que não estão filiados. Do montante total na região, cerca de 300 vivem, predominantemente, da pesca do Cari ou Acari. Os pescadores que vivem nas áreas mais distantes ao local da pesca do Cari (localizada dentro e fora da AID) passam a semana nas ilhas e retornam às suas casas nos finais de semana.

É importante esclarecer que a maioria destes pescadores estão situados fora da AID.

A colônia de pescadores Z-19 de Santa Maria da Boa Vista, tem 565 filiados de Lagoa Grande, Curaçá, Orocó (município situado fora da AID) e do próprio município, e estima haver, aproximadamente, 30 não filiados.

Na época de piracema, não se observa pesca comercial no rio. A pesca (Figura 9.11 e Figura 9.12) observada na área e relatada pelos entrevistados é restrita à pequena escala, sendo mais associada à agricultura e para complementação alimentar. Na medida em que se aproxima de Juazeiro no trecho fora de AID, amplia-se mais a proporção de pescadores que se dedicam, única ou principalmente, à pesca, tornando-a mais comercial. Há comunidades mais voltadas à pesca (a exemplo de Ferrete, em Curaçá, que é conhecida pela sua história de pesca do Cari; É uma atividade prazerosa e que também exige dedicação, absolutamente integrada à vida cotidiana e chave para a própria garantia de segurança alimentar, remetendo a identidades étnicas e simbólicas sobre a sua história, enquanto comunidades.



Figura 9.11
Jovens pescando no
porto de Santa Maria



Figura 9.12
Pescadores no rio São Francisco

Ao falar sobre a pesca, a população mais tradicional se remete a imagens de integrantes das suas comunidades que sabem pescar usando as técnicas indígenas, flechando peixe, bem como usando tarrafas. Os moradores se divertem ao contar da sua capacidade de

manuseio da técnica de flechar, dizendo que, talvez, não tenham perdido tudo que seja dos seus costumes indígenas.

A pesca está particularmente prejudicada com o controle das águas das barragens que já existem no rio e, no período deste estudo, que coincidiu com a proibição da pesca devido à piracema, alguns dos pescadores associados às colônias estavam contando com o benefício previdenciário decorrente desta proibição.

Após a construção da barragem de Sobradinho, peixes como o Dourado, o Surubim, o Pirá, a Matricham e a Corvina, deixaram de ser pescados na região, destacando-se que, antes da construção das barragens, o pescado integrava uma rede muito mais intensa de solidariedade e de troca. Isto gerou uma sensibilidade dos pescadores locais pela necessidade de construtores de barragens criarem mecanismos para que os peixes se locomovam pelo rio, de forma a amenizar os impactos negativos, bem como permitir o repovoamento de espécies de pescado que originalmente habitavam a região, e uma preocupação com a pH da água.

O derramamento de vinhoto, proveniente do plantio de cana-de-açúcar, na década de 80, e o desequilíbrio ecológico causado com a introdução do peixe Tucunaré na região, através de um projeto do antigo DNOCS, foram dois acontecimentos que também prejudicaram consideravelmente a pesca.

Outros projetos, ainda incipientes, que estão entrando em consideração pelos pescadores com um olho na comercialização é o modo de produzir em tanques, como se exemplifica em Serrote, a jusante.

As intervenções de grandes impactos negativos sobre o rio reduziram as áreas de pesca, aumentando os conflitos sociais entre grupos de pescadores. Para mediar esta situação, a colônia Z-60 instituiu um sistema de alternância de pescadores, por meio de rodízio.

9.5.2 Sobre a agricultura dos ribeirinhos

O maior destaque ao tipo de agricultura praticada na região, especialmente pelos pequenos produtores, é a combinação de vários tipos de aproveitamento dos diferentes micronichos ecológicos e políticos, combinando:

- agricultura nas terras mais férteis na beira do rio;
- pastagens e criatório, especialmente caprino e ovino, em áreas onde não tenham sofrido fechamento do acesso às terras por fazendeiros, empresários e outros grandes proprietários;
- pesca para consumo;
- assalariamento e tarefas de diaristas, em épocas necessárias, por familiares solicitados a trabalhar para os outros em certas épocas do ano;
- a busca de transferências governamentais às quais se tem direito; e
- arrendamento e meiação.

Dos relatos apresentados, destaca-se que o rio é o sustento da pequena agricultura, pois é perto dele, com diversos sistemas de aproveitamento de acesso à água, que se cria um contraste fértil com as áreas de baixo potencial agrícola nas caatingas. Destinos históricos de migrações para aproveitar este potencial, muitas comunidades já contam com séculos de memórias de ancestrais aproveitando as águas de formas diversas. Inicialmente, era em função da natureza e da sazonalidade, que levava a um aproveitamento de vazantes e, posteriormente, com um maior aproveitamento de tecnologia, significando uma dependência, que as comunidades definem como “menos confiável”, dependendo do controle humano, com barragens e bombas.

O uso das terras de vazante tornou-se mais desaconselhável depois que o controle sobre o fluxo da água do rio passou a ser pelo homem. A população acumula histórias de perdas significativas de sua produção em razão da abertura, inesperada e não avisada, das comportas da barragem de Sobradinho.

Em tempos anteriores à construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, a agricultura era mais diversificada e mais significativa para a segurança alimentar das famílias, uma vez que as espécies plantadas na vazante, como por exemplo, batata, mandioca e abóbora, faziam parte da base das suas dietas. A perda das bases de auto-sustentação dos ribeirinhos, com a diminuição das roças de subsistência, tornou-se um elemento potencialmente causador do empobrecimento da população que, diferentemente de épocas passadas, agora precisa pagar por alimentos que antes eram cultivados.

Já em tempos de barragens são muitas as comunidades que queixam do alto custo de energia, e da política de cobranças desiguais por concessionários, favorecendo clientes de alto consumo (muito frequente), com base em observações em projetos específicos.

O investimento agrícola na AID sofreu retração em 2004, após o início dos levantamentos e estudos para a UHE de Riacho Seco. Na ocasião, foram fincados piquetes demarcando a área supostamente inundada e tempos depois, novos piquetes foram fincados, sem a retirada dos anteriores. Os piquetes, que atravessam valiosos trechos de propriedades e comunidades rurais, geraram medo em uns e expectativas em outros.

Mesmo que a região seja caracterizada como de atração para migrações locais, não há uma fartura de recursos que possa garantir a permanência de todos no local. Muitos dos que aí residem, sobretudo os homens, já tiveram amplas experiências de migração para o Sul do País, para perímetros irrigados próximos (mais recentemente) ou para cidades, e estas experiências têm servido, sobretudo, para realçar o sentimento de sossego, amparo, tranquilidade e segurança que a beira do Rio oferece e que promove o desejo de retorno. Relata-se que o primeiro sossego é a chegada da caatinga e das suas “lagoas” secas e o segundo é a volta para casa, após itinerários migratórios em busca de complementos para melhorar de vida, melhora que os mais velhos, que participaram do movimento migratório intenso para o Centro-Sul em torno dos anos setenta e oitenta, encontram na volta um local “sem comparação” de qualidade de vida com os locais onde “se ganhava mais, mas se vivia pior”.

Observa-se que há uma extraordinária diversidade de situações vividas ao longo do rio e também, na caatinga próxima às áreas. Indo a montante de Riacho Seco, até o limite de

Juazeiro, pequenos produtores são localizados ao longo do lado baiano, em Curaçá, convivendo com alguns fazendeiros de pequeno porte. Há, também, grandes proprietários fruticultores que empregam assalariados e diaristas.

Em Curaçá, as empresas agrícolas são, em sua maioria, de menor porte que as encontradas a montante de Santa Maria da Boa Vista. Há produtores independentes, meeiros e comodatários, havendo, mesmo assim, arranjos que escapam à captação deste instrumento.

A produção agrícola dos habitantes das ilhas está mais voltada para Santa Maria da Boa Vista (especialmente na região a jusante da sede do município) do que para a Bahia.

Segundo relato da professora da escola que funciona na Ilha da Missão, ali residem em torno de 260 pessoas que têm como referência histórica o conjunto de ruínas de uma igreja, local este que indica a presença indígena, relegada aos tempos passados. A montante da sede, as ilhas são menos residenciais, mesmo que estejam sendo aproveitadas para cultivo e pastoreio.

Já no lado pernambucano, no trecho entre o remanso do futuro reservatório e a sede de Santa Maria da Boa Vista há dezenas de quilômetros de alternância entre pequenos produtores, pequenas fazendas, fazendas falidas, assentamentos e empresas de fruticultura. A procura de terra para trabalhar marca a presença de Movimentos de Sem Terra e Assentamentos do Incra com histórias de sucessos e insucessos, que têm a sua própria demanda sobre o uso do rio.

Grandes dívidas acumuladas pelos assentamentos para o fornecimento de energia para bombear água, resultando no corte do fornecimento e inviabilizando produção (o Assentamento da Fazenda Catalunya é um exemplo), demonstram nesta região as contradições das políticas governamentais.

A vivência desta beira do rio é muito complexa e precisa ser entendida local por local, mas cuja compreensão não pode ser divorciada da compreensão de movimentos sociais no campo. O assalariamento e a perda da terra e do acesso à água e o número grande de assentamentos tornam esta área uma área chave para entender o processo de reforma agrária, tanto no país, quanto como um processo que influencia o cotidiano local. Assim, as ações pretendidas sempre receberão uma conotação política que promoverá acordos políticos negociados explicitamente. Os sindicatos de trabalhadores rurais, que se entendem sobretudo como associados à agricultura familiar (e não tanto à fruticultura, cujos trabalhadores respondem a um sindicato próprio), operam ativamente em diversas frentes na região.

A jusante da sede de Santa Maria da Boa Vista, a produção é mais caracterizada por pequenos proprietários estabelecidos há muitos anos no local e que contam com tradições familiares e comunitárias que têm sido menos esfaceladas pelos processos de capitalização no campo. Nestas áreas, como foi ressaltado anteriormente nos itens sobre indígenas (9.3) e quilombos (9.4), há uma preservação da memória histórica que permite o ressurgimento de identidades étnicas em contextos favoráveis à sua visibilização. Dão destaque a ruínas de igrejas que lembram tempos de missões indígenas.

Toda esta população precisa ser entendida como ribeirinha, pois a sua fonte de sobrevivência é a água que vem do rio, não raramente complementada pela pesca artesanal, o criatório e as outras atividades citadas.

9.5.3 Sobre outras atividades produtivas/econômicas das populações ribeirinhas

Os barqueiros, balseiros, lavadeiras, oleiros e todos que também dependem do rio falam sobre suas origens em relação a esta pequena agricultura irrigada, privilegiada numa região de seca e fome, pois quem é da beira do rio sabe que a sua situação é melhor do que a de quem vem das caatingas, justamente em função do acesso à água.

As hierarquias internas da sociedade na beira do rio podem resultar, nesta procura de acesso à água, em uma dependência em função da meação, do arrendamento e assalariamento.

Os barqueiros e balseiros são os transportadores de mercadorias e pessoas que animam a economia do local (Figura 9.13 e Figura 9.14). Da sede de Santa Maria da Boa Vista para o lado baiano, existem hoje dois pontos de travessia de balsa que empregam cerca de dez pessoas.



Figura 9.13
Balsa utilizada para a travessia, em Santa Maria da Boa Vista (PE)



Figura 9.14
Porto de atracação dos barqueiros em Santa Maria da Boa Vista (PE)

Os outros barqueiros que trabalham motorizados ocupam, regularmente, os espaços de maior movimento em frente a outras áreas mais urbanizadas (Curaçá, com duas áreas de travessia, e Riacho Seco, com uma). É um vai e vem de estudantes (em horas combinadas) e outras pessoas, cujas atividades exigem esta mobilidade, chegando a transportar precariamente motos, nos barcos estreitos desenhados para poucos passageiros.

A Colônia Z-79, em Curaçá, também reúne barqueiros, além de pescadores entre seus associados. Em dias de feira (sexta-feira em Santa Maria da Boa Vista e segunda-feira, em Curaçá), além de passageiros, muitos se ocupam do transporte de produtos agrícolas e de extração para venda nas sedes. Estes barqueiros são aproximadamente quarenta,

segundo o presidente da colônia de Santa Maria da Boa Vista, que adverte, entretanto, ser necessário o uso de instrumentos quantitativos adequados para mensurar o número exato. Há, adicionalmente, agricultores que têm os seus próprios barcos e não dependem dos barqueiros.

Na Ilha da Coroa, localizada em frente à Curaçá, o local é destinado a atividades de lazer, recebendo visitas em dias de recreio e contribuindo para o sustento de alguns barraqueiros e seus empregados que vêm para vender os seus produtos aos que buscam relaxar nesta ilha não habitada.

Ainda há as lavadeiras, que aproveitam a água do rio para a limpeza de roupas, tecidos e até louça das suas próprias casas e, em número reduzido, para lavar “de ganho” para terceiros, sobretudo em Curaçá, onde dois residentes da sede reportaram que são em torno de trinta lavadeiras (Figura 9.15 e Figura 9.16). A tendência é que esta atividade, retratada historicamente como um momento importante de convívio e sociabilidade entre mulheres e crianças, se reduza consideravelmente devido ao acesso à água encanada, mesmo que permaneça ainda por algum tempo em alguns locais ao longo do rio, e até mesmo na sede do município de Curaçá.

É importante ressaltar o risco à saúde das crianças e das lavadeiras considerando o nível poluição e contaminação por coliformes da água como transmissor das doenças de veiculação hídrica.



Figura 9.15
Lavagem de roupa, em Curaçá (BA)



Figura 9.16
Lavadeiras em Curaçá (BA)

A limpeza de vísceras de animais abatidos em casa e nos matadouros ainda é feita no rio por algumas mulheres conhecidas como “fateiras” que, em número aproximado de dez, concentram seus trabalhos a jusante do porto de barqueiros de Santa Maria da Boa Vista.



Figura 9.17
Lavagem de vísceras pelas “Fateiras”, em Curaçá (BA)

Ao longo do rio é possível encontrar a atividade tradicional de oleiro, que usa como matéria-prima barro e água da beira do Rio para confeccionar material para construção de casas e outros utensílios domésticos. Em anos recentes, em Santa Maria da Boa Vista, a poluição decorrente de seus fornos e a competição de materiais de construção industrializados, tem feito com que esta atividade seja reduzida, relocada ou mesmo encerrada. A atividade de oleiro ainda sustenta algumas famílias, sobretudo na beira do Rio no extremo ocidente da área urbana de Santa Maria da Boa Vista e também contribui para a destruição da caatinga com o uso da lenha que queima em seus fornos.

9.5.4 Sobre outras atividades culturais e religiosas das populações ribeirinhas

Na região há uma cultura de festejos do rio e de suas águas com muitas vertentes, A exemplo dos grupos de tradições populares podem ser citadas as festas (São Gonçalo, São Pedro, São João, Santo Antônio, Reisado, Batuque, Marujos, forrós, Vaquejadas e outras festividades listadas no item 6, sobre Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico deste Diagnóstico, cuja relação com a preservação da vida ribeirinha carece de estudos que aprofundem o simbolismo destas tradições.

Entre as diversas atividades culturais envolvendo a comunidade e o rio, destacam-se:

- uma riqueza de estórias que se contam e de “lendas e crenças” que enriquecem a elaboração sobre a simbologia do rio;
- uma valorização do rio por poetas populares que compõem os seus versos sem perder de vista o São Francisco; e

- exposições museográficas e religiosas de elementos que simbolizam a sacralização do rio como a fonte das origens do local e da elaboração do seu cotidiano, efetivamente consagrado num azulejo afixado na entrada do Museu Caripós de Santa Maria da Boa Vista.

As comunidades de terreiro também estão presentes nas margens do rio, com uma dinamicidade que extingue e restabelece espaços, manifestando sua tradicionalidade e perpetuando sua existência.

Os terreiros representam uma forma específica de ocupação e uso do ambiente, regida pela preservação e valorização dos recursos naturais (terra, árvores, plantas, rios e lagoas) essenciais à sua crença e prática religiosa. Além de ser um espaço sagrado, o terreiro é também um lugar de congregação e formação de redes de solidariedade, mais ou menos extensas e formalizadas, dependendo do terreiro, número de participantes e antiguidade.

Embora este seja um campo religioso pequeno demograficamente, representa importante foco de resistência e afirmação da identidade negra, valendo o reconhecimento pelos órgãos oficiais de patrimônio histórico e cultural.

Foram identificados três terreiros na AID das áreas rurais de Santa Maria da Boa Vista, todos na comunidade de Coripós; dois em Curaçá, sendo ambos na Fazenda Santa Cruz e neste mesmo município, foram citadas ainda outras duas comunidades com presença histórica de terreiros - Ferrete e Jatobá.

O mais antigo dentre os terreiros identificados fica localizado na Fazenda Santa Cruz e está em atividade há mais de 40 anos. Nele, encontra-se a Casa de Martinha (Figura 9.18) e o Centro de Umbanda de Oxossi (Figura 9.19), do neto e iniciado de D. Martinha. Nesta secular fazenda, cuja história mereceria um estudo à parte pela expressão dos seus fundadores, há também um cemitério particular para a família e agregados (Figura 9.20 e Figura 9.21). Da. Martinha afirma que a construção de uma barragem em suas terras inviabilizará a manutenção dos espaços religiosos da Fazenda, que recebem pessoas de Curaçá e outros municípios vizinhos (Juazeiro, Petrolina e Abaré).



Figura 9.18
Casa de Martinha

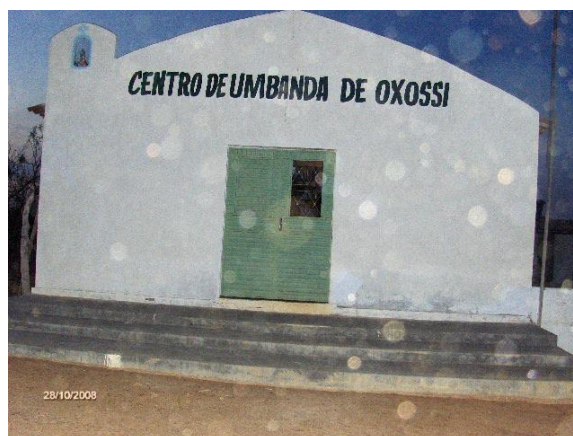


Figura 9.19
Centro de Umbanda de Oxossi



Figura 9.20
Cemitério particular da
família de Dona Martinha



Figura 9.21
Cemitério particular da
família de Dona Martinha

Em conversa com moradores de Ferrete, numa das comunidades tradicionais mais referenciadas pela população local, foi confirmada a presença passada de celebrações religiosas afrodescendentes, cuja dinamicidade organizativa tem sido reduzida no período atual.

Em Jatobá, numa comunidade oficialmente reconhecida como quilombola, o assunto sobre terreiro não ganhou cor, embora a comunidade festeje o Dia da Consciência Negra. Em seu lugar, ou em substituição ao termo utilizado pela equipe, foram relatadas as “brincadeiras” de Toré. A verificação da intensidade e simbologia desta atividade merece investigação mais aprofundada.

As perseguições seculares a esta religiosidade dificultam a afirmação de sua prática e espaços, tornando muito provável a existência de outras comunidades de terreiro não identificadas, que somente viriam à tona com maior dedicação de tempo e aproximação com as comunidades locais.

O que é imprescindível de reter é que a mistura de todos estes elementos que giram em torno do rio constrói um ribeirão como um ser diferenciado do sertanejo das caatingas. Constrói um ser orgulhoso e privilegiado no seu acesso, mesmo módico, a recursos, respeitador inseparável para a constituição simbólica de uma sociedade particular, hierarquizada e diferenciada tanto internamente, quanto na sua relação com locais circunvizinhos.

A tradicionalidade é dinâmica na região do São Francisco, e quando se trata de preservação e resistência diante da adversidade, a história, secular e, mais de que tudo, recente, mostra que “a mistura de elementos” aqui referida confere um papel criador de agência tanto a um Estado atuante, quanto às organizações que agem em nome de trabalhadores e agricultores, e não somente em nome de grupos etnicamente diferenciados. O conjunto de informações sobre as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas na área afetada (AID, AII e Área de Abrangência dos estudos)

revela uma população intensamente inserida nos processos de transformação da sociedade sertaneja e da Bacia do Rio São Francisco. É impossível separar a sua história da história da construção de barragens, da implantação de perímetros irrigados, da extensão de crédito e de mecanismos de monetarização do campo, da ampliação dos campos de negociação e diálogo entre setores, e da multiplicação de vozes organizadas de trabalhadores do campo.

As políticas públicas que alcançam esta população são multifacetadas: ora promovem e protegem etnicidades, ora as ocultam ou esquecem; ora reforça a sua dependência na elite local, ora fornece um caminho para a população liberar-se parcialmente desta dependência. No caso desta região, a confluência de fatores históricos tem resultado numa consciência aguda e uma organização complexa de defesa do rio, seus grupos e modos de vida, e diálogo diante da construção de barragens.

Além de ter sido alvo de centenas de anos de planos de aproveitamento hídrico, ele se vê atualmente num contexto intensificado de consciência realçada sobre os efeitos da construção de barragens e de hidronegócios e da ampliação de processos simultâneos de democratização política e de exclusão social. As experiências das UHEs de Sobradinho e de Itaparica alertam, sobretudo, para os perigos, mas também para os benefícios possíveis, de grandes empreendimentos que removem a população. Quando se considera que em recentes anos uma parcela desta região geográfica tem atraído um grande movimento de população e formação de assentamentos em torno de empresas agrícolas empregadoras que por diversas razões às vezes se tornam fragilizadas e se inserem precariamente na economia regional, a disputa por acesso à terra é particularmente acirrada.

As atitudes diante da ideia de vir a ser atingido por uma barragem não são geradas nem na ingenuidade, nem na esperteza. A população se entende como pobre, discriminada, mas não indefesa, encarnada nos versos de poetas populares, nas conversas cotidianas e nas ações dos que assumem representá-la.

O debate sobre a preservação do patrimônio intelectual e simbólico de populações está presente em diferentes esferas e níveis, tendo em vista que os mecanismos de preservação que vêm sendo adotados, com frequência, relegam as populações de referência a um papel de fazer parte da história dos locais, sem considerar sua continuidade até a atualidade, a exemplo do que comumente ocorre com o passado das comunidades mestiças indígenas e negras. Corre-se o risco desse fato acontecer em relação ao povo ribeirinho do rio São Francisco, uma vez que essa comunidade vêm sendo alienada da sua inserção nos locais por ela prezados e, cada vez mais, silenciada no seu papel de um dos agentes da construção de uma sociedade, cujo avanço tecnológico, mais que preservar, oblitera a sua inclusão e impede a sua defesa.

10 CONFLITOS SOCIAIS

10.1 Procedimentos metodológicos específicos

Este estudo tem como objetivo identificar os modos de vida e os conflitos reais e potenciais que virão a envolver a população que tem sua vida fundada na Área de Influência Direta (AID) da UHE Riacho Seco.

Os trabalhos de campo tiveram uma duração de duas semanas, em ambos os lados do rio e em algumas ilhas, compreendendo toda a extensão do rio que será atingida pela UHE Riacho Seco, de 63,62 km, que abrangerá, pelo lado pernambucano, o território de Santa Maria da Boa Vista, a partir do marco situado pelo povoado Inhanhum, até a divisa com o município de Lagoa Grande e uma pequena parte do território deste município, situados a montante da barragem; pelo lado baiano os trabalhos de campo envolveram a extensão do rio, abrangida pelo município de Curaçá, a partir do povoado Cerca de Pedra até a foz do riacho Curaçá, e o município de Juazeiro, do riacho Curaçá, até o distrito de Itamotinga, também situados a montante da barragem.

Em face da exiguidade de tempo, metodologicamente optou-se pela escolha amostral de localidades representativas da Área de Influência Direta, levando em consideração a heterogeneidade da estruturação da realidade dos beiradeiros e dos ribeirinhos, sem deixar de considerar as diferentes perspectivas em que se encontram os agentes envolvidos no processo. Embora o enfoque tenha sido o das lideranças das localidades, de segmentos representativos da sociedade e da municipalidade, com quem foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na maioria das vezes, essas entrevistas transcorreram na presença de outros membros das localidades e/ou de pares, que tiveram a oportunidade de, também, exprimir seus pontos de vista. Foram entrevistadas, isoladamente, algumas pessoas, além da coleta e do registro de impressões e expressões isoladas, por intermédio de conversas ou da simples audição e visão daqueles que se apresentaram voluntariamente, o que contribuiu de forma substancial para a compreensão da dimensão da vida cotidiana do ambiente e da problemática observada nos lugares visitados, quer seja no aspecto organizacional, espacial, ou no que se refere aos relacionamentos.

Excetuando-se os quilombos Cupira e Inhanhum, as duas comunidades indígenas dos Atikum-Bahia, o prefeito eleito de Curaçá e o prefeito de Santa Maria da Boa Vista, todas as demais entrevistas foram realizadas sem agendamento prévio, o que, se de um lado pode ter causado alguma lacuna nas informações, do outro, pode ter contribuído para proporcionar maior grau de autenticidade informacional.

Na definição da amostragem foi considerada a diversidade de agentes a serem atingidos pela UHE Riacho Seco, bem como as condições específicas de suas existências.

Do lado pernambucano, a amostragem contemplou:

- 01 proprietário rural com atividade característica do agronegócio (conversa);
- 02 comerciantes. Um ligado ao comércio e outro à atividade receptiva;

- 19 moradores do povoado de Cupira – quilombo (entrevista coletiva);
- 12 moradores do povoado de Inhanhum – quilombo, incluindo o presidente da Associação (entrevista coletiva);
- 4 moradores da comunidade denominada Tamaquiús, que atualmente encontra-se em processo de reconhecimento enquanto território quilombola;
- Uma representante da Fundação Palmares;
- 3 membros da comunidade dissidente dos Atikum Bahia, que habitam uma das ilhas que serão atingidas;
- 3 Membros da Comunidade Atikum Bahia, que habitam em Curaçá;
- Uma liderança indígena local, dos Truká;
- 3 moradores da Ilha do Saco, incluindo o presidente da associação local;
- 6 assentados;
- 3 pescadores;
- 2 membros do sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Maria da Boa Vista;
- A presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Grande;
- Dois trabalhadores que possuem vínculo empregatício em Santa Maria da Boa Vista;
- Um padre;
- 3 membros da pastoral católica;
- 3 vereadores de Santa Maria da Boa Vista;
- Um médico;
- O prefeito de Santa Maria da Boa Vista;
- 08 moradores da Ilha da Missão, incluindo a professora (entrevista coletiva).

Do lado da Bahia foram objeto de ouvida através de entrevistas semiestruturadas:

- Prefeito eleito de Curaçá (entrevista individual);
- 02 vereadores de Curaçá, eleitos para a próxima legislatura, sendo um da oposição e outro da situação (entrevista individual);

- 03 ex-presidentes do STR de Curaçá, sendo que dois diante dos membros das localidades onde residem e um isoladamente;
- 12 moradores da localidade denominada Impueira Dantas, incluindo o presidente da Associação (entrevista coletiva);
- 01 proprietário da terra ocupada pelos índios Akitum-Bahia (entrevista individual, com participação da esposa);
- 02 meeiros (um, entrevista individual e outro, conversa individual);
- 01 barqueiro (conversa individual);
- 6 moradores da localidade denominada Rompedor - pertencente ao quilombo Nova Jatobá - (entrevista coletiva);
- 03 moradores da localidade denominada Jatobá (quilombo), incluindo a presidente da Associação (entrevista coletiva);
- 15 moradores das localidades denominadas Caraíbas e Surubim, incluindo a presidente da Associação de Caraíbas (entrevista coletiva);
- 08 moradores do povoado denominado Ferrete, sendo três professores (entrevista coletiva);
- 02 moradores do povoado denominado Fazenda do Meio (ambos entrevistados com a participação de membros da família);
- 12 moradores do povoado denominado Cerca de Pedras (entrevista coletiva e uma entrevista individual);
- 01 moradora da Fazenda Logradouro, distrito de Riacho Seco, distante do rio São Francisco (conversa individual).

Os trechos das entrevistas realizadas são apresentados no Anexo IX - XI – Estudos sobre Conflitos Sociais - Entrevistas.

10.2 Configurações e reconfigurações da região do Submédio São Francisco

O material bibliográfico sobre a formação histórica e social da região do Submédio do rio São Francisco é escasso. Contudo, é suficiente para que se perceba que esta região passou por vários processos de desconfiguração e de reconfiguração.

Estudos históricos sobre a região, como o de Pedro Calmon – História da Casa da Torre, Donald Pierson – O Homem no Vale do São Francisco e de F. A. Pereira Costa - Anais Pernambucanos, demonstram que, quando das primeiras penetrações dos portugueses na região, no final do século XVI e início do século XVII, em busca de reconhecimento da terra, atraídos pela expectativa de encontrar metais preciosos, ela se caracterizava como

um refúgio de índios. Esses, escorraçados do litoral, dirigiram-se para o interior, onde encontraram abrigo no ambiente da Caatinga, fixando-se em algumas serras e, principalmente, nas margens do rio São Francisco, de alguns de seus afluentes e também nas ilhas. Segundo esses estudos, a região do Médio e do Submédio do rio São Francisco assumia feições de um caldeirão, onde vários povos se entrecruzavam em disputa pelos espaços propícios às suas existências.

Em um segundo momento, por volta de meados da primeira metade do século XVII, os mesmos autores, apoiados em documentos históricos e cronistas da época, apontam para a ocupação da região com gado vacum e a disseminação de currais na Caatinga, situação que deu início aos primeiros confrontos pela ocupação das áreas mais apropriadas para a implantação da prática pecuarista. Com esse processo, aos índios restaram apenas as áreas consideradas impróprias para o estabelecimento da pecuária, como as margens do São Francisco, seus afluentes e as serras. Mas, paulatinamente, a pecuária avançava cada vez mais, até que, a partir de 1670 os conflitos entre índios e fazendeiros se acentuam, pelo fato destes, diante das secas, terem recorrido às ilhas onde jogavam o gado vacum dentro das plantações daqueles.

Nesse período, os jesuítas vinham implantando alguns aldeamentos para fins catequéticos que, diante das perseguições impetradas pelos fazendeiros e pelo governo colonial, acabavam por se transformar no único ambiente capaz de proporcionar alguma segurança para os índios. Nem esses, entretanto, se viam livres dos assaltos do gado vacum às suas plantações nas ilhas. Aos índios arredios – aqueles que não aceitavam a submissão até mesmo à ordem religiosa, entretanto, nada restava, a não ser se lançar contra os fazendeiros e seus rebanhos e se refugiar nas margens inóspitas do rio São Francisco. Essas disputas tiveram seu ponto culminante em 1676, quando, após um levante dos índios arredios, os fazendeiros jogaram todas as suas forças sobre eles, quebrando o foco de resistência aberta, conforme testemunho do Frei Martinho de Nantes (NANTES, 1979, p. 53).

A partir do início do século XVIII, a pecuária se consolida, assim como o poderio dos fazendeiros sobre toda a região. No entanto, como as margens do rio oferecessem perigo ao rebanho - pelos atoleiros, pela existência excessiva de canudos, pela ameaça dos jacarés, pelos embaraçados e fechados dos paus -, dificultassem o controle sobre ele e fossem também cheias de alagadiços “propícios à propagação de doenças endêmicas, predominando a malária, e empestada por insetos” (SOBRINHO, 1951, p. XXII), os fazendeiros preferiram estabelecer seus currais a partir de três quilômetros delas, aprofundando-se na Caatinga. Mas as terras das fazendas que se situavam a certa distância do rio compreendiam também sua margem. Todavia, as margens, pelos aspectos já mencionados, eram, quase sempre, deixadas em estado de abandono. Nelas, como último abrigo, continuam a viver alguns índios, com quem vieram se misturar foragidos da justiça de Pernambuco e da Bahia (SOBRINHO, 1951, p. XVII), além de escravos fugidos, sendo que, dentre estes, alguns conseguiram montar núcleos quilombolas (SOBRINHO, 1929, p. XLII). Nesse quadro, devido ao caráter da ocupação humana do ambiente por pessoas não integradas à ordem vigente, vez por outra, foram desenvolvidas ações de desmantelamento dos agrupamentos aí instalados, até a submissão completa de seus membros. Uma submissão marginal, diga-se, pois os

moradores das margens não se integravam no sistema produtivo pecuarista e, a ele, só se integravam em caráter residual.

Os habitantes das ilhas também eram beiradeiros, mas sofreram o processo de dominação com precocidade, devido às características físicas do espaço em que viviam ser menos hostil ao rebanho e ofertar alimento em abundância, e maior condição de controle sobre ele. Por isso, com maior brevidade, os fazendeiros, desde os prelúdios da ocupação da região, avançaram sobre ele. No mais, em nada mais se diferenciaram dos beiradeiros das margens, com quem sempre tiveram relacionamentos intensos, indiferenciados e compartilharam as mesmas atividades e o mesmo modo de vida. Como os beiradeiros das margens, ao primeiro sinal de seca, viam suas plantações serem destroçadas pelos animais dos fazendeiros e, quando elas estavam devoradas, punham-se no trabalho de retirar da margem inundada do rio o capim-d'água e o zozó para alimentação do gado vacum e dos equinos. Não podiam e nem tinham a quem reclamar, pois desde 1658, não só as terras das margens do rio, como também todas as ilhas situadas na região do Submédio do rio São Francisco, através de carta de Sesmaria do Governador de Pernambuco, haviam sido concedidas à Casa da Torre (FREIRE, FELISBELLO, 1906, p34).

A partir da fusão física e cultural de índios alquebrados em sua cultura, portugueses e escravos foragidos, circunscritos às margens do rio e a viver do que o rio tinha a lhes oferecer, sob o olhar, mesmo que distante, dos fazendeiros, e relacionando-se entre si, como se em um mundo à parte estivessem, surge o beiradeiro: o homem que aprende a viver “na lama do rio” e do rio, conforme os imperativos da natureza e do ambiente, pondo-se na condição de agregado marginal.

Embora a população beiradeira tenha sido submetida aos imperativos dos fazendeiros, alguns agrupamentos persistiram mantendo parte de suas características no atravessar dos anos, se distinguindo, em alguns aspectos, dos demais moradores das margens, ainda que não haja documentos que evidenciem as circunstâncias vividas e as estratégias de sobrevivências adotadas por eles. É o caso, por exemplo, das comunidades que, hoje, reivindicaram e conseguiram, o reconhecimento como quilombolas: Cupira, Inhanhum e Serrote, do lado pernambucano, e Jatobá, do lado baiano. Da mesma forma, os índios Truká, na Ilha de Assunção (Pernambuco), e os Tumbalalá, na Bahia, situados fora da AID.

Mesmo havendo alguns traços distintivos entre os agrupamentos mencionados e o restante da população beiradeira, no geral, estavam sob as mesmas condições de vida, partilhando entre si uma identidade como beiradeiros. Vivendo no mesmo mundo, se entrelaçando social e biologicamente, com as seguintes características:

- **o mundo dos beiradeiros:** rio, molhado do rio. Alimento: peixe, preá, jacaré, capivara, pato, jatobá, mari, jenipapo, juá, quixaba, feijão, farinha-de-mandioca, rapadura, milho, beiju, batata, abóbora, melancia;
- **moradia:** casa toda de palha; depois, casa de taipa com cobertura de palha;
- **indumentária:** chinelo, chapéu de palha; uma ou duas mudas de roupa;

- **instrumentos de trabalho:** canoa, enxada, faca, facão, rede de pescar, tarrafa, anzol, espingarda de bucha, caçua, cesto, corda de caroá;
- **utensílios domésticos:** trempe de pedra, chocolateira feita de lata, panelas e aribé de barro.

Entre meados do século XVII e final do século XIX, a situação dos beiradeiros e de apropriação das terras das margens do rio permaneceu estável. Na entrada do século XX, após a acentuação da decadência das grandes fazendas, decorrente da desvalorização do gado vacum produzido na região e incrementada pela partilha das terras por herança, dá-se grande fragmentação, também, das terras situadas nas margens do rio São Francisco. Entre várias causas que justificam o acelerado processo de fragmentação dessas terras, como divisão por herança e venda de parcelas, pode ser encontrada na estrutura fundiária inaugurada no período colonial. Nesses períodos, muitas sesmarias foram concedidas, no formato uma légua de frente por três de fundo (COSTA, 1983, p190 e 192, Volume 7). Em face disso, persistiu a crença de que aquele que obtivesse uma posse de terra em uma das margens do rio teria, automaticamente, direito a três léguas de fundo. Mas isso não era só crença. Tanto assim, que é comum encontrar escrito nas escrituras lavradas em cartório, na primeira metade do século XX, a expressão: "... adquiriu uma posse de terra de 25 braças na margem direita do rio São Francisco, nas terras da fazenda..., e fundo". Também não pode ser relegado o fato, de estando às margens do rio menos afetadas pelos perigos de predadores de animais e sua população sob controle, se tornavam, cada vez mais, ponto seguro para refrigério dos rebanhos em épocas de seca.

A convivência entre beiradeiros e fazendeiros, na abertura do século XX, pelo que indicam pistas deixadas por "casos" recontados ao longo dos anos, era submissão dos primeiros aos segundo, não havendo registros significativos de atritos. Nessa época, as terras situadas na Caatinga eram bastante cultivadas e lá havia oferta de mão de obra abundante, desejando os fazendeiros, das terras situadas nas margens do rio, além de ponto referencial para afirmação do domínio das terras do fundo, apoio para o refrigério do rebanho nos períodos de seca, o que se fazia com a extração do capim-d'água e do zozó. Chega-se a essa conclusão devido ao fato da faixa de terra umedecida pelo rio ser bastante estreita e de nelas, os beiradeiros, praticarem os mesmos cultivos que se fazia nas áreas de Caatinga em extensão maior.

Pelas indicações das histórias reproduzidas pelos mais velhos, a transformação de simples agregados dos beiradeiros em meeiros se fez em torno da mandioca. Como a farinha era um produto indispensável, tanto para beiradeiros como para caatingueiros, em torno dela se amarraram os primeiros contratos informais de meação.

Mandioca, seca, e "aceitação" de relação de submissão por parte dos beiradeiros, proporcionaram o encontro destes com os fazendeiros tradicionais e com aqueles que emergiam da condição de vaqueiro para a condição de fazendeiro. Desse encontro, tanto alguns beiradeiros se transformaram em vaqueiros, como alguns caatingueiros se transformaram e isso fez com que, pouco a pouco, alguns fazendeiros, sem deixar suas atividades na Caatinga, passem a se aproximar das margens do rio, instalando nelas

casas-de-farinha e engenhos e cultivando cana para a produção de rapadura. Este cultivo era desenvolvido em maior monta nas ilhas e em alguns pontos das margens, onde a faixa de terra umedecida pelas águas do rio era mais extensa.

De todos os cultivos praticados, até meados do século XX, nas margens do São Francisco, a cana foi o único que, embora se desenvolvesse completamente com a mão de obra dos beiradeiros que se mantinham na condição de agregados ou meeiros, não lhes pertencia ou estava fora do contrato de meação. Mas, se de um lado os meeiros e os agregados não tivessem parte na produção da cana, era dela que retiravam algum ganho, tanto nos trabalhos de cultivo, como nos trabalhos relacionados com a moagem. Relacionado ao cultivo, apenas o trabalho em torno da cana, proporcionava um dinheiro extra, configurado como pagamento. No mais, os beiradeiros conseguiam dinheiro com a venda do excedente de suas plantações. Fora isso, outra fonte de renda era o fabrico de bocapis, vassouras, esteiras e a extração da cera de palha de carnaúba.

A realização da venda dos produtos beiradeiros ocorria nas feiras das cidades e povoados situados às margens do rio, em cujos portos as canoas se apinhavam carregadas, para onde se dirigiam, também, os caatingueiros e os tropeiros.

É de se supor que, durante todo o processo de ocupação regional, parte da população pobre que vivia nas caatingas tenha buscado asilo às margens do rio, transformando-o. Não é possível encontrarmos confirmação a respeito desse passado, do início do século XX em diante, até 1950. São muitas as fontes testemunhais e histórias rememorativas sobre a origem de muitas famílias que vivem às margens do rio São Francisco, que afirmam ter havido um grande processo migratório no sentido caatinga-rio. As explicações para esse processo estão ligadas a dois fenômenos básicos, seca e Lampião. A seca tangia os caatingueiros na direção do rio por dois motivos básicos, o primeiro: alguns criadores, proprietários de parcelas razoáveis de terra nas margens do rio, traziam parte de seus agregados para nesta condição permanecerem às margens do São Francisco e cuidar de seus rebanhos nas épocas críticas, sendo-lhes facultado o direito ao uso da “lama do rio”; e o segundo: premidos pelas secas, de iniciativa própria, por verem fugir as condições de sobrevivências nas caatingas, muitos de seus moradores “arribavam” na direção da beira do rio, onde buscavam o merecimento do favor de algum proprietário que lhes deixasse levantar morada em algum ponto de sua terra. Lampião, pela sua forma de ação indiscriminada de violência, ao deixar a população caatingueira em sobressalto, levava esta a fugir para lugar mais habitado, sendo as margens do São Francisco um dos pontos de busca.

Nesse quadro de apreensão, a população beiradeira sofreu alterações em sua composição demográfica desde o início de seu processo formativo e em nenhum momento conheceu pausa. Embora isso, as mudanças quanto ao estilo e condição de vida e às formas de trabalho são imperceptíveis até meados do século XX. O que mudou para parte dos beiradeiros foi a relação com a terra, pois vários deles, dentro do processo de fragmentação da propriedade das terras das margens do rio, por herança ou por compra, conseguiram transformar-se em proprietários de algumas braças. Note-se que a aquisição de um pedaço de terra, por menor que fosse, fixava o seu proprietário definitivamente no lugar e, ao mesmo tempo, lhe conferia segurança e algum grau de

dignidade, além de lhe oferecer a condição de situar ou desenvolver qualquer atividade caatinga adentro, na linha imaginária dos limites de sua propriedade. A mesma situação era verificada com relação às terras das ilhas, que entraram em processo acentuado de retalhamento, com o diferencial de estarem comprimidas pelo rio.

Aspecto notável, é que os beiradeiros, mesmo os proprietários das terras onde viviam, até o ano de 1960, raramente possuíam reses, não obstante a sua grande admiração por elas. Mesmo aqueles que se colocavam no propósito de construir um chiqueiro, geralmente criavam poucas miunças.

Até a década de 40 a produção desenvolvida na área beiradeira do Submédio São Francisco destinava-se exclusivamente ao mercado local, sendo que seus produtos considerados essenciais, rapadura e farinha, não conseguiam atender a demanda, principalmente a rapadura que era importada de outras regiões do Vale. No abrir da década de 50, inicia-se, de forma tímida, o cultivo de cebola, que, a partir de Cabrobó e Belém do São Francisco, vai se difundindo como produto essencialmente comercial.

O cultivo da cebola fugia de todas as características do que era produzido na região, pois que tinha feições totalmente diferentes de tudo o que se conhecia e se fazia até então: sementes compradas, uso de inseticida, irrigação, roda d'água (logo substituída por motor), preparo e adubação de canteiros, compradores específicos, preço aleatório e um cheiro que nunca tinha sido sentido nas roças. Era alheia, distante do mundo do beiradeiro. Mas nesse mundo ela foi infiltrada por alguns comerciantes ou por gente bem posicionada, habitante das cidades. Os beiradeiros foram envolvidos, na condição de meeiros, produzindo apenas cebola. A cebola se apresentou como um produto do ganha e perde. Antes havia perdas, aquelas advindas das intempéries da natureza, do ataque de pragas. Com a cebola, a sorte se acrescenta: sorte para pegar preço bom, sorte para achar comprador, sorte de não chover. O contrário disso: azar. De qualquer modo, a cebola se apresentou como um produto de rompimento, abrindo nova perspectiva. A partir dela, a possibilidade de ascensão, da aquisição de bens.

No entrar dos anos 60, o cultivo de cebola estava espreado nas terras próximas às margens do São Francisco. O emprego de motor havia rompido o pequeno limite dado pela pequena faixa de terra que o rio umedecia com suas enchentes. Os altos ganhavam utilidade agrícola e as cercas eram ampliadas em mais alguns metros, na direção contrária a do rio. Isso, mais do lado pernambucano que do baiano.

10.3 Modos de vida dos beiradeiros e dos ribeirinhos do rio São Francisco

É necessário que se faça, para efeito de esclarecimento a respeito dos agentes envolvidos neste estudo, a distinção entre os termos beiradeiro, ribeirinho e caatingueiro. De notório saber que os termos empregados nos processos de definição e de auto-definição de um povo ou de um agrupamento humano, estão diretamente relacionados à sua identidade, à sua transformação ou à sua destruição.

Todos os habitantes das margens do rio, até a década de 50, exceto aqueles que viviam nas cidades e com função cidadinas, eram considerados e se consideravam beiradeiros. Beiradeiros, como já dito acima, eram todos os que viviam às margens do rio e

desenrolam suas vidas em torno dele. Denota mais que a localização geográfica de um ambiente ou de um modo de vida. O termo ribeirinho é uma nomenclatura abstrata e, portanto, genérica, que enquadra a todos que moram nas proximidades de um rio, indistintamente. Para o citado, assim como para o catingueiro, o beiradeiro tinha suas características próprias. De tanto assim serem rotulados, os beiradeiros passaram a utilizar para si, também o termo ribeirinho, mas quando perguntados o que são, caem logo no “somos beiradeiros porque vivemos na beira do rio, na lama do rio. Na caatinga, caatingueiro; quem é da cidade, da rua, é da cidade, aqui beiradeiro”. Os caatingueiros, por outro lado, são todos aqueles que vivem nas caatingas e das caatingas, dentro do padrão de trabalho e estilo de vida forjado historicamente.

Grosso modo, caatingueiros e beiradeiros são os agentes tradicionais básicos na região do Submédio São Francisco. Nos idos da década de 60 para trás, havia um outro agente: o fazendeiro, normalmente vivente da cidade de onde gerenciava seus vaqueiros. Nos tempos recentes, com o advento da agricultura irrigada e do avanço do comércio e das relações empresariais, aparecem o ceboleiro, o meeiro (de cultivo comercial), o produtor rural, o empresário rural, o assalariado permanente, o trabalhador volante e um leque de agentes ligados ao setor de serviços. Estes sim, são ribeirinhos, sem serem beiradeiros, uma vez que, mesmo quando estão vinculados às atividades agrícolas, têm o rio apenas como meio de onde extraem água, podendo desenvolvê-las e viver em qualquer outro espaço. O que significa dizer que, enquanto os agentes tradicionais desenvolvem a trama de suas vidas em um lugar, os outros agentes, para tal, precisam apenas de um espaço. Essas distinções são imprescindíveis no contexto do estudo da UHE Riacho Seco.

O cenário atualmente encontrado na região da AID seria o que poderíamos denominar de “sociedades camponesas”, seguindo a definição de Eric Wolf que as compreende enquanto populações que subsistem da agricultura, porém diferenciando-se das demais populações, como indígenas, quilombolas etc., a partir da interfase, em especial produtiva, com a sociedade envolvente, marcadamente nas relações sociais, econômicas e políticas. Para Wolf, outra distinção importante que se deve fazer com relação às sociedades camponesas é que estas compõem uma unidade produtiva que tem, enquanto foco de manutenção, a unidade familiar.

Encontramos nos municípios e na região, agricultores que, em geral, devido às baixas condições técnicas e escassos recursos, desenvolvem atividades agrícolas quase que exclusivamente para sua manutenção. O que distou, consideravelmente, as populações encontradas foi o seu grau de sociabilidade e conseqüente elaboração e reelaboração do território. Fatores como historicidade e etnia pesaram, de forma considerável, para este cenário.

Podemos afirmar que, apesar de possuírem caráter simples, as comunidades encontradas na AID não são homogêneas, variando as suas características produtivas entre a economia de mercado (quando aí incluímos também aqueles que prestam serviços como diaristas para fazendas ou na cidade) e a economia moral como proposta por James Scott, na qual a noção de justiça e de permanência das relações de reciprocidade na comunidade ganham destaque.

Acerca do modo de vida dos membros das comunidades destacamos que as políticas públicas, em geral, não chegam de modo enfático até eles, o que provoca certo descrédito ante as instituições públicas, além das remissões constantes à memória coletiva que, enquanto tal, sempre se pressupõe verdadeira.

Circunscreve-se ainda, na comunidade, relações como casamentos e as demais relações de parentesco, sendo, em muitos casos, essas relações estabelecidas de modo inter-relacional com a dinâmica territorial, como demonstraremos adiante. De modo geral, poderíamos enquadrar as comunidades da AID em quatro tipos principais:

- comunidades “Tradicionais”, que seriam aquelas ligadas por laços históricos ao lugar há, no mínimo, duas a três gerações;
- comunidades Recentes, na medida em que representam aquelas cujos membros que as integram são, principalmente, de primeira geração no lugar;
- comunidades Étnicas, cuja definição de Weber recai sobre a crença numa ligação e origem comum entre os membros, sempre ampliada por Barth ao propor, além desta característica, o caráter organizacional e de autoreconhecimento destas comunidades; e
- comunidades Políticas, representadas por órgãos oficiais como prefeitura, sindicatos, igrejas etc.

10.4 Considerações sobre as coletividades visitadas - Margem pernambucana

10.4.1 Contexto do município de Santa Maria da Boa Vista

Considerando-se o perfil socioeconômico deste município, apresentado no item 3.2.3 do Capítulo VI – Diagnóstico da AII, as principais atividades econômicas do município são as atividades agropecuárias e o comércio. Enfatiza-se todo o processo de reconfiguração sofrida na região, após o advento da barragem de Sobradinho, que veio a intervir no ciclo do rio, de maneira a alterar o modo como as atividades eram desenvolvidas. Há o caso de muitos agricultores que passaram a adotar a agricultura irrigada, em maior ou menor escala, e outros que não conseguiram se adaptar. De toda forma, mesmo aqueles que se “adaptaram” sentem os problemas causados com as mudanças ocorridas, como se sucede com os corriqueiros casos de roubo de bombas d’água, emergentes no processo de desestruturação das sociabilidades nestes espaços.

Ressalta-se, ainda, que a agricultura de vazante combinada com a agricultura de sequeiro, a pesca e a criação de animais, eram o modo tradicional na região que atravessou quatro séculos de colonização, sem grandes transformações. Porém o advento das barragens e dos projetos irrigados alteraram este cenário, havendo um redefinição das atividades produtivas e, como consequência, as relações de produção e a estrutura de poder local.

Faz-se importante também enfatizar, nesse momento, que o município foi fortemente impactado pela construção, não apenas da barragem de Sobradinho, como também pela

construção da barragem de Itaparica, cuja relocação de um contingente considerável de famílias, oriundas dos municípios de Floresta e Belém do São Francisco, implicou em impactos consideráveis sobre a realidade local, formando o projeto Fulgêncio (antigo Projeto Caraíbas), incluindo o aumento do índice de violência e o avanço do tráfico na região. A ausência de políticas públicas faz com que os habitantes sejam empurrados para esta realidade com a plantação de uma cultura ilícita.

10.4.2 Comunidades recentes / Projetos de Assentamentos - PA

A AID envolve doze Projetos de Assentamentos no município de Santa Maria da Boa Vista. Neste estudo foram visitados os assentamentos de Brilhante e Vitória que se caracterizam por um claro processo de contínua pauperização de seus habitantes. As condições de existência se mostram difíceis, de modo que tal realidade altera a perspectiva dos mesmos com relação à possível vinda da barragem, sendo recorrente o discurso que enfatiza a crença nas melhorias com a vinda da mesma, pois “pior não fica”. Neste sentido, o almejo por mais “beira de rio” é recorrente nas narrativas, o que aponta para a necessidade de maiores esclarecimentos por parte da empresa que vá executar a obra, de modo a não criar falsas expectativas e deixar claro o cenário que será delineado com a vinda da barragem.

No caso dos assentados, encontramos um cenário *sui generis*, na medida em que se tratavam, em sua maioria, de sujeitos que seriam considerados de “primeira geração” naquele local, não possuindo laços sociais profundos naquela região. Porém, há de se enfatizar que os grupos não são homogêneos, sendo também encontrados sujeitos que há mais de 60 anos residem naquela região, sendo ex-agregados da fazenda que deu origem ao assentamento.

No decorrer do processo da pesquisa, percebemos que o cenário existente nos assentamentos marca-se por um processo de ligação predominantemente econômica com a terra, sendo os processos reivindicatórios focados nas melhorias das condições de existência. A falta de uma estrutura mínima que viabilizasse a produção levou à quebra da lógica produtiva, com um contínuo processo de deslocamento dos assentados para outras atividades visando, desse modo, garantir a subsistência mínima, seja através do trabalho em outras terras (diaristas), ou na cidade.

Também, em decorrência deste desajuste produtivo, ocorreu um contínuo processo de desestabilização das relações sociais, sendo recorrentes nos assentamentos casos de roubos, em especial no que diz respeito a utensílios de trabalho (como bombas d'água) e animais de pequeno porte. O que nos indica que possíveis alterações mais drásticas no modo de vida dos mesmos, caso não sejam acompanhadas de medidas que visem minimizar estes impactos, causariam modificações ainda mais profundas, impactando de forma negativa na dinâmica por eles instaurada.

Em termos de potencialidade de conflitos, percebemos que, no que tange aos assentamentos, os maiores problemas com relação à barragem seriam no âmbito da informação, cuja inexistência gera grande desconfiança por parte dos assentados, além da memória coletiva que remete às experiências das barragens de Sobradinho e Itaparica. Enfatiza-se, ainda, o baixo grau de articulação e mobilização dos

assentamentos, ao menos neste momento, o que não quer dizer que elementos exógenos possam surgir mobilizando as massas na direção oposta aos interesses daqueles que almejam construir a barragem. Neste ponto, volta-se a enfatizar a importância de um processo claro e objetivo de informação que vise minimizar a potencialidade de conflito naquele tipo de agrupamento.

Alguns aguardam melhoras com o advento da barragem, como no caso de João Bosco, presidente da associação do assentamento Vitória:

“Nos pensamentos que a gente tá o que ... , se vier mesmo a barragem, que sei que vem, independente a negociação da gente pode ser bom, porque em vez da gente ir lá para poder trazer a irrigação aqui pra cima, pra onde a gente tem 3 hectares e meio de terra, um sistema de irrigação aqui cai muito bem pra nós aqui”.

Ainda no que diz respeito ao sistema de irrigação, o pagamento da conta de energia neste sistema de rateio das contas é apontado como um dos problemas.

Entre as reivindicações mais presentes, citam também a necessidade de escola para a comunidade, mais projetos (não especificam o tipo) e uma adutora.

Na opinião do assentado: “Tem uma parte que, se tudo ocorrer bem, vai melhorar cem por cento”. Porém, percebe-se também o elemento do conflito, na medida em que se busca maximizar os ganhos para com a vinda da barragem: “A gente tem que é se unir aí junto ao sindicato ao próprio movimento, e a gente ir fazer passeata”.

10.4.3 Comunidades étnicas

a) Quilombolas

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicos, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. No ano de 2008 foram emitidas, pela Fundação Palmares, as certidões referentes às comunidades quilombolas de Inhanhum, Cupira e Serrote, situadas em Santa Maria da Boa Vista.

Referente à comunidade de Tamaquiús, deve-se enfatizar que a mesma ainda não possui o certificado da Fundação Palmares, porém encontra-se em processo de obtenção. Além do mais, das comunidades de remanescentes de quilombos visitadas é aquela que se encontra em situação de maior fragilidade. Suas terras se estendem ao longo da margem do São Francisco, seu território tem sofrido com a fragmentação decorrente, não apenas pelos assentamentos, como pela venda de terras por partes de alguns membros, devido às parcas condições de existência da comunidade. Houve, inclusive, a tomada de terras da comunidade em local onde há inscrições rupestres, no qual se manifestam expressões da religiosidade local. Tal lugar é chamado pelos membros da comunidade de “Pedra Riscada”, no qual tais expressões são eminentemente sincréticas, havendo uma

preponderância pelos cultos afro-brasileiros, mas também com influência indígena, como se pode perceber no uso de Jurema.

Inicialmente, foquemos as comunidades cujos laços de ligação se baseiam na etnicidade, partindo, para tal compreensão, da definição dada por Weber, na qual comunidade étnica é aquela que acredita estar ligada por laços diversos, podendo ser os mesmos reais ou não. O importante na formulação da comunidade étnica não é o fato histórico de um grupo ter sido mais ou menos isolado que os demais, pois como aponta Franz Boas, dificilmente encontraremos comunidades estritamente isoladas ao longo da história. A marcação, neste sentido, se dá através do autoreconhecimento e da demarcação das fronteiras étnicas com relação aos demais grupos, sendo este processo intermediado pela alteridade.

a.1) Comunidade de Tamaquiús

Esta comunidade se encontra, atualmente, em processo de reconhecimento junto à Fundação Palmares enquanto comunidade remanescente de quilombo, o que, em nosso entender, terá diversas implicações geradoras de conflito naquela região, tendo em vista que parte considerável do território da comunidade é habitado por membros diversos não pertencentes, originalmente, a Tamaquiús, fruto de um processo histórico e contínuo de compra e venda de terras. Neste cenário, assentamentos e propriedades de médio porte se circunscrevem no território da comunidade.

Há de se ressaltar ainda que este processo é definido na antropologia, enquanto processo de etnogênese, ou seja, encontramos-nos diante de um cenário em que as identidades estão sendo formuladas e rearranjadas. Observa-se que, obviamente, tal cenário atrela-se ao contexto histórico atual, inclusive, se não principalmente, em decorrência das políticas públicas instauradas nesta direção, o que não desmerece tal processo. Apenas enfatiza-se este aspecto para situá-lo dentro do contexto histórico mais amplo.

A comunidade possui claramente traços culturais significativos que lhes demarcam socialmente. Não apenas o fenótipo os diferencia, mas também seus modos de produção, sistema de parentesco no qual boa parte dos casamentos se dá de forma endogâmica (não apenas os casamentos como também as uniões), as ligações com práticas religiosas históricas, como as celebrações que ocorrem nas chamadas “Pedras Riscadas”, nas quais ocorrem cultos marcadamente de influência indígena e africana.

Assim como ocorre em boa parte do município de Santa Maria da Boa Vista, o que predomina em termos de condições de vida é a produção agropecuária de subsistência, sendo recorrente jovens que trabalham como diaristas ou na cidade. Alguns membros da comunidade possuem terras em ilhas, o que lhes dá uma condição diferenciada. Na medida em que lhes permitem viabilizar a sua produção, tais moradores, assim como os demais que dependem das ilhas para a sua sobrevivência, merecem um olhar diferenciado por parte da empresa que venha a construir a barragem, considerando a especificidade da realidade encontrada, bem como considerando um processo de busca por minimização dos impactos e conflitos.

De toda forma, deve-se enfatizar o caráter de miserabilidade no qual se encontra a população de Tamaquiús, de modo que, diante ao cenário da vinda de uma barragem, há a possibilidade de intervenção e melhoria da qualidade de vida dos mesmos, acompanhado de ações efetivas, em especial, em termos de educação, trabalho e saúde. Neste quadro, o conflito se mostra em potencial, porém, diante das condições objetivas vivenciadas pelos mesmos, este pode ser diminuído ante a um cenário de esclarecimento da população sobre a realidade que se configurará com a construção da barragem e, neste ponto, deve-se enfrentar e pontuar os temores principais da população, quais sejam: o medo de ficarem desabrigados, sem produção, considerando a forte presença na memória coletiva das experiências de Sobradinho e Itaparica. Além do mais, o processo deve ser dialogal e negociativo, realizando-se propostas que demonstram ganhos significativos para a população, que chegue a representar uma mudança estrutural na vida da mesma, em especial na questão do trabalho.

a.2) Comunidades de Inhanhum, Cupira de Cima e de Baixo

Estas comunidades serão mais diretamente afetadas pela construção da barragem, o que implica numa postura contrária à sua construção mais fortemente marcada. Também há de se enfatizar que estas comunidades já receberam o reconhecimento da Fundação Palmares enquanto remanescentes de quilombos, o que implica num maior grau de articulação a partir do fator étnico, configurando nesta localidade o que Cardoso de Oliveira denomina área de fricção étnica, marcada pelo movimento de alteridade entre a comunidade e a sociedade envolvente, em especial quando lidamos com interesses contrários.

Entre os mais jovens, o discurso étnico, aparentemente, ganha mais ressonância, sendo recorrente a afirmação de que não haverá a saída dos membros da comunidade daquele local. Neste caso, aponta-se para um alto potencial de conflito nestas comunidades, em especial se não forem consideradas as suas peculiaridades. O momento de etnogênese no grau em que se encontram estas comunidades deve ser tomado com cuidado, pois há claramente uma articulação entre fatores étnicos e políticos, pois neste momento a autoafirmação identitária da comunidade passa pela autoafirmação política, sendo necessário um processo dialogal que se reflita em termos de propostas e mesmo de indenizações, já que neste caso não falamos apenas de terra.

De modo geral, enfatizamos que, no caso das comunidades étnicas e no caso da AID, as comunidades quilombolas ganham destaque e a questão da terra torna-se mais complexa, pois não se trata apenas de terra, mais sim de território, enquanto categoria socialmente construída num processo histórico.

No que tange ao conflito, por se tratar de uma comunidade que se encontra em processo de etnogênese, os processos são múltiplos e mesmo instáveis. Há destaque aqui para a participação da Fundação Palmares enquanto fator de mobilização da comunidade. Ao ser entrevistada, a representante da Fundação no município apresenta claramente um discurso que se posiciona contra a barragem e vislumbra um forte potencial de mobilização. É claro que, quando se trata de comunidades tradicionais, a questão vai para além da terra, pois o território se encontra aí, enquanto uma construção social.

Ainda com relação às comunidades quilombolas, há de se enfatizar que aqueles detentores de terras em ilhas possuem outra lógica produtiva que deve ser respeitada, de modo que se deva buscar viabilidade técnica para a reprodução destas condições, o mais símile possível, as quais se mostram ainda em potencial.

Existe ainda muita desinformação com relação ao processo de construção da barragem, como pode se perceber na seguinte fala:

“O que eu penso é que quando essa barragem for construída a água não vai ficar só aqui, eu digo que elas vão invadir pra lá que é muito baixo aqui, a gente já tem a ideia pela enchente quando vem, quando dá aquelas enchente grande, ela (a água) fica aí na pista”.

b) Comunidades indígenas

Na AID ocorrem duas comunidades indígenas da etnia Atikum. Inicialmente elas constituíam uma única comunidade, porém houve uma divisão entre as mesmas de modo que, atualmente, uma comunidade habita em terra firme, no município de Curaçá (BA), e a outra habita a Ilha de Bonsucesso, em Santa Maria da Boa Vista (PE). Estes grupos pertenciam inicialmente aos Atikum, que habitam historicamente a Serra do Umã, localidade na qual se circunscreve a sua história, inclusive mítica, como nos aponta Grunewald, tanto que a maior parte dos indivíduos destas duas comunidades nasceram na Serra do Umã.

Apesar da ocupação inicial deste grupo se dar na Serra do Umã, as dinâmicas envolvidas nesta comunidade levaram à sua apropriação de territórios diversos na região de Santa Maria da Boa Vista e Curaçá.

Ambos os grupos foram entrevistados, primeiramente aqueles que habitavam as ilhas, em especial pelo fato de que o cadastramento das propriedades, realizado na fase de levantamentos de campo do EIA, ter sido impedido pela comunidade. Este fato ocorreu por uma confluência de fatores, dentre eles a ligação política deste grupo, que não mais reconhece como líder Djanira, cacique do grupo que habita em Curaçá, passando a ter como referencial “Dona Lourdes” - cacique dos Truká.

É importante enfatizar esta ligação, devido ao contexto histórico no qual se inseriu o processo de etnogênese desta comunidade, pois os Truká, assim como este grupo dissidente, também habitam ilhas e seu processo de reconstrução identitária se deu a partir das condições produtivas que a ilha viabiliza. Porém, todo este processo de reterritorialização esbarra no fato de que estamos falando de uma região na qual os contornos fundiários já foram delimitados desde os séculos XVII e XVIII, como aponta João Pacheco de Oliveira, e as populações que habitam tais terras também são tradicionais neste sentido, porém não autóctones.

O grupo que habita a ilha encontra-se em processo de organização, até por ser originário de uma dissidência. Eles ainda não possuem cacique nem pajé, apesar de possuírem uma liderança que é “Manuel Alvino” e a referência à “Dona Lourdes”. Em conversa com esta cacique Truká, percebemos alguns fatores que se mostraram bastante presentes,

como a desconfiança com relação à Chesf, também encontrada em outras comunidades, bem como a ênfase na necessidade da presença da Funai neste processo. Considerando que os mesmos são tutelados por esta fundação, sua presença se faz essencial, ainda que, por limitações técnicas, a mesma não possa atender todas as demandas reais das comunidades indígenas.

O processo de resistência já era esperado, tendo em vista que toda a formulação identitária perpassa a questão territorial, como já enfatizamos. O “ser índio” passa por possuir terras indígenas, porém, no caso da comunidade que habita as ilhas, sua ocupação é recente, contando cerca de cinco anos na região e em torno de dois na ilha, encontrando-se ainda em processo de formulação a sua identidade territorial.

De toda forma, eles se percebem enquanto portadores de uma situação privilegiada, tendo em vista as condições referentes ao fato de morarem em ilhas, sendo importante destacar, neste momento, que a Serra do Umã se localiza em uma região onde o acesso à água não configura um problema. Logo, no que tange a este grupo, às ligações políticas dos mesmos, em especial com os Truká, a necessidade de afirmação identitária através do território e a percepção de que se encontram em uma situação privilegiada - ainda que em termos produtivos eles só consigam produzir o mínimo para a subsistência – são fatores que se posicionam de forma enfática no que diz respeito ao conflito.

Diferentemente das comunidades quilombolas, as indígenas constituem um fator sui generis no cenário da AID, pois seu processo de ligação com o território ainda se encontra em fase de constituição, o que diminui a potencialidade de conflito ante a um cenário de esclarecimento e formulação de proposta, que mais uma vez devem focar no processo produtivo. O trabalho se mostra uma categoria central para se compreender a realidade dos mesmos e realizar o diálogo. No entanto, as comunidades indígenas gozam de prerrogativas legais que viabilizam maior articulação política em torno de seus objetivos, ainda que tutelados por uma fundação com fragilidades técnicas, como apontado anteriormente.

10.4.4 Comunidades tradicionais

Apesar das comunidades étnicas também se constituírem em comunidades tradicionais, neste estudo elas foram diferenciadas em decorrência da especificidade que apresentam, não apenas em termos de relação com o território, como também com relação às prerrogativas legais, cuja melhor análise deverá ser operacionalizada por profissionais com competência nesta área. Esta parte do estudo contempla os pescadores e agricultores familiares, principalmente com destaque para aqueles cujas atividades dependem diretamente das ilhas.

No município de Santa Maria da Boa Vista encontra-se um número considerável de habitantes de primeira ou segunda geração, porém também se encontram aqueles que possuem laços históricos mais profundos com o local. Em geral, estes mostram-se mais apreensivos com relação à barragem, considerando que sua estrutura produtiva foi alterada profundamente com o advento da barragem de Sobradinho, que modificou o ciclo natural do rio, afetando desse modo a agricultura e a piscicultura, em suas diversas formas. Muitos dos entrevistados apontaram esta profunda mudança como causa de seus

temores com relação à barragem, pois com a alteração da produção baseada em ciclos, muitos produtores se adaptaram a duras penas, enquanto outros não conseguiram tal proeza, sendo eliminados do sistema produtivo.

A comunidade de pescadores, cuja Associação funciona há cerca de uma década, sentiu-se profundamente afetada com as mudanças ocorridas com a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, sendo um dos grupos em que a memória coletiva é acionada de modo mais enfático. Pelo próprio processo de desestruturação sofrido anteriormente, percebe-se, nestas comunidades, um baixo potencial de conflito. Também neste grupo, uma das maiores dificuldades identificadas foi a desinformação com relação ao que virá a ocorrer.

Outro grupo que merece destaque e, talvez, um tratamento mais especial com relação aos demais, é aquele formado pelos que vivem nas ilhas e delas. Neste sentido, o foco de entrevistas foi direcionado para a Ilha do Saco e a Ilha da Missão.

Nestas ilhas foram encontradas, não apenas condições de vida diferenciadas no que diz respeito à produção agropecuária, como também no que diz respeito aos processos de sociabilidades. Estas ilhas viabilizam o modo de vida destas comunidades tal qual se encontram, de tal modo que um dos receios com a vinda da barragem é a modificação da localização dos vizinhos, pois o cenário da vizinhança mobiliza a vida social, se enquadrando dentro do que Alain Caillé chama de sociabilidades primárias. Um exemplo interessante pode ser demonstrado na Ilha do Saco, na qual não há energia elétrica, porém o vizinho que possui gerador o empresta, sem custo, aos demais vizinhos. Na Ilha da Missão, o fator sociabilidade também se mostra bastante forte, na medida em que boa parte daqueles que habitam a Ilha possuem laços de parentesco entre si.

Entrevistamos o presidente da associação da Ilha do Saco e transcrevemos abaixo alguns fragmentos:

Oswaldo Humberto da Silva –

“Era melhor num ter a barragem, pra mim era melhor num ter que ir pra outro canto começar tudo de novo(...) Se vier tamo nas mão deles. Se vier a primeira coisa que devia ser é que se temos que sair daqui se for um lugar organizado não ia ser difícil, organizando pra gente trabalhar, se a gente parar hoje aqui, começar amanhã lá (...) Eu num queria ser assentado como no projeto Caraíbas, que a casa é na vila e o lote fora, seria melhor cada casa com seu lote, isso que a gente chama de organizado. Você planta lá e o ladrão rouba sua banana, sua goiaba. Aqui por exemplo são dois lote, é pai e filho, ele vai pegar o dele com outro vizinho que ele nem conhece, seria ideal que as famílias, que pelo menos as famílias fosse assentada cada um no seu lote, mas junto, uma das ideias”.

Os potenciais de conflitos nestas regiões são altos, na medida em que não sejam consideradas as condições diferenciadas de sobrevivências e sociabilidades em que vivem. Questões como o acesso pleno à água – sem a dependência total à bomba, que implica no dispêndio de energia elétrica –, e reprodução da comunidade em outra localidade, incluindo também o acesso à cidade onde se encontram os serviços básicos, devem ser consideradas e merecem atenção especial. Porém, também há de se enfatizar

o baixo caráter organizativo destas comunidades, o que, neste momento, minimiza o potencial de conflito. Porém, diante de um cenário de certeza da construção da barragem, outros atores políticos devem entrar em cena, visando à mobilização destas comunidades, aumentando aí o conflito que neste momento é apenas potencial.

10.4.5 Comunidades políticas

Nesta parte do estudo foram focados os posicionamentos apontados por atores políticos eleitos para cargos públicos, membros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, bem como pelo padre da cidade e membros da pastoral católica.

a) Sindicatos rurais

Por questões históricas, os sindicatos rurais possuem um número expressivo de membros, ainda que esta participação não se dê de modo efetivo, tanto que isso se reflete no alto índice de inadimplência. Entretanto, dentre as instituições de caráter político, foi a que se mostrou mais presente nas diversas comunidades, sendo seu potencial de mobilização desconhecido, tendo em vista que não houve, ainda, nenhuma situação limite em que se fez necessário o seu caráter mobilizador. De toda forma, ainda que não consiga mobilizar todos os seus filiados, estes sindicatos possuem um caráter mobilizador que não pode ser desconsiderado, em especial ante a um cenário de articulação com outras instituições políticas, que podem vir a se pronunciar diante de um cenário da vinda da barragem.

Historicamente, os sindicatos de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande encontram-se ligados e, mesmo que o município de Lagoa Grande seja atingido de forma menos considerável, o papel do sindicato desta cidade pode se fazer efetivo quando em articulação com o sindicato do município vizinho.

É notório o baixo grau de articulação destes sindicatos no atual cenário, mas que, de toda forma, possuem uma postura símile em ambos os casos: temores fortes que orbitam em torno das referências às barragens de Sobradinho e Itaparica, e a ideia de que o melhor caminho seria a não construção da barragem. Porém, diante da sua construção, esta deveria trazer benefícios para a população. A mensuração destes benefícios, normalmente, é vaga e imprecisa, porém, mais uma vez, a categoria trabalho se mostra fundamental para a compreensão da realidade local. Estes benefícios deveriam, portanto, focar na lógica produtiva, viabilizando, deste modo, uma melhoria significativa na qualidade de vida desses sujeitos.

De modo geral, pode-se afirmar que o potencial de conflito depende da maneira de diálogo e esclarecimento do processo, pois assim como nas demais localidades, a desinformação foi um fator preponderante.

b) Comunidade religiosa

No que tange à comunidade religiosa ouvida, o discurso se assemelha, mas neste caso a referência às demais barragens é ainda mais forte. Os temores persistem no que diz

respeito ao baixo grau de informação e às dúvidas concernentes às condições de moradias e prazos para as mesmas, diante de um processo de relocação. Em meio a estas entrevistas, a categoria trabalho perdeu sua centralidade, dando espaço para outra: a sociabilidade.

Preocupações acerca de como será a relocação daqueles que serão retirados de suas casas são presentes, pois afetam, não apenas estes, como também toda a comunidade em seu sentido amplo, seja no campo da sociabilidade, garantindo a reprodução da vida dos mesmos, seja em outros sentidos, como na preocupação acerca de como o comércio será afetado pela relocação destas pessoas.

A comunidade religiosa per si não possui uma alta potencialidade de conflito, porém os sujeitos, quando inseridos em outros espaços articulados, possuem maior potencial de conflito, sendo o espaço da Igreja ou da pastoral apenas mais um no qual os sujeitos se encontram e se mobilizam.

c) Comunidade política

Por fim, há de se enfatizar o caráter da comunidade política no âmbito daqueles eleitos para cargos públicos. Neste sentido, os discursos do prefeito e dos vereadores são extremamente afinados, afirmando que a vinda da barragem deve beneficiar amplamente o município de Santa Maria da Boa Vista.

Nestes discursos encontram-se proposições e preocupações distintas daquelas encontradas nas entrevistas realizadas com a população de modo geral. Em especial, entre os vereadores que apresentaram uma preocupação não apresentada pela população, que é acerca do local onde ficará a casa de máquinas da hidrelétrica, alegando que o justo seria que esta se localizasse no município pernambucano, tendo em vista que este será o maior prejudicado com a vinda da barragem, e, por questões topográficas, terá uma área maior inundada. O prefeito desta cidade também afirmou esta preocupação, porém de modo menos enfático.

Nas entrevistas realizadas, mostraram-se interessantes as proposições que visavam ofertar saídas para as questões postas, como no caso daqueles que viviam e dependiam das ilhas, cuja saída apontada seria a perenização do riacho das Garças, uma região próxima da cidade, e que, ao mesmo tempo, ofertaria condições para a reprodução das condições de existência desses sujeitos.

Notoriamente, o maior potencial de conflito, no que tange a esta comunidade política, diz respeito às benfeitorias que porventura possam vir para a cidade e à questão da localização da casa de máquinas. Este fato parece ser um ponto que pode gerar maiores atritos com estes atores, que possuem, devido à sua própria natureza, um alto grau de mobilidade social. Neste caso, o potencial de conflito se torna maior quando envolvida esta questão, porém negociável no que diz respeito às demais, como a relocação das famílias que serão retiradas de seus locais originais.

10.5 Considerações sobre as coletividades visitadas – Margem baiana

Partindo do traçado do rio, do ponto zero, onde irá ser levantada a barragem até a cidade de Curaçá, existem as seguintes comunidades na margem baiana: Cerca de Pedra, Logradouro Pedras, Fazenda do Meio, Barroca, Ferrete, Curralinho, Oiteiro, Passagem, Lagoa II, Lagoa I, Mãe Maria, Pedra Branca, Roçado, Surubim, Caraibas, Jatobá, Fazenda Grapiuna e a sede. Acima da sede só há, ainda no município de Curaçá, uma comunidade, Impueira Dantas. A partir do rio Curaçá até Itamotinga, não há comunidades beiradeiras, havendo muitas unidades produtivas independentes. Entre as comunidades de Cerca de Pedras e Curaçá, existem várias unidades produtivas independentes, ou seja, unidades rurais cujos proprietários as exploram em caráter comercial ou semicomercial, quase sempre sem nelas habitar, não fazendo parte das comunidades entre as quais estão situados. Existem, nesse trecho, entre Jatobá e a sede, algumas empresas que exploram o cultivo de manga e uva. Após Curaçá, na direção da divisa com Juazeiro está localizada uma empresa de porte que explora uva e, antes dela, três unidades empresariais de médio porte. Durante todo esse curso do rio, as ilhas se configuram como pontos de interseção entre as populações da Bahia e de Pernambuco, sendo algumas delas habitadas e outras apropriadas, apenas como espaço de trabalho das populações que vivem às margens, como proprietários, como arrendatários ou meeiros.

Nesse espaço, uma multiplicidade de agentes se entrelaça: beiradeiros, produtores independentes, pequenos agropecuaristas, diaristas, transportadores, agentes de saúde, professores, ceboleiros, empresários rurais e arrendatários. A sua notabilidade, no entanto, é a persistência e predominância dos vínculos comunitários fundados nas relações de parentesco, de vizinhança e de identidade dos modos de vida e de trabalho do grosso da população aí existente. Estes vínculos ultrapassam as comunidades específicas e se estendem às demais, através de uma série de pontos de interseção, costurados pelas relações estabelecidas entre seus membros no seguir histórico, desde tempo imemorial. Quase todos os moradores têm origem no ambiente desde os avós e, aqueles que vieram de fora, foram de tal modo absorvidos pelo agrupamento do qual fazem parte, que não apresentam nenhuma diferenciação, já tendo se entrelaçado também, através dos vínculos de consanguinidade, diretamente ou indiretamente através dos filhos. A imemorialidade dessas localidades é denunciada pela resposta à pergunta sobre a origem do nome delas, que sempre soa no mesmo tom: “Meus pais já conheceu aqui por esse nome, e eu não sei qual é o causo dele. Os mais velhos já diziam assim, e assim ficou”. Em face disso, até mesmo o empresariado acaba por ser envolvido na trama vivencial das comunidades.

Seca, “fartura do rio”, temeridade a Lampião e a irrigação foram os fatores que contribuíram para tornar essa área com uma densidade muito acima das áreas de Caatinga. Junte-se a esses fatores, o fato de, a partir de 1980, diante da desilusão com São Paulo e das dificuldades da vida nas cidades da região, essa população deixa de encontrar uma válvula de escape para seus excedentes.

O município de Curaçá, que possui uma área de 6.442,19 km², segundo dados do IBGE (IBGE, 2007), em 2007 possuía uma população de 32.449 pessoas,

Embora a maioria da população que se aglutina em comunidades tenha passado imemorial nos espaços em que ocupam, só a partir da primeira metade do século XX veio a obter posse legal de parcela de terra, cujas dimensões eram avaliadas em braças, tomando-se como critério de referência a margem do rio e, daí, ao fundo até 18 quilômetros, ou “até o descambo d’água”. O intento da propriedade da terra, anseio generalizado da população que aí viveu e vive, além de decorrer da necessidade de terra para trabalhar, representava e também ainda representa a garantia de estabilidade no lugar. Nas escrituras originais, segundo afirmam alguns mais velhos, encontra-se aquisição de 20, 30, 40 e 50 braças e poucas aquisições ultrapassando esse limite. Por conseguinte, no suceder dos tempos, essas braças, quer nas terras das margens do rio, quer nas terras das ilhas, entraram em processo de subdivisão, provocado por partilhas sucessivas e, hoje, encontram-se situações em que, após a morte dos progenitores, restam duas braças para dividir com cinco, seis e até dez herdeiros. Como a terra que lhes cabe não oferece condição suficiente de trabalho, passam a desenvolver atividades como meeiros, diaristas, rendeiros e barqueiros e suplementam suas necessidades alimentares com peixe, que segundo dizem em uníssono: “Peixe está cada vez mais escasso”, atribuindo este fato à barragem de Sobradinho.

Pela divisão acentuada das terras no suceder dos tempos e por ser a população da área de passado imemorial em seus lugares, todos os membros das comunidades são proprietários diretos ou através de ascendentes.

A redução das terras é compensada, simbolicamente, pela ideia de que as braças de frente se estendem até o longínquo do fundo, faltando-lhes, apenas, condições financeiras para torná-las úteis. Desse modo, todos dizem possuir vários hectares, sem, contudo, saberem determinar os limites precisos. Nisso reside um foco latente de tensão, pois, tão logo alguém resolva fazer variantes ou estender suas cercas, surgem as “questões” de terra envolvendo familiares ou não, que entram em situação de inimizade. Conflitos só não emergiram com tonalidades graves, exatamente devido à circunstância de não disporem de recursos para efetivar empreendimentos nas terras altas. Outro aspecto importante a ser considerado é o caráter de informalidade de apropriação da terra. Poucos dos que se afirmam como proprietários realizaram formalmente a partilha, quando da morte dos pais, e a maioria dos que o fizeram não realizaram os encaminhamentos cartoriais necessários para a legalização da situação, havendo casos em que essa situação rola por duas ou três gerações. Quase sempre, o documento que possuem é o comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), que consideram básico e comprobatório do direito à terra.

Em geral, as faixas de terras baixas das margens do lado da Bahia, onde a agricultura pode ser desenvolvida sem grandes investimentos para a condução de água, são bastante estreitas, pois a poucos metros da beira do rio as terras se levantam em morros. Como a densidade populacional é elevada, a utilização dessas terras altas é quase nenhuma, pois até mesmo a criação de miunças se torna inviável, dada a área necessária para cada cabeça de criação viver. Mesmo assim, é comum os membros das populações que vivem nesses lugares disporem de alguma cabra ou ovelha, mas de modo insignificante.

Exceção, nesse caso, se faz a alguns agropecuaristas que, por regra, possuem também terras nas caatingas e utilizam as terras do rio para socorro em certas épocas do ano, sem manterem vínculos de pertença com as comunidades beiradeiras e a comunidade de Impueira Dantas, cuja maioria dos membros é composta por agropecuaristas, classificando-se como beiradeiros-caatingueiros.

A maioria dos membros das coletividades da área encontra arremedo de salvação por meio de trabalho nas terras das ilhas como produtores independentes, meeiros e diaristas, havendo algumas localidades onde elas constituem todo o espaço onde se pode efetivar alguma plantação.

Corroborando e subsidiando o aqui dito, o prefeito eleito do município de Curaçá afirmou, ao se referir a essa população:

Eles têm poucas terras na margem do rio, de um modo geral, por isso recorrem às ilhas e vivem em um estado de pobreza muito grande, em razão das terras serem poucas e também devido usarem muito pouco da tecnologia moderna. Mas é tradição: sempre viveram assim.

E o dizer de um dos moradores dessa região foi sintético e grave: “Então, a gente vive aqui na fé de Deus. Tem vez que a gente não paga nem a roça e fica sem condição de plantar outra roça”. A expressão “a gente vive na fé de Deus” é ouvida em quase todas as localidades.

Nesta situação, o grande sustentáculo garantidor da vida é a aposentadoria, os programas de assistência governamental e, recentemente, os financiamentos do Pronaf para as atividades agrícolas. Segundo o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Curaçá, Josevaldo Silva Martins, “as aposentadorias, as pensões e os auxílios governamentais de um modo geral constituem efetivamente o capital de giro na área”. Acrescenta ainda que, “nós até já levantamos um estudo sem muita precisão e concluímos que, aqui no município, um benefício da Previdência é capaz de sustentar quase quatro pessoas”.

Em todas as localidades, os moradores da área foram unânimes em afirmar que, após a construção da barragem de Sobradinho, suas condições de existência foram profundamente alteradas em face da perda das vazantes, do sobe e desce das águas decorrentes do manejo intencional da Chesf e da escassez de peixes.

Embora as dificuldades enfrentadas pela população das localidades em apreço, a manifestação de todos os seus membros foi de afeto ao lugar. Remetem-se à familiaridade das relações, aos arranjos de suas existências produzidos ao longo da história, ao conhecimento e domínio do ambiente em que vivem, às relações com as comunidades vizinhas e a vizinhança em geral, à memória dos ancestrais, à afirmação da vida no lugar, às paisagens simbólicas e aos modos de fazer o que fazem.

10.5.1 Contexto do município de Curaçá

Curaçá tem seu marco inaugural no início do século XIX, apenas na condição de porto – Porto do Capim Grosso -, ponto estratégico para a travessia para o estado de Pernambuco. A partir do momento que um padre aí se instala, a localidade ganha novos ares e atrai a atenção de alguns poucos fazendeiros que adquirem terras em suas redondezas e fazem colaboração para a construção de uma capela. Até 1853, era um povoado pertencente à Vila de Santo Antônio do Pambu e, nesta data, passa a ser a sede da vila e da Freguesia da qual era dependente.

Os anos transcorreram sem grandes alterações, pois além das funções normais de uma vila – religiosas, econômicas (local da feira), políticas e ambiente de fixação de residências das pessoas influentes -, só lhe ocorreu um certo destaque no campo cultural. Sua economia girava em torno da pecuária e dos escassos excedentes provenientes da agricultura de vazante. Somente a partir da década de 70 se viu penetrar pela economia de mercado, tendo como base a agricultura irrigada. Daí em diante, o comércio tomou alento, mas não conheceu prosperidade, pois as bases econômicas não sofreram alterações que permitissem empreendimentos de grandes envergaduras. Entretanto, sua população cresceu, tanto pela atração que exerceu sobre os habitantes do interior, que demandava serviços públicos - educação e saúde -, como também sobre população de outras cidades da vizinhança, substancialmente aquelas que desenvolviam atividades agrícolas nos projetos localizados na área fronteira, do lado pernambucano, e também sobre trabalhadores do Projeto Curaçá, situado no município de Juazeiro-BA. Assim, no ano 2000, segundo o IBGE, a população chegou a 10.775 habitantes.

A base da receita da população de Curaçá, distrito sede, à semelhança das localidades interioranas, consiste nos recursos provenientes das aposentadorias e pensões, dos repasses assistenciais do governo federal, crescendo-se apenas os salários dos servidores públicos.

A fonte básica de ocupação da mão de obra é o poder público local e para ele se dirigem todas as expectativas de empregabilidade.

Além dos aspectos estruturais que afetam sua economia, a proximidade da cidade de Juazeiro contribui para esvaziar sua vida comercial, pois a população incorporou o hábito de visitar essa cidade com bastante frequência, e de lá realizar as compras significativas.

A vida social consiste, como vem se tornando comum nas cidades interioranas, quase que exclusivamente na frequência a bares e a festas de caráter comercial, sejam elas animadas eletronicamente ou com bandas.

O ponto turístico e de lazer que a cidade dispõe é a Ilha da Coroa, localizada em frente à cidade.

10.5.2 Comunidades de beiradeiros e ribeirinhos

a) Cerca de Pedra

Situa-se a, mais ou menos, três quilômetros do distrito de Riacho Seco, no município de Curaçá. Segundo, informantes do lugar, estima-se que esta comunidade tenha cerca de 100 famílias e 400 pessoas. O local onde as casas do povoado foram construídas, no formato de vila, dista uns 400 metros da margem do rio. Apesar de estar tão próximo da sede de um distrito, manteve suas características, não existindo lá gente que não seja da ramificação dos antigos moradores, ou que através de seus descendentes tenham se agregado. A população, segundo alguns moradores e lideranças sindicais e políticas com atuação no município, é bastante coesa e bem estruturada nas relações de convivência. Seus habitantes retiram o sustento da agricultura praticada nas ilhas e na terra da margem do rio, da pescaria para autoprovisamento, de diárias e de trabalho em meação. Declararam ser as terras insuficientes para atender suas necessidades, sendo que alguns agricultores que queiram desenvolver cultivo mais amplo são forçados a arrendarem terra. O recurso que garante a sobrevivência da coletividade, no entanto, deriva das pensões, aposentadorias e auxílios assistenciais do Estado. Não houve queixas relativas a conflitos. Quando sondados sobre a possibilidade da construção da UHE Riacho Seco, a manifestação foi de indignação.

Alguns moradores deixaram claro que as condições deles não são boas, que não são totalmente contra a construção da barragem, mas exigem que a empresa que for construir a barragem dialogue, e que diante do diálogo e mediante o que ela tenha a oferecer como compensação, embora percam o lugar onde vivem, acreditam que pode até acontecer algo vantajoso. Entretanto, se põem em postura reticente quando advertidos pelos exemplos de Sobradinho, Itaparica e situação dos reassentamentos das barragens.

b) Fazenda do Meio

Situa-se às margens do rio, com mais de 38 casas e com uma população estimada em quase 200 habitantes. Os membros dessa comunidade têm a fonte básica de trabalho nas ilhas fronteiriças ou nas ilhas que se põem um pouco mais abaixo. A terra baixa na margem do rio é bastante estreita. Quase todos os habitantes são parentes e dispõem de propriedade na margem e nas ilhas. As terras apresentam um processo de retalhamento profundo, aparecendo gente com duas braças de terra na margem. O estudo realizado revelou que as ilhas pertencem a uma grande quantidade de pessoas e que os proprietários só possuem tiras de terra.

No ano de 2004, através de programa do Governo Federal em convênio com o município, foram construídas algumas casas dispostas no formato de vilas, com duas fileiras frontais, como substituição às casas de taipa. O que seria uma solução é vislumbrado pela população como problema. É que as casas muito próximas não permitem a instalação de chiqueiro, galinheiro e nem da independência que dispunham antes. Também se queixam das relações com os vizinhos. Algumas das pessoas que foram agraciadas com casas acabaram vendendo-as para estranhos, o que abalou, de certo modo, o convívio interno da coletividade.

Com a UHE Riacho Seco, a população perderá todo o espaço de trabalho ora disponível e, dada a natureza acidentada do terreno, não poderão continuar a ocupar o mesmo espaço.

As relações sociais são bastante quebradas, havendo um grau acentuado de individualismo, não obstante, quase todos os habitantes tenham vínculos de parentesco e tenham origem imemorial no lugar. Como de sempre, a fonte básica são os recursos provenientes da aposentadoria, pensões e auxílios assistenciais do Estado. Além de ocuparem a mão de obra em suas próprias terras, “plantando umas besteirinhas”, trabalham como diaristas, quando surge alguma oportunidade e pegam alguma meação. Entre eles há alguns agropecuaristas, que transitam os animais entre a propriedade da Caatinga e o rio.

Uma reclamação muito séria no lugar é quanto à incidência de assaltos em suas imediações.

Embora os relacionamentos endógenos dos membros da coletividade não se desenvolvam em clima de muita amistosidade, eles também se posicionam contrários diante da ameaça representada pela barragem.

Nesta localidade, as pessoas ouvidas não aceitam, em hipótese nenhuma, a ideia de barragem. Miram-se nos exemplos de Itaparica, Sobradinho e nas agrovilas existentes no município de Curaçá e de Santa Maria da Boa Vista (Caraíbas) onde foram reassentados os desabrigados pela barragem de Itaparica. Não acreditam que a empresa que venha a construir a barragem faça algo que repercuta de modo positivo em suas vidas. Nesta comunidade já foram realizadas algumas reuniões pelo STR de Curaçá e uma reunião promovida pelo Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB.

c) Ferrete

Situa-se às margens do São Francisco. Seus habitantes dizem que já conheceram o lugar pelo nome de Ferrete, mas não sabem dizer o porquê. Professores do lugar, entretanto, depois de uma pesquisa através dos alunos, disseram que souberam por umas pessoas muito velhas que a denominação original era Inferrete, por lá haver muita briga. Não souberam localizar a relação entre briga e o termo Inferrete. Segundo eles, com o tempo, a denominação passou para Ferrete.

No início, o espaço da localidade pertencia a fazendeiros, que nos períodos de seca enviavam os agregados de suas fazendas para as propriedades das margens do rio, para os trabalhos de refrigério do gado. Entre esses fazendeiros, reportaram-se a um de nome Floriano, proprietário de terras no lugar. Assim, algumas pessoas da Caatinga foram se fixando ali, habitando em casinhas de palha, de taipa e, com o passar dos tempos, foram se tornando proprietárias de braças de terra.

As casas eram espalhadas e muitas delas haviam sido construídas perto da margem do rio e, pouco a pouco, as moradias foram sendo refeitas em local alto, seguro, sobre uma área de terreno de cascalho. De tantas que fizeram, o lugar ganhou face de povoado,

contando, hoje, com cerca de 80 casas, a maioria disposta no formato de vila, e uma população estimada em 286 pessoas.

Há certa estrutura nesse povoado e, segundo os informes locais e externos, o padrão de convivência interna da população é boa, considerando-se todos parentes por consanguinidade ou por afinidade. A impressão que se tem é de que os professores se fazem bastante presentes nos assuntos locais.

Um dos orgulhos de Ferrete são as festas que promovem de vez em quando, a prática de futebol e o estreitamento de vínculos com as comunidades vizinhas, a saber: na direção da descida das águas, Barroca e Fazenda do Meio; na direção da subida das águas, Curralinho.

Lideranças políticas disseram que a localidade é estruturada também em termos de relacionamentos sociais e que dispõe de boa predisposição participativa.

A margem do rio é quase desprovida de terras de vazante, pois logo no beirão da água, a terra sobe em altura. Por isso “tem gente que trabalha de meeiro, tem gente que tem terra e não tem como irrigar, devido aos custos, e planta abóbora, batata, mandioca; mas o forte da agricultura é nas ilhas que a terra da margem é pouca e perto das pedras”. Parte da gente que aí vive não tem terra, sendo as áreas daqueles que possuem muito limitadas.

Considerando as entrevistas realizadas, merecem destaque os seguintes problemas da coletividade:

- assaltos nas estradas e nas adjacências de Ferrete: Um informante disse que em uma semana houve o registro de assalto a 30 motos e que isso repercute inclusive na ausência dos alunos às aulas; o medo dos alunos se reflete na ausência às aulas;
- falta de emprego: Há pessoas que se deslocam para trabalhar nos projetos acima de Curaçá e em Belém do São Francisco;
- o lugar não dá suporte econômico à população;
- há muita evasão escolar como consequência da saída dos pais em busca de trabalho;
- a agricultura está se inviabilizando em face do alto custo dos insumos e da variação dos preços de venda dos produtos;
- a atividade das pessoas é a agricultura, mas a aposentadoria e os programas de repasse de dinheiro do governo é que dão sustentação à vida.

d) Caraíbas e Surubim

“O nome Caraíba... Rapaz, o nome já vem dos mais velhos, não sei por que é não. Sempre foi Caraíba.”

“No Surubim era a mesma coisa. Lá, nós chegou através dos avôs da gente. Os avôs da gente morreram, os pais da gente ficou, aí eles morreram e nós ficou. Eu não sei contar a história.”

Essas comunidades se assemelham bastante. Caraíbas possui em torno de vinte casas e Surubim um pouco menos. As casas, em cada uma delas, preservam uma certa distância entre si, seus membros sempre combinaram agricultura com criação de miunças e não conseguiram se estabelecer na agricultura comercial. Ao contrário das comunidades anteriores, o fundamento da atividade é a terra firme, pois existe apenas uma ilha, a Ilha do Surubim, mas esta é pequena e não pertence aos habitantes desta comunidade. Diante desse aspecto, foram grandemente atingidos pelas modificações causadas pela barragem de Sobradinho.

“O rio não enche mais como antigamente. Só tem água quando a barragem de Sobradinho solta, então a enchente aqui é assim, diferente. Naquele tempo, quando o rio enchia que voltava, ficava peixe nas barra. Nesse tempo já tinha chovido. Outubro, novembro, já tinha chovido, já tava tudo verde. Chegava o fim do ano tava tudo fartura de peixe.”

Como as outras localidades, mas em condição de menor favorecimento, pelo aspecto topográfico e por não dispor de ilhas, os recursos provenientes de aposentadoria, pensões e auxílios assistenciais são a tônica. As populações dessas comunidades resistem com pequenas plantações de cultivos tradicionais, mas não plantam mais mandioca, aproveitando os altos nos períodos de chuva ou com o auxílio oneroso de água impulsionada por motobombas próprias ou dos vizinhos, nos períodos de seca. Trabalham como diaristas ou meeiros, quando encontram alguma oportunidade. “Todo mundo trabalha fora, que a terra não dá, também se desse, não tinha a condição de irrigar”.

A situação fundiária é grave, tanto pelo parcelamento excessivo da terra, como pelo caráter de informalidade em que ela foi deixada.

“Mas essa terra que nós tá dizendo às vezes é de muitos. Eu mesmo tenho dez irmãos e minha mãe tem 28 metros de beira de rio.”

“Nós temos um pedaço de terra, e nós temo assim como quem cria um bode. É no nome do pai da gente. A gente planta uma cebola, planta um pé de feijão quando chove... Pronto!, acabou, tá ali. Não tem nem documento pra o governo saber que nós têm aquela propriedade. Antigamente, os pais da gente compravam uma terra como compravam um bode. Comprava, ficava ali, pronto!, acabou.”

10.5.3 Comunidades étnicas

a) Comunidade quilombola – Nova Jatobá (Jatobá, Favela, Sombra-Quixaba e Rompedor)

O termo Jatobá designa não só uma localidade, mas também o nome de um povo, hoje chamado “o povo do Jatobá” e no passado, “os negros do Jatobá”. Como esse povo se fez, como chegou lá? Não se sabe. Dona Maria Isabel, uma das lideranças da comunidade, tem uma hipótese: “Nós viemos dos índios, sei disso porque os mais velhos falavam que lá nas terras da vazante, eles trabalhando, encontravam cachimbos, cacos de panela, coisas de índios”.

A comunidade do Quilombo Nova Jatobá é formada por quatro localidades: Jatobá, Sombra-Quixaba, Favela e Rompedor. Os habitantes de cada localidade construíram casas próximas umas das outras, havendo duas delas, Jatobá e Favela, onde as casas são dispostas no formato de vila planejada, decorrentes de construção governamental, no abrir dos anos 90. Segundo informes da presidente da Associação, ao todo, existem 93 famílias (casas) e uma população estimada em 310 pessoas.

Nova Jatobá dista poucos quilômetros da sede de Curaçá e suas terras têm princípio na margem do rio, subindo até a Serra do Icó. O terreno da margem é baixo, situação que privilegiava o povo do Jatobá, propiciando vazante ampla, onde desenvolvia os cultivos de acordo com o ciclo do movimento das águas. Nessas terras cultivava o mesmo que todos os beiradeiros, utilizando-se das mesmas técnicas e instrumentos de trabalho. Além das terras em chão firme, dispõe também de uma ilha, que os membros da comunidade consideram base principal para o empreendimento das atividades agrícolas. Por dispor de relativa extensão territorial em direção ao alto, alguns jatobaenses realizam a criação de caprinos e ovinos, sempre tomando essa atividade como secundária.

Do que sabem os membros da comunidade, a respeito da forma como ficaram proprietários das terras, aparece no contado por Manu, um dos líderes:

“A história dos velho diz que eles compraram uma tal posse. Foi o pai de Torquato quem comprou. Comprou a posse e, naquele tempo, quem comprava uma posse tirava o tanto de terra que queria. Mas o pessoal, aqui, só tirou o que queria. Aí a irmã de Bernarda vendeu aqui, esse pedaço de terra aí para o major (João Pedro). Foram vendidas outras partes de terra. Então, quando Torquato morreu, que não sei o ano, foi passar a escritura. A escritura foi passada para a mais velha de nome Xandina, que é uma escritura muito antiga, rasgou. Agora veio o Incra, com o Incra passou pra título, que agora, muita gente já tem o título da terra. Eu mesmo ainda não tenho, não. Aí foi passado tudo pra Associação. Agora como é Associação, não tem mais terreno de fulano e de fulano, não. É tudo da Associação. Antes tava dividido em suas partes, agora, juntou tudo”.

O povo de Jatobá se marcou e foi marcado pelas características diferentes que sempre apresentou: inter-relacionamentos conjugais; absorção das pessoas nascidas como resultado de inter-relacionamentos de membros da comunidade com gente de fora; maneiras de pescar; formas cooperativas de trabalho; elevado grau de solidariedade e de coesão de seus membros e modo compartilhado de uso da terra, mesmo esta tendo proprietários individuais.

Recentemente, segundo a presidente da Associação, a comunidade foi oficialmente reconhecida como Quilombo e que as terras serão registradas em nome da comunidade e seus membros perderão a atual condição de proprietários parcelares. No estudo realizado não foi possível identificar se esse aspecto está bem compreendido pela comunidade.

Sobre o grau de coesão existente hoje e das formas de solidariedade, os mais velhos reclamam que a juventude está diferente, abandonando os costumes que sempre cultivaram.

Nas vizinhanças da comunidade existem duas empresas agrícolas que contribuem na absorção da mão de obra local. Entre a localidade de Rompedor e Jatobá existem algumas roças de produtores independentes sem vínculos culturais com a comunidade. Não foi registrada situação de conflito na convivência entre os diferentes. Aliás, tanto no passado como no presente, os membros da comunidade de Jatobá sempre souberam manter vínculos integrativos muito fortes com a vizinhança e com a população da sede do município sem, no entanto, perder sua identidade.

Os jatobaenses, como os demais beiradeiros, apresentam a queixa de disporem de terra insuficiente para o trabalho agrícola, das dificuldades com a agricultura irrigada. Os entrevistados informaram que o trabalho de meação e o trabalho diarista absorvem parte da mão de obra. Não deixaram também de dizer que a aposentadoria e os auxílios assistenciais do governo são indispensáveis para a manutenção da vida.

b) Comunidade indígena Atikum – Bahia

No que tange aos Atikum – Bahia, que continuam a pertencer ao grupo primevo que habita a região de Curaçá, o cenário se mostra levemente diferenciado daqueles que habitam a Ilha de Bonsucesso. A base de produção continua a mesma, com a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, porém as condições de existência mostram-se levemente mais “confortáveis” quando comparados com o segundo grupo. A base da mão de obra também é a familiar e, no que diz respeito às técnicas empregadas, elas são rústicas. Porém há uma diferenciação significativa no que diz respeito a suas moradias, por se encontrarem em melhores condições que a dos habitantes das ilhas, cujas casas são todas de madeira e barro.

No âmbito da mobilização política, estes encontram-se mais organizados, possuindo cacique e pajé já instituídos. Também provêm de uma dissidência, com relação aos Atikum – Pernambuco, o que não significa que não mantenham laços com este grupo. Muito pelo contrário, entre as comunidades, os laços de parentesco ainda cimentam as relações, além do fato de que todos os dissidentes provieram da Serra do Umã.

A cacique deste grupo chama-se Djanira e seu discurso é enfático no que tange à ocupação da região. Alega terem chegado às terras que atualmente ocupam movidos pelas mudanças causadas pela barragem de Itaparica, pois além das terras na Serra do Umã, possuíam terras na beira do rio, o que foi perdido com a citada barragem. Esta situação foi agravada com algumas secas e implicou na partida do grupo que começou o processo de busca por terras a serem “reterritorializadas”. Chegando ao município de Curaçá, alegaram que o proprietário das terras as ofertou para a ocupação por parte da

comunidade, visando a indenização por parte da Funai. Entretanto, tal fato não ocorreu até o momento, implicando na tentativa de expulsão dos mesmos por parte do proprietário das terras. Ao ser consultado, este se mostrou contrário à permanência da comunidade em suas terras, alegando não apenas o fato de ter se sentido lesado, como também citou supostos casos de vandalismo por parte da comunidade indígena.

Para a comunidade, a sua retirada se mostra impensável, a não ser diante de um cenário de relocação para uma área melhor, havendo um claro discurso de repulsa pelas chamadas áreas de sequeiro, que seriam a caatinga localizada mais distante do rio.

c) Impueira Dantas (Patos e Salobra)

Situa-se em um recanto formado pelo rio São Francisco, rio Curaçá (Riacho Barra Grande) e empresas agrícolas, na divisa entre os municípios de Curaçá e Juazeiro. As terras das margens do rio possuem vazantes extensas e por isso, quando na época das cheias, as águas avançam no sentido da caatinga. Esse avanço tanto ocorre pela margem do rio, como pela penetração lateral que faz através do rio Curaçá, atingindo até oito quilômetros de distância. Quando há cheia do rio e chuva, concomitantemente, as águas do rio Curaçá, que possuem grande volume, dada a sua extensão, ao se chocarem contra as águas do São Francisco, fazem repiquete e se espraiam, cobrindo uma faixa significativa de terra por alguns dias.

Impueira Dantas congrega também as localidades de Patos e Salobra. As terras dessas localidades derivam do desmembramento, em pequenas parcelas, da área da Fazenda Genipapo, a partir do início do século XX. Seus habitantes atuais descendem de antigos proprietários, de quem foram herdeiros, ou aí adquiriram posses de terras há 50, 60 anos atrás. No geral, as parcelas de terras pertencentes a cada família são pequenas e, mesmo aquelas que aparentam ser grandes, pertencem a vários membros da família, que moram ou não no local, devido às partilhas por herança.

Até onde a memória de seus atuais moradores alcança, seus ascendentes se envolviam com a agricultura de vazante e com a pecuária, simultaneamente. Por nunca terem rompido com essa tradição, partilham, tanto dos códigos de vida dos beiradeiros, como dos caatingueiros, havendo parte significativa que tem na pecuária a atividade predominante.

A partir dos anos 70, sem deixar suas atividades tradicionais, vários dos moradores da área passaram a desenvolver a agricultura irrigada de ciclo curto. Mas a partir de 1979, com a barragem de Sobradinho, perderam a condição de darem continuidade à agricultura de vazante, assistindo a derrocada dos engenhos e das casas de farinha. Nas décadas de 80 e de 90, alguns empreendimentos agrícolas de caráter empresarial se instalaram em suas vizinhanças, restringindo o ambiente de circulação do criatório e levando algumas famílias a venderem suas terras para esses empreendimentos, ou perdê-las por ação de grilagem de um deles, abandonando o local. Os empreendedores aí instalados, exceto um, desenvolvem política de boa vizinhança, sendo identificados pelos membros da localidade como parceiros, pois além de ofertar serviço, colaboram em algumas ações da comunidade.

Hoje, Impueira Dantas, incluindo aí os moradores de Patos e Salobra, possui 50 famílias e aproximadamente 500 pessoas, segundo informes das lideranças locais, e o rebanho de miunças é de, mais ou menos, 7.000 cabeças. Por comum, cada chiqueiro dispõe de, pelo menos, cem animais.

Embora os laços de consanguinidade existam, a tônica da unidade dos membros das coletividades é a afinidade, fundada nos processos interativos baseados nas atividades que desenvolvem no dia a dia e no interconhecimento gerado no suceder das décadas.

Os moradores dessas coletividades, por se configurarem como caatingueiros-beiradeiros, têm posição completamente arredia à ideia de relocação, não vendo possibilidade nenhuma de darem prosseguimento a suas atividades em outras localidades. Dizem que, com a barragem, terão a vida totalmente desestruturada.

10.5.4 Comunidades políticas

Com relação à UHE Riacho Seco, os comerciantes, o atual prefeito e os transportadores apoiam integralmente. O restante da população, segundo voz corrente na cidade, adota postura de cautela, quando não de oposição. Várias pessoas, em conversa informal, disseram que acreditam que, nas épocas de enchente, pelo menos o bairro Curaçá I será inundado e que há sérios riscos da cidade ficar anelada pela água.

Os que apoiam a construção da barragem alegam as vantagens que advirão em decorrência da circulação de dinheiro na praça, o que impulsionará o progresso do município. O prefeito fala nas vantagens advindas com os recursos da compensação financeira para a municipalidade.

As lideranças locais ouvidas durante o estudo argumentam pelas seguintes razões: movidas pelo temor de inundações; por solidariedade às pessoas que serão desabrigadas de suas propriedades; pelo receio da cidade e do distrito de Riacho Seco entrarem em processo de inchamento; pela possibilidade da eclosão de muitos conflitos em torno da propriedade da terra e por disputas de espaço; contra os desarranjos que a relocação acarretará àqueles que forem obrigados a sair de seus lugares; pelo impacto dos deslocamentos dos ribeirinhos e beiradeiros sobre a população caatingueira; pelos desarranjos sociais e culturais que a UHE Riacho Seco produzirá na vida da população; pela alteração ecológica do rio, redundando no seu fim e, substancialmente, pela desinformação à respeito do empreendimento, chegando todos a se considerarem afrontados e desrespeitados.

O prefeito eleito, o vice-prefeito eleito e um vereador foram entrevistados como três lideranças políticas da cidade. Não obstante antecipem a desestruturação que a UHE Riacho Seco causará, eles veem a possibilidade de haver ganho para a população e para o município, ressaltando que tudo depende do modo como o processo for conduzido.

10.5.5 Considerações sobre conflitos na Área de Caatinga

Na área de Caatinga que será atingida pelo barramento das águas, apenas uma localidade foi visitada, a Fazenda Logradouro, no distrito de Riacho Seco, que se situa, mais ou menos, a 9 km da margem do rio.

A área onde se assenta a localidade é cortada por um grande riacho, para onde afluem as águas de várias grotas e riachos menores. No correr do riacho, como é característico da caatinga, se erguem árvores de porte grande e que constituem reserva alimentar para os animais nos vários períodos do ano, tais como craibeiras, angicos e juazeiros.

A atividade das pessoas que habitam nessa fazenda é o cultivo de terra, nos períodos de chuva, e a criação de animais. As roças estão localizadas nos baixios que se formam nas adjacências dos riachos e as áreas altas se firmam como o ambiente de pasto do criatório.

Um dos reclames da população caatingueira é a falta de água e um dos sonhos é poder dispor dela em abundância, mas, diante da possibilidade das águas do rio atingirem aquela localidade, seus habitantes estão tensos, pois entendem que a vida ali se tornará impraticável nas bases que ora transcorre, conforme fala reproduzida abaixo:

“- Ô, meu irmão, essa barragem, a gente não sabe se a água vai subir lá pra cima, ou se fica só aqui nessa ribeira nossa. Se essa água chegar aqui ela vai fazer muito reboliço com nós, que aqui tem muito riacho, córrego... os lugar é baixo. Se nós ficar aqui, até que não tem muito prejuízo, mas se sair pra outro lugar, eu creio que tem. A água vai tomar as roças... tem um bando de terreno, mas a água cobre tudo, os terrenos bons. Da plantação que nós fizemos aí, até hoje não compramos ração pros bichos. Ainda tem um bando de milho, feijão ainda não tamo comprando.”

“- Se eles tomar aqui, tem que botar nós em um lugar, mas que a gente viva organizado. Se a gente sair daqui, que bote a gente em um lugar aqui perto, que a gente não quer ir pra projeto.”

Saindo da especificidade da Fazenda Logradouro e adentrando o território da caatinga, é visível que a UHE Riacho Seco invadirá, através de suas águas, muitos espaços aí situados, gerando a formação de ilhas, isolando trechos significativos de terras, enfim, mudando substancialmente a configuração de algumas fazendas e localidades. Isso afetará fortemente as populações desse modo atingidas – com a necessidade de relocação de algumas famílias -, a natureza de suas atividades e a forma de manejo dos animais. Estes demandarão tempo para se resituarem no pasto, muitos debandarão - visto que ainda são criados em campo aberto - e os prejuízos com atoleiros serão significativos, além de ser gerado um problema no que diz respeito à Área de Preservação Permanente – faixa de 100 metros da borda do lago. Também as pessoas aí situadas precisarão de algum tempo para se readaptarem à nova problemática.

Agentes avulsos

Neste estudo, como agentes avulsos, estão incluídos os oleiros, meeiros sem terra, trabalhadores diaristas e barqueiros.

Os oleiros alegam que vão perder os lugares onde desenvolvem suas atividades e o envolvimento com seus clientes; os barqueiros alegam que, com a transformação do rio em lago, perderão sua clientela, pela quebra das conexões hoje estabelecidas, e põem em dúvida a adequação dos barcos dentro da nova realidade, em face das maretas e do aumento das distâncias; os trabalhadores diaristas e os meeiros sem terra perguntam como ficará sua situação e lançam a pergunta: “Os parceiros que a gente tem hoje vão ter a terra que têm hoje ou encontrar terra pra arrendar e continuar o trabalho de meação com nós?”.

Para eles, a perda é do ambiente, onde suas relações se estruturam e a pergunta que fazem é: “Como vamos ficar?”.

10.6 Considerações finais

10.6.1 Conflitos na AID – Margem pernambucana

Considerando o estudo realizado, verifica-se que, até o momento, o maior conflito real se deu com relação às comunidades quilombolas já reconhecidas pela Fundação Palmares: Inhanhum e Cupira (de Cima e de Baixo). O fator étnico tem se mostrado um forte elemento de mobilização social. No caso específico de Santa Maria da Boa Vista, pesa ainda mais o fato de se estar lidando com comunidades em processo de etnogênese, cuja busca por legitimidade se faz ainda mais presente.

O processo reivindicatório das populações, atrelado ao histórico de mobilização social e conflito, bem como o grau de articulação da comunidade, são fatores que servem como indicadores do potencial de conflito. Neste ponto verifica-se um baixo potencial de conflito com as demais populações, observa-se ser este um importante fator, ao menos neste momento, pois outros atores sociais podem entrar em cena, mobilizando a população contra a barragem de forma mais organizada e enfática.

Duas vertentes principais se mostram importantes para a compreensão do potencial de conflito nesta região: a memória coletiva e as sociabilidades. As remissões à barragem de Sobradinho e de Itaparica são constantes, assim como o receio de desestabilização dos modos de vida atuais por parte das comunidades tradicionais e étnicas.

10.6.2 Conflitos na AID – Margem baiana

Na Área de Influência Direta (AID) da UHE Riacho Seco no lado da Bahia, registramos apenas um conflito. Nesse conflito estão envolvidos os índios Atikum-Bahia com o proprietário da área que ora ocupam, que produz respingos nas vizinhanças da referida área, com reflexos na sede do município. Esse agrupamento indígena é visto pela coletividade como uma intromissão, pois além de ser de chegada recente no município, sobre ele recai suspeita de furto e acusação de depredação de patrimônio privado.

Incompatibilizou-se ainda mais com a população ao promover, em certa ocasião, o fechamento da estrada que liga Curaçá a Juazeiro e de terem sido exibidas imagens de uma de suas lideranças ateando fogo em um veículo da Funasa, em Juazeiro. É visto pela população como um agrupamento agressivo e indesejável. Referindo-se a esse agrupamento indígena, o vice-prefeito eleito do município fez a seguinte declaração:

“A vinda desses índios para cá foi uma coisa.... Do meu conhecimento eu nunca tinha visto índio aqui perto de Curaçá. A gente sabia dos índios da Missão Velha, de Pambu, agora esses índios que estão aqui perto de Curaçá, a gente não conhecia e eles vieram... do meu conhecimento, porque ofereceram uma terra aí e foi uma oportunidade para a vinda desses índios, e eu acho que isso não é uma coisa boa para Curaçá. A minha opinião é que o lugar deles não é aqui.”

Fora esse conflito, o que pode ser registrado são intrigas e o sobressalto ocasionado por assaltos nas estradas.

Após o surgimento da notícia da UHE Riacho Seco, a população que, presumivelmente vai ser atingida, entrou em estado de apreensão e deu início a um processo de recuperação da memória e formação de opinião, a partir dos sucedidos com as populações das áreas inundadas pelas barragens de Itaparica e de Sobradinho e da experiência decorrente do barramento dessa última, substancialmente da enchente de 1979.

Essa elevação do estado de apreensão dos beiradeiros e dos ribeirinhos assume maior magnitude em decorrência da falta de um canal de comunicação permanente e direto entre os parceiros do consórcio responsável pelos Estudos Ambientais e as coletividades e suas lideranças, no sentido de empreender os esclarecimentos demandados. Essa situação contribuiu para elevar o nível de desconfiança, não só das pessoas comuns, como também de lideranças, de tal modo que a população passou a se sentir invadida em seu território e em suas vidas, gerando para si a imagem de abandono. Como decorrência, as pessoas comuns expressam o sentimento de estarem sendo enganadas e algumas lideranças afirmaram, taxativamente, que a Chesf, vista na região como braço do Governo responsável pelo empreendimento, está querendo aplicar um golpe no povo e exigem abertura de diálogo e informações precisas a respeito das áreas que serão atingidas, com determinação exata dos pontos de inundação e as proposituras da empresa diante dos problemas que serão causados.

Foi verificado que o grau de resistência a UHE Riacho Seco, além do que está mencionado no parágrafo anterior - exceto a localidade de Impueira Dantas onde a resistência é total -, é a ligação com o lugar (entendido como lugar não só o espaço físico, como também o complexo de relações e simbologias) e o medo do “salto no escuro”, expresso recorrentemente nas expressões: “Para onde ir? Onde vão nos jogar? Vão simplesmente nos indenizar? Como será nossa vida?” etc.

Caso a UHE Riacho Seco seja implementada, alguns conflitos emergirão, a se iniciar pela questão fundiária.

A primeira questão no campo indenizatório surgirá pelo fato da maioria absoluta das pessoas não serem de fato proprietárias das terras que ora ocupam, mas sim posseiras, muitas das quais dispendo apenas do ITR como prova de propriedade. “Propriedade” que se legitima à luz da coletividade pela existência de um formal de partilha fundados em escrituras de posse. Sendo assim, se forem indenizadas apenas pelas benfeitorias, que quase sempre são constituídas por construções precárias, os valores serão irrisórios. A segunda questão dirá respeito aos confrontantes, haja vista que nesse caso já há uma situação de conflito latente, que não se manifesta em face da ausência de condições financeiras dessa população para efetivar cercas na direção do alto. Caso isso viesse a ocorrer, logo se chocariam entre si por questões de limites, o que hoje não ocorre exatamente pelo fato deles serem tão-somente imaginários. Nesse campo, informe-se ainda que brigas acirradas entre os herdeiros ocorrerão, pois muitas dessas terras passaram por duas gerações sem que as partilhas fossem concretizadas, subsistindo, entretanto, no imaginário, o direito sobre elas por filhos e netos dos finados, mesmo quando ausentes. Note-se também que, em muitos casos, as terras, além de serem muito reduzidas, pertencem a muitos herdeiros. Sendo assim, o conflito intrafamiliar se expandirá para a órbita do empreendedor, pois há uma forte possibilidade de que todos se pleiteiem como beneficiários das medidas compensatórias que venham a ser oferecidas.

A crença de que as terras de cada propriedade situada na margem do rio se estendem até 18 km no sentido da Caatinga também será causa de conflitos profundos, pois aquelas, quase sempre, já estão ocupadas por pessoas em iguais condições. E, mesmo que estas sejam parentes que as tenham ocupado pelo reconhecimento do mesmo direito, não suportarão a re-partilha, o que acentuará a natureza dos conflitos na órbita familiar ou das vizinhanças.

Outro conflito que emergirá decorrerá da invasão dos beiradeiros e ribeirinhos sobre as terras da Caatinga, o que implicará confrontos com os caatingueiros, que pela cultura e tradição, requerem muita terra para praticar suas atividades, além de costumarem repelir, com veemência, todo tipo de penetração em seus domínios, secularmente estabelecidos.

Anote-se também que os beiradeiros e até os caatingueiros que estiverem situados nas proximidades da UHE Riacho Seco, dificilmente aceitem respeitar a APP – Área de Preservação Permanente -, que cobrirá a faixa de 100 metros de toda a borda, pois está em sua cultura o aproveitamento de todas as faixas umedecidas, quer seja pelos riachos, quer seja pelo rio. Sendo assim, tornar-se-á espaço de disputa acentuada, não só pela gente de suas proximidades, como por pessoas de outras áreas.

Finalizando, registre-se um conflito já em curso, de órbita intermunicipal, envolvendo o município de Santa Maria da Boa Vista e o município de Curaçá pela denominação da UHE Riacho Seco, bem como pela luta para sediar as bases de serviços: Casa de Máquina e Escritório.